



nº 01 | Ano 2011

Revista da

# Jornada Científica de Assistência Social de Vitória

O lugar da pesquisa científica  
no cotidiano da Assistência Social



## Realização

Prefeitura Municipal de Vitória  
Secretaria Municipal de Assistência Social  
Prefeito: João Carlos Coser  
Vice-prefeito: Tião Barbosa  
Secretária de Assistência Social: Ana Maria  
Petronetto Serpa

# 2011

# 1ª Revista da Jornada Científica da Assistência Social de Vitória



Esta revista tem como objetivo organizar os artigos que foram apresentados na 1ª Jornada Científica da Assistência Social, a fim de socializar o conhecimento aos diversos atores sociais, referentes aos processos de trabalho, além de possibilitar a sistematização da prática e a criação de espaços reflexivos de construção de diálogos e do conhecimento entre os profissionais da Secretaria Municipal de Assistência Social e aqueles que se interessam e estudam o tema.

Lima, Renata Santiago. Org.

1ª Revista da Jornada Científica da Assistência Social de Vitória: o lugar da pesquisa científica no cotidiano da Assistência Social./Organização de Renata Santiago Lima. Apresentação de Ana Maria Petronetto Serpa. PMV – SEMAS, 2011.

### Equipe de Trabalho

**Comissão Organizadora** da 1ª Jornada Científica: Renata Santiago Lima, Pollyana Pazolini, Dalva Schneider, Clarice Imperial, Luiz Mello, Fabíola Silva, Mirian Dantas e Livia Cardoso.

**Comissão Avaliadora** dos resumos enviados para a participação na seleção da 1ª Jornada Científica: Cleilson Teobaldo dos Reis, Herlam Wagner Peixoto, Camila Lopes Taquetti, Hingridy Fassarella Caliar, Luizane Guedes Mateus, Márcia Smarzarzo Siqueira e Maria Lúcia Garcia

**Equipe de Apoio:** Helena Gilner, Edsley Alves de Farias, Andrea Tresinari Rubim, Paulo Henrique de Oliveira e Mariane Gomes Santos.

[jornadacientificasemas@gmail.com](mailto:jornadacientificasemas@gmail.com)

55 XX 27 3382-6169



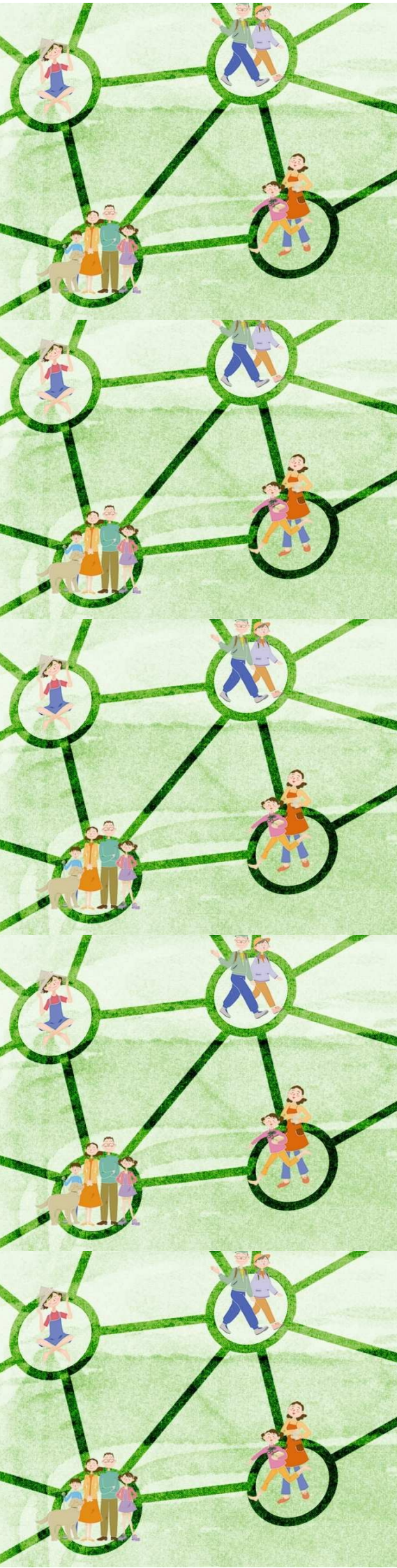
# APRESENTAÇÃO

Desde que assumimos a Semas, em 2005, procuramos estimular o debate científico da política de Assistência Social ou de eixos estratégicos desta política. Entendemos, já no primeiro momento, que o desafio de implantar o SUAS com suas diretrizes civilizatórias da sociedade brasileira, era grandioso demais e exigiria de nós, além de muito trabalho, um amplo e profundo debate acadêmico (e político) envolvendo gestores, usuários, conselheiros, lideranças e trabalhadores do governo e da sociedade civil. Por meio deste debate acadêmico impulsionaríamos mudanças em direção às diretrizes estabelecidas na política mais do que por meio de controles burocráticos. E assim foi feito, com a organização de seminários anuais sobre o direito à convivência familiar e comunitária, a transferência de renda como política pública, o BPC - benefício de prestação continuada, a Segurança Alimentar e Nutricional e o direito humano à alimentação adequada, a população em situação de rua, além de outros.

O SUAS é um projeto de sociedade, uma nova sociedade. Sua implantação é uma tarefa coletiva. Ou vamos juntos impulsionando mudanças sociais ou ficaremos no mesmo lugar historicamente reservado à Assistência Social. Ninguém pode ficar de fora desta tarefa e todos precisamos nos preparar para ela porque os caminhos não estão previamente definidos. Temos feito os caminhos na própria caminhada.

Temos diretrizes e grandes eixos temáticos orientadores da política que precisam ser debatidos e apropriados pelas diferentes profissões que atuam no campo da Assistência Social e transformados em ações e práticas. O que significam efetivamente a “atenção integral às famílias”, a “convivência e o fortalecimento de vínculos”, a “violação de direitos e sua superação”, a “gestão descentralizada e participativa” e o “controle social” no âmbito da Assistência Social? Como cada profissão se coloca dentro deles?





Estes eixos estruturantes da política também organizam os trabalhos da Jornada. A importância desta I Jornada Científica da Assistência Social em Vitória, em 2011, é a de inaugurar um processo virtuoso de debate teórico e de pesquisa acadêmica em torno dos eixos estruturantes do SUAS entre os servidores da Assistência Social e da própria Prefeitura, de instituir uma “esfera pública” reflexiva e crítica, capaz de impulsionar as práticas, aprofundar conceitos, promover a busca de novos referenciais, métodos e processos de trabalho, significar ou re-significar o sentido das intervenções de cada profissão no SUAS dentro do paradigma do “direito”. Os profissionais ficam mais motivados a trabalhar se compreendem o significado ético-político do seu trabalho, o sentido dele dentro de um projeto que eleva a sociedade a um outro patamar civilizatório.

Como gestores, temos o dever de estimular a pesquisa articulada aos processos de implementação das políticas públicas, que criam laboratórios vivos onde interagem diferentes sujeitos com suas histórias de vida e representações, dando origem a situações e processos que podem e devem ser tomados como objetos de estudo. A gestão é um processo dinâmico feito de reflexão-ação e a pesquisa é indispensável a ela. Sem a luz que ela coloca sobre recantos obscuros da realidade não há intervenção adequada das políticas públicas. Até mesmo a mais inicial sistematização de estatísticas de serviços revela a realidade e dá direção para a ação.

A Prefeitura Municipal de Vitória é uma universidade aberta, é um espaço público rico de possibilidades de estudo, de pesquisa, de sistematização de informações que sustentam um debate público permanente sobre os sujeitos, suas relações e condições de vida na cidade. Numa gestão democrática e participativa, como tem sido a do prefeito João Coser, este espaço se alarga ainda mais. Por meio de suas várias secretarias e unidades de intervenção em todos os bairros, proporciona uma relação e um aprendizado articulado aos processos reais do mundo da vida. Complementa e enriquece a formação de diferentes agentes, sobretudo estudantes universitários de diferentes cursos. E a pesquisa nas suas várias modalidades é uma forma de dar mais potência a este espaço.

Que a iniciativa vingue e que daqui a alguns anos possamos ver os avanços que ela proporcionou.

**Ana Maria Petronetto Serpa**

## SUMÁRIO

<b>Eixo 1: Atenção Integral à Família</b>	<b>08</b>
1.1. As Ações Sócioeducativas no Restaurante Popular de Vitória: fortalecendo a promoção da saúde e da cidadania junto aos usuários deste equipamento de segurança alimentar e nutricional (SAN): Laydiane Silote Barbosa e Maria da Penha Bonomo de Alcântara	08
1.2. Caminhos para <i>Driblar</i> o Desemprego: o caso do Serviço de Inclusão Produtiva no município de Vitória: Renata Santiago Lima	15
1.3. O Acompanhamento Social às Famílias no Âmbito do Programa Terra Mais Igual: Priscilla Yumi Junqueira Gondo Falcon e Anailza Perini de Carvalho	25
<b>Eixo 2: Convivência e Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitários</b>	<b>33</b>
2.1. Mulheres Unidas Contra a Violência – MUCAV: relato de experiência de um coletivo: de mulheres em São Pedro: Paôla Danielly Uliana Peterle e Renata Couto Moreira	33
2.2. O Projeto Primeiro Encontro como Ação da Equipe Psicossocial no Centro de Convivência de Jardim Camburi: Maria Natividade Sá Alves da Silva, Priscila Valverde Fernandes e Ana Maria Nicolau	44
2.3. <i>Fazendo e Refazendo Redes</i> : O Impacto do Remanejamento Familiar nas Camadas Populares de Vitória: Juliana Kaoro Mori e Vanessa Gusmão Silva	51
2.4. PROGRAMA BEM ME QUER: fortalecendo vínculos desde a gravidez: Luciana Pereira Vieira Nascimento e Graziella Almeida Lorentz	59
2.5. Com Vivência: a experiência da produção de um informativo com idosos: Priscila Valverde Fernandes	65
2.6. Direito Humano à Alimentação Adequada: a experiência do GESAN na formação, mobilização social e exigibilidade: Alcemi Almeida de Barros, Wagner Miranda Barbosa, Marcelo Eliseu Sipioni, Marcus de Freitas Ferreira, Laydiane Silote Barbosa e Pedro Makumbundu Kitoko	73



<b>Eixo 3: Violação de Direitos e sua Superação</b>	<b>80</b>
3.1. Relato da Experiência do Serviço Social no Alojamento Provisório de Famílias: a caminho do protagonismo: Maria Anita Falcão de Oliveira e Jociléia Rodrigues Dias Silva	80
3.2. O Grupo como Instrumento de Intervenção do Programa Família Acolhedora: desnaturalizando práticas e fortalecendo os sujeitos envolvidos em acolhimento familiar: Cássia Nunes, Lívia Dias, Mirella Loterio Siqueira e Valeska Campos Tristão	91
3.3. A Responsabilização das Famílias frente aos Problemas Sociais: desafios e possibilidades para a intervenção do assistente social: Edilene Machado dos Santos	102
3.4. Jamais Fomos Justos: considerações acerca de redistribuição e reconhecimento em um contexto de injustiças entrelaçadas: Vanessa Gusmão Silva e Juliana Kaoro Mori	110
3.5. Humaniza SUS: acesso e acessibilidade da população adulta em situação de rua do município de Vitória/ es nas redes de atenção a saúde: Adneia Silva Santos Gomes	118
3.6. As Multifacetadas e Trajetórias de Indivíduos que Vivem nas Ruas: Franciely da Costa Guarnier	126
3.7. População de Rua: o perfil dos usuários do projeto Hospedagem Noturna: Andréia Martins e Maria Aparecida de Azevedo	131
3.8. Os Modos de Vida da População em Situação de Rua: narrativas de andanças nas ruas de Vitória: Gilderlandia Silva Kunz, Ana Lucia Coelho Heckert e Silvia Vasconcelos Carvalho	142
3.9. Práticas da Disciplina Terapia Ocupacional Social no Creas Pop- Vitória: diálogos entre a pessoa em situação de rua, o serviço de assistência e a terapia ocupacional: Maria Daniela Corrêa de Macedo, Julia Villela Peixoto da Costa, Adrienny Serri Monfardini, Amabile Teresa de Lima Neves, Camila Mendes, Estefani Poloni Sabadine, Evelin Penha da Silva Steill, Juliana Miranda da Silva, Maria Angélica Damazio DoellingerAmaral e Ravena Lovatti Miranda	152
3.10. Centro de Referência Especializado de Assistência Social/Creas: a execução das medidas sócio-educativas em meio aberto - desafios da assistência social na contemporaneidade: Fabíola Barbosa da Silva e Isabela de Azevedo Nunes	162
3.11. Criança Usa Droga? Levantamento de características de crianças usuárias de substâncias psicoativa: Helena Quintas Ramaldes	176

<b>Eixo 4: Gestão e Controle Social</b>	187
4.1. Política e Crítica Transversal na Assistência: contribuições da Psicologia: Ricardo Bodart De Andrade	187
4.2. O Sistema de Informações Socioassistenciais de Vitória: tecendo a rede por meio de dados e fluxos: Clarice Machado Imperial Girelli	197
4.3. Fórum de Profissionais de Psicologia Trabalhadores da Secretaria Municipal de Assistência de Vitória: um dispositivo de consolidação da PNAS: Keli Lopes Santos, Aline Gomes Tavares Matias, Fernando Pinheiro Schubert, Graziella Almeida Lorentz, Marieta Barreto Alves Vieira, Mônica Patrícia Gomes Machado, Paôla Danielly Uliana Peterle e Ricardo Bodart de Andrade	206
4.4. O Programa de Formação Continuada da Secretaria Municipal de Assistência Social de Vitória/Es: uma experiência em construção: Pollyana Tereza Ramos Pazolini e Dalva Schneider	215
4.5. Análise de Dados de Solicitantes do Serviço “Fala Vitória” (156) acerca de Moradores de Rua em Vitória: Daniel Vitor Gomes de Sousa	223
4.6. O Convênio entre Semas e Adra nos Cras de Vitória (Es): uma reflexão a partir da política de assistência social: Marilene Vieira Barcelos Amorim, Natália de Paula Couto e Desirée Cipriano Rabelo	236
4.7. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) Bento Ferreira (Vitória/Es) Face à Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e à Política Nacional de Assistência Social: Roseane Pimentel Rhodes Gonçalves Fernandes, Aduato Beato Venerano e Giovana do Prado Ventorim	246
4.8. Rede Socioassistencial de Atendimento à População em Situação de Rua no Município de Vitória/ES: possibilidades de inclusão social: Michele Cristina Santos	256
4.9. A Gestão do Trabalho no Âmbito do SUAS e a Implementação da NOB/RH: a partir a realidade dos municípios do Estado do Espírito Santo: Barbara Leite Pereira, Maria Helena Elpídio Abreu e Natália de Paula Couto	271
4.10. Representações Sociais da Pobreza e do Usuário entre os Profissionais da Assistência Social que trabalham na Prefeitura de Vitória – ES: Anailza Perini de Carvalho e Izildo Corrêa Leite	282
4.11. Qualidade de Vida no Trabalho do Servidor Público da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura de Vitória entre os Anos 2000 e 2010: Marilene Aparecida de Oliveira	293

## EIXO 1: ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA

*Visa fortalecer a função de proteção das famílias, prevenindo a ruptura de laços, promovendo o acesso e usufruto de direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. Para tanto, deve considerar novas referências familiares para a compreensão dos diferentes arranjos, reconhecendo a superação do modelo da família nuclear. Define ainda como funções básicas da família: prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referência moral, de vínculos afetivos e sociais, de instituição, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado. Contudo para que possa desenvolver seu papel, a Política Nacional de Assistência Social propõe que a família também precisa ser cuidada e protegida.*

### **ARTIGO 1: AS AÇÕES SÓCIOEDUCATIVAS NO RESTAURANTE POPULAR DE VITÓRIA: FORTALECENDO A PROMOÇÃO DA SAÚDE E DA CIDADANIA JUNTO AOS USUÁRIOS DESTE EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN).**

Laydiane Silote Barbosa<sup>1</sup>

Maria da Penha Bonomo de Alcântara<sup>2</sup>

#### **RESUMO**

O Programa de Segurança Alimentar e Nutricional do município de Vitória, executado através da Gerência de Segurança Alimentar e Nutricional (GSAN), constitui uma das linhas de atuação da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) e é desenvolvido no sentido de garantir aos munícipes a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA); através de seus Equipamentos e ações. Dentre os Equipamentos de SAN que fazem parte do referido Programa está o Restaurante Popular de Vitória (RPV), que distribui diariamente 2.000 refeições e oferece à população ações de cunho sócioeducativo. No âmbito das Ações Sócioeducativas dentro do Equipamento, são realizadas atividades na direção de potencializar a promoção da saúde e cidadania; com conseqüente integração dos mesmos às ações sociais; e encaminhamento a outros equipamentos da rede sócioassistencial da SEMAS, de acordo com a necessidade. Nesse espaço de interação, os usuários fazem contribuições e requerem orientações gerais. Da mesma forma, referenciam a importância das ações na mudança de estilos de vida, bem como o melhor entendimento e conhecimento acerca dos serviços oferecidos pelos órgãos públicos. Diante desses relatos, pode-se inferir que as Ações Sócioeducativas do Programa de Segurança Alimentar e Nutricional do município de Vitória são capazes de sensibilizar os usuários em relação aos temas abordados, contribuindo para a promoção da Saúde e Cidadania.

**Palavras-Chave:** Restaurante Popular de Vitória, Ações Educativas, Restaurantes Populares, Promoção da Saúde e Cidadania, Equipamento de SAN.

#### **1. OBJETIVOS**

O presente artigo objetiva explicitar a execução das ações sócioeducativas no Restaurante Popular de Vitória e seu protagonismo no fortalecimento da promoção da saúde e cidadania dentre os usuários do equipamento.



## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

No Sistema Único de Saúde há políticas públicas voltadas ao enfrentamento das repercussões da inadequação alimentar, como a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) e a Política Nacional de Alimentação e Nutrição.

A PNAB, dentre outros objetivos, visa à operacionalização da Atenção Básica, e para isso define entre as áreas estratégicas o controle da hipertensão arterial e da diabetes mellitus, a eliminação da desnutrição infantil, a promoção da saúde da criança, mulher e idoso, e a promoção da saúde (BRASIL, 2006a).

A PNPS foi aprovada pela Portaria nº 687, de 30 de março de 2006. A referida política objetiva promover a qualidade de vida e reduzir os riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes, ampliando e qualificando as ações de promoção da saúde nos serviços e a gestão do Sistema Único de Saúde (SUS). Para tanto, objetiva implementar ações de vigilância alimentar e nutricional para prevenção e controle dos agravos e doenças relacionados à má alimentação; estimular a alimentação saudável no ambiente escolar, promover a saúde e garantir a segurança alimentar e nutricional; e promover a articulação intra e intersetorial (BRASIL, 2006b).

A Política Nacional de Promoção à Saúde, publicada em 2006, foi uma resposta em nível nacional à proposta da “Estratégia Global em Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde” pela Organização Mundial de Saúde. Esta estratégia ratificada na Assembléia Mundial de Saúde pelos Estados Membros em 2004 tem como proposta a promoção e proteção a saúde, orientando a adoção de medidas sustentáveis em todos os níveis, visando reduzir a morbidade e mortalidade associadas à alimentação pouco saudável e falta de atividade física. Essas medidas contribuem para a obtenção de benefícios para a saúde pública em todo o mundo (BRASIL, 2004).

A promoção de práticas alimentares mais saudáveis está contemplada na quarta diretriz da PNAN, que integra a Política Nacional de Saúde (BRASIL, 2003). Essa Política reflete a prioridade governamental no combate à fome e aos problemas advindos de práticas alimentares inadequadas, atestando o compromisso do Ministério da Saúde em melhorar as condições de saúde da população (MS) (BRASIL, 2003).

Além do MS, outros órgãos se inserem nessa perspectiva de melhoria das condições de saúde dos indivíduos. Um deles é a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), que é um organismo internacional de saúde pública. A OPAS orienta os esforços estratégicos de colaboração entre os estados membros e parceiros, com vistas à promoção de equidade na saúde, combate de doenças, melhoria da qualidade de vida e elevação da expectativa de vida dos povos das Américas (OPAS, [200-]).

Outro organismo é a Organização Mundial da Saúde (OMS), que trabalha para atingir o objetivo de conquistar, por todos os povos, o nível de saúde mais alto possível. Nesse entendimento, a saúde é definida de modo amplo como um estado de bem estar físico, mental e social e não apenas como a ausência de doenças (OPAS, [200-]).

Além desses organismos, muitos setores estão engajados na promoção da saúde e prevenção de agravos como forma de se promover a qualidade de vida.

Em pauta nas discussões atuais sobre promoção da saúde, a Promoção da Alimentação Saudável (PAS) é uma das principais linhas de trabalho da Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição (CGAN). A CGAN apóia os estados e municípios brasileiros no desenvolvimento de estratégias que visem à promoção da saúde e a prevenção de doenças (BRASIL, 2009a). Nesse

entendimento, a alimentação saudável deve ser estimulada em todos os ciclos de vida, desde o aleitamento materno, até a vida senil.

Além das políticas nacionais para promoção da alimentação saudável, existem estratégias adotadas pelos governos federal, estaduais e municipais brasileiros que visam garantir o acesso à alimentação adequada para a população em insegurança alimentar e nutricional. Entre elas estão os equipamentos de SAN, que são algumas dessas estratégias governamentais de enfrentamento da fome e da exclusão social, sob a perspectiva de prioridade de política nacional (BRASIL, 2009b). Dentre os equipamentos, tem-se os bancos de alimentos, as cozinhas comunitárias e os restaurantes populares.

Os restaurantes populares são espaços comunitários que fornecem uma alimentação de qualidade, saudável, a preços acessíveis (BRASIL, 2009c), e dessa forma, promovem a SAN dos indivíduos. São espaços que promovem a SAN e o DHAA a indivíduos em vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional.

Além disso, são locais onde há realização de ações sócioeducativas, onde ocorrem atividades referentes à educação alimentar e nutricional, como oficinas, rodas de conversa, palestras interativas, além de veiculação de material didático, cujo foco são os usuários. As ações sócioeducativas visam sensibilizar o público nos assuntos abordados, e constituem estratégias de estímulo à promoção da saúde de crianças, adolescentes, adultos e idosos.

Na perspectiva de atender à população vulnerabilizada social e nutricionalmente, o Programa Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Vitória inaugurou, em dezembro de 2005, o Restaurante Popular de Vitória (RPV). Na ocasião de sua criação, eram servidas 800 refeições por dia. Logo a necessidade delineada pela população fez com que a administração aumentasse o número de refeições servidas, e atualmente o município atende 2000 usuários por dia.

O RPV não possui convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, portanto, para seu funcionamento, a Prefeitura Municipal de Vitória e o governo do estado do Espírito Santo subsidiam o valor da refeição. Não é necessário cadastro, sendo assim, quaisquer pessoas podem almoçar no equipamento. Diariamente são atendidos moradores de rua, trabalhadores de baixa renda, população em vulnerabilidade social e/ou nutricional; bem como idosos e estudantes. De acordo com relatos dos próprios usuários que almoçam diariamente no RPV, muitos deles possuem moradia em outros municípios, como Guarapari, Cariacica, Vila Velha e Serra.

No entendimento de que esse importante equipamento de SAN, que possui um público bem heterogêneo, deve promover não somente o acesso à alimentação a um preço acessível, mas também veicular informações qualificadas, são desenvolvidas as ações sócioeducativas de educação alimentar e nutricional e cidadania, que contribuem para a promoção da saúde e cidadania dos usuários.

Nessa perspectiva, a GSAN promove a Educação Alimentar e Nutricional no entendimento de que a mesma deve ser pensada para todos, e não somente para um público vulnerabilizado social e nutricionalmente; sendo a alimentação uma das estratégias para a promoção da saúde; em consonância com SANTOS (2010).

### **3. METODOLOGIA**

As ações sócioeducativas realizadas no Restaurante Popular de Vitória são planejadas mensalmente, pela Coordenação das Ações Educativas, Nutricionista e Assistente Social do Equipamento, sob a supervisão da Gerência de Segurança Alimentar e Nutricional (GSAN). As



mesmas contam com o auxílio de acadêmicos de nutrição para a execução das ações, bem como a confecção do material que será veiculado no mês.

Em cada mês são pensadas as ações comemorativas e as ações sócioeducativas. No mês de novembro, por exemplo, a ação comemorativa faz menção ao Dia da Consciência Negra. Já a ação sócioeducativa desenvolvida refere-se ao Dia Mundial do Diabetes. Dentro do Equipamento as ações serão desenvolvidas com foco nas datas. As atividades são divididas entre a Nutricionista e a Assistente Social.

A partir do momento em que os temas são delimitados, a equipe citada planeja como as ações serão distribuídas no mês. A partir daí, as informações qualificadas são veiculadas de diferentes formas: nos displays de mesa – estruturas em acrílico transparente dispostas sobre as mesas, onde são dispostas informações, e que os usuários leem enquanto almoçam; no mural da informação – mural disposto dentro do refeitório; no “Corredor da informação” – parede situada no corredor do bebedouro, cujo fluxo e permanência de usuários são intensos e propiciam a leitura das informações; espelhos que circundam todo o equipamento. Além disso, uma vez por semana são realizadas rodas de conversa, oficinas de trocas de experiências e/ou aulas de dança para os usuários. Essas últimas são nominadas, pela equipe GSAN, ‘Ações Pontuais’.

As ações pontuais são realizadas toda semana, no horário de 09:00h, no refeitório do Restaurante Popular de Vitória. Essa estratégia foi adotada como forma de integrar o público que aguarda a abertura do Restaurante, às 10:00h, na fila na parte externa do equipamento. O posicionamento dos usuários na fila na área externa do equipamento é preservado após a execução das atividades educativas.

As ações contam com a participação de diferentes parceiros, como: Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS); Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) por meio de outros programas e equipamentos sociais, como o Centro de Convivência da Terceira Idade do Centro; Serviço Social do Comércio (SESC); Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo (FCSES); Coral de Idosos; Coral de Flautas; Corpo de Bombeiros; Teatro de Bonecos da Guarda Civil Municipal, PROCON, Sociedade Brasileira de Urologia; demais instituições de ensino superior do estado; dentre muitos outros parceiros. As ações desenvolvidas utilizam-se da intersectorialidade como forma de enriquecer as atividades.

Na execução das ações são priorizadas as rodas de conversas e oficinas dialogadas em detrimento às palestras convencionais. Nutricionista e Assistente Social dividem a tarefa de socializar informações pertinentes à temática planejada. A partir da demanda apresentada pelo grupo, os mesmos são direcionados a outros equipamentos sociais da SEMAS, ou outros setores de atendimento à saúde.

Na perspectiva do planejamento coletivo, as ações são sugeridas pelos participantes, cujos temas de interesse são incorporados ao planejamento das atividades. Dessa forma, as ações são desenvolvidas a partir da demanda dos mesmos. Há a preocupação de se utilizar, nas rodas de conversa, uma linguagem mais acessível, para que as informações sejam veiculadas de forma a atingir todo o público presente.

Na execução das atividades, são utilizados projetor multimídia, computador, microfone e caixas de som. Todos os encontros são registrados por meio de fotografia e lista de presença. Os participantes que não são alfabetizados contam com o apoio da Equipe GSAN para assinar a frequência.

Todas as ações são sistematizadas por meio de relatórios mensalmente, e são encaminhadas à GSAN.

#### 4. RESULTADOS

A partir do ano de 2009, com a reestruturação da execução das ações no Restaurante Popular de Vitória, a GSAN vivenciou, paulatinamente, o crescimento do público participante das atividades. Nos anos anteriores, a média de participação era de 4 pessoas. A partir de 2009 o quantitativo de participantes cresceu para 30, aproximadamente. Já houve encontro em que o público participante totalizava 60 pessoas.

Os usuários recebem de forma muito positiva as ações desenvolvidas no Restaurante Popular de Vitória.

Relatos cotidianos feitos pelos participantes atestam que a participação nas Ações Sócioeducativas em Educação Alimentar e Nutricional e Cidadania no Restaurante Popular de Vitória contribuiu significativamente para a melhoria das condições de saúde dos mesmos.

Muitos deles relatam que as informações veiculadas dentro do equipamento de SAN auxiliaram nas escolhas alimentares saudáveis, com conseqüente perda de peso, controle da glicemia, pressão arterial, hipercolesterolemia, dentre outros agravos à saúde.

O mesmo relato é feito com relação às informações pertinentes aos direitos dos cidadãos, equipamentos sociais e programas da SEMAS: Centros de Convivência, Abrigos, Programa Bolsa Família, direitos dos cidadãos, dentre outros. Os participantes relatam que antes de participar das ações não tinham conhecimento acerca dos programas e projetos do município, bem como de seus direitos.

É notório também a fala de que os mesmos participam também como sujeitos de socialização das informações recebidas, pois repassam ao grupo de convívio (família, amigos, etc) as informações recebidas.

A seguir podem ser observados os registros fotográficos de algumas ações sócioeducativas realizadas no RPV nos anos de 2009, 2010 e 2011:

Figura 1: Roda de conversa. Ação sobre Diabetes. Restaurante Popular de Vitória, 2009.





Figura 2: Teste de glicemia. Ação sobre Diabetes. Restaurante Popular de Vitória, 2009.



Figura 3: Antropometria/Orientação Nutricional/Orientação ao Exercício Físico. Ação sobre o Dia da Saúde e Nutrição. Restaurante Popular de Vitória, 2010.



Figura 4: Ação comemorativa de Carnaval, com distribuição de preservativos e orientações sobre DST's. Restaurante Popular de Vitória, 2011.



Figura 5: Ação comemorativa de Páscoa, com distribuição de receita de ‘Torta Capixaba Econômica’ e bombons. Restaurante Popular de Vitória, 2011.



É importante ressaltar a grande importância da intersetorialidade na execução das ações. A participação de outros setores nas ações pontuais qualifica ainda mais as informações e diversifica os temas. Dessa forma, a intersetorialidade enriquece os encontros e promove a veiculação de outros temas de interesse do público.

Em face dos depoimentos que são apresentados diariamente pelos munícipes usuários do Restaurante Popular de Vitória, pode-se aferir que este importante Equipamento de SAN, localizado no centro de Vitória, contribui para a promoção da saúde e cidadania dos indivíduos, através da execução das Ações Sócioeducativas em Educação Alimentar e Nutricional e Cidadania.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília, 2003. Disponível em < <http://nutricao.saude.gov.br/publicacoes.php>>. Acesso em 02 nov. 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estratégia Global em Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde**. [Tradução não oficial realizada pela CGPAN/MS]. Brasília, 2004. Disponível em < [http://nutricao.saude.gov.br/documentos/eb\\_portugues.pdf](http://nutricao.saude.gov.br/documentos/eb_portugues.pdf)>. Acesso em 02 nov. 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília, 2006a. Disponível em < [http://www.psfunifesp.com.br/pactos\\_pela\\_saude.pdf](http://www.psfunifesp.com.br/pactos_pela_saude.pdf)>. Acesso em 02 nov. 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Brasília, 2006. Disponível em < [http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/portaria687\\_2006\\_anexo1.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/portaria687_2006_anexo1.pdf)>. Acesso em 02 nov. 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadernos de informações de saúde – versão de fevereiro/2009**. Brasília, 2009a. Disponível em < <http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/cadernos/es.htm>>. Acesso em 06 nov. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Principais políticas e programas no campo da segurança alimentar e nutricional**. Curso de formação básica de gestores de RPs / BAs / CCs. Redesam 2009. Texto I da Semana 06/18 – de 22 a 29 de junho de 2009. Módulo I: Gestão de Políticas Públicas de SAN, 2009c.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Restaurantes Populares**. Brasília, 2009b. Disponível em < <http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/restaurante-popular>>. Acesso em: 06 nov. 2011.



OPAS. Organização Mundial da Saúde. **OPAS/OMS Brasil**. [200-]. Disponível em <[http://new.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&task=view&id=129&Itemid=297](http://new.paho.org/bra/index.php?option=com_content&task=view&id=129&Itemid=297)>. Acesso em 02 nov. 2011.

SANTOS, L. A. da S. **Resgate histórico da educação alimentar e nutricional no Brasil: alguns dilemas e desafios**. Apresentação oral no V Encontro Nacional do Programa Nacional de Alimentação Escolar: Convergência de Políticas Públicas. Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição Escolar. UFBA, 2010.

## **ARTIGO 2: CAMINHOS PARA DRIBLAR O DESEMPREGO: O CASO DO SERVIÇO DE INCLUSÃO PRODUTIVA NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA**

Renata Santiago Lima<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo atenta para as transformações no mundo do trabalho e para os impactos sociais diante do crescimento do desemprego na reestruturação produtiva, provocando mudanças em seu nível organizacional e no âmbito da produção e da reprodução da força de trabalho, exigindo encontrar alternativas ao desemprego estrutural, face mais perversa das mudanças em processo neste século. Considera *driblar*, pois os trabalhadores, que ora estão desempregados ou parcialmente empregados, ou ainda, os mais vulneráveis que transitam no pauperismo, procuram desviar dos efeitos devastadores dos pilares da forma pela qual a questão social se manifesta na contemporaneidade, buscando assim práticas amenizadoras do não-assalariamento. O Serviço de Inclusão Produtiva visa a contribuir para o aumento da oportunidade de trabalho das famílias, preferencialmente, as famílias inscritas no Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e beneficiária de programas de transferência de renda, como por exemplo, o Bolsa Família (PBF). O Serviço nasce da Política Nacional de Assistência Social como possibilidade de alívio das condições de vulnerabilidade social, relacionada, sobretudo, à ausência e/ou carência de condições de oferecidas pelo trabalho. Apresenta a pesquisa exploratória e descritiva, com entrevista estruturada, aberta e fechada, utilizando o método quanti-quali, no período de outubro a dezembro de 2009, com 30 participantes envolvidos no Serviço, sendo uma amostragem equivalente a 40% do total. Identifica a situação sócio-econômica das famílias, além de conhecer as suas características, suas potencialidades e o significado no aumento da renda após participação no Serviço. Ainda relevante ao frescor do tema, realiza a pesquisa documental, através de relatórios, de convênios, de projetos, do Guia do MDS e do Sistema de Informação (GEPS que cruza os dados do Cadúnico). Investe também na pesquisa bibliográfica, com o objetivo de aprofundar os conhecimentos, estudando a categoria trabalho e articulando com os limites e as possibilidades do Serviço de Inclusão Produtiva na melhoria das condições de vida das famílias em situação de vulnerabilidade social no Município de Vitória.

**Palavras Chave:** trabalho, desemprego, inclusão produtiva, política social.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Políticas Sociais na Universidade Federal do Espírito Santo. Pós Graduada em Gestão de Políticas Públicas – Faculdades Integradas de Vitória - FDV e Instituto Saber e Cidadania – 2005. Coordenadora do Serviço de Inclusão Produtiva no Município de Vitória – SUAS Vitória

## 1. AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

Antes de falar do Serviço de Inclusão Produtiva faz necessário, compreender as dinâmicas do mundo do trabalho, suas transformações, as representações sociais dos sujeitos que vivem a situação de desemprego e como isso reflete na intervenção das políticas sociais, a partir da Política Nacional de Assistência Social no Brasil. Faz necessário ainda, analisar como isso vem contribuindo para o empobrecimento da classe trabalhadora e para aumento da pobreza e da “exclusão social” no mundo contemporâneo, afetando não só a sua vida material dos indivíduos, mas também o seu mundo íntimo.

As transformações no mundo do trabalho vêm ocorrendo desde a trajetória da humanidade, todavia neste estudo irei abordar o modo de produção capitalista, a partir do período da reestruturação produtiva, a partir da década de 90 no Brasil, promovendo mudanças em seu nível organizacional e no âmbito da produção e da reprodução da força de trabalho, exigindo encontrar alternativas para desviar do desemprego estrutural, em face das perversas mudanças em processo.

Considerando que mesmo não havendo o Pleno Emprego no Brasil, as análises se darão a partir da década de 90 quando o país abre as portas para as políticas neoliberais, com maior impacto social no mundo do trabalho. A flexibilização do trabalho, a desregulamentação dos direitos trabalhistas e o enfraquecimento do poder político e de negociação das representações das classes trabalhadoras de tornam os pilares do modelo neoliberal. O Estado fortalece o seu papel de articulação com o desenvolvimento da acumulação do capital, fazendo grandes investimentos à pauta do mercado e, segundo Barbosa (2007, p.58), “isso sempre fragilizou a sociedade local e promoveu a maior subordinação às vicissitudes da acumulação, provocando a fragilização e a exploração dos trabalhadores nativos enquanto o capital de regenera”. Em Antunes; Silva (2010, p.13) “foram de grande monta as transformações ocorridas no capitalismo recente no Brasil, particularmente na década de 1990. Mutações políticas, com advento do receituário e da pragmática neoliberais, desencadeando uma onda enorme de desregulamentações nas mais distintas esferas sociopolíticas”.

Em Castel (2009) a reestruturação produtiva se bateu duramente sobre o emprego, visto que postos de trabalho na indústria foram extintos, as taxas de desemprego deram saltos sucessivos e as condições de trabalho (garantias, rendimento, segurança, jornada, etc) foram precarizados. O mercado de trabalho passou por intensa desestruturação e direitos sociais foram extintos, reduzidos ou negociados. A desigualdade social e econômica cresceu entre países da periferia. Além de vir a invasão da automação, da robótica e da microeletrônica no ambiente de trabalho, favorecendo cada vez mais o trabalhador *intelectualizado*, enfraquecendo a massa trabalhadora menos qualificada, com o impacto do desemprego estrutural globalizado, reduzindo os empregos tradicionais, tornando o ambiente de trabalho mais complexo, fragmentado e heterogeneizado. A informalidade apareceu com força nos países desenvolvidos e se ampliou na periferia.

O saldo de empregos formais (com carteira de trabalho) no Brasil, entre 2003 e 2004, foi de 23 de mil, ao passo que o de empregos informais totalizou 240 mil. Ou seja, para cada emprego formal criado apresentaram-se mais 10 no segmento da informalidade, o que significa que a recuperação do mercado de trabalho de que se fala corresponde à abertura de vagas sem carteira de trabalho. O quadro alarmante na medida em que são 2,5 milhões de desempregados e 2,8 milhões que nem sequer são considerados População Economicamente Ativa - PEA por desistidos de procurar emprego. (IBGE, apud BARBOSA, 2007, p.44)

Ainda em Barbosa (2007) a informalidade não deve ser mais considerada transitória e o excedente da mão de obra (força de trabalho) passa a constituir uma espécie de colchão



amortecedor para a regeneração do capital, reduzindo os seus custos em favor da acumulação e arbitrando a exploração do trabalho e diminuindo o controle social e o poder de barganha dos trabalhadores. Para Mathias e Salama (1983, p.66) “a crise no setor formal leva a um aumento de desemprego e uma extensão do setor informal. Cria-se então um setor informal às margens do setor formal, traduzindo as necessidades de sobrevivência, refletindo um empobrecimento”. Logo, para estes autores (1983) há uma ligação orgânica entre o setor formal e informal e o setor capitalista até alimenta este setor na perspectiva da gestão mais livre da força de trabalho, com o desgaste mais precoce da mesma.

Com essa dinâmica do trabalho, a cultura do auto-emprego manifesta, e a cada dia famílias vêm buscando alternativas de produção como estratégias de sobrevivência, portanto, segundo Pamplona (1965), os motivos para entrar no auto-emprego não podem ser apenas justificados pelas altas taxas de desemprego, resultado da crise de assalariamento, das mudanças estruturais da economia e da recessão (*pull theory – sobrevivência – empurrão*). Há também a teoria de que as pessoas são atraídas pelo auto-emprego como escolha ocupacional, como facilidade de contratar e demitir, além de ser uma forma de revigoramento do “espírito empreendedor” (*pull theory – oportunidade – atração*). Logo, de acordo com o autor existem duas justificativas que podem contemplar o mundo do auto-emprego, entretanto neste trabalho será contemplada a primeira teoria, como forma de sobrevivência no mercado de trabalho desfavorável aos trabalhadores que vivem a situação de desemprego.

Neste caso, Souza (1999, p.249) relata que “à medida que cresce o desemprego a população cria e recria formas alternativas de reprodução sócio-material da vida”. Dentro das estratégias de sobrevivência para *driblar* o desemprego podemos citar algumas formas individuais/ou coletivas como a “criação de micro-empresas, a realização de bicos, de pequenos serviços, do comércio ambulante, a constituição de cooperativas e de grupos de geração de trabalho e renda apoiados por igrejas, poder público e organizações não governamentais”. Consideramos o *driblar o desemprego*, pois hoje os trabalhadores procuram desviar dos efeitos devastadores dos pilares da forma pela qual a questão social se manifesta na contemporaneidade, principalmente, com o neoliberalismo, a reestruturação produtiva, a recessão econômica e o refluxo dos movimentos de trabalhadores.

O aprofundamento do desemprego e do trabalho precário se agrava na onda neoliberal, em Castel (apud TELLES, 2001) a questão social se torna a ‘aporia das sociedades modernas’, ou seja, dificuldades ou até ‘problema sem solução’ nesse modelo de produção. Afirmando ainda (Telles, 2011, p.73) “sempre renovada entre a lógica do mercado e a dinâmica societária, entre a exigência ética dos direitos e aos imperativos de eficácia da economia, entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades e exclusões tramadas nas relações de poder e de dominação”.

Para Lima (2009, p.73) o “outro problema que se põe é o fato de que o mundo capitalista não emprega contingente natural da força de trabalho que anualmente chega ao mercado. Pelo contrário, o capital forja, no processo de seu desenvolvimento, sua própria lei da população”. Essa contradição Antunes (2009, p.257) “chama de nova morfologia do trabalho, ou seja, são profundas as clivagens e transversalidades existentes hoje entre trabalhadores estáveis e precários, homens e mulheres, jovens e idosos, nacionais e imigrantes, brancos, negros e índios, qualificados e não qualificados, ‘incluídos’ e ‘excluídos’”.

Essas camadas socialmente mais vulneráveis são descritas por Marx (1984) como sendo a superpopulação relativa ou o Exército Industrial de Reserva que ora está desempregado ou parcialmente empregado, assumindo três formas seguintes: *flutuantes* – onde emigra e segue o capital em sua emigração, exemplo, o trabalhador bóia-fria; *latente* – quando a produção capitalista se apodera da agricultura, dando uma repulsão de trabalhadores que não é contrabalançada por maior atração, como se dá muitas vezes no movimento do êxodo rural e o *estagnado* que constituem os trabalhadores cujas condições de vida se situam abaixo do nível

normal da classe trabalhadora e justamente isso se torna base ampla de ramos especiais de exploração da força de trabalho pelo capital. Finalmente, o mais profundo sedimento da superpopulação relativa que vegeta no inferno da indigência e do pauperismo, constituindo o *peso morto* do exército industrial de reserva ou *lumpenproletariat*.

A categoria igualmente residual dos *lumpen*, dos que foram engolidos pelas formas degradadas de integração social, pelas formas anômicas e desmoralizantes, excludentes de participação social. Os *lumpens* eram propriamente pobres, não operários. Nos anos sessenta começaram a ser tratados como marginalizados sociais, isto é, como populações com possibilidades limitadas e lentas de entrada no mercado de trabalho formal e no caráter contratual da sociedade contemporânea. (MARTINS, 2002, p.32)

É importante destacar que as características da exploração da força de trabalho não estão apenas no setor informal, mas também no setor formal, pois estão ligadas ao desenvolvimento da reprodução no modo de produção capitalista como descritas acima. Em Antunes (2009, p.206) “foram tantas as modificações que se pode mesmo afirmar ter a classe-que-vive-do-trabalho presenciado a mais aguda crise deste século, que não atingiu só a materialidade, mas também teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no seu íntimo inter-relacionamento desses níveis, afetou a sua forma de ser”. Para Sarti (2005, p.111) “o desemprego tem o sentido de uma humilhação, ao privar o trabalhador de sua possibilidade de receber, mas de dar também”. Para Leite (2008) conhecer os sentidos e os significados que os atores sociais atribuem a sua realidade social é de suma importância para a efetivação das políticas sociais e também como as algumas representações sociais afetam a prática dos profissionais. Destaca-se ainda que a pobreza não deva ser abordada apenas “enquanto fato”, mas levar também em conta como ela é representada pelos pobres e não pobres, sendo assim a forma de aproximar de toda a complexidade do fenômeno multifacetado da pobreza.

Nessas mudanças societárias o Estado se descompromete com a perspectiva da garantia da universalização dos direitos, ao mesmo tempo em que busca práticas amenizadoras do não-assalariamento para a subsistência de trabalhadores desempregados.

Nestes contextos acentuados por transformações o Estado vem atuar junto à reprodução da força de trabalho, neste sentido a atuação estatal vem “aliviar” o custo das empresas, ao mesmo tempo, garantir a existência do chamado exército industrial de reserva (EIR), ou seja, como o capitalismo não cria emprego para toda a população economicamente (PEA), cabe ao Estado garantir a reprodução dos desempregados para que o capital tenha sempre disponível mão de obra a ser explorada. (LIMA, 2009, p.71).

Atualmente as políticas de geração de trabalho e renda vêm adquirindo mais centralidade na agenda pública. As vertentes de qualificação profissional, do pequeno negócio e do incentivo ao associativismo se tornaram uma constante nas intervenções do Estado. As primeiras medidas tomadas nos anos 80 e 90 foram mais pautadas em políticas de emprego baseadas em programa de seguro desemprego, de intermediação massiva de mão de obra e de qualificação profissional. Hoje as estratégias de atuação pública no Brasil buscam também inserir as camadas socialmente mais vulnerabilizadas no mercado de trabalho, seja formal ou informal, com intuito de aliviar e amenizar as situações de pobreza.

Este campo de atuação torna-se contraditório, à medida que o Estado fideliza o atendimento à lógica do capital, a fim de buscar sempre a sua regeneração, com o investimento em um segmento mais qualificados e mais aptos para atender a esse mercado. Sendo cada vez mais indagado como fica a absorção deste grande contingente de pessoas com baixa escolaridade, com pouca experiência ou que nunca participou do mercado de trabalho?



O trabalho, manifestada em sua aparência no valor de troca, é a categoria central para a existência humana e fundante para os indivíduos. Para os trabalhadores considerados menos qualificados, o sentido do trabalho não é diferente, mesmo sendo alvos de visões negativas e sendo muitas vezes culpabilizados por não conseguir acessar o trabalho remunerado.

O caso das famílias atendidas pelo Serviço de Inclusão Produtiva, o trabalho torna-se o foco dentre as estratégias para melhorar suas condições de vida, além de ver no trabalho uma maneira de legitimar-se no reconhecimento social e ter condições de acessar aos bens de consumo. Pela historicidade vemos que a pobreza anda junto com as condições de trabalho dos sujeitos, principalmente, por ser a partir do trabalho, em sua maioria, que é possível acessar a renda, e com isso, satisfazer às necessidades básicas de sobrevivência, além de acessar aos serviços e aos desejos de consumo dos indivíduos, neste caso acesso a mercadoria. Para Marx (1982, p.41) “a mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia.”.

Para Leite (2008) considerar os rendimentos monetários é de suma importância para aproximar-se das condições de vida, mas não significa que fica restrita a essa análise. Mesmo considerando a importância de articular a noção de carência de recursos materiais necessárias à vida, principalmente, pela renda insuficiente, devido à falta de trabalho ou ao trabalho precário, é necessário ampliar a visão de pobreza, não se delimitando apenas aos indicadores econômicos, mas também ao universo subjetivo dos indivíduos, pois essa pobreza marca a (re) construção da identidade dos sujeitos que vivem a situação de desemprego ou do trabalho precário, marcada pela relação de inferioridade, além influenciar na organização na vida em sociedade.

Portanto, considerar que o assalariamento nunca foi uma realidade generalizável no Brasil e que as modificações ocorridas no mundo do trabalho afetam as condições objetivas e as dimensões subjetivas, que considero importante relatar a experiência do Serviço de Inclusão Produtiva, partindo dos relatos das próprias famílias.

## **1. O SERVIÇO DE INCLUSÃO PRODUTIVA NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA**

A conjuntura nas transformações no mundo do trabalho acarreta consequências sociais negativas sendo caracterizado como a nova pobreza ou a “exclusão social”. Todavia antes de iniciar a abordagem do Serviço de Inclusão Produtiva, torna-se importante refletir brevemente sobre “exclusão social”, ou seja, neste modo de produção capitalista, que cria esses impactos sociais, não há sujeitos fora desse sistema, mas a “exclusão” se refere ao processo de exploração dos sujeitos dentro desse modo de produção, e que por sinal, funciona muito bem para a extração de mais-valia e para o aumento do lucro para o capital. Esses impactos não resultam fora, e sim, é algo orgânico dentro do capitalismo que afeta não apenas a vida material dos indivíduos e suas famílias, mas também a sociabilidade, as identidades, os modos de existência e também suas formas de representação sociais. Em Martins (2002) não existe exclusão, existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes. Eles são apenas o trabalhador potencial, o resíduo crescente do desenvolvimento econômico anômalo. Quando muito, são trabalhadores dos setores secundários e irrelevantes da produção. Por isso são excluídos. Não só, nem principalmente, excluídos das oportunidades de participação social. Mas, excluídos das possibilidades ativas do fazer História.

As incertezas provocadas pelo desemprego possibilitam a construção de políticas públicas voltadas ao trabalho, neste caso, para atender ao Exército Industrial de Reserva, principalmente, o estagnado e o *lumpenproletariat*. Nesse contexto surge o Serviço de Inclusão Produtiva, com o objetivo de envolver famílias usuárias da Política de Assistência Social, articulando ações de geração de trabalho e renda, promovendo capacitação para o trabalho, formação de grupos de

produção e conexões sociais às diversas políticas públicas de educação, emprego, habitação, saúde e outros. O público envolvido é principalmente mulheres, com seu aumento expressivo no mundo do trabalho; jovens que quando conseguem terminar seu ensino médio, não conseguem garantir sua inserção no mercado de trabalho e homens que foram *descartados* pelo mercado de trabalho e por possuírem menos dotação *intelectual/acadêmica*, não conseguem mais retornar ao mesmo.

O Serviço de Inclusão Produtiva foi implantado em dezembro de 2009 e é realizado no Município de Vitória - ES através da Secretaria Municipal de Assistência Social. Caracteriza como um Serviço, com vista a contribuir para o aumento da oportunidade de trabalho das famílias de baixa renda e de baixa escolaridade em um determinado território, preferencialmente, as famílias inscritas no Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e beneficiária de programas de transferência de renda, como por exemplo, o Bolsa Família (PBF).

A Inclusão Produtiva busca fomentar, de forma mais sistemática, conhecimentos, capacidades e habilidades de indivíduos e de grupos para o ingresso no mundo do trabalho. Essas famílias enfrentam dificuldades comuns como a falta de capacitação adequada, pouca escolaridade, falta de incentivos à produção e baixa inserção no mercado de trabalho. Diante disso, o Estado é *chamado* para investir em políticas de geração de trabalho e de educação para a qualificação profissional, como forma de se criar e fortalecer novas opções, incentivando as famílias a atuarem pela possibilidade de viver do resultado de seu próprio trabalho.

Num país com uma dívida social como a nossa, isso requer que o governo dê especial atenção aos que por longos anos estiveram “excluídos” do processo de desenvolvimento do país. Requer uma vigorosa rede de proteção e promoção social como a que estamos implementando para que as pessoas se insiram nos direitos e deveres da cidadania e, assim, possam construir uma vida mais digna. Mas implica também, por derivação dessa rede, uma estrutura que amplie as possibilidades de crescimento da nossa gente por meio de sólidas políticas de geração de trabalho e renda. (MDS, 2008, p.11).

No entanto, se estas famílias não têm acesso ao sistema educacional de qualidade e se os bons empregos não estão disponíveis para eles, especialmente pela escassez de oferta, como podemos inserir estas famílias no sistema produtivo? Como articular as correlações de forças entre as políticas públicas e o mercado? Quais as alternativas que as famílias estão buscando para *driblar* a situação de desemprego no contexto de informalização e de precarização do trabalho?

Buscando alguns esclarecimentos sobre essas indagações é que realizamos uma pesquisa exploratória e descritiva, com entrevista estruturada, aberta e fechada, utilizando o método quanti-quali, no período de outubro a dezembro de 2009, com 30 participantes envolvidos do Serviço, sendo uma amostragem equivalente a 40% do total. Ainda relevante ao frescor do tema, realizamos a pesquisa documental, através de relatórios, de convênios, de projetos, do guia do MDS e do Sistema de Informação (GEPS/cruza os dados do CadÚnico). Investimos também na pesquisa bibliográfica, com o objetivo de aprofundar os conhecimentos, estudando a categoria trabalho e articulando com os limites e com as possibilidades do Serviço de Inclusão Produtiva na melhoria das condições de vida das famílias em situação de vulnerabilidade social<sup>2</sup> no Município de Vitória.

---

<sup>2</sup> Famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar; grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (Política Nacional da Assistência Social – PNAS).

## 2. FORMAS DE *DRIBLAR* O DESEMPREGO E CONSIDERAÇÕES DOS USUÁRIOS

De março a dezembro de 2009 participaram no processo de acompanhamento dos grupos produtivos 132 famílias, sendo que destes 51 famílias evadiram (39%) e 80 famílias continuam participando (61%). Analisamos que 40% dos motivos da evasão dos participantes estão ligados ao não interesse em formar grupo produtivo, além de 7% está ligado aos conflitos grupais (por isso o investimento no empreendedor individual). Salienta-se também que muitos já vendiam seus produtos sozinhos, não tendo interesse em se envolver nos compromissos do Serviço (participação em feiras, reuniões, escalas e outros). Outro motivo da não participação é em relação à falta de tempo, sendo 17% ligada aos cuidados com os filhos. Para Pamplona (2001) no processo de triagem já existe uma eliminação dos trabalhadores, ficando o perfil com mais perfil de sobrevivência. O MDS também aborda os Índices de Potencialidades Sócio-Econômica, visto que nem todos os usuários estão aptos para se inserirem em políticas de geração de renda, muitas, vezes sendo necessário investir primeiro, ou simultaneamente, na segurança de acolhida das famílias.

Com relação ao estado civil observamos que 77% das mulheres são casadas (registradas ou não) e vive com seus maridos ou companheiros, o que muitas vezes pode facilitar o trabalho com a divisão de tarefas no lar, ou então, dificultar quando os maridos não permitem que suas mulheres trabalhem fora, ficando seu tempo exclusivo para os cuidados com a família, sendo que 87% possuem filhos. O novo uso do tempo da mulher também é um indicador de várias interpretações, a partir do momento em que se insere em uma jornada “dupla” de trabalho, tendo que redistribuir os seus horários com o trabalho, sendo uma análise necessária de ser realizada, principalmente, neste novo contexto: “a mulher no mercado de trabalho e o uso do seu tempo”.

Com relação aos benefícios, 57% dos entrevistados recebem algum tipo de benefício (56% Bolsa Família, 24% Programa Família Cidadã, 5% do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e do Benefício de Prestação Continuada). Vale ainda ressaltar, que este público é 99% composto por mulheres, com 60% dos integrantes que não completaram o ensino fundamental.

Quanto às formas para driblar o desemprego iremos abordar as alternativas de grupos de produção e de empreendedor individual nas áreas de artesanato e de culinária.

Ao pesquisar o significado do aumento da renda familiar 100%, consideram ter aumentado sua renda após inserção no Serviço. Seu significado na economia da família destaca-se que 44% estão relacionados ao pagamento de contas como: água, luz, telefone, vestuário, alimentação e aluguel; 18% revertido para a melhoria da moradia e 32% a compra de bens duráveis (fogão, geladeira, cama, guarda-roupa e outros) que antes não havia no lar, ou então, não estavam em estado de boa utilização.

Registra-se ainda que há 6% investido em atividades de lazer, o que significa que as famílias também se inserem em contexto que antes não havia, como por exemplo, levar seus familiares aos parques, eventos e outros, principalmente, quando participam dos espaços de comercialização. Vejamos também alguns depoimentos com relação às novas perspectivas das famílias quanto ao consumo e ao trabalho, a partir de seus depoimentos: “*Hoje tenho televisão freezer, antes não tinha nada disso*”(M.G.2009); “*Era pouca a renda, passava necessidade, não tinha objetivo, um ânimo, estratégias de sustento. Hoje tenho uma estratégia e comida não falta*”.(J.M.2009); “*A primeira venda para mim foi muito importante, porque depois de muito tempo sem trabalhar, aquele foi meu primeiro salário e pude ajudar meus três filhos*”.(M. A. D, 2009). “*Não fazia nada. Hoje produzo, sinto-me cidadã. Minha vida era só ficar em casa, hoje contribuo com orçamento familiar*”. (E.A.2009)

Com relação à capacidade de planejar recursos financeiros, ou seja, capacidade de economizar, de poupar e de investir, precisa-se fortalecer o suporte institucional, a fim de superar as dificuldades que essas pessoas encontram para gerir de maneira bem-sucedida um negócio



próprio. Como diz Dona Maria Antônia do Banco Comunitário Sol no Encontro da Economia Solidária na UFES 2010: “precisamos virar empresárias de nosso próprio negócio em pouco tempo, enquanto na universidade os administradores ficam no mínimo 04 anos”.

Mas como podemos sugerir que, por meio da política de GTR, pessoas com baixa qualificação profissional, baixa escolaridade, baixa renda façam a gestão de negócios próprios quando há altas taxas de insucesso e também muitos exemplos de pessoas de alta escolaridade, alta renda e com grande disponibilidade de capital que não são bem-sucedidas em pequenos negócios? Pessoas com baixa qualificação profissional, baixa escolaridade e baixa renda devem dedicar-se a empreendimentos pequenos, simples e intensivos em mão-de-obra [força de trabalho]. Além disso, pessoas de baixa renda que iniciam negócios próprios precisam de suporte institucional. O esforço individual é importante, mas apenas motivação das pessoas que participam de um empreendimento produtivo não é suficiente para que ele seja bem-sucedido. (MDS, 2008. p.32)

Outro aspecto a ser considerado é o olhar sobre o local, onde as famílias visualizam a possibilidade de comercializar em seu próprio bairro, sendo que 48% vêem a possibilidade de comercializar entre vizinhos, famílias, comércio e outros, constituindo 65% das vendas. Mesmo assim o olhar sobre o local deve ser instigado, e desmistificar que “*Santo de Casa não faz Milagre*”, precisamos unir as iniciativas de inclusão produtiva com o processo de desenvolvimento local.

Outro desafio do Serviço é o encaminhamento após os cursos. A pesquisa demonstra que 82% dos entrevistados estão realizando alguma atividade produtiva após o curso. Destes, 36% participaram dos cursos para melhorar seu próprio negócio nas seguintes áreas: 40% alimentação; 30% artesanato; 26% técnicas de beleza e 4% processos de vendas. Outra parcela de 27% está envolvida nos grupos de produção com a assessoria dos técnicos. Ressalta-se que 37% foram encaminhados ao mercado formal e estão trabalhando nas seguintes áreas: ajudante de cozinha, balconista, serviços gerais, atendente, garçom e repositor. Dos que não estão trabalhando destacam-se os seguintes motivos: 57% ainda não tiveram oportunidade; 14% não passaram na prova e 29% estão com problemas familiares. Os que não estão trabalhando, pois também vêem apenas no Serviço um espaço de convivência, não focando o investimento no trabalho.

Quanto ao processo de formação, ou seja, o fortalecimento de conhecimentos e habilidades específicas e de gestão, verificamos nos depoimentos: o orgulho do trabalho que faz, o crédito na capacidade de fazer algo, a melhoria da qualidade do produto e dos serviços prestados, além da troca de experiências com o investimento em ações coletivas que chamamos aqui de Clube de Trocas. “*Fazia do meu jeito. Aceitei sugestões e participei de cursos e partir daí venho melhorando e aumentando as vendas*” (E. R, 2009). “*Achei muito bom o espaço do Clube de Trocas. Além de poder trocar o material, vamos trocar experiências e fortalecer o grupo*” (E. B. 2009).

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo não pretende dar um caráter conclusivo ao tema exposto, mas buscar alguns indicadores que possibilitam melhorar o entendimento do tema Inclusão Produtiva. Cada indicador pode se transformar em um objeto/sujeito de estudo, como: o cuidado com os filhos, o convívio familiar e comunitário, a articulação com as políticas de habitação, de saúde, de educação e de trabalho/emprego e renda, todavia iremos fornecer um panorama mais geral.

O Serviço de Inclusão Produtiva nasce dos espaços de contradição do sistema capitalista, dentro de um processo de erosão dos direitos, do princípio de que o mercado é o estruturador da sociedade e da política, onde trabalhadores estão fora das arenas organizadoras da economia e da vida social e há uma clivagem entre qualificados e não qualificados.

Dentro do próprio Serviço temos um paradoxo de uma organização de trabalho: uma a partir da perspectiva de desvantagem, segundo Pamplona (2001), como uma política focalizada e restrita, pois envolve pequeno número de trabalhadores desempregados; baixa taxa de sobrevivência de novos negócios; reduzido impacto na expansão de empregos e também não sendo uma política de criação de negócios viável para todos. Por outro lado, vantagem, pois viabiliza ganhos de renda para as famílias, sendo uma alternativa para aliviar a pobreza e com ganhos subjetivos de melhora os níveis de confiança, de auto-estima e de tomada de decisões.

O caso o Serviço de Inclusão Produtiva é uma alternativa ao não assalariamento e ao desemprego, mas não com a visão de combate a este, e sim na perspectiva de considerar os novos *modos de fazer* nesta relação contraditória entre capital - trabalho e dentro da alavanche neoliberal. Segundo MDS (2008, p.32), pode se tornar uma ponte para algum lugar, o auto-emprego pode ser estimulado como pelo menos uma solução temporária ou intermediária.

O desafio do Serviço de melhorar as condições de vidas das famílias em situação de vulnerabilidade social, não devendo ser pensado de forma estanque e pontual. O desenvolvimento dos projetos de Inclusão Produtiva deve estar articulado com as demais políticas setoriais e inserido em políticas de desenvolvimento local, contribuindo, assim, para a ampliação da capacidade de autogestão econômica e social dos grupos e das comunidades, fortalecendo as redes de produção, de comercialização e de consumo.

Deve-se investir na sustentabilidade destas ações, visto que este mercado de trabalho em sua maioria é muito instável. O Serviço ainda é pontual, à medida que não envolvemos grande parcela do total das famílias inseridas no Cadúnico do Município e não conseguimos uma “estabilidade” no processo de trabalho, visto que ainda as estratégias são cheias de improvisação, de incertezas e descontinuidade do mercado. Mas como buscar estabilidade em um mercado que opera na fragilidade de vínculos até entre os trabalhadores formais? Segundo Telles (2001, p. 126) é uma vulnerabilidade (tempo de inserção no emprego) que atravessa todo o mercado de trabalho, inclusive nos núcleo mais dinâmicos da economia. A ação compartilhada, apesar de várias tentativas, é tímida com a integração com outras políticas setoriais, visto que o foco para o mercado continua no público que já está trabalhando e/ou que está a pouco tempo fora do mesmo.

A atuação do profissional requer uma perspectiva de totalidade do Serviço, baseada não apenas na realização de cursos, mas com uma visão de inserção no mercado de trabalho, de conexões sociais, com práticas capazes de descobrir ou de despertar as vocações das famílias e fomentar o intercâmbio externo, aproveitando as potencialidades locais, interagindo objetivos econômicos, sociais, humanos, culturais e ambientais.

Mesmo em um sistema que fortalece a desigualdade social, é preciso transformar esses desafios em oportunidades. A Inclusão Produtiva não deve ser apenas um programa complementar, mas como política pública que se tornem uma ação mais duradoura e continuada, com uma equipe cada vez mais qualificada e, principalmente mobilizada, com maior investimento em subsídio técnico e financeiro, na construção de política de crédito orientado para este público específico, além da maior integração com as outras políticas, principalmente, educação, de emprego, de saúde, de previdência social e de habitação. Destaca-se a importância do investimento em um sistema de monitoramento e de avaliação, a fim de mensurar os impactos e fatores de risco que facilitem e que dificultam a efetivação das ações.

Deve-se articular e efetivar cada vez mais as políticas de proteção social com as políticas de promoção social. Para seu fortalecimento é imprescindível que os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) vejam este Serviço vinculado ao Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) e realize uma ação bem clara de sensibilização das famílias para adesão as atividades propostas. É fundamental que o interesse das famílias seja estimulado e desenvolvido, a fim de garantir o engajamento necessário para o desenvolvimento de suas capacidades e potencialidades.

Podemos então dizer que, mesmo incipiente, as estratégias de Inclusão Produtiva vem modificando a subjetividade, as relações de consumo e de trabalho na melhoria das condições de vida destas famílias. Há também uma satisfação das aspirações (reveladas ou não) de aumento do status social, pois estar ocupado novamente e ser “dono” de uma unidade produtiva geram aumento do status social e aumento da confiança em si mesmo. O Serviço deve fortalecer a conexão social da rede de serviços públicos na vida destas famílias, que antes de serem *carentes* de renda, são *carentes* de rede de apoio (ou ainda não as identificam) qualificadas do ponto de vista econômico e social que possam conectá-los aos circuitos mais dinâmicos, mais avançados da sociedade.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo L.C. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_, SILVA, Maria Apararecida Moraes (orgs.). **O Averso do Trabalho**. São Paulo: **Expressão Popular**, 2010.

BARBOSA, Rosângela Nair. **A Economia Solidária como Política Pública. Uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho do Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

CASTEL, Robert. **Desestruturação do mundo do trabalho e suas implicações para a política social**. Em: PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira et al. (orgs.). Política Social, trabalho e democracia em questão. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Política Social, p. 83-96, 2009.

LEITE, Izildo Corrêa. **Novos olhares, novos lugares: por uma Política Social de combate à pobreza condizente com a construção da cidadania**. In. ISSN 1405-1435, UAEMex, num.47, p.62-89, maio/agosto 2008.

LIMA, Carlos. **Trabalho e política social no mundo do capital em crise**. Em: PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira et al. (Orgs.). Política Social, trabalho e democracia em questão. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Política Social, p. 49-82, 2009.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002

MATHIAS, Gilberto e SALAMA, Pierre. **O Estado Supervisionado**. Das Metrôpoles ao Terceiro Mundo. São Paulo: Brasiliense, 1983 (Segunda parte, p.45-88)

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**, Volume 1. São Paulo: Difel, 1982.

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo. Difel. 1984



MDS, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Guia de geração de trabalho e renda: nova perspectiva na elaboração de políticas, programas e projetos de geração de trabalho e renda.** Brasília Fundação Banco do Brasil: Instituto de Políticas Públicas Florestan Fernandes, 2008.

PAMPLONA, João Batista. **Erguendo-se pelos próprios cabelos: auto-emprego e reestruturação produtiva no Brasil.** São Paulo: Germinar, 2001.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho. Um estudo sobre a moral dos pobres.** São Paulo: Cortez, p. 87-112, 2005.

SOUZA, André Ricardo de. **Os empreendimentos comunitários de São Paulo.** Em:

SINGER, P.Souza, A. R. (Org). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, p.245-266, 2002.

TELLES, Vera da Silva. **Questão Social: afinal do que se trata?** In:\_\_\_\_\_ Pobreza e cidadania. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34, 2001. Capítulo 4, p.115-37.

### **ARTIGO 3: O ACOMPANHAMENTO SOCIAL ÀS FAMÍLIAS NO ÂMBITO DO PROGRAMA TERRA MAIS IGUAL**

Priscilla Yumi Junqueira Gondo Falcon<sup>3</sup>  
Anailza Perini de Carvalho<sup>4</sup>

#### **RESUMO:**

O objetivo deste artigo é descrever a experiência dos Assistentes Sociais no acompanhamento social às famílias do Programa Terra Mais Igual da Prefeitura Municipal de Vitória – ES, cujas demandas postas exigem um esforço na articulação das diversas políticas setoriais com vista ao atendimento integral das famílias. O atendimento social às famílias na perspectiva da integração das políticas sociais permite o acesso às informações necessárias para a tomada de consciência da situação vivida e aos serviços públicos que, paulatinamente, contribuirão para o fortalecimento dos processos emancipatórios que favoreçam a mudança em suas vidas e a participação em diversas instâncias, sendo públicas, privadas e, principalmente, de controle social. O atendimento integral às famílias deve respeitar os vínculos sociais, familiares e comunitários, bem como o respeito às diferenças e projetos de vida, estar conectado aos níveis de proteção do Sistema Único da Assistência Social – SUAS e às outras políticas sociais desenvolvidas pela Prefeitura de Vitória. Neste contexto, verifica-se que a prática profissional não é um conjunto de passos preestabelecidos, mas uma ação dinâmica que exige diálogo, compreensão dos limites e possibilidades institucionais, e capacidade teórica, analítica e propositiva que envolva a participação do sujeito e dos servidores que trabalham nas demais secretarias.

---

<sup>3</sup> Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Espírito Santo, Especialista em Planejamento, Gerência e Avaliação de Projetos Sociais pela Faculdade de Direito de Vitória e em Gestão Pública Municipal pelo Instituto Federal do Espírito Santo. Assistente Social da Prefeitura Municipal de Vitória. E-mail: [prisjunq@hotmail.com](mailto:prisjunq@hotmail.com), telefone: (27) 9976-2270. *Link* para currículo na Plataforma Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8540146409655171>

<sup>4</sup> Graduada em Serviço Social, Mestre em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo, Especialista em Família pela Faculdade de Direito de Vitória e Assistente Social da Prefeitura Municipal de Vitória – ES. Endereço eletrônico: [anailzape@hotmail.com](mailto:anailzape@hotmail.com). Telefone: (27) 9819-9010. *Link* para currículo na Plataforma Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4486644J0>

**Palavras-Chave:** Acompanhamento social; Ação profissional; Gestão integrada.

## 1. OBJETIVOS

O objetivo geral deste artigo é descrever a experiência dos Assistentes Sociais no acompanhamento social às famílias residentes nas Poligonais do Programa Terra Mais Igual, da Prefeitura Municipal de Vitória – ES.

Os objetivos específicos são contextualizar o caráter socioeducativo da prática profissional junto às famílias e no âmbito institucional, e contribuir para a compreensão da metodologia do trabalho social em programas de urbanização de assentamentos subnormais.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

A ocupação das encostas e baixadas no Município de Vitória ocorreu de forma intensa e desordenada nos anos 60 e 70, causada principalmente pela mudança de eixo da economia capixaba. As pessoas que não conseguiam inserção no mercado formal de trabalho, nem dispunham de meios para retornar ao seu município de origem, foram forçadas a descobrirem novas formas de moradia, oportunizando o surgimento de assentamentos irregulares nas áreas informais da cidade, tais como o manguezal e os morros.

Para minimizar e reverter este quadro, a Prefeitura de Vitória criou o Projeto São Pedro, iniciado na gestão de Vitor Buaiz em 1990 e funcionou até 1997, realizando ações de Desenvolvimento Humano e Urbano visando resgatar a dívida social e levar qualidade de vida, garantindo os direitos de cidadania à expressiva parcela da população que ocupou de forma degradante o ecossistema do manguezal na parte oeste do município de Vitória (VITÓRIA, 2007a, s/p). Ainda neste período foi possível prever que a ocupação seguiria fortemente para os cumes dos morros, desafiando as equipes técnicas da Prefeitura a pensarem estratégias para resolver a questão.

Sendo assim, as discussões acumuladas nos Projetos Morro e Vitória Oeste, a Agenda 21 Local e a experiência do Projeto São Pedro subsidiaram a criação, pelo decreto nº 10.131, de 14/01/1998, o Programa Integrado de Desenvolvimento Social, Urbano e de preservação Ambiental – Projeto Terra que, posteriormente, recebeu o nome Terra Mais Igual (alterado pelo Decreto nº 13.669/2007), visando unir as obras urbanísticas com a promoção social transformando, com isso, o cenário da capital do Espírito Santo e a realidade daqueles com poucas condições dignas de vida (VITÓRIA, 2007a, s/p).

O Programa Terra Mais Igual tem como objetivo,

Promover a melhoria da qualidade de vida da população socialmente excluída, efetuando seu empoderamento através de um conjunto integrado de ações sociais, obras e serviços de natureza pública, que viabilizem as mesmas condições de acesso aos bens e serviços públicos das demais áreas do município (VITÓRIA, 2007a, s/p)

As áreas de intervenção do Programa são denominadas de poligonais, definidas de acordo com os critérios de grau de carência de equipamentos, de serviços urbanos, de risco e os baixos índices sociais da comunidade em relação às demais áreas da cidade.

O Programa Terra Mais Igual, vinculado à Secretaria de Gestão Estratégica da Prefeitura de Vitória, possui como estrutura fundamental o trabalho social e como estratégia um Plano de Desenvolvimento Local que abrange dois eixos (VITÓRIA, 2007a, s/p):

- 1) Desenvolvimento Urbano: visa complementar a rede de serviços urbanos e equipamentos, liberação e destinação de uso adequado para as áreas de interesse ambiental, melhoria física das habitações precárias, eliminação das áreas de risco, melhoria da acessibilidade e mobilidade e das ações de apoio à implantação das obras físicas de inclusão territorial e ao uso e sustentabilidade das mesmas, que é o chamado de gerenciamento social das obras;
- 2) Desenvolvimento Humano: visa proporcionar o apoio necessário à população beneficiária do Programa, buscando ampliar e agregar capacidades e habilidades propiciando oportunidades que reduzam a exclusão social, através da formulação, implantação das ações estruturantes e emergenciais.

A partir desses eixos, são trabalhadas a participação social, a integração institucional e a gestão compartilhada em todas as fases do projeto, que compreende: pré-urbanização, urbanização e pós-urbanização. Além disso, trabalha com os eixos – Mobilização e Organização Comunitária, Educação Sanitária e Ambiental e Geração de Trabalho e Renda.

De um modo geral, o trabalho social em programas de urbanização de assentamentos precários no Brasil desenvolve-se através desses eixos e fases.

O Programa Terra Mais Igual, da Prefeitura Municipal de Vitória, compartilha da tendência nacional e visa em sua metodologia, a partir dos eixos Desenvolvimento Humano e Urbano, promover a participação social, integração institucional e gestão compartilhada em todas as fases e eixos.

Neste contexto, o Assistente Social que atua no Programa Terra Mais Igual tem como atribuições:

Participar das atividades de planejamento e gestão do Projeto Terra; Realizar o gerenciamento social na urbanização; Coordenar e/ou participar de reuniões com equipes multissetoriais de acompanhamento do Terra, empresas contratadas e comunidades; Elaborar relatórios gerenciais; Acompanhar a execução do Terra em parceria com as organizações comunitárias; Coordenar a elaboração e execução dos Planos Sociais Integrados, visando o desenvolvimento humano sustentável; elaborar, analisar acompanhar e avaliar projetos sociais para o desenvolvimento da comunidade; Analisar diagnósticos, planos de intervenção, projetos urbanísticos e arquitetônicos e de outros produtos necessários à elaboração e implantação dos Planos de Desenvolvimento Urbano; Emitir parecer técnico na sua área de atuação; Aplicar pesquisa socioeconômica e organizacional; Assessorar nas ações de Desenvolvimento Local. (VITÓRIA, 2006, s/p).

Assim, a atuação do Assistente Social está voltada para a melhoria da qualidade de vida, a defesa e ampliação dos direitos sociais, o fortalecimento da participação e da organização comunitária, e o acesso à moradia, à cidade formal e aos serviços públicos.

As demandas sociais que se colocam exigem um esforço na articulação das diversas políticas setoriais com vista ao atendimento integral das famílias. Entretanto, no trabalho social não há uma metodologia padrão e as estratégias profissionais devem ser particularizadas conforme a realidade social. Não se trata de um processo neutro, mas intencional e político e, conforme sustentam Paz e Taboada (2010, p. 70), essas metodologias encontram respaldo nos diversos projetos políticos societários, sejam eles conservadores, neoliberais, democrático-populares ou revolucionários.



Portanto, o profissional deve estar atento para o conhecimento das demandas atuais e acumulativas individuais e coletivas sobre o território, ampliando o foco para além da questão urbana e habitacional. Como afirma Iamamoto (2009, s/p),

(...) o espaço profissional não pode ser tratado exclusivamente na ótica das demandas consolidadas socialmente. É necessário, a partir de um distanciamento crítico do panorama sócio-ocupacional, apropriar-se das demandas potenciais que se abrem historicamente à profissão no curso da realidade.

Observa-se que as ações realizadas pelo profissional de Serviço Social, no referido Programa, estão embasadas no referencial teórico de Desenvolvimento de Comunidade, como o descrito por Souza (1996, p. 140),

A metodologia do Desenvolvimento de Comunidade é um conjunto de processos pedagógicos e meios técnicos definidos a partir da realidade comunitária e dos seus objetivos de transformação social. Os referidos processos e meios expressam a relação pedagógica de troca e cooperação que se estabelece entre o profissional e a população comunitária em função de objetivos que vão sendo estabelecidos pela comunidade.

O eixo Mobilização e Organização Comunitária é o mais importante para a prática profissional dos técnicos da área social, pois é a partir desse eixo que ocorre a relação do profissional com a comunidade e os demais parceiros que trabalham nos órgãos públicos e/ou privados para que as ações ocorram de maneira participativa e integrada.

Neste momento o Assistente Social analisa, discute e reflete a realidade da comunidade, juntamente com moradores, lideranças comunitárias, organizações sociais e parceiros, buscando construir diretrizes que nortearão as ações, e realiza atendimentos e acompanhamento social às famílias residentes nas áreas que serão foco da intervenção.

O caráter socioeducativo das ações está presente em dois momentos: no âmbito institucional, através do processo de integração das secretarias municipais para um olhar único sobre o território e os indivíduos beneficiados, e diretamente com as famílias, através do processo de participação, reflexão e de socialização das informações.

Em nível institucional, o Assistente Social utiliza-se do planejamento e dos espaços de gestão, tanto específico do Programa – a Equipe Ampliada, quanto da Instituição – a Câmara Territorial, para articulação das políticas no território em questão. Outro espaço privilegiado é a reunião da Comissão de Moradores, a qual favorece o diálogo e a participação das famílias beneficiárias, Equipe técnica da Prefeitura, empresas contratadas e lideranças comunitárias. O que caracteriza o caráter educativo nesse contexto, conforme Vasconcelos (2000 apud MIOTO, 2009, s/p), é a influência direta do profissional na formação de condutas e subjetividades dos sujeitos envolvidos.

No que tange ao atendimento direto às famílias, o caráter educativo está presente na socialização de informações precisas sobre as intervenções previstas, realizadas ou não realizadas e as justificativas para tanto, a rede de serviços públicos disponível em nível municipal, estadual e nacional, dentre outros assuntos. É importante favorecer o processo reflexivo, problematizando as questões, relacionando causas, conseqüências e soluções possíveis, e o diálogo entre os atores, de modo que se amplie a leitura crítica e consciente da realidade pelas famílias. A formação de uma consciência crítica sobre a realidade vivida poderá contribuir para tomadas de decisão e fortalecimento do processo emancipatório das famílias, e é fundamental que compreendam que se trata de um processo contraditório, com interesses difusos e distintos tensionado pelas classes.

As estratégias educativas adotadas pelo Assistente Social possuem um forte viés político, à medida que podem favorecer a subalternidade, reproduzindo o ideal autoritário e burocrático, ou a emancipação, superando a ordem estabelecida e construindo novos valores e condutas comprometidas com uma nova ordem societária. A escolha da estratégia está fortemente vinculada ao compromisso com o projeto ético-político da profissão, que exige do profissional jogo de cintura para lidar com a relativa autonomia na condução das ações versus a condição de trabalhador assalariado, que tem seu trabalho controlado pelo empregador.

Deste modo, o atendimento social às famílias na perspectiva da integração das políticas sociais permite o acesso às informações necessárias para a tomada de consciência da situação vivida e as possibilidades de acessar os serviços públicos que, paulatinamente, contribuirão para o fortalecimento dos processos emancipatórios que favoreçam a mudança em suas vidas e a participação em diversas instâncias, sendo públicas, privadas e, principalmente, de controle social.

No acompanhamento social são utilizados instrumentos e técnicas para conhecer a realidade e as demandas em nível individual, grupal e comunitário, tais como entrevistas, em geral semiestruturadas, visitas domiciliares para conhecer singularidades do cotidiano da família e as condições de moradia, reuniões com a comunidade, observação e análise de documentos. Participam do acompanhamento social profissionais da área social, tais como Economista Doméstico, Sociólogos, Assistentes Sociais e educadores sociais. Entretanto, é de competência privativa do Serviço Social “realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social” (BRASIL, 1993, s/p).

O instrumento privilegiado e privativo mais utilizado pelo Assistente Social é o estudo socioeconômico com usuários para fins de benefícios e serviços sociais. Nele constam informações sobre a família e as condições do imóvel e acessibilidade, demandas relacionadas à saúde, educação, geração de trabalho e renda, dentre outras.

É preciso que o profissional esteja atento para que não fique restrito ao componente habitacional, mas sim, à análise da situação familiar em suas diversas condicionantes, pontuando as particularidades da família e as vulnerabilidades para pensar as estratégias de promoção humana. É preciso ter clareza de que o diagnóstico socioeconômico não é um mero instrumento, ao contrário, contribui para o processo investigativo através da coleta direta de informações da realidade e subsidiam pareceres sociais que podem negar ou autorizar benefícios habitacionais (aluguel social, isenção de IPTU, dentre outros), e informam sobre a situação do imóvel e dos componentes da família, importantes para compreender o aspecto jurídico constantes do direito das sucessões. É preciso que o profissional esteja atento às questões éticas, deixando claro sobre o objetivo do diagnóstico social, a necessidade de prestar informações corretas aos moradores e manter o sigilo profissional dos casos.

O atendimento integral às famílias deve respeitar os vínculos sociais, familiares e comunitários, bem como o respeito às diferenças e projetos de vida, além de estar situado e conectado aos níveis de proteção do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, da proteção básica à especial, de média e alta complexidade e às outras políticas sociais desenvolvidas pela Prefeitura de Vitória.

Daí a necessidade de formar profissionais capazes de desvendar as dimensões constitutivas da chamada questão social, do significado e funcionalidade das ações instrumentais a este padrão, através da pesquisa, a fim de identificar e construir estratégias que venham a orientar e instrumentalizar a ação profissional, permitindo não apenas o atendimento das demandas imediatas e/ou consolidadas, mas sua reconstrução crítica (GUERRA, 2009, s/p)

Outro importante momento do trabalho social é o plantão social, que acolhe as demandas emergenciais trazidas pelos usuários e que suscitam de orientação e acompanhamento social. Além disso, exigem conhecimento ampliado e constante sobre a rede pública dos serviços e que possibilitam inúmeras possibilidades para a realização de ações socioeducativas.

As práticas adotadas comumente de competência do Assistente Social são, basicamente, as constantes no art. 4º da lei nº 8.662/93 (BRASIL, 1993, s/p), que regulamenta a profissão:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;

II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;

III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;

IV - (Vetado);

V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;

VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;

VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;

VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;

IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;

X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;

XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

### **3. METODOLOGIA DO TRABALHO**

Foi realizada pesquisa bibliográfica e documental sobre os seguintes temas específicos do Serviço Social: desenvolvimento de comunidade e participação, estudos socioeconômicos, orientação e acompanhamento social às famílias, dimensão investigativa, estratégias, instrumentalidade e espaços sócio-ocupacionais do assistente social. Outros temas foram pesquisados, tais como a metodologia do trabalho social em Programas de Urbanização de famílias e do Programa Terra Mais Igual.

A pesquisa bibliográfica possibilitou o aprofundamento teórico dos temas e a construção de análises e hipóteses quanto ao trabalho social.

#### 4. RESULTADOS

Verifica-se que a prática profissional do Assistente Social no Programa Terra Mais Igual pressupõe a articulação com as demais secretarias municipais, organizações sociais e a comunidade. As ações visam o desenvolvimento da comunidade com a participação dos sujeitos em todo o processo de intervenção, de forma participativa e integrada.

Além disso, o profissional utiliza-se de um conjunto de técnicas, conhecimentos, estudos, informações, habilidades que, embora nem sempre perceptíveis aos sujeitos, vão se modernizando e ampliando no processo (GUERRA, 1995, p. 296). Sabe também que deve adotar uma postura investigativa para vislumbrar novas possibilidades de trabalho diante das demandas emergentes do atual contexto em que vivemos.

O Assistente Social luta pela ampliação da cidadania, que visa a efetivação dos direitos civis, políticos, sociais de todos os cidadãos (IAMMAMOTO, 1999, p. 78). Contudo, é necessário ir além e ampliar o olhar sobre os direitos no Programa, não restringindo à questão habitacional e urbana. Para tanto, a pesquisa social deverá ser uma constante, o que possibilitará conhecer, problematizar e aprofundar os conhecimentos sobre a realidade alvo da intervenção, que por sua vez apresenta questões que desafiam os técnicos da Prefeitura. O problema da violência nos territórios fragiliza e impede a realização de algumas ações pelo poder público, e os estudos de impacto de vizinhança se restringem àqueles realizados pelos técnicos da área urbanística.

O atendimento social às famílias compreende duas práticas de competência do Assistente Social – a orientação e o acompanhamento social – e possui um forte viés socioeducativo, o qual informa e influencia na tomada de consciência da realidade vivida pela família, bem como suas decisões. A resposta às demandas coletivas perpassa a compreensão das demandas singulares, num movimento crítico e historicamente situado.

Nessa perspectiva, o atendimento integral às famílias pressupõe o respeito aos vínculos sociais, familiares e comunitários, e a mobilização e articulação da rede de serviços públicos para atender as demandas postas pelas famílias, conectadas aos níveis de proteção social do SUAS.

Neste contexto, verifica-se que a ação ou intervenção profissional dos assistentes sociais nas poligonais não é um conjunto de passos preestabelecidos (FALEIROS, 2005, p. 65), mas sim, uma ação dinâmica que exige o diálogo, uma compreensão dos limites e possibilidades institucionais e uma capacidade teórica, analítica e de proposição que envolve a participação do sujeito e dos outros servidores que trabalham nas demais secretarias.

Portanto, as ações visam o desenvolvimento da comunidade com a participação dos sujeitos e de outros profissionais em todo o processo de intervenção (pré-urbanização, urbanização e pós-urbanização). Como diz Souza (1996, p. 81), “a participação é o próprio processo de criação do homem ao pensar e agir sobre os desafios da natureza e sobre os desafios sociais, nos quais ele próprio está situado. Como tal, é um processo dinâmico e contraditório”.



## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão do assistente social e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Brasília, 8 jun. 1993. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/pdf/legislacao\\_lei\\_8662.pdf](http://www.cfess.org.br/pdf/legislacao_lei_8662.pdf). Acesso em 14 nov. 2011.

FALEIROS, Vicente de Paula. *Estratégias em serviço social*. 5 ed. SP: Cortez, 2005.

GUERRA, Iolanda. A instrumentalidade do Serviço Social. *Caderno de comunicação do 8º CBAS*. Salvador. BA. p. 296-297.1995.

\_\_\_\_\_. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília, CFESS/ABEPSS. 2009. *Coletânea do curso*.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação*. 2 ed. SP: Cortez, 1999.

\_\_\_\_\_. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília, CFESS/ABEPSS. 2009. *Coletânea do curso*.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Estudos socioeconômicos. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília, CFESS/ABEPSS. 2009. *Coletânea do curso*.

\_\_\_\_\_. Orientação e acompanhamento de indivíduos, grupos e famílias. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília, CFESS/ABEPSS. 2009. *Coletânea do curso*.

PAZ, Rosângela Dias Oliveira da; TABOADA, Kleyd Junqueira. *Metodologias do trabalho social em habitação*. In: Curso a distância Trabalho social em programas e projetos de habitação de interesse social. Módulo II – Trabalho social em habitação. Brasília: Ministério das Cidades, 2010, p. 69-75.

SOUZA, Maria Luiza de. *Desenvolvimento de comunidade e participação*. 5. ed. SP: Cortez, 1996.

VITÓRIA. Secretaria de Gestão Estratégica. *Processo Seletivo*, Edital 202/206, Vitória, 2006.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Gestão Estratégica. *Metodologia do Terra Mais Igual*, Vitória, 2007a.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Gestão Estratégica. Decreto Lei nº 13.669, de 28 de dezembro de 2007. *Poder Executivo*. 29 dez. 2007b.

## **EIXO 2: CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS**

*A Política Nacional de Assistência Social define a Convivência e Fortalecimento de Vínculos no âmbito das seguranças que devem ser garantidas pela proteção social. Garantir a segurança da vivência familiar ou a segurança do convívio supõe a não aceitação de situações de reclusão, de situações de perdas das relações, uma vez que a sociabilidade é própria da natureza humana. O investimento na segurança de Convivência e Fortalecimento de Vínculos tem como objetivo prevenir possíveis situações de risco da população em geral, visando à melhoria da qualidade de vida. Previnem a institucionalização e a segregação e oportunizam o acesso às informações sobre direitos e participação cidadã.*

### **ARTIGO 1: MULHERES UNIDAS CONTRA A VIOLÊNCIA – MUCAV: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM COLETIVO DE MULHERES EM SÃO PEDRO**

Paôla Danielly Uliana Peterle<sup>5</sup>  
Renata Couto Moreira<sup>6</sup>

#### **RESUMO:**

Os efeitos do modo de produção capitalista em curso intensificam a fragilização dos laços sociais, produzida por modos de vida pautados nos princípios de racionalidade e individualismo, que trazem como conseqüência um viver solitário e a pretensa ilusão de que nossa vida pode ser separada de tudo o que nos cerca. A Proteção Social Básica que é uma dimensão da Política Nacional de Assistência Social - PNAS vem intensificando ações para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira, prevenindo situações de risco social através de projetos e serviços de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, dentre outras ofertas. Porém, para que as ações da PNAS sejam efetivamente implantadas/implementadas, é necessário que haja uma constante avaliação, problematização das práticas executadas dentro dos equipamentos sociais, como os Centros de Referências de Assistência Social – CRAS, para que a proposta central não seja absorvida por uma rotina técnica que se preocupa prioritariamente com a concessão de benefícios, restringindo outras apostas de intervenção coletiva. O presente texto pretende expor a experiência do Coletivo de Mulheres na região da Grande São Pedro, no município de Vitória, região essa marcada por várias formas de violência, mas também por movimento cotidiano de resistência, que se demonstra enfraquecido, quando solitário. O grupo, intitulado de Mulheres Unidas Contra a Violência – MUCAV encontra-se em processo de construção-afirmação, como dispositivo de enfrentamento à violência contra a mulher. Busca-se aqui ainda, discutir a contribuição dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS como mecanismo de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e aliançamento com movimentos sociais produtores de resistência. Discute também o compromisso ético de trabalhadores (as) da Assistência Social, na produção de subjetividades, necessário para a efetivação de um olhar crítico à realidade e ao próprio trabalho e ainda um olhar sensível e solidário aos sujeitos envolvidos neste processo. A metodologia se articula em torno da efetivação de políticas públicas afirmadoras de vida, norteadas pela oferta de serviços que, de fato, possam trabalhar numa via ética e coletiva.

<sup>5</sup> Paola é graduada em psicologia, pós graduada, Lato Sensu em Transdisciplinaridade e Clínica e atualmente atua no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS São Pedro Território II - SEMAS/PMV.

<sup>6</sup> Renata é graduada em engenharia elétrica, mestre em ciência da computação e doutora em economia. Atualmente participa do Fórum Estadual de Mulheres do Espírito Santo.

Situações exemplares são destacadas para dar visibilidade à força gerada por esse dispositivo como estratégia de luta coletiva.

**Palavras-Chave:** Coletivo, dispositivo, mulher, fortalecimento de vínculos, resistência.

## 1- INTRODUÇÃO

Esse artigo relaciona-se à necessidade de criação e fortalecimento de espaços coletivos comunitários que dialoguem com o enfrentamento da violência nos centros urbanos, concentrada em suas periferias, e atuando especificamente contra as mulheres, e contra seus filhos, crianças e jovens. Une-se á inquietações produzidas a partir da experiência profissional, que tem o Centro de Referência de Assistência Social de São Pedro Território II - CRAS<sup>7</sup>, do município de Vitória, como campo de pesquisa e como mecanismo potente para o fortalecimento de vínculos comunitários e organização popular. Atuar nesse serviço, possibilita observar o quanto o mesmo afirma-se como referência territorial para a universalização dos direitos sociais e lugar de encontro da população local.

Busca-se também, registrar a experiência de um coletivo de mulheres, denominado de MUCAV: Mulheres Unidas Contra a Violência, que ressignificam nesse espaço, o sentido de estarem juntas lutando contra a violência, presente no cotidiano local e no atravessamento de suas vidas. Esse grupo, conta ainda, com a aliança de integrantes do Fórum Estadual de Mulheres que trazem para os encontros a experiência da participação em outros grupos organizados de mulheres e movimentos populares.

Esse acontecimento, intitulado de Mulheres Unidas Contra a Violência – MUCAV encontra-se em processo de construção-afirmação, como dispositivo<sup>8</sup> de fortalecimento coletivo para o enfrentamento à violência contra a mulher e demais problemáticas comuns, vivenciadas na região da Grande São Pedro, no município de Vitória.

Não é por acaso que o nome do bairro em que acontecem os encontros do MUCAV chama-se Resistência, lugar marcado por inúmeras tentativas de ocupação territorial de uma parcela marginalizada da sociedade, composta por imigrantes, desempregados, famílias inteiras que morando em palafitas precárias, sobreviviam do manguê e do lixo depositado naquela região, que servia de alimento, vestuário, fonte de renda e de esperança. Através da organização e luta, essas pessoas conquistaram o direito de viver nesse lugar: São Pedro, com uma realidade atual bem diferente daquela, em que o poder público e a sociedade civil organizada, através da reivindicação popular, garantiram a melhoria da qualidade de vida dos moradores e possibilidade de acesso a políticas públicas de assistência social, saúde, educação, dentre outras.

Nota-se que a organização popular, responsável por tantas conquistas, mostra-se enfraquecida e os problemas sociais, agora representados pela violência e tráfico de drogas, acompanham a precarização de alguns serviços ofertados à população.

---

<sup>7</sup> O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), que é um equipamento público estatal de atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social, é responsável pela oferta do Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF). O CRAS na PSB é considerado a “porta de entrada” dos usuários à rede de proteção social básica (PNAS, 2004).

<sup>8</sup> Assim, todo o dispositivo se define pelo seu conteúdo exato de novidade e criatividade, que marca, ao esmo tempo, a sua capacidade de se transformar, a menos que, ao contrário, seja desprovido de força sobre suas linhas mais duras, mais rijas ou mais sólidas... (Deleuze, G. In: Escobar, C.H, 1991, p.85).

É diante deste contexto de precarização e fragilização da vida onde grande parcela da população encontra-se excluída e vivendo em situação de risco social, que entendemos a importância de políticas públicas afirmadoras da vida, efetivadas na oferta de espaços de encontro, como dispositivos que, de fato, possam trabalhar numa via ética e coletiva

## 2- OBJETIVOS

A Proteção Social Básica que é uma dimensão da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, na qual o CRAS está inserido como gestor territorial<sup>9</sup>, vem intensificando ações para a melhoria da qualidade de vida das populações prevenindo situações de risco social. Porém, para que as ações da PNAS sejam efetivamente implantadas/implementadas, mostra-se necessário que haja uma constante avaliação, problematização das práticas executadas dentro dos equipamentos sociais, como os CRAS, para que a proposta central não seja absorvida por uma rotina técnica trefista, restringindo outras apostas de intervenção preventiva, como um coletivo de mulheres.

O município de Vitória possui atualmente o maior número de CRAS do Espírito Santo, em número de doze, firmando-se como um importante campo para o monitoramento e efetivação da PNAS que preconiza a participação cidadã, em que os usuários e usuárias dos serviços, devem sentir-se membros da comunidade, do território em que vivem e protagonistas das mudanças de sua vida.

Para tanto, é necessário também que haja um compromisso ético de trabalhadores (as) da Assistência Social, na relação com o público atendido, necessário para a efetivação de um olhar crítico à realidade e ao próprio trabalho e ainda um olhar sensível e solidário aos sujeitos envolvidos neste processo e à produção de subjetividades<sup>10</sup>.

Ainda que nas ações cotidianas existam entraves, como a dificuldade de integração entre os equipamentos da rede sócio assistencial e fragilidade de um trabalho coletivo entre as equipes profissionais e dessas para com os usuários, o CRAS mostra-se como um instrumento contextualizado de acesso da população local e produtor de um saber sobre as pessoas que buscam acolhimento e respostas para suas demandas sócio assistenciais visando alcançar uma vida mais digna para suas famílias.

Em função da grande maioria do público atendido pelo CRAS ser composta por mulheres e que, em grande parte, carregam as marcas de algum tipo de violência, pretende-se registrar aqui a experiência, que segue seu curso em construção, de um Coletivo de Mulheres em São Pedro, denominado Mulheres Unidas Contra a Violência – MUCAV, como mecanismo de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e aliançamento com movimentos sociais produtores de resistência.

---

<sup>9</sup> “A gestão territorial da proteção básica responde ao princípio de descentralização do SUAS e tem por objetivo promover a atuação preventiva, disponibilizar serviços próximos do local de moradia das famílias, racionalizar as ofertas e traduzir o referenciamento dos serviços ao CRAS em ação concreta, tornando a principal unidade pública de proteção básica uma referência para a população local e para os serviços setoriais.” (Orientações Técnicas CRAS 2009, p.20)

<sup>10</sup> (...) Os processos de subjetividade ou subjetivação “nada tem a ver com a ‘vida privada’, mas designam a operação pela qual indivíduos ou comunidades se constituem como sujeitos, à margem dos saberes constituídos e dos poderes estabelecidos, podendo dar lugar a novos saberes e poderes.” (Deleuze, G., 1992, p.193)



### 3- REFERENCIAL TEÓRICO

Os efeitos do modo de produção capitalista em curso intensificam a fragilização dos laços sociais, produzida por modos de vida pautados nos princípios da racionalidade e individualismo, que trazem como conseqüência um viver solitário e a pretensa ilusão de que nossa vida pode ser separada de tudo o que nos cerca.

Além disso, há também a implantação de formas padronizadas de existência, ou seja, modos de existir, de sentir, de pensar padronizados. Algo que é percebido como natural e imutável: “toda mulher é assim” ou “isso é coisa de mulher”, ou ainda “a mulher tem o homem que merece”. É um modo-mulher instituído<sup>11</sup> socialmente e que é entendido como uma verdade cristalizada, imutável e portanto mais difícil de ser desconstruída, afirmando-se como um dos fatores principais que impedem o rompimento do ciclo da violência.

Nas normativas do Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família - PAIF<sup>12</sup>, principal serviço ofertado no CRAS há a afirmação de uma política de resistência, de investimento em outras formas de viver através do fortalecimento de vínculos, aliançamento com movimentos sociais, afirmação de possibilidade de mudança, etc. Porém, é preciso perguntar se de fato o CRAS, tem trabalhado nessa direção.

Além disso, a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS-NOB RH que apresenta as diretrizes para a política de gestão do trabalho no Sistema Único da Assistência Social (SUAS) legítima no capítulo III, sobre os princípios éticos para os trabalhadores da assistência social, no item 1, a seguinte afirmação: “A Assistência Social deve ofertar seus serviços com o conhecimento e compromisso ético e político de profissionais que operem técnicas e procedimentos impulsionadores das potencialidades e da emancipação de seus usuários.”

Nota-se que existem várias possibilidades para trabalhar o enfrentamento à violência, nos projetos de prevenção primária à violência com os jovens e as famílias, a partir de “rodas de conversas” e grupos em que várias temáticas são trabalhadas e discutidas com a comunidade, buscando reflexão ética sobre as práticas naturalizadas e produtoras de sofrimento.

Lidar com violência aponta para um “olhar e não ver”. Falar desta relação, vai para além de uma formação acadêmica e cheia de titulações, aponta para uma postura “ético-estético-política”<sup>13</sup>, uma necessidade de considerar o outro a partir de um “ver” ampliado, para além da vitimização, mas apostando nos movimentos de ampliação da

---

<sup>11</sup> [...] instituição não é uma coisa observável, mas uma dinâmica contraditória construindo-se **na** (e **em**) história, ou tempo (...) pois tomamos instituição como dinamismo, movimento; jamais como imobilidade. Até instituições como Igreja e Exército estão sempre em movimento, mesmo que não tenhamos essa impressão (LOURAU, 1993: p. 11). Ou seja, o instituído apresenta-se como um acontecimento, que mesmo dinâmico, aparentemente mostra-se como uma verdade, uma afirmação de uma força.

<sup>12</sup> “O PAIF, reconhecendo a família como espaço privilegiado de proteção e desenvolvimento das pessoas, tem por objetivo o fortalecimento da convivência familiar e comunitária (...)” (Orientações Técnicas CRAS 2009, p.32)

<sup>13</sup> “A humanização como uma das estratégias para alcançar a qualificação da atenção e da gestão em saúde no SUS estabelece-se, portanto, como construção/ativação de atitudes ético-estético-políticas em sintonia com um projeto de co-responsabilidade e qualificação dos vínculos interprofissionais e entre estes e os usuários na produção de saúde. Éticas porque tomam a defesa da vida como eixo de suas ações. Estéticas porque estão voltadas para a invenção das normas que regulam a vida, para os processos de criação que constituem o mais específico do homem em relação aos demais seres vivos. Políticas porque é na polis, na relação entre os homens que as relações sociais e de poder se operam, que o mundo se constrói.” (Brasília, 2004)

vida. Para isso, faz-se necessário um maior investimento em formação continuada para os profissionais, em que o exercício ético deve ser um desafio incansável e permanente no trabalho.

O Coletivo de mulheres mostra-se como um dispositivo capaz de transformar uma realidade. Aponta para uma necessidade das pessoas participarem de iniciativas comunitárias que possibilitem a construção de subjetividades ético-políticas, solidárias, através de novos espaços de “encontros”, em que há, na troca, o reconhecimento de que problemáticas consideradas individuais, são na verdade consequência de uma produção social.

Os espaços de encontro entre mulheres, que muitas vezes não podem compartilhar e resignificar suas experiências ou idéias sobre a violência, carregam uma potência de fortalecimento para a vida no coletivo, como afirma Deleuze, “Quando um corpo “encontra” outro corpo, uma idéia, outra idéia, tanto acontece que as duas relações se compõem para formar um todo mais potente quanto que um decompõe o outro e destrói a coesão de suas partes.” (Deleuze, 2002 p. 25)

Aqui, como o foco é a luta coletiva contra a violência e à expansão da vida, demarca-se que, desses encontros, podem surgir parcerias, alianças, que somadas potencializam modos de existência, o que Deleuze chama de “bons encontros”, que seria a base para a formação desse coletivo de mulheres unidas a favor da vida: “O bom existe quando um corpo compõe diretamente sua relação com o nosso, e, com toda ou com uma parte de sua potência, aumenta a nossa.” (Deleuze, 2002, p.28)

Dessa forma, pensar na PNAS, em seu caráter preventivo, como uma condição de acesso a direitos e cidadania, implica considerar a necessidade de utilização desses espaços de encontro como estratégia básica para a formação de redes solidárias, geradoras de saúde e aberta aos possíveis modos coletivos de luta que se colocam na vida.

Ao relatarem suas histórias e perceberem os sofrimentos narrados e superados, permiti-se romper também com a naturalização da violência na percepção da relação desigual de poder entre homens e mulheres, por exemplo, na fala de uma participante do MUCAV, abaixo:

*“Eu via minha mãe 3 horas da manhã acordando e preparava tudo para o meu pai. Colocava lenha pra queimar e fazia o café e marmita dele. Só quando tudo estava pronto, às 6 horas da manhã, ela o acordava para ir trabalhar. E ele batia nela e dizia que ela não podia chorar, porque mulher que apanha e chora é vagabunda. E ela agüentava tudo. Eu me revoltei muito com aquilo e prometi que comigo ia ser diferente. Mas ainda não é.” (Participante do MUCAV, 2011)*

Nesse depoimento, percebe-se que as agressões podem manifestar-se intergeracionalmente. A referência dessa mulher sobre o sofrimento de sua mãe, mostra que há um ciclo da violência que tende a se reproduzir a partir de uma banalização da violência, em que há dificuldade em se romper com essa situação, pois apesar de não querer viver a mesma história de violência, é algo que se repete na relação conjugal.

Além disso, outras falas apontam para esse modo-mulher naturalizado que inclusive provoca culpabilização, principalmente quando associado a princípios religiosos: “Acho que a mulher ser cautelosa vem de Deus. Nós mulheres somos uma jóia para Deus. Está na Bíblia. A mulher foi criada para ser assim, mãe e delicada” (Participante do MUCAV, 2011).

Quando se volta o olhar para a origem desta naturalização do modo-mulher submissa e de todas as formas de violência a que elas estão submetidas, há estudos que indicam uma construção social desta dominação de um sexo sobre outro mesmo antes da sociedade capitalista. Engels (2002) remonta esta origem desde o desmoronamento do direito materno, colocando como “*a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo*” (ENGELS, 2002, p.60).

Segundo este autor, o primeiro efeito do poder exclusivo dos homens pode ser associado à forma de família patriarcal que se organizava, na qual indivíduos, livres e não livres, se organizavam submetidos ao poder paterno de seu chefe. Por mais que o modelo de família tenha sofrido transformações nos dias atuais, percebe-se que o alicerce do poder em torno do homem se mantém e se reproduz, às vezes pelo comportamento das próprias mulheres. Associado a lei da herança, que passa de pai para filho, foi necessário garantir a paternidade dos filhos, e assim, a fidelidade da mulher.

Para tanto, esta vem sendo entregue sem reservas ao poder do homem que, segundo as próprias palavras do autor “*quando este a mata, não faz mais do que exercer o seu direito.*” (ENGELS, 2002, p. 61). Essa constatação também é afirmada e vivida por algumas participantes do MUCAV:

*“Meu ex marido entrou para a polícia e ficou muito possessivo e ciumento. Um dia peguei ele cheirando minhas calcinhas. Eu disse para ele: não se meta com minhas calcinhas. Ta ficando doido?”*

*“O homem pensa: Se é mulher eu posso bater. Se é mulher eu posso desprezar.”*

Portanto, a instituição família patriarcal ainda se faz presente e naturalizada na sociedade moderna, por mais que as mulheres tenham conquistados vários direitos em busca de sua autonomia, como o direito ao divórcio, ao voto, ao trabalho remunerado, entre outros. Entretanto, há ainda muito para se conquistar, pois ainda recaem sobre a mulher as obrigações domésticas (cozinhar, lavar, limpeza e cuidados com os filhos), e sua submissão à forma de família individual, como nota-se nas falas de algumas participantes:

*“Na minha casa é assim: eu nunca vi meu pai na cozinha. Com meu marido, eu dava o prato na mão. E hoje se não tem prato na mão ele não come. Outro dia fiz uma comida que ele adora e não dei o prato para ele, então ele ficou rodeando o fogão mas não comeu. Eu sei que eu mesma coloquei o mau costume.” (Participante do MUCAV, 2011)*

Nessa relação construída no coletivo, abre-se a possibilidade de resignificar certos conceitos e construir outros sobre a percepção da experiência de ser mulher numa sociedade patriarcal, considerando também a reprodução da violência como produção relacional, tanto exercida pelo homem como pela mulher, apesar da evidente desigualdade de poder, conceito que é trabalhado na citação abaixo:

*“Defendemos uma abordagem da violência contra as mulheres como uma relação de poder, entendendo-se o poder não de forma absoluta e estática, exercido via de regra pelo homem sobre a mulher, como quer-nos fazer crer a abordagem da dominação patriarcal, senão de forma dinâmica e relacional, exercido tanto por homens como por mulheres, ainda que de forma desigual.” (Santos, 2005, p.14)*

Em contrapartida, a experiência compartilhada entre as mulheres, as técnicas e representantes de outros movimentos organizados, possibilita uma ampliação do “olhar” sobre a condição “mulher” e a desconstrução do que mostra-se como “verdade única”, produzindo novas/outras subjetividades mais potentes, como percebe-se nas falas de participantes do MUCAV, a seguir:

*“Eu acho que isso é cultural. A mulher é delicada pois aprendeu a ser assim. Temos que aprender a dividir tarefas e obrigações. Nós atropelamos os homens.”*

*“Eu sou é bolacha fina. Eu que não faço barraco para homem que está me traindo. Ainda mais em boteco. Eu sou muito importante para isso.”*

Na relação construída a partir dos encontros do MUCAV, percebe-se o produto de uma aprendizagem coletiva. Capaz de produzir novas subjetividades com potência de interferir direta ou indiretamente na mudança de postura dessas mulheres em suas relações, na educação dos filhos e filhas e na convivência comunitária. Essa aprendizagem se processa na própria relação com o saber construído no coletivo, como afirma Kastrup:

“O produto da aprendizagem não é uma repetição mecânica, repetição do mesmo, mas uma atividade criadora, que elimina o suposto determinismo do objeto ou do ambiente, atividade sempre em devir. Aprende verdadeiramente aquele que cria permanentemente na relação com o instrumento, reinventando-se também como músico de maneira incessante.” ( Kastrup, 1997, p.6)

Nesses encontros, as pessoas trazem nas entrelinhas, suas vivências, formas de lidar com o outro, modos de existência afirmadores de práticas solidárias, que precisam ganhar visibilidade. Para isso, é necessário, não só falar da violência, mas também das práticas cotidianas que não se utilizam de meios violentos e sim outros modos de afirmação na vida que se utilizam de meios solidários e potentes para uma convivência pacífica.

#### **4- METODOLOGIA**

O coletivo de mulheres surgiu como uma proposta que “extrapolasse” as reuniões dos grupos de famílias acompanhadas do CRAS, pela necessidade de criação de outros espaços menos burocráticos e mais informais de encontro que promovesse o fortalecimento de vínculos comunitários e o enfrentamento das várias violências, através da resignificação de conceitos e acesso aos direitos. Uniu-se à participação de algumas usuárias, incentivadas pela equipe técnica do CRAS, na “Marcha da Mulher do Campo e da Cidade contra a Violência” no dia oito de março de 2011, juntamente com o Fórum de Mulheres que foi um fator potencializador, para que o coletivo pudesse se reunir e se organizar. E também da necessidade de criação de uma organização local, de enfrentamento à violência, num momento em que as notícias de violência contra a mulher e os jovens estavam evidentes, explícitos no território e nos jornais.

Para tanto, buscou-se parceria com participantes do Fórum Estadual de Mulheres, que além de trazer uma “bagagem” teórica sobre a temática, contribuem também com a troca de experiência da participação em outros grupos de mulheres e movimentos sociais, favorecendo a organização do MUCAV.

Com o apoio do próprio Fórum, as reuniões tiveram início em abril de 2011 nas dependências do CRAS, em Resistência. Essa parceria contribuiu para estimular e qualificar a participação das mulheres nos movimentos comunitários, e outros movimentos sociais organizados no bairro. Após um processo de apresentação e identificação das necessidades e interesses comuns, organizou-se uma pauta de temas que pudesse guiar os debates nas reuniões. Dentre estes, o de maior destaque foi sobre a violência no bairro, tanto nas ruas contra os jovens e as mulheres, como nos lares.

As reuniões compõem-se de oficinas para debater questões de gênero, dentre as quais a violência permeia as principais preocupações e fatos cotidianos da vida das mulheres.

Além destas, debate-se políticas públicas para mulheres, como a lei Maria da Penha, as diretrizes para as Conferências de Mulheres. Assim como há a participação em manifestações coletivas como caminhadas, marchas, entre outras.

Nos primeiros encontros, foram desenvolvidas Oficinas de Gênero, com o intuito de dar visibilidade aos vários saberes construídos sobre a temática. Para tanto foi aplicada uma técnica com recortes de revista, com figuras consideradas do universo feminino e masculino, em que o grupo deveria definir os papéis sociais por gênero, separando as figuras. Essa técnica favoreceu a reflexão sobre a divisão social de gênero, em que o grupo pode discutir os efeitos desses “conceitos” populares e intergeracionais para as vivências de cada uma e para a reprodução ou o enfrentamento da violência. Algumas falas são citadas para exemplificar a dinâmica do encontro:

*“Quando eu era criança eu nunca gostei de brincar de boneca ,sempre gostei de brincadeira de homem, tipo carrinho.”*

*“Essa história de que mulher no volante perigo constante é tudo mentira. A mulher é mais cautelosa no trânsito.”*

*“Acho que é de cada um. Tem mulher que é igual a homem e tem homem que é mais delicado.”*

*“Meu marido me ajuda em casa com as tarefas. Ele só não varre porque rebola muito.”*

Algumas participantes já se conheciam, outras não, mas fica claro, nos encontros, que há muito em comum e o fortalecimento dos vínculos e da autoconfiança para com a vida é inevitável, como observa-se nessa fala: *“Esse grupo me dá uma sensação de força. Muitas de nós temos vontade de nos organizar, mas não sabemos como começar, a quem procurar, como fazer.”*

Além disso, foram compartilhadas as experiências de pertencimento ao território que carrega uma história de resistência pela sobrevivência, como é percebido no relato abaixo, que traz o sentimento de que a luta é mesma, é coletiva e que a mudança é possível a partir de uma organização:

*“Todas conhecemos a história desse lugar. Muita gente lutou por isso aqui e melhorou muito. Estávamos aqui na época do mangue e do lixo. Eu mesma, era criança e catava coisa do lixo pra sobreviver. Quando o caminhão descarregava, era aquele monte de criança alegre em cima do lixo. Depois aterraram São Pedro com terra de cemitério. A gente via no meio da terra, aquelas coroas de defunto. Em seguida jogaram pó de serra. Melhorou muito hoje.”*

Os encontros acontecem no CRAS, em Resistência, quinzenalmente à noite. Mas esses encontros, estendem-se também para outros espaços e acontecimentos, como caminhadas da paz, marcha das mulheres, Grito dos excluídos, participação em conferências e cursos, nas oficinas motivacionais e outros grupos de famílias acompanhadas do CRAS, na rua e em visitas domiciliares, favorecendo o fortalecimento dos vínculos.

Trabalha-se também com oficinas para a confecção de faixas, cartazes e materiais de manifestações, além de discutirmos a situação local, tanto quanto da violência, como da condição econômica de cada. Com uma alternância destas atividades, busca-se um equilíbrio de organização em torno de objetivos comuns, e o fortalecimento necessário para que as mulheres sejam protagonistas na transformação da sua realidade.



Os encontros não são necessariamente programados ou trazem uma atividade teórica planejada. Servem constantemente como instrumento de informação sobre os acontecimentos do território e as ações positivas e preventivas que são desenvolvidas não só para as mulheres, mas também para todos os membros das famílias.

Em alguns momentos, tem-se a impressão de que o grupo está enfraquecido, pela baixa participação, mas que, pelas justificativas, representam uma sobrecarga de funções que a mulher acaba por assumir na vida, até uma jornada tripla de trabalho, somada ao trabalho doméstico. Mas em contrapartida, mesmo não participando das reuniões, algumas participantes trazem informações, de que estão atentas à violência contra a mulher no território, inclusive manifestando-se, acionando os órgãos de defesa e garantia de direitos, atuando de forma preventiva e propondo novas ações.

*“As pessoas não querem participar de nada . Por exemplo, só vão em reunião na escola se houver sorteio. Só participam se tiver algo material a receber. Se tiver ganho. Nós precisamos fortalecer o grupo de mulheres.”*

*“Uma professora apanhou de um pai de um aluno na rua. Chamamos a polícia e eu fiz um cartaz e coloquei na escola em apoio a ela e em nome do MUCAV.”*

Além disso, muitas mulheres não participam por medo, desconhecimento dos seus direitos ou por estarem sofrendo violência, já que os próprios órgãos de proteção à mulher, mostram-se ineficientes quanto à defesa dos direitos, como se observa no relato de uma integrante:

*“Se rebelar não é fácil. Nesse final de semana, eu sofri violência por parte do meu marido. Chamei a polícia e não resolveu nada. Fui na delegacia de mulheres e tava fechada porque não funciona sábado, domingo e feriado. Nesses dias é que as mulheres mais sofrem violências. Precisamos reivindicar para que a delegacia abra nesses dias.”*

Diante das dificuldades, mostra-se necessário prosseguir no enfrentamento à violência, também através do MUCAV e ampliar o debate sobre a violência contra a mulher, bem como desenvolver mais ações coletivas, tudo com vistas a diferentes alternativas de enfrentamento à violência.

O grupo, na última reunião propôs uma ação de maior visibilidade, um encontro, denominado: “Encontro das Mulheres de São Pedro”, como forma preventiva, de enfrentamento à violência e com ações também para as crianças e os homens do território. Em função da dimensão da proposta, esta ainda está sendo formulada. Essa ação contará com a junção de outros grupos de mulheres existentes em São Pedro, como forma de unificar a luta pela mesma bandeira.

## 5- RESULTADOS

*“A mulher não precisa só do feijão com o arroz, ela precisa de muito mais coisa para ser feliz.”*

*“Queremos sair da beira do fogão e do tanque para lutar.”*

*“A mulher tem que se impor no relacionamento. Não é para gerar violência, mas também não dá para receber violência.”*

*“Há uns tempos atrás as mulheres não tinham apoio. Hoje tem a Lei Maria da Penha que ajuda.”*

A organização de um coletivo de mulheres na região da Grande São Pedro, intitulado MUCAV, é um acontecimento que se afirma na expressão da fala de algumas participantes. Estas demonstram que a compreensão da problemática da violência contra a mulher, não é mais um fenômeno isolado. Já é possível notar, nos encontros ocorridos, a desconstrução da noção de práticas de violência contra a mulher como algo da ordem do natural, mas que agora começam a ser entendidas como uma produção social e não mais pessoal de “Joana” ou “Maria da Penha”. Todas as mulheres, de alguma forma são atingidas pela violência em uma sociedade machista e em um sistema desigual.

O reconhecimento do MUCAV como estratégia de enfrentamento à violência contra a mulher, ainda está em curso e mostra-se fragilizada em alguns momentos em que é preciso comprometer-se com uma rotina de encontros, pois a própria condição “mulher” das participantes implica uma sobrecarga de atividades sociais (mãe, mulher, dona de casa, etc). Ainda há muito em que se avançar em relação à mobilização e participação de mulheres, que sofrem e resistem sozinhas em relação a uma causa que é de todas.

Em contrapartida, a mobilização mostra-se eficiente nos momentos que é possível “mostrar a cara”, manifestar publicamente a indignação, em iniciativas que gerem visibilidade à luta coletiva, como passeatas e movimentos na rua. Esse “misturar-se á multidão”, indica que não se está sozinha nesse movimento, significa também estar junto a outros movimentos, uma potência no encontrar-se com outros e favorece a resignificação sobre a participação cidadã.

O grupo se organizou para participar da Marcha das Mulheres no 8 de março de 2011, a Caminhada pela Paz no São Pedro em 1 de julho de 2011, e o Grito dos Excluídos também realizado no próprio bairro no dia 7 de setembro de 2011, dentre outros. Foram ações que estimularam as mulheres a continuar se reunindo e discutindo coletivamente os problemas comuns, e formas de superá-los de forma organizada. Uma das direções que surgiram como necessidade de todas, foi aprofundar o estudo em torno dos principais desafios e problemas que enfrentam, entre eles podemos destacar as leis que protegem as mulheres contra a violência, as que viabilizam a possibilidade de geração de renda e autonomia financeira, assim como as que regem o orçamento participativo para que possam entender os processos decisórios do bairro.

Há que se pensar também que diante de tantos desafios que se colocam na construção de um trabalho pela promoção de direitos na Proteção Social Básica (PSB), em que alcançar a cidadania, representa uma “condição de respeito”, a atuação dos técnicos no CRAS (em sua maioria, assistentes sociais e psicólogos) deve pautar-se cotidianamente numa postura ético-política, exercitando permanentemente uma visão crítica, coletiva e dinâmica.

Para que o CRAS possa, de fato, efetivar-se como disparador de mudanças e suporte para fortalecimento de movimentos sociais faz-se necessário produzir um contato autêntico com a população e buscar a potência como matéria do trabalho social. No trabalho com os usuários deste serviço ao invés de focar a intervenção no que “falta”, no que paralisa, o profissional do CRAS deve perguntar-se: Quais as potencialidades destas famílias, destes sujeitos que falam de suas forças, lutas e afirmação da vida?

É neste momento que deve-se problematizar sobre o que gera sofrimento e saúde, o que pode ser vivido de outro jeito e quais as possibilidades que a vida oferece para uma cultura produtora de paz. Valores como a solidariedade em oposição a um individualismo exacerbado e a afirmação dos direitos legitimados na lei, devem ser temas transversais no

trabalho com as famílias, para a promoção de uma cultura em que haja compromisso ético nas relações das pessoas

Para tanto, é necessário gerar alguns questionamentos da ordem da formação profissional. Há espaços de educação permanente acessíveis aos trabalhadores? Como viabilizar o exercício de uma postura ético-política dos profissionais diante das fragilidades das condições de trabalho e da rede sócio assistencial (sobrecarga de trabalho, falta de recursos materiais e humanos, pouca ou nenhuma participação da sociedade civil no controle social das políticas públicas, baixa intersectorialidade das ações e precariedade dos órgãos de defesa de direitos (morosidade da justiça, conselho tutelar, etc) ?

A experiência do grupo provocou muitas reflexões sobre a sociedade hegemonicamente machista e valores que são naturalizados de que a mulher deve assumir uma postura subserviente, desqualificando a mulher em sua capacidade afirmadora de vida. Esse espaço, tem servido como mecanismo coletivo de afirmação de outras/novas verdades sobre a mulher, produtoras de saúde e fortalecedoras de movimentos de resistência.

Outro resultado importante, foi o debate sobre as diretrizes das Conferências da Mulher e da Assistência Social e participação, como delegadas, de representantes do MUCAV, também a nível estadual. Foi trabalhado o entendimento das leis que estavam sendo propostas, assim como suas deficiências na aplicação prática, como por exemplo, a debilidade do funcionamento da Delegacia das Mulheres <sup>14</sup>em Vitória. Também a falta de um abrigo que protejam as mulheres vítimas de violência e comecem um processo de reinserção social delas, já que na maioria das vezes, quando são agredidas não têm para onde ir com seus filhos, e como trabalharam sempre como donas de casa não conseguem mais empregos para garantir o sustento da família. Houve o entendimento de que, sem viabilizar estas questões estruturais, seria muito difícil efetivar a aplicação das leis contra a violência na prática.

Desta forma, as mulheres já se identificam como coletivo, MUCAV, para denunciar as violências diárias que ocorrem no bairro, sentindo maior proteção por se exporem enquanto um grupo e não individualmente. Também se prontificam para as reuniões e eventos nos quais debater a pauta das mulheres se faz necessário, inclusive pedindo a voz, demonstrando entender a importância de se qualificarem para falar nestes espaços, assim como a de estarem unidas contra todas as formas de violência, e não mais solitárias nesta luta em que, manda o provérbio para que todos se calem: “Em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”. Esse é um dito popular que reforça a reprodução da violência, submetendo as mulheres de todas as idades e por várias gerações, à exploração masculina sobre seu trabalho, seu corpo e suas vidas. As mulheres do MUCAV continuam se reunindo e se formando para levantarem a voz e dizer que “Em briga de marido e mulher, está na hora de meter a colher”, e tomarem as rédeas para a transformação social a que todas almejamos.

## 6- REFERÊNCIAS

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Bom Tempo Editorial, 2004.

CANGUILHEM, G. **O Normal e o Patológico**, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995

---

<sup>14</sup> Hoje funciona precariamente, com apenas uma sala, delegada e uma secretária, não funcionando nos finais de semana quando ocorre a maior parte dos casos de agressões.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. **O que é filosofia?** Rio de Janeiro : Ed. 34, 1992 (Coleção TRANS)

DELEUZE, G. **Conversações**, São Paulo : Ed. 34, 1992 (Coleção TRANS)

ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo: Centauro, 2002.

KASTRUP, V. **Cartografias e Devires: a construção do presente**, org. Fonseca, T. M. G. e Kirst, P. G. Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2003 (p. 25 a 61)

LOURAU, R. **René Lourau na UERJ – 1993 – Análise Institucional e práticas de pesquisa**. Arquivo em pdf. Departamento de Extensão SR-3. Rio de Janeiro, UERJ, 1993 (119 p.). p. 7-23.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome **Orientações Técnicas – Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**,. 1 ed. – Brasília: 2009

Resolução N° 269, de 13 de Dezembro de 2006. DOU 26/12/2006, **NORMA OPERACIONAL BÁSICA DE RECURSOS HUMANOS DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – NOB-RH/SUAS**.

SANTOS, C. M. e IZUMINO, W. P. **Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil** Revista *E.I.A.L. Estudos Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe*, da Universidade de Tel Aviv, em 2005

## **ARTIGO 2: O PROJETO PRIMEIRO ENCONTRO COMO AÇÃO DA EQUIPE PSICOSSOCIAL NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE JARDIM CAMBURI**

Maria Natividade Sá Alves da Silva<sup>15</sup>  
Priscila Valverde Fernandes<sup>16</sup>  
Ana Maria Nicolau<sup>17</sup>

O Centro de Convivência da Terceira Idade de Jardim Camburi - CCTI-JC atualmente atende 870 idosos que estão cadastrados e inseridos nas atividades. Anteriormente, para estarem inscritos era necessário que os idosos com idade acima de 60 anos realizassem sua matrícula na secretaria do Centro de Convivência e posteriormente realizassem o cadastro com a equipe psicossocial. Efetivada a matrícula, esses idosos de imediato já começavam a participar de suas oficinas escolhidas. No entanto, percebíamos que os idosos estavam sendo inseridos no CCTI-JC sem muitas informações o que acabava por comprometer o entendimento do objetivo e funcionamento do Centro de Convivência. Dessa forma, os idosos deixavam de conhecer o Centro conforme preconiza a Política Nacional do Idoso e da Assistência Social, como um “espaço democrático de convivência para pessoas idosas, destinado também a seus familiares e a comunidade, que tem por compromisso estimular as potencialidades e participação comunitária ativa e autônoma da população idosa, contribuindo para autonomia, envelhecimento ativo e saudável e prevenção do isolamento social...”. Diante dessa problemática, avaliamos

<sup>15</sup> Assistente Social, pós graduação em Gerontologia Social - UFES , atua na Gerência de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no Centro de Convivência da Terceira Idade de Jardim Camburi. Tel: (27) 3337 4625–e-mail: nativida@hotmail.com

<sup>16</sup> Psicóloga, Mestre em Psicologia Institucional – UFES, atua na Gerência de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no Centro de Convivência da Terceira Idade de Jardim Camburi. Tel: (27) 3337 4625–e-mail: privalverde@hotmail.com lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4717222J6>

<sup>17</sup> Assistente Social, Pós graduada em Teoria do Serviço Social III, em Política Social II e em Serviço Social do Trabalho. Especialista em Sociopsicomotricidade Ramain-Thiers e em Saúde Pública, atua na Gerência de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no Centro de Convivência da Terceira Idade de Jardim Camburi. Tel: (27) 3337 4625.

como necessário modificar a porta de entrada do idoso no serviço. Assim, a equipe psicossocial propôs a criação de um Grupo de Acolhimento para a Terceira Idade. Objetivando superar a prática de um acolhimento apenas burocrático, nomeamos essa reunião de acolhimento aos novos usuários como Projeto Primeiro Encontro. Esses encontros têm sido realizados semanalmente para atender a demanda. No Centro, o trabalho da equipe psicossocial tem se colocado como fundamental, tendo em vista o conceito de transdisciplinaridade. A escolha desse conceito caminha no sentido de transgredir as fronteiras entre as disciplinas, sobretudo no campo do ensino e de ir além da pluri e da interdisciplinaridade. A partir dessa escolha teórica, a reunião é organizada pela equipe e inclui a apresentação do CCTI-JC incluindo a discussão sobre a Política Nacional do Idoso, os objetivos do serviço, as atividades diárias e anuais, regimento interno, dentre outros. Todo esse fazer psicossocial tem incidido numa melhor participação do idoso no Centro de Convivência o que tem contribuído para que o Centro busque, cada vez mais, atingir de forma satisfatória o seu objetivo dentro da Política. Por fim, após a participação na Reunião, o idoso agenda seu cadastro já ciente de seus direitos e deveres dentro do Centro de Convivência.

**Palavras chave:** idoso, acolhimento, psicossocial

## INTRODUÇÃO

O Centro de Convivência da Terceira Idade de Jardim Camburi - CCTI-JC compõe um grupo de serviços da Gerência de Serviços de Convivência e Fortalecimento Vínculos da Secretaria Municipal de Assistência Social responsável exclusivamente por um seguimento, o idoso. Ele é um dos quatro Centros do Município de Vitória. Atende pessoas com idade igual ou superior a 60<sup>18</sup> anos e tem por objetivo a convivência e fortalecimento de vínculos familiares e comunitário. Considera-se que por meio da socialização o idoso passa a ser um elemento participativo e ativo, melhorando o convívio social no próprio Centro de Convivência, na família e comunidade.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, os Centros de Convivência são serviços de proteção social básica de assistência social, pois potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, por meio do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam a convivência, a socialização e o acolhimento em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos.

O Centro de Convivência se fundamenta, também, na Política Municipal do Idoso (lei 6043/2003), e o método proposto nos Centros de Convivência, oportuniza à pessoa idosa maior integração social, trabalhando o senso crítico a cerca de seus direitos, sua realidade, suas capacidades e potencialidades, além de uma participação efetiva na sociedade, por meio de atividades físicas, cognitivas e culturais.

De acordo com Projeto Político Pedagógico, o desenvolvimento da proposta pedagógica acontece por meio de cursos e oficinas estimulando a autoconfiança, a socialização e, até mesmo, a geração de renda informal. Essas atividades são acompanhadas por meio de vários incentivos, tais como: palestras educativas, oficinas pedagógicas, eventos, encontros familiares; atividades esportivas; comemoração de datas importantes e por meio de atividades regulares no Centro como oficinas de atividades físicas e cognitivas.

Entretanto, existem algumas condições que são anteriores à participação do idoso no Centro e, conseqüentemente, nas atividades. Compreende-se que para melhor inserção do idoso é necessário que esse conheça efetivamente os objetivos do serviço, as atividades oferecidas e propostas. Além disso, dentro dos serviços de proteção básica, a PNAS prevê a criação de

---

<sup>18</sup> Atualmente temos atendido a faixa etária entre 55 e 59 anos.



projetos locais de acolhimento. É por conta dessa necessidade que avaliamos e reavaliamos constantemente a porta de entrada do idoso no CCTI-JC.

Atualmente o CCTI-JC atende 870<sup>19</sup> idosos que estão cadastrados e inseridos nas atividades locais. Contamos com 29 modalidades de oficinas e 84 turmas divididas em atividades cognitivas<sup>20</sup> e físicas<sup>21</sup>.

Ao longo das atividades, a equipe psicossocial, juntamente com a coordenação, notou que muitos desses frequentadores demonstravam insatisfação no serviço em determinados momentos, justamente por não ter esclarecimento quanto ao funcionamento e objetivos do Centro.

Em uma época anterior, o idoso para estar inscrito era necessário que realizasse sua matrícula na secretaria do Centro de Convivência e posteriormente era feita uma entrevista com a equipe psicossocial para o preenchimento do cadastro. Efetivada a matrícula, esses idosos de imediato já começavam a participar das oficinas escolhidas. No entanto, percebíamos que os idosos estavam sendo inseridos no CCTI-JC sem muitas informações o que acabava por comprometer o entendimento do objetivo e funcionamento do serviço.

O idoso então, em muitos casos, confundia o Centro com uma academia de ginástica na qual somente deveria fazer a atividade ou ainda compreendendo como uma clínica médica na qual chega com um encaminhamento do médico no sentido de reabilitação. Nesses casos, raramente, ocorria a convivência e, por isso, não tínhamos como oportunizar o acesso às informações sobre direitos e participação cidadã devido a rapidez de estar no serviço e por não participar de nenhum outra atividade extra.

Essa participação rápida e superficial nos levou a pensar sobre a questão do individualismo, tão comum em nossa sociedade hoje. É sabido que a expansão do sistema capitalista, segundo uma ideologia neoliberal, tem como consequências várias transformações no seio da humanidade. E essa postura afeta todas as nossas ações independente de onde quer que circulemos. Compreendemos que a vida não é somente aquilo que passa em cada um dos sujeitos, mas principalmente aquilo que passa entre os sujeitos nos vínculos que são construídos.

Acontecia que com uma postura individualista os idosos deixavam de conhecer o Centro conforme preconiza a Política Nacional do Idoso e da Assistência Social, como um “espaço democrático de convivência para pessoas idosas, destinado também a seus familiares e a comunidade, que tem por compromisso estimular as potencialidades e participação comunitária ativa e autônoma da população idosa, contribuindo para autonomia, envelhecimento ativo e saudável e prevenção do isolamento social...”.

Diante dessa problemática, avaliamos como necessário modificar a porta de entrada do idoso no serviço. Assim, a equipe psicossocial propôs a criação de um Grupo de Acolhimento para a Terceira Idade. Objetivando superar a prática de um acolhimento apenas burocrático, nomeamos essa reunião de acolhimento aos novos usuários como Projeto Primeiro Encontro.

---

<sup>19</sup> Dado atualizado até o mês de setembro/11.

<sup>20</sup> Artes, bordado, crochê, crochê tunisiano, expressão corporal, fotografia, francês, inglês, grupo terapêutico, informática, letramento, memória, música, pintura livre em tecido, tear, roda de leitura e teatro.

<sup>21</sup> Alongamento, Corpo e Mente, dança feminina, dança livre, dança sênior, ginástica facial, ginástica funcional, ginástica localizada, hidroginástica, musculação, natação iniciante e pilates.

## OBJETIVOS:

O objetivo geral do projeto é promover acolhimento ampliando o acesso dos munícipes ao serviço melhorando o funcionamento do serviço. O projeto almeja tecer uma rede de confiança e solidariedade entre as pessoas, entre os profissionais da equipe com a população atendida.

Quanto aos objetivos específicos podemos enumerar: 1) Conhecer melhor o participante que adentra o Centro; 2) Promover a convivência logo no primeiro contato com o idoso 3) Conhecer a demanda reprimida de quem procura o Centro; 4) Apresentar o Centro e seus objetivos; 5) Encaminhar para Reunião de Comissão de Cidadania e Direitos do Idoso (Estudo do Estatuto do Idoso- Lei 10.473-); 6) Tirar possíveis dúvidas dos novos usuários.

## REFERENCIAL TEÓRICO

No Centro de Convivência, o trabalho da equipe psicossocial tem se colocado como fundamental, tendo em vista o conceito de transdisciplinaridade. A escolha desse conceito caminha no sentido de transgredir as fronteiras entre as disciplinas e de ir além da pluri e da interdisciplinaridade. A consequência de uma postura metodológica transdisciplinar<sup>22</sup> é a diminuição do aspecto negativo da individualidade e fechamento das disciplinas em campos estanques. É uma visão condizente com a contemporaneidade, em que a pluralidade e a diferença são a tônica dos encontros culturais.

A transdisciplinaridade não implica simplesmente que as várias disciplinas cooperam entre si, mas implica que há um entendimento que organiza e ultrapassa as disciplinas mesmas. É distinta de interdisciplinaridade, que se trata de referências entre as várias disciplinas, mas sem necessariamente integrá-las em um pensamento direcionador e organizador. Sendo assim, a equipe se coloca numa postura de cooperação e organização do trabalho.

Pensar um trabalho transdisciplinar é pensar na possibilidade de pensar o campo de trabalho como potente para se criar e recriar a cada instante. Que nos auxilia na desburocratização do acolhimento em serviços públicos, onde as ações são, em muitos casos, repetidas sem reflexão ou análise.

Partimos então dessa forma de trabalho para pensar e produzir uma reunião de acolhida que não se reduza apenas em acolher. A abordagem do acolhimento como um modo de se relacionar com os usuários define como uma "rede de conversações" no interior desse serviço da Assistência Social. Segundo Maturana (2001), como humanos somos constituídos na linguagem, no fluir de nossas conversações, de modo que todas as nossas atividades acontecem como diferentes espécies de conversações. Consequentemente, nossos diferentes domínios de ações (domínios cognitivos) como seres humanos (culturas, instituições, etc) são constituídos como diferentes redes de conversações. Assim, para o autor, a conversação é uma operação no fluxo entrelaçado de coordenações consensuais de linguajar que geramos ao vivermos juntos.

O processo de acolher não se restringe à triagem, trata-se de uma “[...] construção coletiva de proposta com a equipe local com a rede de serviços e gerências centrais, ou seja, é o rompimento com a lógica da exclusão”. (NEVES, 2006). Ou seja, o acolhimento se coloca como uma estratégia de trabalho, não somente na área da saúde, mas também na assistência social, tendo em vista a problematização dos processos de trabalho e a valorização do encontro. Essa postura acolhedora proporciona uma escuta atenta à diversidade facilitando o conhecimento da realidade local.

---

<sup>22</sup> Passos e Barros (2000) discutem o conceito de transdisciplinaridade no campo da saúde. Transpomos esse uso para o campo assistência para melhor explanação da nossa postura de trabalho.

O acolhimento não se faz sozinho, ele requer um aprimoramento constante da equipe envolvida direta ou indiretamente. Ele é uma fase de atendimento nos serviços que vem ganhando a cada dia mais importância. O Projeto Primeiro Encontro fala de um momento importante de acolher, entretanto, ele deve estar cada dia mais ampliado dentro do Centro, como uma ação de aproximação com o usuário do serviço. Ele deve acontecer desde a chegada à recepção até a inserção nas oficinas.

O acolhimento é essa rede de conversações que se coloca com um reformulador do processo de trabalho, pois esse pontua problemas e oferece soluções e respostas pela identificação das demandas dos usuários, rearticulando o serviço em torno delas.

## METODOLOGIA

O projeto Primeiro Encontro faz parte do fluxograma de entrada no CCTI-JC (ANEXO A). Primeiramente o idoso, um familiar ou um profissional da rede de serviços entra em contato com o Centro pessoalmente ou via telefone, imediatamente o idoso é agendado pela recepção para o próximo dia da reunião do projeto.



A  
reunião  
é

marcada semanalmente e tem de uma a uma hora e meia de duração. As reuniões são facilitadas pela equipe psicossocial e um estagiário de serviço social, que podem estar juntos ou em separado.

Temos a presença média semanal de 10 idosos e idosas, além de, em alguns casos, também de cuidadoras e parentes que acompanham o idoso nesse primeiro momento. Essa presença que não é só do idoso, nesta reunião, também é fundamental

importância, pois as informações acabam por ultrapassar o espaço do Centro e não se restringir a apenas ao idoso que participa do espaço. Esses convidados têm ainda a oportunidade de ouvir e compreender a importância da interação da família na vida daquele idoso.

As reuniões são iniciadas como uma apresentação do facilitador e também de cada um presente. Utilizamos alguma dinâmica de quebra-gelo que tem como objetivo os participantes presentes se conhecerem de uma forma mais descontraída.

Num segundo momento, são informadas as regras de funcionamento, atividades oferecidas, atividades anuais, atividades extras, funcionamento.



Ao final abrimos para perguntas e sugestões. Logo após esse momento, o idoso recebe um convite para participar da reunião da Comissão de Cidadania e Direitos do Idoso- CCDI. Trata-se de uma reunião que acontece quinzenalmente, na qual o idoso tem o dever de participar, pois nela recebe o Estatuto do Idoso e tem oportunidade de discutir e conhecer seus direitos. As reuniões do CCDI são um momento fundamental após o Projeto Primeiro Encontro, pois são nelas que o idoso toma conhecimento e se aprofunda sobre seus direitos e deveres. O idoso pode participar de apenas uma reunião dessa Comissão ou integrar ao grupo fixo que compõe essa comissão encontrando-se quinzenalmente.

Por último, o grupo é levado para conhecer todos os espaços do Centro e conhecer os profissionais que estão atuando naquele dia. Nesse *tour* pelo Centro apresentamos não somente o espaço, mas também os profissionais que tem a oportunidade de falar algo sobre as oficinas e tirar possíveis dúvidas. Nesse passeio, o idoso visualiza oficina em funcionamento conhecendo a sua dinâmica.

Por fim, após a participação na reunião, o idoso agenda seu cadastro com a equipe do dia, na própria reunião, agora já ciente de seus direitos e deveres dentro do Centro de Convivência.

## RESULTADOS

Todo esse fazer psicossocial tem incidido numa melhor participação do idoso no Centro de Convivência o que tem contribuído para que o Centro busque, cada vez mais, atingir de forma satisfatória o seu objetivo dentro da Política. Tem havido também um melhor entendimento do serviço e sua compreensão dentro da Prefeitura Municipal de Vitória.

Com essa mudança na forma de receber o idoso, notamos um aumento substancial no número de pessoas que entram no Centro de Convivência mensalmente e que participam do Primeiro Encontro. Anteriormente, realizávamos seus cadastros e muitos, por já estarem matriculados nas oficinas, cientes do dia e horário, não compareciam à reunião do projeto Primeiro Encontro e acabávamos perdendo esse idoso dentro do Centro, pois ele também não procurava outro dia que fosse acontecer a reunião.

Outro ponto que destacamos, é que na forma atual de acolhimento, percebemos um comprometimento muito maior do usuário, pois se ele não pode comparecer ao dia agendado para a realização do cadastro o mesmo liga e remarca, ou seja, o usuário não se perde.

E ainda, quando o idoso já faz parte do Centro, após passar pelo Primeiro Encontro, caso ele desista da oficina que está matriculado, ele se coloca com mais responsabilidade comunicando ao professor o motivo do afastamento e, assim, a vaga é liberada para outro idoso.

Atualmente o nosso desafio é acompanhar o idoso após um determinado período de participação nas oficinas, além de envolver a equipe técnica nesse projeto, pois consideramos que a participação e entendimento de todos é fundamental para a construção de um Centro de Convivência mais coeso. Temos como proposta para os próximos anos, dentro desse mesmo projeto, convidar o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, de nossa região, para que apresente seus objetivos e serviços fortalecendo a rede e desmistificando o serviço dentro do bairro.

O projeto primeiro Encontro não é tão recente no CCTI-JC, entretanto, nesse formato que agora se coloca, teve início nesse ano de 2011, assim, acreditamos que mesmo já colhendo resultados a curto prazo, temos muitos outros que florescerão a longo prazo contribuindo para um melhor funcionamento desse serviço.

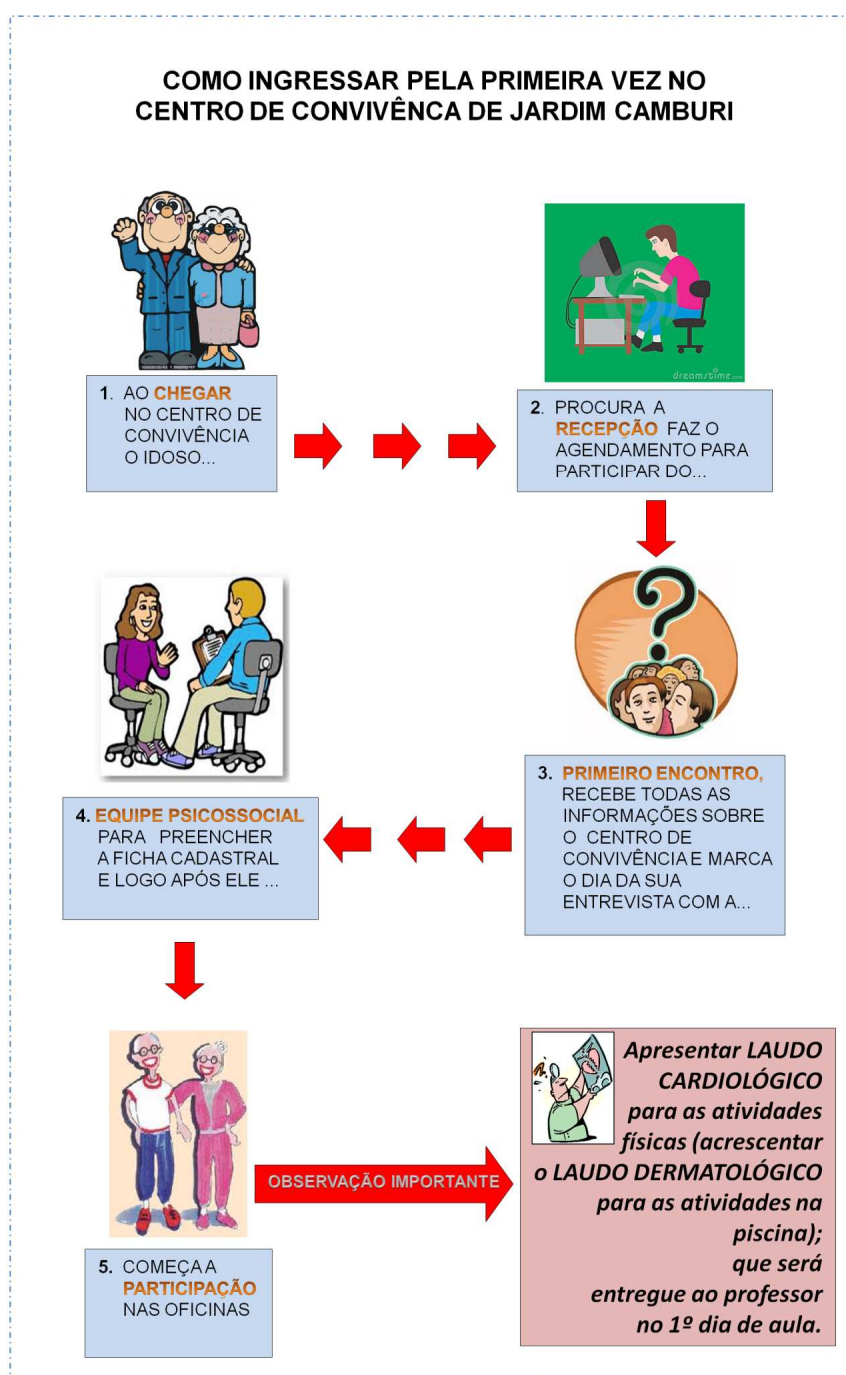
## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MATURANA, H. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. **A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade**. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, v. 16, n. 1, abr. 2000. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-37722000000100010&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722000000100010&lng=pt&nrm=iso)>. acesso em 14 nov. 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722000000100010>.

NEVES, Claudia. A. B.& ROLLO. Adail. Série B. **Textos básicos em Saúde** In: Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção a Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. 2 ed. 2006. Brasília- DF, 2006.

### ANEXO A – FLUXOGRAMA DE ENTRADA NO CENTRO





### **ARTIGO 3: FAZENDO E REFAZENDO REDES: O IMPACTO DO REMANEJAMENTO FAMILIAR NAS CAMADAS POPULARES DE VITÓRIA.**

Juliana Kaoro Mori<sup>23</sup>  
Vanessa Gusmão Silva<sup>24</sup>

#### **Introdução**

O objetivo deste trabalho é analisar o processo de "remanejamento" pelo qual famílias das camadas populares de Vitória vêm sendo submetidas, com foco nos processos de sociabilidade e socialização que se desfazem e se reconstróem nessa mudança de moradia, atentando para os impactos dos mesmos nos vínculos familiares, nas redes de vizinhança e na construção da identidade social do grupo.

Quando famílias são remanejadas de suas moradias devido a risco estrutural, risco geológico ou por uma situação de ocupação de Áreas de Interesse Ambiental (AIA), é possível perceber a criação de um novo processo de sociabilidade. Ao observarmos o processo de remanejamento que está sendo realizado pelo programa Terra Mais Igual no bairro Bela Vista (poligonal 8) é possível analisar uma nova sociabilidade que começa a ser formada entre as famílias que foram selecionadas para o primeiro residencial vertical do Programa.

Com base nos conceitos de sociabilidade de Simmel e Durkheim pretendemos abordar analiticamente o processo de sociabilidade dos moradores que foram selecionados morar no residencial, sobretudo a partir da observação das reuniões semanais com essas famílias para construção das normas de convivência.

#### **Um Breve Histórico**

O Programa Terra Mais Igual inicia a suas atuações em 1998<sup>25</sup> e tem como objetivo o desenvolvimento social, urbano e a preservação ambiental em áreas ocupadas por famílias de baixa renda no município de Vitória. Ele é construído a partir da experiência acumulada como o projeto São Pedro e da integração de diferentes projetos listados no Vitória do Futuro para as áreas de morros e de marés, propondo inicialmente integrar a população desses locais com o restante da cidade. O programa era denominado Projeto Terra, e após uma reestruturação sofrida em 2006<sup>26</sup> passa-se a chamar Programa Terra Mais Igual. Tem como objetivo geral promover a melhoria da qualidade de vida da população socialmente excluída, efetuando seu empoderamento por meio de um conjunto integrado de ações sociais, obras e serviços de natureza pública que viabilizem as mesmas condições de acesso aos bens e serviços público das demais áreas do município. Possui como metodologia uma forma integrada e participativa de trabalho e é composto por dois eixos: desenvolvimento humano e desenvolvimento urbano.

---

<sup>23</sup> Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade federal do Espírito Santo. Estagiária de Ciências Sociais na Prefeitura Municipal de Vitória, onde atua na SEGES/NGTERRA.

<sup>24</sup> Bacharel e licenciada em Ciências Sociais. Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Analista em Relações Sociais (Socióloga) da Prefeitura Municipal de Vitória, onde atua na SEGES/NGTERRA.

<sup>25</sup> Decreto nº 10.131

<sup>26</sup> Decreto nº 13.669

- **Desenvolvimento humano**<sup>27</sup>

No eixo desenvolvimento humano o objetivo é oferecer o apoio necessário à população beneficiária do programa, buscando ampliar e agregar suas capacidades e habilidades, propiciando oportunidades que reduzam a exclusão social através da formulação e implantação de ações emergenciais e estruturantes.

- **Desenvolvimento urbano**<sup>28</sup>

No eixo desenvolvimento urbano o trabalho consiste na complementação da rede de equipamentos e serviços urbanos, liberação e destinação de uso adequado para as áreas de interesse ambiental, melhoria física das habitações precárias, eliminação das áreas de risco, melhoria na acessibilidade e mobilidade e nas ações de apoio à implantação das obras físicas de inclusão territorial, no uso e sustentabilidade das mesmas, que chamamos de gerenciamento social das obras.

O programa abrange 15 poligonais que são territórios de planejamento e ação e que foram definidas tendo como critérios o grau de carência de equipamentos e serviços urbanos, as condições de habitabilidade e os baixos índices sociais.

A poligonal 08, da qual trata esse artigo, está localizada na região de Santo Antônio e abrange os bairros: Santo Antônio, Inhaguetá, Bela Vista e comunidade da Pedra do Bode. Sua população é de 8.058<sup>29</sup> habitantes e possui 2.447 domicílios. Quando tratamos da poligonal 08, em especial estamos falando do bairro Bela Vista, localizado a oeste da Baía de Vitória, na parte alta da Grande Santo Antônio. Em decorrência de uma ocupação desordenada o bairro hoje possui um quadro de precariedades habitacionais, apesar de uma razoável infraestrutura, com ruas pavimentadas e implantação de rede de drenagem superficial. Uma das áreas de maior risco se concentra na comunidade da Pedra do Bode, no bairro Bela Vista. Nesse local as habitações são precárias e de baixo padrão construtivo, que vão de barracos de madeira a casas de alvenaria mal acabadas com estruturas frágeis. Essa condição de risco geológico associado ao risco estrutural das edificações demandou o remanejamento das famílias. É esse processo de remanejamento de 48 famílias que será foco da análise deste artigo.

O remanejamento consiste na retirada dessas famílias de suas casas e realocamento em outras unidades habitacionais em local próximo, oferecido pelo Programa Terra Mais Igual. Essas 48 famílias estarão sendo remanejadas para o primeiro residencial vertical do Programa, constituído de três blocos de 16 apartamentos, sendo quatro por andar.

## **As 48 Famílias**

O perfil socioeconômico das famílias que são objetos deste estudo será descrito brevemente a seguir:

Em sua maioria, os chefes de famílias são mulheres. O número é também preponderante de mulheres quando analisamos a distribuição por gênero de todos os futuros moradores, como mostram as tabelas a seguir:

---

<sup>27</sup> Metodologia do Programa Terra Mais Igual

<sup>28</sup> Metodologia do Programa Terra Mais Igual

<sup>29</sup> Fonte IBGE 2000

**Tabela 01: Sexo do chefe de família**

		Frequência	%	% válido	% acumulativo
Válidos	Feminino	42	87,5	87,5	87,5
	Masculino	6	12,5	12,5	100,0
	Total	48	100,0	100,0	

**Tabela 02: Sexo**

		Frequência	Percentual	Percentual Válidos	Percentual acumulativo
Validos	Feminino	85	52,5	52,5	52,5
	Masculino	77	47,5	47,5	100,0
	Total	162	100,0	100,0	

A escolaridade dos moradores pode ser considerada baixa, pois 36,6% deles não terminaram o 4º ano do ensino fundamental. Apenas 12,4% concluiu o ensino médio e os que alcançaram o ensino superior somam apenas 3,3%.

**Tabela 03: Escolaridade**

		Frequência	Percentual	Percentual Válidos	Percentual acumulativo
Validos	Analfabeto	8	4,9	5,2	5,2
	Creche ou pré escola	9	5,6	5,9	11,1
	Fundamental 1º a 4º incompleto	39	24,1	25,5	36,6
	Fundamental 1º a 4º completo	5	3,1	3,3	39,9
	Fundamental 5º a 8º incompleto	40	24,7	26,1	66,0
	Fundamental 5º a 8º completo	12	7,4	7,8	73,8
	Ensino médio incompleto	16	9,9	10,5	84,3
	Ensino médio completo	19	11,7	12,4	96,7
	Ensino superior incompleto	5	3,1	3,3	100,0
	Total	153	94,4	100,0	
Dados não informados		9	5,6		
Total		162	100,0		

Ao analisarmos a renda familiar é possível observar que cerca de 44% delas têm renda de até 1 salário mínimo. A soma das famílias que possuem renda de até três salários mínimos é de 89,6%. Importante observar que cinco famílias declararam não possuir renda alguma.

**Tabela 04: Renda Familiar Total por faixa de valor**

		Frequência	%	% válido	% acumulativo
Válidos	Até um salário mínimo	21	43,8	43,8	43,8
	De 01 a 02 salários	16	33,3	33,3	77,1
	De 02 a 03 salários	6	12,5	12,5	89,6
	Não possui renda	5	10,4	10,4	100,0
	Total	48	100,0	100,0	

A partir dos dados apresentados é possível concluir que essas famílias se encontram em situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica. A baixa escolaridade também contribui para a dificuldade de promoção dessas famílias. A priorização de atendimento para mulheres chefes de famílias em programas habitacionais é garantida na lei municipal de habitação de interesse social e está assegurada neste caso, fato demonstrado pela porcentagem de famílias beneficiadas que são chefiadas por mulheres.

### Definindo conceitos

Quando falamos de remanejamento familiar não podemos deixar de citar os conflitos que irão surgir e que uma nova sociabilidade será formada. E isso se destaca no caso das 48 famílias que estão indo para o primeiro residencial vertical feito pelo Programa Terra Mais Igual, pois essas famílias dentro de suas casas possuem uma forma de se relacionar e seguem suas regras, e quando forem morar no residencial terão regras gerais a serem seguidas e caso não aceitem irá acarretar em algo punitivo. Sendo assim, uma nova socialização também irá ocorrer.

As famílias selecionadas já estão passando pelo processo de uma nova socialização nas reuniões que acontecem semanalmente, coordenadas pelo Programa Terra Mais Igual junto com a Secretária de Habitação e realizadas pelos técnicos que trabalham na poligonal 8. É através da observação dessas reuniões que é possível verificar que há um novo processo de socialização, já que ali a os técnicos da poligonal 08 mostram como é que se pode comportar dentro do residencial, falando como deve ser o uso correto dos apartamentos, o que pode ou não ser modificado, e como deve de ser o comportamento de cada família. Os conflitos de socialização é perceptível durante as reuniões de definição do termo de convenção, que dispõe sobre as regras de habitação no residencial.

Antes de falar sobre o novo processo de socialização que essas famílias estão passando, devemos primeiro definir os conceitos usados nas análises, diferenciando socialização de sociabilidade.

Emile Durkheim, em seu livro “As Regras do Método Sociológico”, define a socialização como o esforço de impor às crianças as regras de ver, sentir e agir, que não chegam a elas espontaneamente. Para o autor a criança deve de ser treinada sobre como devem de beber, comer e dormir em horários regulares, como devem de pensar e agir em relação aos outros. Para Durkheim a socialização do indivíduo significa a sua inserção dentro da sociedade e é um processo que ocorre desde seu nascimento, primeiramente pela família e depois através das instituições que compõem a sociedade. Na escola, ela começa a conviver com outros indivíduos que não pertencem a sua família. O indivíduo então procura agregar as regras da sociedade ao qual pertence para que assim possa ser aceito. Caso ele não consiga se inserir dentro dessas regras ele se marginaliza em relação aos processos sociais coletivos.

Quando desempenho meus deveres de irmão, de esposo ou de cidadão, quando me desincumbo de encargos que contraí, pratico deveres que estão definidos fora de mim e de meus atos, no direito e nos costumes. Mesmo estando de acordo com sentimentos que me são próprios, sentindo-lhes interiormente a realidade, esta não deixa de ser objetiva; pois não fui eu quem os criou, mas recebi-os através da educação. Contudo quantas vezes não ignoramos o detalhe das obrigações que nos incumbe desempenhar, e precisamos, para sabê-lo, consultar o Código e seus interpretes autorizados! Assim também o devoto, ao nascer, encontra prontas as crenças e as práticas da vida religiosa; existindo antes dele, é porque existem fora dele. O sistema de sinais de que me sirvo para exprimir pensamentos, o sistema de moedas que emprego para pagar as dívidas os instrumentos de crédito que utilizo nas relações comerciais, as práticas seguidas na profissão, etc., etc., funcionam independentemente do uso delas que faço. (DURKHEIM, Emile. 1987, p.01)

Já Simmel (1981), explica a sociabilidade como uma estrutura sociológica muito peculiar. Para que haja sociabilidade inicialmente precisamos de um ponto em comum entre indivíduos pertencentes de uma mesma sociedade como, por exemplo, sociedades religiosas:

Aqui, “sociedade” propriamente dita é o estar com um outro, para um outro, contra o outro que, através do veículo dos impulsos ou dos propósitos, forma e desenvolve os conteúdos e os interesses materiais ou individuais. As formas nas quais resulta esse processo ganham vida própria. São liberadas de todos os laços com os conteúdos; existem por si mesmas e pelo fascínio que difundem pela própria liberação destes laços. É isto precisamente o fenômeno a que chamamos sociabilidade. (SIMMEL, G. (1981), p.168 )

Quando voltamos a falar sobre as 48 famílias e as reuniões das quais elas participam, isso nos remonta a cena de socialização conforme o próprio Durkheim, pois como elas estão passando pelo processo que culminará numa nova forma de conviver socialmente entre elas Na construção do termo de convivência essas famílias estão sendo ensinadas a como conviver entre si para que possam ser aceitas por essa nova sociação. Caso alguma família não consiga se adequar a essas regras elas poderão ser marginalizadas socialmente (isso só poderá ser observado após a mudança para o residencial), fazendo com as outras famílias as excluam dessa nova sociedade que ali esta surgindo e sofrendo punições elaboradas por elas, como o pagamento de multa. Sendo assim podemos considerar que o termo de convivência é algo coercitivo, conforme alega Durkheim:

Não há dúvida de que esta coerção não se faz sentir, ou é muito pouco sentida quando com ela me conformo de bom grado, pois não se torna inútil. Mas não deixa de constituir caráter intrínseco de tais fatos, e a prova é que se afirma desde que tento resistir. Se experimento violar as leis do direito, estas reagem contra mim de maneira a impedir meu ato se ainda é tempo; com o fim de anulá-lo e restabelecê-lo em sua forma normal se já se realizou e é reparável; ou então para que eu expie se não há outra possibilidade de reparação. (DURKHEIM, Emile. 1987, p.02).



Observando as reuniões é possível notar uma nova formação de uma sociabilidade conforme Simmel(1981),, pois essas famílias estão indo às reuniões por um objetivo final, e, como todos possuem características socioeconômicas em comum, é possível a formação de uma nova socialização de indivíduos.

Outro assunto que Simmel(1981), também aborda é o conflito, o que para o autor não deve de ser visto como negativo. O conflito para ele é uma forma de interação entre os homens, uma das mais vividas interações, pois não pode ser exercida apenas por um indivíduo. O conflito deve ser também considerado como uma socialização.

Todas as formas sociais aparecem sob nova luz quando vistos pelo ângulo do caráter sociologicamente positivo do conflito. Torna-se logo evidente que, se as relações entre os homens (mais que aquilo que o indivíduo é para si mesmo e em suas relações com os objetos) constituem a matéria subjetiva de uma ciência especial, a Sociologia, nesse caso os tópicos tradicionais desta ciência, cobrem apenas uma de suas subdivisões: ela é mais abrangente e mais verdadeiramente definida por um princípio. Parece que antigamente havia só duas questões subjetivas compatíveis com a ciência do homem: a unidade do indivíduo e a unidade formada pelos indivíduos, a sociedade; uma terceira parecia logicamente excluída. Nesta concepção, o próprio conflito – sem considerar suas contribuições a estas unidades sociais imediatas – não encontraria lugar próprio para estudo. É o conflito um fato *sui generis* e sua inclusão sob o conceito de unidade teria sido tão arbitrária quando inútil, uma vez que o conflito significa a negação da unidade. (SIMMEL, G. (1981), ano, p.123)

O conflito como uma forma de socialização pode ser observado nas reuniões tanto entre moradores, como entre moradores e prefeitura. Isso é visível quando converso com os moradores que fala sobre suas expectativas e me relataram que sabem que vão enfrentar conflitos com outros moradores, pois já os conhecem. Mesmo antes de morarem no residencial eles já passam pela situação de conflito nas reuniões. No processo de construção do termo de convivência isso ficou bem nítido, pois o conflito que acontecia era principalmente com a prefeitura, pois os moradores não aceitavam muitas das regras que estava no termo. Foi possível observar também de uma forma mais branda o conflito entre eles, já que alguns concordavam com a prefeitura outros não. Os que concordavam com a prefeitura sempre reclamavam dos que iam contra. Apesar disso, era perceptível que ao final todos os moradores acabavam por se conciliarem e entravam em um acordo entre eles mesmos.

Simmel (1981), já falava que assim como o universo precisa de “amor e ódio” para que fosse possível obter uma forma qualquer, com a sociedade acontecia o mesmo, pois isso a daria uma determinada configuração. Para o autor é necessário quantidades proporcionais de harmonia e desarmonia, de associação e competição.

As famílias realocadas já sabiam que teriam que no mínimo o dever de tolerar as opiniões divergentes de seus vizinhos após a mudança para o residencial. Isso não significa ausência de conflito. Para Simmel (1981), a oposição de um membro do grupo a um companheiro não é um fator social puramente negativo, pois significa que o indivíduo tem o poder e o direito de se rebelar contra a tirania, a arbitrariedade, o mau humor, e a falta de tato. Para ele a oposição é um elemento da própria relação.

Assim como as 48 famílias são heterogêneas em seu modo de agir, pensar, em suas crenças religiosas e visões de mundo, os conflitos surgem neste novo processo de socialização como uma forma do grupo assimilar e acomodar as divergências, tornando-se minimamente homogêneo, o que garantirá a convivência.

Para Simmel (1981), quando se formam grupos que são diferentes, mas que têm um objetivo comum, essa diferenciação se converte, pois todos estão trabalhando para que essa finalidade comum possa ser realizada e finalizada. No caso analisado, a entrega do residencial. O autor alega que:

As relações de conflito, por si mesmas não produzem uma estrutura social, mas somente em cooperação com forças unificadoras. Só as duas juntas constituem o grupo como uma unidade viva e concreta. Nesse ponto, o conflito dificilmente se diferencia de qualquer outra forma de relação que a Sociologia abstrai da complexidade da vida real. (SIMMEL, G. (1981), p.128)

### **Incitações finais**

Como a pesquisa ainda está em andamento, o que foi apresentado aqui são as primeiras observações e reflexões do processo chamado de “trabalho social com as famílias”, desenvolvido pelos técnicos sociais da poligonal 8 por meio de reuniões semanais e visitas quinzenais às obras do residencial Bela Vista. Já é perceptível neste processo uma ressocialização desses indivíduos, principalmente com a construção coletiva das regras de convivência que estabelecem novas formas de se comportar socialmente, como também as penalidades que serão imputadas aos que transgredirem as regras. Essas, que são mais incitações que conclusões, visto que orientam o trabalho investigativo que deve se estender após a mudança das famílias ao residencial, mostra inicialmente que o processo de socialização, conforme afirma Durkheim, é coercitivo e que ele é um processo de aprendizado para que o indivíduo possa ser inserido na sociedade ao qual ele se encontra.

Também já é possível dizer que um novo processo de sociação entre essas famílias está em formação, pois nem todos se conheciam antes do início dessas reuniões. Através dessa sociação que o processo de sociabilidade está ocorrendo. Esse processo também só é possível devido aos conflitos que estão ocorrendo, que são, para Simmel, necessários para uma sociedade e que não devem de ser vistos como negativos e sim como uma forma de construção da sociabilidade.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Decreto Municipal de Vitória nº 10.131/1998

Decreto Municipal de Vitória nº 13.669/2006

DURKHEIM, E. As regras do método sociológico. 13 ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987

Prefeitura Municipal de Vitória. Metodologia Programa Terra Mais Igual

SIMMEL, Georg. *La sociabilité: exemple de sociologie pure ou formale*. In: **Sociologie et Epistemologie**. Paris: Presses Universitaires de France, 1981 (1917).

## **ARTIGO 4: PROGRAMA BEM ME QUER: FORTALECENDO VÍNCULOS DESDE A GRAVIDEZ.**

Luciana Pereira Vieira Nascimento<sup>30</sup>  
Graziella Almeida Lorentz<sup>31</sup>

### **INTRODUÇÃO**

*“ A gente não nasce mulher, torna-se mulher.”*

(Simone de Beauvoir, 1983)

O PAIF – Programa de Atenção Integral à Família expressa um conjunto de ações relativas à acolhida, informação e orientação, inserção em serviços da assistência social, encaminhamentos a outras políticas, promoção de acesso à renda e, especialmente, acompanhamento sociofamiliar. Esse programa é desenvolvido no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Variadas são as ações do PAIF dentre eles, especificamente no CRAS Vitória Região Consolação, o Programa Bem Me Quer Bem.

O Programa Bem Me Quer Bem visa atender às mulheres moradoras da área de abrangência deste CRAS em situação de vulnerabilidade social e, segundo preconiza o MDS, prioritariamente beneficiárias do Bolsa Família.

Após estudos junto a U.S. Consolação, um grande número dessa população é composta por mulheres grávidas, especialmente adolescentes na faixa etária de 10 a 14 anos.

Para esse público, o estado de Minas Gerais desenvolveu uma parceria entre as Secretarias Estaduais de Educação e Saúde para amenizar o problema no estado. Da parceria surgiu o Programa Educacional Afetivo-sexual (PEAS), para atender os adolescentes dentro das escolas e discutir com eles todas as questões relacionadas a sexo e sexualidade. Profissionais que vem desenvolvendo o Programa revelam que mudanças de atitudes através de informações, valores e aspectos culturais podem reverter esse quadro de altos índices de gravidez não planejada em especial na adolescência. Trabalho semelhante é desenvolvido pelo programa de Risco Social desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Vitória.

O Programa Bem Me Quer Bem propõe uma metodologia participativa onde permite aos usuários uma atuação efetiva no processo educativo sem considerá-los meros receptores, tal metodologia possibilita que não há saberes *a priori* e que é através da experiência de cada sujeito que é possível a reflexão e a tomada de decisões para a vida de cada um, valorizando seus conhecimentos e informações. Tal metodologia facilita os processos de reflexão pessoais, interpessoais e de ensino-aprendizagem, integrando o grupo e estabelecendo vínculos de afetividade e respeito mútuo. Além de valorizar os conhecimentos e experiências dos participantes, envolvendo-os na discussão, pela identificação e busca de soluções para problemas que emergem em suas vidas cotidianas.

---

<sup>30</sup> Graduada em Serviço Social – CRAS Consolação;

<sup>31</sup> Graduada em Psicologia – CRAS Continental.

## OBJETIVOS

- Contribuir para a prevenção e o enfrentamento de situações de vulnerabilidade e risco social;
- Fortalecer os vínculos familiares e comunitários;
- Promover aquisições sociais às famílias, com o objetivo de fortalecer o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades.
- Refletir sobre afetividade e sexualidade;
- Refletir sobre a maternidade e paternidade responsável;
- Sensibilizar para a importância do planejamento familiar;
- Fortalecer a figura feminina de cada participante (protagonismo);
- Apoiar as participantes nas trocas de experiências cotidianas (frustrações e/ou êxitos);

## REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLOGIA

*“Por enquanto sou pequeno,  
muita coisa eu não sei.*

*Eu só sei que estou gostando deste mundo onde cheguei.  
Não me apressem por favor, sei que ainda não cresci.  
Mas vejam que estou tentando,  
me esperem que eu chego aí.”*

(Pedro Bandeira)

O Brasil vem, desde 1980, desenvolvendo instrumentos jurídicos e políticos na busca da redemocratização do país. Tal fato pode ser constatado pela conquista de direitos sociais, civis e políticos e pela visibilidade das demandas de movimentos sociais, que discutem os direitos humanos, a cidadania, o controle social das políticas públicas e a participação política.

Na busca em redesenhar uma política que não priorize o clientelismo, assistencialismo e caridade, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS elaborou e aprovou a Política Nacional da Assistência Social – PNAS (2004) afim de garantir promoção social a todos que dela necessitar.

Promover cidadania é um dever das Políticas Públicas e realizar ações que sejam facilitadores deste processo é o objetivo primeiro dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS.

Na perspectiva da defesa dos direitos e da cidadania, e frente a processos de fragilizações da mulher, o CRAS Consolação buscou desenvolver um Programa para discutir junto a essa mulher, relações de gênero, sexualidade, afetividade, família e cidadania.

Sendo o público de maior incidência no CRAS Consolação, a equipe acredita em um espaço de discussão promovido por essas mulheres, mães, chefes de família, filhas a respeito de sua realidade e sobre preconceitos, estereótipos e a responsabilidade a elas delegada em seu núcleo familiar.

O psicólogo Ivan Capelatto coloca em seu texto “Educação com Afetividade” o conceito de Afetividade:

A afetividade é a dinâmica mais profunda e complexa de que o ser humano pode participar. Inicia-se a partir do momento em que um sujeito se liga a outro pelo amor -- sentimento único que traz no seu núcleo um outro, também complexo e profundo: o medo da perda.

Quanto maior o amor, maior o medo da separação, da perda e da morte, o que acaba desencadeando outros sentimentos, tais como o ciúme, a raiva, o ódio, a inveja, a saudade...

A afetividade é a mistura de todos esses sentimentos, e aprender a cuidar adequadamente de todas essas emoções é que vai proporcionar ao sujeito uma vida emocional plena e equilibrada. ( CAPELLATO, 2009,pg. 09)

Trazer a afetividade como ponto norteador das discussões, coloca a solidariedade e cidadania como tema que perpassa as participantes no seu dia a dia. Segundo Ivan Capelatto, o cuidar de si, dos outros e do meio ambiente são imprescindíveis na construção do ser humano. Capelatto traz ainda que:

“cuidar é um ato consciente que pode ser ensinado, e consiste, por sua vez, num dos maiores geradores de prazer que o mundo humano conhece. Cuidar adequadamente dos outros como de si mesmo pode ser o início de uma grande transformação, tanto do ponto de vista individual como do ponto de vista social.” ( CAPELATTO, 2009, pag. 08)

A afetividade consegue determinar o modo com que as pessoas visualizam o mundo e também a forma com que se manifesta dentro dele. Todos os fatos e acontecimentos que existiram na vida de uma pessoa traz recordações e experiências por toda a sua história. Dessa forma, a presença ou ausência do afeto contribui para a forma com que um indivíduo se desenvolverá. Também para a auto-estima das pessoas a partir da infância, pois quando uma criança recebe afeto dos outros consegue crescer e desenvolver com segurança e determinação.

O Programa Bem Me Quer Bem busca trabalhar a importância da família no contexto da vida social como forma de garantir a proteção integral a todos os seus membros. Sobretudo numa tentativa de evitar maus-tratos, negligência, abandono, desagregação familiar, violência/abuso sexual, dentre outras que são situações que afetam o convívio familiar e podem acarretar problemas relativos ao desenvolvimento da sexualidade, auto-estima, à baixa escolaridade, à gravidez não planejada.

O Programa Bem Me Quer Bem traz uma visão inovadora pautada em uma dimensão ética, onde a comunidade apresenta riscos e vulnerabilidades bem como recursos e possibilidades para enfrentá-las.

Assim como o PEAS e o Programa de Risco Social, o Bem Me Quer visa identificar forças e não fragilidades que as diversas situações de vida apresentam além de construir junto as participantes o referencial político para a busca dos direitos da mulher.

Quando se trata de mulheres adolescentes grávidas maior é o cuidado quando se trata de afetividade.

Para a gestante adolescente pode-se perceber ainda muito mais um papel de filha do que de mãe. O fato de muitas gestantes adolescentes partilharem com suas próprias mães o cuidado da criança, ou até mesmo entregarem a criança para que cuidem, poderia ser entendido como uma confirmação de por vezes as adolescentes evitam sua saída total do papel de filha, mantendo-se o vínculo de dependência até então existente com a mãe (Coley e Chase-Lansdale, 1998).

Digamos ainda que todo bebê nasce prematuro do ponto de visto psíquico, desamparado, dependente, e que esta condição, chamada por Freud de desamparo primordial (FREUD, 1950), é constitutiva do ser humano, pois o empurra para o amor na medida em que cria uma necessidade vital, qual seja, ser adotado afetivamente para que sobreviva.

O Programa Bem Me Quer foi desenvolvido no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS Vitória) Região Consolação, a fim de ser mais uma vertente do Programa de Atenção Integral à Família – PAIF visando acompanhar famílias em situação de vulnerabilidade social de regiões das áreas de abrangência deste Centro através da territorialização.

O Programa foi dividido em módulos e cada módulo foi desenvolvido aproximadamente durante por 4 meses. Ao final de um ano, os participantes se assim desejassem, poderiam continuar o acompanhamento em um Grupo Cidadão ou outro Programa dentro dos âmbitos do PAIF.

O programa conta ainda com uma equipe interdisciplinar que trabalha temas pertinentes as participantes no que tange o fortalecimento de vínculos, maternar, cidadania e (re)significação da relação familiar.

Da mesma forma que as famílias são acompanhadas pelo PAIF, as participantes do Bem Me Quer estarão sendo atendidas individualmente pelos técnicos que também as acompanharia nas reuniões do grupo (de convivência); participação em outras atividades do CRAS (Ações Sócio-Educativas- ASEF's, Oficinas Motivacionais, e em vivências com metodologia participativa, onde as usuárias são convidadas a serem protagonistas de suas próprias histórias e a pensarem sobre sua realidade e perspectivas do futuro de sua família, de seus filhos e delas mesmas).

A equipe interdisciplinar (Psicologia e Serviço Social) desenvolveu os temas de acordo com os módulos mais adiantes descritos, porém não se atendo de maneira estática visto a prioridade a demanda apresentada pelo próprio grupo.

- MÓDULO I – FEMINILIDADE

A partir da produção de sentidos, visualizamos como os(as) adolescentes e adultos significam a situação vivenciadas por eles. Evitando-se os profissionais transmitir a sensação de “donos do saber” para despertar compartilhamento dos que ali se fazem presentes.

Despertar os desejos femininos trazem em sua vertente o despertar o maternar.

A equipe trabalhou a inclusão dos direitos da mulher em serviços públicos e de maneira geral (direitos humanos) para reforçar a cidadania das gestantes e nutrizes

O cuidado traz a atenção da participante para determinado foco, podendo ser uma parte do seu corpo, podendo ser um cuidado emocional, podendo ser um filho. Quando se exercita o cuidar, todos que estão próximos são disponibilizados a serem potenciais seres a serem cuidados.

- MÓDULO II – GESTAÇÃO

Para tal é importante que pensemos na assertiva popular que “quando nasce uma criança nasce também uma mãe”. Socialmente, e isto pode ser reafirmado pela assertiva popular colocada,



espera-se que toda mulher que acaba de ter um filho se torne uma mãe com todos os estereótipos que este nome carrega como disponível, atenciosa, meiga, carinhosa, enfim, que cumpra sua função materna.

A gravidez denuncia mais que rompimento da posição de filha, mais que um refazimento de posições familiares, ela traz consigo o significativo renúncia. Fisicamente a renúncia é ao corpo de menina, em primeira instância, e ao corpo de grávida num segundo tempo. Psicicamente a renúncia é do imaginário tal como construiu o filho idealizado, onipotente, capaz de realizar tudo aquilo a que os pais não alcançaram, posto que não há consonância entre o bebê da fantasia parental e o filho nascido, principalmente quando o nascimento se dá de forma prematura, como no caso clínico

Eduardo de Sá, psicólogo especialista em desenvolvimento do bebê, confirma: “o amor materno não é uma característica inerente a todas as mães”. Ou seja, nem todas as mulheres que têm um filho se tornam mãe. Não é porque não o desejem, mas porque não conseguem compatibilizar os seus lados animal e a sua racionalidade clarividente de mãe.

A razão prende-se com o fato de serem muitas vezes atropeladas por muitos acontecimentos que não controlam. Mas é possível conquistar o instinto materno. Entre os muitos caminhos possíveis para o fazer, Eduardo de Sá aponta o do amor: “as mulheres mais amadas são melhores mães”.

Françoise Dolto e Maud Mannoni, a partir da riqueza de suas clínicas, situaram o não-lugar dado ao filho

Maud Mannoni apontava: “a doença da criança constitui o lugar mesmo da angústia materna”, afirmando que há momentos na análise da criança em que é a mãe que está em questão e é a ela que a escuta deve ser oferecida.

- MÓDULO III – MEU BEBÊ

Para tanto é preciso que exploremos o que venha a ser sujeito para a psicanálise, posto que não basta que uma criança nasça para que seja assim encarada por esse saber, não basta um corpo biológico nem mesmo um indivíduo nomeado. Sujeito é algo construído, constituído no campo do Outro, da linguagem, da palavra que antecede o nascimento e que é tomada pela criança, apropriada por ela pela operação da alienação.

(...) o sujeito só é sujeito por seu assujeitamento ao campo do Outro, o sujeito provém de seu assujeitamento sincrônico a esse campo do Outro (LACAN, 1964 p.178).

A mãe (função materna) desempenha neste primeiro momento da vida de um bebê esta posição de Outro, quando traduz o choro como vontade de mamar ou dor de barriga, quando traduz por medo de algo o Reflexo de Moro, enfim, a mãe põe sentido nas reações até então involuntárias do filho, transformando um alarido em demanda.

Outro momento de grande importância na constituição do sujeito é a inscrição do desejo que, partindo do desamparo primordial, a mãe oferece uma ação específica que satisfaça o incômodo do bebê, propiciando a primeira experiência de satisfação e instaurando uma condição na criança de para sempre se movimentar na busca de retornar à situação de satisfação original.

Para que a criança “seja”, parece-nos com efeito que ela deva estar presa em múltiplas redes de “atenção” a seu respeito. Um certo tipo de comunicação, um modo de tocá-la, de responder a seu olhar, de endereçar-se a ela, enquanto humano endereçando-se a outro humano, habitado por

seus afetos, pensamentos, desejos. É esse endereçamento ao outro, capturado na linguagem, que não parece estar, para além das palavras, operando para a criança (MATHELIN, 1999,p. 44).

A função simbólica, que nos ajuda a compreender a dependência do bebê em relação aos pais e ao seu papel que estes detêm na sua satisfação e prazer, é «responsável pela particularidade de cada ser humano, segundo todo o tipo de modalidades impressivas que acompanham a sua sobrevivência e o seu desenvolvimento até à maturação completa do seu sistema nervoso, dos dezoito aos vinte e cinco meses», declara Françoise Dolto.

Alguma décadas depois de Dolto, hoje confirma-se plenamente que a forma como as crianças são cuidadas desde a mais tenra idade e ao longo dos seus primeiros anos de vida, tem um impacto decisivo e imenso na forma como elas irão reagir muitos anos depois, na sua vida de adultas, não só às dificuldades como ao modelo de relações que irão estabelecer com os outros.

- **MÓDULO IV – A FAMÍLIA**

A família sempre é procurada para desenvolver as ações do PAIF, no Programa Bem Me Quer não seria diferente. Todos são convidados a participar das atividades do Programa mesmo sabendo que em sua maioria são as mulheres as responsáveis pelo maior número de participação em tais atividades. Em qualquer que seja seu arranjo, a família é um núcleo de convivência, unido por laços afetivos, que costuma compartilhar o mesmo teto. Entretanto, esta convivência pode ser feliz ou insuportável, pois seus laços afetivos podem experimentar o encanto do amor e a tristeza do desafeto. A equipe CRAS Consolação entende família como uma semente que necessita de cuidados constantes para crescer e desenvolver-se.

## **RESULTADOS**

A partir deste trabalho obtivemos como resultado o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, surgiram de agente multiplicadores sociais, acesso aos serviços da rede socioassistenciais, adesão as atividades desenvolvidas pelo poder público e ONG's além do fortalecimento do protagonismo, melhoramento de auto-estima, das articulações com a rede sócio assistencial.

O programa buscou através de sua metodologia trabalhar as famílias no sentido do fortalecimento das funções familiares desenvolvidas no interior do seio familiar.

Através do trabalho junto a auto estima, o grupo buscou refletir funções sociais e as possibilidades de cada núcleo familiar da forma como se constituem.

Mães refletiram sobre a importância de seu papel e reconheceram a participação de cada uma na construção familiar de seus filhos.

## **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

ESTUDOS E PESQUISAS EM PSICOLOGIA, UERJ, RJ, ANO 7, N. 1, 1º SEMESTRE DE 2007.

GUARESCHI, N.; BRUSCHI, M. F. Psicologia Social nos Estudos Culturais: perspectivas e desafios para uma nova psicologia social. Porto Alegre: Vozes, 2003.

CAPELATTO, Ivan Roberto. Educação com Afetividade. <http://www.facaparte.org.br/new/download/capelato.pdf>. Site visitado em 22/03/2009,

CASTRO, Ana Vieira de. Necessidades básicas do bebê. [http://www.mae.iol.pt/artigo.php?div\\_id=3635&id=849884](http://www.mae.iol.pt/artigo.php?div_id=3635&id=849884). Site visitado em 08/03/2009.

LIMA, Glaucineia Gomes de. Da mãe a mulher : os circuitos do amor, desejo e gozo. <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-27072007-011820/>. Site visitado em 24/02/2009.

REVISTA ON-LINE BOA SAÚDE, Maternidade na adolescência. <http://boasaude.uol.com.br/lib/ShowDoc.cfmLibDocID=3999&ReturnCatID=690#Introdução> . Site visitado em 22/03/2009.

RIANI, Anna Costa Pinto Ribeiro. A Psicanálise na clínica com bebês. <http://www.psicanaliseebarroco.pro.br/revista/revistas/obras/psicanalise%20na%20clinica%20com%20bebes.doc> . Site visitado em 03/06/2009.

## **ARTIGO 5: COM VIVÊNCIA: A EXPERIÊNCIA DA PRODUÇÃO DE UM INFORMATIVO COM IDOSOS**

Priscila Valverde Fernandes<sup>32</sup>

### **RESUMO**

O que significa falar e não ser ouvido? Ou não conseguir se adequar ao mundo tão tecnológico e com relações tão descartáveis? O ainda ter perdas num prazo tão curto de tempo? O que realmente significa envelhecer? No processo de escuta dos usuários no Centro de Convivência questões como essas compõem muitos dos discursos que circulam pelo espaço. Foi pensando nessas inquietações e nessa busca de significados que optamos pela criação de um grupo terapêutico dentro do Centro de Convivência da Terceira idade de Jardim Camburi. Compreendemos que a velhice é uma etapa da vida que conta com diversas alterações cognitivas, afetivas e sociais, bem como alterações em motivações, interesses, atitudes e valores que são característicos dessa etapa da vida. Nesse sentido, a Psicologia tem desenvolvido atividades de grupo, visando oferecer um espaço de fala e discussão, que leva em conta as experiências de cada integrante, trabalhando as emoções e motivações, de forma a potencializar a vida dos participantes. Enxergamos o sujeito com suas dificuldades e limites levando em conta o contexto histórico, social e político que ele está inserido. A terapia em grupo não é simplesmente uma forma de tratar várias pessoas simultaneamente. O trabalho de mudança, feito em grupo, apresenta características muito interessantes, pois tem como objetivo levar seus participantes a constatarem não serem os únicos com uma determinada problemática ou ainda possibilitar o contato com pessoas com conflitos e dificuldades semelhantes, como a troca de experiências entre os membros do grupo. Como processo e produto desse grupo, temos produzido bimestralmente um Informativo do Centro de Convivência da Terceira Idade de Jardim Camburi. Esse informativo cujo nome escolhido pelos participantes do grupo foi Com Vivência, tem se colocado como um disparador das questões que permeiam o cotidiano dos idosos. Para essa produção, todos os integrantes do grupo participam ativamente, que faz com que nossas discussões naquele espaço sejam ressignificadas e materializadas por meio da escrita de cada matéria do informativo. Essa estratégia tem estimulado a autonomia e feito com que

---

<sup>32</sup> Psicóloga, Mestre em Psicologia Institucional – UFES, atua na Gerência de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no Centro de Convivência da Terceira Idade de Jardim Camburi. Tel: (27) 3337 4625–e-mail: privalverde@hotmail.com lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4717222J6>

eles sejam protagonistas de suas histórias na medida em que eles são os autores e responsáveis pelo informativo.

Palavras chave: Idosos, Autonomia, Protagonismo.

## 1. Introdução

No processo de construção e fortalecimento trabalho do psicólogo no Centro de Convivência Terceira Idade, buscamos ouvir e significar as diversas questões que são levantadas pelos próprios usuários. Nesse processo de escuta dos usuários questões diversas compõem muitos dos discursos que circulam pelo espaço, tais como: O que significa falar e não ser ouvido? Ou não conseguir se adequar ao mundo tão tecnológico e com relações tão descartáveis? O ainda ter perdas num prazo tão curto de tempo? O que realmente significa envelhecer? Foi pensando nessas inquietações e nessa busca de significados que optamos pela criação de um grupo terapêutico dentro do Centro de Convivência da Terceira idade de Jardim Camburi.

Compreendemos que a velhice é uma etapa da vida que conta com diversas alterações cognitivas, afetivas e sociais, bem como alterações em motivações, interesses, atitudes e valores que são característicos dessa etapa da vida. Nesse sentido, a Psicologia tem desenvolvido atividades de grupo, visando oferecer um espaço de fala e discussão, que leva em conta as experiências de cada integrante, trabalhando as emoções e motivações, de forma a potencializar a vida dos participantes. Enxergamos o sujeito com suas dificuldades e limites levando em conta o contexto histórico, social e político que ele está inserido.

Além disso, por conta de relato e experiência dentro dos Centros, temos notado uma quantidade considerável de casos de depressão ou a eminência desse quadro. Sem a pretensão de respostas acabadas, objetivamos trilhar por caminhos que nos levem a respeitar a singularidade de cada pessoa sempre levando em consideração seu momento de vida, sem que precisemos repelir a aceitação da velhice por sermos incapazes de encontramos as belezas e possibilidades inerentes a tal faixa etária.

Alguns caminhos estão sendo construídos a partir do trabalho em grupo o que tem nos fornecido a possibilidade de visualizar e acompanhar o desenvolvimento que continua a existir na terceira idade.

Optamos para tal, pela terapia em grupo. Essa forma de realizar a terapia não é simplesmente uma forma de tratar várias pessoas simultaneamente. O trabalho de mudança, feito em grupo, apresenta características muito interessantes, pois tem como objetivo levar seus participantes a constatarem não serem os únicos com uma determinada problemática ou ainda possibilitar o contato com pessoas com conflitos e dificuldades semelhantes, como a troca de experiências entre os membros do grupo.

No Centro de Convivência de Jardim Camburi- CCTI-JC propomos a criação de um grupo terapêutico chamado *Espaço da Fala*. Como processo e produto desse grupo, temos produzido bimestralmente um Informativo (ANEXO A e B) do CCTI-JC. Esse informativo cujo nome escolhido pelos participantes do grupo foi *Com Vivência*, tem se colocado como um disparador das questões que permeiam o cotidiano dos idosos.

No processo de produção do Informativo, todos os integrantes do grupo participam ativamente, que faz com que nossas discussões naquele espaço sejam ressignificadas e materializadas por meio da escrita de cada matéria do informativo. Essa estratégia tem estimulado a autonomia e feito com que eles sejam protagonistas de suas histórias na medida em que eles são os autores e responsáveis pelo informativo.

## 2. Objetivos

A realização do Grupo Terapêutico e a construção do informativo têm como objetivo geral oferecer um espaço de socialização e convivência e trocas de experiências dentro do Centro de Convivência.

Os objetivos específicos são:

- Oportunizar o conhecimento de histórias semelhantes à sua, o sujeito descobre que não é o único a viver o problema, o que pode acelerar seu processo de melhora;
- Estimular a memória em todos os níveis, despertar interesses e novas habilidades;
- Disponibilizar ao grupo um espaço para ouvir os depoimentos de outros sobre um problema que, em muitos casos, é igual ao seu e pode levá-lo a se distanciar do seu drama e, assim, encontrar uma saída criativa;
- Produzir um Informativo do CCTI-JC que circule pelo Centro e pela comunidade na qual ele está inserido com a finalidade de divulgação das atividades.

## 3. Referencial Teórico

Esse espaço de atividades em grupo tem como intuito promover a potencialização de vida dos participantes. Não trabalhamos com o termo auto-estima, pois compreendemos que a subjetividade é um conceito que vai além da ideia identidade do sujeito. Esse conceito, em diversos momentos culpabiliza apenas o sujeito pelas suas dificuldades e fracassos sem levar em conta o contexto histórico, social e político que ele está inserido.

Conhecendo e analisando essas histórias, tomamos contato com as práticas sociais que permitiram entender a emergência dessas formas de subjetividade. Entendemos subjetividade não como personalidade ou algo próprio do sujeito, mas como o que é produzido historicamente e resulta de certos jogos de forças. A subjetividade encontra-se constantemente produzida por “[...] instâncias individuais, coletivas e institucionais” (GUATTARI, 1992, p. 11), sem que haja qualquer hierarquia entre elas.

Nosso referencial teórico é permeado pelos pressupostos foucaultianos, sendo assim, entendemos que cada história, por mais que seja considerada pessoal, fala de construções histórico-sociais seja o ser mãe, mulher, homem, idoso, etc. O que é sentido e vivenciado por cada não é algo natural, inato, imutável é algo que por se tratar de uma construção é passível de mudanças.

Nesse espaço, passamos a interpelar as teorias totalizantes, as verdades que atravessam e constituem práticas e sujeitos, seus regimes de verdades que se forjam nas organizações e nas relações sócio-institucionais, diante de uma realidade complexa e múltipla que nos constitui. Os regimes de verdade, pelo viés foucaultiano, são as normas e regras produzidas pelas práticas sociais, como o Bem e o Mal, definindo, assim, a "normalização" da vida na sociedade (FOUCAULT, 1974). Propomos a buscar uma concepção de homem que represente outras formas de construção de conhecimento ao colocar em xeque a noção de neutralidade do espaço terapêutico.

Caminhando nesse sentido, nos propomos a problematizar as cristalizações que nos atravessam e constituem como sujeitos dos especialismos, formados pelos discursos universalizantes e pretensamente únicos pautados nas especializações que isolam os profissionais e fragmentam seus trabalhos.

Coimbra (1988) discute sobre os especialismos técnico-científicos, dizendo que esses discursos fazem com que os indivíduos considerem a própria vida desprovida de sentido, quando não obedecem às prescrições desses profissionais. Esse sentimento de incompetência é ainda reforçado diante do desconhecimento de como esse saber foi produzido. Nesse sentido, acreditam que, como não possuem esse conhecimento, tido como competente, não terão direito a expressar suas opiniões, dúvidas ou indignações. Costa (1999) também trabalha com a ideia de que esses discursos científicos produzem verdades dotadas de poder que determinam como se deve sentir, falar, vestir, pensar e viver.

No trabalho com o idoso discute-se muito sobre a construção da autonomia, o grupo terapêutico em sua proposta também busca essa construção e fortalecimento, entretanto, compreendemos esse conceito de forma ampliada e não apenas no sentido de independência. Compartilhamos com a de ideia de Campos (2006) onde tal é entendido não como valor absoluto e nem como estado estático, mas como processo dinâmico que implica em perdas ou em aquisições sempre gradativas. A autonomia se dá na construção do sujeito, com capacidade de se auto-perceber e perceber o outro em sua dimensão individual e coletiva, atravessada pela criatividade e realização de solidariedade. No processo de construção de autonomia se cria um espaço para negociações e pactuações das questões que se colocam.

Outro conceito que trazemos para discussão é o de protagonismo, baseando-se na etimologia da palavra Protagonismo (Proto = principal, primeiro; agon = luta; agonistes = lutador), considera-se protagonista um ser que atua diretamente no processo de desenvolvimento pessoal e de transformação da sua própria realidade assumindo um papel central, ou seja, de ator principal. De forma específica no contexto de discussões sobre o idoso, compreendemos com a capacidade de interferir, de forma ativa, construtiva e solidária no processo de identificação e minimização dos problemas reais nessa faixa etária, em sua família, comunidade e, conseqüentemente, na sociedade.

#### **4. Metodologia do Trabalho**

Utilizamos alguns elementos como dispositivos para estimular a fala dentro do grupo como citações, poesias, música, textos literários e materiais dessa mesma natureza trazidos pelos integrantes do grupo. A psicologia no proporciona facilitar esse grupo fazendo uma escuta ativa das falas que circulam pelo grupo. A escuta do outro não requer só a presença de um emissor e um receptor de mensagens. Nas entrelinhas das palavras há uma infinidade de elementos que estão flutuando e o psicólogo é formado para captá-los e desmembrá-los e devolvê-lo ao emissor para que compreenda melhor suas questões. Captar os elementos flutuantes das palavras, gestos e atitudes daqueles que estão se expressando é uma ferramenta terapêutica no sentido mais amplo desta palavra, ou seja, tem representatividade nas resoluções dos problemas cotidianos das pessoas gerando descobertas e ampliando a consciência por meio do processo comunicacional.

Além da escuta, atuamos dentro do grupo terapêutico com intervenções durante as falas e reações que surgem. Trabalhamos com o processo de intervir não como intromissão ou ingerência, mas no sentido de vir entre, como sinônimo de mediação e apoio cooperativo. Discutimos, também, com temáticas que surgem a partir da demanda do grupo como: depressão, relacionamentos familiares, o processo de envelhecer, aposentadoria, sexualidade, morte, dentre outros.

Estabelecemos um contrato verbal acordado entre os participantes para manter sigilo de tudo o que for falado dentro do grupo, preservando assim a liberdade nesse espaço. Caso haja necessidade de que um dos participantes tenha um atendimento individualizado, realizamos um

encaminhamento, e este não é excluído do grupo, mas pode ser que seja necessário o acompanhamento de outros profissionais.

Podem participar do grupo todos os idosos frequentadores do Centro interessados e inscritos ou ainda casos avaliados e encaminhados pela equipe psicossocial. O grupo acontece semanalmente às quartas-feiras com duração máxima de uma hora e meia em uma sala do Centro de Convivência de Jardim Camburi.

A produção do jornal é semanal e acompanha o ritmo do grupo, porém sua publicação é bimestral. A cada encontro os idosos são estimulados a trazer idéias e temas que lhes interessam. Todos os encontros e fora deles também, os participantes têm trazido materiais e notícias, piadas, citações, história, fotos, receitas para serem incluído no informativo.

Durante as reuniões lemos e discutimos temas e os materiais trazidos e são selecionados quais são consideradas por eles mais interessantes para serem publicados no jornal. Como “tarefa de casa” estimulamos a escrita de textos e poesias dos participantes para a composição do jornal.

Tomamos o cuidado para que todo o jornal seja feito por eles, desde a escolha do tema até a formatação e revisão do mesmo. Quando alguém, exterior ao grupo, sugere notícias, temas ou textos, a sugestão é levada ao grupo para que este decida como o material será utilizado. O grupo também, além de participar de todas as partes da produção, também é quem divulga e busca apoio para a divulgação e impressão do jornal.

Para a execução desse trabalho, contamos com o apoio da equipe psicossocial e da coordenação do Centro que nos têm incentivado a cada semana de produção, e também tem encaminhado idosos para participarem do grupo.

O perfil dos participantes é diverso, é composto por homens e mulheres que têm de 59 a 93 anos e variado grau de escolaridade que vai de pessoas que têm desde o ensino fundamental incompleto até o superior em Jornalismo.

O informativo tem uma seção fixa que se chama “*Cada um tem uma história para Contar*” nessa seção, a cada edição do jornal, um participante compartilha sua história com o grupo. O grupo ouve e faz perguntas para compreender melhor a história, a partir daí a psicóloga transcreve a história e leva novamente para leitura e aprovação do grupo na próxima reunião. O protagonista da história relê também observando se há alguma incoerência. Essa seção tem se colocado como muito importante, pois organiza a história do sujeito e o fato de ser publicada faz como que esse participante se sinta valorizado e realmente protagonizando os acontecimentos e sua vida. Além dessa seção, todo o jornal é lido e relido pelo grupo ao longo de sua produção para garantir que o informativo seja algo realmente produzido pelos integrantes do grupo.

O jornal tem sido divulgado e distribuído virtualmente por meio de grupos de e-mails do Centro. A rede social que recebe o informativo tem reconhecido e elogiado a feitura do material. Já a versão impressa tem sido realizada no próprio Centro com algumas dificuldades, pois ainda não conseguimos apoio para a impressão, sendo assim não temos produzido a quantidade que entendemos como a ideal<sup>33</sup>. Nossa meta é aumentar o número de exemplares e buscar cada vez mais participantes para o grupo.

## 5. Resultados

---

<sup>33</sup> Atualmente, temos distribuído cerca de 250 exemplares em preto e branco de cada edição, temos como objetivo distribuir 500 exemplares coloridos.



Os resultados podem ser divididos em dois grupos o primeiro que percebemos melhoria de vida nos participantes e outro grupo que se apresenta pela publicação do jornal que cumpre o seu objetivo terapêutico, mas também faz o papel de divulgação do Centro no bairro de Jardim Camburi e de suas atividades.

O trabalho rompe com a forma tradicional do grupo terapêutico, onde, em alguns casos, alguns dos participantes sentem-se inibidos em compartilhar suas vivências. Com a produção do jornal se vêm envolvidos nessa tarefa e se tornam organizadores daquele espaço e conseqüente e gradativamente de suas próprias vidas.

O grupo tem fortalecido, a cada encontro, o vínculo entre os seus participantes, fazendo com que a cada dia e a cada matéria sugerida muitas questões se coloquem em discussão.

As atividades do grupo tem se colocado como uma forma de partilhar sentimentos que são coletivos, sem desviar a sua atenção para outras idéias, mas deixando que as palavras fluam, de forma natural, produzindo ainda algo que vai muito além de um espaço de lamentação, mas sim de produção de vida.

Em síntese, entendemos que o recorte feito para apresentação do referido trabalho, constitui-se em um processo infinito, de múltiplos olhares e dizeres, certamente, quando nos deparamos com um projeto de criação e que se encontra no início. Trata-se de um processo complexo mergulhado e atravessado por processos terapêuticos individualizados focados em modelos universais, naturalizados na vida social dos idosos que necessitam ser contestados e resistidos a cada dia, a cada vivência e a cada encontro do grupo.

## 6. Referências Bibliográficas

- CAMPOS Gastão Wagner. **Co-construção de autonomia**: o sujeito em questão. In: CAMPOS, G.W.S, MINAYO M.C.S, AKERMAN M., DRUMOND JÚNIOR M., CARVALHO Y.M., Organizadores. Tratado de saúde coletiva. Rio de Janeiro: Ed.Fiocruz; 2006. p.669-88.
- COIMBRA, Cecília. **Guardiães da ordem**: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do “Milagre”. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.
- COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 5. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **As verdades e as formas jurídicas**. *Cadernos da PUC-Rio*, Conferências I e II, 1974.
- GUATTARI, Felix. **Caosmose**: um novo paradigma estético. Rio de Janeiro: Ed.34, 1992.

ANEXO A – Informativo – 1ª Edição – CAPA

# Informativo Com Vivência



CENTRO DE CONVIVÊNCIA PARA TERCEIRA IDADE—JARDIM CAMBURI

Ano I - nº 01

Vitória, julho de 2011

## Editorial

Esta é a primeira edição do Informativo do Centro de Convivência da Terceira Idade de Jardim Camburi. Este Informativo é fruto do trabalho realizado no Grupo Terapêutico Espaço da Fala.

Nesta oficina, discutimos questões importantes sobre as vivências de cada

um, por isso muitas histórias circulam nesse nosso espaço. Diante disso, resolvemos ampliar nossas conversas produzindo este material. Nesse Informativo, você vai encontrar várias notícias, textos, reportagens e dicas interessantes, todas eles produzidos pelos participantes do grupo.

Todos estão convidados a participar desse grupo e a ajudar a construir nosso

**Informativo Com Vivência.**  
Então, quem tiver algo para acrescentar é só nos encontrar todas às quartas-feiras às 14h na sala de leitura.

Aproveite nosso informativo para conhecer mais o Centro e quem dele participa!

Abraços,  
Priscila Valverde  
Psicóloga

## Cada um tem uma história para contar

### *A sobrinha do Padre Alonso Leite*



**I**rene Leite nasceu no Ceará em Lavras da Mangabeira. É lá...pertinho de Quitaiús, pertinho de São Pedro, de Crato, de Juazeiro...

Teve oito irmãos, família grande e, com o passar do tempo, mudou-se para Fortaleza para estudar. Mas por uma tristeza da vida, aos 10 anos de idade sua mãe faleceu e, por isso, passou a ser criada na casa de seus irmãos. Seu tio, o conhecido padre Alonso Leite, pre-

ocupado com a criação de Irene, foi buscá-la para morar com ele na cidadezinha de Baixo Guandu. Foi nessa cidadezinha que Irene foi crescendo e se tornou uma linda moça.

Aconteceu que, quando havia completado seus 13 anos, um rapaz que servia o exército no Rio de Janeiro veio até a cidade de Baixo Guandu, pois era amigo do irmão de Irene. Esse rapaz ao ver Irene disse para o amigo: "Quero casar com sua irmã!". Mas teve de



FOTO: arquivos da família

retornar para o Rio para trabalhar e Irene ainda era muito jovem. Quando o amor tem que acontecer, não tem jeito! Depois

de cinco anos, Fabriciano, aquele rapaz robusto e bem apanhado, que queria casar com Irene, retornou à cidadezinha e pede a mão dela em casamento.

Foi ali então que Irene e Fabriciano construíram sua família, tiveram então cinco filhos.

Foram felizes durante anos, até que Fabriciano veio a falecer. Após esse acontecimento, Irene veio para Vitória morar com sua filha, isso aconteceu há três anos. Sua filha, atualmente tem lhe dado todo apoio e cuidado para que Irene sintasse bem, mesmo depois da perda de seu esposo. Foi por conta desse cuidado que sua filha a trouxe ao Centro de Convivência para Terceira Idade de Jardim Camburi para conhecer pessoas e continuar a aventura que é viver nesse mundo de tantas adversidades

Essa é a história de Irene, venha contar a sua também!

Nesta edição:	
EDITORIAL	1
CADA UM TEM UMA HISTÓRIA PARA CONTAR	1
CANTINHO POÉTICO	2
ESPAÇO DA FALA	2
AGENDA CULTURAL	2
A EVOLUÇÃO DA MULHER	2
REFLEXÃO	2
CONHEÇA O CENTRO	2
ESPAÇO DO LEITOR	2

ANEXO A – Informativo – 2ª Edição –CAPA

Informativo  
*Com Vivência*

CORTESIA



CENTRO DE CONVIVÊNCIA PARA TERCEIRA IDADE—JARDIM CAMBURI

ANO I - N° 02

Setembro/Outubro2011

**Editorial**



Estamos na segunda edição do nosso informativo

e temos muitas novidades! Uma delas é que nosso jornal agora está com mais páginas. Incluímos, nessa edição matérias interessantes, entrevista com um dos nossos professores e muito

mais. Informamos também que a partir desse mês, nosso informativo será bimestral.  
Boa Leitura!  
Abraços,  
Priscila Valverde

**NESTA EDIÇÃO:**

EDITORIAL	1
CADA UM TEM UMA HISTÓRIA PARA CONTAR	1
CANTINHO POÉTICO	2
PEQUENAS AÇÕES, GRANDES EFEITOS	2
AGENDA CULTURAL	2
A EVOLUÇÃO DO HOMEM	3
ENTREVISTA	
AÇÃO DA CIDADANIA FAMILIAR	4
ESPAÇO DO LEITOR	4

**Cada um tem uma história para contar**

*Alvina, aos 93 anos de volta à juventude*



**Alvina**, nasceu em 1918 na cidade de Santa Teresa e morou lá até completar seus 18 anos.

Quando Alvina tinha sete anos, um homem foi até a casa de seu pai e disse: "Você pode me ceder uma filha sua para ajudar minha esposa?". Esse senhor queria uma das meninas para tomar conta de seus filhos, ser babá. Então seu pai lhe tirou do colégio para ser babá, ficou trabalhando nessa casa até os 10 anos.

Depois disso, Alvina achou que as coisas voltariam ao normal. Imaginou que quando chegasse em casa voltaria a estudar, entretanto seu pai acabou perdendo sua propriedade em uma negociação mal sucedida, então a situação ficou ainda pior.

Em meio a essa situação, sua irmã, já casada, disse que Alvina deveria ir morar com alguém que tratasse bem dela. Por isso, Alvina acabou indo para casa de seu irmão e passou a ser muito bem cuidada. Morou na casa do irmão até completar 18 anos. Quando foi dia 6 de janeiro, Dia de Reis, um rapaz, chamado Frederico, disse ao seu irmão que queria conhecer aquela linda jovem.

Passaram a se encontrar em vários momentos e

o pretendente, muito interessado, chegou a dizer quando soube que Alvina iria embora: "se você ficasse a gente se encontraria mais vezes. Você vai na reza domingo?"

Porém, seu pai queria buscá-la, mas Alvina se recusou mesmo ele dizendo que mandaria a polícia para ir buscá-la. Mas Alvina, cada dia mais, gostava de Frederico. Adorava sair para dançar para encontrá-lo, mas sempre o olhava de longe. Até que um dia, Frederico, pediu ao irmão de Alvina para namorá-la. O irmão aprovou o namoro desde que houvesse respeito da parte dele.

E, realmente, o namoro era muito diferente de hoje, nem na mão poderiam pegar, muito menos dar um beijinho. Mas, Frederico, cada vez mais apaixonado, fez o pedido: eu queria te dar um beijo! E foi depois desse pedido que Alvina teve certeza do amor de Frederico. Casou-se com ele e viveram juntos durante 60 anos. Frederico foi seu primeiro e único amor.

Continuaram morando na roça durante um tempo, e tiveram sete filhos. Alvina e seu esposo trabalharam na roça durante 30 anos para cuidar dos filhos. Tiveram muitas lutas, pois a vida era muito dura, mas mesmo assim Alvina se orgulha dizer que nunca ninguém passou fome.

Foram para São Gabriel da Palha e viveram um tempo nessa cidade, mas depois, com os filhos casados foram morar próximo a uma das filhas em Vila Velha.

Nessas idas e vindas decidiram voltar a morar na roça, em um local da cidade de Colatina onde seu esposo veio a falecer. Após esse triste episódio, sua filha Rosana lhe chamou para vir morar em Vitória, foi então que Alvina, por meio dessa mesma filha, que hoje também frequenta o Centro, veio conhecer nosso espaço e hoje participa ativamente das atividades encantando a todos por sua simpatia e disposição.



## **ARTIGO 6: : DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA: A EXPERIÊNCIA DO GESAN NA FORMAÇÃO, MOBILIZAÇÃO SOCIAL E EXIGIBILIDADE**

Alcemi Almeida de Barros<sup>1</sup>, Wagner Miranda Barbosa<sup>2</sup>, Marcelo Eliseu Sipioni<sup>3</sup>, Marcus de Freitas Ferreira<sup>4</sup>, Laydiane Silote Barbosa<sup>5</sup> e Pedro Makumbundu Kitoko<sup>6</sup>

### **RESUMO**

**Introdução:** Recentemente, o Brasil passa por recentes avanços na luta pelos direitos no campo da alimentação, como a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Desde 2008, o Grupo de Estudos em Segurança Alimentar e Nutricional Prof. Pedro Kitoko (GESAN) desenvolve ações de formação e mobilização no campo do Direito Humano à Alimentação (DHAA) e da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). **Objetivos:** apresentar atividades desenvolvidas no campo da formação/capacitação em SAN/DHAA e relativas à exigibilidade dos direitos. **Metodologia:** O GESAN atua de forma interinstitucional e conta com núcleos em dois estados. No Espírito Santo, existem o GESAN-Sul e o GESAN-Centro. Em Minas Gerais, o GESAN-Juiz de Fora. As atividades vão desde reuniões de caráter formativo, a seminários, cursos, encontros, materiais educativos, entre outras. **Resultados e Discussão:** Nota-se o amadurecimento dos participantes, assim como maior interesse em discutir problemas locais. Os membros do GESAN tem apresentado postura crítica diante das situações de violações ocorridas no estado e participado ativamente dos espaços de construção, como seminários e conferências. **Conclusão:** O GESAN tem auxiliado a construção das Políticas de SAN, assim como favorecido a formação dos sujeitos, a exigibilidade e a reparação dos direitos; além de promover a mobilização e o controle social.

**Palavras-chave:** Direito Humano à Alimentação; Segurança Alimentar e Nutricional; Exigibilidade, Mobilização Social.

### **Objetivos**

O presente artigo objetiva apresentar as atividades desenvolvidas pelo GESAN relacionadas à formação/capacitação em Soberania e SAN com desenvolvimento de atividades acadêmicas e científicas; à discussão das questões que envolvem o DHAA, a Soberania, a SAN e a exigibilidade dos direitos; e à interação com instituições e organizações que realizam atividades nesses campos.

### **Referencial Teórico**

A discussão acerca da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), bem como Soberania Alimentar é antiga.

No Brasil, essa trajetória remonta aos estudos e denúncias formuladas por Josué de Castro, o período pós-guerra e a Declaração Universal dos Direitos Humanos. (ABRANDH, 2005; VALENTE et al. 2007; CONSEA, 2008; FBSAN, 2009). Porém, apenas recentemente entrou na discussão enquanto política pública brasileira. A partir dos anos de 1990, com a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, deu-se início a um importante passo nesse sentido (MDS, 2008; MALUF, 2009).

Os frutos dessas discussões permitiram a construção de políticas públicas contemplatórias, como a elaboração da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), no final dos anos 1990. Essa política tem como fio condutor o DHAA e a SAN (BRASIL, 2008).

A exigibilidade dos direitos e, por conseguinte as suas violações, tem sido bastante discutidas no país nos últimos anos. O termo ‘exigibilidade’ significa simplesmente exigir, cobrar aquilo que está na lei ou aquilo que não está na lei, mas que é necessário para que se possa viver de forma digna (ABRANDH, 2010). O conceito inclui não somente o ato de exigir, mas também o direito de ter uma resposta em tempo oportuno.

O debate acerca da exigibilidade do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) tem obtido espaço importante e crescente no país, principalmente na última década, coincidindo com o Governo Lula, durante o qual foram alcançados grandes avanços para a garantia dos direitos.

A promulgação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), em 2006, acenou com a construção, implementação e consolidação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, através da criação de um Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN (BRASIL, 2006).

Nesse caminho, a luta pela inclusão da alimentação como direito constitucional, e sua obtenção, foi um importante passo. Para essa garantia, diferentes segmentos sociais e setores da sociedade brasileira se mobilizaram durante a fase de aprovação do Projeto de Emenda Constitucional 047/2003 (informalmente denominada “PEC da Alimentação”). Várias estratégias foram adotadas favoráveis à PEC da Alimentação: abaixo assinados; audiências públicas; seminários; bem como a entrega simbólica das assinaturas coletadas em todo o Brasil aos parlamentares brasileiros. Essa mobilização culminou com a promulgação da Emenda Constitucional 064/2010 (BRASIL, 2010b), garantindo a alimentação no rol dos Direitos Sociais. Ainda em agosto de 2010 foi publicado o decreto presidencial que regulamentou a LOSAN, o Decreto 7272/2010 (BRASIL, 2010a; CONSEA, 2010). Em 2011, a publicação do I Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, cujos objetivos e metas deverão apresentar respostas ao enfrentamento e superação dos desafios que ameaçam a efetiva garantia do DHAA e da SAN, configurou-se como a mais recente conquista (CAISAN, 2011).

No Espírito Santo, várias dessas mobilizações tiveram a participação e colaboração direta do GESAN. O grupo foi criado em 2008 e concebido na perspectiva de atuação em todo o território nacional, tendo como foco inicial a formação universitária com desdobramentos para a sociedade em geral. Trata-se de uma proposta interinstitucional e aberta à participação de quaisquer pessoas ou entidades.

Os objetivos propostos pelo GESAN estão afinados com as diretrizes da PNAN e do Plano Nacional de SAN; já que estas preveem, de forma específica, a formação e capacitação de recursos humanos. Além disso, a atuação do grupo possibilita o crescimento e empoderamento dos seus integrantes, bem como dos beneficiados por suas ações, favorecendo a exigibilidade; passo importante para a reparação das violações de direitos.

## **Metodologia**

O GESAN atua de forma interinstitucional e envolve diferentes entidades desde a sua criação. Atualmente conta com núcleos em dois estados da federação: Espírito Santo e Minas Gerais. No Espírito Santo existe o GESAN-Centro (atuando desde 2008, em Vila Velha) vinculado à Universidade Vila Velha; e o GESAN-Sul (atuando desde 2009, em Alegre), vinculado à Universidade Federal do Espírito Santo. Em Minas Gerais, conta com o GESAN-Juiz de Fora (iniciado em agosto de 2001), vinculado ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e

Nutricional de Juiz de Fora. Além da coordenação geral do GESAN, cada núcleo conta uma coordenação específica.

As atividades desenvolvidas pelo grupo são diversificadas e envolvem desde reuniões de caráter formativo (realizadas quinzenalmente), até o desenvolvimento de seminários, debates, campanhas de mobilização, cursos de capacitação, encontros, elaboração de materiais educativos, entre outros. As dinâmicas são trabalhadas de forma interativa e democrática, permitindo maior integração dos participantes e beneficiários.

### Resultados

Além das reuniões de formação, o GESAN promoveu diversas atividades, como curso de capacitação; organização de seminários, participação com estandes em eventos, apresentação de trabalhos científicos em congressos e eventos científicos, organização de campanhas beneficentes, elaboração e distribuição de materiais educativos em datas temáticas, visita a comunidades, atividades em parceria com associação de moradores, até mesmo a participação na organização e execução de Encontros, Seminários e Conferências de SAN Estadual e Nacional.

O Quadro 1 apresenta a distribuição de algumas das atividades desenvolvidas pelo grupo no Espírito Santo. Nele pode ser observado que a amplitude de atuação é bem significativa.

**Quadro 1** – Atividades realizadas pelo GESAN capixaba por ano, público e núcleo.

Ano	Atividade Desenvolvida	Público	Núcleo
2008	Curso de Capacitação em Higienização e Manipulação de Alimentos	Comunidade Vista da Penha	Centro
	Seminário Josué de Castro: um cidadão centenário	Universidade e comunidade	Centro
2009	Coleta de Assinatura pela aprovação da PEC	Toda a sociedade	Centro e Sul
	Seminário: Direito Humano à Alimentação Adequada: uma visão integrada da Segurança Alimentar e Nutricional (Comemorativo ao 1º aniversário do GESAN)	Universitários e comunidade	Centro
2010	Seminário: O Movimento Social e a Exigibilidade da Alimentação Adequada (Comemorativo ao 2º aniversário do GESAN)	Universitários e comunidade	Centro
	II Em Dia com a Saúde: estande sobre DHAA e SAN	Universitários e comunidade	Sul

	Mobilização em favor da Comunidade Sururu de Capote (arrecadação financeira) devido chuvas em Alagoas.	Toda a sociedade	Centro e Sul
	Manifesto de Apoio ao Seminário e de Repúdio à lentidão na aprovação da LOSAN-Estadual	Apresentado no Seminário Alimentação como Direito Social	Centro e Sul
	Manifesto de Apoio à aprovação da PEC da Alimentação	Presente na Audiência Pública no ES sobre a PEC da Alimentação	Centro e Sul
	Manifesto Repúdio à SEDU (ES) pelo não cumprimento da legislação referente à compra dos alimentos provenientes da agricultura familiar para o PNAE	Participantes do I Seminário Direito Humano à Alimentação Adequada nos espaços Escolares do Pólo Caparaó	Centro e Sul
	Equipe de Apoio ao Seminário Estadual de Avaliação da PNAN	Participantes do Seminário	Centro e Sul
2011	Seminário Segurança Alimentar e Nutricional (Comemorativo ao 3º aniversário do GESAN)	Entidades da sociedade civil do Município de Alegre	Sul
	Trote Solidário (Arrecadação de Gêneros para vítimas das chuvas em Alegre);	Universitários e comunidade	Sul
	III Em Dia com a Saúde: estande sobre DHAA e SAN	Universitários e comunidade	Sul
	Semana do Celíaco: divulgação de materiais educativos no Restaurante Universitário e corredores da UFES (Alegre)	Universidade	Sul
	Assessoria Técnica na II Conf. Regional de SAN do Pólo Caparaó	Universitários e comunidade	Sul
	Carta Aberta ao Governo do Estado do Espírito Santo, solicitando a Criação de um Fundo Estadual de SAN	Participantes da IV Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do ES	Centro e Sul
	Participação na IV Conferência Estadual de SAN e IV Conferência Nacional de SAN.	Diversos	Centro e Sul

Fonte: GESAN



Desde o início de suas atividades, o GESAN tem apresentado atuação ímpar nas discussões das políticas de SAN e exigibilidade do DHAA, seja no Espírito Santo ou em âmbito nacional. O apoio e a participação ativa na mobilização nacional pela aprovação da PEC da Alimentação é um bom exemplo disso. O grupo divulgou a campanha, promoveu discussões, colheu assinaturas em prol da inclusão da alimentação como Direito Social constitucional, participou de audiência sobre a PEC no Espírito Santo, apresentou manifesto em defesa dessa inclusão, e articulou ações no Estado. As assinaturas coletadas pelo grupo responderam por aproximadamente 60% das assinaturas capixabas.

Os membros do GESAN mobilizaram ações em favor das vítimas das enchentes no nordeste brasileiro, em 2010, como a campanha de arrecadação financeira em favor da comunidade Sururu de Capote, em Alagoas, cujo valor arrecadado foi entregue diretamente à liderança local, juntamente com uma lista na qual constavam as assinaturas e o respectivo valor doado por cada indivíduo. A mobilização foi importante, pois possibilitou ajuda imediata às comunidades atingidas, além de mostrar que é possível arrecadar dinheiros sem que haja desvios, já que houve várias denúncias divulgadas pela imprensa neste sentido.

Ainda em relação às mobilizações, o grupo realizou uma campanha de doações de roupas e gêneros alimentícios para as comunidades desabrigadas, vitimadas pelas chuvas no início do ano de 2011, em Alegre. Essa ação se deu pelo projeto “Trote Solidário” na Universidade Federal do Espírito Santo (Campus de Alegre), proposto pela equipe.

Em relação às políticas públicas de SAN, recentemente o grupo colaborou de forma direta com a execução da II Conferência de SAN do Território da Cidadania do Caparaó Capixaba, com assessoria técnica à Comissão Organizadora, elaboração do manual orientador, condução dos grupos de trabalhos e execução das três palestras do evento. Na ocasião, uma integrante do GESAN foi eleita delegada regional para participar da IV Conferência Estadual de SAN do Espírito Santo (IV CESAN). Quando da realização da IV CESAN, vários membros atuaram como equipe de apoio ao evento, o que possibilitou uma rica experiência ao grupo. Durante a conferência, os integrantes do GESAN apresentaram uma Carta ao Governador do Estado, solicitando apoio para a criação de um Fundo Estadual de SAN. E mais uma conquista foi obtida: dos delegados estaduais eleitos para participar da IV Conferência Nacional de SAN (IV CNSAN), cinco deles eram membros do grupo e marcaram presença em Salvador, Bahia. A presença na IV CNSAN foi uma oportunidade de participar de forma ativa do processo de construção e consolidação do SISAN no país, além de possibilitar divulgação do trabalho do grupo, já que houve uma apresentação da experiência do GESAN numa das atividades integradoras da conferência, atividade essa promovida pela Rede Integrada de Segurança Alimentar e Nutricional (REDESAN).

No âmbito universitário, as discussões propostas nas atividades desenvolvidas tem demonstrado nítido crescimento e amadurecimento dos membros do grupo, favorecendo a formação de profissionais mais críticos, mais humanizados. As ações realizadas estabelecem uma aproximação entre universidade e comunidade; fato refletido nos relatos dos beneficiários.

Dessa forma, ao trabalhar situações locais a partir da problematização, discussão de políticas e estratégias de intervenção, é propiciado o empoderamento dos participantes, auxiliando na transformação dos sujeitos, tornando-os capazes de contribuir para modificar a situação ao seu redor, de acordo com a proposta de Paulo Freire, em consonância com o pensamento de Flávio Valente, conforme o qual a resolução dos problemas sociais está, entre outros fatores, na conscientização, na formação de sujeitos críticos (VALENTE, 2001), favorecendo a tão sonhada exigibilidade dos direitos.

De maneira geral, alguns avanços podem ser destacados, tais como: a realização de diversas atividades no âmbito acadêmico e comunitário; empoderamento dos participantes; discussão dos problemas locais na universidade e possíveis intervenções; realização de

levantamentos/inquéritos no campo do DHAA e SAN; participação de diferentes setores da universidade no grupo (acadêmicos e docentes de diferentes cursos); e mobilização coletiva para desenvolvimento de ações comunitárias.

Como desafios que o grupo tem pela frente podem-se mencionar: aumentar a aproximação com os gestores públicos para participação nas ações que envolvem o campo da Soberania e SAN, bem como o DHAA; articulação com associações de moradores, produtores rurais, cooperativas e sindicatos; dar visibilidades às ações desenvolvidas nas comunidades, e retomar as negociações com o poder executivo municipal para auxílio na organização/aprimoramento dos COMSEAs locais, viabilizando o fortalecimento do controle social.

Ainda no Quadro 1, pode-se observar que as atividades foram consistentes e com ações bem diversificadas, mas todas com foco na formação e capacitação dos envolvidos. Os retornos dos participantes e beneficiados pelas atividades do GESAN tem sido muito gratificantes e motivadores.

É fato que a participação de diferentes setores da sociedade possibilita maior conhecimento dos problemas, facilita melhor compreensão dos processos que envolvem a resolução dos problemas das famílias, e favorece a exigibilidade e reparação de possíveis violações do DHAA. Durante as atividades, nota-se claramente o amadurecimento dos participantes, assim como maior interesse em discutir problemas locais. Os membros do GESAN tem apresentado postura crítica diante das situações de violações ocorridas no estado, marcando presença com manifestos, e participando ativamente dos espaços de construção, como conselhos e conferências de SAN.

## Conclusão

O GESAN tem auxiliado na construção das Políticas de SAN, favorecido a discussão do DHAA, da Soberania, da SAN e possibilitado o empoderamento dos participantes.

Esse grupo, além de promover a interação entre os diferentes olhares na discussão das temáticas e no desenvolvimento de suas ações, apresenta reconhecido crescimento, amadurecimento e projeção; fruto de todo o trabalho desenvolvido.

A experiência do GESAN propicia a discussão de políticas públicas, a reflexão sobre o papel dos profissionais e sujeitos frente à realidade social, favorecendo a formação dos sujeitos, a exigibilidade e reparação dos direitos; além de promover a mobilização e o controle social.

## Referências Bibliográficas

- ABRANDH (Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos). **A exigibilidade do direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional** – Relatório Final. Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH): Brasília, 2010.

- \_\_\_\_\_. **Diretrizes voluntárias** - em apoio à realização progressiva do direito à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar nacional. Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH): Brasília, 2005.

- BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Lei de segurança alimentar e nutricional** – conceitos. Brasília: Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.

- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política nacional de alimentação e nutrição**. 2. ed. rev. MS: Brasília, 2008 (Série B. Textos Básicos de Saúde).
- \_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto 7.272 de 25 de Agosto de 2010**. Brasília, 2010a.
- \_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. **Emenda Constitucional nº64, de 04 de fevereiro de 2010**. Brasília, 2010b.
- CAISAN (Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional). **Plano nacional de segurança alimentar e nutricional: 2012/2015**. Brasília, DF: MDS, CONSEA, 2011.
- CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional). **A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil Realização: Indicadores e Monitoramento - da Constituição de 1988 aos dias atuais**. Brasília, 2010.
- CONSEA-ES (Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Espírito Santo). **Política de segurança alimentar e nutricional & conselhos municipais de segurança alimentar nutricional – COMSEAs**. Vitória-ES, 2008.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (FBSAN). **10 anos de história: balanços e perspectivas**. VI Encontro Nacional do FBSAN. Salvador, 2009.
- MALUF, R. S. J. **Segurança alimentar e nutricional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. 176 p.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). **Segurança alimentar e nutricional: trajetória e relatos da construção de uma política nacional**. Brasília, 2008.
- VALENTE, F. L. S. **Direito humano à alimentação – desafios e conquistas**. São Paulo: Cortez, 2001, 272p.
  
- VALENTE, F.; BURITY, V.; FRANCESCHINI, T.; CARVALHO, M. de F. **Segurança alimentar e nutricional (SAN) e o direito humano à alimentação adequada - módulo I**. Apostila do Curso de Formação em Direito Humano à Alimentação Adequada no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional. MDS/FAO/ÁGERE/ABRANDH/OPSAN, agosto/novembro, 2007.

### **EIXO 3: VIOLAÇÃO DE DIREITOS E SUA SUPERAÇÃO**

*Por violação de direitos entendem-se como tudo o que atenta aos direitos do cidadão, seja por ações ou omissões, que infrinja normas ou disposição legal, ou contratual, podendo dar-se através de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão. Este eixo se ocupará das situações pessoais e familiares com ocorrência de contingências/vitimizações e agressões.*

#### **ARTIGO 1: RELATO DA EXPERIÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NO ALOJAMENTO PROVISÓRIO DE FAMILIAS: A CAMINHO DO PROTAGONISMO**

Maria Anita Falcão de Oliveira<sup>1</sup>  
Jociléia Rodrigues Dias Silva<sup>2</sup>

##### **Resumo**

Este artigo apresenta uma reflexão sobre o atendimento social às famílias atendidas no Alojamento Provisório de Famílias do município de Vitória, a partir da análise do perfil das famílias atendidas até o primeiro semestre de 2011, realizadas pela equipe técnica dos Alojamentos de Famílias, à época composta por uma Assistente social e uma acadêmica do sétimo período de Serviço social da Universidade Federal do Espírito Santo. Mais especificamente essa reflexão, sem pretender ser um estudo conclusivo, inicia a reflexão para a sistematização da metodologia de atendimento a esse público que bruscamente precisa sobreviver longe do convívio comunitário, apesar de terem preservados os vínculos familiares. O Alojamento Provisório de Famílias integra a rede de alta complexidade do município e compõe o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas de Emergências e tem como principal objetivo acolher e dar proteção às famílias que se encontram com moradia em risco, e sem alternativa de moradia, não obstante atende também à famílias em outras situações de risco como violência familiar e outros riscos apontados pela Gerencia de Alta Complexidade. O conteúdo foi construído com base nas reuniões de equipe e de protagonismo e sintetizam 18 meses de presença do Serviço Social nestas unidades de atendimento.

**Palavras chaves:** famílias, vulnerabilidades, riscos.

##### **Objetivo**

Este artigo visa relatar a experiência do Serviço Social nos Alojamentos Provisórios de Famílias do município de Vitória como propulsor de protagonismo para famílias que ao longo de sua história vem sofrendo as conseqüências da exclusão social em virtudes de terem seus direitos violados. Visa refletir sobre o tempo de permanência nos equipamentos, as demandas apresentadas por elas e as possibilidades de intervenção do Serviço Social, no que refere às suas atribuições específicas e as orientações da PNAS no que tange a garantia de acolhida a atenção necessária para que possam caminhar na condução da busca da autonomia e do protagonismo de sua história

---

<sup>1</sup> Assistente Social do Alojamento Provisório de Famílias  
<sup>2</sup> Graduanda do curso Serviço Social - UFES

- **A referência teórico**

Esse trabalho tem como referencial teórico todo o arcabouço das legislações produzidas desde a Constituição Federal de 1988, que dá o caráter de política pública a Assistência Social no país.

- **Metodologia de trabalho**

Para tanto foram analisados o perfil das famílias acompanhadas, suas demandas e os atendimentos a elas direcionados. O trabalho se organiza a partir dos registros das intervenções equipe do Serviço Social a priori composta por uma técnica do Serviço Social e uma estagiária, dos registros dos educadores e das reuniões de protagonismo realizadas mensalmente pela equipe.

- **Os alojamentos no SUAS**

Os Alojamentos Provisórios de Famílias tem por finalidade garantir a segurança da acolhida às famílias em situação de risco habitacional e de outros riscos e vulnerabilidades, residentes no município de Vitória.

No tocante a Proteção Social Especial encontra-se assim definida pela PNAS:

[...] modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras (BRASIL, 2004, p.31).

Assim, a Proteção Social Especial é destinada a situações de maior vulnerabilidade, estando o cidadão em situação de maior risco pessoal e social e comporta serviços que exigem acompanhamentos e flexibilidade em suas soluções, visando à garantia de direitos. Vale destacar que a Proteção Social Especial é subdividida em média complexidade e alta complexidade. Desta forma, “são considerados serviços de média complexidade aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujo vínculos familiar e comunitários estão preservados.

Conforme a Tipificação Nacional de Serviços da Assistência Social os alojamentos de famílias, integram a rede de serviços da Gerencia da Alta Complexidade da Secretaria Municipal de Assistência Social com o nome de Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências. O serviço atende famílias e indivíduos atingidos por situações de emergência e calamidade pública (incêndios, desabamentos, deslizamentos, alagamentos, dentre outras) que tiveram perdas parciais ou totais de moradia, objetos ou utensílios pessoais, e se encontram temporária ou definitivamente desabrigados; Removidos de áreas consideradas de risco, por prevenção ou determinação do Poder Judiciário, Migrantes e famílias vítimas de violência familiar e comunitária, encaminhadas pelos CRAS e CREAS e pelo Centro de atenção a vítimas de violência doméstica - CAVID da Secretaria de Cidadania.

- **O Sistema Único de Assistência Social em Vitória**

A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, em seu artigo 1º informa que “a *Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas*”. “Situa-se no campo da proteção social e seus fundamentos são a “preservação da vida” e da dignidade da pessoa humana”, conforme o artigo 203 da Constituição Federal de 2008. Deve ser

prestada a quem dela precisar, sem necessidade de contribuição prévia. Sendo um dos pilares da seguridade social constitui-se em política de proteção que deve estar articulada a outras políticas do campo social, visando a garantia de direitos e de condições dignas de vida. Tem como ou referenciais a proteção social, a vigilância social e a defesa social.

O município de Vitória assumiu a gestão plena da Assistência Social em 2005, e nesses últimos seis anos vem ampliando a rede de atenção com serviços da proteção básica e da atenção especializada. Nesses termos a proteção social básica é composta por doze Centros de Referência da Assistência Social, duas unidades de inclusão produtiva, treze projetos de Convivência para crianças e adolescentes – cajun, um núcleo sócio educativo do cajun, um Centro de Referência da Juventude, um Núcleo afro Odomodê, trinta e três Grupos de Convivência para idosos, cinco Centros de Convivência para idosos, um Restaurante Popular e um Banco de Alimentos. A Proteção Social Especial de Média Complexidade conta com três Centros de referência especializado da assistência social – CREAS, um Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População de Rua – CREAS/Pop, dois Conselhos Tutelar. A proteção Social Especial de Alta complexidade conta com uma Coordenação de Família Acolhedora com foco na família extensa, cinco unidades de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, uma Casa de Passagem para Criança e Adolescente, uma Casa Lar para adolescente do sexo masculino. Duas Casas Lares para Adultos com Transtorno mental, um Asilo para Idosos, um albergue para Migrante de baixa renda, dois Alojamentos Provisórios de Famílias em situação de risco, uma Hospedagem Noturna, dois Albergues para portadores de HIV.

Percebemos então, que há uma vasta rede de serviços de proteção social básica no município, contudo, a realidade dos alojamentos de Famílias evidencia um número significativo de famílias que só acessam efetivamente a Assistência Social quando são acolhidas nesse espaços de acolhimentos da alta complexidade. Desse modo, podemos concluir que há que se pensar em formas metodológicas que possam garantir a essas famílias o acesso a bens e serviços que possam contribuir para sua autonomia como sujeitos de direito.

A proteção social especial de alta complexidade é voltada para os que romperam vínculos familiares e comunitários e estão em situação de abandono, e objetiva garantir-lhes proteção sob a forma de acolhimento, alimentação, higienização, acesso aos serviços de saúde, aos direitos previdenciários e assistenciais, retorno à família ou à comunidade de origem, organização de moradias autônomas e outros. Opera por meio do acolhimento institucional (abrigos, casas lares, centros-dia, asilos, repúblicas monitoradas, etc.), com a perspectiva sempre colocada do resgate dos vínculos familiares, do retorno à família nuclear ou extensa ou de construção de novos vínculos que permitam uma vida autônoma na comunidade. Neste contexto, insere-se o Alojamento Provisório de Famílias, sendo responsabilidade do município

O alojamento provisório de famílias está vinculado à Gerencia de Alta Complexidade (GAC), da Secretaria Municipal De Assistência Social (SEMAS). O Alojamento tem por finalidade abrigar temporariamente famílias vulnerabilizadas por ocorrência de desastres ou ameaça de desastres, famílias de migrantes ou famílias em situação de desamparo momentâneo que tenham a necessidade emergencial de acolhimento, devendo a SEMAS garantir-lhes a “segurança de acolhida” conforme estabelece a política Nacional de Assistência Social aprovada pelo CNAS (Conselho Nacional De Assistência Social), por meio da resolução 145 ,de 15 de outubro de 2004, publicada no DOU de 28 de outubro de 2004.

O Alojamento Provisório de Famílias no Município de Vitória teve sua origem no Ano de 2005 com a gestão do Projeto Terra Mais Igual, através da Poligonal 11. Tal iniciativa surgiu a partir da demanda desta Poligonal em garantir um local para abrigar famílias beneficiárias do programa de reconstrução e que temporariamente precisassem de um local para abrigar-se no período de construção da nova residência. No entanto diante da precariedade das edificações dos municípios de alguns territórios e ou da condição de desastres no município de Vitória, o

referido espaço localizado no Bairro Andorinhas ,passou a ser utilizado como alternativa de abrigamento temporário à famílias, ficando sua gestão sob a responsabilidade do Programa Terra Mais Igual até final de 2007.

No início de 2008 após pactuação realizada entre os entre os Secretários de Gestão estratégica, Habitação e Assistência Social, a gestão do equipamento passou a responsabilidade da SEMAS, através Gerencia da Defesa Civil, porém, em 2009 a gestão do alojamento passou para Gerência Alta Complexidade, uma vez que a Defesa Civil Municipal não possui experiência com situações de abrigamento, nem possui equipe técnica para fazer o acompanhamento social das famílias no espaço.

O Alojamento provisório de famílias em Andorinhas é um espaço improvisado, não adequado fisicamente para execução do Programa uma vez que comporta a quantidade máxima de 14 famílias, sendo apenas um cômodo para cada família atendida pelo programa, às demais dependências como banheiros lavanderia e pias de cozinha são de uso coletivo, no entanto a Tipificação Nacional de Serviços Sócioassistenciais, 2009 esclarece que estes tipos de equipamentos como o Alojamento Provisório de Famílias deve ser um local para repouso e restabelecimento pessoal, com condições de salubridade, instalações sanitárias para banho e higiene pessoal, com privacidade individual e/ou familiar; espaço para realização de refeições; espaço para estar e convívio, com acessibilidade em todos seus ambientes, de acordo com as normas da ABNT.

Visando melhorias no atendimento prestado a população, em Dezembro de 2008 foi inaugurado o Alojamento Provisório, de famílias localizado no Bairro São Cristovão com 3 pavimentos onde no primeiro pavimento área administrativa com 2 salas de depósito, uma sala para administração e uma sala para atendimento do serviço social, um banheiro e área comum, e no segundo e terceiro pavimento comportando sete apartamentos.

Vale ressaltar que na inauguração do Alojamento Provisório de Famílias em São Cristóvão, a intenção do município era a extinção definitiva do Alojamento Provisório de Famílias de Andorinhas. Porém, devido a excessiva quantidade de demanda proveniente da Defesa Civil não foi possível inutilizar o referido equipamento.

O alojamento Temporário de família tem como usuários: Famílias do município de Vitória vítimas de desastres ou com moradia ameaçada de desabamento ou vitimada por incêndio atendido pela Defesa Civil que não tenha alternativa de acolhimento; famílias de migrante ou família em desamparo momentâneo que necessitem de proteção indicadas pelos SEMAS/GAC. c) famílias residentes em área de reurbanização, cujas casas serão demolidas e que não tenham outra forma de acolhimento. . (Relatório de acompanhamento Social de Alojamento provisório de famílias da Gerência de Atenção ao Migrante e População de Rua. Essas famílias são acolhidas no alojamento até que o benefício seja liberado junto a SEHAB (Secretaria de Habitação) vinculado ao programa Terra Mais Igual que engloba projetos estabelecidos pela Lei 6.967/2007, que se definem em Reassentamento, Aluguel Provisório e Bônus Moradia.

- **Perfil das famílias**

Período: abril de 2010 a Junho de 2011

Número de famílias atendidas: 30

Número de pessoas atendidas: 91

**Tabela 1**



**Idade: Faixa etária**

<b>Crianças 0 a 6 anos</b>	<b>Crianças 7 a 11 anos</b>	<b>Adolescentes 12 a 18 anos</b>	<b>Jovens 19 a 31 anos</b>	<b>Adultos 31 a 59 anos</b>	<b>Idosos A partir dos 60 anos</b>	<b>Total de famílias atendidas</b>
13	17	18	17	22	04	30

**Tabela 2****Profissões/ocupações/renda/situação funcional**

<b>Nº.</b>	<b>Tipo de profissões/ocupações</b>	<b>Renda média R\$</b>	<b>Fixa/formal</b>	<b>Variável</b>
<b>01</b>	<b>Ajudante de pedreiro</b>	<b>600,00</b>	<b>X</b>	
01	Ajudante de Pedreiro	200,00		X
06	Domésticas	116,60		X
07	Diaristas	200,00		X
03	Flanelinhas (família)	200,00		X
01	Lavador de carro	100,00		X
01	Porteiro	700,00	X	
19	Desempregados	00		
69	Total			

**Foram considerados desempregados a pessoas acima de 18 anos e menor de 60 anos que não exerce nenhum tipo de atividade remunerada.**

**Tabela 3**

**Beneficiários de Programas de transferências renda**

<b>Nº. de Famílias</b>	<b>Tipo de benefício</b>
<b>04</b>	<b>BPC espécie 87 (Por incapacidade)</b>
<b>01</b>	<b>BPC espécie 88 (Por idade)</b>
<b>26</b>	<b>Programa Bolsa Família</b>

**Tabela 4**

**Em relação a escolaridade**

**Grau de escolaridade referente à indivíduos maiores de 18 anos**

<b>Quantidade</b>	<b>Grau de escolaridade</b>
<b>09</b>	<b>Analfabetos</b>
<b>16</b>	<b>Até 4ª série do ensino fundamental</b>
<b>03</b>	<b>Ensino médio incompleto</b>
<b>04</b>	<b>Ensino médio completo</b>
<b>02</b>	<b>Ensino superior incompleto</b>
<b>43</b>	<b>Total</b>

**Tabela 5**

**Sexo**

**Relativo aos maiores de 18 anos**

<b>Sexo</b>	<b>Quantidade</b>
<b>Feminino</b>	<b>25</b>
<b>Masculino</b>	<b>16</b>

**Tabela 6**

**Em relação a cor da pele**

**Autodeclaração**

<b>Quantidade</b>	<b>Cor</b>
08	Preta
07	Branca
67	Parda
01	Amarela
00	Indígena
08	Não sabe
91	Total

**Tabela 7****Bairros de procedência/origem do encaminhamento**

<b>Quantidade</b>	<b>Bairro/setor encaminhador</b>
01	Morro da Capixaba (Centro)
01	Bela Vista
03	Cruzamento
04	Forte de São João
03	S. Benedito
01	São José
01	Inhanguetá
01	Conquista
01	Resistência
04	Desocupação do Residencial Santo André
04	CAVID
05	Albergue de Migrantes

**Tabela 8****Com relação à responsabilidade pela família**

<b>Responsável pela família</b>	<b>Total</b>
Mulheres	23
Homens	03 * tratam-se de duas famílias com uma pessoas
Compartilhada	04

**Tabela 09****Referenciamento a rede sócio assistencial e outros**

<b>Programa</b>	<b>Nº. de famílias</b>
CRAS	22
Programa Saúde da Família PSF	26
Rede educacional	12
CAVID	07
Documentação pessoal	12

As tabelas mostram que as famílias apresentam perfil de grande vulnerabilidade em função da raça/etnia, tendo em vista que a maioria é afrodescendente (soma entre os que declaram pretos e pardos) da baixa escolaridade dos adultos, de desemprego e subemprego, da renda per capita que insere a maioria delas na condição de pobreza extrema, conforme indicadores do Programa Brasil sem Miséria. As principais fontes de renda são dos benefícios e Programa Bolsa Família.

As principais situações de violação de direitos identificadas são: mulheres vítimas de violência doméstica; idosos e pessoas com deficiência em situação de abandono; negligência com crianças e adolescentes (em relação a educação, saúde, lazer e abandono); moradia precária ou ausência de moradia; migrantes em busca de melhores condições de vida e emprego, ameaça do

tráfico, famílias oriundas de reintegração de posse. Assim, faz-se necessário o assistente social conhecer a realidade do usuário atendido, já que a habitação é um risco social atrelado a outras expressões da questão social, dentre elas o desemprego, a drogadição, o analfabetismo, a pauperização, entre outras.

Diante desse quadro diverso de situações de violência a que essas famílias são submetidas, fundamentado nos princípios básicos do código de ética da profissão que prevê: Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática, o serviço Social busca assegurar ao usuário seus direitos como cidadão independente da situação vivida ou enfrentada pela família ou indivíduo, com intenção de minimizar os danos sofridos, promover a proteção social a indivíduos e famílias; promover a reconstrução das condições de vida familiar e comunitária uma vez que foi rompido o vínculo comunitário, articular ações intersetoriais visando solução da situação enfrentada. Orientar e encaminhar para órgãos/instituições com vistas às demandas apresentadas pelas famílias; supervisionar acadêmicos de serviço social objetivando a apreensão da prática profissional.

O Serviço Social efetivo nos Alojamentos ocorre a partir de 26 de Abril de 2010. Anteriormente as orientações ocorriam por meio da então Assistente Social da Defesa Civil, atual coordenadora do projeto.

Dessa forma elencamos como avanços metodológicos: implantação das reuniões com moradores, posteriormente intitulada de reunião de protagonismo, objetivando dar voz aos moradores e contribuir para que o desenvolvam suas potencialidades além de orientar e dar subsídios para superação sustentável de suas condições sujeitos excluídos dos bens sociais e organização social em defesa de seus direitos ; institucionalização de instrumentos: prontuários, encaminhamentos, declarações, entre outros; reuniões ordinárias com a equipe; discussão e elaboração de rotinas de procedimentos; discussão e padronização das funções dos membros da equipe. Face ao exposto, observamos que a organização dos serviços permitiu identificar objetivamente as demandas e qualificar o atendimento às famílias, visto que ao identificar a demanda, a família é encaminhada a rede com possibilidades de resgatar direitos violados.

Portanto deve haver um comprometimento por parte de alguns profissionais, afinal:

As alternativas não saem de uma suposta “cartola mágica” do assistente social; *as possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais.* Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho (IAMAMOTO, 2004, p. 21, *grifos meus*).

Concordo com Guerra (2002), quando diz que “o exercício profissional deve ser visto como uma atividade racional transformadora da realidade, que incide sobre condições objetivas já encontradas pelos sujeitos, mas que estes as modificam, buscando criar as possibilidades de alcançar seus fins”. Entendo que toda prática tem implicações éticas e políticas, e, portanto, é preciso pensar o fazer profissional com uma dimensão da práxis social, ainda nas palavras de Guerra (2002), habilidades; podemos considerar que o exercício profissional implica uma ação e portanto o exercício profissional implica escolhas, e portanto valores”. Numa palavra: nossa ação profissional objetiva a viabilização dos direitos sociais, logo deve ser norteadada pelo projeto ético-político e pelo código de ética do assistente social.

- **Considerações finais**

- A análise da experiência do Serviço Social nos Alojamentos de Famílias permitiu uma avaliação das ações realizadas, dessa forma elencar desafios e pensar e propor novos fazeres, face ao exposto, registramos como principais desafios:
- O longo tempo de permanência das famílias nos alojamentos (há famílias vivendo nessas condições por mais de vinte meses)
- A precariedade das instalações do Alojamento de Andorinhas
- A dificuldade na articulação com rede local

Os entraves no contra referenciamento para a rede de Proteção básica

- O uso abusivo de substâncias psicoativas como o álcool e outras drogas
- A falta de perspectiva dos vida dos moradores
  - O desejo em permanecer sob a tutela da assistência social

Esses desafios nos orientou a elencar algumas perspectivas para contribuir com a superação desses entraves:

- Realizar articulação entre a SEHAB e Defesa Civil e a Gerencia de Alta Complexidade para definir redução dos prazos de permanência das famílias nos Alojamentos.
- Solicitar Gerencia de Alta Complexidade a inclusão dos Alojamentos na previsão de obras e reformas da SEMAS.
- Incluir na agenda dos técnicos a participação nas reuniões da rede local.
- Propor no Coletivo Territorial de Maruípe a elaboração de protocolos e fluxos de referencia e contra referencia para as famílias atendidas nos Alojamentos.
- Encaminhar ao CREAS todas as famílias em uso abusivo de substâncias psicoativas. nível a Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS, especialmente com coordenação de Saúde mental.
- Instituir a elaboração do plano de acompanhamento familiar e individual das famílias e indivíduos atendidos nos alojamentos PAEF e PIA.

- **Referências bibliográficas**

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

BRASIL. Política Nacional de Habitação: um breve relato da trajetória da políticahabitacional. Brasília,2004.

<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/4PoliticaNacionalHabitacao.pdf>, acesso em 10/10/2011

BRASIL. Secretaria de Habitação/politica nacional habitacao .pdf. acesso em 03/07/2011.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social – PNAS, Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, 2004. Disponível em: < <http://www.social.rj.gov.br/familiar/pdf/pnas.pdf> >. Acesso em: 30 nov. 2009.

BRASIL. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS, Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, 2005.

BRASIL, Lei nº. 8.742 de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica de Assistência Social. Brasília.

GUERRA, Y. O ensino da prática no novo currículo: elementos para o debate.palestra proferida na Oficina Regional da ABEPSS – Região Sul I realizada em Florianópolis, em 03 e04 de maio de 2002.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e

Formação profissional. O serviço social na contemporaneidade. 16. Ed. – São Paulo, Cortez, 2009. p. 21

#### ARQUIVOS CONSULTADOS

- Arquivos da Secretaria Municipal da Assistência Social – PMV, 2007.

## **ARTIGO 2: O GRUPO COMO INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO DO PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA: DESNATURALIZANDO PRÁTICAS E FORTALECENDO OS SUJEITOS ENVOLVIDOS EM ACOLHIMENTO FAMILIAR**

Cássia Nunes<sup>34</sup>

Lívia Dias<sup>35</sup>

Mirella Loterio Siqueira<sup>36</sup>

Valeska Campos Tristão<sup>37</sup>

### **RESUMO**

O acolhimento familiar surge como modalidade de atendimento às crianças e adolescentes que, por motivos diversos, precisam ser afastados de sua família, em caráter provisório e excepcional. Vivenciado de diversas maneiras em vários países, tal modalidade de acolhimento se firma como política no Brasil recentemente, através da PNAS e do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária e se torna evidenciada e fortalecida a partir da Lei 12.010 de 2009. O presente trabalho se propõe socializar as experiências de processos grupais vivenciadas no Programa Família Acolhedora de Vitória, entendidos como instrumentos importantes para o fortalecimento dos sujeitos envolvidos no processo de acolhimento. Os grupos são dispositivos significativos para o fortalecimento e apoio à família de origem no processo de afastamento da criança/adolescente e na superação das fragilidades com vistas à reintegração familiar; às

<sup>34</sup> Discente de Psicologia, estagiária do Programa Família Acolhedora. [cassinha.nunes@gmail.com](mailto:cassinha.nunes@gmail.com)

<sup>35</sup> Discente de Serviço Social, estagiária do Programa Família Acolhedora. [liviadidasid@hotmail.com](mailto:liviadidasid@hotmail.com)

<sup>36</sup> Mestre em Serviço Social, Assistente Social do Programa Família Acolhedora. [mirellaloterio@hotmail.com](mailto:mirellaloterio@hotmail.com). <http://lattes.cnpq.br/7725808618576730>

<sup>37</sup> Psicóloga do Programa Família Acolhedora. [valeskatristao@yahoo.com.br](mailto:valeskatristao@yahoo.com.br). <http://lattes.cnpq.br/8654468545220689>



crianças e adolescentes acolhidos para compreensão do processo de acolhimento e seus desdobramentos, principalmente quanto à decisão do processo judicial de reintegração familiar ou colocação em família substituta. Também contribuem com as famílias acolhedoras na recepção do acolhido, na vivência do acolhimento e para a superação do sofrimento frente ao distanciamento da criança/adolescente após o término do acolhimento. De igual forma, são significativos para a própria política de acolhimento familiar no sentido de repensar suas práticas. Compreendemos que estes espaços tem se afirmado como potentes para a criação de estratégias frente às dificuldades que surgem diante do acolhimento e que também precisam ser fortalecidos na metodologia do Programa Família Acolhedora.

**Palavras-chave:** acolhimento familiar; processo grupal; fortalecimento

## **O ACOLHIMENTO FAMILIAR COMO MODALIDADE DE ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

A prática de recolhimento e abrigo de crianças e adolescentes em instituições está presente na sociedade brasileira desde os tempos da colonização. Embasada na idéia que a institucionalização de longo prazo protegeria não somente essas crianças das más influências do seu meio, como também a sociedade, tal lógica fundamenta-se na incapacidade e incompetência das famílias pobres em criar seus filhos e por isso, as desqualifica, não preserva laços familiares e comunitários, revitimiza e viola direitos. (BAPTISTA, 2006; RIZZINI 2006; BRASIL, 2008).

A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente buscou romper com essa cultura de institucionalização. O Estatuto preconiza o direito a convivência em família em detrimento da segregação e do isolamento e, a partir dele, o serviço de acolhimento passou a ser concebido como medida protetiva, de caráter provisório e excepcional, devendo constituir-se na última medida, consideradas todas as possibilidades da criança permanecer com os seus.

Entretanto, pesquisa realizada pelo IPEA (2003)<sup>38</sup> identificou um fosso entre a legislação e as práticas sociais nos serviços de acolhimento exigindo assim, um esforço no reordenamento dos serviços bem como a proposição de novas estratégias de atendimento. Desta forma, debates, projetos, leis e ações em prol do direito à convivência familiar e comunitária despontaram em todo o país.

Em 2004, a aprovação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS – “inaugura um novo paradigma de defesa dos direitos socioassistenciais. (...) Um dos objetivos dessa Política é, justamente, assegurar que as ações tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária”. (BRASIL, 2008, p.5). Em relação ao acolhimento familiar, é a PNAS que primeiramente contempla o tema em uma política de âmbito nacional. Ela norteou a implantação de Programas nesta modalidade de atendimento quando determinou dentro da Proteção Social Especial de Alta Complexidade – “serviços que garantam proteção integral [...] para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou comunitário”. (BRASIL, 2004, p. 38).

Em 2006, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) define o acolhimento familiar como

---

<sup>38</sup> O Levantamento Nacional dos Abrigos, realizado em 2003, mapeou 19.373 crianças e adolescentes abrigadas no país. Destas, 87% possuíam família, 58,5% eram meninos, 63% afro-descendentes, 61,3% com idade entre 7 a 15 anos. Em relação à motivação para o acolhimento, 24,2% relacionava-se à pobreza, 18,9% ao abandono, 11,7% à violência doméstica e 11,4% à dependência química dos pais ou responsáveis.

modalidade de atendimento que oferece acolhimento na residência de famílias cadastradas, selecionadas, capacitadas e acompanhadas para receber crianças e/ou adolescentes com medida de proteção, que necessitem de acolhimento fora da família de origem até que seja possível sua reintegração familiar ou encaminhamento para família substituta. (BRASIL, 2006, p.129).

É a partir da Lei 12.010/09, que alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente, que o acolhimento familiar adquire status legal. Segundo a referida lei, a nova modalidade de acolhimento situa-se como aquela que deve ser acessado anteriormente ao acolhimento institucional, como medida de proteção.

A experiência do acolhimento familiar, enquanto política pública, é recente no Brasil. Todavia, encontra-se consolidada em outros países, tais como Estados Unidos, Inglaterra e França, desde o início do século XX.

## **A METODOLOGIA DO PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA EM VITÓRIA**

Na perspectiva política de execução de ações e serviços que garantam a convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em medida de proteção integral, a Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Vitória, desde outubro de 2006, através da Lei municipal Nº 6708, desenvolve o Programa Família Acolhedora (PFA), que constitui no acolhimento provisório de crianças e adolescentes vítimas de violência em famílias previamente cadastradas e habilitadas do município.

O Programa tem como objetivo garantir cuidado e proteção às crianças e adolescentes, ao mesmo tempo em que oferece apoio às famílias de origem, visando o retorno de seus filhos, sempre que possível.

A metodologia de ação do PFA busca a articulação do saber-poder da família, da comunidade e do poder público, tornando-os atores co-responsáveis pela reintegração familiar de crianças e adolescentes. A concretização deste trabalho depende da tríade família de origem – criança/adolescente – família acolhedora, formando uma rede de solidariedade, que tem como objetivo promover o bem-estar físico, psíquico e social dos envolvidos. Por isso, é parte fundamental deste processo, a captação de famílias acolhedoras.

Dentre as atividades, o Programa Família Acolhedora define como principais àquelas que coadunam com a proposta política e pedagógica circunscritas no Projeto Técnico, que são: desenvolver e garantir ações que fortaleçam e apoiem as famílias de origem a fim de restaurar e promover vínculos familiares e comunitários; incentivar e oportunizar a convivência das crianças e adolescentes acolhidos com outras famílias, promovendo uma inserção e integração na comunidade; criar uma rede de solidariedade para amparar e compartilhar esforços entre as famílias acolhedoras; oferecer suporte psicossocial às famílias acolhedoras.

As estratégias de intervenção dos casos acompanhados envolvem atividades como: encaminhamento dos envolvidos à rede de serviços, realização de encontros semanais com acolhidos e familiares; elaboração de pareceres técnicos (fundado na visita domiciliar, na escuta dos antecedentes e nos motivos que levaram ao acolhimento) e relatórios diversos; reuniões de estudo de caso com a rede socioassistencial; articulação com o Sistema de Garantia de Direitos. Em relação às famílias acolhedoras, as atividades referem-se a entrevistas para identificação e cadastro de possíveis famílias acolhedoras, visitas domiciliares para habilitação e momentos de capacitação de novas famílias.

Outra atividade, considerada de fundamental importância na metodologia de trabalho do Programa, é a realização de grupos com os sujeitos envolvidos no acolhimento familiar. Tal assunto, objeto de estudo deste artigo, será melhor abordado no tópico seguinte.

## **O GRUPO COMO INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO AO ACOLHIMENTO FAMILIAR**

Quando nos referimos a grupo, geralmente, pensamos em um “aglomerado” de pessoas com objetivos comuns que, juntas, se organizam para um determinado fim. Entretanto, em nossa discussão, nos atentaremos para além de uma forma “rígida” de se conceber o “grupo”, ou seja, pensaremos nesses espaços como produtores de efeitos, fomentadores de ação e movimentos. Utilizaremos aqui o referencial teórico da Análise Institucional<sup>39</sup> para pensarmos as intervenções grupais e como nos apropriamos das ferramentas dessa linha teórica para a criação de novos territórios existenciais.

A Análise Institucional trabalha com o conceito de instituição enquanto práticas sociais historicamente produzidas que, tomadas como naturais, ganham estatuto de verdades universais. Coimbra (1995), afirma que esse conceito, criado por Lapassade, diz da organização das relações sociais entre os indivíduos; ou seja, o conjunto de normas instituídas que regem a organização.

Segundo a Análise Institucional francesa, “instituído” é um termo usado para designar “regras, normas, costumes, tradições etc, que o indivíduo encontra na sociedade” (ALTOÉ, 2004p. 72) e que são considerados normais, eternos, necessários. Já “instituinte” é um termo utilizado para designar práticas, falas, pessoas, etc que negam constantemente o instituído. Tem, ao mesmo tempo, a capacidade de contestação e de criação. Toda instituição, ou seja, toda prática, tem sempre a face instituída e instituinte. (ALTOÉ, 2004).

A Análise Institucional deseja produzir novos problemas, fomentar a invenção. Dessa maneira, no Programa Família Acolhedora, nos propusemos a trabalhar com uma noção de grupo em que ele deixa de ser apenas uma forma como os indivíduos se organizam, para se tornar um dispositivo catalisador existencial que poderá produzir focos de criação. “O grupo é (ou pode ser) um dispositivo quando trata de intensificar em cada fala, som, gesto, o que tais componentes acionam das instituições (sociais/históricas) e de como nelas constroem novas redes singulares de diferenciação”. (BARROS, 1994, p.154).

Dessa forma, em nossa proposta de trabalho, pensamos o grupo “(...) como favorecedor dos movimentos de resignificação, por propiciar que o sujeito se aproprie de novas informações, conhecimentos sobre si, sobre o outro e sobre a realidade social, construindo, com isso, a possibilidade de crítica e da produção de novos sentidos”. (ASTH, 2010, p. 61).

Para a Análise Institucional, “intervenção” refere-se à produção de estranhamentos e questionamentos de práticas homogêneas, naturalizadas e coerentes. Nosso papel, enquanto técnicos, é intervir de forma a fomentar analisadores<sup>40</sup> e dar visibilidade aos movimentos instituintes. Assim, no decorrer deste artigo, será relatada a experiência do Programa Família

---

<sup>39</sup>Dentro do institucionalismo francês, devemos considerar a análise institucional e a socioanálise, de tradição dialética, originadas, sobretudo das obras de René Lourau e Georges Lapassade (RODRIGUES, 1993). Lourau (2004) afirma que a Análise Institucional tem por objetivo mostrar a historicidade das práticas, desnaturalizar relações cristalizadas e regras estabelecidas.

<sup>40</sup>Altoé (2004) diz que “analisador” são certos dispositivos que provocam a revelação do que estava escondido, revelando a natureza do que estava instituído ou que era instituinte. Segundo Souza (2010) os analisadores “são falas, atitudes ou fatos que desestabilizam nossas certezas sobre determinado ponto, servindo como disparadores de uma análise. Eles permitem trazer à tona o que comumente não é discutido por já ter sido naturalizado, provocando novos olhares sobre algo já conhecido” (p.127)

Acolhedora em grupos realizados com os diversos atores envolvidos no acolhimento familiar e como têm ocorrido as intervenções a fim de potencializar análises.

## **GRUPO PARA HABILITAÇÃO DE FAMÍLIAS ACOLHEDORAS**

O grupo para habilitação de futuras famílias acolhedoras tem por objetivo abranger temáticas que farão parte do cotidiano das mesmas após o possível acolhimento. Durante 4 encontros realizados no corrente ano com uma turma, buscamos apreender o que as famílias entendiam por acolhimento familiar, o que as motivavam, quais naturalizações estavam presentes em seus discursos/práticas e como poderíamos repensar possíveis “mal entendidos”.

### ***I - Expectativas e Motivações para o Acolhimento***

Nos grupos, lançamos mão de algumas técnicas que nos serviram como dispositivos<sup>41</sup> de análise. As atividades que propomos na formação não se deram ao acaso. Antes da formação, a equipe técnica do Programa já havia feito visitas/entrevistas aos membros familiares. A partir de então, elaboramos propostas de intervenção a fim de discutir questões que foram levantadas nas entrevistas.

Neste primeiro encontro, foi proposto aos participantes a construção de um texto coletivo sobre o acolhimento familiar. Evidenciou-se que o acolhimento enquanto experiência para uma futura adoção era um motivador forte entre todos os participantes. Além disso, eles entendiam que ao acolher uma criança em suas residências, estariam suprimindo tanto as suas necessidades quanto a das crianças.

Assim, percebemos, no discurso dos participantes, que a instituição “criança acolhida” precisava ser posta em análise. Por que o acolhimento familiar seria uma experiência para a adoção? As crianças acolhidas e que estão para a adoção possuem os mesmos comportamentos? O que essas famílias precisam “testar” para se sentirem seguras a adotar? O que garante que a experiência do acolhimento familiar resguarda a experiência da adoção? Entendemos que socialmente são produzidas subjetividades<sup>42</sup> a respeito de crianças acolhidas – “crianças carentes”, “crianças problemáticas” e tantas outras. Nossa intervenção, junto ao grupo, foi a de desconstruir essa forma cristalizada em se pensar essas crianças e singularizar cada caso, escapando do que está naturalizado e cristalizado.

### ***II - Apresentando as famílias de origem: Desmistificando Idéias***

Diante visões instituídas referentes à família de origem das crianças, a equipe entendeu que era importante colocar em análise a instituição “família de origem”. Assim, em um segundo encontro, propomos uma técnica em que as famílias escreveriam em um painel características de suas próprias famílias e, posteriormente, características das famílias de origem. Esse momento serviu de analisador, pois trouxe à tona visões instituídas a respeito das famílias de origem. As palavras que surgiram foram: má conduta, violência, falta de amor, falta de fé, desafetuosas, desestruturada, drogas, vítimas do capitalismo, entre outras. Quanto à suas próprias famílias, as características que emergiram foram: amor, cuidado, carinho, afeto, cumplicidade, diversidade, alegria, compreensão, entre outras. Ao colocarmos ao lado os dois painéis, com características

<sup>41</sup>Dispositivo “é uma montagem ou artifício produtor de inovações que gera acontecimentos e devires, atualiza virtualidades e inventa o novo radical. Em um dispositivo, a meta a alcançar e o processo que a gera são imanentes entre si” (BAREMBLITT, 2002, p. 135). Ainda, segundo Barros (1997) “o que caracteriza um dispositivo é sua capacidade de irrupção naquilo que se encontra bloqueado de criar, é seu teor de liberdade em se desfazer dos códigos que procuram explicar dando a tudo mesmo sentido. O dispositivo tenciona, movimenta, desloca para outro lugar, provoca outros agenciamentos” (p.189).

<sup>42</sup> Quando falamos de subjetividade não dizemos de uma interioridade em separado de uma exterioridade, mas de modos de subjetivação, formas de estar, sentir, pensar, viver o mundo. Modos de subjetivação, modos de existência ou possibilidades de vida (MACHADO, 1999).

das famílias de origem e das acolhedoras, um participante, com ironia, logo pronunciou: “Nossa, nós somos tudo de bom e eles tudo de ruim!” Essa fala movimentou o grupo, serviu de analisador. A partir de então, pudemos, juntos, problematizar quem são as famílias que tem seus filhos retirados e que produções têm ocorrido acerca das mesmas. Nascimento (2011, p.1), ao problematizar as produções acerca das famílias pobres, diz:

(...) a questão financeira torna-se o principal motivo para a desqualificação das famílias pobres e a produção de uma subjetividade que diz serem elas incompetentes para o cuidado dos filhos, o que justifica uma intervenção técnica e estatal. A construção de um modelo de família nuclear, estruturada e higiênica, apoiada em um saber técnico-científico produziu automaticamente a desqualificação de outras configurações familiares que não se organizam dessa maneira. As famílias pobres, que atuam por outras vias, não correspondem ao que o discurso médico-científico estabelece como correto. Dessa maneira, passam a constituir uma ameaça à ordem social, legitimando uma intervenção/tutela do Estado a fim de promover a manutenção da ordem.

Colocar em análise as produções a respeito das famílias pobres é essencial já que o Programa Família Acolhedora entende que o contato entre a família acolhedora e a de origem durante o acolhimento é um fator favorável para o desenvolvimento da criança, e para as próprias famílias envolvidas. Para isso, é importante que a família acolhedora desmistifique a família de origem e esteja aberta para os encontros, caso seja possível. Além disso, entendemos que essas produções acerca das famílias de origem produzem sofrimentos a elas, despotencializando seus saberes e suas formas de vida.

### **III- Vivenciando o acolhimento**

A chegada das crianças e a vivência com elas durante o acolhimento, bem como o momento de adaptação, é sempre uma expectativa relatada pelas futuras famílias acolhedoras. Diante disso, no encontro que debatemos essa temática, utilizamos como recurso o Sociodrama a fim de que os integrantes pudessem representar suas preocupações e expectativas, trocar de papéis (personagens) e se colocar, principalmente, no lugar da criança. Segundo Nery et al (2006), “os procedimentos sociodramáticos enfatizam a vivência do drama, ou seja, a dramatização de cenas pelos participantes ou as interações de papéis sociais relativas ao sofrimento em questão” (p. 206).

O sociodrama tem como foco um dado grupo, esse objetivo, segundo Colares & Andrade (2009),

(...) é a catarse social, é a mudança de atitudes, de princípios conservadores, do produto de papéis assumidos cultural e socialmente, a posturas mais críticas e reflexivas sobre estes papéis. O sociodrama parte dos conflitos sociais, tais quais objetivados enquanto eventos reais, e convida cada um de seus agentes potenciais a vivê-los na própria pele (p.103).

Dessa maneira, as questões são trazidas ao grupo, recriadas, encenadas e "vivas". O que emergiu em nossas dramatizações foi o momento de adaptação das crianças e a dificuldade das famílias em se colocar diante de alguns comportamentos das mesmas. A avaliação dos próprios participantes foi que, enquanto dramatizavam e experienciavam a troca de papéis, puderam se colocar no lugar do outro e criar formas de intervir nas situações surgidas. Após analisarmos as cenas, mais uma vez, fez-se essencial desnaturalizar o que seria comportamento “esperado” de criança em situação de acolhimento.

Em outro momento deste encontro, utilizamos uma técnica em que cada participante construiu um boneco de argila. Foi proposto que eles dessem nome e construíssem a história desse boneco. A maioria acabou moldando uma criança, com histórias diversas. Posteriormente, foi pedido para que eles guardassem as construções em um recipiente, cujo espaço era pequeno. Eles tiveram que desconstruir o que, com tanto afeto, eles construíram. Nesse momento, houve comoção e lamentação por parte dos participantes. Todos utilizaram de estratégias a fim de que o boneco não fosse desmanchado, alguns dobraram, outros dividiram, mas ninguém quis se

desfazer de suas construções. Entendemos que as desconstruções podem ser um momento difícil na vida, e tentamos problematizar isso com eles, quantas desconstruções a vida exige que a gente faça? Como podemos desconstruir algo, mas criar outras coisas, com outras formas? Nosso objetivo foi também pensar o momento de partida das crianças. As famílias constroem, durante um tempo, suas vidas com as crianças, planejam, criam afetos, mas sempre chega o momento da partida delas e, na maioria das vezes, o contato não é mais possível. Como ressignificar isso? Esse momento foi muito produtivo para todos, inclusive para nós, técnicos do Programa, pois pela primeira vez falamos sobre a temática sem muito medo. Não queremos afirmar que o momento de partida não é sofrido, mas que outras formas de relação podemos construir com essa criança após sua partida? Quais estratégias criamos a fim de superar esse momento? As famílias candidatas pensaram e discutiram muito o assunto e percebemos que ao compartilhar as questões, juntos construíram estratégias de enfrentamento à questão.

Outro momento que ajudou a disparar a vivência de acolhimento foi a “roda de conversa” entre as futuras famílias acolhedoras e as que já acolhem. Esse momento foi o que potencializou o desejo das famílias de serem acolhedoras. Segundo orientações do Grupo de Trabalho Nacional Pró Convivência Familiar e Comunitária (2006), além desses encontros serem recomendados para capacitação, os “relatos de experiências de famílias que já vivenciaram o acolhimento são muito enriquecedores (...) e podem ajudar as novas famílias a reafirmarem o seu propósito ou confrontá-lo” (p.14).

#### ***IV - Direitos da criança e do adolescente e o papel do guardião***

Esse grupo foi direcionado pela equipe para que os acolhedores entendessem quais as funções eles teriam frente à guarda da criança acolhida. Em muitos encontros, as famílias indagavam o que fariam em situações inesperadas, como doença grave, fuga da criança, entre outros. Para esse encontro, uma técnica da Vara da Infância e Juventude de Vitória palestrou a fim de esclarecer, perante a Lei, os direitos da criança e do adolescente e o papel do guardião.

### **GRUPO COM FAMÍLIAS ACOLHEDORAS**

O grupo com famílias acolhedoras é de extrema relevância a fim de que possam compartilhar a vivência do acolhimento, suas dificuldades, prazeres e o momento mais temido: o término do acolhimento e o distanciamento da criança.

Durante o ano de 2011, promovemos um encontro apenas. Nele foi proposto que eles transferissem para o papel, em forma de desenhos e transferência de sentimentos, o que tem significado acolhimento familiar em suas vidas. O que ficou evidenciado nos desenhos e nos relatos foi a entrada dessas crianças na vida das famílias acolhedoras como algo que produziu relações potentes, bons encontros<sup>43</sup>. As famílias acolhedoras puderam falar de seus desenhos e todas relataram a vivência de um momento depressivo antes de entrarem no Programa, e o acolhimento como estratégia para superar o sentimento da tristeza. Desta forma, relataram que a chegada das crianças mudou suas vidas, trazendo mais alegria à residência. Em um segundo momento deste grupo, as famílias acolhedoras foram convidadas a construir um texto coletivo sobre a vivência do acolhimento. O que ficou evidenciado no texto produzido foi o sofrimento das famílias acolhedoras diante a separação das crianças que estiveram em situação

---

<sup>43</sup> “Os bons encontros ocorreriam quando um corpo compõe com o nosso e toda a sua força ou parte dela vem aumentar a nossa. Um mais de força não no sentido de um acúmulo de força mas no sentido de uma maior intensidade das forças ativas, que venha produzir uma outra qualidade de força, uma potência de agir” (MACHADO, 1999, p.225).

de acolhimento. Compartilhar esse sofrimento e pensar coletivamente o que se tem feito para aliviar esse momento foi terapêutico para os integrantes do grupo.

O vínculo afetivo que é construído entre a família acolhedora e o acolhido ora a é posto como fator favorável devido ao desenvolvimento da criança, ora é posto como preocupante, pois chegará o momento de rompê-lo. Com isso, o diferencial do acolhimento, que seria a criança com atendimento mais pessoalizado e a criação de vínculos mais fortes, passa a ser também perigoso! Muitas vezes os técnicos da Justiça entendem que a criança deva permanecer no “limbo” afetivo, para não sofrer quando for para adoção começar sua “nova vida”, como se a criança e as famílias não produzissem afetos e desejos em acolhimentos, e não fossem possuidores de memória e história. Precisamos pensar em espaços de acolhimento que produzam potência. Então, como não permitir o encontro com o outro? Apostar em uma modalidade de acolhimento familiar é apostar na relação, é preciso não temer o encontro.

## GRUPO COM CRIANÇAS

As crianças em situação de acolhimento familiar encontram-se em espaços onde apenas elas estão na condição de acolhimento, ao contrário dos acolhimentos institucionais<sup>44</sup>. Por isso, entendemos que os grupos com crianças em situação de acolhimento familiar são de relevância para que elas possam compartilhar entre si suas experiências, expectativas e dificuldades frente a essa modalidade de proteção especial.

Nos grupos, temos usado dispositivos lúdicos, pois entendemos que por meio da brincadeira, a criança percebe seu ambiente e como interage com ele. A brincadeira assume um importante e significativo papel na interação criança-criança e criança-adulto. Por meio das atividades lúdicas, as formas de comportamento são experimentadas e socializadas. Assim, em nossos encontros, por meio das brincadeiras, as crianças relataram como, onde e com quem estão, como está sendo viver nesse espaço, e o entendimento do motivo de estar na condição de acolhimento. Esses momentos acabam servindo também de *feedback* para a equipe do Programa saber como as crianças tem experienciado o acolhimento familiar.

Uma das questões que permeia o acolhimento é o processo de vivência provisória em família acolhedora e as constantes mudanças de espaços (Família de origem – família acolhedora – família adotiva/família extensa/família de origem). Portanto, a equipe entendeu que era importante tocar na questão da provisoriedade e mudanças espaços. Assim, em um de nossos encontros, propomos uma atividade em que todos éramos viajantes e que, em cada “ambiente” por onde passávamos, algo foi construído por eles. Na primeira “cidade” eles produziram um desenho, na segunda construíram uma caixinha, e na terceira eles modelaram massinhas. Tudo o que foi construído por eles, mesmo indo para outra “cidade”, foi levado pelas crianças. Perguntamos como foi para eles percorrerem esses espaços, como se sentiam tendo que sair de um lugar para ir para outro? Como vivem o trânsito? Como é estar nessa transição, nessas paradas, nesses espaços provisórios? Nosso objetivo foi mostrar que por cada lugar por onde passaram, algo foi construído e eles não precisaram se desfazer das construções para ir para a outra “cidade”. As crianças logo responderam que gostaram das “viagens”, do que elas produziram e que levariam para casa a fim demonstrar aos acolhedores. Fizemos, então, uma analogia com o momento de acolhimento: como podemos falar disso que estamos vivendo? Como é mudar de espaços, estar em famílias provisórias, passar de família para outra família? As crianças começaram seus relatos, compartilharam as aprendizagens nas famílias acolhedoras, disseram que tudo que eles têm vivido “levarão no coração e na memória para sempre”. Outro movimento que consideramos instituinte, foi o relato das crianças referentes à vivência nas

---

<sup>44</sup> Ressaltamos que os grupos de irmãos permanecem na mesma residência de acolhedores. Existem poucas famílias acolhedoras que acolhem mais de uma criança que não são da mesma família.

famílias de origem, contaram as coisas boas que vivenciaram e aprenderam com eles. Problematicamos, então, que quando vamos para outro espaço familiar, não quer dizer que tudo aquilo que vivemos foi esquecido. Quando se apega, vai a outra família, não é que a anterior era piorou melhor, trata-se de formas diferentes de viver. Todas as experiências são levadas para a vida!

Ressaltamos que nos encontros que produzimos não é a situação de acolhimento que é o nosso alvo de discussão, o nosso objetivo é trazer a vida em todas as suas dimensões, não apenas trabalhar o que consideramos problema, ou as questões do acolhimento familiar. Assim, atividades diversas como passeios, teatros e festas também são vivenciados.

## **GRUPO COM AS FAMÍLIAS DE ORIGEM**

Durante o ano de 2011 foi realizado um encontro de grupo com as famílias de origem cujo objetivo foi orientá-las sobre o funcionamento das audiências concentradas.<sup>45</sup> Apesar de serem convocadas a estarem presentes na Vara da Infância e Juventude, elas não são chamadas a participar, de fato, da audiência, aguardando do lado de fora da sala o momento de decisão de suas vidas e de seus filhos. Mesmo diante de tal fato, a equipe avaliou a importância de orientar as famílias sobre os possíveis encaminhamentos que as audiências poderiam ter: a destituição do poder familiar, a permanência em acolhimento familiar para posterior avaliação da Vara da Infância e Juventude e a reintegração da criança à família. Quando tocamos no assunto das várias possibilidades de decisão em audiências, tivemos muito cuidado para que as famílias não entendessem que suas crianças estariam direcionadas à destituição do poder familiar, mas que compreendessem que era um campo possível, apesar de não representar o “fim” do caso já que a família pode recorrer às decisões. Ainda assim, houve muita comoção e choro no grupo por parte das famílias de origem. Tal fato coloca em análise as produções de subjetividade a respeito das famílias de origem como negligentes e incapazes para os cuidados com as crianças.

Mesmo com o objetivo de falar das audiências, outros assuntos vieram à tona pelas famílias. Entendemos esse processo enquanto necessidade de falar de si, de suas experiências e de suas angústias em relação ao acolhimento familiar de seus filhos. Uma das mães presentes no grupo relatou a preocupação com a filha acolhida e desabafou: “Vocês ainda não são mães, a gente que é mãe, se preocupa muito, a gente não sabe onde a criança está, quem e como estão cuidando dela, onde ela está dormindo (...), a gente fica preocupada (...)”. Entendemos que essa fala serviu de analisador, pois trouxe à tona questões do acolhimento familiar que precisam ser repensadas. Nem sempre há mobilização de todos os atores envolvidos no acolhimento familiar para que haja contato entre as famílias acolhedoras e as de origem, o que pode provocar esses sentimentos de preocupação com as crianças por parte da família de origem.

## **CONSIDERAÇÕES**

O trabalho que realizamos foi por meio de intervenção grupal, entendida como um dos dispositivos possíveis na produção de reflexões críticas e na expressão dos movimentos que vem ocorrendo no acolhimento familiar. Sabemos que nossos encontros tiveram efeito no coletivo já que apostávamos a pensar a política de acolhimento familiar, as crianças, as famílias, enfim, nossas vidas.

---

<sup>45</sup> Trata-se de reavaliação realizada pelo Judiciário dos casos das crianças em situação de acolhimento. Tais reavaliações são previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e, com a Lei 12010 de 2009, tornam-se obrigatórias a cada 6 meses.



Os grupos provocaram, produziram movimentos instituintes, deram lugar ao novo, à experimentação. Com isso, compreendemos que estes espaços tem se afirmado como potentes para a criação de estratégias frente às dificuldades que surgem diante do acolhimento. Entretanto, reconhecemos que os grupos enquanto estratégias de intervenção de nossa política precisam ser fortalecidos na metodologia do Programa Família Acolhedora. Com o desenvolver do trabalho, temos sido provocados a analisar as nossas práticas um incômodo presente é o fortalecimento do grupo com famílias de origem. Consideramos analisador o fato de ainda não termos mobilizado um grupo direcionado aos usuários que devem ser o alvo principal de nossas intervenções, já que nosso objetivo é a reintegração da criança e a superação da violação de direitos.

## REFERÊNCIAS

ALTOÉ, Sônia. Objeto e método da análise institucional. In: *René Lourau: analista institucional em tempo integral*. São Paulo. HUCITEC, 2004.

ASTH, Filipe de Conti. O Grupo de Pais como dispositivo de análise. In: Maria Lívia do Nascimento; Estela Scheinvar (orgs) *Intervenção sócioanalítica em Conselhos Tutelares*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

BAREMBLITT, Gregório Franklin. Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática. 5 ed. Belo Horizonte: Instituto Felix Guattari, 2002.

BAPTISTA, Raquel. *Acolhimento familiar, experiência brasileira: reflexões com foco no Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado. PUC-RJ: Rio de Janeiro, 2006.

BARROS, Regina Benevides de. Grupo e Produção. In: LANCETTI, Antônio(org) *saúde e loucura 4: grupos e coletivos*. São Paulo: Hucitec, 1994. P. 144-154.

\_\_\_\_\_. Dispositivos em ação: o grupo. In: BARROS, R. D. B. ; PASSOS, E.; RAUTER, C.; EIRADO, A. (orgs.) *Saúde e Loucura 6 : subjetividade – questões contemporâneas*. São Paulo: Hucitec, 1997. P. 183 – 191.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei 8.069 de 13 de Julho de 1990.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília: 2004. 175p.

\_\_\_\_\_. Presidência da República, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*. Brasília: 2006, p.180.

\_\_\_\_\_. Presidência da República, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*. Brasília: 2008, p.76.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Os Caminhos de Lapassade e da Análise Institucional: uma Empresa Possível. *Revista do Departamento de Psicologia da UFF*, v.7, n.1, p. 52-80, 1995

COLARES, Maria de Fátima Aveiro; ANDRADE, Antônio dos Santos. Atividades grupais reflexivas com estudantes de Medicina. *Rev. bras. educ. med.*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, mar. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010055022009000100014&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010055022009000100014&lng=pt&nrm=iso)>. acesso em 15 de Nov de 2011.

GRUPO DE TRABALHO NACIONAL PRÓ CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA. Caderno 3. Famílias Acolhedoras. In: SILVA, A.P (Org.). *Grupo de Trabalho Nacional Pró Convivência Familiar e Comunitária – Fazendo Valer um Direito*. ABTH, UNICEF, 2006.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede de Serviço de Ação Continuada (SAC)*. Brasília: 2003.

LOURAU, René. (2004). Pequeno manual de análise institucional. In S. Altoé (Org.), *René Lourau: analista em tempo integral* (pp. 122-127). São Paulo: Hucitec.

MACHADO, L. D. Subjetividades contemporâneas. *Psicologia: questões contemporâneas*. Vitória: EDUFES, 1999.

NASCIMENTO, M. L. Criminalização da pobreza, moralização das famílias, direito à convivência familiar: aproximações entre proteção e negligência. Texto produzido para o IV Seminário de Convivência Familiar e Comunitária. Vitória, 2011. Disponível em: [http://sistemas6.vitoria.es.gov.br/diario/arquivos/20111020\\_seminario\\_semas\\_texto\\_maria.pdf](http://sistemas6.vitoria.es.gov.br/diario/arquivos/20111020_seminario_semas_texto_maria.pdf)

NERY, Maria da Penha; COSTA, Liana Fortunato; CONCEICAO, Maria Inês Gandolfo. O Sóciodrama como método de pesquisa qualitativa. *Paidéia* (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto, v. 16, n. 35, dez. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-863X2006000300002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2006000300002&lng=pt&nrm=iso)>. acesso em 15 de Nov de 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. Lei Municipal nº 6.708, 23 de Outubro de 2006.

\_\_\_\_\_. Projeto “Família Acolhedora”. Vitória, 2006. (mimeo).

RIZZINI, Irene. *Reflexões sobre o Direito à Convivência Familiar e Comunitária de Crianças e Adolescentes no Brasil*. 2006. Disponível em: <[http://www.sbp.com.br/show\\_item.cfm?id\\_categoria=74&id\\_detalhe=1354&tipo=D](http://www.sbp.com.br/show_item.cfm?id_categoria=74&id_detalhe=1354&tipo=D)> Acesso em 25 de Ago de 2011.

RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. (1993). *As subjetividades em revolta: institucionalismo francês e novas análises*. Dissertação de mestrado. Instituto de Medicina Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

SOUZA, Isabela Fernandes et al. Intervenção em um Conselho Tutelar. In: Intervenção sócioanalítica em Conselhos Tutelares. Alice De Marchi Pereira de Souza (et al); Maria Lúvia do Nascimento; Estela Scheinvar (orgs). Rio de Janeiro: Lamparina. 2010

VALENTE, Janete. Acolhimento Familiar. Conceituando e percorrendo trajetórias. Disponível em: <[www.relaf.org/.../20%20Jane%20Valente%20sapeco%20Br.ppt](http://www.relaf.org/.../20%20Jane%20Valente%20sapeco%20Br.ppt)> Acesso em 17 de Ago de 2011.

### **ARTIGO 3: A RESPONSABILIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS FRENTE AOS PROBLEMAS SOCIAIS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL**

Edilene Machado dos Santos<sup>1</sup>

#### **RESUMO:**

O presente trabalho é fruto de reflexões acerca de um estudo de caso que se propõe a discutir a responsabilização das famílias frente aos problemas sociais, tendo como base uma família inclusa nos programas sociais do município de Vitória. Através desse estudo, também buscamos compreender os desafios e possibilidades enfrentados pelos profissionais de Serviço Social na concretização de uma prática pautada na efetivação e garantia de direito. Nesse sentido, reconhecemos que é importante o fortalecimento da rede socioassistencial como forma de lidar com as expressões da questão social presentes nesse cotidiano de trabalho, ora marcado por inúmeras transformações que dificultam, porém não inviabilizam a realização dessa intervenção. A fim de cumprir com os objetivos propostos, abordamos nesse estudo as seguintes categorias: Família, Serviço Social, Política Social e Rede Socioassistencial. Por compreendermos que essas categorias são fundamentais para subsidiar na elaboração desse trabalho, já que a estratégia neoliberal de Estado Mínimo impacta sobre as políticas sociais, por meio das quais o profissional intervém nas expressões da questão social. Conclui-se que este trabalho constitui o início de uma discussão que não se esgota nesta pesquisa, pelo contrário, instiga novos estudos, pois compreendemos que a abordagem desse tema suscita cuidados em virtude das peculiaridades vivenciadas pelo universo familiar que é marcado pelas contradições, sendo, portanto, necessário compreendê-las em sua totalidade.

**Palavras-Chave:** Família, Serviço Social e Trabalho Social

#### **INTRODUÇÃO**

Esta pesquisa se propõe a debater a responsabilização das famílias frente aos problemas sociais: desafios e possibilidades para a intervenção do Assistente Social. Para isso, iniciamos as discussões analisando as Políticas Sociais destinadas ao atendimento das famílias carentes, bem como reconhecemos do núcleo familiar enquanto espaço de construção da cidadania, e não local onde os sujeitos sejam compreendidos apenas como sendo passivos de intervenção social. Além disso, faz-se necessário avaliarmos a importância do fortalecimento da rede socioassistencial.

O interesse pela temática surge da necessidade de nortear a prática profissional no que tange ao atendimento as famílias, que, aliás, sempre estiveram presente enquanto alvo da intervenção dos Assistentes Sociais, independente do local no qual estes estejam desenvolvendo o seu trabalho. Todavia, compreendemos que a abordagem desse tema suscita cuidados em virtude das

peculiaridades vivenciadas pelo universo familiar que é marcado pelas contradições, sendo, portanto, necessário compreendê-las em sua totalidade.

Informamos ainda que esse trabalho é relevante, porque visa proporcionar aos Assistentes Sociais não apenas mais um acréscimo em seu referencial teórico-metodológico, como também reflete, discute e analisa o cotidiano profissional, apresentando de maneira crítica e propositiva possíveis estratégias de atuação que sejam comprometidas eticamente com a transformação social.

<sup>1</sup>Graduada em Serviço Social pela UFES (Universidade Federal do Espírito Santo) e atuando como Assistente Social no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS do município de Vitória, e-mail: [edilene.ufes@gmail.com](mailto:edilene.ufes@gmail.com)

A fim de cumprir com os objetivos propostos, abordaremos nesse estudo as seguintes categorias: Família, Serviço Social, Política Social e Rede Socioassistencial. Por compreendermos que essas categorias são fundamentais para subsidiar na elaboração desse trabalho, já que a estratégia neoliberal de Estado Mínimo impacta sobre as políticas sociais, por meio das quais o profissional intervém nas expressões da questão social.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, e como tal compreende usualmente a fase exploratória a qual se baseia na pesquisa bibliográfica com ênfase na análise documental. Quanto aos instrumentos de coleta de dados utilizamos a entrevista com a responsável pelo contexto familiar ora investigado, visita domiciliar; estudo de caso; acompanhamento familiar mensal que consiste no atendimento individual (entrevista) e vivência de grupo e a reunião com a rede socioassistencial. Ainda adotou-se a técnica da observação em relação ao comportamento verbal e não-verbal manifestados no contato com a usuária e seus filhos.

## FAMÍLIA E O ATENDIMENTO SOCIAL

Historicamente, ao abordarmos a categoria família, independente de seu arranjo, verifica-se que socialmente foi construída uma concepção acerca de seu papel enquanto provedora do cuidado e proteção de seus membros. Entretanto, existem famílias que fogem a esse padrão e são consideradas “desestruturadas” e responsabilizadas por problemas emocionais e desvios de comportamento. Apesar disso, a responsabilidade da proteção social não está restrita ao núcleo familiar, sendo assim, a solução dos mesmos extrapola as suas possibilidades individuais, já que a família deve ser compreendida em sua totalidade (CARVALHO e ALMEIDA, 2003) e (OLIVEIRA e FILHO, 2009). Nesse sentido,

“Trabalhar com família é estar em trânsito entre o micro e o macrossocial, entre o ser humano na sua individualidade e na sua coletividade, enfim é mergulhar infinitamente nas relações intra e extrafamiliares” (NITSCHKE e ELSSEN, p. 45, 2000).

Ademais, não se pode ignorar que a família vem sendo influenciada pelas transformações decorrentes da atual conjuntura socioeconômica, da perda de direitos e precarização das relações de trabalho, por isso, não estão desconectadas das relações sociais. O contexto neoliberal acentua as desigualdades e as diversas manifestações da questão social, provocando mudanças na produção de cultura e no modo de ser, pensar e agir da classe trabalhadora (Freire, 2006).

A sociedade na qual estamos inseridos vivencia o desmonte dos direitos sociais conquistados pelos trabalhadores e os ajustes neoliberais visam a um “Estado mínimo para o social e máximo para o capital” (CESAR, 2006, p.128). Portanto, as políticas sociais estão cada vez mais fragmentadas, seletivas e inoperantes e, atualmente, tem sido difícil garantir os direitos sociais através do Estado (CESAR, 2006).

Quanto ao neoliberalismo é válido afirmar que este além de ser uma política regulada pelo mercado, é também uma política que ignora o humano, que desconsidera o coletivo e que desconhece os direitos que foram historicamente construídos (FILGUEIRAS, 2005).

Nesse contexto de mudanças, sabemos que embora a Constituição Federal de 88, tenha propiciado uma nova abordagem ao atendimento familiar através da elaboração de Políticas Sociais pautadas numa perspectiva de direito, rompendo assim, com o descompromisso do setor

público em relação aos serviços prestados a população. O advento das transformações societárias tem buscado retomar a ideia de culpabilização dos indivíduos pelos problemas vivenciados.

Com a desresponsabilização do Estado no que tange as políticas sociais, os direitos, compreendidos como caminhos para a concretização da cidadania e atendimento às necessidades humanas estão sendo desconstruídos enquanto política de caráter universal (MIOTO, 2010).

Tal fato mostra a importância de estarmos refletindo acerca do trabalho social realizado com famílias e as políticas de atendimento às suas necessidades. Nesse sentido, deve ser realizada uma análise das responsabilidades que são atribuições da instância família e aquelas que são competência do Estado. Evidenciando que a proteção social, oferecida às famílias perpassa ao acesso à renda, bens e serviços de caráter universal e de qualidade (CARVALHO e ALMEIDA, 2003).

Ao reconhecer que as famílias encontram-se inseridas num contexto sócio-histórico, e que, portanto, suas demandas precisam ser atendidas através de uma ação profissional pautada no reconhecimento da garantia de direitos e compromisso com a transformação social, busca-se romper com a focalização no atendimento às famílias enquanto sujeitos individuais (OLIVEIRA e FILHO, 2009).

Sendo assim, o presente trabalho é fruto de reflexões acerca de um estudo de caso que se propõe a discutir a responsabilização das famílias frente aos problemas sociais, tendo como base uma família inclusa nos programas sociais do município de Vitória.

Através desse estudo, também buscamos compreender os desafios e possibilidades enfrentados pelos profissionais de Serviço Social na concretização de uma prática pautada na efetivação e garantia de direito. Nesse sentido, reconhecemos que é importante o fortalecimento da rede socioassistencial como forma de lidar com as expressões da questão social presentes nesse cotidiano de trabalho, ora marcado por inúmeras transformações que dificultam, porém não inviabilizam a realização dessa intervenção.

Pensar as políticas sociais e suas ações de forma articulada através do compartilhamento das ações constitui um desafio para todos profissionais que atuam com situações decorrentes do universo familiar. Observamos que, na maioria das vezes, ter que dá respostas em conjuntos acaba não propiciando o envolvimento de todos os atores na resolutividade das questões que emergem do âmbito familiar.

Isso ocorre, porque não estamos habituados a esse trabalho, e como os profissionais precisam priorizar os atendimentos às demandas institucionais, que são inúmeras as suas exigências, acabam tendo pouco tempo para construir possibilidades em conjunto, deixando de dar materialidade e visibilidade ao seu trabalho. Além disso, a maneira como está organizada a sociedade capitalista também colabora com a manutenção de atos individualizantes na tentativa de enfraquecer e evidenciar a pouca efetividade dos serviços públicos, contribuindo assim, para que haja um desencantamento com os mesmos.

Enfim, enfatizamos que o trabalho social requer uma aposta no outro, a fim de torna-los sujeitos de direito e não apenas indivíduos passíveis de intervenção, tendo em vista que as pessoas são autônomas. Portanto, as estratégias e respostas adotadas em uma dada situação poderá ou não ter aplicabilidade em outra realidade.

Na atualidade, a discussão que perpassa o âmbito familiar exige do Assistente Social repensar constantemente o fazer profissional a fim de propiciar uma intervenção que possa ir além da eficiência técnico-operativa.

Ressaltamos ainda, que a história brasileira no que tange ao atendimento as pessoas que estejam em descumprimento das leis é marcada pela utilização de métodos coercitivos, principalmente, quando os grupos tidos como vulneráveis praticam algum ato infracional. Observa-se que os grupos sociais mais fragilizados e que deveriam ser protegidos pelo Estado acabam sendo submetidos às medidas punitivas como forma de sanar as lacunas ou arestas causadas pela inoperância do poder público. Trabalhar na interpretação do cotidiano das famílias e prestar um atendimento qualificado exige dos profissionais uma análise sobre o que está para além do imediatismo.

Essa necessidade dos Assistentes Sociais terem que adotar estratégias que visem desconstruir a lógica neoliberal como forma de desenvolverem um trabalho diferenciado e que possa atender o que está preconizado no Código de Ética e no projeto ético político defendido pela profissão, visa a subsidiar na discussão acerca do fortalecimento de outro modo de produção que possa atuar na integralidade da proteção social. E isso não é mera pretensão, já que a própria história evidencia a evolução dos modos produtivos, mostrando, que a sociedade é passível de transformação, embora não podemos perder de vista que a mudança cultural é um processo moroso, logo, precisa ser constante repensada.

## **A POLÍTICA DE ATENDIMENTO E SUAS REPERCUSSÕES NA FAMÍLIA**

Ao contextualizarmos a trajetória das políticas de atendimento às famílias, observa-se que o período posterior ao surgimento do capitalismo, foi marcado pela predominância de duas tendências, já que houve a separação entre trabalho e a residência. Isso impactou tanto na organização do núcleo familiar, quanto no direcionamento das políticas de atendimento voltadas para as mesmas, que passaram a serem norteadas pela concepção Familista ou concepção Protetiva (MIOTO, 2010).

No Brasil, durante o século XVIII e XIX, vigorou o conceito familista, cujo qual compreendia o fracasso das famílias como sendo resultado da incapacidade destas criarem estratégias de sobrevivência. Por demonstrar uma fragilidade na manutenção de seus membros, esta precisaria da interferência do Estado como forma de compensar o seu estágio de falência. Através desse conceito, é nítido percebermos que o Estado e o Mercado eram tidos como canais de satisfação das necessidades humanas, portanto a intervenção social deveria acontecer quando um, desses mecanismos falhassem (MIOTO, 2010).

Nota-se que, nesse período as ações desenvolvidas com as famílias já evidenciavam a necessidade de romper com o imediatismo, e pensar em abordagens de acompanhamento voltadas para processos grupais de cunho preventivo, porém a intervenção realizada era focalizada nos seguimentos mais vulnerabilizados, sendo a questão social compreendida como caso de família (OLIVEIRA e FILHO, 2009).

Com o advento da expansão da sociedade capitalista, surgem inúmeras consequências para o âmbito social que repercutiram no contexto familiar; como o aumento da pobreza e da desigualdade, crescimento do desemprego e trabalho informal, somados a miséria, a fome e a diminuição do poder aquisitivo de ampla parcela da população. Além disso, a redução das políticas sociais trouxe o aumento da violência e da criminalidade (SOARES, 2002).

“Esses problemas afetam não apenas as condições materiais da subsistência da família como sua própria convivência e organização, com o aumento dos conflitos, da violência doméstica, da fuga de crianças e adolescentes para as ruas e do envolvimento desses últimos em atos infracionais. A pobreza, o

desemprego e, em especial, a falta de perspectivas têm conduzido muitos jovens brasileiros para a criminalidade, o que contribui com o crescimento da violência, da qual eles têm-se tornado vítimas preferenciais, notadamente nos bairros pobres onde se concentram” (CARVALHO e ALMEIDA, 2003, p. 117).

Diante do contexto apresentado, surge a necessidade de ser repensar o trabalho com famílias, pois tratar as mazelas sociais de forma isolada, assim como era proposto e implementado pelo conceito Familista, demonstrava ineficácia para superação dos problemas oriundos do âmbito familiar. Por isso, a concepção Protetiva nasce atrelada a garantia de direitos universais, por compreender que a cidadania se efetiva através da equidade e a presença do Estado torna possível à autonomia dos indivíduos frente às relações familiares e comunitárias. De acordo com essa concepção, as políticas públicas devem ser pensadas e concretizadas como elemento que possibilite a proteção das famílias (MIOTO, 2010).

Entretanto, é válido afirmar que a redemocratização política, desencadeada em 1985 culminou com a elaboração da Constituição Federal de 88, que viabilizou a consolidação de um conjunto de legislações sociais decorrentes do desmonte do governo militar. Embora tais conquistas tenham representado um avanço no trato a Assistência Social jamais registrado ao longo da história brasileira. Informamos que ela surge vinculada as profundas restrições de ordem orçamentária, que são reflexo do novo padrão de acumulação do capital. Por isso, atualmente, presenciamos um distanciamento entre o que está assegurado no art. 226 da C.F e os desafios do cotidiano das famílias.

“Pensar a família no campo da proteção social implica reconhecer que a família na sua dimensão simbólica, na sua multiplicidade, na sua organização é importante à medida que subsidia a compreensão sobre o lugar que lhe é atribuído na configuração da proteção social de uma sociedade, em determinado momento histórico. Particularmente, como ela é incorporada à política social, quais famílias são incorporadas e em quais políticas e os impactos que essas políticas têm na vida das famílias” (MIOTO, 2010, p. 169).

Salientamos que, tanto a proposta Familista quanto a Protetiva são elementos norteadores da formulação e execução de Políticas Sociais. Ressaltamos que, as medidas neoliberais para a área social, representa a defesa e retomada da concepção Familista, fortalecendo as ações tutelares e assistencialistas. Sendo assim, os profissionais de Serviço Social precisam ter clareza quanto à concepção de família que define sua atuação, buscando romper com processos que desconsidere o indivíduo enquanto sujeito de direito (MIOTO, 2010).

## **A FAMÍLIA ENQUANTO ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA**

O estudo de caso ora apresentado busca analisar um contexto familiar, cuja atual provedora passou por diversas rupturas em sua vida pessoal e profissional, tentando, a todo o momento, utilizar-se de estratégias que pudessem garantir a subsistência de seu núcleo familiar. Além disso, compreendemos que as constantes transformações que ocorreram na esfera produtiva impactam na existência dos indivíduos, bem como na maneira como estes se materializam, colaborando com a expansão da pobreza e miséria.

Salientamos que essa pesquisa baseia-se em informações colhidas junto a responsável pela família, bem como os demais equipamentos da Prefeitura de Vitória que os atendem. Atualmente, a usuária reside com seus quatro filhos e o companheiro numa casa construída pela Secretaria de Habitação do referido município. Informamos que o casal possui uma relação

conjugal bastante conflituosa, apresentam baixa escolaridade, quando criança, ambos já vivenciaram situação de trabalho infantil, são provenientes do interior e não têm profissão, por isso, costumam fazer pequenos e esporádicos bicos, mas as despesas da família são mantidas pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) de uma de suas filhas.

Apesar da relação conjugal conflituosa, o casal frequentemente reata sua relação, e como são constantes as agressões, a usuária passou a ser atendida pelo CAVID. Além disso, os filhos já vivenciaram situação de trabalho infantil e de mendicância, a filha mais nova é portadora de necessidades especiais e tem os cuidados negligenciados por parte da progenitora. Além disso, o companheiro faz uso abusivo de bebidas alcoólicas e substâncias psicoativas e o filho mais velho foi assassinado devido ao envolvimento com drogas.

A usuária ainda enfrenta como desafio, lidar com a educação dos filhos, principalmente com a adolescente de 14 anos, que cursa a 5ª série. Há relatos de que ela costuma esconder-se nas dependências da escola, recusando-se a retornar para a sala de aula. Ela também desafia os professores e lidera uma gangue de meninas, que ditam as regras na escola e que estão habituadas a agredir fisicamente os colegas (*bullying*), quando não os ameaçam de morte. Além disso, há suspeita de que a adolescente esteja envolvida num assassinato de um senhor que costumava lhe dar dinheiro, não se sabe ao certo com quais objetivos. Soma-se a isso, o fato dos pais reforçarem e colaborarem com a atual conduta da filha.

Ao analisarmos a trajetória dessa família nos serviços socioassistenciais, percebemos que o CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) é um dos equipamentos mais acessados pelos mesmos, por ser uma unidade pública estatal responsável por ofertar serviços continuados de proteção social básica às famílias, grupos e indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Dessa forma, informamos que a família objeto desse estudo possui um histórico de atendimento nesse equipamento iniciado em 2002.

Ao longo do acompanhamento familiar, há registro de muitas articulações com programas e serviços das várias políticas públicas, tais como: Secretaria de Habitação, para informar as péssimas condições de habitabilidade que a família na ocasião estava vivenciando; contato com a Zoonose; encaminhamentos ao Conselho Tutelar e a APAE para verificar a questão da reinserção de sua filha mais nova ao acompanhamento realizado pela referida instituição, além de reunião com os profissionais da Unidade de Saúde Local, objetivando um acompanhamento psicológico para munícipe por causa da perda do filho.

Apesar desse núcleo familiar está cercado por uma rede de serviços socioassistenciais, a intervenção realizada pelos profissionais, muitas vezes, é compreendida pela usuária como sendo uma interferência à privacidade da família. Por isso, constantemente abandona o acompanhamento e para dificultar a sua localização costumava mudar de endereço.

Avaliamos que a ruptura sistemática dos acompanhamentos colabora para que a situação de vulnerabilidade dessa família agrave-se. Notamos ainda que o comportamento agressivo da munícipe dificulta uma abordagem técnica eficaz, já que impede os profissionais de conjuntamente com ela, estarem refletindo e construindo possibilidades para a elaboração de seu projeto de vida.

Diante dos fatos expostos e do histórico da família nos diversos serviços e programas da rede socioassistencial, avaliamos que a complexidade do caso requer não só um plano de atenção à família, articulado entre os diversos atores e serviços disponibilizados, como também, o caso em questão extrapola um acompanhamento realizado pela apenas pela Proteção Social Básica. Por isso, sugerimos a necessidade da família ser encaminhada ao PAEF (Programa de Atenção Especial à Família), em função da extrema vulnerabilidade social que vivenciam.

No momento, a família objeto desse estudo é atendida pelo CREAS, é notório que tal



acompanhamento tem contribuído de forma significativa no que tange as demandas apresentadas por esse núcleo familiar. Todavia, ressaltamos que a maneira como os mesmos, tem-se posicionado diante das situações vivenciadas, evidência que estes estejam compreendendo a importância que possuem frente à resolução dos problemas que os afligem. Mencionamos que, esse tipo de comportamento, até então, não havia sido observado, embora os mesmos apresentem um histórico de acompanhamento nos diversos Equipamentos.

Um fator, que pode explicar a mudança de comportamento dos membros dessa família, tenha sido o retorno do companheiro da usuária, após o período em que esteve recluso devido à comercialização de drogas. É fundamental destacar, que na ocasião de sua reclusão, todos os filhos sentiram sua falta e os mais novos chegaram a adoecer.

Concluimos, através dessa pesquisa que, embora esse núcleo familiar seja marcado por inúmeros conflitos, observa-se que os laços afetivos entre os irmãos é forte, visto que há cooperação mútua entre eles, são estes que cuidam da irmã cadeirante e ficam responsáveis pelos afazeres domésticos. Soma-se a isso, a relação que possuem com o pai, pois quando o mesmo está presente em casa, o comportamento dos filhos apresenta uma melhora significativa.

Atualmente a munícipe está trabalhando como diarista, seu companheiro é quem comparece aos atendimentos quando necessita de algum benefício eventual concedido pelo CRAS. Isso tem possibilitado a nossa equipe estreitar relação com o mesmo, objetivando dar continuidade a intervenção nessa família, embora estes estejam vivenciando a superação de algumas problemáticas, tais como: os de ordem econômica e também de relacionamento entre o casal que tem buscado ser mais tolerante em relação ao outro.

É perceptível que, ainda necessitam do acompanhamento familiar, visto que a situação de negligência em relação aos cuidados da criança cadeirante persiste, drogadição e alcoolismo. Notamos que a referida família, precisa ter os vínculos comunitários fortalecidos, uma vez que não possuem um bom relacionamento com os vizinhos, e também não podem contar com os familiares, pois estes são provenientes do interior de Minas Gerais e há pouco contato entre eles.

Outro limite que deve ser destacado diz respeito à profissionalização dos responsáveis pela família, já que na sociedade brasileira, não só presenciamos um exército de reserva, mas também um contingente de pessoas que fazem parte da massa sobrando, que é composta por aqueles indivíduos que jamais conseguiram se inserir no mercado de trabalho de maneira formal.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Através dessa pesquisa, foi constatado, que na atualidade, verificamos o surgimento de alguns questionamentos relacionados às responsabilidades das famílias frente às adversidades decorrentes das mudanças econômicas. Essa indagação, na maioria dos casos, tem o objetivo de mostrar que as famílias estão desestruturadas ou entrando num processo de extinção. Por isso, a importância de serem realizados estudos e debates acerca da temática família, para que haja o fortalecimento e aprofundamento de discussões, cuja finalidade seja evidenciar que a família tem a capacidade de adequar-se aos momentos históricos vivenciados pela sociedade, isso influencia na sua organização, mas não interfere na função desenvolvida por estas enquanto espaço de socialização; construção da identidade; pertencimento e proteção de seus membros.

As questões que emergem do âmbito familiar precisam de intervenções que apostem na centralidade da família, não no sentido de desresponsabilizar o Estado no provimento de Políticas Sociais compromissadas com a transformação social. Também é necessário que haja o reconhecimento dos indivíduos enquanto cidadãos e seres humanos. Essa preocupação faz-se

necessária, pois há registros recentes na história brasileira, mostrando que a abordagem Estatal, no que tange ao atendimento das famílias vulneráveis foi marcada apenas pelo uso de métodos coercitivos, em muitos casos, os pais foram privados de conviverem com os filhos.

Hoje, o Estado busca desenvolver ações dentro da perspectiva de concretização da cidadania, mas precisamos compreender que garantir direitos sociais somente na nossa Carta Magna não tenha sido o maior entrave vivenciado pelos profissionais que atuam com famílias, porém, a implementação dessas políticas ainda é um desafio para todos.

Por fim, cumpre ressaltar que o estudo dessa temática não se esgota com esse trabalho, ao contrário, este tem o intuito de suscitar novas pesquisas que possibilitem outras reflexões acerca do universo família.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira; ALMEIDA, Paulo Henrique. **Família e proteção social**. São Paulo- Jun 2003, vol.17, no.2, p.109-122. ISSN 0102-8839.
- CESAR, Mônica de Jesus. Serviço social e reestruturação industrial: requisições, competências e condições de trabalho profissional. In: MOTA, Ana Elizabete. **A nova fábrica de consenso**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- FILGUEIRAS, Luiz. **Projeto político e modelo econômico neoliberal no Brasil: implantação, evolução, estrutura e dinâmica**. (mimeo), 2005.
- FREIRE, Lúcia Maria de Barros. **Serviço social e reestruturação produtiva**. São Paulo: Cortez, 2006.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.
- MIOTO – Regina Célia. **Família, trabalho com famílias e Serviço Social** - Serviço Social em Revista, Londrina, v. 12, n: 02, p.163-176 - jan/jun. de 2010.
- MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 2. ed – São Paulo: Cortez, 2002.
- NITSCHKE, Rosane Gonçalves; ELSÉN, Ingrid. **Saúde da família na pós-graduação: um compromisso ético interdisciplinar na pós-modernidade**. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, DF, v. 53, p. 35-48, dez. 2000.
- OLIVEIRA, Nayara Hakime Dutra e FILHO, Mário José - **O TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS: REPERCUSSÕES, POSSIBILIDADES E DESAFIOS**. Revista: Serviço Social & Realidade, v. 18, n. 2, p. 59-86, 2009.
- SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- SZYMANSKI, H. Teorias e “teorias” de família. In: CARVALHO, M.C.B. (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003. p. 23-27

## **ARTIGO 4: JAMAIS FOMOS JUSTOS: CONSIDERAÇÕES ACERCA DE REDISTRIBUIÇÃO E RECONHECIMENTO EM UM CONTEXTO DE INJUSTIÇAS ENTRELAÇADAS**

Vanessa Gusmão Silva\*  
Juliana Kaoro Mori\*\*

### **Introdução**

A agenda das lutas sociais contemporâneas é pautada, de forma crescente, por demandas de caráter cultural que colocam o tema do reconhecimento das diferenças no centro do debate político. As reivindicações por redistribuição e justiça social que marcaram as lutas sociais pós-guerra têm cedido terreno crescente à luta por reconhecimento de grupos específicos: negros, mulheres, homossexuais, jovens, índios, quilombolas.

Uma questão que urge no debate acerca da importância do reconhecimento para a garantia da justiça é aquela que pondera sobre as possibilidades e limitações da política do reconhecimento em contextos de desigualdades sociais exacerbadas, como no caso do Brasil.

A teoria crítica, principal vertente da teoria social contemporânea, por seus pressupostos de diagnosticar seu tempo identificando as instâncias emancipatórias e tendências do desenvolvimento histórico, tem dedicado atenção especial à luta por reconhecimento. Alguns autores nos fornecem elementos importantes para a reflexão acerca de reconhecimento e redistribuição, como Axel Honneth, Nancy Fraser e Charles Taylor. Axel Honneth inaugura a perspectiva do reconhecimento que enfatiza a necessidade de reconhecimento intersubjetivo, em contraponto a Jürgen Habermas. Já Nancy Fraser propõe identificar e defender apenas versões da política cultural da diferença que possam ser coerentes combinadas com a política social da igualdade, defendendo uma teoria crítica do reconhecimento mais adequada ao refletir sobre contextos de injustiças entrelaçadas.

À luz dos teóricos do reconhecimento e tendo como referência a idéia de Fraser de que desvantagens econômicas e desrespeito cultural reforçando-se mutuamente, proponho neste artigo discutir as situações de injustiça que atingem os pobres, analisando como as políticas direcionadas a eles podem contribuir para reverter ou reforçar sua situação.

### **Reconhecimento e redistribuição pelas perspectivas de Honneth, Fraser e Taylor**

Axel Honneth, atual representante da tradição da teoria crítica da Escola de Frankfurt, reintroduz a perspectiva do reconhecimento enfatizando três padrões de reconhecimento intersubjetivo: amor, direito e solidariedade. Honneth procura mostrar as insuficiências da versão da teoria crítica desenvolvida por Jürgen Habermas, sustentando a necessidade de analisar a dimensão de intersubjetividade social na qual as instituições estão inseridas. Baseando-se no conceito hegeliano de *reconhecimento*, Honneth alega que a formação prática de identidade humana pressupõe a experiência de reconhecimento intersubjetivo, que ocorre de três diferentes formas.

A forma primária de reconhecimento recíproco seria o “amor”, ou seja, as relações de forte cunho emotivo. As interações entre mãe e criança na primeira infância, por exemplo,

---

\* Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Bacharel e licenciada em Ciências Sociais. Analista em Relações Sociais (Socióloga) da Prefeitura Municipal de Vitória, onde atua na SEGES/NGTERRA.

\*\* Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo. Estagiária de Ciências Sociais na Prefeitura Municipal de Vitória, onde atua na SEGES/NGTERRA.

possibilitam que a criança possa pela primeira vez se conceber como um sujeito autônomo. O amor pode ser entendido como uma forma de reconhecimento intersubjetivo, pois se baseia no esforço de equilíbrio entre a simbiose dos indivíduos com o outro significativo e a sua autoafirmação. Como essa forma de reconhecimento prepara caminho para uma espécie de auto-relação em que os sujeitos alcançam mutuamente uma confiança em si mesmos, ela precede toda outra forma de reconhecimento recíproco, para Honneth.

Outra forma de reconhecimento são as relações jurídicas. Para Honneth, só podemos chegar a uma compreensão de nós mesmos como portadores de direitos quando possuímos, inversamente, conhecimento sobre as obrigações que temos de observar em face do respectivo outro. As formas modernas de reconhecimento jurídico fundaram-se na idéia de universalização, não permitindo atribuir exceções e privilégios às pessoas da sociedade em função do seu *status*. Honneth afirma que o direito moderno, ao longo de sua estruturação histórica, buscou a ampliação da idéia de direitos fundamentais universais:

A ampliação cumulativa de pretensões jurídicas individuais, com a qual temos que lidar em sociedades modernas, pode ser entendida como um processo em que a extensão das propriedades universais de uma pessoa moralmente imputável foi aumentando passo a passo, visto que, sob a pressão de uma luta por reconhecimento, devem ser sempre adicionados novos pressupostos para a participação na formação racional da vontade. (HONNETH, 2003, p.189)

O escopo de garantias jurídicas fundamentais a todos os seres humanos vai se ampliando historicamente a partir da incorporação de diferentes demandas por reconhecimento. Assim sendo, Honneth explica que hoje é consenso que os atores sociais só conseguem desenvolver a consciência de que eles são pessoas de direito, e agir conseqüentemente, no momento em que surgem historicamente formas de proteção jurídica contra a invasão da esfera da liberdade, que garantam a participação na formação pública da vontade e também condições materiais de sobrevivência. Tanto os direitos civis, quanto os políticos e sociais são considerados fundamentais pra garantia de reconhecimento jurídico, de ser membro com igual valor da coletividade.

Os sujeitos humanos precisam ainda, além das experiências de reconhecimento afetivo e jurídico, de uma estima social que lhes permita referir-se positivamente a suas propriedades e capacidades concretas que os tornam diferente dos demais, ou seja, às propriedades de sua singularidade. Essa terceira forma de reconhecimento, para Honneth, é a *comunidade de valores* ou *solidariedade*. No contexto da modernidade, a tradição hierárquica de valoração social progressivamente vai sendo dissolvida e as formas individuais de desempenho começam a ser reconhecidas. O conceito de honra das sociedades tradicionais é substituído pelo de “prestígio social”. O “valor” social de uma pessoa passa a ser medido pelo grau em que ela está em condições de contribuir à realização das predeterminações dos objetivos sociais.

A terceira esfera do reconhecimento pode ser entendida como um meio social a partir do qual as propriedades diferenciais dos seres humanos vêm à tona, por isso as lutas por esse tipo de reconhecimento nas sociedades modernas se dão de forma mais complexa e diversificada, como Honneth destaca:

...nas sociedades modernas, as relações de estima social estão sujeitas a uma luta permanente na qual os diversos grupos procuram elevar, com os meios da força simbólica e em referência às finalidades gerais, o valor das capacidades associadas à sua forma de vida. (HONNETH, 2003, p.207)

Honneth destaca que confrontos econômicos pertencem constitutivamente a esta forma de luta por reconhecimento, visto que nas sociedades capitalistas as relações de estima social estão

acopladas de forma direta com os padrões de distribuição de renda. Nancy Fraser usa os conceitos classe e *status* social para reforçar esse argumento, como veremos adiante. Importa nesse momento apenas frisar que Honneth também atenta para a injustiça distributiva como forma de não-reconhecimento relacionado à estima social – portanto ligado à comunidade de valores ou solidariedade – e também ao reconhecimento jurídico - pela ausência de direitos sociais que garantam um mínimo de condições materiais para a igual participação na vida pública.

A não garantia de reconhecimento causam, para Honneth, reações emocionais que podem tanto levar à “paralisia” dos indivíduos ou grupos, quanto motivar a luta por reconhecimento. A frustração moral decorrente de experiências de não-reconhecimento pode levar à indignação. No entanto, Honneth entende que é necessária a articulação política de um movimento social para que o sentimento de injustiça dos indivíduos passe a ter relevância política, mas a forma como se dá esse processo não é tratada por ele. Sua análise recai, sobretudo, no nível pré-político de relações, da formação da identidade humana, o que torna sua teoria mais abstrata e menos visualizável na prática.

Vale observar que a luta pelo reconhecimento das diferenças, que Honneth localiza no campo das relações simbólicas (dos valores e das valorações), têm motivado movimentos de luta política que pressionam o campo jurídico para a garantia do que se chamam direitos às diferenças, ou direitos difusos. Por ser antagônica à idéia de universalização fundante do direito moderno, a garantia jurídica da diferença traz à tona uma série de conflitos, como aquele identificado por Taylor no Canadá<sup>46</sup>.

Charles Taylor (2000) defende que o reconhecimento é uma necessidade humana vital, pois é por meio do reconhecimento que os indivíduos moldam sua própria identidade. Sua idéia fundamental é a da identidade dialógica, que ocorre por meio das relações sociais: “Definimos nossa identidade sempre em diálogo com as coisas que nossos outros significativos desejam ver em nós – e por vezes em luta contra essas coisas”. (TAYLOR, 2000, p. 246)

Para ele, o não reconhecimento ou o reconhecimento errôneo pode causar danos reais a indivíduos ou grupos na medida em que têm ao seu redor um quadro redutor ou distorcido de si mesmos, levando à sua auto-depreciação ou pouca auto-estima. Segundo Taylor, a política do universalismo enfatizou a igual dignidade de todos os cidadãos e buscou equalizar direitos e privilégios. Em contrapartida, o desenvolvimento de uma moderna noção de identidade originou uma política da diferença que demanda reconhecimento pelas peculiaridades de indivíduos ou grupos. A justificativa é de que precisamente esses elementos distintivos foram ignorados, distorcidos, assimilados a uma identidade dominante ou majoritária.

O liberalismo pode ser entendido, afirma Taylor, como um particularismo mascarado de universal. A sociedade supostamente “cega às diferenças” é, nesse sentido, também discriminatória. Por isso Taylor expõe a insustentabilidade da rigidez do liberalismo procedimental numa sociedade cada vez mais multicultural. Defende, portanto, que políticas do reconhecimento das diferenças podem se justificar com base no mesmo princípio das políticas de universalização: a idéia de *igual dignidade*.

As análises de Charler Taylor e Honneth, ao enfocarem somente o reconhecimento, trazem contribuições importantes para repensarmos as necessidades humanas para além de garantias materiais e compreendermos as conseqüências do não reconhecimento ao nível dos indivíduos.

---

<sup>46</sup> Taylor trata do conflito entre o liberalismo dos direitos e política da diversidade, citando o caso canadense. A emenda Meech que propôs o reconhecimento de Québec como uma “sociedade distinta” foi muito criticada por contrapor o ideal de igualdade da Carta de Direitos Canadense.

Para reparar danos causados pelo não reconhecimento ou reconhecimento errôneo, é fundamental que o reconhecimento abandone o campo do *self* e se implante definitivamente na arena política legal, a fim de levar a resultados permanentes e à superação do estado de injustiças. Dentro dessa perspectiva, Nancy Fraser (2001) vai abordar o reconhecimento a partir de práticas institucionalizadas, atentando para o cuidado de não desconsiderar a persistência de injustiça distributiva.

Um das explicações para o advento das lutas por reconhecimento é a que atribui ao progresso que o Estado de Bem-Estar social teria proporcionado - permitindo a superação de necessidades básicas através de políticas distributivas - a emergência de formas de luta que não têm por fim a redistribuição de renda. Por essa perspectiva as sociedades contemporâneas estariam vivenciando uma mudança na cultura política que comportaria lutas em relação às identidades culturais e étnicas, em defesa do meio ambiente, etc.

Fraser, no entanto, não crê que os dilemas da redistribuição tenham sido resolvidos, ao contrário, o que ela denuncia é um crescimento das desigualdades sociais na maioria dos países do mundo, inclusive em países centrais como Estados Unidos. Por isso ela irá propor uma perspectiva dualista de análise dos conflitos sociais (apenas para fins analíticos) com o objetivo de pensar um conceito de justiça que agregue redistribuição e reconhecimento. O desafio da autora é descobrir como conceitualizar reconhecimento cultural e igualdade social de maneira que uma demanda não enfraqueça a outra.

Fraser ultrapassa o conceito de justiça baseado na paridade de participação. Para que isso aconteça, duas condições devem ser atendidas: a condição objetiva, que é o acesso igualitário aos recursos materiais de forma que estes garantam que os participantes tenham independência e “voz”, e a condição intersubjetiva, que é a oportunidade igual para todos de atingir estima social através de modelos institucionalizados de valores culturais. Nesse sentido ela se aproxima da idéia de reconhecimento jurídico de direitos sociais de Honneth, bem como de seu argumento que relaciona o reconhecimento pela comunidade de valores. A diferença fundamental é que Nancy Fraser analisa o não-reconhecimento menos em relação às atitudes depreciatórias sofridas pelos indivíduos e mais pela análise de práticas discriminatórias institucionalizadas. Por isso baseia-se nos conceitos de classe e *status*.

Os termos classe e *status* denotam ordens de subordinação ligadas e legitimadas socialmente. Dizer que a sociedade possui uma estrutura de classes é dizer que ela institucionaliza mecanismos econômicos que sistematicamente negam a alguns de seus membros oportunidades necessárias para que eles participem junto com os outros da vida social. Ao passo que uma estrutura que cria hierarquias de *status* institucionaliza padrões de cultura que negam a alguns de seus membros o reconhecimento necessário para que eles participem da vida social. O prestígio social (*status*) é derivado então de uma ordem intersubjetiva que reconhece que determinados membros contribuem de forma diferenciada para a reprodução da vida social. Portanto, estruturas de classe e de *status* social constituem obstáculos para a participação paritária, representando ordens de subordinação que se entrelaçam e se reforçam. Fraser distingue assim duas formas de injustiças que precisam ser remediadas: a injustiça socioeconômica e injustiça cultural ou simbólica.

Para Fraser, as reivindicações por redistribuição enfatizam que a injustiça socioeconômica está enraizada na estrutura político-econômica. São exemplos de injustiça socioeconômica: a exploração do trabalho, a marginalização econômica (ser limitado a trabalho indesejável ou de baixa remuneração) e a privação (ter negado um padrão material de vida adequado). Diferentemente, as lutas para vencer as injustiças culturais se dirigem à destruição de padrões sociais de comportamento e interpretação permeados por preconceitos, que são consensos cristalizados. Como exemplos de injustiça cultural podem-se citar: dominação cultural (sujeitados a padrões interpretativos de uma cultura estranha/hostil), não reconhecimento (invisibilidade pelas práticas representacionais de uma cultura), desrespeito através da

esteriotipação em representações públicas cotidianas, criação de mitos de igualdade de participação e expressão, entre outros.

### Os pobres enquanto “coletividade ambivalente”

Nancy Fraser destaca os negros e as mulheres como grupos atingidos de forma duplamente prejudicial, tanto por injustiças culturais quanto sociais, denominando-os “coletividades ambivalentes”. Para ela, as situações de injustiças sofridas nestes casos são entrelaçadas e reforçam-se mutuamente num círculo vicioso, e a garantia de justiça depende concomitantemente de políticas de redistribuição e de reconhecimento.

A pobreza também pode ser compreendida como uma situação atrelada tanto à estrutura de classe quanto ao *status*, pois sua situação decorre da estrutura socioeconômica da sociedade e também é reforçada pelas estruturas simbólicas de diferenciação e valoração social. Os pobres configuram coletividades ambivalentes na medida em que sofrem marginalização econômica, privação material, dominação cultural, não reconhecimento, desrespeito, criminalização e outras tantas formas de injustiça.

A concepção de pobreza, inicialmente atrelada apenas à insuficiência de renda, vai se alargando após a década de 80 na medida em que se constata que as privações sofridas pelos pobres eram complexas e não se resumiam apenas à dimensão monetária, mas perpassavam também por questões simbólicas de exclusão e preconceito<sup>47</sup>.

O economista indiano Amartya Sen (2000) contribui muito para o debate acerca da pobreza. Seu conceito introduz pela primeira vez variáveis mais amplas, atentando para o fato de que as pessoas podem sofrer privações em diversas esferas da vida. Entre as principais privações à liberdade dos indivíduos desenvolverem suas capacidades ele destaca: “pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos” (2000, p.18). Deepa Narayan (2000) também destaca o aspecto psicológico da pobreza. Segundo ele, a falta de voz, poder e independência sujeitam os pobres à humilhação, bem como as privações materiais.

A pobreza revela-se como um fenômeno multidimensional, pois injustiças sociais e culturais somam-se e reforçam-se de formas diversas para os pobres: no déficit educacional, na dificuldade de acesso aos bens e serviços públicos, na inclusão precária no mercado de trabalho, na sujeição a cargos socialmente desvalorizados (doméstica, segurança, gari, pedreiro), na exclusão sócio-espacial (favelização), no preconceito sofrido em virtude de seus gostos musicais, modos de vestir e falar, na criminalização, na esteriotipação pelos meios de comunicação em massa, no sofrimento pela impossibilidade de suprir desejos de consumo estimulados pela mídia, na exclusão dos processos de decisão política, entre outros.

Por isso, Sen alega que a redução da pobreza de renda não pode ser o único objetivo de políticas de combate à pobreza. Para ele, a expansão das capacidades humanas é fundamental para o desenvolvimento de confiança em si mesmo (*sense of self*). Só a partir disso que os pobres poderão se inserir nas atividades e processos que influenciam suas vidas. Nancy Fraser compartilha com a visão de Sen e expande a discussão acerca dos “remédios” necessários para superação do estado de injustiças que atinge as comunidades ambivalentes. Analisaremos a seguir as políticas públicas para a pobreza no Brasil.

---

<sup>47</sup> Loic Wacquant explora a situação da pobreza e identifica fatores com estigmatização, exclusão espacial e criminalização. Vide, entre outros: *As duas faces do Gueto* (2008), *Prisões da miséria* (1999) e *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos* (2001).

## **Políticas de redistribuição e reconhecimento para os pobres no Brasil: reforçando ou superando injustiças?**

Amartya Sen destaca, tal como Fraser, que a superação da pobreza depende tanto de políticas redistributivas quanto de políticas de reconhecimento. Fraser, no entanto, afirma que as duas formas de política parecem, em alguns casos, contraditórias. Isso porque o remédio para a injustiça econômica diz respeito a algum tipo de mudança na estrutura político-econômica que promova a igualdade e elimine os privilégios e diferenciações dos grupos. Redistribuição de renda, reorganização do trabalho, sujeição de investimentos à tomada de decisões democráticas, etc., são exemplos de políticas redistributivas. O remédio para a injustiça cultural, por sua vez, implica algum tipo de mudança cultural que reconheça e valorize a diferenciação de grupos como, por exemplo: reavaliação positiva de identidades discriminadas e estereotipadas, bem como dos produtos culturais de grupos marginalizados; valorização da diversidade cultural, ou ainda a desconstrução e transformação dos padrões *sociais* de representação, interpretação e comunicação para permitir uma maior possibilidade de auto-interpretação para os membros da comunidade política.

Fraser distingue ainda dois tipos de políticas de redistribuição e reconhecimento. As políticas afirmativas, que têm por objetivo a correção de resultados indesejados sem mexer na estrutura que os forma; e as políticas transformativas, que têm por fim a correção dos resultados indesejados pela reestruturação da estrutura que os produz.

Pensemos nas políticas públicas direcionadas aos pobres no Brasil. De acordo com os dados do Censo 2000, cerca de 50% das famílias brasileiras têm renda mensal de até três salários mínimos, se enquadrando no conceito de pobreza utilizado pelo Governo Federal. As famílias em situação de extrema pobreza (renda per capita familiar de até 1/8 de salário mínimo) somavam cerca de 9% em 2000. O país nunca vivenciou a efetivação de um estado de bem estar social que garantisse uma vida digna a todos os seus cidadãos. Por isso, há necessidade de políticas de redistribuição que atinjam universalmente os pobres no Brasil. Vivenciamos aqui, no entanto, um crescimento de demandas por reconhecimento de grupos específicos: mulheres, negros, índios, jovens, idosos, deficientes, etc.

Acho válido ponderar, tal como faz Fraser, em que medida a luta por reconhecimento fortalece e em que medida enfraquece a luta por justiça distributiva. Podemos argumentar que medidas redistributivas voltadas a um grupo sem nenhum processo prévio de auto-reconhecimento podem se tornar ineficazes e reforçar injustiças. O reconhecimento como auto-reconhecimento é essencial para a construção do sujeito da ação na luta social. Contrariamente, é válido também o argumento de que somente a partir da garantia de condições materiais mínimas é que os indivíduos podem se inserir de forma autônoma na vida pública e buscar justiça cultural. A recorrência de situações de compra de voto, clientelismo, coronelismo, patrimonialismo, entre outras, exemplificam as dificuldades em tratarmos isoladamente políticas de reconhecimento das diferenças num contexto onde ainda não foram garantidas condições materiais de existência.

Creio que o dilema brasileiro reside menos na necessidade de garantir políticas ambivalentes que promovam justiça social e cultural e mais na estrutura dessas políticas. As políticas públicas voltadas aos pobres no Brasil são em grande parte medidas afirmativas que não afetam significativamente as estruturas de dominação e desigualdades. Fraser atenta para os problemas decorrentes desse enfoque:

Remédios afirmativos tendem a enfatizar medidas de transferência de renda através de programas de seguro social, de assistência pública, etc. Longe de abolir as diferenças de classe, esses remédios as suportam e as modelam, deixando intacta a estrutura que produz as desvantagens de classe. Além disso, tendem a criar uma estilização do grupo “favorecido” como sendo inferior por não conseguirem por si mesmos uma situação favorável de vida, colocando



assim em xeque a concepção universalista do igual valor das pessoas. Remédios transformativos, ao contrário, combinam programas universalistas de bem-estar social, impostos progressivos, políticas macroeconômicas voltadas para a criação do emprego e tomadas de decisões democráticas sobre prioridades macroeconômicas. A tendência é, portanto, minar a diferença de classes. Os remédios afirmativos podem ter um efeito perverso na promoção da diferenciação entre classes, estigmatizando a diferença, somando o insulto da falta de reconhecimento à injúria da privação. A redistribuição transformativa, em contraste, pode promover a solidariedade e ajudar a rever formas de não-reconhecimento. (FRASER, 2001, p. 270-271)

Podemos argumentar que medidas afirmativas podem, em longo prazo, promover alterações nas estruturas da ordem que produz injustiças. Em curto prazo, no entanto, a utilização de remédios afirmativos para vencer as injustiças econômicas tende a rotular os beneficiários como inferiores e insaciáveis, privilegiados, alvo de tratamento especial e benefícios injustos. Remédios transformativos, ao contrário, possibilitariam a construção de novas identidades e diferenças que seriam livremente elaboradas e desconstruídas com base na igualdade social. Isso evitaria também as chamadas do ressentimento. A lógica seria, portanto, afirmar as diferenças e especificidades até alcançar uma equitativa valoração a partir da qual as políticas da diferenças não seriam mais necessárias. Poderíamos assim, praticar AM política não universalista e sim *indiscriminatória*.

No que tange às políticas de reconhecimento para os pobres, os impasses são de outra ordem. Estas políticas devem visar sua auto-identificação como sujeitos cientes de sua condição e capazes de se organizar para superá-la. Não existe política que provoque mudança na condição dos pobres se eles não se reconhecem como grupo dominado. Honneth associa as situações de injustiça principalmente à percepção de injustiça pelos indivíduos que sofrem. Pinto (2008), em seu artigo sobre redistribuição e reconhecimento no caso brasileiro, destaca as fragilidades das políticas de reconhecimento para os pobres no Brasil:

A polêmica Fraser-Honneth toma uma direção diversa em cenários de grande pobreza e desigualdade social, na medida em que a noção de reconhecimento fica mais limitada a um reconhecimento externo; isto é, o outro reconhece e age sem necessariamente construir uma relação com o reconhecido, como ocorre no processo de auto-reconhecimento na teoria de Honneth. O outro, no caso, é sempre ou quase sempre um agente estatal que atua através de políticas públicas. O fato de Honneth ver o reconhecimento como o reconhecimento do outro não resolve a questão, porque podemos estar frente a uma situação em que o outro reconhece a falta, sem que o reconhecido se reconheça. O elo perdido parece ser o processo de construção de discurso, ou apropriação de elementos discursivos (que Fraser chama de paradigmas populares), por parte daqueles excluídos sociais, para que no espaço público eles possam constituir-se como o promotor da ação social a partir de sua própria construção como agente, concomitante às demandas e ao aparecimento de espaços e possibilidades políticas de reconhecimento. Sem este processo, é impossível entender tanto a paridade participativa de Fraser como o auto-reconhecimento e a percepção de desrespeito em Honneth. (PINTO, 2008, p. 48)

A superação do estado de pobreza no Brasil depende portanto de políticas redistributivas transformativas, implementadas concomitantemente com políticas de reconhecimento que resultem numa maior possibilidade de auto-interpretação para os membros da comunidade política. Este é, de fato, um horizonte que parece longínquo para nosso atual contexto.

### Considerações finais

Na situação de injustiças entrelaçadas em que se encontram certas coletividades brasileiras, sobretudo os pobres faz-se necessário pensarmos políticas ambivalentes que garantam igualdade socioeconômica e justiça cultural. A redistribuição não pode ser reduzida ao reconhecimento, sob pena de anulá-la como questão de justiça, como demonstrou Honneth. Mas, se para sair de uma situação de autodepreciação é necessária a vivência do reconhecimento, é inegável também que tal vivência depende da garantia de condições socioeconômicas justas, como expõe Fraser.

Lutas por reconhecimento podem suplementar e fortalecer as lutas pela redistribuição quando englobam a premissa da necessidade de justiça distributiva. Caso contrário, corre-se o risco, no Brasil, de avançarmos na garantia do direito às diferenças sem nunca termos sido de fato, iguais.

### Referências bibliográficas

FRASER, Nancy. “Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista”. In: SOUZA, Jessé (org.). *Democracia hoje*. Novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Ed. UNB, 2001, p. 245-282.

HABERMAS, Jürgen. “Para o uso pragmático, ético e moral da razão prática”. *Estudos Avançados*, 1989, vol. 3, n. 7, p. 4-19.

HABERMAS, J. “Três modelos normativos da democracia”. In: *A inclusão do outro*. Estudos de teoria política. São Paulo: Loyola, 2002.

HONNETH, A. *Luta por reconhecimento - A gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.

NARAYAN, D. *Voices of the poor - Can anyone hear us?* Washington, D.C.: The World Bank, Oxford University Press, 2000.

PINTO, Celi Regina Jardim. Nota sobre a controvérsia Fraser-Honneth informada pelo cenário brasileiro. *Lua Nova*, 2008, no.74, p.35-58.

SEN, Amartya K. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TAYLOR, Charles. “A política do reconhecimento”. In: *Argumentos filosóficos*. São Paulo: Loyola, 2000.

## **ARTIGO 5: HUMANIZA SUS: ACESSO E ACESSIBILIDADE DA POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA/ ES NAS REDES DE ATENÇÃO A SAÚDE**

Adneia Silva Santos Gomes<sup>48</sup>

### **RESUMO**

A População em Situação de Rua enfrenta dificuldades quanto a atenção a saúde. Estas se dão pela especificidade de modos de vida nas ruas, frente às peculiaridades e a problematização para o tratamento dos mesmos. Mediante ao conjunto de Reformas Institucionais do Sistema Único de Saúde, tendo como desígnio atentar através dos gestores quanto às necessidades de saúde dessa população, tendo em vista a equidade social. Neste sentido, a população em situação rua merece um cuidado em saúde, pois vivem em risco para adoecer, riscos biológicos pela incapacidade de respostas as doenças endêmicas e emergentes como a tuberculose, violência e suas interfaces. A motivação para este estudo é devida à observação a respeito dos agravos de saúde que acomete este público, as intervenções sociais no sentido de implementar articulações frente ao setor saúde, objetivando as garantias de direito a um atendimento humanizado, com equidade e resolubilidade. Assim o objetivo da pesquisa é abordar questões referentes à saúde desses sujeitos e de acordo com a Política Nacional de Humanização, se estes têm acesso ou encontram a acessibilidade necessária para efetivação de tratamento nas redes de saúde. Para concretizar os objetivos do estudo, foi necessário utilizar dados já coletados de amostras dessa população nos Projetos Sociais de Acolhimento na Alta Complexidade, do município de Vitória/ES. A metodologia da pesquisa de caráter exploratório-descritivo buscou-se discutir acerca do processo saúde-doença que foram ou estão acometidos os sujeitos da pesquisa e como se processa o acesso/acessibilidade dos mesmos, nas redes de saúde. Após análise considerou-se que existem dificuldades de acesso e acessibilidade da PSR de Vitória/ES nas redes de atenção a saúde e a necessidade do entendimento das especificidades dos mesmos, como forma de aprimoramento ao acolhimento humanizado.

**Palavras-chaves:** Humaniza SUS. População de Rua. Acesso. Acessibilidade. Redes de Saúde.

### **INTRODUÇÃO**

A dimensão social que repercute a temática População em Situação de Rua (PSR) atingiu “visibilidade” através do censo demográfico do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS quando realizou no ano de 2007 uma pesquisa nacional para identificar o perfil dos moradores de rua em alguns estados brasileiros.

O abrem aspas para “visibilidade” é proposital uma vez que a referida população lidava contra as violações de seus direitos. Denotam produto da nova forma de exclusão social conforme Pochemann, et al, (2004), antes marcada, pela pobreza absoluta, da fome e do analfabetismo, atualmente ganham destaques a crescente desigualdade, precarização do mercado do trabalho, expansão da violência urbana e novas epidemias.

---

<sup>48</sup> Enfermeira, especialista em saúde e intervenção psicossocial, no campo das Políticas Públicas, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre. Prefeitura Municipal de Vitória/ES, Secretaria Municipal de Assistência Social, Gerência da Alta Complexidade.

Uma nova visão do mundo da rua é marcada com a PSR, no contexto de Dias, et al, (2004), “desprovidos de casa, do trabalho formal e talvez da família, dos signos usuais nos quais ele passa ver-se retratando e que de certa forma revelam sua identidade, expresso no corpo. Alguns carregam consigo uma sacola contendo objetos de uso pessoal e uma garrafa de pinga”.

Acredita-se também pela nítida tendência crescente do fenômeno elegendo contextualização ou conceituação complexa, polissêmica e controversa, nesse caso referindo a algumas opiniões públicas. De acordo com a Secretaria de Municipal de Assistência Social (SEMAS) da Prefeitura Municipal de Vitória/ES (2012), são “diversos os grupos de pessoas que vivenciam o cotidiano das ruas em Vitória: desempregados, egressos dos sistemas penitenciários e psiquiátricos, migrantes e os conhecidos trecheiros (pessoas que transitam de uma cidade a outra a pé, pedindo carona ou se deslocando com passagem de viagem concedida por entidades assistenciais)”.

Embasado nos grupos que “estão” nas ruas de Vitória/ES, pode-se pensar nos agravos de saúde que os acometem a exemplo dos migrantes que sejam provenientes de estados (áreas endêmicas) com incidência para algumas doenças. Neste caso transita reflexos da disseminação de patógenos que são fatores determinantes da doença que acabam por expor ao risco pela disseminação de determinantes biológicos.

Assim sendo há de se pensar para além da assistência frente a um agravo em saúde, também nas imunizações referente ao calendário de jovens, adultos e idosos. Filho e Gorzoni (2008) uma vez que a imunização de indivíduos sadios contra as doenças prevalentes, na sua faixa etária e região de moradia constituem uma das mais importantes ações da atenção básica. A imunidade está relacionada com a capacidade do organismo de identificar e eliminar tudo o que é estranho como os agentes infecciosos tais como fungos, bactérias e vírus.

Justifica-se a escolha do tema pela aproximação da realidade da população em situação de rua no município de Vitória/ES, a partir do trabalho em projetos de atenção social média e alta complexidade, foi pensado no tema, fruto da motivação. Na trajetória de trabalho foi observado que muitos usuários resistem na busca de atendimento nas redes de saúde, mesmo com toda autonomia e incentivo ao protagonismo, não o fazem sozinhos solicitam acompanhamento dos profissionais dos projetos sociais.

São pessoas que resistem a acompanhamentos, gestantes que não são acompanhadas no pré-natal, usuários que fazem uso de álcool e outras drogas que não fazem o acompanhamento na rede, as consultas com especialidade em dados momentos parece uma atenção paliativa uma vez que nem sempre é de continuidade, o especialista que atende em uma determinada consulta não faz o acompanhamento sistematizado quando necessário, dentre outros fatores. Acreditando que isso pode estar relacionado com o acesso e acessibilidade nas redes de saúde que por sua vez diz respeito ao acolhimento processo da humanização.

Uma triangulação de diferentes instrumentos metodológicos foi utilizada na elaboração do tema, a observação do comportamento do usuário frente as suas necessidades de saúde, entrevistas, pois fazem parte da Sistematização da Assistência de Enfermagem, coletas para relatórios elaborados junto a SEMAS – Gerência da Alta Complexidade (GAC) da Prefeitura Municipal de Vitória/ES – (PMV). Para a fundamentação do tema deste estudo, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, em fonte secundária, estudo desenvolvido a partir de material já elaborado.

Para entendermos a relevância do acesso e acessibilidade da PSR nas redes de saúde faz-se necessário o entendimento que saúde e doença são processos que não há indissociabilidade se não houverem medidas de prevenção e tratamento. Com base na lei 8080 de 1990 em seu artigo 3º. quando define “A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, [...], a alimentação, a moradia, o saneamento básico, [...] e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do país”.

Assim sendo, ao discorrer acerca de alguns aspectos relacionada a saúde da referida população, pensa-se nos modos de se operacionalizar o acesso dos mesmos nas redes de saúde, pela vulnerabilidade em saúde aos quais estão expostos. São riscos biológicos, físicos e químicos elencando tendência de indicadores de morbimortalidade.

## **POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA – AGRAVOS DE SAÚDE**

O estudo aqui apresentado é resultado de pesquisa junto a sujeitos em situação de rua acolhidos nos projetos de alta complexidade SEMAS/GAC/PMV e aborda algumas questões relacionadas de saúde e o acesso/acessibilidade nas redes de saúde. Conhecer o perfil dos sujeitos, para o campo da saúde é de suma importância, pois na atenção básica existe uma área técnica responsável por ações de assistência específica, como algumas citadas: saúde da mulher, do idoso, saúde bucal e outras.

Assim, o perfil elencado quanto ao gênero 82% é do sexo masculino, enquanto 10% do sexo feminino e 8% compõem o gênero LGBT<sup>49</sup> (lésbicas, *Gays*, bissexuais, travestis...). Sabendo que esses dados mudam pela itinerância dos sujeitos. Salientando que a área técnica da saúde da mulher compreende assistência as mulheres negras e a população LGBT. Quanto à escolarização 59% possui o ensino fundamental incompleto.

O uso de drogas apresenta-se um grande coeficiente de prevalência entre os usuários, 70% fazem uso de alguma substância psicoativa, o que mostra uma necessidade das redes de atenção ao tratamento. O uso dessas substâncias compareceu em todos os grupos.

Em relação ao acesso, uma porcentagem da população 60% referiu dificuldade para tal, e isso pode ocorrer pelo fato dos mesmos não terem clareza sobre os seus direitos como usuários do SUS e ou outras questões que dizem da subjetividade dos mesmos. Por parte dos profissionais que compõem as redes de saúde, o conhecimento, atitudes e práticas quanto o acolhimento desses sujeitos. Inúmeros obstáculos promovem esta apartação, atualmente o cartão do Sistema Único de Saúde (SUS), para consultas ou exames da média e alta complexidade em saúde.

As condições de saúde da PSR são de causação múltipla, são produtos de múltiplas causas interagentes Brito et al, (2007), menciona que os mesmos são vulneráveis, por incluir grupo de alto risco somam-se egressos do sistema prisional, usuários de crack e cocaína, profissionais do sexo e pessoas com transtorno mental.

Costa (2005) aborda a diversidade do grupo e da heterogeneidade desta população. A debilidade física e mental, dos que estão nas ruas por longo período torna-se grave uma vez que podem estar acometidos de doenças concomitantes. Vale lembrar que quem vive nas ruas, em princípio, não pertence a nenhuma área de abrangência específica (território moradia) são (in) visíveis para a rede de saúde.

As doenças com alta incidência junto a essa população, como doenças sexualmente transmissíveis (DST/AIDS), tuberculose, hanseníase, hipertensão arterial, problemas dermatológicos, entre outras constituem as diretrizes de atendimento e prevê o fortalecimento das ações de promoção à saúde, a atenção básica, incluindo prevenção e tratamento das incidências descritas (POLÍTICA NACIONAL PARA INCLUSÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, 2008).

---

<sup>49</sup> LGBT: ou LGBTTTs é o acrônimo de também de transexuais e transgênero. O s, provém de simpatizantes. É identificado para identificar todas as orientações sexuais minoritárias e manifestações de identidade de gêneros divergente do sexo denominado ao nascimento. Atualmente a sigla utilizada pelos movimentos homossexuais é LGBTTIS acrescentando o I de intersexuais.

Os dados de saúde da PSR em Vitória/ES apresentam agravos de saúde do sistema respiratório, renal, digestório, cardiovascular, hepática especificamente a cirrose, neoplasias e os transtornos de diversas ordens sendo priore o transtorno mental. A saúde bucal confere uma necessidade, ainda as doenças de notificação compulsória sendo prevalentes as DST/AIDS, tuberculose, hanseníase e doenças infecto parasitária como as diarreias, escabiose e outras. Das doenças crônicas não transmissíveis têm a hipertensão e diabetes mellitus as mais prevalentes. (RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO ENFERMAGEM, ABRIGO, 2011).

Quanto à saúde bucal Narvai e Frazão (2008) apontam a magnitude expressiva da cárie dentária entre adultos e idosos, é a perda dentária levando a mutilação e ao edentatismo parcial e total. Doenças periodontal, são determinadas por fatores sociais na estratificação social, como idade avançada, qualidade da higiene bucal, exposição ao tabaco. Trazendo a trajetória da PSR que nesse aspecto bucal essas necessidades se entrecruzam.

Um dado relevante, no Brasil, o primeiro município a ter suas águas tratadas foi Baixo Guandu (ES), em 1953, como parte da estratégia adotada pela Secretaria Estadual de Segurança Pública (SESP), para prevenir a cárie, salienta Narvai e Frazão (2008). Uma estratégia de tamanha amplitude no aspecto saúde bucal há de se pensar a existência de tanta morosidade para a retirada dos entraves que tanto dificulta o acesso aos tratamentos bucais.

Outras causas merecem reflexão, cabe tecer comentários acerca da saúde das mulheres em situação de rua. As múltiplas gestações, a falta de acompanhamento em pré-natal, a não administração de vacinas preconizadas para o período gestacional, o abortamento inseguro. Sobretudo, os tipos de violência como os abusos físicos, psicológicos ou sexuais e outras formas de agressões.

O binômio vulnerabilidade e violência e suas interfases fazem do cotidiano da PSR. São indicadores de agravos de saúde, pois dá lugar a construção de redes de tratamento de saúde objetivando a ampliação e fortalecimento da prevenção da violência e da promoção de saúde (BRASIL, 2006).

Idosos em situação de rua são dados preocupantes sabendo que todos, independente de estarem nas ruas apresentam peculiaridades anatomofuncional da idade, alterações morfológicas e funcionais. Jacob e Garzoni (2008), essas alterações fazem parte do processo do natural do envelhecimento. Nesse processo as células e os órgãos tendem a diminuir a capacidade funcional o que complica a homeostase<sup>50</sup>. Já a etapa da senescência quando as alterações que acometem especificamente a terceira fase são deterioradas tornando o indivíduo mais vulnerável. Essa vulnerabilidade é acelerada quando em situação de rua.

O que se percebe também é o percentual de idosos em situação de abandono acolhidos nos projetos de inclusão social da alta complexidade como o abrigo, casa lar, hospedagem noturna, alojamentos temporários de famílias e albergue para migrantes. Alguns acamados, outros deambulam (locomovem-se) com dificuldades, ou em uso de cadeiras de rodas.

De acordo com o Ministério da Saúde, (2007) “para a efetivação do Acolhimento da pessoa idosa, os profissionais de saúde devem compreender as especificidades dessa população”. Levando em conta que, “acolhimento não é um espaço ou um local específico, não pressupõe hora ou profissional para fazê-lo”, logo é uma ação que exige mudança da relação profissional/usuário e sua **rede social**. São o compartilhar saberes, necessidades, possibilidades, angústias constantemente renovadas.

Adentrando em outra causa, mais um fator circula para o agravamento do processo saúde-doença dessa população, com o uso de forma excessiva de álcool e outras drogas como fatores

---

<sup>50</sup> HOMEOSTASE: Mecanismo fisiológico para manter o corpo humano dentro de limites desejáveis.

de risco para doença cardiovascular, cerebrovascular, hepática, respiratória e renal crônica (BRASIL, 2011).

Não tomando como apologia ao uso de álcool e outras drogas, mas convém refletir, pois se trata da saúde mental do sujeito. Nader (2010) refere como toxicômano independente da droga que consome e acrescenta

O dependente de droga é alguém que está doente, em sofrimento. Forja a seguinte reflexão: de que lugar da subjetividade, quem em mim se faz drogar? Quando alguém elege a droga não o faz de forma inocente, a escolha se promove a partir do estatuto inconsciente de um sujeito particular. Uma droga por si só carrega o acasalamento de uma significação que diz da história desse alguém em uso.

De modo geral, as causas refletem a complexidade dos demais processos sociais. Bravo, et al, (2009) relata que a Constituição Federal (CF) de 1988 é a mais progressista e nela a saúde, conjuntamente com a Assistência Social e a Previdência Social integra a seguridade social, são proteções afiançadas.

A estratégia de promoção da saúde está na possibilidade de determinar o processo saúde-doença focando variáveis como violência, desemprego, subemprego, falta de saneamento básico, habitação inadequada, fome e outras formas de intervir em saúde (BRASIL, POLÍTICA NACIONAL DE PROMOÇÃO A SAÚDE, 2006).

Botti, (2009), argumenta que é “imprescindível que os serviços de saúde considerem que em cada população existem grupos com problemas específicos, diferentes modos de viver e adoecer”. Acrescenta ainda que compreender esta população, suas peculiaridades, sua vida, seus problemas de saúde não resolve o problema da exclusão social, todavia considerando o princípio da equidade, significa estabelecer procedimentos, formas de atendimentos e diagnósticos flexíveis que considerem inclusive a atenção extramuros estendendo o serviço de saúde a esta população.

Constata-se e em concordância com Brunner e Sudhart (2002) corroboram mencionando que homens, mulheres, idosos compõem a PSR, são vítimas de abusos que lhes prejudicam a saúde física e mental, estão em risco para adquirir doenças, pois sofrem com extremos de frio ou calor, passam por alterações do sono vigília. Apontam que muitas doenças infecciosas têm sido controladas ou erradicadas como a tuberculose e AIDS e ao mesmo tempo ressurgindo em meio a esse grupo.

Partindo, pois do levantamento em saúde desses sujeitos há de se pensar em cuidados em saúde não apenas como um nível de atenção em sistema de saúde ou um procedimento tecnicista ou voltado somente para o biológico, mas sim com ação integral, compreensão da vida com direito de ser conforme descrito por Pinheiro, (apud GUIZARD, 2004):

Explicam que direito de ser em saúde como sendo o de ter cuidado com a diferença dos e entre os sujeitos. Fala do respeito as relações étnicas, de gêneros e tantas outras diferenças, nas quais as pessoas são portadoras não somam deficiências ou patologias. É a garantir de acesso a outras práticas terapêuticas e integrativas.

## HUMANIZA SUS E O ACESSO E ACESSIBILIDADE NAS REDES DE SAÚDE

Em 2010, o Governo do Estado do Espírito Santo apostou na sustentabilidade do SUS, Política Nacional de Humanização (PNH), como uma estratégia política e gerencial para diminuir a distância entre os direitos constitucionais e a prática dos serviços públicos. Assim, Starfield (2010), e assessoramento relata que “uma atenção em saúde satisfatória cumpre os seguintes atributos: primeiro contato, longitudinalidade, integralidade, coordenação, centralização familiar e orientação comunitária”.

Pinheiro e Martins, (apud Bodstein, 2009), discorrem quanto a integralidade como paradigma conceitual para a definição de determinantes sociais e avaliação em saúde exige-nos a centralidade dos usuários em suas redes sociais que incluem as redes de saúde. Destacam fatores relevantes no que diz respeito a centralidade dos usuários nas redes de saúde

No primeiro momento o destaque está para a **visibilidade**, configuram-se em arranjos e relações sociopolíticas- institucionais e culturais que possibilitem tornar o usuário sujeito de direito, na produção de informação, julgamento e tomado de decisão na saúde, na luta pela auto- estima e auto-respeito.

Já no segundo momento a **participação**, pois se configuram as práticas individuais e coletivas que ampliem ou assegurem a valorização de demandas, denúncias e discussão pública para a valorização das políticas.

Por fim o terceiro momento evidencia-se o **acesso e acessibilidade** enquanto táticas construídas ou em construção que buscam garantias o acesso (resposta) mediante acolhimento, vínculo e integração dispositivos institucionais de reorganização dos fluxos intra e extramuros.

São muitas as concepções sobre o que é acesso e acessibilidade. A definida por Gerhardt; Riquinho e Rolati (2008), quanto ao acesso, esta se inicia com a entrada do usuário aos serviços de saúde significando que suas necessidades sejam supridas. Acessibilidade refere as facilidades ou dificuldades em obter o cuidado, definido como prática não normativa mais de interrelação e intersubjetividade.

Referem que ter acesso ou acessibilidade depende de fatores espaciais, organizacionais, econômicos, sociais, políticos e culturais. Uma prática que significa ter acesso aos serviços de saúde, mais também obter a resolução de suas demandas e necessidades. Em concordância, percebe-se a necessidade de um novo olhar quanto ao processo de humanização enquanto política pública, pois está intrinsecamente relacionado ao acolhimento que por sua vez repercute no acesso e acessibilidade.

A concretização desse processo como mencionam os autores dependem de fatores, dos quais os organizacionais e culturais podem configurar um dos entraves na atenção a saúde, não somente da PSR, mais como uma proposta de avaliação em saúde na perspectiva de usuário e profissional de saúde, inspirada numa análise para a melhoria do tema em questão.

Cada unidade de saúde visa atingir metas em consultas, número de pré-natal, exames citopatológicos cervicais vaginais entre outras metas, são chamados indicadores de desempenho. Valendo-se dos princípios do SUS é marcada essa meditação:

Por conseguinte, a universalidade se nega pela impessoalidade do sistema; a integralidade, pela dificuldade de articulação horizontal e vertical; a equidade, pela busca de articulações pessoais que facilitem o acesso a serviços precários, permanentemente submetidos à grande pressão de demanda (GERHARDT; RIQUEINHO; ROLATI, 2008).



Portanto, cabe uma apreciação do exposto, na humanização em saúde uma das prerrogativas está na importância do vínculo. Fernandes et al, (2003,apud Zimermam 1995), diz que vínculos são elos, intra, inter e transpessoais. “Intra, objetos internalizados vinculam-se entre si; inter, diversas formas como o indivíduo se relaciona com os demais; transpessoais, modalidades de como indivíduos e grupos vinculam-se com as normas”. Por fim há de se pensar no binômio PSR e redes de saúde como estes se vinculam às normas pré-existentes, onde o protagonismo de ambos pode fazer a diferença na atenção a saúde.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse momento, mesmo sabendo que todas as considerações finais sejam momentâneas apresento alguns dados relativos à categoria estudada, elencando algumas considerações pessoais afirmando ser possível a melhoria do acesso e acessibilidade dos sujeitos em questão junto às redes de saúde.

Pela convivência diária com a PSR e a experiência advinda dessa relação vínculo e trabalho, ao iniciar o estudo já possuía alguns dados pertinentes as dificuldades em relação ao acesso nas redes de saúde. O fato é evidenciado quando estes necessitam de tratamento ou quando os fazem, solicitam acompanhamento pelos profissionais dos projetos sociais.

Sempre coloco que muitas vezes a enfermagem ou os educadores social dos projetos são a voz da população de rua nas redes de saúde. Logo penso que tal processo pode acontecer em função desse acesso. Neste sentido, mudança no acolhimento dos sujeitos, pode ir além... Além do preconizado pela PNH, além das normas pré- estabelecidas da organização dos serviços. Implicam na escuta qualificada ou ativa, na formação do vínculo em dar lugar ao outro.

Dar lugar ao outro tem sentido amplo, aqui entendendo como a não violação de direitos, sendo o principal a atenção humanizada em saúde e outras práticas: indiferença, discriminação, até mesmo falta de habilidades “sociais” justapostas o cuidado em saúde ou a corresponsabilidade no processo saúde dos sujeitos motivação da pesquisa.

Entendo e conheço as duas fases que podem dificultar o processo do acesso/acessibilidade. Na fase um, o profissional de saúde, que traz consigo muitas relações que perpassam por diversas áreas. Na fase dois, o usuário (PSR), que apresenta dois grandes complicadores, quando não dá continuidade a terapêutica indicadas e falta às consultas agendadas. Tendo nesses casos a implicação com o uso do álcool e outras drogas. O que justifica a precisão em entender as especificidades da referida população.

Os resultados evidenciados nas falas dos usuários parecem confirmar hipóteses levantadas, quanto ao acesso por mim no início da escrita. Assim, entre as possibilidades de propostas, sugiro a educação permanente, junto ao setor saúde abordando acerca da PSR - quem é, e como estão em saúde, assunto que não se esgota ou rodas permanentes de conversações e articulações pactuadas.

Levar o tema as escolas de saúde e outras graduações podem fomentar na formação de atores sensibilizados quanto a saúde desses sujeitos, visto apresentarem agravos que circula nas áreas de saúde, sociais, pois trata-se das relações humanas, que tem papel fundamental como agentes de mudanças.

Por fim, sei que o assunto não se esgota, apresenta temas relevantes para a saúde, como a saúde do trabalhador que atua junta a essa população, funilamentos para a saúde da mulher em situação de rua, do homem, tema não claramente discutido, a saúde mental da PSR após a reforma psiquiátrica. Enfim... Deixo minhas reflexões por entender saúde como um processo

dinâmico, da homeostase, para além do processo fisiológico do corpo humano, o conceito de bem estar, físico, social, mental e espiritual sendo que estas são interdependentes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília/DF, 20 set. 1990a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm)>. Acesso em: 12 out. 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional para inclusão social da população em situação de rua para consulta pública**. Brasília/DF, jun. 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Prevenção do uso indevido de drogas: capacitação para conselheiros e lideranças comunitárias**. 4. ed. Brasília/DF: 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção a saúde. Departamento de atenção a saúde. **Envelhecimento e saúde da pessoa idosa**. 1ª ed. 1ª reimpressão. Série a. Normas e Manuais Técnicos. Caderno da atenção básica, n.19. Brasília/DF, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Série B Textos Básicos de Saúde) Vol. 07.

BOTTI, N. C. L.; et al, (Org.). **Condições de Saúde da População de Rua na Cidade de Belo Horizonte**. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental. Vol1, Nº1 out/dez de 2009. Disponível em: <<http://www.cbsm.org.br/v1n2/artigos/artigo12.pdf>> Acesso em 28 out 2011.

BRAVO, M.I.S.; et al, (Org.). **Saúde e Serviço Social**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Cortez, 2009.

BRUNNER, L. S.; SUDDARTH, D. S. **Tratado de enfermagem médico-cirúrgica**. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2002. 4 v.

BRITO, V. O. C.; et al, (Org.). **Infecção pelo HIV, Hepatite B e C e sífilis nos moradores em rua, São Paulo**. Revista de Saúde Pública nº 41 suppl 2 São Paulo 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v41s2/5951.pdf>> Acesso em: 13 Nov 2011.

COSTA, Ana P. Motta. População em situação de rua: contextualização e caracterização. **Revista Virtual Textos & Contextos**, Porto Alegre, ano IV, n. 4, dez. 2005.

DIAS, C. J. M.; CONDEIXA, D. G.; SALDANHA, E.; BELLINE, E. M. B.; **POPULAÇÃO DE RUA QUEM É, COMO VIVE, COMO É VISTA**. 3ª EDIÇÃO, SÃO PAULO: ED. HUCITEC, 2004.

FERNANDES, W.J.; SVARTMAN, B.; FERREIRA, B.S. **Grupos e configurações vinculares**. Porto Alegre: Ed, Artmed, 2003.

FILHO, Wilson Jacob.; GORZONI, Milton Luiz.; **Geriatría e gerontologia o que todos devem saber** . Ed. Roca, São Paulo, 2008.

HOMEOSTASE: IN: **WIKIPÉDIA**, A ENCICLOPÉDIA LIVRE. DISPONÍVEL EM: < [HTTP://PT.WIKIPEDIA.ORG/WIKI/HOMEOSTASE](http://pt.wikipedia.org/wiki/Homeostase)>>. ACESSO EM: 15 NOV. 2011.

LGBT. IN: **WIKIPÉDIA**, A ENCICLOPÉDIA LIVRE. DISPONÍVEL EM: < [HTTP://PT.WIKIPEDIA.ORG/WIKI/LGBT](http://pt.wikipedia.org/wiki/LGBT) >. ACESSO EM: 15 NOV. 2011.

NARVAI, Paulo Capel.; FRAZÃO, Paulo.; **Saúde bucal muito além do céu da boca**. Ed. Fiocruz. Rio de Janeiro. 2008.

NAZAR. José. O domínio das drogas. Governo do Estado do Espírito Santo. Secretaria de Estado de Saúde. **Revista Saúde**. Uma atenção primária forte. Ano1. n.3.2010.

PINHEIRO. Roseni.; MARTINS. Paulo Henrique. **Avaliação em saúde na perspectiva do usuário: abordagem multicêntrica**. 1ª ed. Rio de Janeiro/Recife: Ed Universitária UFPE 2009.

POCHEMANN, M.; BARBOSA A.; CAMPOS, A.; AMORIM R.; ALDRIN R.; (org's) **Atlas da Exclusão Social A exclusão no mundo**. Ed.Cortez. São Paulo, vol.4, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. A população de rua tem serviço de abordagem. Disponível em: < <http://www.vitoria.es.gov.br/semas.php?pagina=servicosoferecidos> >. Acesso em: 15 nov. 2011.

VITÓRIA. Prefeitura Municipal de Vitória. **Relatório anual de gestão Enfermagem (Abrigo)**: relatório técnico; 2011.

## **ARTIGO 6: AS MULTIFACETAS E TRAJETÓRIAS DE INDIVÍDUOS QUE VIVEM NAS RUAS**

Franciely da Costa Guarnier  
PSICÓLOGA. Faculdades Integradas de São Pedro – FAESA  
CREAS/SEMAS/PMV

### **RESUMO**

Pretendo aqui esboçar vivências de indivíduos que estão nas ruas do município de Vitória, mostrando as multifacetadas do extenso território “rua” e indicando as possibilidades encontradas neste espaço coletivo. Para isso, a escuta e o “encontro” se tornam necessários para adentrar a realidade de quem utiliza a rua como espaço de (sobre)vivência. Estas ferramentas citadas acima possibilitaram compreender um pouco do processo que resulta na ida de crianças, adolescentes e adultos para as ruas. Dessa maneira, através do encontro com o outro, foi perceptível a frequente busca por “algo”, sendo este “algo” trazendo sentido através das relações construídas em suas vivências nas ruas, demarcando modos de vidas transformadores e caracterizado por batalhas contínuas e descontínuas.

**Palavras-Chave:** saúde mental; invenção; desnaturalização.

## **PRIORITY THEME: Violation of rights and overcoming**

### **ABSTRACT**

This paper intends to outline experiences of individuals who are on the streets of the city Vitória, showing the multiple aspects of the vast territory “street” and indicating the variety of possibilities found in this collective space. For this, listening and “encounter” become necessary to enter the reality of those who use the street as a space of living and surviving. These tools mentioned above turned possible to understand some of the process that results in the departure of children, adolescents and adults to the streets. Thus, through the encounter with the other, it was clearly noticed the Constant search for “something”, when this “something” brings meaning through the relationships built on their experiences in the streets, setting boundaries of transforming ways of life characterized by discontinuous and continuous battles.

**Keywords:** mental health; invention; denaturalization.

### **INTRODUÇÃO**

Ao introduzir neste artigo a ideia de “multifacetada”, pretendo expor as singularidades e as diferenças das trajetórias percorridas no contexto da “rua” com o intuito de dar prosseguimento à produção de reflexão da experiência vivenciada no Serviço de Abordagem social, haja vista o interesse em pensar sobre os efeitos da produção de intervenções e produção de saúde utilizando as ferramentas propostas por Espinosa.

Cito como ferramentas para a clareza desta vivência o conceito de encontro<sup>51</sup> trazido pelo filósofo Espinosa (1973). Ao esmiuçar este conceito que nos provoca a fazer articulações relacionadas à vida, compreendem-se os “encontros” como potencializadores de corpos e provocadores de uma práxis que se faz através do encontro. Desse modo, a designação de encontro faz alusão ao que muitas vezes torna-se invisível neste espaço de grande visibilidade que consiste a rua. Contudo, ao entendermos a potência que consiste esta ferramenta, caminhamos em direção à realização de uma práxis relacionada ao desenvolvimento de certo compromisso social. Desse modo, torna emergente a reflexão em torno das subjetividades que traz em cena ânsias, desejos, afetos, emoções, vontades, conflitos, intensidades, entre outros diversos aspectos que constituem a existência destes sujeitos em determinado contexto sócio, cultural, econômico e político. Estes aspectos atravessam e configuram diversos modos de vidas, contribuindo para as invenções de territórios marcados por histórias singulares.

Importante situar as transformações históricas e os acontecimentos que ocorrem em torno dos “fenômenos urbanos”. Cecília Coimbra através de sua valiosa produção nos atentou sobre essa nova caracterização dos espaços urbanos, marcados pela violência urbana.

Destinadas a velocidade, pouco adequadas as pessoas, as ruas e as cidades reformadas – livres de uma certa “sujeira” humana, da diversidade e multiplicidade que as caracterizavam nos séculos anteriores – tornam-se espaços de circulação, de passagem e não mais lugares de encontros. Circulação das classes laboriosas, daqueles que passam para trabalhar, consumir e não mais dos miseráveis. Estes que fossem para os subúrbios ou encostas dos morros, locais ainda não valorizados em termo de mercado imobiliário. Assim, outras cidades – diferentes da idealizada, racional e

<sup>51</sup> Nesse mundo dos encontros, os corpos ganham a potência de produzir novos enunciados, sempre coletivos, inventam outros corpos, maquinam alegria e dor, engendrando outras subjetividades e seus próprios objetos (NEVES, Claudia Abbes Baeta. Gilles Deleuze e Política: interferências nos modos de se estar nos verbos da vida, 2005).

homogênea – surgem e continuam crescendo: os “territórios dos pobres”, onde a miséria, a insalubridade, os pardieiros, as ruas mal traçadas e pavimentadas se fazem presentes.<sup>52</sup>

Dessa maneira, entende-se um pouco do que consiste viver nas ruas, sendo esta caracterizada por vivências que apresentam em seu cotidiano lutas pela sobrevivência. Cristina Rauter (2009, p. 60) nos diz que *o controle sobre a produção de subjetividade é um dos elementos principais nos quais se assenta o capitalismo globalizado atual. É em torno do fenômeno da criminalidade que se organiza um dos principais dispositivos de controle social contemporâneos, através da disseminação do medo e da multiplicação da violência, fenômenos indissociáveis da solução penal e policial para o desemprego e o controle dos grandes contingentes de despossuídos que é produzido por este sistema econômico-social. O fenômeno é mundial, globalizado, mas adquire uma feição local especialmente dramática, potencializada pela má distribuição de renda e estratificação da sociedade que tem raízes coloniais no Brasil.*

Logo, visualiza-se esse controle, quando o sujeito que mora nas ruas é visto como ausente de desejos, passivo e inserido numa cidade oculta. Importante compreender o contexto atual em que esta população em situação de rua encontra-se inserida, para, assim, problematizar junto com eles suas trajetórias de vidas, tendo sempre como ferramenta a potência dos encontros, contribuindo para o processo de invenção de novos modos de vida e potencializando a saúde mental destes usuários.

## DESENVOLVIMENTO

### RUÍDOS SOBRE A RUA

A filosofia de Baruch Espinosa, lida a partir de Gilles Deleuze (2002), traz contribuições para o estudo da violência e da criminalidade, já que compreende a negatividade presente no campo social não como tendência inerente ao humano ou a sociedade humana, mas como processo histórico a ser compreendido numa genealogia dos modos de subjetivação e de um campo social dado. Uma única substância engendra tanto os fenômenos positivos quanto os negativos, presentes na destrutividade dirigida a si próprio e aos outros. Esse plano virtual é concebido como um campo para além do bem e do mal, não cabendo pensa-lo como ligado a negatividade, esta sim engendrada a partir de constrangimentos e “tirantias” que só podem ser vistos como fenômenos secundários em relação a esse plano.<sup>53</sup>

O que mais nos interessa aqui destacar é este aspecto de produção do sujeito e, mais ainda, o que historicamente vem-se dando como efeito das modulações do capitalismo, a saber, a separação entre produção e produto, portanto, entre processo de subjetivação e sujeito. Esta separação tem como consequência a captura da realidade em uma forma dada, tida como natural, mas que deve ser entendida como forma-sintoma a ser posta em análise. A operação analítica frequente nas intervenções clínicas não é outra coisa senão a desestabilização destas formas, permitindo o aparecimento do plano de forças de produção a partir do qual tal realidade se constituiu. Entendemos a experiência clínica como a devolução do sujeito ao plano da subjetivação, ao plano da produção que é plano do coletivo. O coletivo, aqui, bem entendido, não pode ser reduzido a uma soma de indivíduos ou ao resultado de um contrato que os indivíduos fazem entre si. Coletivo diz respeito a este plano de produção, composto de elementos heteróclitos e que experimenta, todo o tempo, a diferenciação. Coletivo é multidão,

---

<sup>52</sup> Coimbra, C. M. B. **Operação Rio: o mito das classes perigosas**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor/Intertexto, 2001.

<sup>53</sup> Ética e Subjetividade: novos impasses no contemporâneo / organizado por Silvia Tedesco e Maria Livia Nascimento. – Porto Alegre: Sulina, 2009. 295 p.

composição potencialmente ilimitada de seres tomados na proliferação das forças. No plano de produção, plano coletivo das forças, lidamos com o que é de ninguém, ou, poderíamos dizer, com que é da ordem do impessoal. No coletivo não há, portanto, propriedade particular, pessoalidades, nada que seja privado, já que todas as forças estão disponíveis para serem experimentadas. (Passos e Barros, 2000).

A todo o momento há a dinâmica da rua e, por conseguinte da cidade, interferindo sobre as circunstâncias e situações envolvendo crianças, jovens e adultos que ora moram nas ruas, ora transitam por novos territórios, ora retornam para a casa de suas respectivas famílias, ora descobrem novos modos de vida ora experimentam novos rumos ora frequentam os serviços públicos. Ressalta-se nestas trajetórias aspectos que indicam a incessante busca por algo, podendo este algo ser característico da intensidade demonstrada no meio relacional destes usuários em suas convivências cotidianas com os grupos que se tornam elo de afetos, parcerias, identidades, forças, entre outros elementos produzidos neste encontro. Trazendo um pouco de Espinosa, *trata-se de construir normas de vida que derivem de uma seletividade que nos afaste dos maus encontros e nos aproxime da posse e do aumento de nossa potência de agir. No encontro dos corpos há uma variação que se refere a uma variação de minha força de existir, da minha potência de agir, que fazem do corpo uma potência que não se reduz ao organismo e do pensamento uma potência que não se reduz à consciência.*<sup>54</sup>

O ser espinosano é essencialmente produzido. Cada indivíduo é um grau de potência que corresponde a certo poder de afetar e ser afetado, de ter paixões e ações. Desse modo essa diferença ética é já coletiva, se traça em meio à multiplicidade dos encontros como avaliação dos modos de existência em sua imanência. Essa avaliação se faz nos atravessamentos, dobras e traçados das diferentes linhas (sedentárias, flexíveis e de fuga) que compõem, nos encontros, a vida e o viver como acontecimento singular que não se reduz a um sentido prévio (NEVES, Claudia Abbes Baeta, 2005. p. 191 – grifos do autor).

Observa-se que muitos destes usuários enfrentam a dependência ao álcool e outras drogas. Considera-se o uso de substâncias psicoativas como favorável ao surgimento de circunstâncias que colocam estes sujeitos em situações propícias ao risco social. Paralelamente, considera-se que a situação de rua, independente do uso ou não de drogas, também envolve outras situações que podem ocasionar em situações de risco social, como também, os maus-encontros que também podem ser estabelecidos no contexto da rua. Contudo, concomitantemente a isso, estes usuários estão envoltos de possibilidades que no surgimento de uma fala antes marcada pelo silêncio pode ser recomeçada e traçada uma nova trajetória de vida.

Sabemos que cada um experimenta a vida de forma singular (...) (mas queremos destacar) a vivacidade dos encontros com a multiplicidade de elementos dos percursos. Um mesmo caminho pode ser uma multiplicidade, dependendo de como sentimos e percebemos e nos dispomos de fazê-lo, contá-lo ou registrá-lo... (Knijnik, 2005: 01)

Portanto, esboço aqui um retrato do que se perpassam as relações da população em situação de rua, considerando a importância de uma práxis que promova encontros potencializadores e que caminhe em direção da vida. *É no encontro, neste meio de intensidades, que os corpos expressam sua potência de afetar e ser afetado. É nele que o desejo flui e cria mundos agenciando modos de expressão e a conectividade da vida em suas múltiplas experimentações.*<sup>55</sup>

<sup>54</sup> NEVES, Claudia Abbes Baeta. Gilles Deleuze e Política: interferências nos modos de se estar nos verbos da vida, 2005.

<sup>55</sup> NEVES, Claudia Abbes Baeta. Gilles Deleuze e Política: interferências nos modos de se estar nos verbos da vida, 2005

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície ou volume reduzidos (...). E ao nível de cada tentativa que se avalia a capacidade de resistência ou, ao contrário, a submissão a um controle. Necessita-se ao mesmo tempo de criação e povo. (Gilles Deleuze)

Visualiza-se nos territórios “rua” narrações de experiências relacionadas às lutas cotidianas, ausência de projetos de vida; resistências; enfrentamento de conflitos familiares; busca por experimentações; satisfação da convivência em grupos; busca por autonomia; sensação de liberdade; protagonismo; entre outras experiências relatadas no decorrer de práticas neste campo. Estas características demonstram a heterogeneidade que consiste a população em situação de rua, compostos por pessoas com diferentes realidades, sendo homens, mulheres, jovens, famílias inteiras, grupos. Com o tempo, algum infortúnio atingiu suas vidas, seja a perda de emprego, seja o rompimento de laços afetivos, sejam os maus encontros, fazendo com que aos poucos fossem perdendo a perspectiva de projeto de vida, passando a utilizar o espaço da rua como sobrevivência e moradia. Por isso, a importância acerca da escuta e da utilização de ferramentas como o conceito de “encontro” trazido por Espinosa, para em seguida, suscitar acontecimentos que facilite a construção de novas trajetórias, trazendo em cena a saúde mental destes usuários e a potencialização da vida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Coimbra, C. M. B. **Operação Rio: o mito das classes perigosas**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor/Intertexto, 2001.

**Ética e Subjetividade: novos impasses no contemporâneo** / organizado por Silvia Tedesco e Maria Livia Nascimento. – Porto Alegre: Sulina, 2009. 295 p.

Coloca o texto de Cecília Coimbra: Psicologia jurídica e direitos humanos

**Clínica e política 2: subjetividade, direitos humanos e invenção de práticas clínicas.**/ organizadora Janne Calhau Mourão; colaboração de Marco Aurélio Jorge.- Rio de Janeiro: Abaçar: Grupo Tortura Nunca Mais, 2009.

NEVES, Claudia Abbes Baeta. **Gilles Deleuze e Política: interferências nos modos de se estar nos verbos da vida**. 2005.

Social, Ministério de Desenvolvimento. **Sistema Único de Assistência Social**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/suas>. Acesso em: 17/10/11.

Vitória, Prefeitura Municipal. **Sistema Único de Assistência Social: proteção social especial**. Disponível em: <http://www.vitoria.es.gov.br/semas.php?pagina=protecaosocialespecial>. Acesso em: 17/10/11.

BOCK, Ana Mercês Bahia. **A psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social**. Estudos de Psicologia, 1999.

## ARTIGO 07: POPULAÇÃO DE RUA: O PERFIL DOS USUÁRIOS DO PROJETO HOSPEDAGEM NOTURNA.

Andréia Martins<sup>56</sup>  
Maria Aparecida de Azevedo<sup>57</sup>

### RESUMO

Neste artigo vamos buscar identificar o perfil da população que faz das ruas de Vitória seu local de moradia e de sobrevivência e os desafios que a cidade de Vitória enfrenta, assim como as demais cidades brasileiras, com as demandas da população de rua que trazem expostos, como feridas abertas, as inúmeras expressões da questão social e que usuários do Projeto Hospedagem Noturna. Para a coleta dos dados do presente trabalho, foi disponibilizado pela coordenadora da HN e supervisora de campo o relatório de gestão do de 2010, bem como foi disponibilizado o relatório quantitativo de atendimentos que é encaminhado mensalmente a SEMAS. Todos os dados para análise dos gráficos foram obtidos através da entrevista, no momento em que os usuários chegam a HN e quando os usuários solicitam escuta junto ao Serviço Social. O objetivo central deste estudo é buscar identificar o perfil da população de rua da cidade de Vitória, e que são atendidos pela SEMAS<sup>58</sup>, especificamente no projeto Hospedagem Noturna, no período de outubro/10 a junho/11.

**Palavras-Chave:** População de rua, questão social, pobreza.

### 1-INTRODUÇÃO

Neste artigo vamos buscar refletir quem são os usuários da Hospedagem Noturna, que tem como objetivo atender a população que fazem das ruas de Vitória seu local de vivencia e de sobrevivência. E os desafios que a cidade de Vitória enfrenta, assim como as demais cidades brasileiras, com as demandas da população de rua que trazem expostos, como feridas abertas, as inúmeras expressões da questão social. Para a coleta dos dados do presente trabalho, foi disponibilizado pela coordenadora e supervisora de campo Andréia o relatório de gestão do de 2010, bem como foi disponibilizado o relatório mensal da HN que é encaminhado a SEMAS. Todos os dados obtidos para análise dos gráficos foram obtidos através da entrevista, no momento em que os usuários chegam a HN e quando os usuários solicitam escuta junto ao serviço social. O objetivo central deste estudo é identificar o perfil da população de rua da cidade de Vitória, e que são atendidos pela SEMAS<sup>59</sup>, especificamente no projeto Hospedagem Noturna.

### 2 – DESENVOLVIMENTO

Vitória é uma das capitais mais antigas do Brasil. Uma cidade que se modernizou, sem perder de vista as marcas de sua história<sup>60</sup>. A cidade segue com o Brasil em seu processo de desenvolvimento e, após o período de vinte anos de ditadura militar, concomitante a promulgação da 6ª Constituição Federal, Vitória elege por quatro anos seu primeiro Prefeito em sufrágio universal, no ano de 1989, numa administração ainda marcada pelas tendências excludentes que norteavam a perspectiva da Assistência Social.

<sup>56</sup> Coordenadora da Hospedagem Noturna e Assistente Social supervisora no campo de estagio.

<sup>57</sup> Graduanda em Serviço Social pela UFES, 7º período, estagiaria do Projeto Hospedagem Noturna. mapeaz@gmail.com

<sup>58</sup> Secretaria Municipal de Assistência Social

<sup>59</sup> Secretaria Municipal de Assistência Social

<sup>60</sup> Disponível em: [http://www.vitoria.es.gov.br/secretarias/turismo/turismo/cidade\\_historia.asp](http://www.vitoria.es.gov.br/secretarias/turismo/turismo/cidade_historia.asp). Acessado em 01/04/2011.



Foi, portanto, na década de 1980 que a questão social foi verdadeiramente assimilada pelo debate nacional, embora a pobreza e a desigualdade sempre estivesse no horizonte político brasileiro. Nessa conjuntura, foi criada, pelo Decreto 6545 de 08/04/1983, a Secretaria Especial de Ação Social, prevista no artigo 28 da Lei N.º 2548 de 1978, assinado pelo então Prefeito Ferdinand Berredo de Meneses.

Até a Constituição Federal de 1988 a assistência social no Brasil não tinha um cunho político-público, social e universal, com isso surge à necessidade de organizar a assistência social que se concretizou através da LOAS (Lei nº 8.742/93)- Lei orgânica da Assistência Social. No parágrafo único da citada lei estabelece que: A Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, a garantia dos mínimos sociais, o provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

No entanto o aumento das expressões da questão social demandou discussões de várias categorias sociais, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS que se fez necessário e elaboração da Política Nacional de Assistência Social de 2004-PNAS e a implementação do Sistema Único de Assistência Social-SUAS. De acordo com a PNAS a política pública de assistência social “configura-se como possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e espaço de ampliação de seu protagonismo” e cria mecanismos de proteção e segurança social. Um dos mecanismos ou medidas é Segurança da Acolhida, ela opera com “a provisão de necessidades humanas que começa com os direitos à alimentação, ao vestuário, e ao abrigo, próprios à vida humana em sociedade”.

Nesse sentido, o trabalho desenvolvido está de acordo com a NOB/SUAS 2005, a qual diz que a Assistência Social é um direito do cidadão, independe de sua contribuição prévia e deve ser provida pela contribuição de toda a sociedade. Por isso, na Gerência de Acolhimento e Proteção ao Migrante e População em Situação de Rua (GPR), a população de rua tem seu direito garantido com base na LEI Nº. 7.101, de 28 de setembro de 2007, da Prefeitura Municipal de Vitória que dispõe sobre a Política de Atendimento à População em Situação de Rua.

Dentro da GPR<sup>61</sup> há o Programa de Acolhimento e Proteção ao Migrante e Adulto em Situação de Rua, no qual está inserido o Projeto abordagem de rua adulto, que é um projeto embasado nas diretrizes da Constituição Federal de 1988, nas políticas públicas da Assistência Social – LOAS, PNAS e SUAS - e na legislação municipal que dispõe sobre a Política de Atendimento a População em Situação de Rua.

De acordo com Costa (2005, p. 05) ao citar Vieira, Bezerra e Rosa (1994, p. 93-95):

As pessoas que ficam na rua – configuram uma situação circunstancial que reflete a precariedade da vida, pelo desemprego ou por estarem chegando na cidade em busca de emprego, de tratamento de saúde ou de parentes. Nesses casos, em razão do medo da violência e da própria condição vulnerável em que se encontram, costumam passar a noite em rodoviárias, albergues, ou locais públicos de movimento.

As pessoas que estão nas ruas – são aquelas que já não consideram a rua tão ameaçadora e, em razão disso, passam a estabelecer relações com as pessoas que vivem na ou da rua, assumindo como estratégia de sobrevivência a realização de pequenas tarefas com algum rendimento.

As pessoas que são da rua – são aquelas que já estão um longo período na rua e, em função disso, foram sofrendo um processo de debilitação física e mental,

---

<sup>61</sup> Gerencia de População de Rua

especialmente pelo uso do álcool e de outras drogas, pela alimentação deficitária, pela exposição e pela vulnerabilidade à violência. Há ainda outra demanda de população em situação de rua, emergida da reforma psiquiátrica, que gerou um fluxo de pessoas com transtorno mental para as ruas.

Considerando a PNAS (2004, p.37-38), essas modalidades podem ser assim definidas:

Proteção Social Especial – “é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras”.

Proteção Social Especial de Média Complexidade – “serviços que oferecem atendimento às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos. Nesse sentido, requerem maior estruturação técnico-operacional e atenção especializada e mais individualizada, e, ou, de acompanhamento sistemático e monitorado (...)”

Proteção Social Especial de Alta Complexidade – “são aqueles que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirado do seu núcleo familiar e, ou, comunitário”.

Em Vitória, essa diretriz da PNAS é aplicada através da rede de serviços:

- Centro de Atendimento Dia Adulto (CAD),
- Albergue Noturno Bezerra de Menezes para Migrantes,
- Acolhimento e Proteção aos Catadores de Materiais Recicláveis,
- Abrigo Municipal para População Adulta em Situação de Rua,
- Hospedagem Noturna.

A Hospedagem Noturna (HN) faz parte da política pública municipal de atendimento à População Adulta em situação de Rua de Vitória, conforme dispõe a Lei nº 7.101, de 28/09/2007 e Lei nº 8.742/93 - Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, executada em convênio com a Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA) e funciona como um abrigo noturno no atendimento à população adulta em situação de rua, a qual se constitui usuários-cidadãos e são acompanhadas até que tenham condições de retornarem ao convívio familiar e/ou construir um novo projeto de vida.<sup>62</sup>

A ADRA tem como objetivo primário a auto-sustentação, com projetos de desenvolvimento a médio prazo e tem trabalhado ao redor do planeta, ajudando no combate à pobreza, doenças, analfabetismo, e ajuda humanitária em desastres naturais. Os projetos obedecem ao princípio do desenvolvimento sustentado, trabalhando com a comunidade e governo local para o melhoramento econômico a longo prazo, e o desenvolvimento de recursos e instalações locais.

---

<sup>62</sup> Informações obtidas com a supervisora de estágio e coordenadora da Hospedagem Andréia.

Há reavaliação dos projetos por resultados, e a administração dos projetos está sempre baseado na avaliação direta da comunidade.

E, neste sentido, o público atendido são maiores de 18 anos, de ambos os sexos, que estejam em situação de rua na cidade de Vitória, composto de pessoas com vínculos familiares extremamente fragilizados, causado principalmente por uso de álcool e outras drogas, envolvimento com crimes e desemprego e configuram como Morador de Rua, podendo ser, conforme classifica Ana Paula Costa já citada anteriormente (pessoas que ficam na rua; pessoas que estão na rua; e, pessoas que são da rua). As três categorias citadas são atendidas pelo Projeto Hospedagem Noturna.

No período de agosto de 2007 a março de 2008, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em acordo de cooperação assinado com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), realizou a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua com o intuito de quantificar e permitir a caracterização socioeconômica do grupo para, assim, orientar a elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para o mesmo. Esta população não foi incluída nos censos demográficos brasileiros porque prepondera a coleta de dados na base domiciliar (BRASIL, 2008). Sem moradia, o grupo ficou invisível ao Estado, do que derivou a dificuldade em produzir políticas que se regem por números. O levantamento abordou pessoas em situação de rua com 18 anos completos de idade ou mais.

Outra medida protetiva é a implementação do Programa de Inclusão Social dos Moradores de Rua, (Projeto Lei do Senado nº 299 de 2004) que tem como objetivo proporcionar assistência, condições para inclusão social e oportunidades de qualificação profissional aos moradores de rua.

E neste sentido, a Secretaria de Ação Social (SEMAS), através da Gerência de Atenção ao Migrante e à População em Situação de Rua, ampliou o atendimento à População Adulta em Situação de Rua, criando em outubro de 2006 o Centro de Atendimento Dia (CAD), que atende de segunda à sexta no horário de 08 as 14:00 hs.

Desde que o CAD se consolidou como espaço diurno de atendimento à População Adulta em Situação de Rua, foi detectada a necessidade da implantação do espaço para Hospedagem Noturna, visto que os usuários saíam do CAD e permaneciam no portão daquele espaço durante a noite. No entanto, antes que o Projeto fosse viabilizado com convênio, foi necessária à implantação imediata deste serviço, e assim a Hospedagem Noturna iniciou suas atividades no dia 13 de Junho de 2007, em caráter de urgência e em espaço provisório.

A Hospedagem funciona no horário de 17:00 às 7:00 hs, todos os dias da semana, atendendo principalmente a demanda encaminhada pelo CAD e Atendimento Social de Rua.

Excepcionalmente a Hospedagem atende vítimas de situações circunstanciais em decorrência de calamidades públicas e emergências encaminhadas por órgãos como Conselho Tutelar, Defesa Civil, Ministério Público, Instituições Policiais, Instituições de Saúde entre outros, podendo abrigar famílias.

Na atualidade, vigora a lei municipal Nº. 7.101, que revoga a lei anterior e dispõe sobre a Política de Atendimento à População em Situação de Rua na Cidade de Vitória e dá outras providências.

Segundo o Art. 1º desta lei:

Fica criado, nos termos da Constituição Federal e da Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993 (...) a Política de Atendimento à População em Situação

de Rua que se insere no nível da proteção social especial de alta complexidade, em conformidade com a PNAS.

Na nova redação da lei, observa-se uma mudança na expressão utilizada para designar o público alvo desta política, a lei Nº. 5.496 dispõe sobre o atendimento à população de Rua, já a lei Nº. 7101 dispõe sobre o atendimento à população em situação de rua.

Esta nova expressão foi cunhada pelo sociólogo suíço Riccardo Lucchini para indicar a condição dos que utilizam o espaço público das cidades para exercer atividades geradoras de renda ou obtenção de recursos materiais (ARAÚJO, 2007, p. 10).

### 2.3- PERFIL DO USUÁRIO

A população de rua sofre preconceitos por parte da sociedade e chegam a “incomodar” a população que transita pelas ruas da Capital. Presentes nas avenidas mais movimentadas e compreendidos como algo que precisa ser recolhido, ele é o morador ou o popular de rua. Segundo levantamento realizado pela Abordagem de Rua de Vitória, em Julho/09, existiam 107 moradores de rua na Capital. Os bairros de maior concentração são: Vila Rubim, Centro, Jardim da Penha, Praia do Canto e Santa Lúcia.

Dependentes de álcool em 98% dos casos, eles perderam o emprego, são rejeitados pela família ou a rejeita. Das 79 pessoas atendidas na Hospedagem Noturna no mês de Abril/11, a maioria são homens, na faixa etária de 20 a 40 anos, com 1º Grau incompletos e com pouca experiência profissional.

Atualmente ( maio/11), Vitória tem 202 pessoas vivendo em suas ruas, segundo cadastro da prefeitura. Mas esse número não é composto exclusivamente por pessoas que tiveram o vínculo familiar rompido ou não tem família e, por consequência, não têm para onde ir. De acordo com assessoria técnica da Agência Social e Especial de Alta Complexidade, da Prefeitura de Vitória (PMV), a maior parte é de usuários de drogas que vão para as ruas para o consumo. "Esses moradores se distinguem dos usuários. Entre esses 202, a grande demanda não é de moradores e sim de usuários de drogas", afirma

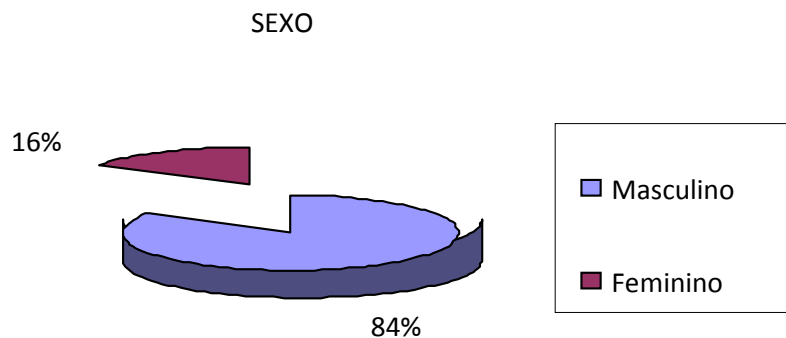
Em entrevista Rádio CBN Vitória (93,5 FM), a assessoria técnica da SEMAS afirmou que esses usuários tem entre 18 e 35 anos de idade e que eles relutam em aceitar abrigo. Quando são abordados pela equipe de apoio da prefeitura, os que vão fazer uso de drogas nas ruas não aceitam abrigo porque dizem que tem para onde ir, mas não querem ir. "Esses usuários não necessariamente são pessoas pobres, mas foram pelas ruas para usar as drogas porque foram reprimidas pelas famílias." Pontua os bairros mais frequentados por esses moradores usuários. "A maior demanda está no Centro, em São Pedro, Santo Antônio e a Ilha do Príncipe, assim como debaixo da Ponte Seca, e também em Jardim da Penha e Praia do Canto."

Ela conta que esse número é crescente e que antes havia uma concentração local. Agora eles vem se espalhando para outras regiões. E que são cada vez mais jovens fazendo uso de drogas. Segundo a assessoria, ações conjuntas para o enfrentamento do problema precisam ser feitas entre autoridades e sociedade.

Na atualidade as particularidades desse público estão ligadas a fenômenos como: drogadição, alcoolismo, perda de auto-estima, doença mental e processos migratórios, esses são os principais motivos que levam as pessoas às ruas. São histórias de rupturas sucessivas e que com muita frequência, estão associadas ao uso de álcool e drogas, não só pela pessoa que esta na rua, mas pelos outros membros da família. Também é possível encontrar na rua pessoas que há pouco chegaram às grandes cidades e ainda não conseguiram emprego ou um local de moradia.

Os gráficos abaixo mostram o perfil dos usuários abordados tomando como base Relatório mensal encaminhado a GPR referente ao mês de abril/11 (total de 48 atendidos), mediante as seguintes categorias: Idade, Sexo, Escolaridade, e Etnia, renda, procedência, uso de drogas.

**Gráfico 1: sexo dos usuários**

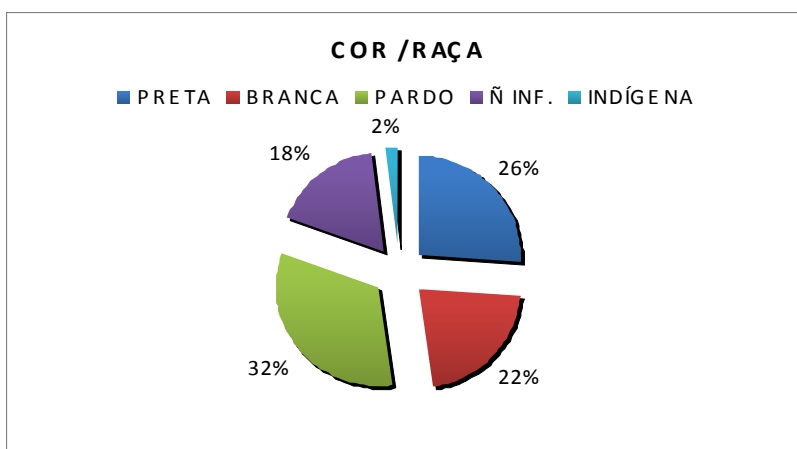


Relatório mensal encaminhado a GPR, referente ao mês de Abril/11.

Do ponto de vista de gênero há uma predominância do sexo masculino. Em número as mulheres são minoria nas ruas, as quais adotam estratégias diferenciadas de sobrevivência. Motta pontua que percebe-se que existem diferenças no modo como homens e mulheres enfrentam as dificuldades que se apresentam no cotidiano da rua.

Não consta no gráfico, o número de homossexuais em situação de rua atendidos mensalmente, eles são agrupados junto com a população masculina.

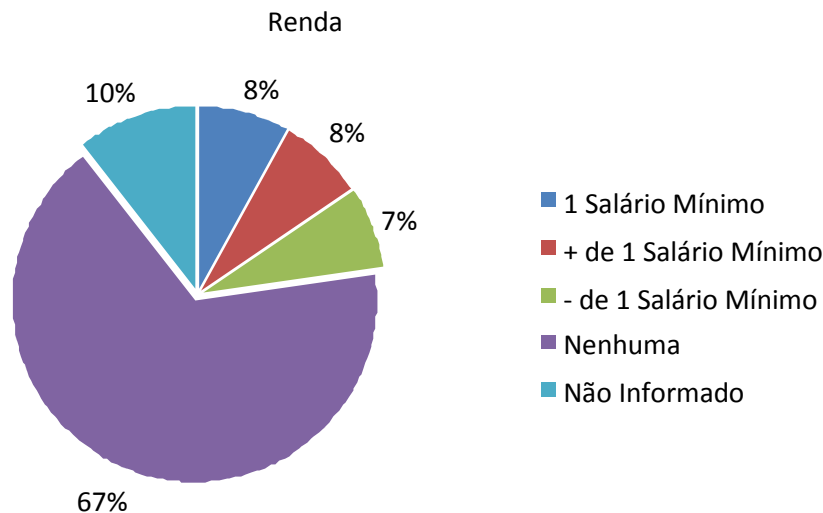
**Gráfico 2: cor ou raça dos usuários**



Relatório mensal encaminhado a GPR, referente ao mês de Abril/11.

No que se refere à categoria etnia percebemos que a maioria dos abordados se identificam como negro, resultado da exclusão social histórica que a população negra sofre no Brasil.

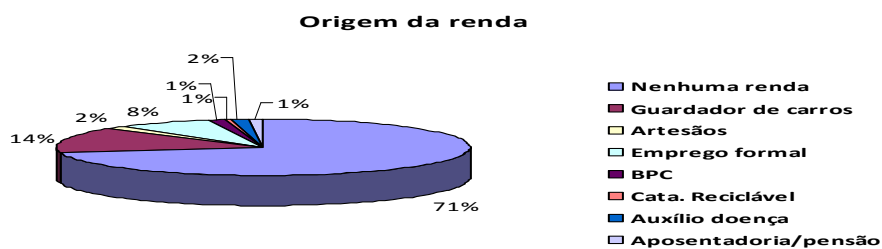
**Gráfico 3: Renda dos usuários**



Relatório mensal encaminhado a GPR, referente ao mês de Abril/11.

Pelo gráfico, observa-se que o número de usuários que não possuem nenhuma renda, correspondem a 67%, não informado 10%, 1 salário mínimo 8%, mais de 01 salário mínimo 8%, empatando com quem tem renda de maior de 01 salário mínimo e usuários que recebem menos de 01 salário 7%.

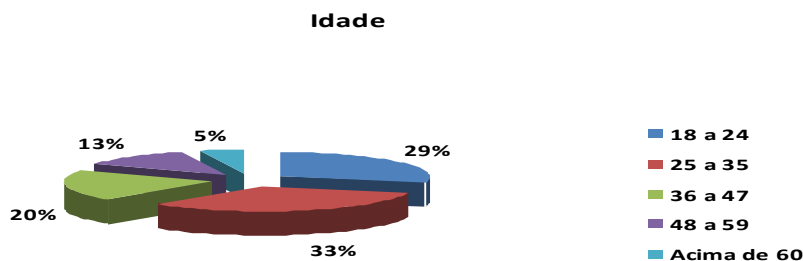
**Gráfico 4: origem da renda dos usuários**



Relatório mensal encaminhado a GPR, referente ao mês de Abril/11.

Quanto a origem da renda, 71% dos usuários declararam não possuir nenhuma renda, 14% declarou ser guardador de carro, 8% recebem aposentadoria ou pensão, 1% estão inseridos no mercado formal de trabalho, 2% são artesãos, 2% recebem auxílio doença, e os demais tem sua renda oriunda de cata de material reciclável, BPC (benefício de prestação continuada)

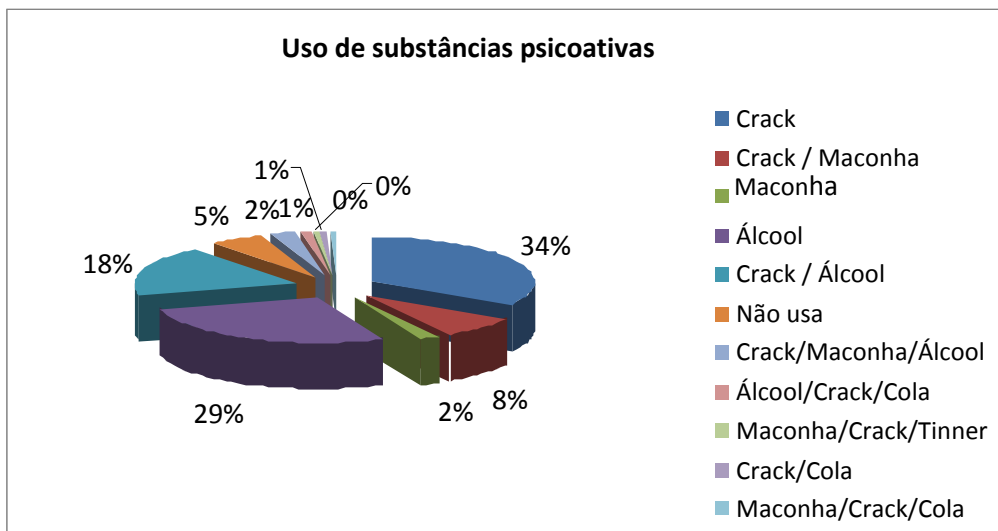
**Gráfico 5: Faixa etária dos usuários**



Relatório mensal encaminhado a GPR, referente ao mês de Abril/11.

Como podemos observar há uma predominância de usuários compreendidos na faixa etária de 18 - 40 anos, em idade produtiva, correspondendo 62% do total de pessoas abordadas. Insta ressaltar que os homossexuais e travestis, entram como “ sexo masculino”, ou seja, não aparecem nos gráficos e estatísticas apresentadas.

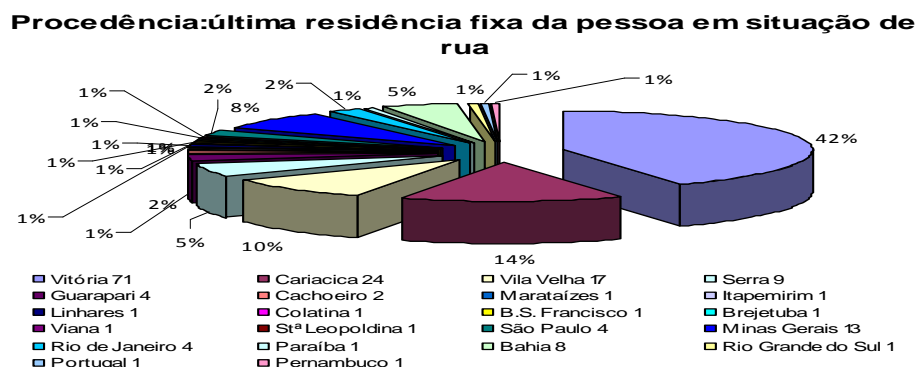
**Gráfico 6: tipo e uso de substâncias psicoativas**



**Fonte:** Relatório mensal encaminhado a GPR, referente ao ano de 2010.

Quanto ao uso de substancias psicoativas 34% fazem uso de crack, 29% fazem uso de álcool, 18% usam crack, maconha e álcool, 8% utilizam crack e maconha, 5% declararam não fazer uso de droga, e os demais 6% declararam serem usuários de maconha/crack,cola,álcool.

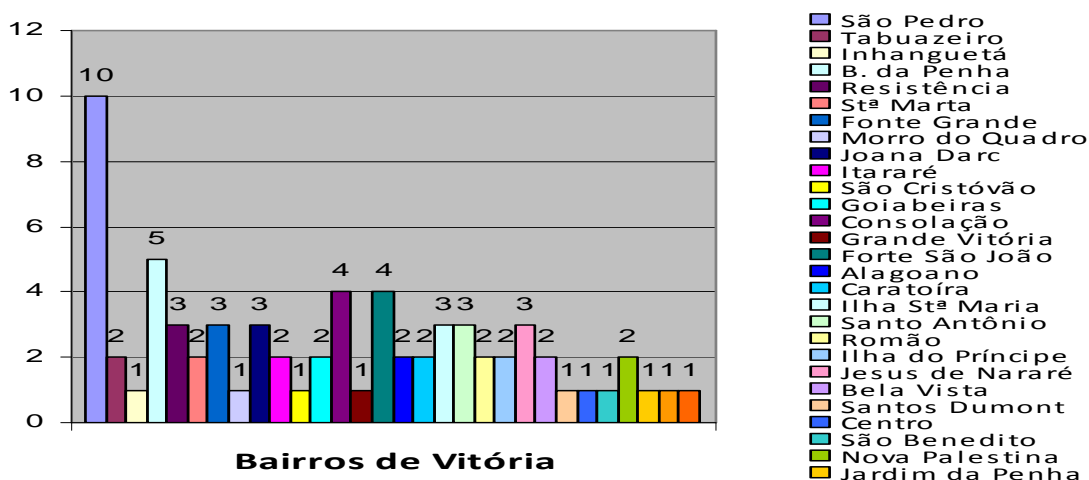
**GRÁFICO 7:**



**Fonte:** Relatório anual encaminhado a GPR, referente ao ano de 2010/10.

Quanto a ultima residência fixa, 42% tiveram sua ultima residência fixa em vitoria, 14% em Cariacica, 10% em Vila Velha, 5% na Serra, 8% em Minas Gerais, 5% na Bahia, 11% em Viana, Colatina, Marataizes, Barra de São Francisco, Brejetuba, Itapemirim, Santa Leopoldina, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Portuga e 5% do Rio de Janeiro.

**GRÁFICO 8: Procedência de Bairros de Vitória**



**Fonte:** Relatório anual encaminhado a GPR, referente ao ano de 2010/10.

Quanto ao bairro de procedência da cidade de Vitoria, observamos que 60% são oriundos do bairro São Pedro, caracterizado como um bairro de periferia da cidade de Vitoria, com altos índices de violência e os demais são oriundos de outros bairros de periferia da cidade, sendo que 1% declarou ser do bairro Jardim da Penha, considerado um bairro de classe média.



#### 4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo com o avanço das Políticas Sociais no contexto da Assistência Social, existem muitos desafios a serem enfrentados cotidianamente nas instituições. Isto se deve, em parte, aos entraves de ordem burocrática e decididamente ao privilegiamento do econômico em detrimento do social, característico, ainda das gestões públicas.

As práticas sociais, ao invés de implementar políticas de combate às desigualdades sociais, implementa a intolerância, tornando vazio o discurso institucional de desenvolvimento social.

A experiência vivida, de sofrimento e privação, traz, à pessoa em situação de rua, a memória da construção social da sua inferiorização. É, dentre outras coisas, um lugar de conhecimento sobre a sociodinâmica da apartação e expõe, na explicitação das estratégias de extrema submissão, a falibilidade das políticas assistenciais, de habitação, de saúde, de trabalho e emprego. A sociedade brasileira precisa avançar para apoiar que esse conhecimento seja vocalizado, socializado e tido em conta em arenas que o convertam e disponibilizem para um novo patamar de políticas públicas.

Tanto em Vitória, como no Brasil, muitos estudos ainda são necessários para a melhor compreensão dessas pessoas, seus determinantes, suas necessidades e quais as políticas públicas devem estar envolvidas para minorar os sofrimentos destas pessoas.

A população em situação de rua é um fenômeno global e não necessariamente apenas urbano. São pessoas de ambos os sexos; de diferentes idades, solteiras, casadas, vivendo sozinhas, com amigos ou com familiares; vindos de diferentes regiões do país, de diferentes cidades do Estado, possuindo diferentes problemas de saúde e tendo várias ocupações. Esses fatos por si só dão a dimensão da complexidade em se lidar com este grupo social.

No entanto, mesmo considerando a grande diversidade de situações e contextos da população de rua, é possível identificar e classificar determinados grupos com características mais ou menos homogêneas.

Historicamente, várias ações têm sido realizadas junto a estas pessoas e que, cujos resultados, nem sempre, tem surtido os efeitos esperados. Entre elas têm-se as tradicionais remoções, muitas vezes violentas, a criação de albergues, abrigos, além da disponibilidade de vários tipos de serviços como: os de saúde, de higiene, alimentação, iniciativas de geração de trabalho e renda, etc.. Tanto fornecidos pelos poderes públicos, como pela iniciativa privada e não governamental.

Cada experiência possui suas próprias peculiaridades e diferentes graus de êxito ao lidar com este grupo populacional, para avaliá-los serão necessários estudos específicos, caso a caso, sob pena de generalizações e conclusões apressadas sobre a abrangência dos resultados das políticas. Porém, de uma forma geral, pelo menos duas grandes características podem ser apreendidas das políticas públicas voltadas para a pessoa em situação de rua. A primeira é a de que intervenções setoriais, que visem apenas determinados aspectos do problema, como só a saúde, ou só a geração de emprego e renda, ou só a habitação tendem ao fracasso, na medida em que o fenômeno população de rua é multidimensional por natureza. O segundo aspecto que decorre do primeiro, diz respeito ao tempo e aos custos envolvidos.

Normalmente, a implementação e a manutenção de políticas para este tipo de população devem abranger grandes períodos de tempo e acompanhamento. A saída da rua é um processo lento e muitas vezes doloroso, especialmente, para aqueles que já se encontram há muito tempo em condições degradadas.

Uma conseqüência de todas estas características é que os custos envolvidos são elevados, o que por sua vez, não incentiva a elaboração e a implementação de políticas muito abrangentes.

De uma maneira geral, pode-se concluir que, entre vários fatores, alguns parecem ser mais determinantes para a existência e o aumento do número de pessoas em situação de rua: Os problemas mentais, as rupturas familiares, a violência doméstica o uso de drogas, e a pobreza. Fatos que quase sempre estão presentes quando este grupo populacional é caracterizado.

## 5-REFERÊNCIAS:

ARAÚJO, C. **Projeto do Serviço de Atendimento Social de Rua**. Vitória, 2007.

Arquivos da Secretaria de Assistência Social, da Prefeitura Municipal de Vitória.

BAUMAN, Z. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

\_\_\_\_\_. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**, Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, 2004.

BRASIL, Lei nº. 8.742 de 7 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica de Assistência Social**. Brasília. 1993.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social/PNAS**. Brasília: MDS, 2004.

BRASIL. **Código de Ética do Assistente Social de 13 de Março de 1993**. Brasília: Diário Oficial da união de 11/02/94.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Resolução nº 145 de 15 de outubro de 2004.

\_\_\_\_\_. **Programa de Inclusão Social dos Moradores de Rua**. Projeto LEI do Senado nº 299 de 2004.

CASTEL, Robert. **As Armadilhas da Exclusão In: BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela. BÓGUS, Lúcia. YAZBEK, Maria Carmelita (orgs). Desigualdade e a Questão Social. São Paulo: EDUC, 2000.**

**COSTA, Ana Paula Motta. População em situação de rua: contextualização e caracterização. Porto Alegre: Revista Virtual Textos e Contextos. Nº4, ano IV, Dez. 2005.**

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e**

**Formação profissional**. O serviço social na contemporaneidade. 16. Ed. – São Paulo, Cortez, 2009. p. 21

VITÓRIA, Lei nº. 7101 de 2 de outubro de 2007. **Prefeitura Municipal de Vitória**. Espírito Santo. 2007.

\_\_\_\_\_. **Política Municipal de Atendimento à População de Rua de Vitória**. Lei nº 7.101, de

28/09/2007. [http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario\\_diamantina/2006/D06A096.pdf](http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2006/D06A096.pdf), acesso em 24/06/11;

<http://www.senaposirua.ufscar.br/anais-do-seminario-1>, acesso em 24/06/11;

## ARQUIVOS CONSULTADOS

- Arquivos da Secretaria Municipal da Assistência Social – PMV, 2010.
- Arquivos da Hospedagem Noturna.
- Diário de campo feito no Estágio I e II .

## ARTIGO 08: OS MODOS DE VIDA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: NARRATIVAS DE ANDANÇAS NAS RUAS DE VITÓRIA

Gilderlandia Silva Kunz<sup>63</sup> e Ana Lucia Coelho Heckert<sup>64</sup> e Silvia Vasconcelos Carvalho<sup>65</sup>

### Resumo

O presente trabalho visa compartilhar uma pesquisa que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo, no Brasil. Trata-se de uma pesquisa cartográfica que tem como propósito realizar um estudo sobre os modos de vida da população moradora de rua, do município de Vitória. Ficaremos atentos às estratégias e astúcias tecidas no cotidiano de suas vidas. Conforme já referido, teremos como norteador desse trabalho o método cartográfico, e nesse sentido estaremos em posição de “cocorinha”, à espreita, cuidando da investigação de forma que não seja determinada só pelo interesse do pesquisador, devendo considerar também o protagonismo do que se quer pesquisar. Iremos nos colocar no percurso dessa pesquisa, atentos aos movimentos, às imagens visíveis e não visíveis, aos segredos, aos sorrisos, às angustias, às malícias e às criações que denotam um outro modo de viver. Ouviremos suas histórias para conhecer as situações e experiências vividas pelos moradores de ruas; estudar suas estratégias e táticas de sobrevivência engendradas no cotidiano. “Atiçar” o que lá insiste/resiste como força de criação. Nesse estudo vamos dar ênfase mais aos modos de vida e menos às faltas e carências que perpassam a maioria dos trabalhos com essa temática. Portanto, não nos propomos a naturalizar os lugares prontos do morador de rua, da miséria e da pobreza, mas sim desviar o olhar para as estratégias de vida e sobrevivência criadas por essas pessoas na condição de moradores de rua através de suas próprias políticas “informais” na ocupação dos espaços da cidade.

**Palavras Chaves:** Morador de Rua, Andanças, Cartografia, Estratégias e Táticas.

---

<sup>63</sup> Gilderlandia Silva Kunz, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional-UFES.

<sup>64</sup> Dra. Ana Lúcia Coelho Heckert, Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional-UFES

<sup>65</sup> Dra. Sílvia Vasconcelos Carvalho, Professora do Departamento de Psicologia –UFF; Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional -UFES

## OBJETIVOS

### Objetivo Geral

Dar visibilidade aos modos de vida da população moradora de rua, do município de Vitória, atentos às estratégias e astúcias tecidas no cotidiano de suas vidas.

### Objetivos Específicos

- Conhecer as situações e experiências vividas pelos moradores de rua do município de Vitória;
- Estudar as estratégias de vida e sobrevivência engendradas pelos moradores de rua;
- Captar os tensionamentos experimentados no viver e nas relações com o mundo da rua.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Situamos a questão teoria-prática como condição *sine qua non* na construção de um trabalho técnico profissional. Uma teoria é antes de tudo uma prática? Sobre essa questão Deleuze (FOUCAULT 1979, p. 69) afirma que: “[...] talvez estejamos vivendo de maneira nova as relações teoria-prática.”

Às vezes se concebia a prática como uma aplicação da teoria, como uma consequência; às vezes, ao contrário, como devendo inspirar a teoria, como sendo ela própria criadora com relação a uma forma futura de teoria [...] A prática é um conjunto de revezamentos de uma teoria a outra e a teoria um revezamento de uma prática a outra. Nenhuma teoria pode se desenvolver sem encontrar uma espécie de muro e é preciso a prática para atravessar o muro (FOUCAULT, 1979, p. 69-70).

O mergulho nessa leitura, entre outras, alimentou o conhecimento que permitiu iniciarmos a caminhada para construção de um novo olhar sobre o público alvo da assistência social. Assim, aos poucos fomos compreendendo que as pessoas poderiam falar por si próprias. Prossegue Deleuze (FOUCAULT 1979, pg.70) “[...] o intelectual teórico deixou de ser um sujeito, uma consciência representante ou representativa”, isso significa que não nos cabe dar conselhos, mas talvez apenas fornecer instrumentos de análise para que as pessoas possam encontrar suas estratégias e criar seus projetos, para atingir o alvo daquilo de que necessitam.

[...] o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade. “Os próprios intelectuais fazem parte deste sistema de poder, a idéia de que eles são agentes da “consciência” e do discurso também faz parte desse sistema.” (FOUCAULT, 1979, pg. 71)

Como uma caixa de ferramentas prossegue o autor: “É preciso que (a teoria) sirva e funcione”. Ou ainda, segundo Deleuze, “[...] a teoria não expressará, não traduzirá, e nem aplicará uma prática; ela é uma prática.” (FOUCAULT 1979, p. 71).

Em um levantamento sobre pesquisas no Estado relacionadas à temática da população de rua, percebemos que é reduzido o número de produções acadêmicas sobre a população adulta moradora de rua em Vitória/ES.

A população em situação de rua não é um grupo homogêneo e sim heterogêneo e uma característica de quase todos os grupos é a baixa escolarização, o desemprego e a ausência de domicílio fixo, e assim buscam constantemente alternativas de pernoite e sobrevivência nas ruas; as mais freqüentes são os albergues.

Nessas instituições, trabalha-se com prazo restrito para a permanência, mas o que se percebe na prática são alguns indivíduos transformarem os albergues em espaços de moradia. Situação que não se define como regra, uma vez que a “[...] sistemática de funcionamento e controle faz com que muitas pessoas desabrigadas prefiram a rua, em virtude do caráter disciplinador e repressivo de alguns desses lugares” (VIEIRA, 2004, pg.80).

O pernoite nas ruas também exige estratégias, pois as pessoas ficam a mercê de diversas situações de violência, como conflitos entre os iguais, atropelamentos, ou mesmo expostos a ações truculentas por parte de alguns membros da segurança pública.

No município de Vitória, os espaços de albergamento são duas Casas Lar para pessoas com transtornos mentais, um Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, com capacidade de acolher até 100 pessoas por dia, um Albergue para o Migrante em situação de vulnerabilidade, um Abrigo para períodos de longa permanência (nesse espaço são recebidas pessoas que estejam com problemas de saúde, crônicos ou temporários), uma Hospedagem Noturna e outros projetos tais como: Abordagem de Rua, Atenção ao Catador de Materiais Recicláveis, organização de seminários, fóruns, capacitações, palestras, dentre outras ações.

Certo dia, em trabalho de abordagem, encontramos com o senhor J. R. S., 52 anos, pintor, trabalhador com carteira assinada, como disse ele, sem residência fixa. Após o fim do seu expediente no trabalho, além da “meiota” (cachaça colocada como forma de amenizar o estresse), procurava uma marquise para passar a noite com outros companheiros. Na conversa que estabelecemos, afirmou que não conseguia alugar um espaço, pois ninguém alugava imóvel para morador de rua. Acreditava que faltava vontade política do governo para dar conta de algumas questões e fez a seguinte proposição: a administração pública poderia repassar uma espécie “de auxílio moradia” por um prazo de dois meses para cada grupo de três moradores de rua, que deveriam morar juntos. O senhor J.R.S. acreditava que este período seria suficiente para que pudessem começar a se organizar novamente. Entendemos que como ele outros moradores de rua teriam diversas histórias a serem contadas, dando visibilidade aos seus modos de existir e, da mesma forma, fornecendo outras contribuições para a administração pública, tanto Estadual como Municipal, na implementação da política pública para população em situação de rua.

Dentro desse contexto ficam nossas inquietações. Como dar visibilidade aos modos de vida desses sujeitos? E quais outras contribuições podem dar a política pública de atenção à população em situação de rua?

A população moradora de rua comumente se compõe de trabalhadores desempregados e é fato que, em algum momento, mesmo de forma precarizada, estiveram no mercado de trabalho. A respeito da relação entre processos de vulnerabilidade social e a inserção no mercado formal de trabalho CASTEL (1998), apud. BRANDÃO (2002), afirma que:

O “potencial de precarização contido na diminuição do peso do contrato de trabalho por tempo indeterminado é o que nos possibilita compreender os processos que alimentam a vulnerabilidade social e

produzem, no final do percurso, o desemprego e a desfiliação.” (BRANDÃO, 2002, p. 145)

Sendo assim para CASTEL (1998) apud BRANDÃO (2002)

[...] a precarização do trabalho é um processo central, comandado pelas novas exigências tecnológicas-econômicas da evolução do capitalismo moderno. As empresas para serem competitivas tornam-se mais exigente desqualifica o trabalhador que não estão aptos a atender as novas exigências da produção, poucos possuem as qualificações necessárias ficando presos a demanda. (BRANDÃO, pg. 146)

Castel (1998), continua, na vulnerabilidade dos indivíduos no mercado de trabalho estaria dada a possibilidade para a chamada “desfiliação”, que equivaleria à condição pela “[...] ausência de inscrição do sujeito em estruturas portadoras de sentido” (BRANDÃO p.146). Segundo Castel (1998), apud (BRANDÃO, 2002, p.147), trata-se de uma “desfiliação” destes indivíduos de processos econômicos de produção e, conseqüentemente, das relações de trabalho e de uma vulnerabilidade da condição salarial. Seria a população em situação de rua fruto desse processo da precarização do trabalho, portanto também integrantes desse processo de “desfiliação”? Se forem integrantes desse processo, como criam um modo de viver fora do circuito das trocas sociais, familiar, escolar e cultural permeadas pelo mundo do trabalho formal?

Autores tais como: Gilles Deleuze, Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e, principalmente, Michel Foucault, nos remetem a pensar sobre os modos de vida daqueles que nos propomos a trazer como questão de pesquisa. Existiriam outras formas de ver e falar sobre a população de rua que não somente aquela a que nos acostumamos a repetir?

São muitas as invenções de que a classe empobrecida se utiliza no dia a dia desse sistema globalizado para viver. Estratégias e táticas são criadas buscando atender minimamente suas necessidades básicas, quais sejam: vestuário, alimentação, saúde, moradia, educação e lazer; se assim podemos resumir as necessidades básicas, pois elas ainda podem estar restritas apenas à alimentação e ao vestuário, no caso aqui dos moradores de rua.

Nessa compreensão, lançamos mão das reflexões de Reis (2010, p.5) .

[...] diversos estranhamentos sempre coabitam a experiência do viver, insistindo em dar passagem para outras possibilidades não capturadas e em afirmar a vida para além das formatações definidas *a priori*, das formatações enrijecidas pela vontade de verdade tão sedutoramente presente no contemporâneo. “Dar passagem para possibilidade outras” necessariamente vinculadas a perceber e participar da emergência e da irrupção de acontecimentos, de intensidades que fogem à estagnação e à modelização e apontem para o movimento, para as novidades (sempre fugazes/efêmeras), problematizando suas produções, inquirindo sobre seus processos de constituição e suas formas instituídas.

O pensamento de Foucault nos fez perceber que havia uma lacuna, um silêncio no circuito do povo da rua, que se encontrava entre a vida nas ruas e a chegada aos albergamentos. Algo antecedia esse momento e esse autor nos ajudou a perceber esse silêncio que buscávamos compreender.

Consideramos que, no universo dos moradores de rua, há saberes - ingênuos, particulares, descontínuos, não qualificados, diferenciais, como diz Foucault (1979, pg.170). Saberes locais, singulares, que foram deixados de lado. Portanto, ainda com base na genealogia, o foco desta pesquisa não será a de partir em busca da “origem” das condições que favoreceram o aparecimento da população de rua, mas será sim, com paciência, a de nos demorarmos nas meticulosidades e nos acasos da singularidade da história dessas pessoas, tornando visíveis os

acontecimentos, os abalos e surpresas, as vitórias e derrotas mal digeridas, os estados de fraqueza e de energia.

Nossa pretensão é desnaturalizar realidades e conceitos cristalizados acerca dos modos de vida destes sujeitos. Nosso propósito é efetuar uma escuta atenta aos modos de vida da população de rua, buscando problematizar verdades estratificadas por meio das narrativas dos moradores de rua com os quais nos propomos a dialogar.

## **METODOLOGIA**

Iniciamos nossa construção seguindo as pistas do método cartográfico, compreendendo os dizeres de PASSOS E BARROS (2009, p.17), ao afirmarem que, conhecer, fazer pesquisa e intervir são ações inseparáveis, pois toda pesquisa é intervenção. Os autores prosseguem, acentuando que a intervenção se realiza por um mergulho na experiência que agencia sujeito e objeto, teoria e prática em um mesmo plano de produção, ou de coemergência a que os autores vão designar como plano de experiência. Para eles, a cartografia, como método de pesquisa, é exatamente o traçado desse plano de experiência, que acompanha os efeitos do próprio percurso da investigação.

Cartografar é acompanhar processos (BARROS e KASTRUP, 2009) distinguindo-se, portanto, das pesquisas voltadas para a representação de objetos. As autoras afirmam, ainda: “Sempre que o cartógrafo entra em campo há processos em curso” (Id: 56) e comparam a cartografia com a pesquisa de campo, na medida em que esta, como aquela, requer habitar um território que, em princípio, é estranho ao pesquisador, pois ele não o habita. “(...) a cartografia se aproxima da pesquisa etnográfica e lança mão da observação participante. O pesquisador mantém-se no campo em contato direto com as pessoas e seu território existencial (Id: Ib)”. Habitar um território existencial é, portanto, uma das pistas do método cartográfico, conforme enfatizam Alvarez e Passos (2009, p.131). Barros e Kastrup (Id: ib) prosseguem, apontando que no processo de pesquisa participamos, em certa medida, da vida das pessoas, ao mesmo tempo modificando e sendo modificado pela experiência deste fazer pesquisa, experimentando estranhamentos.

Experimentando esse estranhamento, pesquisamos sobre os modos de vida da população em situação de rua, pois, naquele cotidiano, com seus modos de ver e gerir, produzem-se subjetividades e maneiras de viver. A população em situação de rua é um grupo heterogêneo, mas, como também nos indica a cartografia, é preciso entrar em relação com os heterogêneos que nos cercam, agir com eles, escrever com eles, pois é essa também a proposta e a aposta da cartografia. Este desafio nos impulsionou a pesquisar os modos de vida da população de rua e as políticas que tecem e atravessam suas vidas cotidianas.

### **O aprendiz cartográfico**

Pensar nas histórias contadas por moradores de rua sobre as políticas formais e informais não foi uma tarefa fácil, pois as informações sobre a questão eram pouco consistentes. Realizamos, então, um mergulho no campo de pesquisa, recortando o que era mais importante, esboçando um foco, um ponto de partida e, seguindo as pistas colocadas por Alvarez e Passos (2009,p.138). Estávamos à espreita, atentos ao fora do foco. Como um aprendiz-cartógrafo sem pré-condições, fomos, aos poucos, descobrindo um território existencial, não criando regras e também não funcionando de um modo rígido. Apenas realizamos uma escuta apurada das narrativas. Naquelas histórias, descobrimos que há um mundo do comum e também que, nas

margens da sociedade formal organizada, mesmo na informalidade são esboçadas políticas de vida que tencionam e escapam às políticas oficiais de Estado.

É importante frisar que esse diálogo com o campo que apresentaremos a seguir refere-se a uma fase inicial da pesquisa que denominamos como exploratória, importante para referendar a intenção e a necessidade desse estudo, com base em uma aposta que insiste em dar visibilidade às diversas estratégias e táticas que movimentam com vigor os modos de vida da população moradora de rua. Modos de vida que são invisibilizados e, que de alguma forma, comparecem para dizer que esses sujeitos estão vivos e produzindo novas formas de existir e ocupar o mundo.

Dialogamos com os profissionais da área em conversas individuais; outras vezes, em escutas atentas em diversas reuniões, para, em seguida, ouvir os moradores de rua. A observação de como se dão esses processos nos provoca uma intervenção no trabalho como profissional do serviço social e gestora, com a equipe técnica e com a própria rua. A partir de então, apresentamos informações inusitadas de “como está a rua”.

Portanto, não nos propomos a naturalizar os lugares prontos do morador de rua, da miséria e da pobreza, mas sim desviar o olhar para as estratégias de vida e sobrevivência criadas por essas pessoas na condição de moradores de rua, através de suas próprias políticas (informais).

## **PÚBLICO ALVO DA PESQUISA**

Como já referido esta apresentação diz respeito a uma fase inicial da pesquisa mais ampla e, para esta, não foi possível definir previamente o número quantitativo de moradores de rua com os quais estabeleceríamos contato, e nem delimitar regiões específicas da cidade que essa pesquisa iria abranger.

Mesmo considerando que hoje temos aproximadamente sessenta pessoas morando nas ruas de Vitória, segundo informação da Secretaria Municipal de Assistência Social de Vitória (SEMAS/PMV), sabemos que provavelmente não os encontraríamos sempre no mesmo lugar, pois são itinerantes e assim se comportam muito em função das circunstâncias que os obrigam a se movimentar pela cidade. Explicitamos também que essa pesquisa não tem a pretensão de estabelecer contato com todo esse universo, pois ainda em função do caráter reconhecidamente nômade da população, será o próprio processo da pesquisa que definirá o número de moradores de rua que fará parte do grupo desta pesquisa.

É importante lembrar que nem todo indivíduo que está em situação de rua ocupa os espaços da cidade como moradia. Muitos a utilizam somente durante o dia para criar suas estratégias de manutenção da vida. Assim pontuam Vieira, Bezerra e Rosa (2004, p.98): a rua é o espaço de relações pessoais, de trabalho, de obtenção de recursos de toda a sorte.

Sem trabalho regular, os “bicos” tornam-se estratégias de sobrevivência; o “desemprego” ou os “bicos” são situações presentes no cotidiano das pessoas em situação de rua. Ficar no centro da cidade num primeiro momento, parece estar ligado à garantia de oportunidades através dos “bicos”, à obtenção de alimentos distribuídos por entidades, restaurantes ou instituições religiosas. Além disso, pela oportunidade de usar imóveis públicos ou privados, contando também, no centro, com grande circulação de pessoas, o que facilita a prática de “manguear”. O que unifica essa questão ultrapassa os limites de extrema pobreza. A população em situação de rua é um grupo heterogêneo, são homens, mulheres, crianças, adolescentes, idosos, formando diferentes agrupamentos.

A característica comum entre a população adulta é o fato da ausência de moradia fixa e de trabalho regular. Podemos perceber também que, além dessa identificação, há um modo de vida



que é compartilhado por todos. Assim, o público alvo a participar de nossa pesquisa são os adultos, considerando o critério civil de maioridade, a partir dos 18 anos, de ambos os sexos, moradores de rua. Vieira, Rosa e Bezerra (2004, p. 94) apresentam três categorias que demonstram a relação que essas pessoas têm com a rua, quais sejam:

**Ficar na rua – circunstancialmente**, reflete um estado de precariedade de quem, além de estar sem recursos para pagar pensão, não consegue vaga em um albergue buscando assim a rede dos serviços da política pública (...) Geralmente as pessoas que se encontram nessa situação sentem-se desvalorizadas e demonstram medo de dormir na rua (...) Rejeitam violentamente a identificação com o morador de rua, procurando distanciar-se dele.

**Estar na rua – recentemente**, expressa a situação daqueles que, desalentados, adotam a rua como local de pernoite e já não a consideram tão ameaçadora. Começam a estabelecer relações com pessoas da rua e conhecer novas alternativas de sobrevivência (...) Tentam se diferenciar dos moradores de rua apresentando-se como trabalhadores desempregados.

**Ser da rua – permanentemente**, nessa situação o contexto da rua ganha cada vez mais importância (...) O cotidiano passa a ser pautado por referenciais como as *bocas de rangos*, instituições assistenciais, determinados lugares da cidade onde se reúnem as pessoas na mesma situação. A rua torna-se espaço de moradia de forma praticamente definitiva, ainda que ocasionalmente possa haver alternância com outros lugares de alojamento.

Vieira, Bezerra e Rosa (2004, p.95), apresentam um quadro que permite visualizar a relação que essas pessoas têm com a rua:

ESQUEMA DAS SITUAÇÕES DE PERMANÊNCIA NA RUA

RELAÇÃO	FICAR NA RUA	ESTAR NA RUA	SER DA RUA
Moradia	Pensões, albergues, Alojamentos (eventualmente)	Rua, albergues, Pensões (alternadamente)	Rua, mocós (eventualmente albergues, pensões)
Trabalho	Construção civil, Empresas de conservação e vigilância	Bicos na construção civil, ajudante geral, encartador de jornal, catador de papel.	Bicos, especialmente de catador de papel, guardador de carros, encartador de jornal.
Grupo de referência	Companheiros de trabalho, parentes.	Companheiros de rua e de trabalho.	grupos de rua.

## Modos de Condução do Processo de Pesquisa

Dentre as categorias apresentadas por Vieira, Bezerra e Rosa (2004, p.94), iniciamos a pesquisa com conversações com os moradores de rua que estiverem na situação de **Ser da Rua - permanentemente**, partindo de um roteiro aberto de questões relacionadas aos objetivos da pesquisa. Nesta conversação, incluímos as falas dos moradores de rua e, em princípio, também estivemos atentos às suas movimentações e às formas de ocupação dos espaços da cidade.

Nosso intuito foi o de fazer uso do processo acima descrito como narrativas, no sentido formulado por Walter Benjamin (1994). Dessa forma, não nos preocupou apurar a veracidade dos fatos e sim realçar as experiências que são compartilhadas no mundo das ruas.

## RESULTADOS PARCIAIS DA ETAPA EXPLORATÓRIA

### Políticas de vida nas ruas de Vitória

Na Prefeitura de Vitória/ES, há um serviço municipal de atendimento ao público através do telefone 156 - o disque Vitória 156 -, em que comerciantes, munícipes e turistas devem creditar suas demandas e insatisfações com a cidade. Assim sendo, bate o recorde as “denúncias do 156” ao que diz respeito ao comportamento e à presença da população moradora de rua nos logradouros públicos. Para a sociedade local, o povo da rua é formado por “pessoas “perigosas” e que, portanto, representam “risco”. Queixam-se, sobretudo, dos modos de viver desse público, resumindo em comportamento caracterizado como “anti-social”, que foge à normatização instituída, isso pelo fato dessas pessoas andarem sujas, maltrapilhas, dormirem em praças, calçadas ou jardins, cozinham, fazem necessidades fisiológicas, sexo ou uso de drogas publicamente. Há um forte sentimento nas comunidades, quase generalizado, de rejeição e medo sob essa parcela da população fortemente cristalizado. É comum o morador de rua ser tratado como se não fosse humano.

As manifestações de repúdio comparecem nas diversas falas muitas vezes pronunciadas em reuniões, e-mail ou pelo telefone 156, ditas da seguinte forma: “Prenda-os”, “tirem eles daqui”, “os coloquem em albergues até que se recuperem”, “envie para outro lugar”, “tirem da minha rua”, “nós não os queremos na cidade”. São com essas palavras, muitas vezes enfurecidas, que a sociedade, sem qualquer outra análise, os culpabilizam pela condição de extrema pobreza em que se encontram.

Observamos uma possível “tecnologia” do medo sendo fomentada no imaginário popular, ao colocar o sujeito que vive nas ruas como alguém que representa risco e perigo. Assustados em relação a um perigo iminente e imaginário, os munícipes ora solicitam proteção ao “poder público” em relação a esses sujeitos ou grupos, ora “controle”, ou ainda demandam que os mesmos sejam “recolhidos” das áreas nobres da cidade para albergamentos, mesmo contra a sua vontade.

Constatamos que a população em situação de rua parece agora ter certa “interação” com o mundo do crime. Observamos que um público cada vez mais jovem, usuário de *crack*, chega às ruas cotidianamente. Esse grupo faz sexo em locais públicos em plena luz do dia, realiza necessidades fisiológicas nas ruas, cozinha em fogões improvisados ou procura as chamadas “bocas de rango” para se alimentar (restaurantes populares ou espaços institucionais que servem sopas).

Os moradores de rua com os quais conversamos expressam aversão aos espaços de abrigamentos, pois dizem que nos abrigos são tratados como crianças: “tudo tem que ter hora”, “não tem um cantinho só pra mim”, “é uma bagunça, todo mundo junto”. Sentem-se controlados

e disciplinados por regras às quais não estão acostumados e que se confrontam com os modos de vida que tecem nas ruas, pois eles construíram uma política própria de moradia.

Observamos que o povo morador de rua tem muita clareza de que, se há espaços vazios, desocupados, ociosos, abandonados, sejam eles públicos ou privados, apossar-se deles, não é invasão e sim ocupação. Portanto, no seu entendimento, uma vez abandonados, torna-se legítimo fazer uso de tais lugares, aí incluídos os banheiros públicos, as marquises, os terrenos baldios, os vãos embaixo de pontes e as praças. Dormem em grupos e, para saber se existem imóveis abandonados na cidade, precisam eventualmente, mapeá-la, pois eles bem sabem que não ficarão por muito tempo no mesmo lugar, pois a pressão cotidiana das políticas públicas e dos municípios os obriga a circular pelos territórios.

Seria essa uma política que podemos nomear como ‘informal’, diferente da política oficial governamental de moradia, que eles vão criando, que os fazem circular pela cidade e que os transformam em andarilhos?

A mulher em situação de rua tem mais facilidades para sobreviver, pois é considerada “mercadoria ambulante” e, tão logo chegue na rua tem que procurar um companheiro, caso contrário, será de todos. Com um companheiro será “protegida”, garantirá amigos e poderá compartilhar os ganhos da rua, mas deverá se submeter a qualquer tipo de situação definida pelo parceiro.

Para sobreviver nas ruas é necessário viver em grupo, ou ter passagem por vários grupos, que é o que pode garantir sua sobrevivência. Também, quando é possível, consideram necessário estabelecer boas relações com alguns comerciantes e moradores da cidade que podem lhe garantir alguma comida, dinheiro ou mesmo algum tipo de “biscate”.

Um bom exemplo desse tipo de funcionamento é o comportamento de alguns cidadãos (comerciantes ou moradores das comunidades) que, movidos talvez por sentimentos altruístas ou religiosos, agem de forma diferenciada, contribuindo muitas vezes para a permanência do morador de rua em determinados locais, “adotam” moradores de rua, fornecendo-lhes, nos locais em que se encontram, alimentos, colchões, lençóis, utensílios domésticos, dinheiro, remédios, roupas, cachaça, etc. Certo dia presenciamos uma cidadã residente que, além de colchões e lençóis, colocou em sua janela uma TV para o pequeno grupo popular de rua ali alojado.

Consideramos importante trazer o que foi dito por um morador de rua ligado ao MNPR. Segundo ele:

“Na rua há muita violência, insegurança e agressão. O Movimento Nacional é contra a violência, a nossa ação é de conscientização das políticas públicas sobre essa questão. Para se criar serviços de atenção à população de rua é preciso que os mesmos participem, pois não se constrói regras e políticas públicas de cima para baixo. Cada um tem um projeto, uma forma de sair da rua, também não é possível sair dos albergues sem uma moradia definitiva, então é preciso proposta para isso. [...] Nós não somos casos de polícia, somos a omissão do Estado nas políticas públicas.[...] Tenho sangue, trajetória e marca da rua, a rua está interiorizada em mim. Jamais eu saio da rua.”

Queremos sublinhar que estas observações não devem se revestir de um caráter conclusivo em função de se referirem a dados iniciais de nossa pesquisa mais ampla, mas as nossas idas às ruas apontaram que pouco ou “nada” sabíamos sobre os modos de vida da população de rua, apesar de trabalharmos há muitos anos com esta população. Os diálogos informais nos revelaram um cotidiano inusitado: como se organizam para sobreviver, como driblam o sistema de segurança que, ao contrário de protegê-los, muitas vezes age com ações truculentas sobre os mesmos, como dormem e como se dão as relações com o mundo das drogas, com os municípios, sobre as

camaradagens. Enfim, os diálogos com os populares em situação de rua nos dão mostras que de fato há um universo para ser descortinado e nos impulsionam para a continuidade deste trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, J. PASSOS, E. Cartografar é Habitar um Território Existencial. In: PASSOS, E, KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. Orgs. **Pistas do Método Cartográfico: Pesquisa-intervenção e Produção de Subjetividade**. Porto Alegre: Sulina: 2009, p. 131-149

BARROS, L.; KASTRUP, V. Cartografar é Acompanhar Processos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. Orgs. **Pistas do Método da Cartografia: Pesquisa – intervenção e Produção de Subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009, p.52-75

BENJAMIN, W. **Magia e Técnica, arte e política: ensaio sobre literatura e história da cultura**. Obras Escolhidas; v.1. São Paulo: Brasiliense, 1994

BRANDÃO, A. A. **Conceitos e coisas: Robert Castel, a “desfiliação” e a pobreza urbana no Brasil**. Disponível em:

<<http://www.revista2.uepg.br/index./article/Article/34>>>. Acesso em 23/fev/2009

FOUCAULT, M. Os Intelectuais e o Poder. Conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 69 - 78

PASSOS, E.; BARROS,R.B.A Cartografia Como Método de Pesquisa – Intervenção.In: PASSOS, E, KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. Orgs. **Pistas do Método da Cartografia: Pesquisa-intervenção e Produção de Subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009, p.17-31.

REIS, C. T. dos. **Velhice como Intervenção nos Modos de Vida**. 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional)- Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo

VIEIRA, M. A. BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M.. Orgs. **População de Rua – quem é, como vive, como é vista**. São Paulo, Hucitec, 2004.

1) Gilderlandia Silva Kunz, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional-UFES. E-mail: [gilkunz@hotmail.com](mailto:gilkunz@hotmail.com), Tel. (27) 33826160 link – lattes.cnpq.br

2) Dra. Ana Lúcia Coelho Heckert, Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional-UFES. E-mail: [anaheckert@uol.com.br](mailto:anaheckert@uol.com.br), Tel.(27) 33357643 link- lattes.cnpq.br

3) Dra. Silvia Vasconcelos Carvalho, Professora do Departamento de Psicologia –UFF; Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional-UFES. E-mail: [silviacj@superig.com.br](mailto:silviacj@superig.com.br), Tel. (27) 33357643 link- lattes.cnpq.br

## ARTIGO 09: PRÁTICAS DA DISCIPLINA TERAPIA OCUPACIONAL SOCIAL NO CREAS POP- VITÓRIA: DIÁLOGOS ENTRE A PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA, O SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA E A TERAPIA OCUPACIONAL

Maria Daniela Corrêa de Macedo<sup>66</sup>

Julia Villela Peixoto da Costa<sup>67</sup>

Adrienny Serri Monfardini, Amabile Teresa de Lima Neves

Camila Mendes, Estefani Poloni Sabadine

Evelin Penha da Silva Steill, Juliana Miranda da Silva

Maria Angélica Damazio Doellinger Amaral

Ravena Lovatti Miranda<sup>68</sup>

### RESUMO:

O presente trabalho relata a experiência de estudantes de graduação de Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Espírito Santo nas práticas da disciplina Terapia Ocupacional Social no serviço de assistência à pessoa em situação de rua, CREAS Pop. O objetivo inicial das práticas foi possibilitar aos alunos de Terapia Ocupacional aproximação com jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social, o entendimento dos diferentes contextos sociais e pensar a prática em Terapia Ocupacional nesses diversos espaços, além de compreender a assistência como espaço multidisciplinar de intervenção e a necessária integração do trabalho em rede como outros serviços. Como metodologia foram realizadas visitas participantes, nas quais os estudantes conviviam com a população atendida, com a rotina do serviço, além de oferecer também espaços de encontros, como as oficinas expressivas, realização de acompanhamentos individuais para entendimento das histórias e projetos de vida e entrega de relatórios com reflexões sobre o processo de prática. O espaço de convivência entre os estudantes, a população atendida e o serviço (incluindo estrutura, técnicos e metodologias) possibilitaram reflexões e ressignificações das ações no campo social e do contexto de rua. Diante da realidade observada e com estudo teórico pertinente, os estudantes puderam elencar pontos nos quais poderiam auxiliar na melhoria da prestação de serviço às pessoas em situação de rua, afim de que tanto a população atendida quanto os profissionais pudessem ter maior resolutividade no enfrentamento à complexidade de problemáticas e esferas envolvidas na assistência à situação de rua. Concluímos, portanto, que na relação de alteridade é preciso estar aberto, oferecer a escuta, procurar um diálogo compreendendo as singularidades e criar estratégias para re/construção de projetos de vida. Todavia, é necessário mais do que acolher e dar essa escuta, buscar, constantemente, retomar as potencialidades do sujeito, que segundo Castel (1991), sujeito este, que se encontra vulnerável, com fragilização de suas redes e muitas vezes em processo de desfiliação. E mais do que termos o olhar crítico, devemos também atuar de forma crítica. Portanto, ação e não intenção quando nos dirigimos à assistência à pessoa em situação de rua.

**Palavras-Chave:** Terapia Ocupacional, População em Situação de Rua, Rede de Assistência e CREAS Pop

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho relata a experiência de estudantes de graduação de Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Espírito Santo nas práticas da disciplina Terapia Ocupacional Social no serviço de assistência à pessoa em situação de rua de Vitória/ES, CREAS Pop. O objetivo

---

<sup>66</sup> Graduada em Terapia Ocupacional pela Universidade Federal de São Carlos/ UFSCar, Mestre em Ciências pela Universidade de São Paulo/USP e Professora Assistente do curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Espírito Santo/UFES. Email: [mariadaniela@ccs.ufes.br](mailto:mariadaniela@ccs.ufes.br), tel: (27) 3335-7547, Currículo [lattes: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4232903U7](http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4232903U7)

<sup>67</sup> Graduada em Terapia Ocupacional pela FAESA e Professora Substituta do curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Espírito Santo/UFES.

<sup>68</sup> Graduandos 5º período do curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Espírito Santo/UFES.

deste trabalho é descrever os relatos das práticas junto à população que frequenta o serviço através de estudos de casos, além das reflexões acerca das histórias de vida dos usuários bem como compreensões sobre a prática da Terapia Ocupacional e a relação com os serviços assistenciais.

A partir do decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, define-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. As relações de rua perpassam do isolamento à sociabilidade. São situações contraditórias, mas que estão presentes no dia a dia da população de rua. Enquanto que por um lado, seus vínculos sociais foram quebrados, por outro, mesmo que superficial, é rápido o estabelecimento de amizades entre esses grupos.

Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome é na média complexidade que estão situados os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) que possuem algumas divisões e áreas temáticas das quais a de interesse no presente trabalho é o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Trata-se de um serviço ofertado a pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida. O serviço pretende oferecer ações que se estendem desde o acolhimento imediato e escuta da pessoa em situação de rua, encaminhamento ao mercado de trabalho e encaminhamentos a outros serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas que possuem potencial para colaborar na construção da autonomia e da inserção social, devendo ainda promover o acesso a espaços para a guarda de pertences, de higiene pessoal, de alimentação e provisão de documentação civil além de servir de endereço institucional para utilização, como referência, do usuário (BRASIL, 2009).

O serviço é porta aberta e o acesso pode ser por demanda espontânea ou encaminhamento do Serviço Especializado em Abordagem Social.

Outra importante atribuição do CREAS é referente à alimentação do sistema de registro dos dados de pessoas em situação de rua, permitindo, portanto, a localização da pessoa pela família, servindo também à avaliação do trabalho no setor social.

Realizada essa breve apresentação dos CREAS em sua concepção pela governabilidade, parte-se para uma apresentação e análise da experiência no CREAS Pop do município de Vitória. O serviço funciona no bairro Mário Cypreste de segunda a sexta-feira, das 7 às 18 horas, possuindo capacidade para oferecer atendimento diário máximo há 100 pessoas. Nele são atendidos homens e mulheres que por razões variadas, mas principalmente pelo uso de substâncias psicoativas, encontram-se em processo de desfiliação.

A equipe técnica é composta por psicólogos e assistentes sociais, e seus respectivos estagiários, educadores sociais além de oficinairos voluntários. As ações desenvolvidas são de caráter psicossocial abrangendo desde o acolhimento imediato da pessoa em situação de rua, suprimento de algumas necessidades básicas tais como alimentação e higiene pessoal, para a qual recebem um kit de produtos, o encaminhamento ao mercado de trabalho, recentemente a retomada do ensino por meio do EJA, oficinas e atividades recreativas desenvolvidas por oficinairos voluntários, serviço de corte de cabelo e barba, resultante da parceria com uma ONG, e em alguns casos até a assistência psicológica com os devidos encaminhamentos. Essas ações são desenvolvidas em uma estrutura física ampla, porém mal aproveitada não possuindo padrão arquitetônico que contemple a acessibilidade dos usuários, sendo composta por salas,

que são usadas para as oficinas e para as aulas do EJA, além de um amplo pátio externo onde são desenvolvidas as atividades recreativas, área externa ao fundo, e uma pequena área com tanques destinada à lavagem das roupas. O mobiliário existente fica restrito às áreas técnicas e às salas de atividades, não existindo móveis que comportem os usuários sentados nas áreas externas.

A experiência permite constatar que o CREAS Pop – Vitória possui uma identidade própria, pois realiza algumas ações conforme determinação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais embora ainda não realiza outras em alguns aspectos.

O campo social segundo Lopes et al (2001), implica numa leitura da realidade e na problemática expressa pelo indivíduo que só se alcança através de recorte metodológico específico.

Para Lopes et al (2001), “A terapia ocupacional é um campo de conhecimento e de intervenção em saúde, em educação e na ação social, que reúne tecnologias orientadas para a emancipação e a autonomia de pessoas” e para o autor discutir Terapia Ocupacional no campo Social é identificar características, problemas e necessidades concretas da população com a qual se trabalha e o papel social que as atividades podem propiciar, como instrumento de emancipação e de reconstituição de histórias e contextos.

Nesse sentido, Galheigo (2005), diz que com base na leitura do cotidiano e seus contextos e da história ocupacional dos envolvidos é que o terapeuta ocupacional deverá encaminhar sua ação. Dessa forma poderá auxiliar o sujeito, o grupo e a coletividade a compreender suas próprias necessidades e definir suas estratégias de lidar com os conflitos cotidianos, a ressignificar seu fazer e pensar sua ação no mundo, respeitando-se os diferentes momentos e possibilidades dos envolvidos. Será por meio da ação grupal e coletiva que poderá se dar a manifestação das solidariedades e o fortalecimento da trama social.

Portanto, em relação ao campo social e a atuação da terapia ocupacional é importante destacar que ambos estão em transição. Os movimentos de desconstrução se alternam com os de construção. As metodologias de ação carecem, por vezes, de fundamentação e, por outras, de crítica. A complexidade dos problemas, a variedade dos locais de intervenção e de suas realidades, demandam o aprofundamento das proposições e o desenvolvimento de estudos focais. É nesse cenário que se coloca a necessidade de pensar as especificidades dos abrigos, albergues e residências, das cooperativas de trabalho e auto-ajuda, das ações territoriais, dos programas comunitários; e para moradores de rua, dos programas especiais para violência doméstica e social, e das medidas socioeducativas e de reabilitação social (GALHEIGO, 2005).

Como pressuposto teórico, nos apoiamos nos conceitos que Castel:

utiliza na discussão da estrutura e da inserção social são referências teóricas fundamentais para se compreender a realidade da população em situação de rua. Assim, a inserção deve ser analisada em dois eixos: o da relação de trabalho, com uma gama de posições do emprego estável à ausência completa de trabalho; e o da inserção relacional, também com um leque de posições entre a inscrição nas redes sólidas de sociabilidade e o isolamento social total. Esses dois eixos circunscrevem zonas diferentes do espaço social: *zona de integração* – onde se dispõe de garantias de um trabalho permanente e se mobiliza suportes relacionais sólidos; *zona de desfiliação* – nesse espaço se conjugam ausência de trabalho e isolamento social, implicando uma dupla ruptura das redes de sociabilidade e participação; *zona de vulnerabilidade* – que associa precariedade do trabalho e fragilidade relacional (1994, 1997 apud LOPES, R. E. et al, 2005).

Outro pressuposto utilizado é a possibilidade de reconexões e ressignificações de vidas através da estruturação das redes sociais de suporte que segundo Elias (1994), a rede está em constante

movimento, sendo um tecer e destecer ininterrupto de ligações, onde efetivamente cresce o indivíduo, partindo de uma rede de pessoas que existiam antes dele para uma rede que ele ajuda a formar. (p.35)

Como metodologia utilizamos visitas participantes e este trabalho foi desenvolvido a partir de práticas da disciplina com alunos do quarto período, no período de abril a junho de 2011. Os encontros foram realizados no Centro de Referência Especializado de Assistência Social para a População em Situação de Rua (CREAS Pop) no município de Vitória.

Foram realizadas visitas semanais, com duração de três horas, onde as primeiras visitas tiveram o objetivo de observação do ambiente institucional e aproximação com os usuários. A partir do terceiro encontro e do conhecimento de algumas histórias de vida iniciou-se ações com o suporte teórico da Terapia Ocupacional Social. As atividades realizadas foram elaboradas a partir do desejo dos usuários e tinham a intenção de possibilitar o vínculo entre os discentes e os usuários do serviço, se constituindo como momentos de escuta, e resgate das singularidades das pessoas em situação de rua. Não houve estabelecimento de critérios em relação à vinculação, de modo que os alunos tinham autonomia para circular entre os usuários, convidando-os a participar das atividades bem como estabelecendo conversas, onde ouviam suas histórias de vida.

A descrição dessas práticas tem como base os relatórios desse processo com os relatos de história oral de vida dos usuários do CREAS Pop e a partir destas, reflexões com embasamento teórico sobre o campo social, as políticas assistenciais e as populações em situação de vulnerabilidade, de ruptura das redes sociais de suporte e em processo de desfiliação.

### **HISTÓRIAS DE VIDA: (RE) CONHECENDO AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA**

No que se refere aos moradores de rua, apesar de formarem, ao entendimento do senso comum, um único grupo – o grupo dos moradores de rua -, equipará-los e resumí-los a isto seria ignorar por completo os sujeitos por de trás do rótulo. Castel (1991, p. 21) descreve esta categorização como instrumento de caracterização e conhecimento da clientela, sem deixar, entretanto, de alertar para o risco da produção fragmentada de informações, e conseqüentemente de práticas tanto quanto iguais. Não obstante, Snow e Anderson (1998, p. 291), apresentam em seu trabalho uma subdivisão neste grupo de acordo com as relações que estabelecem, tendo em vista que a variação se dá em função do período de tempo, quantidade de vínculos, intensidade e grau de ligação, locus de adaptação e atividades desenvolvidas (trabalho, serviços freqüentados, entre outros). Nesse contexto “[...] se a categorização e a enumeração das clientelas são necessárias, estas operações não são suficientes para compreender, e menos ainda dominar, os processos que as constituem em sua dependência” (CASTEL, 1991, p.22).

Foi justamente a partir do acompanhamento do primeiro dia de aula do EJA – Educação de Jovens e Adultos -, que conseguimos melhor conhecer e nos aproximar dos usuários do CREAS POP, percebendo que cada qual tem uma história, expectativas, e mesmo que suas vidas girem em torno da droga, há uma vida, um estilo de vida para além disso. Há características que tornam particulares cada caso, refletindo que a abordagem terapêutica, a escuta, o acolhimento qualificados devem levar em consideração a subjetividade, e mais que isso, a singularidade (GALVANI et al. 2006), que por vezes fica perdida em meio às instituições, em meio aos olhares que enxergam e rotulam o grupo como um todo onde cada parte se perde – sua pessoalidade, cidadania e personalidade.

A princípio, os docentes do EJA apresentaram-se e pediram que todos fizessem o mesmo, falando sobre o local de origem, quanto tempo está na rua, seu nome, e em qual série parou de estudar. Com isso, foi possível perceber que nem todos são do Espírito Santo, em função, por



exemplo, do alto grau de instabilidade demográfica (SNOW; ANDERSON, 1998, p.286) que se dá por inúmeros motivos, e que ao mesmo tempo, constitui-se como uma barreira a construção de relacionamentos duradouros, desde amizades até relações amorosas. Sobre estas, é preciso ter em vista que os arranjos/rearranjos relacionais desta população não podem ser compreendidos a partir de modelos padronizados em nossa sociedade – os conceitos de família associado a estruturação e desestruturação, fidelidade, amizade. Logo, são regidos por outros princípios, por valores de contra-cultura, sendo um deles “o que vai volta”, desse modo, se oferecem proteção a um companheiro, este deve devolver em algum momento esta proteção (1998, p.297-303).

A seguir, estão caracterizadas três histórias<sup>69</sup>, que ilustram de forma clara a teoria apresentada.

### **BD**

Luís, mais conhecido por seu apelido: BD, mostrou-se disponível ao diálogo. Uma das alunas, sem rodeios, perguntou-lhe como tinha se tornado morador de rua, tendo ele relatado que aos 11 anos seu pai tentou matá-lo e que a partir desse ocorrido fugiu de casa, passando desde então a viver nas ruas. Já se deslocou por várias regiões – municípios e estados -, afirmando que seu estado natal é Minas Gerais. Já cometeu alguns assassinatos, bem como foi preso e ameaçado de morte. Por conta desses e de outros problemas precisou sair da cidade onde morava (Minas), passando por vários lugares até chegar ao Espírito Santo. Ressaltou que sua família era muito rica e tinha muitas posses, ainda mantendo contato com a mãe indo a Minas visitá-la quando possível (o serviço assistencial o auxilia nisto). BD também afirmou já ter sido um dos maiores líderes do tráfico local (em Minas), e que isto lhe conferiu inimigos, os quais tentaram atentar contra sua vida, deixando-o baleado, fato este que o levou a internações. Sobre suas internações, relatou que também já ficou à beira da morte outras vezes, sendo uma delas, por conta de ter utilizado crack por dias consecutivos (vinte dias), ficando em coma, sendo levado inconsciente ao hospital, e lá permanecendo neste estado por alguns meses.

Decompor as causas que levaram tais pessoas a chegar à condição de rua é essencial. Buscar no histórico situações de violência, agressão, carência, abuso que desencadearam um processo – BD, a exemplo, fugiu de casa ainda quando criança por conta de um pai violento (talvez alcoólatra), que ameaçava matá-lo, agredindo inclusive à sua mãe e irmãos. É a partir de questões como esta que é possível entender como se deu a vulnerabilidade a ponto de atingir a desfiliação. Nessa perspectiva, Pellegrino (1884, p.1-2) alerta-nos para a seguinte questão “um sintoma é sempre consequência – e não causa [...]”. Dessa forma, em se tratando da criminalidade, da pobreza, uso de drogas, prostituição, assalto, estupro, são denúncias de uma estrutura social tal perversa quanto os próprios fenômenos que produz, podendo por isso, serem consideradas formas nefandas de protesto social.

Ademais, BD falou de sua paixão por artesanato, e afirmou-se artesão. Contou ainda sobre os filhos e sobre a namorada/esposa, e da importância desta em sua vida, tanto afetivamente quanto no sentido de fazê-lo crescer como pessoa, de incentivá-lo a frequentar o CREAS Pop. Sobre esta companheira, BD disse que a conheceu em um estado crítico de saúde (com uma ferida no pé, sem cuidados, muito inflamada, provocando-lhe reações febris), levando-a para seu “barraco” e cuidando da mesma até que melhorasse. Os dois foram se apaixonando, tornando-se companheiros, tendo filhos atualmente. A surpresa foi saber que ele havia engravidado outra moça a pouco tempo (segundo o mesmo, em um momento em que estava brigado com a companheira fixa), e que ela esperava gêmeos; contudo, esta outra moça, também moradora de rua, “sumiu no mundo”.

Expôs que à tarde costuma fazer uns bicos, está fazendo aulas de música e canto em Vila Velha (relatou que já fez parte de banda, e sabe tocar vários instrumentos). Ainda afirmou-se como

---

<sup>69</sup> Nomes fictícios usados no texto, salvaguardando os aspectos éticos dos colaboradores das práticas.

muito disciplinado, e por isso consegue permanecer no albergue por longos períodos – há três meses que está lá, sendo que, para continuar deve manter um comportamento disciplinado, chegando no horário determinado e limpando corretamente seu quarto.

### ***Campistinha***

O segundo morador que contou brevemente a sua história foi Campistinha, vindo do Rio de Janeiro. Descreveu-nos que não participaria das aulas do EJA por já ter completado o Ensino Médio, tendo se envolvido com drogas ainda quando estudava, perdendo interesse pelo estudo. Assim, foi conhecendo outras drogas, quebrando relações com a família, emprego, até chegar à rua. Nestas descrições identifica-se o processo de fragilização das redes sociais (família, trabalho, escola, etc.) por conta do vício (o que caracteriza a atual população de rua), que levou a um rompimento de vínculos, conseqüentemente à desfiliação (CASTEL, 1991).

Quanto à família, disse que mantém contato por telefone com a mãe e irmã, mas que não as visita (moram em Colatina). Logo, nota-se que o rompimento dos vínculos não se dá de forma definitiva, ou seja, a desfiliação não é total, por mais fracos e superficiais que sejam, há vínculos – entre eles mesmos, companheiros, filhos, alguns tem casa, família. Esta particularidade está descrita no livro *Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua*, no capítulo *Laços Tênuos* (SNOW; ANDERSON, 1998). Segundo os autores, essas relações com uma *função compensatória*, na qual as relações rompidas (com a família, trabalho, escola, amigos) são compensadas por amizades com outros moradores de rua (convívio fácil e o rápido estabelecimento de amizades). Ainda nestas falas iniciais, constatamos contradições em seus relatos: como pode ter completado o Ensino Médio, se começou a usar drogas ainda quando estudava, perdendo o interesse pelo estudo por conta disto, além de falar que sua mãe e irmã moram em Colatina, afirmando o mesmo ter suas origens no Rio de Janeiro? São informações contraditórias, e assim como descrevem Snow e Anderson (1998, p.290) “o ceticismo que permeia as conversas e relações de rua é compreensível, considerando quanto dos moradores de rua fazem afirmações exageradas de identidade e contam histórias chocantes”.

Esta questão também fica bem ilustrada com estas outras afirmações que Campistinha fez a alguns alunos: disse ser muito inteligente e que perdeu o interesse em estudar, ainda adolescente, por já saber tudo que era dado, sendo que era tão inteligente que quando estava na primeira série atrapalhava a classe (por ser adiantado), foi passado para a segunda e desta para a terceira, tudo por já saber mais que os outros. Segundo o rapaz, já fez cursos de informática, gosta de fazer trilha, já quebrou até o braço, gosta de esportes – handebol, vôlei, diz que se não fosse o braço quebrado, teria jogado pela seleção estadual de vôlei.

Afirmou que tem o desejo de sair desta vida (das ruas e das drogas), todavia, o vício é o maior complicador, pois não consegue deixá-lo, já tentou, mas não conseguiu. Ele mesmo reconheceu que se não fossem às drogas, sua vida seria bem diferente, já chegou a se internar por conta própria. Atualmente faz bicos, ajuda a descarregar a carga de caminhões, e outros. Referiu que tem vontade de prestar vestibular. Vive na rua há seis anos, mas sua aparência ainda está preservada.

### ***Mara***

Neste relato trata-se das percepções de duas alunas de Terapia Ocupacional, acerca de uma mesma usuária do CREAS POP, na qual as conversas ocorreram em momentos distintos. Mara é uma jovem de 19 anos que habita na região do antigo terminal aquaviário. Carrega no corpo as marcas da vida na rua. Mara, relata à acadêmica Ana que aos 11 anos de idade seus pais e um irmão que tinham envolvimento com o tráfico de drogas na região do Morro do Romão, foram assassinados dentro da casa onde residiam, restando apenas ela e um irmão, não havendo, pois, quem lhes dispensasse os cuidados, fazendo com que ambos abandonassem a escola, quando Mara passou a viver nas ruas. Em um segundo momento, Mara relatou à acadêmica Bruna se

chamar Sueli, reafirmando dados da conversa com a acadêmica Ana, contudo omitiu a existência de seu irmão e ainda disse que presenciou todo o homicídio escondida embaixo de sua cama. Em função dessa perda Mara passou a viver com a avó, relatando ainda ter estudado até a 8ª série ginásial. Recentemente vive uma relação afetiva instável com Mário, que também vive nas ruas, sendo, portanto, usuário do serviço CREAS Pop, com quem Mara em março deste ano teve um filho – o André Marcos - que morreu dias depois na PróMatre, em Vitória, em virtude de ter nascido pós termo, fato este comprovado com apresentação de documentos que carrega consigo para todos os lugares; sendo uma característica muito marcante em Mara, a enorme necessidade em comprovar, quer seja por meio de documentos ou testemunhos de outras pessoas aquilo que relata.

Outro fato observado são as marcas de agressões físicas sofridas pelo seu ex-companheiro, as quais ela faz questão de mostrar e explicar minimamente os motivos, como se para tais agressões houvesse sempre uma justificativa. Parece que a usuária não permite que sua história seja questionada ou desfeita, formando assim uma reconstrução de mundo. Sobre este aspecto, foi refletido anteriormente na história de Campistinha, pontuando esta característica como prevalente nesta população, bem como os processos de vulnerabilidade e desfiliação pelos quais estas pessoas passam. O resultado de Mara estar na situação de rua é a falta de oportunidade vivenciada por muitos jovens em situação de vulnerabilidade. Destarte, a primeira rede social de um indivíduo; a família, que no caso de Mara foi o primeiro pilar a ser quebrado em seu processo de desfiliação. Portanto, esta se encontra em situação de desfiliação, em decorrência desse passado de vulnerabilidade vivenciado por ela.

## **DISCUSSÃO SOBRE A PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA, O SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA E A TERAPIA OCUPACIONAL**

Quando as práticas no CREAS Pop chegaram ao fim havia um misto de sensações, emoções e percepções:

*“A principio, a expectativa de conviver, mesmo que por um curto período, com uma população estigmatizada socialmente foi bem angustiante, afinal também faço parte dessa sociedade excludente e segregadora, que mantém distância de tudo que se volta/revolta contra o sistema já formado. Impossível não chegar com os pré-conceitos definidos e entender aquela situação como corriqueira. Pra mim, foi complicado conviver com o morador em situação de rua, mais pela sua situação propriamente dita do que pela drogadição. Mas nada como a convivência e o passar do tempo. Esses estigmas pouco a pouco foram se rompendo e o olhar se diferenciando, no sentido de compreender aquele indivíduo, não mais como um marginal/drogado, mas como um ser humanamente igual a mim, com as mesmas necessidades e vontades.” (Aluna A)*

*“A curiosidade está cada vez maior, não mais devido ao desconhecimento, mas sim por causa da necessidade de entender e compreender melhor o contexto, bem como a realidade, em que a população em situação de rua se encontra. Contexto e realidade em que poderei futuramente atuar. Em relação à tristeza, não posso negar que certas falas ainda me entristecem, contudo, isso me leva a refletir e a buscar novos meios de apoiar e colaborar com sujeito em situação de rua. A tristeza tornou-se, pois, não empecilho, mas fomento para eu ir atrás do aparato que viabilize as mudanças, dessa forma, passei a vê-la como combustível. Quanto à esperança, mesmo tendo visto situações difíceis como rompimento de relações, precariedade de serviços, de profissionais, de programas novos e renovados, ela continua a existir. Por quê? Porque ao mesmo tempo em que há os problemas, coexiste a possibilidade de superá-los, no entanto é preciso entender a superação como um processo complexo e em construção, que envolve não só os moradores em situação de rua, mas também os profissionais, a rede comunitária, as lideranças, os governantes, a rede de serviços – a sociedade como um todo.” (Aluna B)*

*“Esse lugar foi o campo de inúmeras emoções. Nele, inicialmente, eu pude sentir nojo dos cheiros, medo das pessoas, descrença para com a instituição e com o modelo de assistência, e igualmente para a questão social, impotência para mudar essa realidade, entre outros sentimentos. Contudo, o que fica mais marcante nessa experiência é a quebra de estigmas, a mudança de visão acerca daquelas pessoas. Quando eu cheguei à instituição, eu pensava que aquelas pessoas viviam na rua por vagabundagem, por escolha própria, que em seus lares havia alguém lhes esperando e que a qualquer momento poderiam voltar para o curso normal de suas vidas. Porém, com o passar do tempo, eu percebi que, as adversidades é que os levaram à situação de rua. Posso dizer que, de um lado, o uso de álcool e outras drogas os tiram de seus lares. Por outro lado, a falta de emprego, a doença mental e a migração também são motivos que os levam a habitar nas ruas. Vale ressaltar que entendo que esses fatores podem estar sobrepostos. Mas, penso que o problema do desabrigo tenha outras razões que eu não alcanço. Desta forma, a maior lição que levo do CREAS pop é a complexidade da situação de rua, que antes desta experiência, eu reduzia e simplificava.” (Aluna C)*

Pensando no CREAS Pop de forma geral é notável que muitas mudanças ainda precisam ocorrer. No espaço físico, por exemplo, no sentido de tornar o lugar mais agradável, confortável e aconchegante. Na equipe que compõe o serviço, é preciso mais profissionais e novos serviços como o da Terapia Ocupacional. Todavia juntamente às mudanças na estrutura física, é preciso trabalhar o potencial dos usuários viabilizando-lhes o empoderamento, a cidadania, o conhecimento de seus direitos e deveres, para que assim as condições de exclusão sejam reduzidas, se não extinguidas. Para tanto, as transformações devem ocorrer do micro para, assim, alcançar o macro. Dentro dessa perspectiva, o contato inicial é de extrema importância, a partir dele o morador em situação de rua tanto pode enxergar possibilidades dentro do serviço oferecido como pode sentir-se mais marginalizado.

*“É no contato que se firmam vínculos, se constrói a confiança, se estimula a autonomia, trocas, e a partir disto, até mesmo o serviço fluiria melhor: mais informações a respeito dos usuários seriam obtidas, maiores possibilidades de relações “terapêuticas” serem construídas.” (Aluna D)*

Dessa forma, desde o contato inicial se faz necessário aproximar os futuros usuários à equipe de apoio. Uma das formas de tornar essa idéia real é rompendo as barreiras impostas pela linguagem. Os profissionais devem se apropriar de elementos lingüísticos usados pelos moradores em situação de rua para que estes se sintam mais a vontade durante o acolhimento, permitido o diálogo, de modo que a comunicação (no sentido de troca, de relacionar-se) ocorra.

A partir do momento em que o trabalhador social conhece, entende e compreende a realidade em que atua, a sua posição tende a deixar de ser neutra, passando a ser crítica e reivindicante, uma vez que a realidade na qual se encontra também não é neutra. A realidade social é transformável, sendo necessário que este trabalhador reflita e desenvolva uma percepção sobre a estrutura social, que não se acomode, contextualize e se aproprie dela. Paulo Freire, no texto *O papel do trabalhador social no processo de mudança*, aborda justamente a questão de a mudança se dar não só em nível de estrutura social, mas primeiramente, da percepção da realidade, sendo tal mudança tarefa de todos. É, pois, esse conhecimento que dará embasamento às críticas do trabalhador social, e são estas que o auxiliarão a contribuir para efetivação das mudanças.

*“[...] noto que se faz necessária a percepção e reflexões da equipe de profissionais e funcionários que lidam com os usuários a respeito da realidade tratada e de tudo que está implicado, para que não institucionalizem seu olhar, suas ações, e para que a desmotivação não seja preponderante (a burocratização promove isso). Logo, as reuniões de equipe, a discussão de casos, e até mesmo grupo de estudos, seriam interessante no sentido de dar esse suporte.” (Aluna F)*

*“A instituição me trouxe também a noção de que todas as coisas não devem ser dicotomizadas. [...] Outra coisa que ficou bastante pronunciada foi a forma como os governos, em todas as suas esferas, tem a questão da pessoa em situação de rua. As políticas e as práticas ainda tem sido assistencialistas ao invés de assistenciais.”* (Aluna G)

Vale ressaltar que o conhecimento da realidade também suscita os profissionais a pensarem em projetos singulares aos usuários, o que permitirá uma maior atenção às subjetividades dos sujeitos, entendendo, pois, estas de extrema gravidade dentro do contexto de (re) construção identitária, de resgate do potencial, e (re) inserção na sociedade daqueles que se encontram vulneráveis, quando não desfilados.

*“Pude perceber que aquelas pessoas possuem, assim como eu e você, sentimentos, demandas e singularidades. Eles também são detentores de um saber. Sentem saudades de seus familiares, principalmente dos filhos. Quer dizer, a situação de rua, a drogadição, o alcoolismo, a prostituição não tiraram deles os sentimentos, a dignidade, o desejo pela mudança. É, porém, óbvio que tudo isso dificulta a (re) inserção destas pessoas na sociedade.”* (Aluna H)

Refletindo sobre todos os momentos dentro do CREAS Pop, e tendo nítido que ele é um centro de referência, é possível que as trocas mais profundas, bem como as reflexões, também ocorram ali. Nesse âmbito, e de acordo como vêm sendo discorrido até agora, nota-se o quanto é mister a presença do Terapeuta Ocupacional neste ambiente e no campo social, uma vez que ele tem o olhar voltado para o processo do fazer humano, levando em consideração o cotidiano, as subjetividades, o contexto em que o indivíduo se encontra. É um profissional, portanto, capaz de enxergar o ser humano de forma total dentro deste processo, podendo atender tanto às demandas dos usuários, como dos profissionais, quanto do próprio serviço, intermediando, deste modo, as trocas e promovendo reflexões.

Enfim, os momentos, as trocas, as conversas, a experiência em si, serão inesquecíveis para estes estudantes. É a partir desse pequeno trajeto que começaram a construir o processo, o de ser Terapeuta Ocupacional (e não só de ser como pensar, olhar, sentir, vibrar como Terapeuta Ocupacional) e enxergar a futura profissão dentro do contexto da exclusão social, uma vez que fora compreendido a abrangência e complexidade deste contexto, bem como do termo, muito bem explicitado por Demo,

“[...] Com respeito à temática das desigualdades, a noção de exclusão a ultrapassa dando-lhe um sentido novo fundado não principalmente sobre a oposição de interesse entre grupos sociais e a luta pelo reconhecimento social, mas antes sobre a fraqueza, ou seja, a ausência de reivindicações organizadas e de movimentos suscetíveis de reforçar a coesão identitária das populações desfavorecidas.” (2002, p.18)<sup>70</sup>

*“Por tudo isso, concluo que o CREAS Pop foi um grande campo de trocas. Que mais que dar, nós podemos receber. Eu espero que no futuro, eu possa dar contribuições mais sólidas àquela população. Espero que minhas idéias e inquietações acerca do campo social tenham sido superadas. E que, ao final desse processo, me sobre crítica-ação para romper com essa inércia da população. Antes disso eu vou precisar romper com a minha própria inércia.”* (Aluna C)

---

<sup>70</sup> DEMO, P. Discutindo a exclusão social. In: Charme da exclusão social. Campinas, SP. 2002

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da década de 70, o olhar da terapia ocupacional se ampliou para o campo social. Este por sua vez é entendido como espaço de intervenção para a realização de práticas da terapia ocupacional e onde os sujeitos devam ser compreendidos de acordo com seu contexto real de vida, uma vez que entendemos o homem em sua complexidade, não apenas o homem com sua problemática, mas toda a sua história de vida. Assim, as práticas neste campo abrangem toda a população que se encontra em vulnerabilidade social, e em risco de/ou exclusão, ou seja, abrangem pessoas que tiveram por algum motivo o rompimento das redes sociais. Dessa maneira pretende-se a emancipação dos sujeitos, e as atividades são construídas a partir da interação entre terapeuta-sujeito conforme a demanda real do outro em seu cotidiano, com o objetivo de promover que os diversos sujeitos exerçam sua cidadania, de maneira que as trocas de fato ocorram no território (BARROS, GHIRARDI, LOPES, 2002).

Nesse sentido a terapia ocupacional se constitui como mais um componente da assistência social, como legitimado pela ratificação em 2011 da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS que reconhece as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Acreditamos, portanto, na importância do trabalho em rede e nas políticas que direcionem suas ações para a intersetorialidade, pois intervenções resolutivas em um contexto complexo e dinâmico demandam reflexões e parcerias constantes.

Ressaltamos que a prática no CREAS pop foi possível e satisfatória pois o serviço nos permitiu que alunas e professores tivessem liberdade e autonomia para circularem em todo seu espaço, oferecendo, sempre que necessário o total apoio. Profissionais do CREAS pop e alunas mantiveram uma relação estreita, a qual facilitava a comunicação, permitindo a discussão de cada caso promovendo um olhar amplo para com os usuários.

Observou-se que a população em situação de rua de Vitória é bastante jovem e também com potencialidades, são pessoas com histórias de família, emprego, estudo, conhecimentos de leitura, escrita e com visões críticas sobre os fatos e contextos nos quais estão inseridos. Em cada rosto havia a expressão de vivências, demandas, sentimentos e singularidades. Em cada história uma lição de vida. Há nos usuários do CREAS pop o sorriso e as lembranças de uma vida que a situação de rua não é capaz de lhes furtar.

## REFERÊNCIAS

BARROS, D.D.; GHIRARDI, M.I.G.; LOPES, R.E. Terapia Ocupacional Social. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 13, n. 3, p. 95-103, set./dez. 2002.

BRASIL. Resolução nº 109/09 - Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Disponível

em:<[http://www.mds.gov.br/sobreoministerio/legislacao/assistenciasocial/resolucoes/2009/Resolucao\\_CNA](http://www.mds.gov.br/sobreoministerio/legislacao/assistenciasocial/resolucoes/2009/Resolucao_CNA)>. Acesso: 08 de nov. 2011.

BRASIL. Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm). Acesso: 08 de nov. 2011.

BRASIL. Resolução Nº 17, DE 20 DE JUNHO DE 2011. Disponível em: <http://www.sedest.df.gov.br/sites/300/382/00001595.pdf>. Acesso: 14 de nov. 2011.

CASTEL, R. Da indigência à exclusão, à desfiliação- precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. (Texto extraído de Face à l'exclusion: Le modele Français. Donzelot, Jaques Edit, Éditions Esprit-Le Seuil, Paris, 1991.)

CASTEL, R. Da indigência à exclusão, a desfiliação. Precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. In: LANCETTI, A. (Org.). **Saúde loucura**, n. 4. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 21-48.

CASTEL, R. As transformações da questão social. In: BELFIOREWANDERLEY, M.; BÓGUS, L.; YAZBEK, M. C. (Org.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 1997. p.161-190.

ELIAS, N. *Indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; 1994. p. 35.

FREIRE, P. O papel do trabalhador social no processo de mudança. In: *Ação cultural para a liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

GALHEIGO, S. M. O Social: Idas e Vindas de um Campo de Ação em Terapia Ocupacional. In: PÁDUA, E. M. M. & MAGALHÃES, L. V. *Terapia Ocupacional . Teoria e Prática*. 3 ed Campinas, SP: Papirus, 2005.

GALVANI, D.; BARROS, D. D.; SATO, M. T.; REIS, T. A. M.; ALMEIDA, M. C. **Perfil dos freqüentadores da casa de convivência e centro de serviços Associação Minha Rua Minha Casa entre 2002 e 2003**. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v. 17, n. 2, p. 48-56, maio/ago. 2006.

LOPES, R. E.; et al. Terapia Ocupacional no território: as crianças e os adolescentes da unidade do Brás — movimento de luta por moradia urbana. Cad. de Ter. Ocup. UFSCar, v. 9, n.1, 2001.

LOPES, R. E.; PALMA, A. M.; REIS, T. A. A experimentação teórico-prática do aluno de Terapia Ocupacional no campo social: uma vivência com a população em situação de rua. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 16, n. 2, p. 54-61, maio/ago., 2005.

PELLEGRINO, H. *Psicanálise da criminalidade brasileira: ricos e pobres*. FOLHETIM, 1984.

SNOW, D., ANDRESON, L. *Desafortunados: um estudo sobre o povo de rua*. Petrópolis: Vozes, 1998.

## **ARTIGO 10: CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/CREAS – A EXECUÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO. DESAFIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE**

Fabíola Barbosa da Silva<sup>1</sup> e Isabela de Azevedo Nunes<sup>2</sup>

### **Resumo:**

Os atendimentos aos adolescentes e familiares faz parte da construção histórica da assistência social no Brasil. As execuções das medidas socioeducativas em meio aberto na cidade de Vitória/ES foi iniciada em parceria com a Vara da Infância e Juventude de Vitória em abril de 2008. Cumprindo as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social/PNAS e implantando o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, as medidas em meio aberto passaram a ser

executadas dentro dos três Centros de Referência Especializadas de Assistência Social/CREAS em julho de 2010. Este serviço tem oportunizado atendimento ampliado aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto e suas famílias. O marco legal que preconiza os direitos e deveres de crianças e adolescentes e as diretrizes apontadas no Estatuto da Criança e do Adolescente/ECRIAD, SUAS e Sistema Nacional de Atendimento Sócio Educativo/SINASE, orientam e direcionam os atendimentos para centralidade na família, oportunizando ressignificação dos atos cometidos.

**Palavras chave:** Assistência Social, SUAS, Medidas Sócio Educativas em Meio Aberto.

<sup>1</sup> Assistente Social, Especialista Administração Hospitalar, PMV/Secretaria de Assistência Social/ Gerência de Média Complexidade. <sup>2</sup> Assistente Social, Especialista MBA Gestão Estratégica de Pessoas, PMV/Secretaria de Assistência Social/ Gerência de Alta Complexidade

## 1. Introdução

Em consonância com as orientações do Sistema Nacional de Atendimento Sócio Educativo – SINASE a partir de abril/2008 as medidas sócio educativas<sup>71</sup> em meio aberto de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço a Comunidade foram municipalizadas na cidade de Vitória em parceria com a Vara da Infância e Juventude de Vitória e a entidade Inspetoria São João Bosco-Salesiano.

Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) destacam-se os artigos a seguir: “Art. 103. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal. Art. 104. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei.”

O SINASE é resultante de debates realizados por operadores do Sistema de Garantia de Direitos, em diversos pontos do território brasileiro que envolveu variadas áreas dos governos: Federal, Estadual e Municipal, assim como representantes da sociedade civil organizada e demais especialistas do tema criança e adolescente.

Este documento aponta a necessidade da articulação dos níveis de governo, da corresponsabilidade da família, da comunidade e do Estado para que as execuções das ações do atendimento socioeducativo se efetivem em todos os municípios do país.

A autarquia Instituto de Atendimento Sócio-Educativo do Espírito Santo – IASES, órgão do Governo do Estado que tem a função de fazer a gestão e execução da política pública de atendimento em todo o estado, aos adolescentes submetidos a processo judicial de apuração de ato infracional ou ao cumprimento de medida socioeducativa, entre outras atribuições cabe ao IASES a coordenação do Sistema Sócio educativo, por meio de articulação da rede de atendimento objetivando a responsabilização e inclusão social de adolescentes em conflito com a Lei.

Cumprindo a sua função junto a capital do Estado, o IASES, ofereceu capacitações aos técnicos e demais funcionários acerca do atendimento ao adolescente em conflito com a lei, mesmo antes da inauguração das medidas sócio educativas em meio aberto de Vitória.

Para a concretização da municipalização das medidas socioeducativa a Prefeitura Municipal de Vitória - PMV através da SEMAS firmou convênio com entidade Inspetoria Dom João Bosco –

---

<sup>71</sup> Medida Socioeducativa – aplicativo legal com finalidade socioeducativas a adolescentes que praticaram ato infracional.



Centro Salesiano do Menor – iniciando uma modalidade de gestão partilhada para a execução das medidas sócioeducativas dos adolescentes sentenciados municipais de Vitória.

## 2. Adolescência e ato infracional

### 2.1. Adolescência

Na concepção da lei 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA no artigo 2º, considera-se criança, para os efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Segundo STEINBERG, adolescência é a fase do desenvolvimento humano que marca a transição entre a infância e a idade adulta. Com isso, essa fase caracteriza-se por alterações em diversos níveis - físico, mental e social - e representa para o indivíduo um processo de distanciamento de formas de comportamento e privilégios típicos da infância e de aquisição de características e competências que o capacitem a assumir os deveres e papéis sociais do adulto.

Ainda segundo o autor, se do ponto de vista da psicologia do desenvolvimento, o início da adolescência é claramente marcado pelo início do amadurecimento sexual (puberdade), o seu fim não se define apenas pelo desenvolvimento corporal, mas sobretudo pela maturidade social - que inclui, entre outras coisas, a entrada no mercado de trabalho e o assumir do papel social de adulto.

Partindo da premissa de que a adolescência indica algo que está em vias de acontecer, ou melhor, acontecendo, esse sujeito vive a passagem da infância à idade adulta, sofre de abalos nas identificações imaginárias e simbólicas estabelecidas até então. É o período onde o sujeito é susceptível às influências sociais. Por esse motivo, justifica-se a necessidade de possibilitar ao adolescente em conflito com a Lei por meio de visualização das imagens de sua narrativa da própria história de vida a possível re-significação da sua subjetividade histórica e tornar-se sujeito da sua história e trajetória de vida.

Na adolescência o sujeito encontra-se em uma fase onde vivência intensos conflitos (crises), estágio de vida que ainda não tem elementos estruturais que lhe assegurem um lugar. Nesta fase o adolescente busca no mundo seus novos ideais para a construção de sua posição histórica e social. E é por estes motivos que para muitos a adolescência é a fase das experimentações.

No caso específico de adolescentes em cumprimento de medidas sócio educativas em meio aberto, que faz parte desse estudo, o registro da história oral por meio audiovisual, uma via para a escuta, objetiva como afirma em seu texto a autora ÂNGELO, 2007: "ao ofertar uma *escuta* permite que a palavra tenha valor tanto de sustentar o sujeito como de introduzir o possível de uma implicação de seus atos". E acredita-se ainda que por meio da escuta seja possível junto aos adolescentes em estudo que a medida sócio educativa possa atingir seu objetivo de re-significar o ato e emancipar o sujeito na construção de sua cidadania.

A maior exposição aos riscos de violência entre a população adolescente é comum no Brasil ou em qualquer lugar. Ela ocorre em todas as faixas etárias, porém estatisticamente é mais elevado ao público jovem.

Portanto, adolescência é uma fase que precisa de uma compreensão específica, pois ela por si só é controversa, nesse sentido adota-se o conceito de Steinberg:

A adolescência não é, no entanto, uma fase homogênea. Pelo contrário, é uma fase dinâmica que, para o seu estudo, exige uma maior diferenciação. Propõe uma divisão em três fases: (1) Adolescência inicial, dos 11 aos 14 anos; (2) adolescência média, dos 15 aos 17 anos e (3) adolescência final, dos 18 aos 21.

Fases características da Adolescência: Fase de experimentação, autonomia, Novos contatos sociais, novas atividades de lazer, escolha vocacional, curiosidade.

## 2.2. Ato infracional

Conforme o Ecriad em seu artigo 3º - As crianças e adolescentes gozam de todos os direitos fundamentais inerentes a pessoa humana, assegurando-lhes por lei o direito ao desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social em condições de liberdade e de dignidade.

Conforme afirma BASTOS (2007):

Quando chega a adolescência, tempo que exige o descolamento da posição infantil, todos, sem exceção, assumirão a atitude de oposição às determinações familiares, buscando uma imagem exterior de identificação. O adolescente se mimetiza num personagem que porta o signo que, tantas vezes convoca o olhar de reprovação na família, mas o inclui no novo grupo. BASTOS, 2007, pág. 76

E para complementar a idéia de que o adolescente é fruto e faz parte de uma sociedade, conforme o artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990):

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar com absoluta prioridade a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária.

Entretanto, se um adolescente se vê em posição de abandono e errância, entregue às suas exigências pulsionais, e tendo somente a via da satisfação imediata como âncora de sua existência subjetiva, só terá o recurso do seqüestro, do roubo e da violação para lançá-lo nessa posição tão almejada, ainda que ponha em risco sua própria vida e/ou a de seu semelhante. ANGELO, (2007) pág. 37 Livro Adolescência, Violência e Lei.

O Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8069/90 afirma e defende o paradigma da proteção integral, quando estabelece e admite que a criança e o adolescente são sujeitos em desenvolvimento e portanto ainda inimputáveis, para esses sujeitos de direitos o Ecriad descreve as medidas sócio educativas para adolescentes que cometem atos infracionais.

Neste sentido destacam-se os artigos 103 e 104 do Ecriad.

Para os casos de prática de ato infracional aplicam-se as medidas socioeducativas previstas no Art. 112 do Ecriad que são:

- I - advertência;
- II - obrigação de reparar o dano;
- III - prestação de serviços à comunidade;
- IV - liberdade assistida;

- V - inserção em regime de semi - liberdade;
- VI - internação em estabelecimento educacional;
- VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI

De acordo com Volpi (2006), os adolescentes cumpridores de medidas socioeducativas não encontram na sociedade atual meios para a defesa dos seus direitos previstos pelo Estatuto, uma vez que são desqualificados como adolescentes por terem cometido um ato infracional.

Neste contexto de indefinições crescem os preconceitos e alastram-se explicações simplistas, ficando a sociedade exposta a um amontoado de informações desencontradas e desconexas usadas para justificar o que no fundo não passa de uma estratégia de criminalização da pobreza, especialmente dos pobres de raça negra. (VOLPI, 2006).

O SINASE estabelece competências e atribuições no que se refere a medidas socioeducativas, a aplicação e execução das medidas em regime aberto são de responsabilidade dos municípios, e as medidas de semiliberdade e de privação de liberdade são de responsabilidade da esfera estadual.

O Artigo 117 do ECRID estabelece que: a prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

Parágrafo único. As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho.

Também no ECRID no Art. 118 afirma que:

A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

§ 1º A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento.

§ 2º A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.

Segundo o SINASE a execução de medida socioeducativa de liberdade assistida pelo município pode ser de duas modalidades: Liberdade Assistida Comunitária (LAC) e Liberdade Assistida Institucional (LAI). No caso do município de Vitória aplica-se a institucional, pois os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto são acompanhados exclusivamente por técnicos contratados pela Prefeitura Municipal, não havendo orientador comunitário para acompanhar esses adolescentes.

O SINASE prevê a composição mínima do quadro de pessoal em cada modalidade de atendimento socioeducativo, que poderá ser executado diretamente pelos municípios ou em co-gestão com as entidades e/ou programas, considerando a relação educativa entre profissionais e adolescentes e o estabelecimento de vínculos com o objetivo de ressignificação e superação do ato infracional cometido.

Conforme o SINASE na modalidade de Liberdade assistida a equipe mínima deve ser composta por técnicos de diferentes áreas, garantindo atendimento psicossocial e jurídico pelo próprio programa ou pela rede de serviço existente, sendo que cada técnico acompanhará, simultaneamente, no máximo vinte adolescentes.

Vale ressaltar que “na Liberdade Assistida Institucional entende-se que os técnicos, contratados pela instituição executora, é que fazem diretamente acompanhamento com os adolescentes não existindo a figura do orientador comunitário”.

O Art. 119 afirma que:

Incumbe ao orientador/Educador Social, com o apoio e a supervisão da autoridade competente, a realização dos seguintes encargos, entre outros:

I - promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social;

II - supervisionar a freqüência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula;

III - diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho;

IV - apresentar relatório do caso.

Os serviços destinados ao cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto devem dar condições efetivas para que o adolescente cumpra a sua sentença com o foco na ressignificação do ato, possibilitando a ele um sentimento de pertencimento de uma família, de uma comunidade, de uma sociedade.

Neste sentido, adota-se a explicação de Freud (apud ANGELO, 2007) para a influência da cultura no agir e pensar do homem:

Freud define o humano como radicalmente dependente da cultura, da linguagem que o caracteriza e de um discurso que o engendra. Freud passa, então, a pensar o sujeito como efeito daquilo que é possível de ser estabelecido e transmitido entre as gerações; por isso, afirma que a origem do homem e da cultura coincide com a origem das proibições e das leis. ANGELO, apud Freud, 2007, pág. 27

Em referência ao objeto deste estudo, o adolescente em conflito com lei é sujeito que viola os direitos dos outros, porém antes disso teve seus direitos fundamentais violados. Esse adolescente precisa ser cuidado e orientado, para sair do papel de vilão.

### **3. Gestão Partilhada com a Inspeção Dom João Bosco**

#### **3.1- Os primeiros 2 anos do projeto LAC /PSC**

A Prefeitura Municipal de Vitória inicialmente optou para a municipalização do serviço LAC/PSC pela via da co-gestão com a entidade Inspeção São João Bosco, por meio do Centro Salesiano do Menor – CESAM de Vitória. A contratação de pessoal foi em fevereiro de 2008, até o início das atividades, que se deu em 14/04/2008, toda equipe ficou em capacitação/treinamento. A solenidade de abertura do Programa foi dia 15/05/2008.

O objetivo firmado no convênio que é: do: atender e acompanhar adolescentes em conflito com a lei, cumpridores de medidas sócio-educativas em meio aberto de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade em situação de vulnerabilidade social e pessoal no município de Vitória/ES.

A metodologia do trabalho desde o início do serviço era a de acompanhamento semanal por meio de grupos, em um espaço da Prefeitura onde o adolescente tem garantido o seu direito à fala, diz sobre si mesmo e do seu processo de responsabilização perante a lei.

Equipe: 01 Coordenador, 02 Assistentes Sociais, 02 Psicólogas, 01 Pedagogo, 01 Assessor Jurídico, 01 Educador Físico, 01 Instrutor de Capoeira, 01 Instrutor de Informática, 01 Instrutor de Filosofia, 01 Instrutor de Artes; 01 Instrutor de Terapia Ocupacional, 01 Instrutor de Fotografia, 08 Educadores Sociais, 01 Recepcionista, 03 estagiários (1 Ensino Médio, 1 Serviço Social, 1 Psicologia), 01 Motorista, 02 Auxiliares de Serviços Gerais, 04 Vigias.

Atividades e oficinas desenvolvidas: Capoeira, informática, artes, educação física, terapia Ocupacional, filosofia, atendimento psicológico, social e jurídico, acompanhamento do educador social, dentre outros.

Inicialmente o atendimento tinha função de auxiliar o adolescente no processo de cumprimento da medida. O trabalho de acompanhamento ao adolescente pressupõe uma postura de acolhimento e escuta atenciosa por parte do profissional.

O trabalho do profissional consiste, principalmente, em fazer com que estas decisões não violem direitos. Devem-se superar os preconceitos em relação às especificidades de cada caso.

Em 18/02/2010 a Inspeção São João Bosco comunicou a Prefeitura Municipal de Vitória o encerramento do convênio para o dia 28/02/2010, passando assim a gestão única do programa para PMV/SEMAS/GCA.

3.2. A transição das medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade para o CREAS.

Como não foi possível reverter o encerramento do convênio com a Inspeção Dom João Bosco, no período de 01/03/2010 à 04/07/2010 a PMV/SEMAS/GCA assumiu a gestão direta das medidas socioeducativas em meio aberto dentro da modalidade CREAS temático.

Neste período em que a SEMAS assumiu unicamente a gestão das medidas socioeducativas em meio aberto, a Metodologia do trabalho realizada junto ao adolescente continuou por meio de acompanhamento semanal com grupos, em um espaço da Prefeitura onde o adolescente tinha garantido o seu direito à fala, dizia sobre si mesmo e do seu processo de responsabilização perante a lei.

Nos três meses de transição, A equipe do Programa LAC; PSC ficou recebendo assessoria direta de dois profissionais de Serviço Social e um de Psicologia pertencentes ao quadro de gestão da Gerência de Proteção Social à Criança e ao Adolescente e ficou assim composta : 01 Coordenador, 01 Assistente Social, 01 Psicóloga, 01 Assessor Jurídico, 01 Educador Físico, 01 Instrutor de Capoeira, 01 Instrutor de Informática, 01 Instrutor de Quadrinhos, 01 Instrutor de Hip Hop, 04 Educadores Sociais, 01 Auxiliar de Serviços Gerais, 04 Vigias.

Atividades desenvolvidas: Capoeira, informática, revista em quadrinhos, educação física, hip hop (Rap, Break, Grafite e DJ's), atendimento psicológico, social e jurídico, acompanhamento do educador social, dentre outros.

Neste período de transição por ocasião da assinatura do novo convênio com outra entidade, os atendimentos continuaram com a função de auxiliar o adolescente no processo de cumprimento da medida socioeducativa. Este trabalho de acompanhamento ao adolescente requer uma postura profissional de acolhimento e escuta atenciosa, que objetive superar os preconceitos, principalmente, fazer com que estas decisões não violem direitos.

#### **4.A execução das MSE nos CREAS Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 expressa a concretização do conteúdo da assistência social como um pilar do sistema de proteção social brasileiro no âmbito da seguridade social.

De acordo com o artigo primeiro da LOAS/1993, “a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de Seguridade Social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir às necessidades básicas”.

Entendendo a assistência social como política pública e direito social: “de quem dela necessitar”, independente de contribuição à seguridade social conforme o artigo 203 da Constituição Federal.

A gestão da PNAS/2004 pauta-se no pacto federativo no qual são diferenciadas as atribuições e competências dos três níveis de governo na provisão das ações socioassistenciais conforme disposto Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS e Norma Operacional Básica – NOB/SUAS.

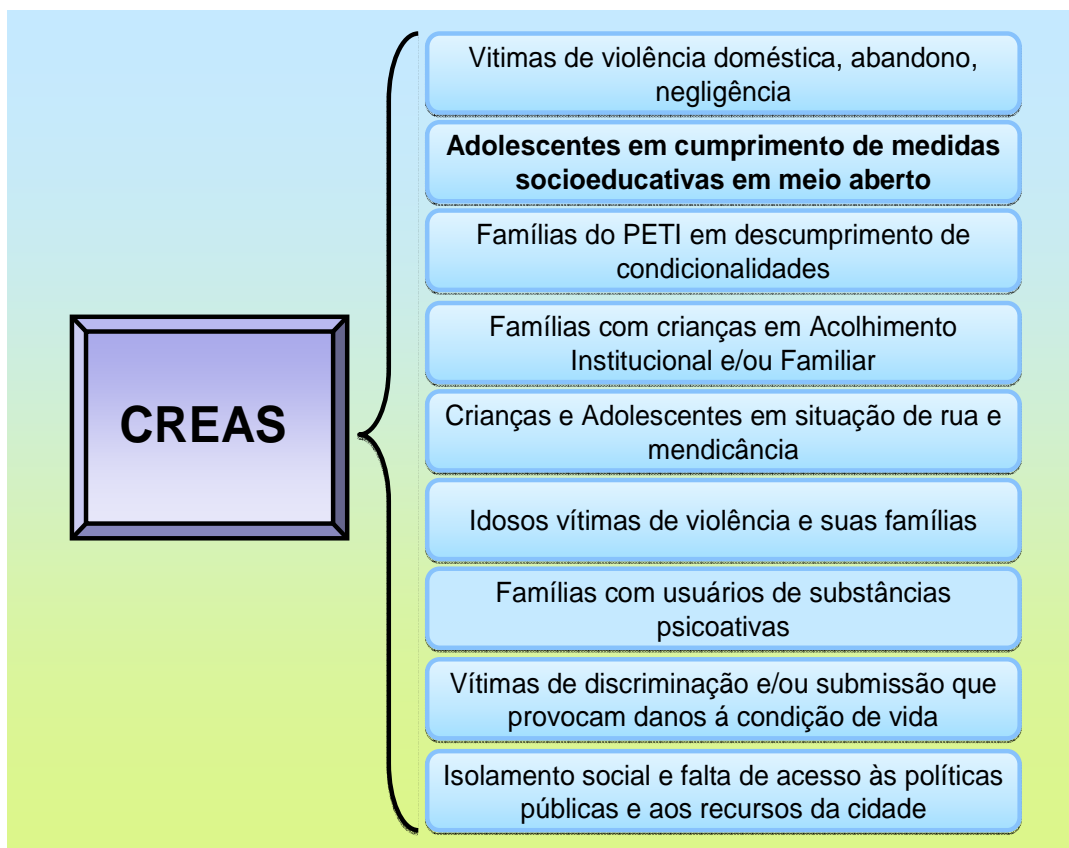
Operacionalizando a PNAS/2004 o Sistema Único de Assistência Social – SUAS prevê a execução dos serviços oferecidos aos usuários da assistência social divididos em três níveis de proteção: Proteção Social Básica, Proteção Social Especial Média Complexidade e Proteção Social Especial Alta Complexidade.

A Proteção Social Básica oferece serviços que objetivam prevenir situação de risco, fortalecer os vínculos familiares e comunitários, serviços estes executados nos Centro de Referência da Assistência Social – CRAS e em unidades básicas e públicas da assistência social, os serviços de Proteção Social Básica, também podem ser oferecidos de forma indireta pelas vias das entidades e organizações da assistência social de abrangência dos CRAS.

Proteção Social Especial executa serviços destinados aos cidadãos/famílias que estejam com seus direitos violados, em situação de ameaça, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos. E esta dividida em Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

O trabalho nos três níveis de proteção social visa à centralidade da família e investe no empoderamento dos sujeitos para o alcance da autonomia e superação das adversidades, fortalecimento dos vínculos familiares e das redes sociais, contribuindo para o resgate de direitos ameaçados ou violados.

O Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS é um pólo de execução de serviços públicos da Proteção Social Especial da Média Complexidade que atende a famílias e indivíduos com direitos violados e vínculos familiares mantidos e este Centro de Referência da Média Complexidade tem o objetivo de realizar ações de contenção para que as violações não se agravem, conforme demonstra o quadro a seguir:



O CREAS oferece modalidade de atendimento a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social e, em função da complexidade dos casos, que requer intervenções mais especializadas e individualizadas. Difere-se da proteção social básica por sua complexidade, ao tratar de atendimento dirigido a situações de violação de direitos.

O SUAS em sua Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais orientam que as medidas socioeducativas em meio aberto sejam executadas dentro dos espaços do Centro de Referência de Assistência Social – CREAS.

No dia 05/07/2010, o programa LAC/PSC de Vitória deixa de ser isolado, CREAS temático, e passa a incorporar os serviços do CREAS, conforme Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais - TNSS.

No município de Vitória/ES optou-se por divisão territorial dos CREAS, sendo eles, no Centro de Vitória, na região de Maruípe e na região Continental, conforme descrito a seguir:

CREAS CENTRO	CENTRO	Morro do Cabral, Fonte Grande, Ilha do Príncipe, Parque Moscoso, Piedade, Santa Clara, Vila Rubim, Morro do Quadro, Centro.
	INHANGUETÁ	Inhanguetá, Bela Vista, Grande Vitória, Estrelinha.
	SANTO ANTONIO	Caratoíra, Santo Antônio, Santa Teresa.
	JUCUTUQUARA	Romão, Cruzamento, Forte São João, Jucutuquara, Mário Cipreste.
CREAS BENTO FERREIRA	PRAIA DO CANTO	Praia do Suá, São José e Santa Helena, Jesus de Nazareth, Monte Belo, Santa Luísa, Barro Vermelho, Praia do Canto, Ilha do Frade, Ilha do Boi, Santa Lúcia, Enseada do Suá.
	CONSOLAÇÃO	Consolação, Gurigica, Jaburu, Horto, Bairro de Lourdes, Nazareth.
	CONTINENTAL	Maria Ortiz, Maria Ortiz II, Jabour, Sólton Borges, Segurança do Lar, Antônio Honório, Goiabeiras, Boa Vista, Bairro República (Bairros referenciados: Jardim Camburi, Aeroporto, Mata da Praia, Morada de Camburi, Jardim da Penha, Pontal de Camburi.
	ITARARÉ	São Benedito, Bonfim, Bairro da Penha, Itararé.
CREAS MARUÍPE	SÃO PEDRO I	Condusa, Ilha das Caieiras, Redenção, Santos Reis, Santo André, São José, São Pedro I.
	SÃO PEDRO II	Conquista, Nova Palestina, Resistência.
	SANTA MARTA	Santa Marta, Andorinhas, Joana D'Arc, Mangue Seco, Engenharia.
	MARUÍPE	Maruípe, Tabuazeiro, São Cristóvão, Santos Dumont, Santa Cecília.

O CREAS tem como objetivo: Assegurar atenção protetiva e especializada às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, na perspectiva da superação da violação de direitos, fortalecimento de vínculos familiares e da inclusão social.

A Metodologia desenvolvida por esses pólos de serviços público são: ações de orientação, proteção e apoio, individual e em grupo, tendo como foco as relações sociais, familiares e



comunitárias, buscando superar a violação de direitos e evitar reincidências, bem como, ações preventivas, de esclarecimento, orientações e encaminhamentos de indivíduos e de famílias atendidas. Articulação com os órgãos que compõe o Sistema de Garantia de Direitos.

O município de Vitória planejou implantar 3 pólos de serviços CREAS nas regiões Centro, Bento Ferreira e Maruípe respectivamente, com o objetivo de facilitar geograficamente o acesso do munícipe ao serviço.

Os recursos humanos do CREAS contam com equipe de gestão que fica na Secretaria Municipal de Assistência Social de Vitória/ES e equipe in loco, nas unidades de atendimento:

Equipe: Gestão: Gerente, Coordenador Geral e Coordenador de Abordagem.

Equipe multiprofissional especializada **por CREAS**: 01 Coordenador de Nível Superior efetivo, 01 mobilizador/articulador de nível superior efetivo, 06 duplas Assistentes Sociais e Psicólogas (total12), 01 Pedagogo (para os 3 espaços), 01 assessor jurídico, 01 Educador Social de Nível Superior, 05 Assistentes Sociais e 04 Psicólogos para equipe de Serviço Especializado em Abordagem Social (dia/noite) – (total 09), 03 Educadores Sociais de Nível Médio, 02 Auxiliares Administrativos, 02 Auxiliares de Serviços Gerais, aproximadamente 04 oficineiros por CREAS, 04 seguranças patrimoniais.

As atividades desenvolvidas nos três CREAS de Vitória são: Capoeira, informática, oficina de leitura, oficina de funk,hip hop (Rap, Break, Grafite e DJ's), atendimento psicológico, social e jurídico, acompanhamento do educador social, reuniões de família, visitas domiciliares.

#### 4.1- Desafios para a execução das MSE LA E PSC nos CREAS de Vitória

O estigma de ser adolescente em conflito com a lei é muito forte na sociedade, fica muito evidente nos momentos de inserção ou colocação no em ambiente laboral e escolar.

A sociedade, muitas vezes fortalecida pela mídia, trata esse adolescente com muito preconceito e descrédito. Neste sentido o paradigma da proteção integral adota mudança do termo menor por adolescente. Reafirmando a idéia acima exposta Furley afirma:

Preconceito com o adolescente em conflito com lei: Sobre o emprego do termo “menor” em detrimento do termo “adolescente” esta pesquisa desmistifica o entendimento de que os jornais utilizam tais palavras balizados pela condição socioeconômica do individuo em questão. FURLEY, 2007, pág. 163

A integração SUAS/SINASE é um fato na execução da política do atendimento do adolescente em conflito com lei, neste sentido os operadores das referidas políticas estão em fase de capacitação e apropriação de novos conceitos. O que requer uma mudança e uma desconstrução do paradigma de uma situação irregular preconizada com Código de Menores, que teve seu final com promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990.

Mesmo após 20 anos de publicação do ECRAD ainda faz-se necessário capacitar a todos os operadores dos serviços de garantia de direitos e da rede socioassistencial para harmonizar/sintonizar a execução do que estão postos no SINASE e no Estatuto, pois mudar cultura e mudar atitude requer tempo, desejo e aprendizado.

Ainda há controvérsia no que se referem aos operadores da justiça, no tocante aos objetivos das ações socioeducativas, pois estas não são meramente punitivas, elas trabalham com sujeitos em desenvolvimentos que devem ter as condições necessárias para ressignificar o ato infracional. As MSE aplicadas aos adolescentes em questão devem fugir ao modelo punitivo aplicado aos adultos.

Nesse sentido cabe um planejamento sistêmico dirigido a todos os operadores da rede de atendimento ao adolescente em conflito com a lei com o objetivo de sintonizar a compreensão e execução das medidas aplicadas.

É fundamental a parceria da Vara da Infância e Juventude com o CREAS nos encaminhamentos e trocas de informações a cerca do adolescente em conflito com a lei cumpridores de medidas socioeducativas em meio aberto. Esse fluxo e contrafluxo devem ser continuamente aprimorado e avaliado para que o adolescente e sua família não fiquem sem acompanhamento.

A educação é um direito fundamental de todo adolescente em território brasileiro, nessa realidade aplica-se a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB (1996), em seu artigo 2º estabelece:

A educação, dever da família e do Estado, inspirado nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O primeiro princípio do artigo dessa lei não tem se aplicado ao adolescente em conflito com lei, mesmo na condição de um cidadão em idade escolar. No caso desse público a realidade é adversa, pois as dificuldades de inclusão e permanência no banco escolar formal são inúmeras, podendo-se apontar a defasagem escolar, o estigma social, o interesse próprio do adolescente pelos estudos, dentre outras razões.

A sociedade como um todo, família e comunidade escolar devem criar estratégias de atrair e fixar o adolescente na escola, pois do contrário esta mesma sociedade produzirá um adulto sem qualificação acadêmica e profissional para concorrer no mercado formal de trabalho. Esse sujeito fora desse padrão é vulnerável e assediado facilmente pela rede de atos ilícitos.

A escola é uma das principais instituições operadoras das ações de ressignificação do ato infracional e inclusão social. O autor abaixo discutiu a importância da escola para o adolescente:

Acessibilidade a instituições de ensino: O problema é grave para todas as crianças e todos os jovens dos bairros pobres, mas há um segmento particularmente exposto aos riscos da violência: adolescentes e jovens que estão fora da escola. E como a escola é o principal instrumento de que dispõe o governo para interagir com essa faixa de idade, o grupo de risco torna-se de difícil alcance para as políticas públicas. FERNANDES, 2004, pág. 263.

A rede parceira para o cumprimento da MSE de PSC tem sido um grande desafio, pois há muita dificuldade da ampliação dessas, bem como desmistificar o paradigma punitivo dos concedentes de PSC para o modelo socioeducativo.

Os CREAS de Vitória têm hoje, 10 parceiros que concedem espaços para PSC, ressaltando que todos são projetos sociais da rede municipal (TELECENRO, Escola Aberta, Centro de Referência da Juventude da Prefeitura de Vitória/ES, Grupo Afro Odomodê, Instituto Brailier, Projeto Cajun, Obra Social Nossa Senhora das Graças, Comitê para Democratização da Informática/CDI, Escola Aberta e Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Vitória - Projeto Navegar), considera-se importante a ampliação e abertura de novos campos fora da rede municipal. Entidades parceiras da PMV para execução de PSC.

## 5. Considerações Finais

O Estatuto da Criança e do Adolescente é fruto de uma sociedade pensante e atuante, que instala no Brasil o paradigma da proteção integral, deixa no passado a doutrina da situação irregular, visão de mundo que historicamente não teve sucesso na questão das crianças e adolescentes, isto em outras palavras, quer dizer que toda a sociedade deve se proteger da violência a que os seus adolescentes estão sujeitos, pois as violências são produzidas pela sociedade e não somente por um ciclo de vida.

A execução das medidas socioeducativas em meio aberto no ambiente dos CREAS é um avanço na garantia de direitos de adolescentes e suas famílias que são e fazem parte de uma sociedade que produz desigualdades com o seu processo de produção capitalista, pois o acesso aos bens, serviços e direitos não é igualitário no cotidiano da maioria das famílias brasileiras.

As medidas socioeducativas como parte dos serviços dos CREAS é um exercício à convivência familiar e comunitária, pois nestes espaços o adolescente exerce o seu direito a conviver com os diversos ciclos de vida e é para os diferentes usuários dos serviços CREAS uma alternativa para ressignificar as violações em um mesmo espaço de convivência, quando a proposta é fortalecer cidadania de sujeitos que tiveram em seu processo histórico de vida direito não reconhecido ou mesmo violados por um processo de produção capitalista que tem em sua essência a naturalidade da exclusão de muitos.

A integração SUAS/SINASE é mais um desafio para implantação das medidas socioeducativas em meio aberto nos CREAS, pois é fundamental que os operadores dos dois sistemas compreendam que o cuidado ao adolescente em conflito com lei se dá nos vários segmentos de atendimento. A implantação do SINASE não suprime o atendimento realizado nos espaços da assistência social.

A questão histórica da criança e do adolescente é trabalhada pela assistência social anteriormente a concepção de direitos humanos destas. As demandas da criança e do adolescente em conflito com lei estão presentes na história do Brasil desde o período da colônia, quando crianças negras abandonados pela Lei do Ventre Livre (1871), começaram a buscar na cidade de Salvador alimentos para sua sobrevivência, já que nessa ocasião em decorrência da lei ficavam essas crianças impossibilitados de viverem com suas famílias nas fazendas, pois já não eram mais propriedade dos senhores de engenhos.

Um ponto positivo para a execução de medidas socioeducativas nos CREAS é o controle social dos serviços da assistência social, a questão das medidas socioeducativas em meio aberto é tema de direitos humanos que se opera no cotidiano dos trabalhadores da assistência social na garantia de direitos que só é possível em rede de serviços. E não objeto de um seguimento de serviço de garantia de direitos que ao longo da história deste país já cuidou desta questão.

A avaliação dessas ações veio em forma de um documento que culminou na Lei 8.069/90 que diz que o cuidado com a questão da criança e do adolescente é de responsabilidade de todos e não só de uma instituição social.

O CREAS rompe com a visão cartesiana do atendimento e reforça a visão do atendimento integral e interdisciplinar.

As modalidades de atendimento aos adolescentes em conflito com a lei no Brasil foram positivas, mas o CREAS vem como um avanço no atendimento, pois passa a atender o adolescente e sua família na totalidade.

É essencial compreender e analisar que o conteúdo da história de vida é um processo individual que necessita de acompanhamento psicossocial e interdisciplinar especificamente para os casos de conflito com a Lei.

## 6. Referências

ANGELO, Darlene Vianna Gaudio. **Do Horror e Miséria ao Bom e Belo**. In: Adolescência, Violência e a Lei. Ed. 1ª. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2007. p. 25-38.

BASTOS, Ruth Ferreira. **O Mundo do Crime: Uma Possibilidade de Enquadre – Indicação de um Tratamento Possível**. In: Adolescência, Violência e a Lei. Ed. 1ª. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2007. p. 73-82.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 16 jul. 1990. p. 13563.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In: Estatuto da Criança e do Adolescente & Legislação Congênere. Ed. 9ª. Vitória/ES. Ministério Público do Estado do Espírito Santo, 2009.

CONANDA, 2002. Disponível em HTTP: [www.mj.gov.br/sedh/ct/conanda/pacto2.htm](http://www.mj.gov.br/sedh/ct/conanda/pacto2.htm)

CONANDA & SEDH. Diretrizes Nacionais para a Política de Atenção Integral à Infância e a Adolescência. Brasília, 2002.

FERNANDES, Rubem César. **Segurança para viver. Proposta para uma política de redução da violência entre adolescentes e jovens**. In: Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação. Ed. 1ª. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 260-274.

FURLEY, Danielly P. S. Medeiros Heid. **Identidade ou Estigma? Uma Análise Semiótica Sobre o Adolescente Infrator nos Jornais Capixabas**. In: Adolescência, Violência e a Lei. Ed. 1ª. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2007. p.159-168.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 6 ed. Rio de Janeiro, Record, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 20. ed. Petrópolis, Vozes, 1994.

STEINBERG, L. (1993). *Adolescence* (3rd Ed.). New York: MacGraw-Hill. Steinberg, L. (1993). *Adolescence* (3rd Ed.). New York: MacGraw-Hill.  
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Adolesc%C3%A2ncia> acesso em 28/02/2011

VOLPI, Mario. **Adolescente e o Ato Infracional**. 1. Ed. Editora Cortez, São Paulo, 2008.

## **ARTIGO 11: CRIANÇA USA DROGA? LEVANTAMENTO DE CARACTERÍSTICAS DE CRIANÇAS USUÁRIAS DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS**

Helena Quintas Ramaldes

No Brasil há uma população de crianças que faz uso de drogas. No entanto, são raras as pesquisas que tratam desse tema. O estudo objetiva caracterizar a criança que faz uso de substância psicoativa atendida na Unidade de Tratamento à Criança e ao Adolescente usuário de álcool e outras drogas (UTCA) a partir dos relatos da própria criança e dos profissionais de saúde. A UTCA é um serviço hospitalar da rede de saúde mental do estado do Espírito Santo. Os dados foram coletados no período de setembro de 2010 a março de 2011, por meio de entrevista parcialmente estruturada e foram analisados utilizando a técnica de Análise de Conteúdo. Participaram da pesquisa três crianças e quatro profissionais de saúde que atuam na UTCA. Os resultados indicam o tipo de substância psicoativa consumida, as quais se destacaram a maconha, cocaína e o crack, e apontam a frequência do consumo. A família, os amigos e o ambiente comunitário apareceram como fatores que oferecem risco, mas também proteção ao consumo. Obteve-se ainda informações sobre a família, escola e sobre o cotidiano das crianças atendidas pela UTCA.

Palavras-chave: criança, uso de substâncias psicoativas, serviços de saúde

### **INTRODUÇÃO**

Este artigo é um recorte dos dados obtidos em pesquisa realizada pelo Programa de Pós Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal do Espírito Santo que produziu como fruto a dissertação de mestrado intitulada “Criança usa droga? Caracterização de crianças usuária de substância psicoativa atendida em um serviço de saúde mental”, sob a orientação da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Luziane Zacché Avellar.

O uso de substâncias psicoativas pela população infantil é um tema ainda pouco estudado, o que vai de encontro à realidade de um consumo ocorrido cada vez mais cedo. O desconhecimento sobre o tema não se atém à pesquisa científica, posto que sempre ao falarem sobre esse tema, geralmente as pessoas se surpreendem e em geral perguntam: Criança usa droga? São expressões de pena, indignação, desconhecimento, que refletem como a sociedade enfrenta o consumo de drogas na infância.

Entretanto apesar do desconhecimento há uma população de crianças que faz uso de substâncias psicoativas e esse consumo já é expressivo (BEZERRA, 2004, NOTO et al., 2004; GALDURÓZ et al., 2005; CARLINI et al., 2006; NEIVA-SILVA, 2008; CAMPOS, FERRIANI, 2008). Fato que é reconhecido pelo Ministério da Saúde quando afirma que existe “[...] uma tendência mundial que aponta para o uso cada vez mais precoce de substâncias psicoativas, incluindo o álcool, sendo que tal uso também ocorre de forma cada vez mais pesada” (BRASIL, 2004, p13). Tal constatação é preocupante, visto que, o consumo de substâncias psicoativas expõe o indivíduo a uma série de prejuízos que podem ocorrer no âmbito fisiológico, psicológico e social, o que se agrava quando pensamos nesse consumo para uma criança, sujeito em condição peculiar de desenvolvimento.

Para melhor conceituar os termos desse estudo define-se substância psicoativa como qualquer substância natural ou sintética que, administrada por qualquer via no organismo, afeta sua estrutura ou função (SANCEVERINO; ABREU, 2004). E considera-se criança “[...] a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescentes aquele entre doze e dezoito anos de idade” (ECA, 1990, art. 2).

O consumo de substâncias psicoativas é uma prática milenar e universal (TAVARES, BERIA, LIMA, 2001). Segundo Machado e Miranda (2007), no século XX, o uso nocivo de substâncias psicoativas passou a ser classificado pela psiquiatria como transtorno mental. Sendo assim classificada, a dependência química passou então a ser alvo das mesmas intervenções que marcam o processo de reforma psiquiátrica ocorrido nos últimos anos no Brasil, que visa implantar um novo paradigma de atenção à saúde mental e orienta a prática nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) (MORAES, 2008). Apesar de estar nesse campo, Hoffmann, Santos e Mota (2008) apontam que a atenção em saúde mental dirigida ao público infantil tem sido marcada historicamente por um vazio em sua cobertura.

Uma revisão bibliográfica sobre o tema permitiu verificar que há também uma ausência de pesquisas que abordem especificamente a criança que faz uso de drogas, pois foi encontrado apenas um trabalho (BEZERRA, 2004). Além disso, não foram encontrados trabalhos que abordem a temática do uso de drogas pela população infantil no campo da saúde, as pesquisas encontradas estão em geral no campo da assistência social. Tal fato pode ser reflexo de como esse assunto foi tratado historicamente, já que nem sempre o consumo de drogas foi visto como uma questão de saúde.

Diante de um fenômeno que produz conseqüências para o sujeito e a sociedade e perante a necessidade de conhecer a população infantil usuária de drogas este trabalho tem por objetivo caracterizar a criança que faz uso de substância psicoativa atendida na Unidade de Tratamento à Criança e ao Adolescente usuário de álcool e outras drogas (UTCA) a partir dos relatos da própria criança e dos profissionais de saúde.

## MÉTODO

A pesquisa foi realizada a partir de um estudo descritivo de abordagem qualitativa (GIL, 2008). Utilizou como procedimentos de coleta de dados a pesquisa de campo que, desenvolvida no local onde o fenômeno ocorre, permite ao pesquisador participar do cotidiano de atividades do grupo pesquisado e a realização de entrevistas.

O campo de estudo foi a Unidade para Tratamento à Criança e ao Adolescente usuário de álcool e outras drogas (UTCA). Implantada em 2009, dispõe de oito leitos para internação em saúde mental por um período de quinze dias visando à desintoxicação. A escolha por este serviço se deu, pois dentre os serviços da rede de saúde mental, álcool e outras drogas, este é o que tem recebido crianças com maior frequência, o que viabilizou a realização desta pesquisa.

Os participantes da pesquisa foram crianças com até 12 anos de idade e que estavam internadas na UTCA no período de coleta de dados que ocorreu de setembro de 2010 a março de 2011. Também foram entrevistados os profissionais de saúde da Unidade que possuíam nível superior. Desse modo, participaram da pesquisa três crianças identificadas com os seguintes nomes fictícios: Pedro, 12 anos; Ana, 11 anos e Felipe, 12 anos. Além dos seguintes profissionais de saúde: psiquiatra, psicóloga, terapeuta ocupacional e enfermeiro.

Como instrumento para a coleta de dados foi utilizada a entrevista parcialmente estruturada que, segundo Gil (2008), guia-se por uma relação de pontos de interesse, permitindo explorar a temática do uso de drogas junto aos profissionais. O roteiro de entrevista buscou identificar as características do público infantil que chega à UTCA abordando questões sobre família, escola, amigos e sobre o consumo de substâncias psicoativas com linguagem adequada para cada público entrevistado.

As entrevistas foram realizadas mediante consentimento livre e esclarecido da criança, seu responsável e do profissional de saúde. A coleta de dados com a criança teve suas

particularidades. Primeiramente buscou-se estabelecer contato com a criança através da participação em sua rotina de atividades na UTCA. Posteriormente a criança foi convidada para um momento de conversa em que foi estruturada uma situação lúdica, disponibilizando materiais gráficos e jogos para facilitar o diálogo.

A análise dos dados foi realizada por meio do método de Análise de Conteúdo proposto por Bardin (1979) que tem por objetivo construir categorias a partir da linguagem expressa pelo sujeito para representar a si e o mundo. Como técnica, foi utilizada a análise temática (MINAYO, 2007). Serão apresentados a seguir os dados referentes às categorias família, amigos, escola e drogas.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### Família

A primeira categoria foi denominada “Família”. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), artigo 25º, entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes. E por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade. Esse conceito está bastante relacionado à família consanguínea, no entanto, Silva (2005) aponta que o conceito de família é dinâmico e sofreu diversas transformações ao longo da história, se apresentando atualmente de forma ampla, dando espaço para novas configurações familiares. As famílias das crianças entrevistadas refletem essas novas configurações.

Assim quanto a composição familiar das crianças entrevistadas verificou-se que suas famílias são compostas por pai, padrasto, mãe, irmãos e avó. Das crianças entrevistadas somente Ana não residia com familiares, mas sim com conhecidos de sua mãe. Ela residiu ao longo de sua vida em diferentes casas tendo mais de um cuidador. No período anterior à internação não residia com familiares, mas com conhecidos de sua mãe “*Eu morava na casa das minhas amigas, eu morava lá com elas*” (Ana). Ana relatou não ter conhecido seu pai biológico e Felipe disse que não tem proximidade com seu pai.

Em geral a casa onde as crianças residem são descritas como tendo poucos cômodos e estrutura simples. Pedro diz que sua casa tem “*5 cômodos, tem banheiro, cozinha, 2 quartos e sala*”. Ana diz que a casa onde residia com conhecidos possuía apenas 3 cômodos definindo-a da seguinte maneira: “*A casa lá era casa de gente pobre*”. As crianças entrevistadas residiam em bairros periféricos da região metropolitana de Vitória, onde o acesso aos serviços públicos é precário e a oferta de atividades ou espaços de lazer na comunidade são insuficientes, sendo freqüente a presença do tráfico de drogas.

Quanto a rotina das crianças e as atividades que gostam de fazer em casa foram encontradas poucas falas a respeito de sua rotina. Pedro relata gostar de atividades como jogar vídeo game, ver televisão, usar o computador quando esta em casa. Já nas falas de Ana e Felipe não aparecem relatos sobre atividades lúdicas fazendo parte de sua rotina.

O consumo de drogas pode trazer mudança na rotina das crianças: elas se voltam para atividades relacionadas ao consumo, deixando de ser freqüente atividades comuns nessa faixa etária como a brincadeira e atividades escolares. Segundo Bezerra (2004) a criança que usa droga passa a organizar sua rotina e suas atividades para o consumo e obtenção da droga, deixando de lado atividades lúdicas, escolares e de convivência social.

Quanto ao relacionamento familiar, duas crianças afirmaram ter boa relação com as pessoas de sua família. Mas nos relatos de Ana encontrou-se em suas falas que seus vínculos familiares estão fragilizados. Ana cresceu longe de seus familiares, especialmente de sua mãe biológica. Ela conta que “[...] quando eu nasci eu não morei com ela [mãe biológica], eu morei com uma mãe de criação, aí depois com 6 anos eu fui morar com ela”. Relata ainda ter residido com a avó e depois em uma instituição de acolhimento. Diz “[...] o conselho tutelar pegou eu e meus irmão e levou para o abrigo”. Quanto ao período em que ela esteve abrigada relata “Fiquei dois natais [no abrigo] depois eu fugi”. Ana não sabia nem mesmo relatar onde a mãe residia “[...] não sei onde ela tá morando. Eu nem vejo minha mãe”. Ela afirma não ter conhecido seu pai biológico.

Verifica-se que as pessoas com quem as crianças residem são as mesmas que provém seu sustento e cuidados. Ana relata que o sustento da casa onde residia procede da venda de substâncias psicoativas, inclusive por parte da criança. Segundo ela, a casa era mantida “Com o dinheiro da droga” (Ana). Já o sustento da casa onde Pedro e Felipe residem, provém do trabalho dos pais.

De acordo com profissionais entrevistados as famílias das crianças que estiveram na UTCA possuem condições socioeconômicas desfavoráveis com más condições de moradia, alto índice de desemprego ou com empregos de renda insuficiente, residem em moradias precárias de comunidades periféricas onde a presença do tráfico de drogas é intensa, portanto com dificuldade de acesso a bens e políticas sociais.

Essa realidade pode ser um dificultador para que a família ofereça proteção e condições favoráveis para o desenvolvimento da criança, necessitando de apoio das instâncias governamentais promovendo acesso a políticas de habitação, educação, saúde, cultura dentre outras como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 4º.

Não se pretende afirmar que a situação de pobreza por si só seja um fator preponderante para o uso de drogas, mas ela associada a outros fatores, pode vir a proporcionar condições para que o consumo ocorra. Isso porque, segundo Koller (1998), crianças que vivem em condições sociais desfavoráveis podem ter problemas que dificultem sua proteção e vinculação com a família.

Essa dificuldade de vinculação com a família, somadas às precárias condições de vida, podem ocasionar comportamentos como o distanciamento da casa e da comunidade, já que esses espaços não oferecem atrativos para a criança, levando-as a buscar alternativas como ir para as ruas e usar drogas (HUTZ; KOLLER, 1997; MEDEIROS, 1999). Esse comportamento é relatado pelos profissionais que apontam que, em geral, as crianças apresentam pouco ou nenhum vínculo com sua família.

Também, em alguns casos, os profissionais relatam que os pais são negligentes no cuidado com seus filhos. Essa desvinculação da criança de sua família é preocupante, pois segundo Sanchez, Oliveira e Nappo (2005) uma família em que os pais ou responsáveis, em especial a figura materna, demonstram preocupação, cuidado e afeto são fatores que mantiveram jovens longe do consumo de drogas. Oliveira, Bittencourt e Carmo (2008) destacam ainda a importância do diálogo com filhos sobre o tema das drogas e a construção de vínculos afetivos na família como fatores que contribuiriam para o afastamento dos filhos das drogas.

Outra questão que surgiu tanto nas falas das crianças quanto a dos profissionais trata do envolvimento de familiares da criança com drogas, observa-se que, das crianças entrevistadas, Pedro e Ana declararam ter familiares ou cuidadores que tem proximidade com a droga, seja pelo consumo ou comercialização. Esses mesmos familiares têm passagem pelo sistema prisional. Sanchez, Oliveira, Nappo (2005) e Figlie et al. (2004) concordam que a existência de pais e familiares dependentes químicos é um fator estressor dentro da família e, sobretudo, é um fator de risco para o consumo.



No que se refere ao envolvimento da família durante a internação e a importância dessa participação, os profissionais entrevistados apontam justamente para a ausência da família no período de internação, tanto dos responsáveis quanto da família extensa, tios, avós. De acordo com o enfermeiro essa situação pode ocorrer devido à ausência de vínculos no período anterior à internação. Esse profissional aponta ainda a dificuldade de entrar em contato com essa família e quando isso é possível, há ainda dificuldade de sensibilizar a família para que ela visite a criança.

Os profissionais avaliam que é de grande valor a participação da família no tratamento, à medida que ela pode oferecer suporte durante a internação e propiciar a continuidade do tratamento após a alta hospitalar, o que é imprescindível, especialmente quando se trata de crianças. Schenker e Minayo (2003) e Schwerz (2007) concordam que a família tem um papel fundamental no tratamento ao uso abusivo de drogas.

### **Amigos**

A segunda categoria trata das relações de amizade das crianças entrevistadas e como esta influenciou o consumo pela criança. O tema amizade apareceu fortemente associado à temática drogas. Os amigos aparecem como facilitadores do primeiro consumo bem como dos seguintes. Para Pedro e Felipe os amigos tiveram papel importante no início do uso, pois estes em geral já faziam uso de droga facilitando o acesso e o consumo para a criança. Broecker e Jou (2007) também afirmam que entre o grupo de usuários de drogas, a grande maioria apontou que as drogas ilícitas foram oferecidas por amigos e que o consumo se dá no grupo. O grupo de amigos exerce influência sobre o comportamento da criança que ainda está em fase de formação de seus valores.

Dentre as atividades que as crianças entrevistadas relataram realizar com seus amigos estão: brincar, jogar bola, usar drogas e vender tal substância. Os amigos foram descritos por todos os entrevistados como sendo, em geral, adolescentes e usuários de substâncias psicoativas, mas também estão descritos ainda como amigos crianças e adultos. São em geral da mesma escola e/ou vizinhos da criança.

Ana relata ter tido pouca convivência com outras crianças dizendo: “*Nunca convivi com criança sem ser meus irmãos*”. Durante o tempo em que foi realizada a coleta de dados com essa criança, pode-se observar que ela apresentava comportamentos e falas que expressam vivências que não são comuns para sua idade. Talvez a pouca convivência com pares da mesma idade e as circunstâncias de vida a que ela esteve exposta fizessem com que apresentasse comportamentos diferentes do que seria esperado para sua idade. Figlie et al. (2004) aponta que dentre outros fatores pode ser identificada a maturidade precoce entre filhos de dependentes químicos.

### **Escola**

No que se refere a escolarização os profissionais apontam que as crianças que estiveram na Unidade não freqüentavam a escola, ou freqüentavam de modo irregular. A única criança que estudava regularmente era a que tinha um acompanhamento familiar mais próximo. Já a partir do relato das crianças, Pedro, 12 anos, declara estar na sexta série, Felipe com a mesma idade está cursando a segunda série e Ana, 11 anos, cursa a terceira série, o que denota um atraso escolar. Todas as crianças entrevistadas não estavam estudando no período anterior à internação e aparentam uma relação de desinteresse pela escola. Aparece ainda nos relatos, falas que se referem às dificuldades encontradas em aprender e ao gostar de estudar. Foi possível observar durante a coleta de dados que as crianças entrevistadas apresentam dificuldades quanto à leitura e escrita.

Broecker e Jou (2007) identificaram em sua pesquisa com adolescentes dependentes químicos que a maioria deles não está estudando, freqüentam ou freqüentaram escolas públicas e repetiram o ano escolar pelo menos uma vez na vida.

Nesse contexto que propicia o consumo, está também o ambiente comunitário podendo oferecer fatores de risco para o consumo como, por exemplo, a presença do tráfico de drogas. Este, direta ou indiretamente, toma contato com a criança que faz uso de drogas seja para adquirir a substância ou para vendê-la objetivando manter seu próprio consumo.

Schenker e Minayo (2005) apontam a escola e o ambiente comunitário como fatores de risco para o consumo de drogas. A escola, como um ambiente privilegiado de interação, onde é possível o contato fácil com outros que fazem uso de drogas. Somado a isso a falta de motivação, o mau desempenho escolar, a falta de compromisso com o aprendizado e o desejo de liberdade são fatores apontados pelos autores como motivadores do consumo. Outro fator de risco apontado é a disponibilidade de drogas na comunidade de convivência, à medida que o acesso é fácil e a presença da droga no cotidiano é facilmente verificada. Assim, quando a facilidade do acesso se soma a outros fatores de risco, forma-se um contexto propício para o envolvimento com o uso de substâncias psicoativas.

## **Droga**

A categoria “Droga” identifica como é feito o uso de substâncias psicoativas quanto ao tipo e freqüência, além de comportamentos relacionados ao consumo. Dentre os entrevistados a idade do primeiro uso de droga se deu entre 7 e 11 anos. Pedro não sabe precisar a idade do primeiro uso, afirma que foi entre 10 e 11 anos, Felipe apontou 10 anos para o uso do cigarro e 11 anos para o uso da maconha, já Ana relata ter feito uso de maconha pela primeira vez aos 7 anos de idade.

Galduróz et al. (2005) destacam que já é expressivo o consumo de droga pelo menos uma vez na vida na faixa etária de 10 a 12 anos. Vieira et al. (2008) apontam que a idade média do primeiro contato com tabaco e álcool, relatado por jovens, foi de 11,7 anos e 11,3 anos, respectivamente e a experiência com outras drogas aconteceu mais tarde, com idade média de 13,0 anos.

Quando comparados os dados encontrados nessa pesquisa com a literatura citada é possível identificar relação no que se refere ao início do consumo de drogas lícitas ocorrer mais cedo que o de drogas ilícitas, fato relatado por Felipe. No entanto isso pode não ocorrer, pois não necessariamente o consumo se inicia por drogas lícitas como o álcool e tabaco. Pedro aponta que primeiramente fez o uso de maconha e no decorrer do seu histórico de consumo fez uso de bebidas alcoólicas. Ana nem se quer relata o consumo de drogas lícitas.

Quanto ao tipo de droga ilícita usada pela primeira vez a maconha foi citada por todos os entrevistados. Somente uma criança entrevistada relata ter consumido droga lícita em primeiro lugar, que foi o caso de Felipe que consumiu em primeiro lugar tabaco. Dentre as demais substâncias utilizadas pelos participantes foram citadas a maconha, cocaína e crack. Já como drogas lícitas apareceram relatos de consumo de cigarro e bebidas alcoólicas.

Pedro, Felipe e Ana ao relatar a freqüência com que faziam uso de substâncias psicoativas mostram que o consumo de drogas ilícitas como a maconha, cocaína e o crack, pode ser caracterizado como pesado. Segundo Galduróz et al. (2005) o uso pesado é aquele feito vinte ou mais vezes nos últimos trinta dias. Já o consumo de substâncias lícitas como álcool e cigarro é menos freqüente, mas os entrevistados não souberam precisar ao certo.

Pedro relata fazer uso diário de maconha, também fazia uso de cocaína, e bebida alcoólica “[...] às vezes, só de vez em quando”. Felipe relata fazer uso diariamente da seguinte maneira “[...] fumava maconha de manhã e pedra de noite porque eu ficava, me deixava mais tranqüilo”. Ana

afirma fazer uso freqüente de maconha e cocaína e descreve a freqüência do consumo como “Direto e reto”, diz já ter fumado crack, mas não foi possível discriminar a freqüência. Ela diz que seu consumo passa a se intensificar a partir do momento que vai residir na casa de conhecidos. Ela diz “*Eu comecei a usar muito agora*” (Ana).

No que se refere às circunstâncias associadas ao primeiro contato com a droga, ou seja, os aspectos pessoais, sociais e comunitários que levaram a criança a ter contato pela primeira vez com as drogas e a fazer o primeiro uso, verifica-se que a família e os amigos foram fatores que se destacaram. Isso porque as crianças relatam que a primeira vez em que tiveram contato, viram ou ouviram falar de drogas se deu através de familiares, ou amigos. Segundo Pedro “*Eu vi com minha avó, na casa dela, porque meu tio vendia*”.

Assim também a primeira vez que o consumo ocorreu foi por meio de familiares, como o caso da Ana, e por meio de amigos como para Pedro e Felipe. Porém, mesmo Ana que relata ter sido sua mãe quem primeiro lhe ofereceu maconha, aponta que posteriormente os amigos com quem convivia tiveram influência no seu consumo. Isso porque aos 7 anos Ana teve contato com a maconha através de sua mãe. No entanto ela convivia com outros adolescentes que vendiam e consumiam drogas, o que facilitou o acesso e pode ter influenciado a continuação do consumo.

Bezerra (2004) também encontrou em seu trabalho esta relação. Segundo a autora, o grupo social no qual o indivíduo está inserido influencia o comportamento de usar ou não drogas, em especial o grupo de amigos e familiares. Dessa forma, a família e o grupo de pares podem funcionar como um fator de risco para o uso de drogas. Schenker e Minayo (2005) afirmam que o grupo de pares é considerado fator de risco, especialmente quando os amigos são considerados modelos de comportamento, demonstram tolerância, aprovação ou consomem drogas.

Além da família e dos amigos, outro fator que favoreceu o consumo foi a curiosidade. Pedro relata que sentiu curiosidade por conhecer a droga e se aproximar do local onde era vendida a substância, chamado por ele de “Boca”. Segundo ele: “*(...) fui lá [Boca] mesmo porque me deu vontade de ir, deu curiosidade. Ah, todo o dia eu ia lá [Boca]*”. Pratta e Santos (2007) apontam a curiosidade como o mais citado motivo para o primeiro contato com a droga entre jovens de 14 a 20 anos, depois diversão e prazer. No que se refere a quem introduziu o uso também concorda que a maior freqüência tenha sido de amigos, família e conhecidos.

Outro fator identificado entre os participantes se refere à proximidade com o tráfico de drogas, pois todas as crianças relataram ter proximidade com o tráfico, o que facilita a aproximação da criança com a droga, seja para o consumo, seja para a venda. Segundo os participantes as pessoas que vendem/ consomem residem em seu bairro, próximo a sua casa e em alguns casos são familiares, cuidadores ou amigos. Assim pode-se supor que a curiosidade, acima mencionada, pode estar sendo produzida pelo meio social onde essas crianças e adolescentes estão inseridos.

Além disso, Pedro relata que as pessoas que vendiam drogas em seu bairro lhe davam constantemente presentes o que acabava por lhe atrair. Essa criança se aproximava de pessoas associadas ao tráfico “*Porque eles me davam dinheiro, roupa, roupas de marca. Eles me deram dois bonés, eles me davam comida, me davam tudo o que eu pedia. Eu ficava jogando vídeo game na casa deles*” (Pedro).

Os entrevistados também trazem relatos a respeito do local onde ocorreu o primeiro consumo, geralmente este ocorreu no bairro onde residiam em locais como as ruas do bairro ou na casa de amigos ou traficantes. Felipe diz: “*De dia eu usava com os meninos e de noite eu ia pra casa de um homem lá, onde vendia*”. Verificou-se que a forma com que as crianças obtinham a droga era por meio do convívio com outros que faziam uso, como forma de pagamento pela venda ou se utilizavam de atitudes ilícitas como o roubo a familiares ou a terceiros para conseguir comprar a droga.

Por fim, a partir das entrevistas pode-se identificar ainda circunstâncias associadas ao consumo. Um fator que pode estar associado ao consumo de drogas por crianças é a vivência de rua. Fato fortemente marcado no relato de Pedro, que tinha o comportamento de permanecer nas ruas ou na casa de traficantes. Relata que chegava a ficar seis dias sem retornar para sua casa. A rua foi descrita por ele como um local de diversão onde é possível ter acesso a divertimentos que o bairro não oferece. Assim essa criança relata que: “*Na rua você pode dormir, brincar, ficar na praia, roubo, uso drogas*”. Além disso, quando perguntado o motivo de ir para as ruas ele diz: “*Para fumar, para ficar com meus amigos que me chamavam*”. Na rua não há regras, nem horários e é possível fazer o uso de drogas sem a coerção da família.

Ana se utilizava do espaço da rua para a venda de substâncias psicoativas, ficava próximo a bares onde sabia que havia compradores, mas não relatou dormir na rua. Ela diz que ficava “*Vendendo na rua. Em um bar*”. Assim como Felipe, não apresentou vivência de rua. Segundo Noto (2004) e Bezerra (2004) o comportamento de ir para a rua aparece associado ao comportamento de consumir drogas. Entretanto a conduta de permanecer na rua ocorre independente se a convivência com a família esteja ou não preservada. Essa aparece motivada pela facilidade de acesso à droga, pela liberdade em que a situação oferece, visto que a criança não está sobre nenhuma regra ou proibição, estando livre para o consumo. Além disso, a rua é o espaço onde é possível comercializar a substância.

Sob esse ponto de vista, a rua é utilizada com frequência pelas crianças para a venda de drogas. E essa venda é outro fator associado ao consumo, já que a comercialização da substância apareceu como meio de garantir o próprio consumo. Vale informar que não foram encontrados relatos de que a venda de drogas trouxe algum tipo de lucro financeiro para a criança, ou seja, essa atividade era realizada com o intuito de propiciar seu próprio consumo.

As crianças entrevistadas também trazem relatos sobre situações de risco a que estiveram expostas para conseguir a substância. Pedro traz elementos acerca do envolvimento com o tráfico de drogas, a proximidade com armas e a prática de atividades ilícitas. Felipe traz em seu relato que está ameaçado de morte em seu bairro por traficantes, pois estava em dívida com eles. Esse fator foi decisivo para que a família procurasse ajuda por meio do Conselho Tutelar e conseguisse uma vaga para internação. Já Ana relata que, na casa onde residia com conhecidos, houve uma briga e a polícia foi acionada. Nesse momento, como ela era a única criança no local, foi levada pela polícia ao conselho tutelar.

Diante desses relatos pode-se inferir que a criança que faz o uso de drogas está vulnerável a circunstâncias que põem em risco sua vida, à violência, rupturas familiares, baixo rendimento escolar e ao envolvimento em atividades ilícitas. Schenker (apud BERNARDY; OLIVEIRA, 2010) concorda com esta proposição e afirma que o uso abusivo de drogas acarreta prejuízos ao usuário, à família e à sociedade, traduzidos em repetência escolar, perda de emprego, rupturas familiares e violência, crimes, acidentes e encarceramentos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados dessa pesquisa reafirmam que o consumo de drogas está atingindo uma população de crianças e que de fato é um problema social grave. Os dados indicam que a combinação de certos fatores pode influenciar o uso de drogas por uma criança. Aqueles que se destacaram foram: a família, os amigos e ambiente comunitário. Verificou-se que as crianças atendidas na UTCA, em geral, vivem em comunidades carentes, com pouco acesso aos serviços públicos em saúde e educação, com grande proximidade do tráfico de drogas e que na maior parte dos casos possui vínculos familiares fragilizados. Também a criança usuária de substâncias psicoativas está exposta a uma série de prejuízos fisiológicos, está mais vulnerável a cometer atos

infracionais, a vivência de rua, a perda de vínculos familiares, a dificuldades escolares bem como o envolvimento com o tráfico de drogas.

Por fim, os resultados deste trabalho indicam a necessidade da ampliação de estudos nessa área, a fim de confrontar os dados aqui descritos com outras pesquisas. Isso se faz necessário como forma de chamar atenção para tal problemática, já que até o momento a pesquisa científica não tem acompanhado de forma consistente o crescente consumo de drogas na infância.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BEZERRA, Kátia Cristiane Vasconcelos de Araújo. **A experiência da criança com a droga: característica do uso e circunstâncias familiares**. 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

BERNARDY, Catia Campaner Ferrari; OLIVEIRA, Magda Lúcia Félix de. O papel das relações familiares na iniciação ao uso de drogas de abuso por jovens institucionalizados. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 44, n. 1, Mar. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v44n1/a02v44n1.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2011

BRASIL. **Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a usuários de álcool e outras drogas**. Brasília: Ministério da saúde; 2004. Disponível em: <<http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/biblioteca/documentos/Legislacao/326983.pdf>> Acesso em: 27 nov. 2009.

BROECKER, Carla Zart; JOU, Graciela Inchausti de. Práticas educativas parentais: a percepção de adolescentes com e sem dependência química. **PsicoUSF**, Itatiba, v. 12, n. 2, dez. 2007. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicousf/v12n2/v12n2a15.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2011.

CAMPOS, María de Lourdes Garcia; FERRIANI, Maria das Graças Carvalho. Uso de drogas entre crianças de 6 a 7 anos de uma escola primária de Celaya, Guanajuato, México. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 16, n. spe, Ago, 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/pdf/rlae/v16nspe/pt\\_04.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rlae/v16nspe/pt_04.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2009.

CARLINI, E.A. et al., **II Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil: estudo envolvendo as 108 maiores cidades do país: 2005**. São Paulo: CEBRID - Centro Brasileiro de Informação sobre Drogas Psicotrópicas: UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.obid.senad.gov.br/>>. Acesso em: 10 fev. 2010.

**Estatuto da Criança e do Adolescente**. (1990). Diário Oficial da União. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF.

FIGLIE, Neliana et al . Filhos de dependentes químicos com fatores de risco bio-psicossociais: necessitam de um olhar especial? **Rev. psiquiatr. clín.**, São Paulo, v. 31, n. 2, 2004 . Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rpc/v31n2/a01v31n2.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2009

GALDURÓZ, José Carlos F. et al., **V Levantamento Nacional Sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública de Ensino nas 27 Capitais Brasileiras, 2004**. São Paulo: CEBRID -- Centro Brasileiro de

Informações Sobre Drogas Psicotrópicas, 2005. Disponível em: <<http://www.obid.senad.gov.br>>. Acesso em: 18 nov. 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOFFMANN, Maria Cristina Corrêa Lopes; SANTOS, Darci Neves; MOTA, Eduardo Luiz Andrade. Caracterização dos usuários e dos serviços prestados por Centros de Atenção Psicossocial Infante-Juvenil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, mar. 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v24n3/17.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2011.

HUTZ, Claudio Simon; KOLLER, Sílvia Helena. Questões sobre o desenvolvimento de crianças em situação de rua. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 2, n. 1, jun. 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v2n1/a11v2n1.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2011.

KOLLER, Sílvia Helena. **Aspectos psicossociais da infância e da adolescência na rua: uma visão ecológica**. Mimes. 1-11, 1998.

MACHADO, Ana Regina; MIRANDA, Paulo Sérgio Carneiro. Fragmentos da história da atenção à saúde para usuários de álcool e outras drogas no Brasil: da Justiça à Saúde Pública. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, set. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v14n3/06.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2010.

MEDEIROS, Marcelo. **Olhando a lua pelo mundo da rua: representações sociais da experiência de vida de meninos em situação de rua**. 1999. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007

MORAES, Maristela. O modelo de atenção integral à saúde para tratamento de problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas: percepções de usuários, acompanhantes e profissionais. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, fev. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v13n1/16.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2010.

NEIVA-SILVA, Lucas. **Uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua: um estudo longitudinal**. 2008. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

NOTO, Ana Regina et al., **Levantamento nacional sobre o uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua nas 27 capitais brasileiras, 2003**. São Paulo: CEBRID – Centro Brasileiro de Informações Sobre Drogas Psicotrópicas, 2004. Disponível em: <<http://www.obid.senad.gov.br>>. Acesso em: 18 nov. 2009.

OLIVEIRA, Elias Barbosa de; BITTENCOURT, Leilane Porto; CARMO, Aila Coelho do. A importância da família na prevenção do uso de drogas entre crianças e adolescentes: papel materno. **SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog. (Ed. port.)**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 2, ago. 2008. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/smad/v4n2/v4n2a03.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2011.

PRATTA, Elisângela Maria Machado; SANTOS, Manoel Antonio dos. Lazer e uso de substâncias psicoativas na adolescência: possíveis relações. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 23, n. 1, mar. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v23n1/a06v23n1.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2009.

SANCEVERINO, Sérgio Luiz; ABREU, José Luiz Crivelatti de. Aspectos epidemiológicos do uso de drogas entre estudantes do ensino médio no município de Palhoça 2003. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v9n4/a25v9n4.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2009.

SANCHEZ, Zila van der Meer; OLIVEIRA, Lúcio Garcia de; NAPPO, Solange Aparecida. Razões para o não-uso de drogas ilícitas entre jovens em situação de risco. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 39, n. 4, ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v39n4/25532.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2009

SCHENKER, Miriam; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, set. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n3/a27v10n3.pdf>>. Acessos em: 28 out. 2009.

SCHWERZ, Cláucia Ivete. **A família como rede de apoio ao dependente químico: desafios e possibilidades no âmbito da saúde pública**. 2007. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SILVA, Célio Egídio da. **História e desenvolvimento do conceito de família**. 2005. Dissertação (Mestrado em Direito das Relações Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

TAVARES, Beatriz Franck; BERIA, Jorge Umberto; LIMA, Maurício Silva de. Prevalência do uso de drogas e desempenho escolar entre adolescentes. **Rev. Saúde Pública** [online]. 2001, vol.35, n.2, pp. 150-158. Disponível em: <<http://www.scielosp.org/pdf/rsp/v35n2/4399.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2010.

VIEIRA, Patrícia Conzatti et al., Uso de álcool, tabaco e outras drogas por adolescentes escolares em município do Sul do Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 11, nov. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v24n11/04.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2009.

*Contatos:* Helena Quintas Ramaldes/Telefone: 3032.0878/ 9908.0773/E-mail: [helena\\_quintas@hotmail.com](mailto:helena_quintas@hotmail.com)

## EIXO 4: GESTÃO E CONTROLE SOCIAL

A Gestão Social com qualidade é um desafio apontado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, e é nesse sentido que o eixo 04 busca promover os debates e interlocuções sistemáticas e propositivas que possibilitem a qualificação da gestão da Política de Assistência Social. A qualidade dessa gestão requer uma complexa combinação de recursos interdependentes e interrelacionados. Vale destacar que entre os eixos estruturantes da Política de Assistência Social estão: a Territorialização; a relação entre o Estado e a Sociedade Civil; o Controle Social; a Política de Recursos Humanos; a Informação, o Monitoramento e a Avaliação.

### ARTIGO 1: POLÍTICA E CRÍTICA TRANSVERSAL NA ASSISTÊNCIA: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA

Ricardo Bodart de Andrade<sup>72</sup>

#### RESUMO

A Psicologia é recente no campo da Assistência Social. Sua principal contribuição ao SUAS (2005) e à PNAS (2004) talvez seja novas formas de pensar Gestão e Controle Social: política e crítica que versam sobre os processos de subjetivação na rede sociotécnica. Acreditamos que nesse caminho trazemos à tona o atual sistema desigual de produção / distribuição de bens, bem como uma Política Cognitiva que alimenta tal desigualdade e injustiças. Discutimos, assim, as *instituições*, ou seja, o conjunto de regras e modos de pensar / ser / fazer que põem a funcionar outros determinados modos de pensar / ser / fazer, formas de se relacionar e viver a vida. Nossos modos de pensar é que, na verdade, mantém o *status quo* social / econômico. A Psicologia vem provocar um debate nos CRAS e em outros equipamentos, para além da temática dos Direitos e Deveres, adentrando nos campos da **invenção** e da **alteridade**, uma reeducaciologia social, por assim dizer, uma 'invençione' libertária. Nesse sentido, a Psicologia não apenas complementa o trabalho de outros atores, mas leva ao campo da Assistência uma política da transversalidade, uma crítica que não se conduz 'apenas' dentro da estrutura dos Direitos e Deveres, ela mesma efeito da própria política de Capital – *o Direito é a continuidade da guerra em outros moldes*. As interferências da Psicologia vêm, então, contribuir com a percepção (e a reinvenção) do sujeito como efeito socialmente engendrado e como artífice dos modos de viver. Assim, superando momentaneamente o limite da garantia de direitos, as tecnologias leves da Psicologia, em composição com o Serviço Social e demais atores – vão fomentar novos modos de Gestão e Controle Social: gestão, não do trabalho, mas da Vida como obra aberta; Controle Social, não apenas do uso dos recursos da Assistência, mas dos usos do território, e suas invenções. Ao provocar a criação de novos modos de existência, de fortalecimento comunitário, de outros modos de pensar o corpo, a família, as fontes de sustento, o tempo e o viver, reinventamos, assim, o que entendemos por Assistência, trabalhador, usuário, o 'carente', Gestão, Controle Social e a tão falada emancipação!

**Palavras-Chave:** Assistência Social; Política; Crítica; Psicologia.

---

<sup>72</sup> **Ricardo** é graduado em psicologia, Especialista em Terapia Familiar Sistêmica (CRESCENT/FDV), Mestre em Psicologia Institucional (PPGPSI/Ufes) e trabalha no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Santo Antônio- SEMAS/PMV.



## PSICOLOGIA: MARGINÁLIA, DESCOMPASSO E TRANSVERSALIDADE

A Psicologia frequentemente transita pelas margens, sendo mesmo quase totalmente marginal, sem assim podemos dizer. As perguntas que esse campo de intervenções permite, fazem estranhar o que já é tido como comum, consenso, certo. Para clarear o que isso significa, solicito a permissão da(o) leitora(o) para provocá-la(lo) em sua experiência de trabalho na Assistência<sup>73</sup>, recentemente campo também da Psicologia.

No exercício de saber-poder (FOUCAULT, 2006) que transversa nossas profissões e cargos, o profissional pode tanto tender para democratizações e publicizações, como para privatizações e acumulações (das políticas, dos recursos, riquezas, informações, oportunidades). Iniciamos apontando uma problemática central para nós: a sobrecarga de trabalho no campo da Assistência Social. Acreditando num crescendo do debate com o(a) leitor(a), começamos com algo aparentemente trivial: as coisas que ficam por fazer!

É angustiante a sensação de que deixamos coisas a fazer, como se isso fosse um caso apenas – ou principalmente – de competência, engajamento ou perfil, algo pessoal. Se os *processos de trabalho* ficam submetidos a análises individualizantes e simplistas, esse sentimento angustiante toma conta de nós. Importa expor as peculiaridades do trabalho na Assistência Social a um *pensamento de complexidade* (MORIN, 2000), lidando complexamente com variáveis coletivas em rede.

Nossa *expertise* como trabalhadores sociais<sup>74</sup> – um campo marginalizado e marginalizante – pode implicar em dois trabalhos: **primeiro**, pensar-exercer as atividades cotidianas, próprias do *metiê* de um(a) trabalhador(a), técnico(a), que oferece um serviço em troca de um valor mensal (sabidamente baixo); e, **segundo**, o trabalho de cuidar para que nossos direitos como trabalhadores sejam garantidos a cada dia, ou seja, garantir que as condições de trabalho sejam efetivados e *ampliadas*. Isso significa honrar (a cada pequena ação coerente) a conquista coletiva que são a LOAS, o SUAS, as NOB's, os Fóruns de moradores e de Trabalhadores da Assistência, Conselhos e Conferências. Esse duplo trabalho efetiva criticamente princípios, diretrizes, leis e regulamentações da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

O sentido pró-democrático maior exige registrar que *as coisas que ficam por fazer*, ficam por fazer (para outro dia, semana ou mês, além dos prazos) por uma série de variáveis. Dentre elas citamos o grande volume de atividades e as freqüentes urgências surpresas para um número insuficiente de técnicos, o tempo exíguo para o debate e discussão de casos, as condições de trabalho desfavoráveis e os diversos *malabarismos de guerrilha* para trabalhar em meio a essas limitações.

Especialmente a partir da redução da carga horária para 30 horas dos colegas Assistentes Sociais – uma conquista trabalhista histórica – percebemos uma tendência maior de que mais ‘coisas’ sejam deixadas ‘por fazer’ ou sejam feitas ‘a toque de caixa’, ‘para ontem’, como se diz. Mais do que nunca, então, é preciso atentar para as ‘coisas’ que *são feitas* (diariamente) individualmente e em equipe, para o *modo* como são feitas (como se ‘driblam’ os entraves?) e *em que condições* têm sido feitas (com prejuízos à saúde?).

Como provocação inicial, apontamos, como problema central da PNAS em nosso município, o descompasso entre as demandas que se exige das(os) trabalhadoras(es) sociais em nosso município e as condições de trabalho que são oferecidas a essas(es) profissionais. Essas exigências se dão de diferentes maneiras no dia-a-dia no CRAS, na convivência com os

<sup>73</sup> Nesse texto, o termo Assistência contempla o campo da Assistência Social (AS), um campo de intervenção, de política pública, de estudo e pesquisa. Assistência, Assistência Social e AS serão utilizados como sinônimos.

<sup>74</sup> Jornalistas, assistentes sociais, educadores, psicólogos, dentre outros (OLIVEIRA, 2010).

municípios-moradores e colegas de trabalho, nas delicadezas e sutilezas de se lidar com a pobreza num jogo social pré-democrático e capitalista selvagem.

As discussões aqui propostas são feitas a partir das experiências de meu trabalho como trabalhador social na atenção básica e como Referência Técnica do Programa Família Cidadã (PFC)<sup>75</sup>, Programa de acompanhamento familiar e transferência de renda num Centro de Referência em Assistência Social (CRAS)<sup>76</sup>.

A Psicologia tende para a marginalidade, pois os problemas que coloca costumam ser distoantes do consenso e, por isso, desconfortáveis. Por isso, muitas das análises *Psi* transitam pela marginalia. É Nesse *fio-de-navalha* (BODART; LEITE, L; HECKERT, (2007) que pretendemos aqui transversalidade nas análises, ou seja, evidenciar questões geralmente ofuscadas no rolo compressor das visibilidades e ativismos diários.

## 1. REFERENCIAL TEÓRICO

Nossas referências gerais de trabalho ramificam-se de três eixos principais, a saber: (1) a constituição social da subjetividade humana (ARAGÃO; BODART-ANDRADE; STANGE, 2008; BRASIL, 2005; ESCÓSSIA, 1999; FOUCAULT, 2006; GUATTARI, 2005; HARDT; NEGRI, 2005; RODRIGUES, 2002); (2) a primazia da democratização na efetivação de políticas públicas e distribuição de renda (BRASIL, 2005); e (3) a insuficiência da perspectiva da garantia de direitos como instrumento de transformação social (ANDRADE, 2009; 2010; 2010a; 2010c; 2011; 2011a). É preciso interferir nos processos de subjetivação para atravessar o Capital<sup>77</sup> (GUATTARI, 2005).

Acreditamos<sup>78</sup> que nossa tarefa principal de trabalho é a efetivação de uma 'invenção' libertária, de forma que os municípios *inventem* seus próprios problemas, criando e conduzindo os focos de debate e construindo suas reivindicações e conquistas com o *apoio* da rede, inclusive do CRAS. Criar algo novo, novo de fato, é pensar de outras formas tudo que já existe (BODART; LEITE ; HECKERT, 2007).

A noção de 'invenção' que utilizamos aqui se aproxima do sentido dado por Henri Bérgson, fomentando que município invente suas próprias problemáticas, criando perguntas e questões de acordo com sua experiência, em vez de apenas resolver problemas prontos, já dados (DELEUZE, 1999). Esse processo se relaciona com o movimento de diferir de si mesmo, ou

---

<sup>75</sup> Sancionado pela Lei Nº 4301/1996, Lei D. João Batista da Motta de Albuquerque, também conhecida com a lei do PFC. Este Programa foi criado inicialmente para oferecer apoio sóciofamiliar e renda mínima ara famílias do Município de Vitória com crianças em situação de risco pessoal e social (PMV, 1996). Com o passar do tempo e somatório de conhecimentos coletivos, o PFC passa por mudanças, passando a ganhar intensidades de fomento e multiplicador de processos democráticos comunitários. Ao considerar os cinco eixos de apoio familiar (Alimentação, Moradia, Educação, Lazer e Cultura) passamos a vislumbrar a possibilidade de a família 'candidata' também apresentar características de ativa participação comunitária.

<sup>76</sup> O sistema CRAS é coordenado diretamente pela Gerência de Atenção à Família (GAF) da Secretaria de Assistência Social de Vitória (SEMAS).

<sup>77</sup> Referente a Capitalismo. Como sinônimos utilizaremos também os termos "*Capitalismo Mundial Integrado (CMI)*", "*Capital*" e "*Império*". Todos eles fazem referência à dimensão atual, capilarizada, móvel e mundial da rede capitalista (Guattari, 2005; Hardt; Negri, 2005). No capitalismo, a produção de sentidos para a vida e de desejos (processos de subjetivação) é matéria-prima principal, o pano de fundo para a produção-consumo material e circulação monetária (ANDRADE, 2009). É, por exemplo, porque o pobre se acredita *carente* e percebe os chamados benefícios – cestas básicas, vales sociais, Benefício de Prestação Continuada (BPC), um bom atendimento – como *favor* do Estado é que não há uma revolução amanhã no Brasil. Por outro lado, é porque muitos trabalhadores não se utilizam freqüentemente de ouvidorias, sindicatos, Ministério Público e reclamações protocoladas, é que muitas ações de assédio moral e outros crimes continuam acontecendo.

<sup>78</sup> Tenho preferido os tempos verbais na terceira pessoa do plural, pois acredito na constituição coletiva do conhecimento. Companheiras(os) da SEMAS, especialmente as(os) do CRAS 'Santo Antônio' e (as)os colegas do Programa Família Cidadã (PFC) estão aqui na força dessas linhas. Embora as reuniões técnicas do PFC tenham sido lamentavelmente suspensas, com prejuízos para o crescimento profissional do grupo e para a própria *expertise* de um programa de transferência de renda, mantemos crítica e militância. Até hoje (Nov. de 2011) não houve explicação clara para essa suspensão. Haveria relação com fato de se tratar de um grupo de profissionais de Psicologia?

seja, de compor novos modos de existência, expressa no termo ‘alteridade’ ou ‘produção de diferença’ (GUATTARI & ROLNIK, 2005).

Produzir diferença é misturar de maneiras não-modeladas todas essas afetações que compõem nossa condição humana, efetivando processos de singularização (IBIDEM) ao apropriar-se de seu próprio território existencial: nos modos de viver o amor, o tempo, nos modos de transitar e habitar o lugar. Imbricadamente, compor criticamente a si mesmo é apropriar-se também do terreno, das construções que ali se dão e da gestão desses usos (ANDRADE, 2009)<sup>79</sup>.

Não seria esse o pano de fundo de toda intervenção na Assistência? Cuidamos disso entre nós trabalhadores? Esse é, de fato, nosso foco? Como estamos nós trabalhadoras e trabalhadores do SUAS em Vitória? O que temos feito de nós mesmos? Temos avançado em temas como Saúde do Trabalhador e gestão participativa? Temos exercido mais temáticas de debate continuado ou estado mais limitados a tareifismos obedientes?

É fundamental que criemos temas / debates gerais e contínuos na Assistência Social capixaba (ANDRADE, 2010, 2010a; 2010b; 2010c). Para tal Fórum a SEMAS/PMV poderia ser a principal fomentadora, pois é referência no Espírito Santo e para o Brasil como destaque de estruturação e organização da Política Pública em Assistência Social<sup>80</sup>. Essa referência, no entanto, precisa reverter-se em gestão participativa e enfreteamento de gargalos<sup>81</sup>, alguns deles debatidos nesse texto.

É importantíssimo que a partir de 2012 avancemos na constituição coletiva desses temas gerais para discussões que o conjunto dos trabalhadores da Assistência Social em Vitória decida como essencial. Podemos tornar tais temáticas o foco de todos nós, independente das especificidades individuais / grupais de cada trabalhador / setor; podemos eleger eixos para o campo da Política Pública vitoriana. Há perguntas que precisam ser feitas coletivamente, continuamente<sup>82</sup>.

Duas delas podem ser assim: como construir coletivamente uma fundamentação sólida para ampliação dos recursos do PFC no orçamento municipal? Como criar subsídios legais e técnicos, inclusive escritos, para fomentar a garantia de orçamento mínimo para a Assistência Social em Vitória? Tanto uma como outra indagações vão incidir sobre nossos modos de fazer, vão pôr em análise as tecnologias que criamos.

---

<sup>79</sup> Muitos de nós mais **consumimos** modelos morais de viver (a personalidade de sucesso, a mulher manequeim da novela, a família burguesa) do que criamos modos singulares, seguindo, muitas das vezes, modelos familiares, costumes, doutrinas e convenções, arrefecendo nossa força vital para se aceitar, garantindo certos privilégios. Como a Assistência Social tende para a Marginalidade, assim como a Saúde Mental (ANDRADE, 2011), por tocar em grandes interesses e numa herança social em decadência (neoliberalismos, privatizações, acumulação de imensas fortunas), os trabalhadores sociais – interessados em ‘mudar o mundo’ – precisam confrontar-se com que imaginam ser vanguarda. Precisam cheirar a novidade, o revolucionário, a transformação para melhor, ainda que silenciosamente, aos poucos, ou apenas em termos de servir a um munícipe, grande credor desse ‘Sistêmico’ que fazemos parte. Caso contrário, cairá para o mesmo, para o morno, para o apagamento de incêndios ou enxugará de gelo. Essa dívida com a pobreza e com os Joãos e Marias eu não quero ter e não desejo isso a ninguém.

<sup>80</sup> A Assistência Social vitoriana saiu do zero chegando em 2011 com uma estrutura considerável de estabelecimentos, serviços, programas e ações. Dentre estes contamos com 12 CRAS e 04 CREAS e milhares de famílias capixabas são atendidas diariamente. Estabeleceu-se, de fato, um sistema de ações de Assistência Social como Política Pública em cada canto da cidade de Vitória. Esse fato é inapagável! Mérito de todos os trabalhadores, em especial de Ana Petronetto, Assistente Social e ‘Comandante-chefe’ desse processo. Precisamos, no entanto, criar / fortalecer as lutas coletivas, temas gerais para a Assistência vitoriana/capixaba e galgar novas conquistas.

<sup>81</sup> Temos problemas de estrutura física, muito o que avança em Controle Social, gestão participativa e ajuste entre atividades e cargos. Qual a explicação para que técnicos de formação superior tenham o seu tempo tomado com preenchimento de Cadastros Únicos, cestas básicas e outros benefícios?

<sup>82</sup> Propus algumas indagações nesse sentido em relatório técnico em novembro de 2010: “Considerando a diminuição da participação do Governo do Estado do Espírito Santo com Assistência Social sobre o orçamento da Seguridade Social (BRASIL, 2005), como tem sido o repasse de recursos para a PMV e como tais recursos tem sido aplicados? Temos incentivado a criação de uma massa crítica que discuta isso? Considerando que no ano de 2002 apenas cerca de ¼ dos Municípios enviou à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) referências orçamentárias a “Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social” (IDEM) qual análise coletiva podemos fazer sobre a situação capixaba e vitoriana em 2010? Fizemos, fazemos e / ou faremos análises como essas? Consideramos que nossas ações na ponta (nos CRAS, no PFC, numa visita, etc) não têm nada haver com esse debate?” (ANDRADE, 2010, p. 4). Há outras perguntas importantes, dentre elas as seguintes: como ampliar a força da Assistência Social em Vitória? Como criar tal movimento diariamente?

A técnica é o fator mais antigo de hominização (ESCÓSSIA, 1999), ou seja, o elemento inventado que nos torna humanos. Importa, assim, analisar nossos modos de fazer (assistência, psicologia, serviço social, relatório, gestão...), pois eles formam a nós mesmos e as nossas possibilidades de ‘transformação social’. Somos atravessados por diversas *instituições* (RODRIGUES, 2002; LOURAU, 2004), conjuntos de regras e modos de pensar / ser / fazer que põem a funcionar outros determinados modos e formas de viver a vida (ANDRADE, 2009: p. 77-78).

[...] instituição não é uma coisa observável, mas uma dinâmica contraditória construindo-se **na** (e **em**) história, ou tempo. Tempo pode ser, por exemplo, dez anos para a institucionalização de crianças deficientes ou dois mil anos para a institucionalização da Igreja Católica. O tempo, o social-histórico, é sempre primordial, pois tomamos instituição como dinamismo, movimento [...] Até instituições como Igreja e Exército estão sempre em movimento, mesmo que não tenhamos essa impressão (LOURAU, 1993: p. 11).

São os **modos de pensar o Humano** (as relações sociais, os estabelecimentos públicos, a Democracia) que vão manter o *status quo* socioeconômico ou pô-lo em análise e provocar revoluções e emancipação social, inventar outros modos de viver (ARAGÃO, BODART-ANDRADE e STANGE, 2008). O trabalho de falar sobre os processos de subjetivação é complementar ao trabalho habitual na perspectiva da cidadania, pois permite reinvenções coletivas, novos modos de sobrevivência, existência e invenção. Um trabalha na forma, na estrutura, o outro intervém no fluxo, no desejo, nas conexões, nas malhas das relações sociais, na...

[...] positividade constituinte e antagonica da multidão, que anuncia novas modalidades, talvez pós-humanas, de se agregar, de combater, de trabalhar, de criar sentido, de inventar dispositivos de valorização e de autovalorização capazes de nos fazer “sair do outro lado” do Império (PELBART, 2003, p. 89).

## 2. METODOLOGIA DE TRABALHO

O acompanhamento das famílias no PFC e no CRAS tem, então, inspiração emancipatória e comunitária. O técnico funciona a modo de um auxiliar para aquilo que a(o) munícipe deseja em termos de realização, respeitando os tempos, silêncios e limites postos pela família. O debate não se limita a um ‘plano familiar’, mas discute abertamente o regime capitalista de produção de bens, serviços e conceitos e como todos nós interferimos nesse conjunto (ANDRADE, 2010c). Ao pensar a si mesmo e a família, discutimos o bairro, os modelos burgueses de família, as forças políticas da rede sociotécnica (ESCÓSSIA, 1999). No conjunto de encontros semanais de participação livre, atendimentos individuais e visitas domiciliares, quero evidenciar as *visitas domiciliares compartilhadas*<sup>83</sup> como importante novidade para que o coletivo supere análises individuais e familiares, pensando num panorama comunitário e territorial<sup>84</sup>.

---

<sup>83</sup> Na visita compartilhada, a munícipe recebe os técnicos e outros integrantes do Programa, numa agenda combinada previamente. Assim, um(a) conheça a realidade do(a) outro(a) e podem pensar juntos, ao longo dos encontros, soluções e encaminhamentos. Essa modalidade de visita apresenta vantagens diante da visita convencional, pois amplia a troca de experiências e os vínculos entre as munições. A visita conjunta pode ser um importante dispositivo de fortalecimento de vínculos e constituição de um coletivo. Até onde sabemos essa é uma estratégia inaugurada em ‘Santo Antônio’. Com a iniciativa da visita compartilhada estamos diante de um ineditismo vitoriano, capixaba ou brasileiro?

<sup>84</sup> Não é que desejemos que elas não pensem nelas mesmas. É importante sim que elas cuidem de sua saúde, de sua moradia, do seu desejo. A questão é que boa parte de suas problemáticas – e sofrimentos – vivenciadas pessoalmente, são efeitos de questões territoriais, que pedem a intervenção de um coletivo. Por exemplo, a falta de vagas em creches de tempo integral faz com várias mães tenha dificuldades de trabalhar. Outrossim, muitas mulheres gastam boa parte de seus recursos com aluguel, pois a política de moradia na região não atende às demandas. Junte tudo isso e será quase impossível pensar num plano de emancipação familiar!

Assim, quatro eixos de trabalho vão sendo contemplados em conjunto, progressivamente (ANDRADE, 2010b; 2011):

1. 1. Compor alianças comunitárias;
2. 2. Fomentar formação / discussão técnica;
3. 3. Fomentar espaços democráticos críticos;
4. 4. Fomentar instrumentos de compreensão-crítica-enfrentamento do CMI<sup>85</sup>.

Os encontros coletivos e individuais inspiram-se na complementaridade dinâmica entre acessibilidade crítica aos Direitos e na crítica continuada ao processo social. Podemos afirmar seguramente que em torno dois anos e meio de trabalho depois, nós trabalhadores e usuários do CRAS estamos mais combativos que antes. Hoje (Nov. 2011), estamos mais e mais intensamente, mais que antes, nos Conselhos, Conferências, Fóruns, intervindo diretamente em decisões dentro e fora da Assistência<sup>86</sup>.

A metodologia de trabalho no PFC é metodologia na medida em que sistematiza objetivos, combinados. Reuniões, conversas, gráficos da vida, debates, compuseram estratégias. No entanto, boa parte do movimento do Programa Família Cidadã foi se dando em processo: *Hodosmeta*, uma postura flexível em que a meta surge no caminhar, uma...

[...] experiência expressiva do encontro e as relações que aí se constroem. Mas o fato do próprio caminhar construir a meta não quer dizer que haja um descaso metodológico, existem princípios para esse caminhar. A idéia da cartografia, então, surge como uma forma possível para acompanhar algo que não é estante mas dinâmico e processual (BOCCO, F., 2006: p. 51).

Assim, tecemos junto ao usuário, com o colega de trabalho, o próprio modo de trabalhar, inventar um PFC, um trabalho territorial, alianças comunitárias libertárias, um movimento de mão-dupla, de muitas mãos, um processo cartográfico...

[...] em que o desejo de conhecer (melhor) e transitar de modos diferentes, é efeito das interferências do conjunto, ao passo que atua na geração desse mesmo conjunto. Nesse efeito-geração, há dimensões analíticas, de enfrentamento da realidade e de desestabilizações geradas no fazer (ANDRADE, 2011, p. 35).

A assunção da *Hodosmeta* como modo de trabalho envolve três eixos-efeitos, a saber: (1) Uma **analítica institucional**, que problematiza e decompõe, evidenciando o instituinte, o fluxo, aquilo que está em produção e com o qual estamos implicados; (2) uma **analítica crítica do consenso**, desestabilizando e rompendo com lógicas binárias e opositivas; e (e) uma **análise cartográfica**, que procura acompanhar processos e não as formas e estados (BOCCO, 2006: p. 52).

---

85 Cf. nota 6.

<sup>86</sup> A título de memorial, cito, dentre outros acontecimentos, a mudança de sede do CRAS 'Santo Antônio', conquistada pelos munícipes com manifestações diversas e abaixo-assinados, rebelando-se também contra os atrasos no repasse dos recursos do PFC. As usuárias do Programa, junto com outros munícipes, movimentaram a mídia e a cena capixabas. Os acontecimentos foram muitos, intensos, cheios de reviravoltas. Dessa batalha positiva pela democracia, estas linhas aqui podem registrar apenas breve brisa e perfume, um ruído distante da beleza e da punjança daqueles tempos: o ronco surdo da batalha (FOUCAULT, 2006a). Recentemente, a eleição para presidência do COMASVI de um dos líderes da região de Caratoíra, corou um longo trabalho silencioso, que o coletivo da Grande Santo Antônio, com importantes interferências da equipe do CRAS, veio construindo. Outrossim, há dois anos e 3 meses em movimento, o Fórum de Profissionais de Psicologia Trabalhadores da SEMAS consolidou-se como referência inofismável. A reativação do Sindicato dos Psicólogos no Espírito Santo (SINDPSI-ES), outra conquista importante, surge também daí. A Conferência Municipal mais recente, assim como a Estadual, cancelaram 2010 e 2011 como brilhantes anos para o SUAS vitoriano, capixaba e nacional. Não esqueçamos da assinatura pela Presidenta Dilma da Lei do SUAS em julho de 2011.

Princípios orientam esse trabalho, um modo de acompanhar “[...] algo que não é estanque, mas dinâmico e processual” (BOCCO, F., 2006: p. 51), admitindo a impossibilidade de qualquer tipo de neutralidade. A aposta e o movimento cartográfico se referem à estratégias de formação do desejo no campo social. O campo social é fabricado no encontro, ao passa que também o fabrica (ROLNIK *apud* BOCCO, 2006). O desejo da mãe em ter filhos, a fissura pela droga, o modo como fazemos grupo de acolhimento, nosso olhar de técnico, tudo é produzido no campo social.

Por tudo isso construído, importa afirmar, que conquistamos, nós trabalhadores da Assistência, esse caminhar cartográfico de trabalho. Apesar das forças individualizantes, construímos um coletivo de formação que deu sustentação para diversos processos emancipatórios nos PFC’s, nos CRAS’s e no SUAS vitoriano. É desse coletivo que vem a força para marcar nosso estranhamento diante de posturas antidemocráticas. Dentre elas podemos citar estas 05: (1) a tentativa de determinar autoritariamente as rotinas nos CRAS; (2) a suspensão intempestiva e sem explicação das reuniões de referência técnica do PFC; (3) a resistência em acatar a conquista das ‘30 horas’ pelos colegas assistentes sociais, uma determinação federal; (4) o preenchimento de cadastros únicos por técnicos de formação acadêmica superior, minimizando o tempo de acompanhamento detalhado das famílias; e (5) o envio para a Câmara dos Vereadores de uma versão incompleta do chamado Projeto de Lei da Assistência Social do Município de Vitória, notadamente sem contemplar questões de planos de cargos e salários. O que entender dessas posturas não-coletivas na SEMAS? A Secretaria que trabalha pela emancipação social e protagonismo do povo vai manter os processos decisórios nesse moldes determinísticos? Fica o desejo que ampliemos nossos temas e debates, a certeza que o coletivo está forte e atento e a disposição de fazer junto.

### 3. CONSIDERAÇÕES GERAIS

As provocações deste escrito perfazem algo totalmente diferente de traçar perfis familiares ou individuais, quer sejam de trabalhadores, quer de usuários. Assim, nos forçamos a pensar em termos de uma perspectiva sistêmica de uma *tessitura sociotécnica* (ESCÓSSIA, 1999), pensando em termos de Políticas Públicas, Controle Social, Organização Comunitária e fomento crítico coletivo.

Temos vivenciado diversas situações que dificultam sobremaneira o acompanhamento das famílias. O trabalho de acompanhamento mais detalhado ficou minimizado, ao contrário das orientações legais e ao contrário da intenção dos técnicos. Essa minimização é contrária também, é claro, ao que vinha sendo anunciado nos encontros técnicos na SEMAS, nos quais os discursos apontavam que o foco nos CRAS seria ‘acompanhamento’ e ‘registro’. Como acompanhar satisfatoriamente as famílias se nossa agenda anda cheia com Oficinas, preenchimento de Cadastros Únicos e disponibilização de cestas básicas e similares?

A tendência no conjunto SEMAS / CRAS é a de que os processos de trabalho nos atropelem, tanto por meio do ativismo, como por meio de determinismos. As constantes e sempre urgentes exigências de tarefas, buscas ativas, prazos, relatórios (etc), somadas a uma estrutura que não dá suporte a isso tudo que se exige, compõem processos de trabalho adoecidos e adoecedores.

Precisamos discutir essas questões! Pois são importantes para a PNAS. E precisamos fazê-lo sem ranços individualizantes, sem análises individuais de processos que são coletivos. Os ranços ditatoriais deixam no ar – na pele, no peito apertado, na musculatura travada – que sempre há uma avaliação em curso, que silenciosa ou ruidosamente julga se você tem o perfil certo, se é capaz ou incompetente, se seu trabalho é bom ou ruim, se você merece ficar no emprego ou não. Talvez, uma ‘avaliacionite’, que causa estragos irreparáveis quando impinge sua força e interesse num vasto campo de contratos temporários e vínculos precarizados.

Por vezes, uma avaliação individual de um(a) trabalhador(a) ou de seu trabalho, que faz referências a um tal de ‘perfil’ e a uma tal de ‘competência’ pode ser mero eufemismo para destruição / subjugação do outro e daquelas diferenças que não suportamos. Esse belicismo ainda nos atravessa a quase todos nós! E você leitora?... E você leitor?... direta e / ou indiretamente... mais destrói ou mais constrói?

Nós trabalhadores discutimos freqüentemente tais temáticas quando conseguimos garantir espaços acolhedores de encontro e fala, pressionados, inclusive, pela crescente atividade crítica das usuárias e usuários dos CRAS. Estes, cada vez mais nos exigem explicações, informações e nos fazem – graças a Deus – exercer nossa obrigação de esclarecimento democrático como trabalhadores sociais que somos. Exigem-nos também aliança vital: complementarmente ao direito, ao dever, à cidadania, ao técnico, nos convidam a indagar: o que adocece e o que gera alegria, força, potência de viver?

Você, leitora ou leitor, sente, presencia ou tem notícias de ações adoecedoras no campo da Assistência Social vitoriana? Se sim, o que tem feito para que elas tendam ao desaparecimento? O que temos feito para ampliar o quadro de efetivos, para o fortalecimento das categorias profissionais de trabalhadores sociais, para garantir a contratação dos concursados e para efetivar, em cada detalhe e continuamente, o SUAS e a PNAS como obrigações do Estado e Política Pública, de fato pública?

Assim, superando momentaneamente o limite da garantia de direitos, as tecnologias leves<sup>87</sup> da Psicologia, em composição com o Serviço Social e demais atores – vão fomentar novos modos de Gestão e Controle Social: gestão, não do trabalho, mas da Vida como obra aberta; Controle Social, não apenas do uso dos recursos da Assistência, mas dos usos do território e suas invenções. Ao provocar a criação de novos modos de existência e de coletivos (novas estratégias de corpo, de família, de fontes de sustento, de viver), reinventamos, assim, o que entendemos por Assistência, trabalhador, usuário, o ‘carente’, Gestão, Controle Social e a tão falada emancipação!

Estamos, assim, na dimensão da política, na constituição da polis, de nossa vida cidadina. É bem aí, nesse encontro com nós mesmos e com a diferença, habitamos a margem, para que transversalmente provemos o novo, não qualquer novidade, mas a coragem de não repetirmos o mesmo, a não ser que ele seja absolutamente vital! E há algo absoluto na Vida além da mudança?

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, R. B. (2011). **Saúde Mental e Cuidado na Atenção Primária: (re)invenções antimanicomiais numa unidade de saúde.** Trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Atenção Primária à Saúde do Centro de Pós-Graduação da Fundação de Assistência e Educação – FAESA como requisito parcial para obtenção do grau de especialista em Atenção Primária em Saúde. Orientadora. Profa. Ma. Hélia Márcia Silva Mathias. Vitória, ES, Brasil, 2011. 57 p.

ANDRADE, R. B. (2011a). **O “PFC” e as águas de Março (R2011/002):** atividades no território de Grande Santo Antônio. Relatório de atividades junto à famílias de Santo Antônio e regiões acompanhadas por meio do Programa Família Cidadã (PFC), programa de transferência de renda da PMV. Proposta encaminhada à coordenação local e equipe do Centro de Referência em Assistência Social em Santo Antônio e regiões (CRAS ‘Santo Antônio’), à Coordenação geral dos CRAS e à Gerência de Atenção à Família da Secretaria de Assistência Social

---

<sup>87</sup> Acolhimentos, discussões, colocação de problemas, indagações contrastantes e diferentes usos da palavra e dos exercícios do consenso e do contraditório.

(GAF/SEMAS/PMV). Vitória, ES, Abr. 2011. 4 p.

\_\_\_\_\_. (2010). **Comunidade, Famílias e Vitalidade (R2010/007)**: Breve caracteriologia sistêmica sociofamiliar e políticas de assistência social. Relatório técnico com considerações sociotécnicas em duas vertentes: (1) condições de vida na região de Santo Antônio (Vitória/ES) com famílias ligadas ao Programa Família Cidadã (PFC), programa de transferência de renda da PMV; e (2) interfaces da Política de Assistência Social oferecida na região. Breve escrito encaminhado à coordenação local e equipe do Centro de Referência em Assistência Social em Santo Antônio e regiões (CRAS ‘Santo Antônio’) para composição de relatório coletivo em equipe. Este, com vistas a ser encaminhado à Coordenação geral dos CRAS e à Gerência de Atenção à Família da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Vitória (GAF/SEMAS/PMV) como relatório anual de 2010. Vitória, ES, Nov. 2010. 16 p.

\_\_\_\_\_. (2010a). **Relatório Ampliação “PFC – Comunidade” (R2010/006)**: propostas tecnoeducativas para o território de Santo Antônio “PFC Comunidade”. Relatório propositivo de atividades junto à rede socioassistencial e educacional de Santo Antônio e regiões, bem como composição de curso de interesse junto às usuárias do Programa Família Cidadã (PFC), programa de transferência de renda da PMV. Proposta encaminhada à coordenação local e equipe do Centro de Referência em Assistência Social em Santo Antônio e regiões (CRAS ‘Santo Antônio’), à Coordenação geral dos CRAS e à Gerência de Atenção à Família (GAF/SEMAS/PMV). Vitória, ES, Out. 2010. 5 p.

\_\_\_\_\_. (2010b). **Relatório “PFC Setembro” (R2010/005)**: atualizações e referências gerais para setembro de 2010. Relatório Técnico contendo atualização do Programa Família Cidadã (programa municipal de transferência de renda) e considerações para conhecimento / acompanhamentos pela equipe de trabalho do Centro de Referência em Assistência Social em Santo Antônio (CRAS ‘Santo Antônio’), pela Coordenação geral dos CRAS e pela Gerência de Atenção à Família (GAF/SEMAS/PMV). Vitória, ES, Set. 2010. 7 p.

\_\_\_\_\_. (2010c). **Relatório Psicossocial Famílias PFC/SEHAB (R2010/003)**. Relatório técnico realizado e enviado por Ricardo Bodart de Andrade, Referência Técnica do Programa Família Cidadã (PFC) do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) aos cuidados da Sra. Isabela Queiroz Coutinho, Gerência de Atenção à Família (GAF/SEMAS/PMV). Contendo atualização sobre as situações das famílias ingressas no PFC via entendimento SEMAS-SEHAB. Vitória, ES, Jul. 2010. 3 p.

\_\_\_\_\_. (2009) **Políticas Inclusivas no chão da escola**: usinagens e rebeldias no front-da-batalha. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional (PPGPSI) do Departamento de Psicologia da UFES, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Psicologia Institucional. Orientadora: Profª Drª Ana Lúcia Coelho Heckert. Vitória, ES, Brasil, 2009. 215 p.

ARAGÃO, E. M. A; BODART-ANDRADE, R; STANGE, J. M. B. (2008) **Psicologia, revoluções e emancipação social**: reflexões sobre a prática do psicólogo da Educação. Jul. 2008. Vitória, ES. 14 p.

BODART, R. A., LEITE, L e HECKERT, A. L. C. (2007) Novidade? Novidade! Impensáveis... Ensaio sob(re) a Invenção em Psicologia In **Jornada de Análise Institucional** (1. : 2007 : Vitória, ES). Anais da I Jornada de Análise Institucional. Evento organizado pelo Programa de Educação Tutorial em Psicologia (PET/Psicologia) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), pelo Departamento de Psicologia da Ufes e pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional (PPGPSI/Ufes). Realizado de 14 a 15 de agosto de 2007 – Vitória : Faculdade Saberes, 2007. 1 CD-ROM. p. 103 a 111.

BRASIL. Norma Operacional Básica de Recurso Humanos do SUAS (NOB-RH/Suas). Brasília,



2006.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004**: norma operacional básica NOB / SUAS. Documento elaborado pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), Distrito Federal, LOAS. MDS/SNAS, 2005, 175 p.

DELEUZE, Gilles (1999). **Bergsonismo**. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. 1ª Edição: 1999. São Paulo: Ed. 34, 1999. 144 p.

FOUCAULT, M. (2006) **Microfísica do poder**. XXIII + 295 páginas. XVII capítulos. 22ª Edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006 (295 p.). p. VII-XXIII; 1-38; 69-78; 167-178; 243-293.

\_\_\_\_\_. (2006a). **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 31ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2006. 288 p.

ESCÓSSIA, L. (1999). **Relação homem-técnica e processo de individuação**. 1ª Edição. São Cristovão, SE: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 1999. 108 p.

GUATTARI, F. (2005). **As três ecologias**. [Do original em francês “*Lês trois écologies*”. ©Édition Galilée, 1989]. Tradução de Maria Cristina F. Bittencourt. 1ª edição brasileira: 1990. 16ª edição. Campinas, SP: Papirus, 2005. 56 p.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S (1986). **Micropolíticas: cartografias do desejo**. 3.ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 1986.

HARDT, M.; NEGRI, A. (2005). **Império**. [Do original em inglês 5. “*Empire*”]. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005. 247 p.

OLIVEIRA, C. M. C. de. **Atenção básica na Assistência Social: entre miséria necessária, artes de governar e redes de solidariedade**. 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional (PPGPSI) do Departamento de Psicologia da UFES, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Psicologia Institucional. Orientadora: Profª Drª Ana Lúcia Coelho Heckert. Vitória, 2010.

<[http://www.ufes.br/ppgpsi/files/dissertacoes/DISSERTACAO\\_CLEVER\\_MANOLO.pdf](http://www.ufes.br/ppgpsi/files/dissertacoes/DISSERTACAO_CLEVER_MANOLO.pdf)>. Acesso em: 15 Nov. 2011.

RODRIGUES, H. B. C. (2002). **No rastro dos “cavalos do diabo”**: memória e história para uma reinvenção de percursos do paradigma do grupalismo-institucionalismo no Brasil. Tese apresentada à Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, para obtenção do grau de doutor. São Paulo, s.n; 2002. 540 p.

**CONTATOS DO AUTOR: RICARDO BODART DE ANDRADE – [RBA.PSICOLOGIA@GMAIL.COM](mailto:RBA.PSICOLOGIA@GMAIL.COM) – 9955.9293.**

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4252211Y8>

## ARTIGO 2: O SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS DE VITÓRIA: TECENDO A REDE POR MEIO DE DADOS E FLUXOS

Clarice Machado Imperial Girelli<sup>88</sup>

A organização e a utilização da informação com o suporte do aparato tecnológico configura-se como um robusto instrumento contra a precariedade, a descontinuidade e práticas rústicas de gerência que acarretam uma significativa carga de riscos e erros na produção de dados e informações para além da morosidade de fluxos e grave ausência de conectividades.  
Luziele Tapajós<sup>89</sup>

### RESUMO:

Este trabalho apresenta a descrição do processo de implementação do Sistema de Informações da Secretaria de Assistência Social de Vitória/SEMAS de forma articulada à conjuntura nacional de implementação do Sistema Único da Assistência Social/SUAS. A gestão da informação implica na coleta e processamento de dados provenientes de várias fontes, que após selecionados e analisados, propiciam a redefinição de processos, subsidiam a tomada de decisões e o controle social das ações da política, caracterizando-se como uma ferramenta estratégica na Gestão da Política de Assistência Social. Relatar esta experiência que vem sendo desenvolvida de forma coletiva e transparente entre as diversas equipes da SEMAS e com a parceria da Subsecretaria de Tecnologia da Informação/SUBTI e da Secretaria de Gestão Estratégica/SEGES, traduz o esforço da construção de um trabalho intersetorial que favoreça o desenvolvimento de políticas municipais mais efetivas, com continuidade (sem perda de dados), agilidade e mais qualidade. O Sistema de Informações vem sendo desenvolvido considerando a necessidade de realização do diagnóstico social do território, do monitoramento dos serviços prestados e de sua avaliação por meio de indicadores. Para atender a estas necessidades foram elaborados, inicialmente: o Perfil da Vulnerabilidade Social do Município de Vitória por territórios da Assistência Social (dados do CADÚNICO); o Cadastro Georeferenciado da Rede Socioassistencial Governamental; o Sistema Informatizado de Acompanhamento Socioassistencial das Família e Indivíduos; além da identificação de indicadores sociais, preferencialmente regionalizados. Integrar as informações por meio da padronização de dados e fluxos, significa agregar os serviços prestados ao município de forma a desenvolver um atendimento integral conforme preconiza a Política Nacional de Assistência Social; otimizando recursos, evitando a superposição de ações e construindo uma rede efetiva de proteção social.

**Palavras-chave:** Sistema Único da Assistência Social; Gestão da Informação; intersetorialidade.

---

<sup>88</sup> Assistente Social. Especialista em Gestão da Qualidade pela Universidade Federal do Espírito Santo. Coordenadora de Vigilância Socioassistencial da Secretaria Municipal de Assistência Social de Vitória.

<sup>89</sup> TAPAJÓS, Luziele. *A Gestão da Informação em Assistência Social*, p.85. In Rede Suas: Gestão e Sistema de Informação para o Sistema Único da Assistência Social. Brasília, DF, 2007.

## A Importância do Sistema de Informações no SUAS

O novo modelo de organização da Assistência Social no Brasil, que instituiu em 2004 o Sistema Único de Assistência Social/SUAS, ressalta o campo da informação, monitoramento e avaliação, como um veio estratégico importante para uma melhor atuação das políticas sociais em sintonia com o direito social, desenvolvendo formas inovadoras e criativas de gestão como superação de práticas centralizadoras.

Para tanto, a Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 apresenta a formulação e a implantação dos sistemas de monitoramento, avaliação e informação, de forma coletiva, como “[...]providências urgentes e ferramentas essenciais a serem desencadeadas[...]” (PNAS,2004:55) para sua consolidação e para a implementação do SUAS.

Segundo Luziele Tapajós(2006)<sup>90</sup>, um dos desafios colocados pela PNAS/2004 é

[...] o estabelecimento de uma nova lógica de concepção, planejamento e gestão dessa política pública. A realização da incumbência exigiu a inauguração de processos organizacionais e tecnológicos inéditos, que envolveram, e envolvem ainda, várias etapas de formulação, deliberação e pactuação e, continuamente, requisita o estabelecimento de condições institucionais e materiais responsáveis, consequentes e adequadas ao tamanho da tarefa. As objetivações da PNAS/2004 referentes à gestão da informação, ao monitoramento e a avaliação das ações praticadas no setor são determinantes, e aparecem como *uma das colunas da estrutura político-institucional* projetada para essa área [...](Tapajós, 2006:179, grifo nosso)

Esta inquietação demonstra a dimensão dada aos sistemas de informação para o desenvolvimento desta nova forma de fazer Assistência Social no Brasil: participativa, planejada, monitorada e avaliada.

Nesta direção, a Norma Operacional Básica do SUAS-NOB/SUAS determina que:

[...]a gestão da informação tem como objetivo produzir condições estruturais para as operações de gestão, monitoramento e avaliação do SUAS[...] Opera a gestão dos dados e fluxos de informação do SUAS com a definição de estratégias referentes a produção, armazenamento, organização, classificação e disseminação de dados, por meio de componentes de tecnologia de informação, obedecendo padrão nacional e eletrônico. (NOB/SUAS, 2005:120)

Este processo de registro, coleta e armazenamento de dados provenientes de diversas fontes, objetiva gerar informações qualificadas que propiciem alterações e/ou adequações dos processos institucionais, aprimorando o atendimento prestado ao munícipe e proporcionando a ampliação do controle social sobre a política.

Outro aspecto importante na implementação dos sistemas de informação é a integração das ações desenvolvidas, tanto internamente a política de assistência, quanto entre as demais políticas sociais, como estratégia para aumentar a eficácia das mesmas, evitando a superposição e propiciando respostas integradas e integrais as demandas sociais.

Ao tratar da questão da intersetorialidade, Carla Bronzo<sup>91</sup>(2010) ressalta três fatores que expressam a lógica da setorialidade nas políticas públicas: a estrutura organizacional por secretarias e programas especializados, os orçamentos estruturados por rubricas e os sistemas de

<sup>90</sup> Secretária de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

<sup>91</sup> BRONZO, Carla. A Intersetorialidade como Estratégia para as Políticas Sociais. Palestra Ministrada no Seminário Estadual do Programa Bolsa Família, realizado em Nova Almeida, Espírito Santo, em março de 2010.

informações fragmentados. Considerando estes fatores, aponta como possibilidade para a intersectorialidade, a agregação das ações e recursos por meio da construção de objetivos comuns. Desta forma, os sistemas de informação poderiam contribuir com a elaboração de diagnósticos comuns e de instrumentos que propiciem uma visão partilhada e integrada dos fenômenos sociais.

A proposta do Sistema Municipal de Informações Socioassistenciais está inserida nesta nova perspectiva de gestão, assumida pela SEMAS, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social, onde o monitoramento e a avaliação dos serviços, projetos, programas e demais ações, tornam-se instrumentos de gestão que visam qualificar a informação pública, dar transparência às ações sociais, mostrar metas e indicar resultados qualitativos e quantitativos.

Neste contexto, é importante enfatizar que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS vem implementando o Sistema Nacional de Informações do Sistema Único de Assistência Social - Rede SUAS, de forma planejada e coletiva, envolvendo Estados e Municípios, embasado nos objetivos e diretrizes contidos em sua Política de Tecnologia e Informação.

O Rede SUAS tem dentre as suas finalidades a organização, sistematização e disseminação das informações como suporte à operacionalização, à gestão, ao financiamento e ao controle social do SUAS, integrando os três níveis de gestão e garantindo comunicação entre os entes federados.

### **Construindo o Sistema de Informações Socioassistenciais de Vitória**

A partir da aprovação da NOB, o município de Vitória habilitou-se a Gestão Plena do Sistema Único de Assistência Social, assumindo a gestão total das ações de Assistência Social e a responsabilidade de

[...] instalar e coordenar o sistema municipal de monitoramento e avaliação e estabelecer indicadores de todas as ações da Assistência Social por nível de proteção básica e especial, em articulação com o sistema estadual, validado pelo sistema federal. (NOB/SUAS, 2005:103)

Para atender a esta responsabilidade assumida, a SEMAS vem envidando esforços na construção de um sistema de informações, monitoramento e avaliação da política municipal de assistência social. Em 2005, criou o Núcleo de Monitoramento e Avaliação, com o objetivo de acompanhar, sistematizar, avaliar e apresentar dados sobre as ações socioassistenciais desenvolvidas pela Secretaria. Em março de 2007, com a reestruturação da SEMAS, por meio do Decreto nº 13.239, foi criada a Gerência de Gestão da Assistência Social/GGAS, que agregou as ações relacionadas a Formação Continuada; Informação, Monitoramento e Avaliação; Centro de Documentação; e Mobilização e Educação Comunitária. Nesta ocasião o Núcleo se transformou na Coordenação de Vigilância Socioassistencial/CVS, como parte desta nova gerência.

Ainda em abril de 2007, buscando dar conta da tarefa de monitoramento, avaliação e vigilância social existente na Política Nacional de Assistência Social - PNAS e na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS, foi instituído na SEMAS, pela Portaria nº 02/2007, em caráter experimental, o Sistema de Informações Socioassistenciais/SISA. A mesma portaria determinava o período de um ano para seu teste, avaliação, correção e implementação em caráter permanente.

O primeiro passo na implantação do SISA foi a elaboração dos instrumentos de registro de informações cotidianas, que iriam subsidiar a elaboração de estatísticas periódicas mais precisas e focadas nos objetivos de cada projeto, serviço ou programa. Foram elaborados pela CVS junto às demais gerências da Secretaria, fichas de cadastro, de atendimento e outros tipos de formulários de uso rotineiro. “O processo de elaboração envolveu escuta de todos os gerentes, envolvimento de coordenadores e funcionários. Foi feita uma primeira versão apresentada às equipes para crítica e posteriormente chegou-se à versão final.”<sup>92</sup>

Os dados coletados nos instrumentos de registro deveriam ser transcritos, trimestralmente, por cada Gerência, em máscaras informacionais criadas pela CVS em Excel. Estes dados subsidiariam os Relatórios Trimestrais Qualiquantitativos.

Os relatórios da Coordenação demonstram que desde o primeiro trimestre de implantação do SISA, abril a junho de 2007, somente três gerências encaminharam integralmente as máscaras preenchidas, propiciando a elaboração do Relatório Trimestral. Este quantitativo decaiu já no trimestre seguinte.

Após um ano de implantação do Sistema, em abril de 2008, como previsto na Portaria, foi organizado um seminário para sua avaliação. No encontro, a partir dos debates, foram evidenciados avanços e entraves.

O principal avanço obtido refere-se a uma nova visão sobre a importância do registro e sistematização das informações geradas cotidianamente, enquanto elementos fundamentais para a ampliação da eficiência das ações. Inicia-se um processo de disseminação da cultura do registro.

Os principais entraves apontados estão diretamente relacionados aos formulários utilizados e a forma de preenchimento dos mesmos, tais como: número excessivo de instrumentos de registro; dados em excesso e repetitivos; fichas de identificação dos usuários são os próprios prontuários, prejudicando o sigilo das informações; formulário muito extenso, demandando tempo extremamente longo para preenchimento; e dificuldade em cruzar os dados contidos nos formulários com os de outras gerências. Vale destacar que 53 instrumentos de coleta de dados foram elaborados para o SISA, sendo que 21 destes são fichas/cadastros de usuários, ou seja, a mesma pessoa, se fosse atendida em mais de uma serviço da SEMAS, teria suas informações coletadas várias vezes.

Foram apontados ainda, entraves relacionados à falta de pessoal, equipamentos e tecnologia para realizar a operação de preenchimento dos instrumentos; e a demora no retorno das informações coletadas pelos técnicos da ponta.

A complexidade e extensão dos instrumentos, a rotatividade e falta de pessoal, além da inexistência de um sistema informatizado, impossibilitavam o preenchimento e devolução dos dados à CVS em tempo hábil para que o retorno das informações sistematizadas e analisadas fosse efetivado. Os formulários eram preenchidos manualmente em papel; depois digitados um a um em máscaras no Excel; posteriormente, os dados das máscaras eram transferidos para o software estatístico SPSS onde eram computados; e por fim, eram analisados e geravam os relatórios qualiquantitativos. Este cenário aponta para a necessidade de redefinição do SISA, que acabou por não gerar os resultados a que se propunha por falta de alimentação de dados.

Partindo dessa avaliação, foi iniciado em 2009 um processo de reestruturação do Sistema com base em dois eixos estruturantes do SUAS: a Matricialidade Sociofamiliar e a Territorialização. A *Família* e o *Território* deveriam ordenar a estruturação das informações e não mais os

---

<sup>92</sup> Relatório de Gestão 2005-2008 da Gerência de Gestão da Assistência Social, Secretaria de Assistência Social, Prefeitura de Vitória.

serviços prestados. Os instrumentos utilizados para o registro das informações reforçavam esta fragmentação, dificultando a visão do núcleo familiar em determinado território.

O modelo de gestão do SUAS define que:

Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como *foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização*, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade. (PNAS, 2004: 39)

A partir desta concepção, os instrumentos de registro deveriam ser elaborados considerando a família e os dados ordenados por território e nível de complexidade dos serviços prestados. Surge daí a necessidade primordial de se criar o *Cadastro Unificado da SEMAS*, agregando as informações de todos os membros da família em um determinado domicílio. Para efetivá-lo, precisamos obter um consenso entre as equipes sobre os dados dos 21 cadastros existentes na Secretaria que deveriam permanecer a título de identificação do usuário, sua família e domicílio, e quais não seriam incluídos neste formulário, pois referem-se ao atendimento e prejudicariam o sigilo das informações. As informações contidas no cadastro poderão ser consultadas por toda a equipe e as relativas ao atendimento serão registradas em outros formulários que terão acesso as equipes técnicas, identificadas por serviço.

Salientamos que este formulário também objetiva identificar as relações familiares das pessoas em situação de rua e abrigadas, favorecendo o desenvolvimento dos serviços com base na convivência familiar e comunitária.

Outro importante desafio para a implementação desta forma unificada de registro é a alimentação e visualização por meio de sistema informatizado em rede, como forma de superar dados duplicados e retrabalho, mas principalmente a coleta excessiva de dados dos municípios.

Vale destacar que já se dispunha de várias ferramentas que propiciariam o desenvolvimento do sistema. A mais significativa delas é o Sistema de Informação da Gerência de Atenção a Família – SIGAF, um software desenvolvido pela SEMAS para sistematizar as ações dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS. Este software propicia o cadastramento dos usuários por núcleo familiar e domicílio; a concessão de benefícios e programas; a geração de folhas de pagamento, com detalhamentos financeiros, referentes a benefícios e programas com repasses financeiros.

Dois pontos importantes no SIGAF são a visão de atendimento à indivíduos e suas famílias e a organização por territórios de assistência social. Atualmente o cadastro dos CRAS conta com cerca de cento e vinte mil indivíduos componentes de trinta e cinco mil famílias. Número muito significativo se relacionarmos a população total do município. Entretanto, a agilidade e integração dos dados ficavam prejudicadas devido à falta de conectividade entre os bancos de dados. As informações eram agrupadas mensalmente pelo programador do software por meio de pendrive ou email.

Precisamos esclarecer que os bancos de dados a que estamos nos referindo pertenciam aos CRAS existentes em cada um dos doze territórios de assistência social da cidade, referenciando todos os bairros de Vitória.

Além do SIGAF, dispúnhamos ainda do software GEPS - Gestão Estratégica de Políticas Sociais, adquirido pelo Conselho Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória-COMDEVIT para as Secretarias Municipais de Assistência Social da Região Metropolitana, como parte da construção do Sistema de Informações da Assistência Social – SIAS Metropolitano.

O GEPS possibilita a leitura, cruzamento e análise de bancos de dados, por meio da geração de diversos relatórios em curto espaço de tempo. Atualmente o Sistema já comporta os seguintes bancos de dados: Cadastro Único dos Programas Sociais/CADÚNICO, Folha de Pagamento do Programa Bolsa Família, Acompanhamento da Frequência Escolar – Projeto Presença, dados do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI e o Índice de Desenvolvimento Familiar - IDF (Elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/IPEA para acompanhamento das famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família).

Esta ferramenta contribuiu para o desenvolvimento, em 2010, do Perfil de Vulnerabilidade Social por território da assistência social, permitindo o cruzamento dos dados por bairro, como ponto de partida para um diagnóstico que dê suporte ao planejamento das ações da Política de forma territorializada. Para a elaboração do perfil foram utilizadas as informações contidas no CADÚNICO e no Censo 2000. A idéia é elaborar um Perfil que contemple também as pontencialidades dos territórios. Serão agregados ao documento os dados relativos aos atendimentos realizados pela SEMAS, a rede de atendimento e os dados do CENSO 2010. Algumas informações serão georeferenciadas para facilitar o seu cruzamento e a sua visualização por território. Um grande desafio é a apresentação, discussão e complementação destas informações com os atores locais, principalmente os usuários dos serviços.

Outra importante ferramenta utilizada para tratar dados na PMV é o GEOWEB - um aplicativo que faz a leitura do Banco de Dados de Informações Georreferenciadas/BDGIS do município de Vitória. Para alimentar este banco de dados é realizado um levantamento semestralmente pela CVS sobre a localização dos equipamentos sociais que compõe a rede socioassistencial da SEMAS. O objetivo principal do GEOWEB Vitória é a democratização das informações georreferenciadas para os funcionários e público em geral que desejam encontrar a localização de diversas infra-estruturas da cidade. O sistema permite a construção de mapas com a localização da rede da SEMAS ou qualquer outra unidade de atendimento do município, como Unidades de Saúde, Escolas; além do cruzamento da incidência por território, dos dados de atendimento e indicadores de vulnerabilidade. Além da rede socioassistencial governamental, serão incluídas as unidades de atendimento não governamental que possuem registro no Conselho Municipal de Assistência Social de Vitória – COMASV.

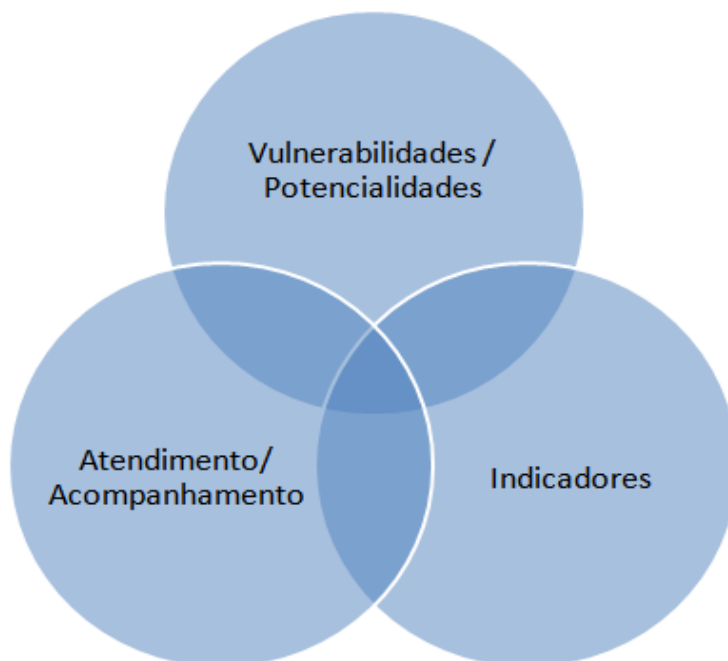
Ao longo deste processo de identificação das dificuldades e possibilidades para a implementação do Sistema de Informações, foi realizado um levantamento sobre o tipo de ocupação dos imóveis das unidades de atendimento da SEMAS (próprio, alugado, comodato ou cedido), tipo de conexão de internet e quantidade de computadores existentes por setor. Foi constatado que 65% dos imóveis da SEMAS são alugados, 20% ainda não possuem nenhum tipo de conexão à internet e cerca de 54% possuem ligação em fibra ótica. Apesar de possuímos computadores em todos os setores, identificamos a necessidade de aquisição de oitenta novos computadores para a implantação de um sistema informatizado.

No mês de agosto de 2010, a partir de todas as informações coletadas e de discussões entre as gerências da SEMAS e com outros setores da PMV, a equipe da Coordenação de Vigilância Socioassistencial, apresentou as seguintes diretrizes para o Sistema de Informações, na Reunião do Comitê Gestor da SEMAS: Cadastro unificado dos usuários, agrupado por núcleo familiar; Atendimento prestado acompanhado por nível de proteção social; Sistema Informatizado e on line; Foco na matricialidade sociofamiliar e na territorialização.

E a seguinte forma de estruturação:

- Módulo I - Vulnerabilidades e Potencialidades por Território de Assistência Social;
- Módulo II – Acompanhamento dos Serviços Socioassistenciais da SEMAS;
- Módulo III – Cadastro Georeferenciado da Rede Socioassistencial Governamental e não Governamental;
- Módulo IV – Indicadores Sociais.

Estes módulos deverão ser articulados de forma sistêmica, com a integração das informações e seus fluxos, conforme representação a seguir:



A partir desta reunião foi autorizada a criação de um grupo de trabalho com representantes de cada gerência para a construção do Sistema, que foi constituído em julho de 2011. As discussões vêm acontecendo de forma coletiva, tanto no grupo “geral”, quanto em grupos de trabalho específicos, como as equipes de trabalho da população de rua, do acolhimento institucional, dos serviços de convivência, que muitas vezes exigem um olhar mais detalhado de suas especificidades.

A partir deste cenário, buscamos dois grandes aliados na prefeitura, a Subsecretaria de Tecnologia de da Informação/SUBTI e a Secretaria de Gestão Estratégica/SEGES.

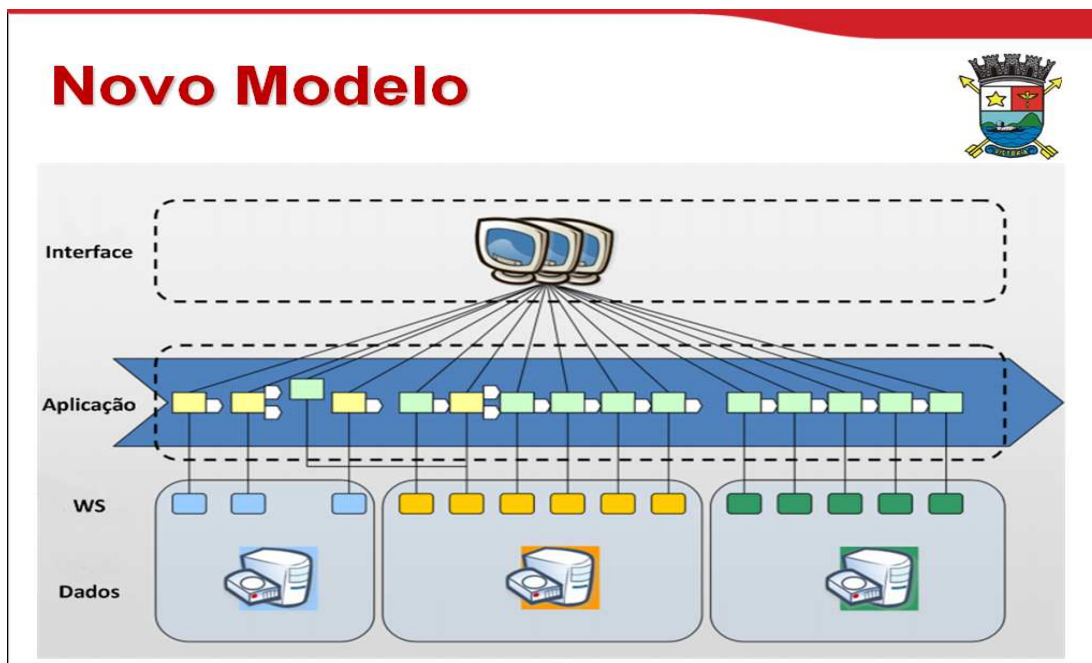
Com a SUBTI, articulamos a instalação de fibra ótica nos Centros de Referência da Assistência Social/CRAS e nos Centros de Referência Especializados da Assistência Social/CREAS para a sua interligação em rede; a implantação do Banco de Dados no servidor central da PMV, que permitiu a integração das informações contidas nos bancos de dados dos doze CRAS e a ampliação da segurança contra a perda de dados; a colocação dos fontes(conjunto de códigos de programação do sistema) no servidor central, ampliando a segurança contra a perda do programa criado para o software, além de possibilitar o acompanhamento do processo de desenvolvimento. Temos mantido contato frequente para discussão e troca de informações referentes à softwares de desenvolvimento, padronização das informações e a integração entre os sistemas, tais como: SIGAF, GEOWEB e SIPAD(Sistema de Procedimentos Administrativos).

Quanto à SEGES, estamos construindo de forma articulada a organização dos dados de atendimento e da rede da SEMAS, por nível de complexidade, mantendo uma série histórica para a disponibilização no site da PMV; a estruturação de relatórios de gestão; além da capacitação e discussão sobre indicadores sociais e processos de gestão.

Concomitante a este processo, a gestão municipal, preocupada com a fragmentação dos sistemas de informação da prefeitura e o impacto sobre as políticas sociais, propiciou a articulação entre a SEGES, a SUBTI e a SEMAS, em conjunto com outras quatro secretarias municipais, que vem discutindo a implantação de um Cadastro Municipal por meio do cruzamento de



informações dos munícipes (agregados por núcleo familiar e território) constantes nos diversos bancos de dados da PMV, por meio de Webservice, a partir do conceito da interoperabilidade, ou seja, a combinação de informações de vários sistemas, processadas para produzir um significado. É como se diz cotidianamente: “Sistemas que se conversam”, conforme apresentado no esquema abaixo:



Fonte: Apresentação Cadastro Municipal de Vitória. Paulo César Barbosa Fernandes/Analista TI – SEMFA/GDS

### Considerações Finais

A partir desta caminhada, realizada de forma coletiva, onde encontramos algumas dificuldades e muitas oportunidades, destacamos os próximos passos.

Está sendo elaborado o Plano do Sistema de Informação, Monitoramento e Avaliação, como forma de sistematizar todo o processo vivido, apresentando de forma ordenada as finalidades, diretrizes, ações a serem desenvolvidas, os atores envolvidos, os recursos necessários e os prazos a serem cumpridos.

O Sistema de Informações Socioassistenciais de Vitória tem o objetivo de promover a integração e articulação das informações da SEMAS, de forma a disponibilizá-las como ferramenta de planejamento, monitoramento e avaliação dos programas, projetos benéficos e serviços desenvolvidos pela Secretaria. Para tanto, destacamos três grandes etapas: a padronização dos dados e fluxos de informações; o desenvolvimento de um sistema informatizado que integre as informações em tempo real; bem como a realização de capacitação dos atores envolvidos.

Na etapa de padronização de dados e fluxos de informação, estão sendo identificadas as fontes de informação, que serão organizadas e centralizadas. Uma atividade importante desta etapa é a padronização dos formulários utilizados no atendimento ao usuário, permitindo a sistematização

dos dados por nível de complexidade dos serviços, seu monitoramento e avaliação. Outras duas atividades são fundamentais para que esta etapa se concretize, a construção dos fluxos de informação, considerando que o sistema integrará todos os setores e a definição de conceitos comuns.

O software de integração das informações da Secretaria vem sendo desenvolvido a partir do SIGAF e já em 2012, será lançada sua versão WEB, permitindo o acesso de todos os setores da SEMAS e a integração com outras secretarias municipais que já utilizam o software. Para tanto, já foram incluídos na proposta orçamentária de 2012 recursos para a aquisição dos novos computadores necessários a implantação do sistema.

O SIGAFWEB utiliza para o seu desenvolvimento um software livre e a conexão com outros sistemas municipais como o GEOWEB e o SIPAD, considerando o conceito de interoperabilidade, o que evitará a realimentação de dados e a produção de informações divergentes.

Um importante desafio na área tecnológica é a articulação do sistema municipal com o Federal.

A terceira etapa é a elaboração de um plano de capacitação permanente dos atores envolvidos, contemplando três eixos fundamentais: a alteração da cultura do registro, os fluxos de informação e os formulários de registro e a utilização do software.

Levamos em consideração a realidade atual que exige do profissional o preenchimento de vários formulários extensos e a dificuldade que enfrentam para a sistematização e análise dos dados. Muitas vezes, os dados coletados geram informações em outros setores, que não retornam para quem o produz. Desta forma, acreditamos que o responsável pelo registro dos dados deve ter a compreensão dos procedimentos seguintes ao registro e uso da informação. A informação registrada tem que ter sentido para quem registra, acarretando a mudança na cultura institucional.

A partir da construção coletiva de instrumentos de registro adequados a cada realidade e da formação para utilizá-los, pretendemos criar o hábito de registrar de forma cuidadosa o trabalho realizado cotidianamente.

Neste contexto, ressaltamos que os principais instrumentos de Gestão utilizados são: O Plano Plurianual da Assistência Social e os Relatórios de Gestão, enquanto instrumentos de planejamento e avaliação que devem nortear a gestão da Política Municipal.

O Plano Municipal deve traçar os objetivos e metas de forma integrada por nível de complexidade, permitindo a elaboração de indicadores que serão monitorados, produzindo a avaliação das ações e a correção de rumo a cada ano, retratados nos Relatórios Anuais de Gestão. Todos os instrumentos de coleta de dados e fluxos de informação deverão confluir para o Plano e os Relatórios, evitando o retrabalho e a perda de informação.

Por fim, vale destacar outro importante passo para a consolidação do SUAS no Município. Atualmente, encontra-se em fase de apreciação pela Câmara Municipal o Projeto de Lei nº 181/2001 que Cria o Sistema Municipal de Assistência Social de Vitória estabelecendo a organização do Sistema de Vigilância Social, Monitoramento e Avaliação da Assistência Social.

Acreditamos que a construção coletiva e a obrigatoriedade em lei proporcionarão bases sustentáveis para um Sistema de Informações que ultrapasse os Governos e passe a incorporar a Política Municipal de Assistência Social.

## Referências

BRASIL. *Norma Operacional Básica: NOB/SUAS* – construindo as bases para a implantação do Sistema Único da Assistência Social. Brasília, DF, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília, DF, 2004.

TAPAJÓS, Luziele. *Gestão da Informação no SUAS*. In Revista Serviço Social e Sociedade nº 87. São Paulo: Cortez, 2206.

VITÓRIA. *Projeto de Lei nº 181*, de 14 de julho de 2011, que institui o Sistema Municipal de Assistência Social do Município de Vitória, e dá outras providências.

## ARTIGO 3: FÓRUM DE PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA TRABALHADORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DE VITÓRIA: UM DISPOSITIVO DE CONSOLIDAÇÃO DA PNAS

Keli Lopes Santos<sup>93</sup>  
Aline Gomes Tavares Matias  
Fernando Pinheiro Schubert  
Graziella Almeida Lorentz  
Marieta Barreto Alves Vieira  
Mônica Patrícia Gomes Machado  
Paôla Danielly Uliana Peterle  
Ricardo Bodart de Andrade

## RESUMO

Esse trabalho pretende apresentar o Fórum das Psicólogas e Psicólogos da Secretaria Municipal de Assistência Social de Vitória (ES) a fim de publicizá-lo. Evidenciamos o Fórum não apenas como um dispositivo de consolidação da Psicologia no SUAS, mas, sim, principalmente, como uma tecnologia de fortalecimento dos trabalhadores como agentes ético-políticos na afirmação da Assistência Social como direito do cidadão e dever do Estado. Como dispositivo, o Fórum gera um espaço-tempo-movimento em que diferentes elementos de saber-poder e subjetivação colocam em debate e análise variáveis técnicas, conceituais, de processos de trabalho, profissionais, gerando um potente conjunto de Educação Permanente (EP). Os processos de EP – garantidos na NOBRH/SUAS (2006) – instrumentalizam os trabalhadores com estratégias de formação/intervenção continuada e de efetivação de uma gestão compartilhada. Esse movimento *publicizante* é, a um só tempo, auto-produção coletiva e espaço de produção de saúde do trabalhador, pois permite a criação de novas possibilidades de trabalho e de vida. Em funcionamento há 2 anos, o Fórum discutiu o papel da Psicologia no SUAS, possibilitou a

---

<sup>93</sup> **Keli** é graduada em psicologia e trabalha no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Consolação - SEMAS/PMV. **Aline** é graduada em psicologia e trabalha no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Itararé - SEMAS/PMV. **Fernando** é graduado em psicologia e trabalha no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Centro - SEMAS/PMV. **Graziella** é graduada em psicologia e trabalha no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Continental - SEMAS/PMV. **Marieta** é graduada em psicologia, pós graduada em Recursos Humanos e trabalha no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS São Pedro Território II - SEMAS/PMV. **Monica** é graduada em psicologia, Pós Graduada, Lato Sensu em Administração e Planejamento de Projetos Sociais e trabalha no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Inhanguetá- SEMAS/PMV. **Paôla** é graduada em psicologia, Pós Graduada, Lato Sensu em Transdisciplinaridade e Clínica e trabalha no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS São Pedro Território II - SEMAS/PMV. **Ricardo** é graduado em psicologia, Especialista em Terapia Familiar Sistêmica (CRESCENT/FDV), Mestre em Psicologia Institucional (PPGPSI/Ufes) e trabalha no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Santo Antônio- SEMAS/PMV.

apresentação dos serviços e modos de trabalho das(os) profissionais psicólogas(os), trocas de saberes e experiências, ampliação do olhar para as Políticas Públicas, melhor compreensão da organização e funcionamento da SEMAS e fortaleceu o compromisso ético-político das(os) psicólogas(os) com o SUAS. O Fórum Psicologia/SUAS/SEMAS encontra-se em ampliação, seja incentivando outros coletivos de publicizadores dessa Política, seja inspirando outros municípios capixabas. Importa salientar a ‘VII Conferência Municipal de Assistência Social’, a qual contou com intensa participação de integrantes do Fórum e cuja Plenária deliberou a realização do ‘Fórum Municipal dos Trabalhadores do SUAS de Vitória’ no horário de trabalho, chancelando-o publicamente como núcleo legítimo de discussão e fomento à qualificação dos serviços. Além desse, são atribuídos ao Fórum os sentidos de “reunião”, “congresso”, de uma “conferência que envolve o debate de um tema”. Isso nos deixa a certeza de que acertamos em insistir nesse desafio democrático, potente e imbuído de causas coletivas: e há causa mais coletiva do que tratar como público o que é – ou deveria ser – público?

*Palavras-Chave:* dispositivo, coletivo, co-gestão, educação permanente, saúde do trabalhador.

## 1. INTRODUÇÃO

Alavancar uma discussão que problematize a organização do trabalho que se sustenta nos equipamentos públicos da Assistência Social aponta para uma análise cotidiana das implicações<sup>94</sup> dos trabalhadores em seus modos de existência, em que se forjam expectativas e valores, afirmando práticas que possibilitam o funcionamento desse trabalho. Os modos como explicamos as posturas, contribuições e ações da psicologia na Assistência nos implica diante deste campo de estudo, de prática e de política pública e perfaz, por si, uma intervenção.

Ao mesmo tempo, esses trabalhadores sofrem diretamente atravessamentos de protocolos e rotinas nos modos de vivenciar o trabalho; estruturas gerenciais, hierárquicas, metas, urgências e instituições, um complexo misto. Este não raro tende contrariamente ao que o grupo de trabalho concebe como pertinência técnica local e não raro tendem a ser mal analisado<sup>95</sup>. Nesse caminho, o conceito de instituição é crucial para nós, pois se torna um pivô central para o questionamento dos modos habituais, indispensável força crítica de combate ao assistencialismo e ao debate morno na Assistência.

Instituição é um conjunto de regras e essas indicam (conduzem) jeitos de fazer, de sentir, afetar e ser afetado. ‘Educação’ (pública) e ‘casamento’ são exemplos de instituições, pois encerram regras de pensamento e ação (BODART, R. A., LEITE, L e HECKERT, A. L. C., 2007, p. 105.). Nesse sentido, ‘Assistência Social’ é uma instituição, que, por sua vez, faz pensar, fazer e falar (de determinados modos e não de outros), ao passo que também é atravessada por diversas instituições (serviço social, psicologia, Democracia, Direitos Humanos, Cidadania, Religião, Família, a idéia de emancipação como individualidade pessoal ou familiar, dentre outras.).

<sup>94</sup> “[...] E a implicação não é de modo algum o contrário da explicação: aquilo que explica implica por isso mesmo, o que desvela vela. Tudo na Natureza é feito da coexistência desses dois movimentos, a Natureza é a ordem comum das explicações e das implicações.” (DELEUZE, 2002, p.81)

<sup>95</sup> Os mistos são compostos por variações de *natureza* (ou tipo) e de *intensidade* (ou grau) diversos. Todo acontecimento é um misto. Um acontecimento, um acompanhamento familiar avaliado como superficial, por exemplo, é um dos *efeitos* (dentre vários outros) de um elemento maior, ou seja, é de uma mesma natureza que vários outros acontecimentos (o ativismo, falta de tempo para discutir casos, insegurança diante de contratos de trabalho não estatutários). Por vezes, tais efeitos são tomados como sendo fatos em si mesmos ou, ainda, como elementos meio que independentes, de outra natureza; geralmente são tidos como algo de natureza pessoal, da ordem da competência, da organização ou do compromisso, que alguma pessoa tem ou não tem. Na verdade, quando consideramos o número insuficiente de técnicos e a realização de atividades não compatíveis com suas formações acadêmicas superiores (preenchimento de cadastros, avaliação e dispensação de cestas básicas) – só para citar duas – percebemos que a ‘superficialidade’ acima mencionada é efeito de um processo mais amplo de gestão. Para mais detalhes sobre acontecimento, mistos e mistos mal analisados cf. Deleuze (1999).

Acompanhamos Deleuze (1992) quando este afirma que “[...] toda instituição impõe a nosso corpo, mesmo em suas estruturas involuntárias, uma série de modelos, e dá à nossa inteligência um saber, uma possibilidade de previsão, assim como de projeto” (p.137). Aquilo o corpo e mente de um trabalhador – ou de um grupo de trabalhadores – pode, ou não pode, é modelada por princípios, ações e tensões da instituição Assistência (Vitoriana).

Ao evidenciar princípios, ações práticas, teóricas e tensionamentos que habitam a rotina de trabalho, espera-se por em análise nuances que geralmente não se revelam aos olhos de quem participa dela, é atravessado por ela e também a produz. Na medida em que não há tantas facilidades para se abrir espaços em que se possa falar/viver o trabalho de outras formas, muitas vezes o(a) trabalhador(a) alimenta as próprias condições desfavoráveis para essa abertura (ativismos, hierarquização, protocolos endurecidos a serem seguidos, submissão a demandas inadequadas ao seu cargo devido à fragilidade do vínculo empregatício).

No âmbito do “mundo do trabalho”, a demanda cada vez maior por um trabalhador competitivo e especializado, favorece a produção do processo de alienação que, segundo Marx, dificulta a construção de uma relação de criação com o trabalho, em que neste nos reinventamos cotidianamente. O trabalho em nossas sociedades, ao invés de realizar as potencialidades do homem, termina por escravizá-lo, desumanizando-o (MARX, 2004).

É no caminho do processo de democratização brasileiro e efetivação do SUAS por meio da PNAS, assumindo nossa parcela de co.construtores dessas recentes conquistas populares, é que apresentamos o Fórum de profissionais de Psicologia da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura de Vitória (SEMAS/PMV).

## 2. OBJETIVO

Esse trabalho pretende, então, apresentar e publicizar o Fórum dos Profissionais de Psicologia da SEMAS/PMV. Este Fórum de psicólogas e psicólogos tem funcionado não apenas como um espaço de consolidação desta profissão no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Este congresso mensal de profissionais tem sido principalmente um dispositivo<sup>96</sup> de fortalecimento de todos os trabalhadores do SUAS, como agentes ético-políticos que são na consolidação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), esta um direito do cidadão e dever do Estado.

Acreditamos que dando visibilidade à experiência dispositivo-Fórum, publicizarmos as estratégias construídas ao longo desse processo, o qual desencadeia mecanismos de produção de saber coletivo e de saúde do trabalhador a partir do encontro entre saberes das disciplinas científicas e as experiências de profissionais de psicologia-trabalhadores do SUAS. Constrói-se assim um *saber-fazer* gerado nas conquistas e vicissitudes diárias e no compartilhamento coletivo desse saber gerado no fazer.

Nesse sentido, pretende-se destacar esse “lugar” ocupado pelos profissionais ‘psi’ como mais um trabalhador do SUAS. Sujeitos e partícipes tanto de práticas geradoras de saúde, como daquelas adoecedoras, constituindo também, portanto, fluxos e forças que ponham em análise os processos de trabalho na Assistência. Com tudo isso objetiva-se, finalmente, dar visibilidade tanto às práticas saudáveis e coletivamente emancipatórias, fortalecendo-as, como às ações rígidas, hierarquizantes, que desqualificam saberes, produzindo adoecimento, sensação de

---

<sup>96</sup> Montagem ou artifício produtor de inovações que gera acontecimentos e devires, atualiza virtualidades e inventa o novo radical. Em um dispositivo, a meta a alcançar e o processo que a gera são imanentes entre si. [...] Os dispositivos, geradores da diferença absoluta, produzem realidades alternativas e revolucionárias que transformam o horizonte considerado do real, do possível e do impossível. (BAREMBLITT, 2002, p. 135).

impotência e dificultam, nesse campo de forças institucionais, a efetivação da PNAS. Estas últimas, despóticas, diluímo-las e transformamo-las.

### 3. REFERENCIAL TEÓRICO

Pondo em análise nossas práticas profissionais neste campo recente, multiprofissional e em reformulação constantes, pomos em discussão o que temos feito como trabalhadores sociais<sup>97</sup> que somos, cruciais nos processos de produção de subjetividade<sup>98</sup>. Nós nos encontramos numa...

[...] encruzilhada política e micropolítica fundamental. Ou vão fazer o jogo dessa reprodução de modelos que não nos permitem criar saídas para os processos de singularização, ou, ao contrário, vão estar trabalhando para o funcionamento desses processos na medida de suas possibilidades e dos agenciamentos que consigam pôr para funcionar (GUATTARI; ROLNIK apud OLIVEIRA, 2010, p.10)

Para longe de qualquer visão dicotômica, os trabalhadores no SUAS participam tanto dos mecanismos de manutenção e reprodução do poder, quanto de resistência<sup>99</sup> e ruptura da ordem social vigente. Portanto, ao mesmo tempo em que realizam seu trabalho subordinado a normas de enquadramento e controle, inventam outros modos de trabalhar e viver.

Dessa forma, o Fórum apresenta-se como um dispositivo potente para a organização geral dos trabalhadores do SUAS e de instituição de espaços de Educação Permanente<sup>100</sup>, conforme preconizado na Norma Operacional de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/Suas, 2006), instrumentalizando os trabalhadores com outras/novas ferramentas que poderão impulsionar esse processo de formação/intervenção continuada e a efetivação de uma gestão compartilhada, democrática e participativa, conforme preconizado na Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS, 2005). O que poderá contribuir para o processo de fortalecimento da gestão do trabalho no SUAS<sup>101</sup> numa perspectiva crítica e emancipatória.

O processo de Educação Permanente, como efetivado no Fórum dos Profissionais de Psicologia, favorece o desenvolvimento do trabalhador, no sentido em que, no coletivo<sup>102</sup>, a gestão do trabalho é compartilhada e as instrumentalizações se constroem continuamente a partir do conhecimento cotidiano dos trabalhadores e da interação com referenciais teóricos e normativos, culminando no processo de Desenvolvimento do Trabalhador para o SUAS<sup>103</sup> (NOB-RH/Suas, 2006).

<sup>97</sup> Assistentes sociais, psicólogos, jornalistas, etc.

<sup>98</sup> Guattari e Rolnik (1986) trabalham com a idéia de subjetividades como fabricadas e modeladas no registro do social, dissociada da idéia de indivíduo ou individualidade. Afirmam que a subjetividade não está circunscrita ao indivíduo, mas assumida por indivíduos em suas existências particulares, sendo expressão de múltiplos agenciamentos produzidos socialmente.

<sup>99</sup> Resistência no sentido de estranhamento, tensão em relação ao que está constituído, e também, experiência de problematização desse instituído, o que significa, no mesmo movimento, criar outras formas de existir e outros mundos.

<sup>100</sup> Educação permanente: constitui-se no processo de permanente aquisição de informações pelo trabalhador, de todo e qualquer conhecimento, por meio de escolarização formal ou não formal, de vivências, de experiências laborais e emocionais, no âmbito institucional ou fora dele. Compreende a formação profissional, a qualificação, a requalificação, a especialização, o aperfeiçoamento e a atualização. Tem o objetivo de melhorar e ampliar a capacidade laboral do trabalhador, em função de suas necessidades individuais, da equipe de trabalho e da instituição em que trabalha, das necessidades dos usuários e da demanda social (NOB-RH, 2006, p. 38).

<sup>101</sup> Gestão do Trabalho no Suas: gestão do processo de trabalho necessário ao funcionamento da organização do sistema, que abarca novos desenhos organizacionais, educação permanente, desprecarização do trabalho, avaliação de desempenho, adequação dos perfis profissionais às necessidades do SUAS, processos de negociação do trabalho, sistemas de informação e planos de carreira, entre outros aspectos. (NOB-RH/Suas, 2006, p.38)

<sup>102</sup> Com efeito, o termo coletivo deve ser entendido aqui como que no sentido de uma multiplicidade que se desenvolve para além do indivíduo junto ao socius, assim como aquém da pessoa, junto a intensidades pré-verbais derivando de uma lógica dos afetos mais do que de uma lógica dos conjuntos bem circunscritos. (GUATTARI, 1992, p. 20)

<sup>103</sup> Desenvolvimento do trabalhador para o suas: para efeitos desta NOB, entendem-se como “desenvolvimento do trabalhador” as atitudes, circunstâncias, ações e eventos que assegurem ao trabalhador o crescimento profissional e laboral que

Além disso, esse processo de auto-produção coletiva do espaço de educação permanente do Fórum é, também e imediatamente, espaço de produção de saúde do trabalhador, pois permite a criação de normas de trabalho e de vida.

De acordo com o pensamento do médico e filósofo Georges Canguilhem (1990) “O que caracteriza a saúde é a possibilidade de ultrapassar a norma que define o normal momentâneo, a possibilidade de tolerar infrações à norma habitual e de instituir normas novas em situações novas.” (p. 158). Saúde não é pensada, portanto, como o oposto de doença, mas como luta cotidiana pautada numa normatividade própria do vivo, capacidade de tolerar, criar e transformar as adversidades do meio em que se vive e trabalha.

#### 4. HISTÓRICO E RESULTADOS

Se definirmos um marco para a instituição de qualquer fato histórico, fazemos isso abruptamente. Como nos disse Deleuze (...), “o que a história capta do acontecimento é sua efetuação em estados de coisas, mas o acontecimento em seu devir escapa a história.” Sendo assim, falaremos, a partir de nossas próprias experiências<sup>104</sup>, de um processo que se fez/faz com o engajamento de trabalhadores implicados na construção de espaços de problematização coletiva como forma de potencializar novos modos de fazer/pensar a política de Assistência Social.

Se nosso intuito for localizar um tempo-espaço, podemos falar de um fórum de profissionais da Psicologia da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura de Vitória a partir de agosto de 2009, com o lançamento da Carta aos Gestores (em anexo). Antes disso nos reuníamos enquanto psicólogos da Gerência de Atenção a Família (GAF), responsável pela administração dos Centros de Referência de Assistência Social.

Sempre preocupados em discutir e debater qual o papel do psicólogo frente às vulnerabilidades sociais apresentadas pelas famílias atendidas nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS/Vitória, esses profissionais buscaram pesquisar e estudar os documentos disponibilizados pelo MDS (Ministério de Desenvolvimento e Combate a fome) e pelo CREPOP (Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, órgão vinculado ao Conselho Federal de Psicologia). As reuniões eram abertas aos gestores e todas as atas do Fórum eram disponibilizadas à coordenação dos CRAS para apreciação e inclusão de pautas. Desta forma gestores e trabalhadores poderiam pensar juntos em como efetivar a PNAS e conseqüentemente a interdisciplinariedade e como a categoria poderia contribuir junto ao Serviço Social para mudar as situações de famílias em extrema pobreza.

Ao longo das discussões eram perceptíveis os equívocos e a falta de clareza do trabalho dos psicólogos e assistentes sociais e que uma grande caminhada ainda estava para ser trilhada em busca de uma ação psicossocial.

Outra dificuldade encontrada e apresentada pelos psicólogos era a existência de profissionais que pouco escreviam ou registravam sobre seus trabalhos, tendo o profissional que vinha posteriormente iniciando seus trabalhos sem nenhuma orientação ou direcionamento do que estava sendo realizado antes. Obviamente não deixando de citar a necessidade da estabilidade profissional através de concursos públicos e planos de cargos e salários.

---

possibilite o pleno desenvolvimento humano, a sua satisfação com o trabalho, o reconhecimento, a responsabilização com compromissos pelos direitos de cidadania da população e a prestação de serviços com acolhimento e qualidade à população usuária do Sistema. (p.37)

<sup>104</sup> Aquilo que nos toca, que tem um registro nos sujeitos, produzindo modos de ser e operar sobre a realidade. São pontos de criação de sentido.

Desde então, fez-se necessário o aperfeiçoamento dos registros e de instrumentos a serem utilizados pelos psicólogos para que o trabalho realizado por um profissional não se perca caso haja necessidade de mudança de psicólogo e sim que os trabalhos sejam somados.

Acrescenta-se a essa discussão a necessidade de trabalhadores efetivos conforme a NOB-RH e desburocratização das contratações de estagiários remunerados de Psicologia a fim de preparar futuros profissionais a atuarem na Assistência Social.

Foi realizado contato junto a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) visto desenvolverem trabalhos de intervenção a respeito de Saúde do Trabalhador. Tal contato seria repassado e divulgado a coordenação técnica dos CRAS para futuro planejamento de ações junto aos trabalhadores.

Ainda em 2009, os psicólogos debateram sobre a participação de psicólogos da média e alta complexidade no Fórum a fim de esclarecer a todos os participantes a atuação dos psicólogos na Assistência Social de maneira integral e a publicização dos debates ocorridos no fórum afim de convidar mais participantes ao debate.

Devido as intensas reuniões agendadas nas salas de reuniões da SEMAS e com o amadurecimento dos debates e a necessidade de articulações mais amplas, o coletivo organizou-se para uma conversa com o Conselho Regional de Psicologia (CRP 16º região), fortalecendo o debate da política de Assistência Social e ampliando os espaços para a consolidação da Psicologia no SUAS. Iniciamos esta articulação participando das reuniões da Comissão de Políticas Públicas do CRP, na qual entregamos um projeto por escrito. Além dos argumentos contidos na Carta aos Gestores, nos apoiamos nas resoluções do VII Congresso Nacional de Psicologia para justificar a construção do Fórum, já que trazia deliberações específicas para o sistema conselhos no que tange a política de Assistência Social<sup>105</sup>.

Em agosto de 2009, foi criada a lista de discussão *online*: [forumpsiipmv@yahoogrupos.com.br](mailto:forumpsiipmv@yahoogrupos.com.br). Um grupo virtual de discussão em que foi produzido, coletivamente, uma carta que denominamos Carta aos Gestores, que continha argumentos e justificativas para a existência do Fórum dos (as) psicólogos (as) na secretaria.

Acrescenta-se que os profissionais trocavam experiências, arquivos e documentos além de divulgarem projetos e decretos do MDS. A lista de discussão por e-mail objetivava manter os *psis* bem informados e atualizados no que tange a Política Nacional da Assistência Social. Desde então, psicólogos de outros equipamentos públicos além dos CRAS começaram a “participar” das reuniões, pois se aumentou o canal de comunicação com profissionais que apresentavam impossibilidade de comparecer às reuniões.

Muitas foram as contribuições do Fórum no trabalho dos psicólogos atuantes no SUAS. Um destaque está na discussão sobre o trabalho clínico tradicional e individualizante frente ao trabalho psicossocial, coletivo e com reflexões sobre políticas públicas.

A fim de fortalecer a participação de mais profissionais, as reuniões aconteciam em um dia da semana alternado não prejudicando as atividades nos serviços.

---

<sup>105</sup> “Implantar/Implementar espaços para discussão e reflexão sobre o fazer da Psicologia na Assistência Social, por meio de Encontros e Seminários e da formação de uma comissão de Assistência Social nos CRPs.” (p. 88) E ainda: “Promoção, pelo Sistema Conselhos, de espaços para discussão da Política de Assistência Social e do trabalho interdisciplinar nela inserido, por meio da reunião de profissionais atuantes nessa área, com vistas a qualificar e ampliar a produção de referência e assim contribuir para as regulamentações e definições relativas ao papel do psicólogo na assistência social.” (p. 88) Disponível em: [http://www.crsp.org.br/portal/midia/pdfs/Relatorio\\_Final\\_VII\\_CNP.pdf](http://www.crsp.org.br/portal/midia/pdfs/Relatorio_Final_VII_CNP.pdf)



Foi pensado o processo de ampliação da participação neste encontro para psicólogos (as) de outras gerências, equipamentos e serviços da SEMAS, vislumbrando como horizonte mais amplo a criação do Fórum Municipal dos Trabalhadores do SUAS<sup>106</sup>.

Com a anuência da coordenação técnica dos CRAS convidamos os (as) psicólogos (as) do Serviço de Orientação Sócio-Familiar (SOSF)<sup>107</sup> e fomos ampliando gradativa e paulatinamente a inclusão de outros (as) profissionais dessa categoria.

Participavam outros equipamentos públicos da Assistência Social como os CCTI (Centros de Convivência da Terceira Idade), CRAS, antigo SOSF ( Serviço de Orientação Sócio-familiar)/Sentinela, Abordagem de Rua, Acolhimento Institucional, Centro de atendimento dia infantil, NUCAVI ( Núcleo de Violência Contra ao Idoso), Programa Família Acolhedora, Serviço de Abrigamento.

A importância e o nível de discussão entre os profissionais do Fórum eram vistos pelos participantes como um momento de formação e atualização profissional. Ao final de 2009, alguns questionamentos surgiram devido à necessidade destes espaços para os assistentes sociais, porém ainda se tornavam inviáveis reuniões semelhantes, devido ao número superior de assistentes sociais nos CRAS frente aos de Psicologia, muito havia de ser pensado para efetivar espaços de encontros e discussões, com maior frequência, junto aos assistentes sociais, sem que com isso se prejudicassem os serviços.

O grupo buscou identificar todos os psicólogos trabalhadores no SUAS e convidá-los através de seus gerentes a participarem do Fórum de Psicólogos da SEMAS.

Ao longo de 2010, o Fórum continuou a divulgar congressos, conferências e seminários com temas pertinentes a atuação dos psicólogos atuantes no SUAS além de estudos de documentos e resoluções do MDS.

Era comum a necessidade de discutir o papel dos psicólogos nos serviços de proteção social básica e especial além do trabalho conjunto com o Serviço Social. A PNAS era comumente discutida e novas idéias e ações eram desenvolvidas neste espaço inventivo e criativo.

Em 2010, os psicólogos de cada equipamento público apresentaram o serviço do qual estão lotados buscando a reflexão sobre o trabalho técnico, a política e a forma como esta organização de trabalho incide sobre as intervenções realizadas pelos órgãos públicos. As apresentações surtiram efeitos positivos nos locais de atuação dos profissionais, visto que informações detalhadas e a possibilidade de trabalhos em parceria entre níveis de complexidade diferentes tornaram-se mais viáveis e maiores esclarecimentos e distinções entre os trabalhos foram percebidos.

O Fórum de Psicólogos da SEMAS, o trabalho engajado e a responsável de psicólogos de inúmeros municípios do Espírito Santo e a troca de experiência com profissionais atuantes de outras prefeituras do estado foram fatores decisivos para a reimplantação do sindicato estadual dos psicólogos, sendo este reativado em julho/2010.

O Fórum se efetivou como mais um espaço para a divulgação, análise e discussões das reuniões do Fórum Estadual de trabalhadores do SUAS. Tal direcionamento tornou possível maior divulgação dos trabalhos sobre a importância em se discutir a política, sua organização, seus equipamentos, as intervenções na realidade das famílias atendidas pelos equipamentos e seus trabalhadores.

---

<sup>106</sup> Em consonância com uma deliberação da Conferência Municipal de Assistência Social de 2009. Até este momento ainda não havia ocorrido a Conferência Estadual e Nacional, que também deliberaram essa proposta em seus respectivos âmbitos.

<sup>107</sup> Atualmente reformulado/reorganizado enquanto CREAS.

O grupo ainda levantou a possibilidade de organizar um evento solicitando apoio junto a PMV/SEMAS e ao CRP-16 a fim de ofertar visibilidade ao trabalho desenvolvido pelos psicólogos e assistentes sociais do SUAS. Muitos são os trabalhos com reconhecimento fora do estado e que precisam ser mais enfatizados dentro do estado e até mesmo no município.

Apesar das dificuldades, o Fórum foi consolidando-se enquanto referência, inclusive para outros municípios, que procuravam trocar experiências sobre a mesma iniciativa para a implementação em seus locais de origem.

Em 2011, o Fórum apresentou ausências mais frequentes de seus participantes apresentando como justificativas a rotina intensa de trabalho em seus locais de trabalho. Uma discussão que também se mostrou presente diz respeito ao espaço da psicoterapia e a necessidade dos serviços de saúde em abarcar tal atividade, visto ser uma demanda presente entre famílias atendidas no SUAS, além do fato de que tal ação não está contemplada na Política de Assistência Social, assim entendido por todos os participantes.

A fim de fortalecer o movimento nacional de implantação de Fóruns Municipais de Trabalhadores da Assistência Social, o Fórum de Psicólogo da SEMAS ampliou o convite aos assistentes sociais do SUAS. Tal convite foi visto como uma ampliação e consolidação da PNAS onde a discussão com todas os trabalhadores do SUAS se faz pertinente a fim de efetivar a Política.

Dentre as atividades desenvolvidas durante esses dois anos, podemos citar a discussão do papel da Psicologia no SUAS; a apresentação dos serviços em que as (os) psicólogos (as) atuam, como atuam e como querem que atuem; trocas de saberes e de experiências; ampliação do olhar para as políticas públicas e melhor compreensão da organização e funcionamento da SEMAS; tessitura de redes vivas de trabalho; ampliação do compromisso ético, técnico e político dos (as) psicólogos (as) com o SUAS; dentre outros.

Os espaços de educação permanente preconizados pela NOB-RH/SUAS, devem ser recursos acessíveis a todos os trabalhadores do SUAS, não só aos técnicos e gestores, mas também aos auxiliares de serviços gerais, auxiliares administrativos, recepcionistas e também demais atores dos equipamentos disponíveis na rede sócio-assistencial do território.

A participação - tanto quantitativa, quanto qualitativa - dos profissionais de Psicologia na última Conferência Municipal de Assistência Social é termômetro para medir a importância do Fórum dos (as) Psicólogos (as) na consolidação desta profissão no SUAS, na organização geral dos trabalhadores do SUAS, na ampliação do debate democrático e do controle social e, portanto, para a própria consolidação da Assistência Social enquanto direito do cidadão e dever do Estado.

Aposta-se aqui nas possibilidades de construção de um trabalho cuja perspectiva seja ética onde se faz necessário um exercício de reflexão sobre o que estamos a “fazer” de nós, o que estamos a construir com nossas ações. Mas, também é acompanhada de uma afirmação política: a de que nossa vida se faz de forma interdependente, coletiva, e sendo assim, não é possível pactuar com ações que amesquinhem e diminuam o viver. O que quer que façamos por nós, necessita de uma ação conjunta e que vise o bem de todos.

## **5. CONSIDERAÇÕES GERAIS**

Evidencia-se nessa experiência que o Fórum tornou-se um espaço de formação permanente e produtor de saúde, construído legitimamente pelos trabalhadores e preconizado pela NOB-RH. Tornou-se ainda, um espaço criativo e inventivo de ações e atividades preconizados pela

Política Nacional de Assistência Social e que a descoberta pelo fazer *Psi* não se encerra neste Fórum, mas começa e passa por ele. Consolidar espaços de trocas e reformulações de políticas é consolidar a PNAS.

Faz-se necessário então, a ampliação desse espaço como lugar de todos os trabalhadores do SUAS, pedagogos, psicólogos, educadores sociais, assistentes sociais, administradores, auxiliares administrativos, vigilantes e todos aqueles que possuem papel preponderante na efetivação da PNAS em prol de políticas feitas para e por cidadãos e fortalecidos por eles. Espaços estes que devem sempre ser estimulados e apoiados.

## 6. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BAREMBLITT, G. F. Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática. Belo Horizonte: Instituto Felix Guattari, 2002.

BENEVIDES, R.D.B.. Grupo: a afirmação de um simulacro. Porto Alegre: Sulinas/Editora da UFRGS, 2007.

BODART, R. A., LEITE, L e HECKERT, A. L. C. Novidade? Novidade! Impensáveis... Ensaio sob(re) a Invenção em Psicologia In Jornada de Análise Institucional (1. : 2007 : Vitória, ES). Anais da I Jornada de Análise Institucional. Evento organizado pelo Programa de Educação Tutorial em Psicologia (PET/Psicologia) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), pelo Departamento de Psicologia da Ufes e pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional (PPGPSI/Ufes). Realizado de 14 a 15 de agosto de 2007 – Vitória : Faculdade Saberes, 2007. 1 CD-ROM. p. 103 a 111.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. Norma Operacional Básica do Suas (NOB-SUAS). Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. Norma Operacional Básica de Recurso Humanos do Suas (NOB-RH/Suas). Brasília, 2006.

CANGUILHEM, G. O Normal e o Patológico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

DELEUZE, Gilles (1999). Bergsonismo. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. 1ª Edição: 1999. São Paulo: Ed. 34, 1999. 144 p.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. O que é filosofia? Rio de Janeiro : Ed. 34, 1992 (Coleção TRANS)

GUATTARI, F. & ROLNIK, S. Micropolíticas: cartografias do desejo. 3.ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 1986.

MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Bom Tempo Editorial, 2004.

OLIVEIRA, C. M. C. de. Atenção básica na Assistência Social: entre miséria necessária, artes de governar e redes de solidariedade. 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

<[http://www.crpsp.org.br/portal/midia/pdfs/Relatorio\\_Final\\_VII\\_CNP.pdf](http://www.crpsp.org.br/portal/midia/pdfs/Relatorio_Final_VII_CNP.pdf)>. Acesso em: 14 Nov. 2011.

Aline Gomes Tavares Matias - [matias.psi@hotmail.com](mailto:matias.psi@hotmail.com);  
Keli Lopes Santos – [keli\\_ls@yahoo.com.br](mailto:keli_ls@yahoo.com.br)  
Graziella Almeida Lorentz – [grazi\\_lorentz@hotmail.com](mailto:grazi_lorentz@hotmail.com) – 8185-5422  
Fernando Pinheiro Schubert – [schubert\\_fernando@yahoo.com.br](mailto:schubert_fernando@yahoo.com.br) - 8139-8393  
Mônica Patrícia Gomes Machado - [monicapgm@hotmail.com](mailto:monicapgm@hotmail.com);  
Marieta Barreto Alves Vieira - [maribvieira@gmail.com](mailto:maribvieira@gmail.com);  
Paôla Danielly Uliana Peterle – [paolapeterle@hotmail.com](mailto:paolapeterle@hotmail.com) – 9239 2704

#### **ARTIGO 4: O PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VITÓRIA/ES: UMA EXPERIÊNCIA EM CONSTRUÇÃO**

Pollyana Tereza Ramos Pazolini<sup>108</sup>  
Dalva Schneider<sup>109</sup>

A Assistência Social esteve a muitos anos atrelada ao estigma do assistencialismo, favor, clientelismo, perpassando por caminhos de lutas e conquistas alcançadas pela sociedade para se tornar uma Política de Seguridade Social não contributiva, colocando-a como direito do cidadão em situação de vulnerabilidade social. Nesse caminho com a implantação da Política de Assistência Social (PNAS) e do Sistema Único de Assistência Social é legitimado um novo modelo de organização da assistência social no Brasil. Concebendo essa reconfiguração, a gestão do trabalho e a formação dos trabalhadores tornam-se uma área estratégica e prioritária com a implantação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB/RH). É diante desse novo cenário da Assistência Social que no ano de 2007 foi pensado na Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) o Programa de Formação Continuada. Neste artigo se pretende relatar a experiência do Programa de Formação Continuada, e como se dá sua atuação nesse contexto. Além do relato dessa experiência almeja-se problematizar o tema formação continuada, a partir da apresentação de alguns aspectos conceituais sobre a Educação Permanente e Educação Continuada e a caracterização de suas diferenças. Buscou-se contribuir com algumas considerações que permitam a reflexão dessa prática na Secretaria, pontuando seus avanços e os desafios para sua efetivação enquanto eixo estruturante da Política de Assistência Social.

Palavras-chave: Formação Continuada, Educação Permanente, Assistência Social

### **1. INTRODUÇÃO**

A Assistência Social esteve há muitos anos atrelada ao estigma do assistencialismo, favor, clientelismo, perpassando por caminhos de lutas e conquistas alcançadas pela sociedade para se tornar uma Política de Seguridade Social não contributiva, colocando-a como direito do cidadão em situação de vulnerabilidade social. Nesse caminho com a implantação da Política de Assistência Social (PNAS) e do Sistema Único de Assistência Social é legitimado um novo modelo de organização da assistência social no Brasil.

---

<sup>108</sup> Assistente Social do Programa de Formação Continuada e estudante da Pós Graduação Latu Senso em Gestão Estratégica em Pessoas: competências e diversidades. Email: [pollyana\\_pazo@hotmail.com](mailto:pollyana_pazo@hotmail.com) / 8143-6595. Link lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4202002P6>.

<sup>109</sup> Estudante de Serviço Social e estagiária do Programa de Formação Continuada

Os avanços obtidos a partir dessas conquistas nos colocam frente a novos desafios. Foram produzidas mudanças nos setores administrativo, financeiro e metodológico, redimensionado a gestão da Assistência Social. É nesse contexto, que as habilidades e competências dos trabalhadores da assistência social devem ser ampliadas, atualizadas e aprofundadas.

Concebendo essa reconfiguração, a gestão do trabalho e a formação dos trabalhadores tornam-se uma área estratégica e prioritária com a implantação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (Nob/RH) onde prevê que a capacitação deve ser promovida com a finalidade de produzir e difundir conhecimentos que devem ser direcionados ao desenvolvimento de habilidades e capacidades técnicas e gerenciais.

Atendendo a essa perspectiva, a Secretaria Municipal de Assistência Social de Vitória (Semas), através da Gerência de Gestão da Assistência Social (GGAS), propôs a implantação de um Programa de Formação Continuada a partir da ótica da Educação Permanente.

Neste trabalho será apresentado como a implementação do Programa de Formação Continuada da Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas), atua nesse contexto, proporcionando a todos, inicialmente, um alinhamento de conhecimentos relativos à Política de Assistência Social.

Faz-se-a também uma reflexão sobre a educação permanente, fundamento para a capacitação dos trabalhadores da Assistência Social, e a Formação Continuada e a caracterização de suas diferenças.

## **2. HISTÓRICO**

A partir da promulgação da Constituição Federal em 1988, ficam criadas as premissas que visavam o reconhecimento da Assistência Social como um dos tripés da Seguridade Social, junto com a Saúde e a Previdência Social. A assistência social passa a ser reconhecida enquanto um direito do cidadão e não um favor do Estado e das entidades filantrópicas. A CF/88 ofereceu a oportunidade de reflexão e mudança, inaugurando um padrão de proteção social afirmativo de direitos que superasse as práticas assistenciais. No entanto somente em 1993 houve de fato uma regulamentação dos artigos pertinentes às instituições de assistência com a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas).

A Loas introduziu uma nova realidade institucional, propondo mudanças estruturais e conceituais, um cenário com novos atores revestidos com novas estratégias e práticas, mas é importante apontar também que o governo tem mantido projetos sociais de cunho assistencialista, focalista, já que esses benefícios visam atender a população mais pobres, acentuando seu caráter seletivo.

Como forma organizativa da Loas surge o Sistema Único da Assistência Social (Suas) em 2004 que torna possível um sistema descentralizado, participativo, com mecanismo de regulação e, fortalece seu caráter efetivo de política pública. É nesse caminho que a PNAS e a Norma Operacional Básica (Nob) nascem em 2004, de esclarecer as diretrizes no reconhecimento e aplicação da assistência social enquanto direito de cidadão. Essa reestruturação da Política de Assistência Social apresenta o grande desafio de se pensar na gestão dos trabalhadores que irão executar essa política. E é sob essa perspectiva que surge a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (Nob/RH) em 2005 apresentando as diretrizes para Gestão do Trabalho na Assistência Social.

No ano de 2011 foi obtido um grande avanço com a aprovação do Projeto de Lei que institui o Sistema Único de Assistência Social. Esta lei altera a Loas incluindo na redação o modelo de organização contido na PNAS, transformando o Suas em lei.

No município de Vitória o órgão gestor da Política de Assistência Social é a Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas) que tem o objetivo de garantir a todo cidadão de Vitória o direito à família, à infância, à adolescência, à velhice, à inserção no mercado de trabalho, à reabilitação profissional, à integração comunitária e social (Lei Orgânica da Assistência Social, nº 8.742). Para isso, caminha junto com a sociedade civil e organizações não-governamentais no desenvolvimento de projetos e ações que visam atender as necessidades básicas da população.

No ano de 2005 o município habilitou-se na gestão plena que, dentre outros pontos, prevê a responsabilidade da implantação de programas de capacitação de gestores, profissionais, conselheiros e prestadores de serviços, agentes operadores da Assistência Social, observando os seus planos de Assistência Social.

Atendendo essa prerrogativa que no ano de 2007 foi estruturado o Programa de Formação Continuada, coordenado pela Gerência de Gestão da Assistência Social com o objetivo de

sistematizar um processo de educação permanente prevista na Política Nacional de Assistência Social, Norma Operacional Básica do SUAS e Norma Operacional Básica de Recursos Humanos, aperfeiçoando o atendimento de sua rede sócio-assistencial, por meio de sua equipe de gerentes, profissionais, conselheiros e prestadores de serviços (PMV, 2008, p.22).

Sua estrutura tem como base quatro eixos norteadores: I) Generalista - conhecimentos básicos; II) Aprofundamento em conteúdos específicos por níveis de complexidade; III) Instrumental - dimensão técnico-operativa e; IV) Temas transversais. Para o planejamento anual das atividades de formação são realizados levantamentos junto as gerências das necessidades de formação. Após a sistematização desse levantamento, é feita uma avaliação das prioridades em consonância com o planejamento da secretaria.

Iniciou suas atividades em novembro de 2007 com o módulo introdutório (eixo I): *Assistência Social: Política de Seguridade Social*, em parceria com a Escola de Governo de Vitória e demais gerências da secretaria, com o intuito de difundir a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único enquanto o modelo de gestão dessa Política para toda rede de Assistência Social.

Entre os períodos de final de 2007 a novembro de 2008 a formação capacitou 579 trabalhadores da assistência social em 36 turmas do módulo introdutório. No ano de 2009, com um número grande de pessoas capacitadas na formação “Assistência Social: Política de Seguridade Social”, então, estendeu a formação para os outros eixos norteadores propostos pelo Programa.

Neste ano destacam-se as formações *Família e Política da Assistência Social*, com o objetivo de propiciar o debate sobre o papel da família no âmbito da proteção social e sobre o trabalho profissional no âmbito da política de assistência social, além de oferecer subsídios teórico-metodológicos para desenvolvimento de ações profissionais direcionadas as famílias e *Território e Proteção Social na Agenda Cotidiana dos Cras*, com o objetivo de analisar a perspectiva socioterritorial nas políticas sociais com foco na política de assistência social, tendo como referência prática o papel do Cras nos territórios denominados de vulneráveis.

Além disso, em 2009 foram desenvolvidas ações de apoio aos eventos da secretaria e a elaboração de um levantamento de eventos da Semas com o propósito de reunir e sistematizar as

informações acerca da atualização técnica dos servidores, prestadores de serviços conveniados ou contratados e conselheiros vinculados à Semas nesse ano.

No ano de 2010 além da realização de formações, o Programa de Formação Continuada obteve diversos avanços, tais como: maior articulação com as gerências, na busca de atender as necessidades demandadas; assessoria as formações específicas das gerências; realização de formações para a sociedade civil e para os motoristas da Central de veículos da Semas e da Secretaria Municipal de Administração (Semad); inclusão da visita técnica aos equipamentos da Semas na formação “Assistência Social: Política de Seguridade Social”; e maior articulação com a Escola de Governo.

Em 2011 o Programa de Formação Continuada inicia suas atividades de formação somente em maio, devido a interrupção do contrato da única Assistente Social da equipe durante o período de janeiro a maio, ficando apenas a vaga de estágio do Serviço Social também desocupada neste período. Neste ano destacam-se a realização da *I Jornada Científica da Assistência Social* no município de Vitória, com o objetivo de propiciar a sistematização da prática profissional e a troca de conhecimentos, e a formação Relatórios, laudos e pareceres sociais: instrumentos de inclusão social. Além da elaboração do Projeto Básico da especialização *latu senso* em Gestão da Política de Assistência Social.

Vale ressaltar que apesar de iniciar suas atividades em 2007, esta ação insere-se somente em 2010 no Plano Plurianual da Semas, vinculando orçamento a suas ações, e em 2011 passa a existir no organograma da secretaria . Iniciou sua atuação com uma Assistente Social, posteriormente com a integração de mais uma Assistente Social e um Assistente Administrativo. Atualmente atua apenas com uma Assistente Social (contratada) e uma estagiária acadêmica de Serviço Social.

### 3. ASPECTOS TEÓRICOS

O capitalismo contemporâneo vem sofrendo mudanças nas últimas décadas, a partir de 1970, essas mudanças incidem diretamente sobre o modelo de produção. Essas mudanças passam a exigir mudanças no modo de produção, provocando também mudanças na organização da vida social (IAMAMOTO, 2000).

Pode-se apontar a transformação do modo de produção taylorista e fordista para o toyotismo. Nesse novo modelo “a produção é bastante heterogênea, os estoques são reduzidos e há forte processo de terceirização e precarização do trabalho” (ANTUNES, 2000, p. 19). Busca-se uma flexibilização das relações. Avança na lógica do subemprego, cita-se o exemplo da terceirização, precarizando as relações de trabalho. O trabalhador é chamado a ter várias funções. Tem-se a lógica do consumo exarcebado, e maior competitividade no mercado, paralelo a esses fatores tem-se o avanço tecnológico.

Com a adoção do modelo de produção reduz-se o nível de emprego e de renda da classe trabalhadora, por haver maior nível de automação de tarefas, diminuindo o número de funcionários dentro das instituições. Exige-se do trabalhador mais complexidade em suas funções, desafiando-o à qualidade total. Restringe-se a oferta de emprego para a fração mais qualificada da economia, surgem outras formas de relações trabalhistas, menos estáveis, como trabalho temporário, autônomo e terceirizados.

Vale ressaltar ainda dentro desse contexto o processo de *qualificação e desqualificação* do trabalho, que configura um processo contraditório, como aponta Antunes (1997),

Pode-se constatar , portanto, de um lado, um efetivo processo de *intelectualização do trabalho manual* . De outro, em sentido radicalmente inverso, uma *desqualificação* e mesmo *subproletarização* intensificadas, presentes no trabalho precário, informal, temporário, parcial, subcontratado, etc (p.54).

Dentro desse cenário é que se encontra a Política de Assistência Social, com desdobramentos que afeta a implementação da Gestão do trabalho nessa política. Encontram-se desafios para a valorização da Assistência Social enquanto política pública.

Para que se processe a revalorização da política pública de assistência social diante da sociedade e dos cidadãos, é requisito essencial a tomada de consciência de que, assim como não se faz política pública sem recursos, sem financiamento continuado e previsível, não se opera a política sem quadros profissionais estáveis e qualificados para o exercício de suas funções (BRASIL, 2008, p.29)

A busca por essa legitimação perpassa por caminhos de lutas e conquistas alcançadas ao longo desses anos. Hoje a política de recursos humanos constitui um eixo estruturante do Sistema Único de Assistência Social ao lado do financiamento, mas ainda temos muito que avançar.

Quando se fala do trabalhador na assistência social busca-se destacar a inteligência e o saber dessa força de trabalho, fundamental para execução dessa política, "Recursos humanos na gestão da assistência social é matéria prima e processo de trabalho fundamental. A assistência social não opera por tecnologias substitutas do trabalho humano" (SPOSATI, 2006, p. 104).

Deste modo a Política de Recursos Humanos deve ser pensada enquanto questão estratégica a ser enfrentada. Para tanto o Ministério de Desenvolvimento Social e combate a fome (MDS) por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social institui diretrizes para a Gestão do Trabalho na Assistência Social na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (Nob/RH). Esta Norma consolida diversos eixos a serem considerados na Gestão do Trabalho, mas neste trabalho serão abordadas as Diretrizes para a Política de Nacional de Capacitação destinada aos trabalhadores públicos e da rede prestadora de serviços, gestores e conselheiros da área. Deve ser fundamentada na concepção da educação permanente e ser feita de forma:

- a) **sistemática e continuada:** por meio da elaboração e implementação de planos anuais de capacitação;
- b) **sustentável:** com a provisão de recursos financeiros, humanos, tecnológicos e materiais adequados;
- c) **participativa:** com o envolvimento de diversos atores no planejamento, execução, monitoramento e avaliação dos planos de capacitação, aprovados por seus respectivos conselhos;
- d) **nacionalizada:** com a definição de conteúdos mínimos, respeitando as diversidades e especificidades;
- e) **descentralizada:** executada de forma regionalizada, considerando as características geográficas dessas regiões, Estados e municípios.
- f) **avaliada e monitorada:** com suporte de um sistema informatizado e com garantia do controle social.

(MDS, 2006,p. 12).



Diante do exposto torna-se oportuno refletimos sobre a concepção da educação permanente, fundamentação necessária para a realização de uma Política de Capacitação.

### 3.1. Capacitação ou Educação Permanente?

Como afirmado anteriormente a Assistência Social sofreu diversas mudanças ao longo desses anos o que nos coloca frente a novos desafios. Diante desse cenário pensar na capacitação se tornou necessário e estratégico para efetividade dessa política.

A capacitação surge na perspectiva de assimilação de novos conhecimentos "(...) faz com que uma pessoa ou um grupo adquira conhecimentos e os compreenda, com o objetivo de larguear uma atividade profissional predeterminada com plena competência" (PACHECO, 2009, p.22). Entretanto, essa abordagem mostra uma visão mecanicista e finalista do desenvolvimento profissional. Compreende a necessidade da aquisição de novos conhecimentos, mas uma visão mais abrangente de aprendizagem é significativa para mudanças nas práticas cotidianas do trabalho.

Para uma visão mais abrangente se buscou a influência da obra de Paulo Freire, entre outros autores, que nos coloca frente a

(...) educação do "eu me maravilho" e não apenas do "eu fabrico". A da vitalidade ao invés daquela que insiste na transmissão do que Whitehead chama de inert ideas – Idéias inertes, quer dizer, idéias que a mente se limita a receber sem que as utilize, verifique ou as transforme em novas combinações (FREIRE, 1999, p. 101)

Compreende que a educação tem que ultrapassar os limites da transmissão de saberes, mas proporcionar momentos de reflexão, questionamentos, indagações e transformações frente a realidade e conteúdos apresentados. Essa visão nos coloca a refletir sobre a prática da educação profissional inserida na Assistência Social, que tem como fundamento a perspectiva da educação permanente.

O termo educação permanente carrega a ideia de "para sempre", momento infinito de aprendizagem, durante toda a vida. No livro "A educação contra educação: *o esquecimento da educação e a educação permanente*" de GADOTTI (1981) Paulo Freire em seu prefácio nos coloca a refletir sobre o termo "permanente".

Na verdade, faz parte da essência do ser da educação a permanência. O adjetivo "permanente" juntado a ela não é só uma redundância, mas o que é pior, uma distorção. A educação é permanente, I - na medida em que os seres humanos, enquanto seres históricos, e com o mundo, são seres inacabados e conscientes de seu inacabamento; II - na medida em que se movem numa realidade igualmente inacabada. (p. 17)

Freire nos aponta o homem em constante processo de aprendizagem, inconcluso, ele jamais para de aprender, é um movimento constante. A palavra distorção também nos chama atenção, pois ultrapassa a ideia redundância apresentada. GADOTTI (1981) nos apresenta um discurso da educação permanente nutrido pela diversidade, e aí encontra-se o perigo de distorcer a perspectiva de questionar e indagar para transformar. Ressalta-se essa questão pois "a Educação Permanente é uma orientação comum que só toma forma concreta em função da situação histórica onde ela intervém" (GADOTTI, 1981, p.77).

Dentro dessa perspectiva que se aborda a Educação Permanente, fundamento para a Política de Capacitação na Assistência Social. Insere-se num contexto, já exposto neste trabalho, que dará concretude a esse princípio.

Buscou-se na Política Nacional de Educação Permanente da Saúde (PNEPS) - relação dessa prática no ambiente profissional

(...) A educação permanente é a realização do encontro entre o mundo de formação e o mundo do trabalho, onde o aprender e o ensinar se incorporam ao cotidiano das organizações e ao trabalho. Propõe-se, portanto, que os processos de qualificação dos trabalhadores da saúde tomem como referência as necessidades de saúde das pessoas e das populações, da gestão setorial e do controle social em saúde e tenham como objetivos a transformação das práticas profissionais e da própria organização do trabalho e sejam estruturados a partir da problematização da atuação e da gestão setorial em saúde. Neste caso, a atualização técnico-científica é apenas um dos aspectos da transformação das práticas e no seu foco central. A formação e o desenvolvimento englobam aspectos de produção de subjetividade, de habilidades técnicas e de conhecimento do SUS. (...) As demandas para a capacitação não se definem somente a partir de uma lista de necessidades individuais de atualização, nem das orientações dos níveis centrais mas, prioritariamente, desde a origem dos problemas que acontecem no dia-a-dia do trabalho referentes à atenção à saúde e à organização do trabalho, considerando, sobretudo, a necessidade de realizar ações e serviços relevantes e de qualidade. É a partir da problematização do processo e da qualidade do trabalho – em cada serviço de saúde – que são identificadas as necessidades de qualificação, garantindo a aplicação e a relevância dos conteúdos e tecnologias estabelecidas (MDS, 2004 p. 10)

Deste modo a Educação Permanente suscita ampliar a visão da prática educativa para além da qualificação dos trabalhadores em cursos de atualização de saberes, mas pensar também como um método de reflexão sobre seu processo de trabalho e assim, mudanças nas práticas profissionais.

Diferentemente da educação permanente, e fortemente presente, o enfoque da educação continuada tem uma perspectiva mais tradicional da educação. Caracteriza-se por uma continuidade do modelo escolar ou acadêmico com fins de atualização, baseado em técnicas de transmissão. Trabalha-se a especialização dos conhecimentos, geralmente em cursos periódicos. "Por este fato se produz uma distância entre a prática e o saber (compreendido como o saber acadêmico) e uma desconexão do saber como solução dos problemas da prática" (MDS,2009,p.44). Apresenta-se enquanto uma metodologia de reciclagem profissional.

Portanto, a partir dos enfoques educativos apresentados, acredita-se que a educação continuada complementa a educação permanente na sua metodologia. A atualização de saberes é necessária, mas não pode ser a única prática educativa. Busca-se, ainda, a construção do saber coletivo a partir da reflexão da prática cotidiana, num movimento da atuação profissional também como fonte de teoria "a prática de pensar a prática é a melhor maneira de aprender a pensar certo. O pensamento que ilumina a prática é por ela iluminado tal como a prática que ilumina o pensamento é por ele iluminada" (FREIRE apud GADOTTI, 1987, p. 125).

## **O PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA – CONSIDERAÇÕES**

De acordo com os aspectos apresentado pode-se observar a importância da Educação Permanente enquanto fundamento para uma Política de Capacitação na Assistência Social. Defronta-se no cotidiano de trabalho com o surgimentos de inúmeras demandas, requerendo profissionais comprometidos com novos tempos. Entende-se, portanto, que esse processo de educação permanente é fundamental para reflexão dos processos de trabalho mediante novos cenários.

Faz-se necessário, também, a compreensão do contexto em que se insere a gestão do trabalho, para a implementação das ações de capacitação. Compreender esse contexto torna-se fundamental para efetividade dessas ações, um cuidado para não depositar todas as expectativas de mudanças em políticas somente de capacitação. A política de capacitação precisa ser acompanhada e integrada com políticas de gestão do trabalho na sua totalidade.

Essa prática é recente na Política de Assistência Social, sendo difícil um balanço rigoroso do que já se fez. A Nob/RH propõe diretrizes para uma Política de Capacitação, mas ainda falta uma regulamentação para nortear essa prática. Tem-se a previsão do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS) lançar a Política Nacional de Capacitação até o final de dezembro de 2011. Seguindo esse movimento a Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos (SEASTDH) pretende lançar também, no início de 2012, a Política Estadual de Capacitação.

O município de Vitória caminha na efetivação de uma política de capacitação, além das ações de formação iniciadas desde 2007, neste ano essa ação é institucionalizada e legitimada através do decreto 15. 181 que dispõe sobre a organização e o funcionamento das unidades administrativas da Secretaria de Assistência Social.

Mas ainda temos muito que avançar para uma prática fundamentada de fato pela lógica da Educação Permanente. A relevância da perspectiva da educação permanente não ofusca a prática da formação continuada, ela é necessária, mas não pode ser a única. Como abordado a formação continuada limita sua atuação para a atualização de conhecimentos e técnicas, sem repensar as práticas cotidianas, diretriz da educação permanente.

O Programa de Formação Continuada tem avançado nessa construção, vale lembrar a I Jornada Científica da Assistência Social que se coloca enquanto um espaço de reflexão da prática profissional e um momento de compartilhar o conhecimento sobre a Assistência Social e as temáticas que a permeiam dentro do município.

No entanto são inúmeros os desafios perante as diretrizes da Política de Capacitação e sua forma de fazer: sistemática e continuada; sustentável; participativa; nacionalizada; descentralizada; avaliada e monitorada.

No que tange as essas formas pode-se citar algumas barreiras a serem enfrentadas pelo Programa de Formação Continuada da Semas, tais como: efetivação de uma equipe de trabalho composta por servidores efetivos, a elaboração de um plano anual de capacitação em consonância com o Plano Municipal de Assistência Social do município e o suporte de um sistema informatizado e com a garantia do controle social. Além da provisão de recursos financeiros e materiais adequados.

Neste trabalho buscou-se fazer algumas reflexões prospectivas e contribuir para essa prática na secretaria. Pode-se dizer que o tema discutido teve a intenção de estimular um debate que enriqueça a construção de novos saberes e de refletir sobre as ações do Programa de Formação Continuada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. Crise capitalista contemporânea e as transformações no mundo do trabalho. **Capacitação em serviço social e política social**, Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: UNB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000;

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11 ed., São Paulo: Cortez, 2006;

BRASIL, CapacitaSuas Volume 1 (2008) SUAS: **Configurando os Eixos de Mudança** / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – 1 ed. – Brasília: MDS, 2008;

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos**. Brasília, 2005;

BRASIL, Ministério da Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009;

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade** 23. ed., São Paulo: Paz e Terra, 1999;

GADOTTI, Moacir. **A Educação contra a educação**: o esquecimento da educação e a Educação Permanente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981;

\_\_\_\_\_. **Pensamento pedagógico brasileiro**. 6 ed., São Paulo: Ática, 1987;

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Práxis**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O trabalho do Assistente Social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social. **Capacitação em serviço social e política social**, Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: UNB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000;

PACHECO, Luiza (org). **Capacitação e desenvolvimento de pessoas**. 2 ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009;

PMV, Prefeitura Municipal de Vitória. **Relatório de Gestão**: SEMAS – 2005. Vitória, 2005.

SPOSATI, Aldaíza. O primeiro ano do Sistema Único de Assistência Social. In **Revista Serviço Social e Sociedade nº 87**. São Paulo: Cortez, 2006.

## **ARTIGO 5: ANÁLISE DE DADOS DE SOLICITANTES DO SERVIÇO “FALA VITÓRIA” (156) ACERCA DE MORADORES DE RUA EM VITÓRIA**

Daniel Vitor Gomes de Sousa

110

### **RESUMO**

Muitas são as crenças acerca dos indivíduos considerados como “moradores de rua” e estas são construídas pela sociedade em geral através das representações sociais. A construção destes conceitos se dá ao longo de um contexto histórico de uma sociedade em questão e estão relacionadas às condições socioeconômicas e culturais. O serviço “Fala Vitória” (156) é um instrumento disponibilizado pela Prefeitura de Vitória em que o solicitante identifica,

---

<sup>110</sup> Bacharel em Psicologia pela Universidade Vale do Rio Doce (Univale) em Governador Valadares-MG; Pós-Graduação latus em curso em Gestão Estratégica em Recursos Humanos pela FAESA em Vitória-ES; Psicólogo da Equipe Especializada em Abordagem Social do CREAS - Bento Ferreira em Vitória-ES. Email para contato: [danielpsi2005@yahoo.com.br](mailto:danielpsi2005@yahoo.com.br); Telefone de contato: (27) 3381 3414.

influenciado por suas representações sociais, um morador de rua. Considerando que, o maior número de solicitações advém dos bairros Praia do Canto, Jardim da Penha e Jardim Camburi, verificou-se a necessidade de analisar quais as representações sociais destes solicitantes sobre morador de rua. Este artigo tem como objetivo justificar a necessidade de análise das representações sociais de indivíduos solicitantes do serviço “Fala Vitória” (156) dos bairros Praia do Canto, Jardim da Penha e Jardim Camburi acerca dos moradores de rua através dos números obtidos em uma coleta de dados. Estes correspondem ao número de solicitações do serviço (156) entre os períodos de 21/09/2010 à 21/09/2011. O trabalho apresentado refere-se então à análise de uma amostra de solicitantes do serviço (156) dos bairros supracitados por apresentarem mais de um terço do número de solicitações (37,57%). Diante dos números obtidos faz-se necessário a realização de uma pesquisa que será realizada posteriormente para uma análise das representações sociais que estes solicitantes possuem acerca do morador de rua.

**Palavras Chaves: Representação Social, Instrumentos de Planejamento e Controle Social**

#### **ABSTRACT**

There are many beliefs about individuals considered "homeless" and these are constructed by society at large through social representations. The construction of these concepts is along a historical context of a society in question and are related to socioeconomic and cultural conditions. The service "Vitória Speech" (156) is a tool provided by the City of Vitória in which the applicant identifies, influenced by their social representations, a homeless person. Whereas, the largest number of requests comes from the neighborhoods of Praia do Canto, Jardim da Penha and Jardim Camburi, there was a need to analyze social representations about these homeless applicants. This article aims to justify the need for analysis of social representations of individuals requesting the service "Vitória Speech" (156) Praia do Canto neighborhoods, Jardim da Penha and Jardim Camburi about the homeless through the numbers obtained in a collection data. These correspond to the number of service requests (156) between the period 21/09/2010 to 21/09/2011. The work presented is related, then the analysis of a sample of requesting the service (156) above the neighborhoods because they have more than one third of the number of requests (37.57%). Given the figures obtained it is necessary to carry out a survey to be held later to an analysis of social representations that these applicants have about the homeless.

**Keywords: Social Representation, Planning Tools and Social Control**

## **1. INTRODUÇÃO**

Fenômenos Sociais são amplamente estudados por vários estudiosos de diversas áreas e campos de pesquisa como a Filosofia, Antropologia, Sociologia e também pela Psicologia. Nesta área destaca-se a Psicologia Social como vertente que tem como objeto de estudo o meio social. Segundo Arruda (2002) A Psicologia Social estuda sobre como indivíduos, grupos e os chamados “sujeitos sociais” constroem seu conhecimento a partir de sua inscrição social e cultural, além de buscar entender como a sociedade se dá a conhecer e constrói esse conhecimento com os indivíduos. Em suma, a Psicologia Social estuda como interação sujeito e sociedade para construir a realidade, através da comunicação.

A Psicologia Social possui inúmeros estudos acerca dos fenômenos sociais. As dificuldades de se estudar os fenômenos sociais tem gerado algumas críticas a estas abordagens teóricas. A dificuldade de estudo dos fatos sociais se esbarra na dificuldade de se construir uma Psicologia Social que garanta que os fenômenos sociais como crenças, idéias e valores, possam ser avaliados em sua gênese constitutiva, como resultado dos processos psicológicos e sociológicos. É nesse ponto que uma abordagem teórica tem se destacado na atualidade na área da Psicologia Social: a Teoria das Representações Sociais.

## **2. TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

A Teoria das Representações Sociais tem ganhado espaço nos estudos dos fenômenos sociais e no campo da Psicologia Social. Seu principal referencial teórico é o romeno naturalizado francês Serge Moscovici. Segundo Oliveira (2004) a obra de Moscovici é de grande importância para a Psicologia e para a história e ciências sociais, influenciando nas últimas quatro décadas pesquisadores tanto na Europa quanto na América, inclusive no Brasil. Seus estudos foram pouco reconhecidos em sua época, mas atualmente sua teoria tem influenciado inúmeras pesquisas acerca dos fenômenos sociais, por ser considerado como o teórico que aproximou o aspecto Social do Psicológico. Moscovici (2009) destaca que a origem dos conceitos e idéias acerca das Representações Sociais se encontra nos estudos de Émile Durkheim e Lévy-Bruhl. Em meio ao contexto vivenciado por Moscovici de problemas sociais e distanciamento dos estudos em psicologia da realidade francesa de sua época, ele postulou a base da Teoria das Representações Sociais.

Moscovici (2009) definiu as Representações Sociais como sistemas de valores, idéias, práticas e atitudes com a dupla função de convencionalizar o mundo e de serem prescritas. Para Moscovici existem dois universos de pensamento nas sociedades contemporâneas: os reificados, representado pela comunidade científica e os consensuais, representados pelo senso comum. As ciências constituem os meios pelos quais se compreende o universo “reificado”, enquanto as Representações Sociais tratam do universo consensual, e estão no cotidiano dos indivíduos e devem ser compreendidas como a “atmosfera” em relação ao indivíduo e ao grupo. A formação das Representações Sociais se dá por intermédio dos processos que o autor nomeou como “ancoragem” e “objetivação”.

Alguns autores se apropriaram dos conceitos básicos de Moscovici e ampliaram seu sentido. Jodelet (2002, p. 22) define Representações Sociais como uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com um objetivo prático e que contribui para a construção de uma realidade comum a conjunto social. Para Xavier (2002) as Representações Sociais constituem em um modelo de interpretação da realidade que organiza as relações do indivíduo com o mundo e orienta as suas condutas e comportamentos no meio social, permitindo assim internalizar fatos vivenciados, condutas do meio social e os modos de conduta ao mesmo tempo em que constrói e se aproxima dos objetos socializados. Arruda (2002) ainda acrescenta que a Teoria das Representações Sociais operacionalizou uma forma para o estudo e compreensão do pensamento social em sua dinâmica e em sua diversidade.

É destacável a atualidade destes pressupostos teóricos. E é por isso que a utilização destes na compreensão dos fenômenos sociais tem sido constante. A valorização do “conhecimento social” conhecido e difundido como “senso comum” tem ganhado espaço no meio das pesquisas científicas, pois os estudiosos têm percebido e aceitado que este tem grande contribuição a dar ao chamado conhecimento “reificado” por Moscovici (2009).

## **3. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

### **3.1. Definição de População em Situação de Rua**

Existem muitas definições acerca do fenômeno de população em situação de rua. Uma definição precisa e exata sobre essa população é prejudicada por fatores como diversidade de grupos e distintas localizações, a heterogeneidade desta população e das condições em que se encontra.

Segundo a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (2008) utilizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a definição utilizada para fins instrumentais acerca da população em situação de rua é a de que constitui um grupo

populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios, etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas, etc.) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar (2008, p. 9). O presente artigo toma esta definição como base de seu estudo e pesquisa.

### **3.2. Relação da Teoria das Representações Sociais com o fenômeno da População em Situação de Rua**

Silva (2009) destaca algumas características do fenômeno população em situação de rua de forma geral como o fato de ter múltiplas determinações (fatores estruturais, biográficos, da natureza ou desastres das massas), o fato de ser expressão radical da questão social na contemporaneidade, sua localização nos grandes centros urbanos e o preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade às pessoas atingidas pelo fenômeno. Para a autora esta última característica é encontrada em todas as épocas e lugares e a população em situação de rua recebeu várias denominações pejorativas por parte da sociedade como “mendigos”, “vagabundos”, “maloqueiros”, “desocupados”, “bandidos”, “contraventores”, “vadios”, “loucos”, “sujos”, “flagelados”, “náufragos da vida”, “rejeitados”, “indesejáveis”, “pedintes”, “encortiçados”, “toxicômanos”, “maltrapilhos”, “psicopatas”, “carentes”, “doentes mentais”. (Silva, 2009, p. 119). As particularidades vinculadas ao território em que se manifestam e a tendência a naturalização do fenômeno também são outras características destacadas pela autora. Mattos e Ferreira (2004) destacam que além dessas idéias acerca da população em situação de rua ocorrem atos de violência em relação a estas pessoas. A existência de conceitos pejorativos em relação a população de rua é notória.

Os conceitos e idéias acerca da população em situação de rua são formados pela população em geral que compreendem os moradores das localidades próximas as áreas onde a população em situação de rua fica, os trabalhadores que passam pelas ruas diariamente, órgãos políticos e sociais e até mesmo pelos próprios moradores de rua. Mattos e Ferreira (2004, p. 52) admitem que, através da força dessas representações até mesmo o indivíduo em situação de rua pode se apropriar do conteúdo ideológico que o representa de forma pejorativa. Isso pode ser evidente através das relações sociais desses indivíduos e grupos sociais, muitas vezes marcadas pelo preconceito e exclusão.

### **3.3. Pesquisas acerca da População em Situação de Rua**

Fenômenos sociais como a situação da população de rua tem preocupado não somente os estudiosos, mais diversos setores da sociedade como o poder público e até mesmo, para não dizer mais ainda, os cidadãos das cidades brasileiras. Esta população circula em diversos locais como praças, ruas, espaços de recreação, lotes, prédios abandonados, calçadas, rodovias, parques, viadutos, postos de gasolina, praias, barcos, túneis, depósitos, becos, lixões e ferrovelho. Essas situações têm gerado desconforto a cidadãos, pois essas pessoas são vistas como perigosas (Mattos e Ferreira, 2004, p.47). Apesar de ainda serem poucos, podem-se destacar alguns estudos que já têm sido desenvolvidos direcionados à população em situação de rua no Brasil.

Silva (2009) descreve estudos e intervenções direcionadas à este público em cidades como Porto Alegre (1995; 1999), Belo Horizonte (1998; 2005), São Paulo (2000; 2003) e Recife (2004; 2005). Esses estudos traçaram um perfil da população em situação de rua nessas cidades, descrevendo aspectos como sexo, faixa etária predominante, escolaridade, origem e tempo na rua. Alguns resultados podem ser destacados: predominância de pessoas do sexo masculino,

envelhecimento da população em situação de rua, o fato de que a população de rua sabe ler e eleva a escolaridade nos últimos anos, cresce o número de pessoas em situação de rua provenientes das capitais onde o fenômeno foi pesquisado, o tempo de permanência nas ruas está aumentado, as pessoas em situação de rua encontram-se na sua maioria desacompanhadas de familiares, a grande maioria da população em situação de rua já teve experiência com trabalho anterior a essa mesma condição, as atividades vinculadas às ocupações precárias garantem a sobrevivência e é freqüente o uso de álcool e outras drogas. (Silva, 2009, p. 146 – 172).

#### **4. SERVIÇO “FALA VITÓRIA” (156)**

Os dados do Censo Demográfico de 2010 relatam que o estado do Espírito Santo possui 646 bairros. Destes, 83 pertence ao município de Vitória, capital do estado. Dentre os bairros que se localizam na capital, os bairros que possuem maior número de habitantes são os bairros Jardim Camburi (39.157 habitantes), Jardim da Penha (30.571 habitantes) e Praia do Canto (15.147 habitantes) e os bairros menos populosos são o Parque Industrial (12 habitantes), Horto (98 habitantes) e Vitória (132 habitantes) (Neves, 2011, p. 1).

A cidade de Vitória também não foge às situações descritas de outras capitais acerca da população em situação de rua. Estes têm feito de muitos espaços públicos da cidade seus locais de moradia, despertando cada vez mais a atenção do meio social. Muitas ações têm sido executadas em relação ao fenômeno de população em situação de rua por parte de políticas e profissionais inseridos na rede sócio-assistencial.

As situações relacionadas a este fenômeno social são atendidas pelo CREAS (Centro de Referência Especializada da Assistência Social) através da Equipe Especializada em Abordagem Social à População em Situação de Rua da cidade de Vitória. O serviço funciona de forma continuada e programada com a finalidade de garantir o trabalho social da abordagem e busca ativa que identifique nos territórios a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes e demais situações de rua.

Esta equipe é formada por profissionais das áreas de Psicologia e Serviço Social e possui as seguintes atribuições: proteção social proativa; conhecimento do território; informação, comunicação e defesa dos direitos; escuta; orientação e encaminhamentos sobre/para a rede de serviços locais; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação com os serviços de políticas públicas setoriais; articulação interinstitucional com os demais órgãos do sistema de Garantia de Direitos; geo-processamento e geo-referenciamento de informações, além de elaboração de relatórios. (Ministério Público do Estado do Espírito Santo, 2011, p.147 - 148). O serviço funciona de forma ininterrupta e de acordo com as especificidades dos territórios.

A Prefeitura Municipal de Vitória disponibiliza um serviço denominado “Fala Vitória” que consiste num canal de comunicação que coloca o cidadão em contato direto com a Prefeitura de Vitória para receber informações, dar sugestões, fazer reclamações ou solicitar serviços. São gratuitas as ligações feitas a partir de telefone fixo ou público de Vitória. A central também recebe ligações de telefones celulares, que são tarifadas. O atendimento está disponível 24 horas, todos os dias da semana, incluindo feriados. Nesse serviço o solicitante pode requer diversos tipos de serviço, inclusive o serviço da Equipe Especializada em Abordagem Social para adultos, crianças e adolescentes.

Pode-se considerar que o serviço “Fala Vitória” constitui o contato da população em geral com a Equipe Especializada em Abordagem Social para tratar das questões acerca da população em situação de rua. Nesse serviço o solicitante tem a tarefa de descrever uma situação relacionada à população em situação de rua. O solicitante é questionado sobre o que ocorre no local, o estado do indivíduo em situação de rua e sobre qual é a descrição física dele. As situações são



geralmente assim descritas como “adolescente dormindo, crianças e adolescentes esmolando, grupo de pessoas causando transtorno e tumulto”, entre outras. Essa situação é recebida por uma central que posteriormente encaminha a solicitação à Equipe Especializada em Abordagem Social.

É importante destacar aqui que, o solicitante que faz a solicitação possui algumas representações sociais acerca dessa população em situação de rua. Essas construções sobre esses indivíduos influenciam no modo de descrição e do tipo de solicitação requerida do serviço. Pedidos com conteúdo de “limpeza de rua”, “eliminação do problema” são bastante comuns. Portanto é pertinente questionar sobre quais são as representações sociais que os solicitantes do serviço têm acerca da população em situação de rua. Para isso, fez-se necessário uma análise prévia do perfil de solicitantes do serviço “Fala Vitória” para melhor delimitação de uma pesquisa posterior acerca de suas representações sociais sobre moradores de rua.

## **5. METODOLOGIA DE PESQUISA SOCIAL E COLETA DOS DADOS DO SERVIÇO “FALA VITÓRIA” (156)**

Gil (1989) destaca que a pesquisa consiste no processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. A pesquisa social, portanto, consiste no processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social.

O autor ainda destaca que as ciências sociais possuem alguns métodos específicos para estudo dos fenômenos sociais: experimental, observacional, comparativo, estatístico e clínico. Esses métodos gerais das ciências sociais procuram garantir ao pesquisador a objetividade necessária ao tratamento dos fatos sociais, com a finalidade de proporcionar ao investigador os meios técnicos para obter precisão nas análises.

É baseada nessa perspectiva de investigação social que o artigo buscou investigar e aliar os dados estatísticos do serviço “Fala Vitória” (156). O método geral de pesquisa social utilizado foi o estatístico, que consiste na coleta de dados e resultados quantitativos referentes a determinado fenômeno social. (Gil, 1989, p.36).

Portanto, o presente artigo buscou coletar, investigar, descrever e avaliar o número de solicitações do serviço “Fala Vitória” (156) durante o período compreendido entre 21/09/2010 à 21/09/2011. Para isso foi feito um levantamento do número de solicitações feitas durante esse período. Os dados foram fornecidos pela central do serviço “Fala Vitória” (156) da Prefeitura Municipal de Vitória.

As solicitações são classificadas em três categorias: solicitações de abordagem social para crianças e adolescentes; solicitações de abordagem social para adultos; solicitações de abordagem social para crianças, adolescentes e adultos. A contagem feita pelo serviço considerou o bairro de origem das solicitações. Estas são feitas pelos próprios moradores dos bairros, por pessoas que trabalham nestes bairros ou por pessoas que passavam pelo bairro e fizeram a solicitação do local. Os dados estatísticos da central do serviço “Fala Vitória” (156) contabilizam todos os bairros da cidade de Vitória

### **5.1. Solicitações de Abordagens de Adultos**

No primeiro levantamento foi considerado o número de solicitações feitas requerendo abordagem social para crianças e adolescentes nas mais diversas situações de vulnerabilidade social.

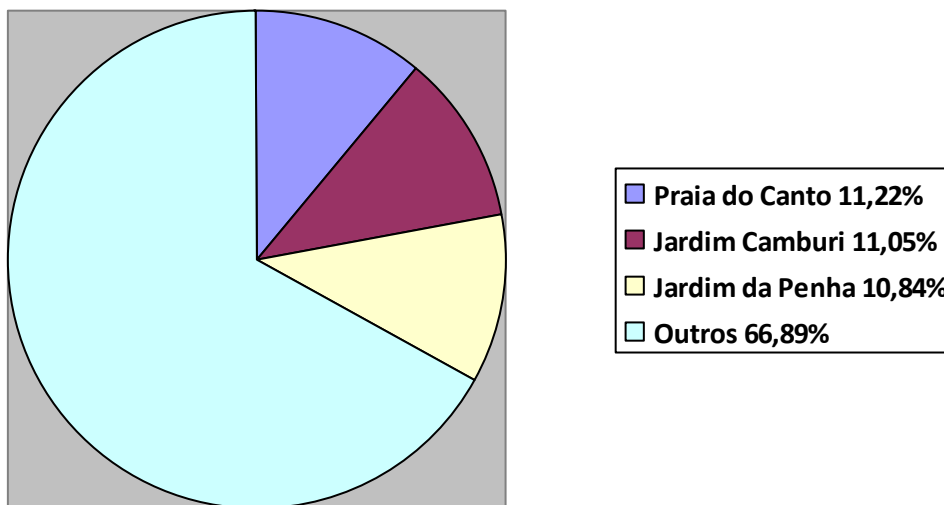
**TABELA 1: SOLICITAÇÕES 156 PARA ATENDIMENTO SOCIAL DE RUA DE ADULTO (Agosto 2010 – Agosto 2011)**

<b>BAIRRO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>PORCENTAGEM</b>
<b>Praia do Canto</b>	<b>67</b>	<b>11,22%</b>
<b>Jardim Camburi</b>	<b>66</b>	<b>11,05%</b>
<b>Jardim da Penha</b>	<b>65</b>	<b>10,84%</b>
Bento Ferreira	49	8,21%
Jabour	36	6,04%
Centro	34	5,69%
Mata da Praia	31	5,19%
Jucutuquara	26	4,35%
Enseada do Suá	23	3,85%
Ilha do Príncipe	22	3,68%
Praia do Suá	20	3,36%
Parque Moscoso	16	2,63%
Monte Belo	14	2,34%
Ilha de Santa Maria	13	2,18%
Maruípe	11	1,84%
Bairro República	11	1,84%
Vila Rubim	10	1,67%
Santa Helena	10	1,67%
Mário Cypreste	7	1,17%
Santa Lúcia	7	1,17%
Solon Borges	7	1,17%
Consolação	5	0,84%
Santa Luíza	5	0,84%
Tabuazeiro	5	0,84%
Santo Antônio	4	0,68%
Forte São João	3	0,50%
Ilha do Boi	3	0,50%

Andorinhas	2	0,33%
Bela Vista	2	0,33%
Cidade Alta	2	0,33%
Penha	2	0,33%
Estrelinha	2	0,33%
Horto	2	0,33%
Jesus de Nazareth	2	0,33%
Resistência	2	0,33%
Santa Cecília	2	0,33%
Universitário	2	0,33%
Antônio Honório	1	0,17%
Eucalipto	1	0,17%
Gurigica	1	0,17%
Inhaguentá	1	0,17%
Romão	1	0,17%
São Cristóvão	1	0,17%
São Pedro	1	0,17%
<b>TOTAL</b>	<b>597</b>	<b>100%</b>

Os dados evidenciam que o maior número de solicitações ocorreu originado dos bairros Praia do Canto, Jardim Camburi e Jardim da Penha. O número representa 1/3 das solicitações (33,11%) relacionadas ao número de abordagem de adultos do total.

**Gráfico 1: Solicitações 156 - ADULTOS**



### 5.2. Solicitações de Abordagens de Crianças e Adolescentes

O segundo levantamento de solicitações feito considerou o número total de solicitações acerca de abordagem para criança e adolescente em situação de rua.

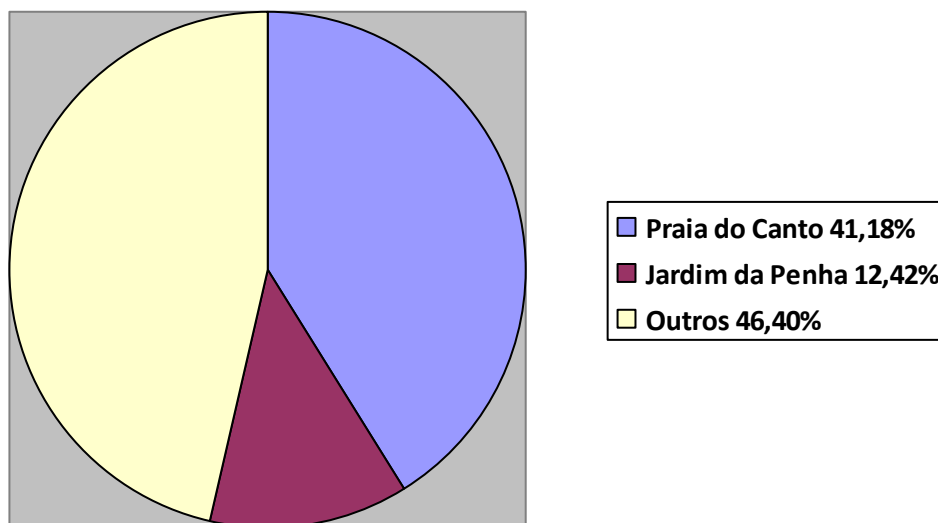
**TABELA 2: SOLICITAÇÕES 156 PARA ATENDIMENTO SOCIAL DE RUA DE CRIANÇA E ADOLESCENTE (Agosto 2010 – Agosto de 2011)**

<b>BAIRRO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>PORTENTAGEM</b>
<b>Praia do Canto</b>	<b>63</b>	<b>41,18%</b>
<b>Jardim da Penha</b>	<b>19</b>	<b>12,42%</b>
Ilha do Príncipe	15	9,80%
Praia do Suá	10	6,53%
Enseada do Suá	6	3,92%
Santa Helena	6	3,92%
Santa Lúcia	6	3,92%
Centro	4	2,61%
Goiabeiras	3	1,97%
Mata da Praia	3	1,97%
Barro Vermelho	2	1,31%
Bonfim	2	1,31%

Bairro República	2	1,31%
Bento Ferreira	1	0,65%
Ilha de Santa Maria	1	0,65%
Jucutuquara	1	0,65%
Mário Cypreste	1	0,65%
Maruípe	1	0,65%
Morada de Camburi	1	0,65%
Santa Luíza	1	0,65%
<b>TOTAL</b>	<b>148</b>	<b>100%</b>

Em relação ao número de solicitações referentes à abordagem social para crianças e adolescentes o maior número de solicitações acerca de criança e adolescente em situação de rua foi feito dos bairros Praia do Canto e Jardim da Penha. Esse número corresponde mais da metade (53,6%) do número total de solicitações. Outro aspecto que pode ser destacado é que o número de solicitações acerca de crianças em situação de rua feitas do bairro Praia do Canto (41,18%) é mais que o dobro que o número de solicitações registradas no bairro Jardim da Penha e os dois primeiros bairros com maior número de solicitações possuem mais da metade do número total de solicitações de toda a cidade

**Gráfico 2: Solicitações 156 - CRIANÇA E ADOLESCENTE**



### 5.3. Solicitações de Abordagens de Crianças, Adolescentes e Adultos

O terceiro levantamento do número de solicitações descreveu o número total de solicitações do serviço “Fala Vitória” (156), englobando situações envolvendo crianças, adolescentes e adultos.

**TABELA 3: SOLICITAÇÕES 156 PARA ATENDIMENTO SOCIAL DE RUA DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E ADULTOS (Agosto de 2010 – Agosto 2011)**

<b>BAIRRO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>PORCENTAGEM</b>
Praia do Canto	130	17,45%
Jardim da Penha	84	11,27%
Jardim Camburi	66	8,85%
Bento Ferreira	50	6,71%
Centro	38	5,11%
Ilha do Príncipe	37	4,96%
Jabour	36	4,83%
Mata da Praia	34	4,56%
Praia do Suá	30	4,02%
Enseada do Suá	29	3,89%
Jucutuquara	27	3,62%
Parque Moscoso	16	2,15%
Santa Helena	16	2,15%
Ilha de Santa Maria	14	1,87%
Monte Belo	14	1,87%
Bairro República	13	1,74%
Santa Lúcia	13	1,74%
Maruípe	12	1,62%
Vila Rubim	10	1,34%
Mário Cypreste	8	1,07%
Solon Borges	7	0,93%
Santa Luíza	6	0,80%
Consolação	5	0,67%
Tabuazeiro	5	0,67%
Santo Antônio	4	0,53%
Forte São João	3	0,40%

Goiabeiras	3	0,40%
Ilha do Boi	3	0,40%
Andorinhas	2	0,26%
Barro Vermelho	2	0,26%
Bela Vista	2	0,26%
Bonfim	2	0,26%
Cidade Alta	2	0,26%
Penha	2	0,26%
Estrelinha	2	0,26%
Horto	2	0,26%
Jesus de Nazareth	2	0,26%
Resistência	2	0,26%
Santa Cecília	2	0,26%
Universitário	2	0,26%
Antônio Honório	1	0,13%
Eucalipto	1	0,13%
Gurigica	1	0,13%
Inhaguentá	1	0,13%
Morada de Camburi	1	0,13%
Romão	1	0,13%
São Cristóvão	1	0,13%
São Pedro	1	0,13%
<b>TOTAL</b>	<b>745</b>	<b>100%</b>

Em relação ao número total de solicitações feitas ao serviço “Fala Vitória” para abordagem de crianças, adolescentes e adultos verifica-se que o maior número de solicitações acerca de criança, adolescente e adulto em situação de rua foi feito dos bairros Praia do Canto, Jardim da Penha e Jardim Camburi. Esse número corresponde a mais de 1/3 (37,57%) do número total de solicitações. Outro dado importante a ser destacado é que o número de solicitações acerca de situação de rua feitas do bairro Praia do Canto é maior em todas as situações, tanto para criança e adolescente, adulto e total geral, além de destacar que os bairros Praia do Canto e Jardim da Penha aparecem em todas as análises com maiores números de solicitações e o bairro Jardim Camburi aparece nos levantamentos do número de solicitações de adultos e no total geral.

## 6. Discussão dos Dados

A análise de dados permitiu ter clareza sobre algumas situações. Primeiramente, percebe-se uma concentração em bairros da cidade de Vitória em que se encontra a população com maior padrão econômico de vida e de concentração populacional. Os dados do censo de 2011 evidenciam que os três bairros com maior número de habitantes são os bairros Praia do Canto, Jardim da Penha e Jardim Camburi. Esses três bairros foram também os que registraram o maior número de solicitações

Em segundo lugar destaca-se o fato de que as representações sociais são construídas ao longo de um contexto histórico de uma sociedade em questão e estão relacionadas às condições socioeconômicas e culturais. Portanto, para estudá-las, em primeiro lugar é indispensável conhecer as condições de contexto em que os indivíduos estão inseridos mediante a realização de uma cuidadosa “análise contextual” (Franco, 2004, p. 170). As Representações Sociais sempre refletem as condições contextuais em que os sujeitos que as constroem, ou seja, suas condições socioeconômicas. Essas condições interferem na formação e construção das idéias, conceitos, valores, atitudes e crenças acerca de um fato social. Pode-se concluir que, os moradores dos bairros Praia do Canto, Jardim da Penha e Jardim Camburi possuem condições socioeconômicas e culturais equivalentes.

Por fim é possível afirmar que, o levantamento de dados estatísticos do serviço “Fala Vitória (156) justifica uma análise posterior das representações sociais dos bairros em que ocorreu maior número de solicitações: Praia do Canto, Jardim da Penha e Jardim Camburi. Levando em consideração esse fator de maior número de solicitações feitas destes locais aliados com a similaridade das condições socioeconômicas deles uma investigação acerca das representações sociais dos solicitantes do serviço “Fala Vitória” (156) é de suma importância para intervenções junto à população em situação de rua em mais eficazes, além de provocar a necessidade de maior parceria da população em geral para o tratamento correto desse fenômeno social.

## 7. Considerações Finais

O fenômeno da população em situação de rua não é novo. Este sempre esteve presente nos diversos momentos da história da humanidade. Com o advento da modernidade e dos aspectos contemporâneos de urbanização o desenvolvimento das cidades ganhou grande proporcionalidade e em consequência, a população em situação de rua ganhou destaque nos estudos filosóficos, literários e sociais. A metrópole surge como foco dos fenômenos sociais e a população de rua constitui um desses fenômenos marcantes da estrutura capitalista.

O desenvolvimento de pesquisas, estudos, e intervenções em relação a este crescente fenômeno social é evidente. Essas podem proporcionar uma perspectiva de mudança em relação aos preconceitos e atitudes sociais que tanto marcam essa sociedade gerenciada pelo capitalismo e sua ideologia. Os profissionais da área da Assistência Social possuem um papel fundamental nessa tarefa. O trabalho deve ser direcionado para a inibição desse fenômeno de população em situação de rua e consequentemente proporcionar melhores condições de vida social.

## Referências Bibliográficas

ARRUDA, A. **Teoria das Representações Sociais e Teorias do Gênero**. Rio de Janeiro, Cadernos de Pesquisa, n. 117, 2002. p. 127 – 147.

FRANCO, M. L. P. B. **Representações Sociais, Ideologia e Desenvolvimento da Consciência**. São Paulo, Cadernos de Pesquisa n. 121, 2004, Vol. 34. p. 169 – 186.



GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo, Atlas, 1989, 2ª Ed. 206p.

GOVERNO FEDERAL. **Política Nacional Para Inclusão Social da População em Situação de Rua**. Brasília, 2008.

JODELET, D. **Representações Sociais: Um Domínio em Expansão**. In: JODELET, D. (org.). *As Representações sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p.17-44.

MATTOS, R. M; FERREIRA, R. F. **Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as Pessoas em Situação de Rua**. São Marcos – SP, *Psicologia e Sociedade*; 2004, Vol. 16 (2), p. 47 – 58.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Guia Prático de Atuação da Política de Assistência Social e Legislação Congênere**. Vitória, 2011, 1ª Ed. p. 147 – 149.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social**. Tradução: Pedrinho A. Guareschi. São Paulo, Vozes, 2009, 6ª Ed. 404p.

NEVES, I. J. S. **Censo Demográfico 2010: Indicadores dos Bairros do Município de Vitória**. Vitória, Assessoria de Relacionamento Institucional, 2011.

SILVA, M. L. L. **Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil**. São Paulo, Cortez, 2009. 277p.

OLIVEIRA, M. S. B. S. **Representações Sociais e Sociedade: A Contribuição de Serge Moscovici**. São Paulo, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 55, 2004, Vol. 19. p. 180 – 186.

## **ARTIGO 6: O CONVÊNIO ENTRE SEMAS E ADRA NOS CRAS DE VITÓRIA (ES) – UMA REFLEXÃO A PARTIR DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Marilene Vieira Barcelos Amorim<sup>111</sup>  
Natália de Paula Couto<sup>112</sup>  
Desirée Cipriano Rabelo<sup>113</sup>

### **RESUMO**

O artigo discute a relação público-privado na assistência social, em especial os convênios<sup>114</sup>. Constituiu-se nosso objeto de análise o convênio firmado entre a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) e a Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA) na execução do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) do município de Vitória. O estudo de caso foi realizado a partir de pesquisa documental e entrevistas com os principais atores envolvidos no convênio e considerou o período de 2006 a 2010, momento em que se estabeleceu o termo de convênio para execução do PAIF. A análise dos dados aponta as limitações e desafios impostos nessa relação público-privado. O Estado apresenta a opção de

<sup>111</sup> Assistente Social formada pela UFES. E-mail: marabarcelos@yahoo.com.br

<sup>112</sup> Assistente social formada pela UFES. E-mail: nataliadpc@yahoo.com.br

<sup>113</sup> Doutora em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) e professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: desiree\_ufes@yahoo.com.br

<sup>114</sup>O presente trabalho é resultado da análise e aprofundamento teórico possibilitados durante o processo de construção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) desenvolvido na área da Assistência Social, intitulado “Um estudo sobre a relação SEMAS e ADRA nos CRAS do Município de Vitória”.

convênios, com entidades sociais, como uma forma de garantir a oferta dos serviços. No caso da relação com a ADRA, o convênio foi utilizado a fim de contratar os profissionais e comprar os materiais necessários para implementação do PAIF de forma mais rápida. Foi possível constatar a influência do perfil religioso da ADRA em determinadas ações realizadas, muitas vezes em conflito com a lógica do direito. Vimos que embora a assistência social tenha avançado muito ao longo dos anos, há ainda um longo caminho a se percorrer para se garantir o caráter público e de direito da política, inclusive dotando-a dos recursos necessários para sua implementação.

**Palavras-Chave:** Política Social, Política de Assistência Social, Proteção Social Básica, Convênio.

## 1. INTRODUÇÃO

Sabe-se que o processo de consolidação da assistência social enquanto política de direito choca-se com embates travados pelo capitalismo e o ideal de privatização da coisa pública, no contexto da contra-reforma do Estado brasileiro, com incentivo a criação de organizações da sociedade civil como estratégia de transferência da responsabilidade do Estado no trato da questão social. Nesse contexto, as Organizações Não Governamentais (ONGs) vêm assumindo o papel de protagonista na execução das políticas sociais<sup>115</sup>.

Através do resgate histórico acerca do desenvolvimento da assistência social no Brasil, vimos que em 1988 é introduzido na Constituição o conceito de Seguridade Social, se configurando como um avanço no que tange a política social, articulando as políticas de assistência social, previdência e saúde. Nesse contexto histórico, a assistência passou a ser um direito de cidadania, uma política pública, e um componente da Seguridade Social. Segundo Yasbek (2004), essa nova configuração caracterizou uma mudança substantiva que permitiria a passagem do assistencialismo e de sua tradição de não-política para o campo da política pública.

Ao mesmo tempo em que se tecem avanços a partir da Constituição de 1988, há um fortalecimento da reestruturação capitalista no Brasil, com a reforma do Estado e a utilização do Programa de Publicização, de modo a transformar os serviços não-exclusivos do Estado em propriedade pública não-estatal e sua declaração como organização social<sup>116</sup> (ANDRADE, 2004; MONTAÑO, 2007), com a regulação e incentivo ao chamado “terceiro setor”.

O referido programa de Publicização se expressou na criação das agências executivas e das organizações sociais, bem como da regulamentação do “terceiro setor” para a execução de políticas públicas. Esta última estabeleceu um Termo de Parceria com as ONGs e Instituições Filantrópicas para a implementação das políticas (BEHRING; BOSCHETTI, 2007). Além disso, previu-se “a separação entre formulação e execução das políticas, de modo que o núcleo duro do Estado as formularia, a partir da sua capacidade técnica, e as agências autônomas as implementariam” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 154).

---

<sup>115</sup> As políticas sociais podem ser consideradas processo e resultado de relações contraditórias entre o Estado e a sociedade civil, no âmbito dos conflitos e luta de classes, imbricadas no processo de produção e reprodução do capital. Seu surgimento, tanto em âmbito mundial, como nacional, relaciona-se a resposta do Estado ao enfrentamento da questão social, em uma sociedade dividida em duas classes que lutam entre si, por interesses divergentes. Dessa forma, o desenvolvimento da política social está atrelado a interesses tanto do trabalho como do capital, porque ao mesmo tempo em que é resultado de demandas concretas dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho, é também resposta do Estado com objetivo de conter as manifestações dos trabalhadores e gerar certa harmonia nas relações de trabalho, com objetivo de manter a reprodução do capital (BEHRING, BOSCHETTI, 2007).

<sup>116</sup> Conforme Andrade (2004), tal Núcleo é composto por entidades de variados tipos que serão administradas ou não pelo Estado, com ou sem os recursos governamentais. O chamado “terceiro setor” está dentro desse Núcleo intitulado por Bresser Pereira.

De acordo com Almeida (2006), nesse contexto de fortalecimento das medidas neoliberais no Brasil, as ideias da solidariedade, parceria capital social, terceiro setor, voluntariado, responsabilidade social, passaram a dominar o debate acerca dos problemas sociais – constituindo o marco discursivo da participação solidária.

Criaram-se programas baseados na defesa do deslocamento da posição central do Estado na responsabilização da questão social; desregulamentação de direitos sociais; ampliação e regulamentação da entrada do setor privado no oferecimento de diversos tipos de serviços sociais, sob o argumento da descentralização e do aprofundamento da participação da sociedade civil (ALMEIDA, 2006).

O resgate histórico do desenvolvimento da assistência social no Brasil já revela o papel efetivo das entidades filantrópicas e do seu reconhecimento pelo Estado, em diferentes períodos, de modo que este regulamentou os fins sociais das entidades e a cooperação financeira para com as mesmas. Tais práticas se perpetuam nos anos 1990, mas agora a partir de nova roupagem, com as limitações definidas na política de assistência (AMORIM, COUTO, 2010).

Dentro dessa discussão, a questão em estudo tratou-se da parceria entre o setor público e organizações sociais no campo da assistência social. Para isso, tomamos como objeto de análise a parceria firmada entre a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) e Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA) para a execução do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) do município de Vitória, por meio da figura jurídica de um convênio nos anos 2006 a 2010<sup>117</sup>. Como objetivo geral se propôs discutir a relação SEMAS e ADRA, por meio da parceria firmada, nos CRAS do município de Vitória e como específicos, identificar as motivações para realização desse convênio; identificar as atribuições da SEMAS e ADRA estabelecidas nesse instrumento jurídico e compreender as possibilidades e limites dessa relação.

## 2. METODOLOGIA

O estudo de caráter qualitativo foi desenvolvido metodologicamente como um estudo de caso que, segundo Minayo (2007), tem como objetivos compreender os esquemas de referência e as estruturas de relevância relacionadas a um evento ou fenômeno por parte de um grupo específico; permitir um exame detalhado de processos organizacionais ou relacionais; esclarecer os fatores que interferem em determinados processos; apresentar modelos de análise replicáveis em situações semelhantes e até possibilitar comparações.

Os instrumentos de pesquisa utilizados foram a pesquisa bibliográfica, documental e entrevista semi-estruturada. A primeira se deu a partir de livros, artigos científicos e periódicos, com a definição de algumas categorias teóricas, como a relação Estado e Sociedade Civil; Política Social e Assistência Social no Brasil. A pesquisa documental foi possível a partir de Relatórios de Gestão Municipal e Estadual, Relatório de Gestão da ADRA, o próprio convênio estabelecido em 2006 e todos os seus aditivos (07 ao todo), permitindo identificar algumas questões referentes a política de assistência em Vitória, a história da ADRA, as mudanças no convênio, as atribuições, dentre outros aspectos.

---

<sup>117</sup> Os fatores determinantes para a escolha desta parceira em particular, como objeto de pesquisa, deve-se ao fato da ADRA ser a parceira mais antiga da SEMAS nos CRAS e, neste caso, executando especificamente as ações do PAIF, o principal Programa da Proteção Social Básica, “porta de entrada” da assistência. Vitória possuiu 12 unidades de CRAS, o maior número entre os municípios do Estado e o convênio em questão, estende-se a todos os CRAS.

Também foi utilizada a entrevista semi-estruturada a partir de um roteiro, com o objetivo de guiar a conversa de modo que, as questões levantadas dessem forma e conteúdo ao objeto, permitindo ampliar e aprofundar a comunicação, a fim de suscitar “[...] a visão, os juízos e as relevâncias a respeito dos fatos e das relações que compõem o objeto, do ponto de vista dos interlocutores” (MINAYO, 2007, p. 189-190). Assim, foram entrevistados 06 profissionais sendo: 02 gestores da SEMAS, 03 representantes da ADRA que atuam nesse convênio; e 01 membro do Conselho Municipal de Assistência Social de Vitória (COMASV), todos diretamente envolvidos na execução do convênio firmado.

Para análise dos dados utilizou-se a análise de conteúdo. A partir da análise dos documentos procurou-se compreender como se dá a relação entre SEMAS e ADRA, para tanto fizemos a divisão da análise por eixos ou temas: política de assistência social em Vitória; histórico da ADRA; o processo de conveniamento para manutenção dos CRAS (motivações; descrição do convênio; atribuições da SEMAS e ADRA estabelecidas no convênio; e controle da política de assistência e monitoramento das ações) e dificuldades e possibilidades na relação estabelecida segundo os entrevistados.

### 3. RESULTADOS

A partir da Constituição de 1988 busca-se efetivar a assistência social como uma política pública. Fazem parte do processo a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Essas legislações passam ter sua materialização por meio de serviços socioassistenciais distribuídos em dois níveis de proteção, a Proteção Social Básica e a Especial. Nesse estudo, demos ênfase ao nível de Proteção Social Básica, onde se insere o CRAS.

No caso do Espírito Santo, o Estado só vai assumir o SUAS política e institucionalmente na Gestão 2003/2006, definindo a implantação desse Sistema como uma de suas prioridades. Nessa perspectiva, nos anos de 2005 e 2006, os destaques foram para a implementação compartilhada de políticas públicas, destacando-se a concretização do SUAS como ação estruturante (ESPÍRITO SANTO, 2006b).

Assim, o Estado passa a desenvolver ações de atenção integral à família e, também, especificamente às crianças, aos adolescentes, às mulheres, aos idosos, às pessoas com deficiência, buscando contextualizar a família. Ações essas organizadas em diferentes níveis de complexidade (ESPÍRITO SANTO, 2006b).

Nesse contexto, a capital Vitória habilitou-se à gestão plena da assistência social em 2005, com a responsabilidade de organizar a proteção social básica e especial no município, prevenindo situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, além de proteger as situações de violação de direitos ocorridas na cidade (ESPÍRITO SANTO, 2006a).

Cabe destacar que no ano de 2006, a SEMAS assumiu a assistência social no município, conforme a Lei nº 6.529, de 29 de dezembro de 2005, passando a atuar no sentido de melhorar a qualidade dos serviços que compõem o SUAS em Vitória, ampliar a sua cobertura e aperfeiçoar a gestão (ESPÍRITO SANTO, 2006c).

Na implementação do SUAS, uma das tarefas mais importantes para o município foi a de fortalecer os CRAS como “espaços públicos estatais”, conforme prevê a Norma Operacional Básica (NOB) (ESPÍRITO SANTO, 2006c). Segundo a NOB, as atividades, programas e projetos desenvolvidos nos CRAS, somados às iniciativas não governamentais, devem constituir-se em uma rede socioassistencial na cidade. Nesse sentido, Vitória possui uma rede constituída, também, por serviços governamentais e não governamentais, sendo que em relação

a esses últimos, há o estabelecimento de convênio com o município, na forma de apoio financeiro, com recursos advindos do Fundo Municipal de Assistência Social ou do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), ou ainda, do próprio Estado (ESPÍRITO SANTO, 2006a).

Com o objetivo de construir uma rede referenciada, de acordo com o Relatório de Gestão Estadual (2003-2006), há cooperação técnica e financeira às instituições não-governamentais, por meio dos convênios, visando melhorar a expansão e a qualidade da prestação dos seus serviços para que possa vir a integrar a Rede de Proteção Social.

Baseado nas informações do Relatório de Gestão Estadual (2008), somente durante esse ano foram investidos R\$ 23.590.289 milhões em convênios, sendo que no ano anterior, o montante empregado foi de aproximadamente R\$ 15 milhões (ESPÍRITO SANTO, 2008). No ano de 2009, foram celebrados 328 convênios com prefeituras e entidades, para a realização de ações da assistência social, sendo o total de investimento de R\$ 30 milhões (ESPÍRITO SANTO, 2009).

Dessa forma, atuando nos CRAS existem algumas entidades conveniadas à Prefeitura Municipal de Vitória (PMV). Segundo Relatório de Gestão Municipal (2006), a gestão dos CRAS é da SEMAS por meio da Gerência de Atenção à Família (GAF), à qual está vinculada a Coordenação dos CRAS, atendendo à diretriz estabelecida na LOAS e na PNAS da “primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de Assistência Social em cada esfera de governo” (ESPÍRITO SANTO, 2006c). No que diz:

As atividades, entretanto, foram sendo implementadas em parceria com entidades sociais, por meio de convênios com a ADRA, co-responsável pelas ações do PAIF, e com a Fundação Monte Belo, co-responsável pelas ações do FAM, ambos em estreita consonância com as diretrizes do SUAS e acompanhamento permanente da Semas (ESPÍRITO SANTO, 2006c, p.14-15).

Um dos parceiros desses convênios, e nosso objetivo de estudo é a Agência Nacional e Internacional (ADRA), da Igreja Adventista do Sétimo Dia. Trata-se de uma instituição religiosa, que tem entre seus princípios fundantes a necessidade de fazer caridade como forma de demonstrar amor ao próximo. Sobre isso, Sposati (2008, p. 40), afirma que

A assistência ao outro é prática antiga na humanidade. Não se limita nem à civilização judaico-cristã, nem às sociedades capitalistas. A solidariedade social diante dos pobres, dos viajantes, dos doentes, dos incapazes, dos mais frágeis, se inscreve sob diversas formas nas normas morais de diferentes sociedades. Ao longo do tempo grupos filantrópicos e religiosos foram conformando práticas de ajuda e apoio.

Segundo a autora, a partir da civilização judaico-cristã a ajuda se torna uma prática associada à expressão de caridade e benemerência ao próximo, relacionada também a moral (SPOSATI, 2008). Surgiram dessas idéias, então, as primeiras práticas de filantropia e benevolência da ADRA, em favor daqueles que necessitavam.

Nota-se historicamente que a atuação da ADRA não se restringiu ao braço da Igreja, mas alcançou programas e ações de caráter público na área da assistência social, dependendo inclusive dos recursos públicos para sua própria manutenção. Esse tipo de ações em parceria com o poder público, segundo Sitcovsky (2009), trouxe uma nova roupagem à prática da filantropia e da caridade.

Para organizações como a ADRA, parcerias desse tipo também têm razões econômicas, conforme comenta Montañó (2007, p.207). O autor alerta, porém, que essa necessidade de

angariar recursos fora das instituições fundantes muitas vezes “torna-se não apenas uma atividade essencial da organização, mas ainda pode passar a orientar a filosofia e a condicionar a sua ‘missão’”.

Adentrando nosso estudo de caso, foi possível compreender que as principais motivações para a realização do convênio entre a SEMAS e a ADRA relacionam-se à burocratização no âmbito do Estado, ao limite da Lei de Responsabilidade Fiscal<sup>118</sup>, que torna-se um empecilho para a implementação da política de assistência social no município.

Nesse contexto de restrições no âmbito do Estado para implementação da política, a SEMAS utilizou o convênio como estratégia para implementar os CRAS, com a equipe técnica necessária, de forma mais rápida. Considerando, para tanto, a experiência acumulada da ADRA na prestação de serviços na proteção social básica no município de Vitória, bem como o reconhecimento do seu trabalho nacional e internacionalmente, além do fato da entidade possuir o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS)<sup>119</sup>.

A questão religiosa destacou-se como um grande motivador para a ADRA realizar o convênio, devido à visibilidade que o mesmo lhe propicia enquanto instituição, como também a possibilidade de poder levar alguns dos seus princípios fundantes. Destaca-se também, a possibilidade da Agência contribuir com o poder público nas ações de assistência social e de mudar a realidade das pessoas, o que também pode ser relacionado à questão religiosa.

Apesar do poder público ressaltar, como uma meta futura, sua vontade de implementar a política de assistência social sem recorrer aos convênios, nos perguntamos que caminhos são necessários para que, de fato, o Estado assumira a sua primazia na execução da assistência social, inclusive dotando-a dos recursos necessários para sua implementação. A Lei de Responsabilidade Fiscal e as restrições encontradas no âmbito do Estado e da administração pública estão diretamente relacionadas à lógica neoliberal de corte nos gastos e privatização da coisa pública, de desresponsabilização do Estado no enfrentamento das expressões da questão social.

O convênio em estudo foi firmado no início do ano de 2006 e seus aditivos, realizados nos respectivos anos: agosto de 2006; março de 2007; julho de 2007; fevereiro de 2008; setembro de 2008; fevereiro de 2009; fevereiro de 2010, totalizando sete aditivos. Cabe destacar que a SEMAS já mantinha convênio com a ADRA desde 2002, nos antigos Núcleos de Atenção à Família (NAFs).

O convênio em estudo refere-se a uma cooperação técnica-financeira para manutenção do projeto CRAS, relacionado às ações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), entre SEMAS e ADRA. Não houve, desde o ano de 2006, mudanças significativas em relação a esse objeto do convênio, a não ser para incluir alterações no Plano de Trabalho, vigência do convênio e os recursos necessários para sua aplicação.

A partir da análise desse instrumento jurídico, foi possível perceber que as atividades previstas não refletem a concepção ampliada que corresponderiam às propostas originais do CRAS e do PAIF, restringindo-os às oficinas e grupos. No entanto, o atendimento integral às famílias

---

<sup>118</sup> No fim dos anos 1970 e início dos anos 1980 a doutrina e a ideologia neoliberal, passaram a soldar politicamente os processos de reestruturação produtiva e globalização, reforçando o objetivo da flexibilização. Ao longo dos anos 1980 e 1990, esses processos, estimulando-se mutuamente, se difundiram por todo mundo numa grande onda, que arrastou praticamente todos os países. Livre mercado, desregulamentação, abertura, privatização, “responsabilidade fiscal”, liberalização, flexibilização e competitividade passaram a sintetizar o ideário do capital (FILGUEIRAS, GONÇALVES, 2009, p. 102). A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000), permite penalizar gravemente os gestores das instâncias subnacionais, como os governadores e prefeitos, que não atendam as normas de equilíbrio orçamentário, em particular os gastos com pessoal (NAKATANI, OLIVEIRA, 2010, p. 8).

<sup>119</sup> Certificado concedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) às instituições que estão inscritas nesse Conselho e preenchem os critérios do mesmo, com garantia de isenção da cota patronal e a prestação de contas nos âmbitos municipal e nacional por conta dessa certificação.

previsto pelo PAIF engloba outros serviços, como visita domiciliar, busca ativa, acolhida, encaminhamentos, dentre outros.

Também é discriminada, no documento do convênio, a relação de profissionais que serão contratados pela ADRA com recurso público, advindo do fundo municipal de assistência social ou do Estado. A partir da análise dos relatórios examinados, percebe-se o acréscimo do número de profissionais no decorrer ao longo dos anos, com aumento de salários, criação de alguns cargos como cozinheira e motorista, e extinção de outros, como a pedagoga. Contudo, não tivemos acesso ao quantitativo de profissionais contratados, via Prefeitura, para atuar no CRAS e, assim comparar as duas condições de contratação.

Cabe destacar, nesse ponto, que nos CRAS dos municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória, registram-se diferentes vínculos empregatícios dos trabalhadores, com profissionais contratados via concurso ou contrato temporário, que se efetiva pela Prefeitura; via ONGs ou empresas terceirizadas – além de “trabalhadores voluntários”. Há por exemplo, instrutores de oficinas que são contratados sem carteira assinada ou são voluntários, impactando diretamente nas condições de trabalho dos profissionais que atuam na assistência, como também nos serviços, com contratos de trabalho precarizados.

Assim, nem todos os profissionais dos CRAS são servidores públicos efetivos, conforme previsto na NOB Recursos Humanos, ocorrendo em alguns períodos, inclusive, a contratação por meio de uma política de favoritismo com o objetivo de beneficiar “conhecidos” ou pessoas simpatizantes do governo, o que nos remete a própria história da assistência social no Brasil, atrelada a ações com objetivo de tirar proveito próprio, pessoal e político.

Conforme a NOB/Recursos Humanos toda a equipe de referência dos CRAS deve ser composta por servidores públicos efetivos, com baixa rotatividade, para que se mantenha a continuidade dos serviços e ações ofertados nos CRAS. Recomenda-se, que aqueles municípios que estejam estabelecendo vínculos de trabalho precários, como contratos particulares, terceirização, dentre outros, se adéquem ao disposto na NOB/RH (BRASIL, 2006). Todavia, na realidade, esse disposto não ocorre.

A NOB/RH dispõe ainda que a seleção dos profissionais que compõem a equipe mínima dos CRAS, se ainda não foi efetuada por meio de concurso público, deve realizar-se mediante processo seletivo regido pelos critérios da transparência, impessoalidade e capacidade técnica para o desenvolvimento das atribuições (BRASIL, 2006), o que nem sempre ocorreu ou ocorre dessa forma.

Tendo em vista as Orientações Técnicas para os CRAS (2009), a SEMAS tem a função de organização e gestão do SUAS em todo o município. Tal orientação, diz ainda, que cabe ao órgão da gestão municipal a:

elaboração do Plano Municipal de Assistência; planejamento, execução físico-financeiro, monitoramento e avaliação dos serviços socioassistenciais do SUAS; alimentação dos Sistemas de Informação e Monitoramento do SUAS; constituição das equipes de referência e demais profissionais da política de assistência social e qualificação profissional dos trabalhadores do SUAS; supervisão, apoio técnico da oferta do PAIF e demais serviços socioassistenciais ofertados, tanto nas unidades públicas, quanto nas unidades privadas sem fins lucrativos, prestadora de serviços; gestão da rede socioassistencial do município e gestão do processo de conveniamento das entidades privadas sem fins lucrativos de assistência social (BRASIL, 2009, p. 11).

É responsabilidade do gestor de assistência social realizar a articulação da rede socioassistencial de proteção social básica referenciada aos CRAS e as diretrizes que norteiam a busca ativa. A

gestão da proteção básica no território assegura que a ação com a família, exercida por meio do PAIF, seja o eixo em torno do qual os serviços locais se organizam e que os encaminhamentos feitos pelo CRAS tenham efetividade e resolutividade (BRASIL, 2009).

Parece-nos que, devido às restrições/limitações para implementação da política, por exemplo, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o convênio com a ADRA é realizado somente para se obter recursos necessários para desenvolvimento do PAIF. Pois, de outro modo, a Lei supracitada, segundo explicação dos gestores públicos entrevistados, restringiria ainda mais o desenvolvimento da proteção social básica no município.

Nessa parceria firmada, o Conselho Municipal de Assistência Social tem papel fundamental, visto que cabe a ele monitorar, acompanhar, fiscalizar e avaliar a entidade a fim de que suas ações em parceria com a SEMAS estejam em consonância com as diretrizes, princípios, filosofias e exigências metodológicas do SUAS, e da política de assistência social como um todo.

Esse movimento de fiscalização é feito por meio das visitas institucionais, acompanhamento do plano de trabalho e da prestação de contas. Por se tratar de um convênio que envolve um grande volume de recursos, a ADRA também deve prestar contas aos órgãos federais, como o Tribunal de Contas da União e a Controladoria Geral, a órgãos estaduais e internos de controle da PMV.

Vale frisar que além de acompanhar a execução orçamentária, a gestão, a implementação e o planejamento da política de assistência social, os conselhos têm a função de classificar e certificar as instituições que se configuram como entidades de assistência social. Sendo a inscrição da entidade no COMASV, ou no Conselho de Assistência do Distrito Federal condição essencial para o encaminhamento do pedido de registro e do CEBAS junto ao CNAS (BRASIL, 2007).

A certificação das entidades exige muita coerência, responsabilidade e transparência por parte dos conselhos. Pois essa ação pode tanto fortalecer a assistência social como política pública de direito, quanto colocá-la como mero instrumento assistencial a serviço das entidades que só visam o interesse próprio em detrimento da garantia do direito público. Assim, a atuação do conselho é, em grande parte, definidora da articulação entre assistência social e essas organizações e, por isso, tem um papel importantíssimo para a consolidação da perspectiva de direito.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo do estudo, compreendemos que a assistência social enquanto política pública tem dificuldades para superar algumas características históricas, como a manutenção do caráter filantrópico, a forte presença de entidades privadas na condução dos serviços e também a morosidade da sua regulamentação como política.

As legislações da assistência não eliminaram essas instituições, mas lhes atribuíram nova roupagem, conforme pode ser identificado nos artigos 3º, 6º, 7º, 9º, 10 e 17 da LOAS, na PNAS e na NOB/SUAS. Para isso, criaram-se critérios com o objetivo de que as ações das entidades sociais estejam em consonância com os aspectos legais e públicos da assistência, iniciando um processo de mudança na relação histórica entre instituições sociais e setor público. Mas apesar dos avanços há ainda, um longo caminho a se percorrer para se garantir o caráter público e de direito da assistência social.

Em um contexto impulsionador para a realização das parcerias, cabe o cuidado para que essas ações não sejam utilizadas com o propósito de desresponsabilizar o Estado da primazia na



condução da política de assistência social. É ainda necessário um movimento para tornar mais clara essa relação que é complexa e contraditória. E, não apenas isso é necessário compreender e discutir a configuração do Estado e todos os limites impostos para que se concretize uma política de assistência pública e de direito, a quem dela necessitar. No município de Vitória, por meio da pesquisa acerca da relação SEMAS e ADRA, vimos que essa parceria não está isenta de incoerência e contradições.

Embora a PNAS tenha estabelecido critérios para participação dessas entidades na assistência, percebemos que o preceito religioso ainda determina a ação da ADRA no convênio, como também, algumas vezes influencia na prestação de serviços. Para compreendermos melhor o impacto da parceria dentro dos CRAS, na execução dos serviços, torna-se necessário uma pesquisa aprofundada com os profissionais dos CRAS e usuários para identificar se há rebatimentos da religião nas ações desenvolvidas, descaracterizando o caráter público e de direito da assistência, e quais outros rebatimentos existem.

A questão religiosa para o poder público é o que mais se destaca enquanto limite, pois há a dificuldade de fazer com que a entidade entenda que os serviços não podem ser influenciados pelos princípios religiosos, que ainda se manifestam no cotidiano da atuação nos CRAS. Romper com essa lógica torna-se, pois, um desafio constante.

Outro limite refere-se ao próprio entendimento da parceria, pois a entidade muitas vezes se enxerga como a executora dos serviços, reduzindo o papel do Estado. Como se ao contratar os serviços da ADRA, o município lhe conferisse a responsabilidade pela execução, mesmo porque, se percebe que é “difícil” para a entidade se colocar num papel de subsidiária, complementar ao Estado.

É válido destacar, ainda, a dificuldade de associação entre o “ideal” e “possível”. Diante das dificuldades em implementar na íntegra as legislações da assistência, considerando todo o contexto já abordado de minimização do Estado, foi possível perceber por meio da pesquisa empírica, que o convênio tornou-se o “possível” para implementar os CRAS em Vitória sem ter que estar a mercê da burocratização do Estado. O município se utilizou do convênio, a fim de contratar os profissionais e comprar os materiais necessários para implementação do PAIF de forma mais rápida.

Apesar da maioria dos entrevistados ADRA não verem dificuldades nessa relação, um ponto foi abordado em relação à diminuição do recurso que ocorreu mais no último aditivo, concomitantemente com maiores descrições de gastos, e também no atraso do repasse dos recursos. Esse foi o único ponto abordado diretamente como dificuldade, além também de alguns momentos ressaltarem que essa relação é conflituosa devido aos diferentes interesses que permeiam essa relação.

Em suma, a partir da análise dos dados empíricos, das orientações legais da PNAS e do debate sobre assistência social que norteou o trabalho é possível sinalizar várias questões, as quais necessitam de aprofundamento e apontam dificuldades, perigos, limitações, desafios impostos nessa relação, e até mesmo possibilidades tendo em vista os limites impostos no âmbito da administração pública à estruturação da política de assistência social. Vale citar algumas necessidades de aprofundamento e estudo:

A burocracia estatal e as restrições legais como impulsionadores das parcerias; dificuldade de definição de papéis na parceria estabelecida; a presença das entidades nos Conselhos fiscalizando suas próprias ações; o real conceito de emancipação e também o previsto na PNAS e no convênio; a contradição do convênio ser direcionado para execução do PAIF e ao mesmo tempo não expressá-lo na sua totalidade; e a complexidade em abordar a temática com poucos estudos sobre a execução dessas parcerias.

## 5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. O marco discursivo da “Participação Solidária” e a nova agenda de formulação e implementação de ações sociais no Brasil. In: **A disputa pela construção democrática na América Latina**. P. 95-135. Paz e Terra: 2006.

AMORIM, M.V.B.; COUTO, N. de P. **Um estudo sobre a relação SEMAS e ADRA nos CRAS de Vitória/ES**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

ANDRADE, R. A. de. **O enfrentamento da questão social e o olhar do assistente social sobre sua inserção nas ONGs**. 2004. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB SUAS – RH**, Brasília: MDS, 2006.

\_\_\_\_\_. **Lei Orgânica da Assistência Social**, nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. 6. ed. Brasília: Senado Federal, 2007.

\_\_\_\_\_. **Orientações técnicas para os CRAS**. Brasília: MDS, 2009. Disponível em: <[http://2009.campinas.sp.gov.br/trabalho/uploads/2009/11/orientacoes\\_tecnicas\\_CRAS\\_ProtecaoBasica.pdf](http://2009.campinas.sp.gov.br/trabalho/uploads/2009/11/orientacoes_tecnicas_CRAS_ProtecaoBasica.pdf)>. Acesso em 20 nov.2010.

ESPÍRITO SANTO. Governador (2003-2010: Hartung). Governador (2003-2010: Hartung). **Plano Municipal de Assistência, 2006-2009**. Vitória, 2006a.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Relatório de Gestão Estadual, 2003-2006**. Vitória, 2006b.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Relatório de Gestão Municipal, 2006**. Vitória, 2006c.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Relatório de Gestão Municipal, 2008**. Vitória, 2008.

FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. Desestruturação do trabalho e política social. In: PEREIRA, P. A. P. et al. (Orgs.). **Política Social, trabalho e democracia em questão**. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Política Social, p. 97-118, 2009.

MINAYO, C. de S. (Org.). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10.ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NAKATANI, P.; OLIVEIRA, F. A. de. Política econômica brasileira de Collor a Lula: 1990-2007. In: MARQUES, Rosa Maria; FERREIRA, Mariana Ribeiro Jansen (Orgs.). **O Brasil sob a nova ordem: a economia brasileira contemporânea: uma análise dos governos Collor a Lula**. São Paulo: Saraiva, 2010.

SITCOVSKY, M. Particularidades da expansão da Assistência Social no Brasil. In: MOTA, A. E. (Org.). **O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009

SPOSATI, A. [et. al]. **Assistência na trajetória das Políticas Sociais brasileiras: uma questão em análise**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

YASBEK, M. C. As ambigüidades da Assistência Social brasileira após dez anos de LOAS. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº. 77. São Paulo: Cortez, 2004.

## INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO

### ARTIGO 7: O CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS) BENTO FERREIRA (VITÓRIA/ES) FACE À TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS E À POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FERNANDES, Roseane Pimentel Rhodes Gonçalves<sup>120</sup>, VENERANO, Adauto Beato<sup>121</sup>, VENTORIM, Giovana do Prado<sup>122</sup>.

**RESUMO:** O artigo apresenta o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Vitória face aos objetivos da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e às orientações da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Tipificação/2009), listando as estratégias utilizadas para operacionalizar os serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade no Município. Demonstra que a implantação do CREAS em Vitória aponta para o reordenamento de ações fragmentadas, para a superação da dispersão dos serviços e para a potencialização das ações. Vitória conta hoje com três CREAS em diferentes pontos estratégicos da capital, os quais desenvolvem ações que oportunizam a seus usuários a superação da violação de direitos. O estudo de caso do CREAS Bento Ferreira no período de agosto a dezembro de 2010 descreve a implantação desse Serviço em Vitória, sua distribuição geográfica, demanda por atendimento e adequações e/ou inovações face às orientações da legislação pertinente.

**Palavras-chave:** PNAS/2004. Tipificação/2009. CREAS.

**ABSTRACT:** *The article presents the Center Specialized of Reference in Social Assistance (CREAS, in portuguese) from Vitória/ES ahead the directives of the National Policy of Social Assistance (PNAS/2004) and the orientations of the National Typification of Social Services (Typification/2009), listing the strategies used to operationalize the services of Special Social Protection for Medium Complexity in the city. It also shows that the CREAS implementation of the city of Vitória indicates to reorder fragmented actions, overcoming the fragmentation of services and thereby potentiating their actions. For this, Vitória now has three CREAS in different strategic points of the capital, which aim to develop actions that create opportunities to its users to overcome the violation of rights. From the case study CREAS Bento Ferreira from August to December 2010, is made a descriptive study on the implementation of this service in*

<sup>120</sup>Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (2008); Especialista em Gestão Pública Municipal pelo Instituto Federal do Espírito Santo/Centro de Educação à Distância (IFES/CEAD – 2011). E-mail: roseanefernandes2006@hotmail.com

<sup>121</sup> Msc. Planejamento Regional e Gestão de Cidades. Orientador da Pós Graduação Latu Sensu em Gestão Pública Municipal. CEAD/IFES. E-mail: adautobv@gmail.com

<sup>122</sup> Especialista em Epidemiologia. Co-Orientadora da Pós Graduação Latu Sensu em Gestão Pública Municipal. CEAD/IFES. E-mail: ventorimgio@gmail.com

*Vitória, its geographic distribution, demand for service and adjustments and / or innovations in relation to orientations of the legislation relevant.*

**Keywords:** PNAS/2004. Typification/2009. CREAS.

## 1. INTRODUÇÃO

O conhecimento sobre o processo de implantação do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Vitória/ES é essencial, visto que essa modalidade de prestação de serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade é recente no Município (julho de 2010).

O CREAS, por prestar atendimento a famílias e indivíduos em situação de violação de direitos, deve atuar em estreita interface com o Sistema de Garantia de Direitos, em especial com o Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos e ações do Executivo, articulação essencial à proteção da vítima e responsabilização dos agressores.

O estudo de caso do CREAS Bento Ferreira no período de agosto a dezembro de 2010 descreve a implantação dos serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade em Vitória diante das orientações da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Tipificação/2009).

## 2. DESENVOLVIMENTO

O CREAS é uma unidade pública integrante do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e que possui interface com as demais políticas públicas. É o responsável por articular, coordenar e ofertar serviços de orientação e apoio especializados e continuados a indivíduos e famílias com direitos violados que demandam intervenções especializadas da proteção social especial (1).

No entanto, até se chegar à implantação de um CREAS, perpassa-se todo um contexto histórico de luta pela consolidação da assistência social como política pública. O primeiro marco legal importante nesse processo remonta à publicação da Constituição Federal de 1988, a partir da qual a assistência social é reconhecida como dever do Estado no campo da Seguridade Social. Cinco anos mais tarde, em 1993, foi publicada a Lei 8.742, denominada Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), regulamentando assim os artigos 203 e 204 da Constituição e reafirmando a assistência social como dever do Estado e direito de cidadania sem necessidade de contribuição prévia (2).

Outros marcos legais vieram posteriormente. Em 2004, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) editou a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) (3) a qual apresenta a perspectiva de implantação do SUAS.

O SUAS volta-se à articulação, em todo o território nacional, das responsabilidades, vínculos e hierarquias do sistema de serviços, benefícios e ações de assistência social, introduzindo uma concepção de sistema orgânico, onde a articulação entre as três esferas de governo é um elemento fundamental (4).

Os serviços prestados dentro do SUAS estão organizados em dois níveis de Proteção Social: Básica e Especial, esta última subdividida em Média e Alta Complexidade. Para reafirmar essa

organização em nível nacional e atender a uma das deliberações da VI Conferência Nacional de Assistência Social, em 2009 o CNAS publicou a Resolução nº 109 intitulada Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (5).

Esse documento organiza os serviços entre as categorias já previstas pelo SUAS e, no anexo, a resolução traz uma matriz padronizada para cada um dos serviços previstos com informações como a descrição da atividade, objetivos, resultados esperados, provisões (recursos materiais, recursos humanos e ambiente físico), entre outras informações.

A Tipificação também normaliza o nome das unidades de atendimento e o nível de proteção social a ser prestado por estas. Em se tratando do CREAS, este é apresentado como uma das unidades que deve prestar serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade, conforme listado a seguir:

- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);
- Serviço Especializado em Abordagem Social;
- Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC);
- Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;
- Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

Este último, no entanto, deve ser prestado em um CREAS especificamente destinado ao atendimento da população jovem, adulta ou idosa em situação de rua (5), o que é feito hoje em Vitória pelo “CREAS Pop”, que devido as suas particularidades não é considerado nesse estudo.

Por ser uma unidade de atendimento classificada como prestadora de Proteção Social Especial (PSE) de Média Complexidade, o CREAS é responsável por ações que minimizem o agravamento de situações de violação de direitos através de orientação e apoio especializados a famílias e indivíduos.

Todos os serviços prestados visam assegurar proteção social imediata e atuar na tentativa de interromper processos de ruptura de vínculos familiares e comunitários, prevenindo o acolhimento institucional, devendo ser desenvolvidos de modo articulado com a rede de serviços da assistência social, órgãos de defesa de direitos e demais políticas públicas.

## **2.1 O CREAS no município de Vitória: da fragmentação ao reordenamento dos serviços**

No Município de Vitória, o CREAS é uma das unidades de atendimento da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), a qual é responsável em nível municipal pela garantia da proteção social a quem dela precisar e pela promoção da cidadania, por meio da implantação do SUAS em Vitória. Essa Secretaria organiza-se em Gerências, sendo a Gerência de Média Complexidade a instância diretamente responsável pela coordenação do CREAS.

A partir da década de 1990, bem antes da implantação do CREAS no município de Vitória, eram prestados serviços descentralizados, divididos com base no ciclo de vida para atendimento

aos indivíduos com direitos violados. Os sete diferentes serviços prestados estavam organizados em diferentes Gerências e tinham as seguintes nomenclaturas:

- Programa Sentinela: atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual;
- Programa de Liberdade Assistida Comunitária: atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto;
- Centro de Atendimento Dia (CADIN) para crianças e adolescentes em situação de rua;
- Núcleo Contra a Violência ao Idoso (NUCAVI): atendimento a pessoas idosas vítimas de violência;
- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI);
- Programa de Abordagem de Rua: atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua;
- Serviço de Orientação Sócio-Familiar (SOSF): atendimento às famílias com quadro de violência doméstica, psicológica, física, sexual, negligência, entre outros.

Hoje, Vitória conta com três CREAS, os quais encontram-se em pontos estratégicos da cidade de Vitória: Centro, Maruípe e Bento Ferreira, o que equivale a uma média de um CREAS para cada cem mil habitantes, visto que, conforme dados de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população da capital é de 327 mil pessoas, aproximadamente (6).

Para verificar se esse quantitativo de unidades CREAS na capital atende aos parâmetros legais, identifica-se que a única orientação para o quantitativo de unidades CREAS que devem ser instaladas conforme o porte do município está no Guia do CREAS, elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Esse Guia define que, para municípios com população a partir de cem mil habitantes, deve acontecer a implantação de um CREAS a cada duzentos mil habitantes. No entanto, nesse mesmo documento, o MDS salienta que esses são apenas parâmetros de referência, “...sendo o *diagnóstico socioterritorial e os dados de vigilância socioassistencial fundamentais para a definição mais apropriada do quantitativo de unidades CREAS necessárias, considerando a realidade de cada território*” (7, grifo da autora).

Ratificando a necessidade do diagnóstico socioterritorial, observa-se que os indicadores de violações de direitos em 2008 apontavam um total de 1.082 casos com perfil para atendimento no CREAS, todos esses casos dispersos nos serviços citados anteriormente.

O início das atividades dos três CREAS de Vitória se deu em 05 de julho de 2010 com uma capacitação inicial para toda a equipe, seguida de um período de trabalho interno para organização de prontuários e documentos oriundos dos serviços anteriormente segmentados, começando o atendimento ao público no mês de agosto de 2010.

## **2.2. Caracterização da demanda por atendimento no CREAS Bento Ferreira (agosto a dezembro de 2010)**

Primeiramente, deve-se considerar o território de abrangência do CREAS Bento Ferreira, o qual inclui as regiões Bento Ferreira, Praia do Canto, Jardim Camburi, Continental e alguns bairros da Região Maruípe. Essa área de abrangência se subdivide em seis microterritórios, organizados conforme Quadro 1:

<b>Microterritório</b>	<b>Abrangência</b>
<b><u>1</u></b>	Barro Vermelho, Bento Ferreira, Enseada do Suá, Ilha de Sta. Maria, Ilha de Monte Belo, Praia do Suá, Praia do Canto, Santa Helena, Santa Lúcia, Santa Luiza
<b><u>2</u></b>	Aeroporto, Antônio Honório, Boa Vista, Goiabeiras, Jardim da Penha, Jardim Camburi, Jabour, Mata da Praia, Morada de Camburi, Parque Industrial, Pontal de Camburi, República, Segurança do Lar, Sólton Borges
<b><u>3</u></b>	Bairro de Lourdes, Consolação, Maria Ortiz, Nazaré
<b><u>4</u></b>	Itararé, São Benedito
<b><u>5</u></b>	Bonfim, Da Penha
<b><u>6</u></b>	Gurigica, Horto, Jaburu, Jesus de Nazaré

Quadro 1: abrangência do CREAS Bento Ferreira e organização por microterritório (Fonte: relatório da Coordenação local do CREAS)

Essa subdivisão do território visa o atendimento mais qualificado ao usuário, cada CREAS fazendo sua própria organização e tendo uma dupla de assistente social e psicólogo como referência para cada microterritório. Entende-se que ao aglutinar conjuntos menores de bairros o conhecimento da realidade socioeconômica e cultural das famílias acompanhadas pode ser melhor apropriado pela equipe técnica, favorecendo a criação de vínculos e a efetividade das intervenções.

No CREAS Bento Ferreira, a divisão dos microterritórios baseia-se no número de famílias incluídas em acompanhamento, de forma que cada microterritório tenha, aproximadamente, o mesmo número de prontuários. Assim, pode haver mudanças conforme a demanda por atendimento, embora não tenha havido alterações no período de agosto a dezembro/2010.

Observa-se que a configuração dos seis microterritórios do CREAS Bento Ferreira apresenta situações que se destacam. Os Microterritórios 1 e 2, por exemplo, contam com mais de dez bairros, ao passo que os Microterritórios 3 e 6 contam com 4 bairros cada e os Microterritórios 4 e 5 com apenas dois bairros cada.

Quanto ao perfil socioeconômico e cultural, os Microterritórios 1 e 2 tem em sua composição bairros muito diferentes: o Microterritório 1 engloba, por exemplo, os bairros de Praia do Canto e Ilha de Monte Belo, o primeiro caracterizado pela população de classe média alta e o segundo pela população de classe baixa. Levando em conta o critério de organização dos microterritórios com base na demanda por atendimento, um dos motivos que justificam que bairros tão distintos estejam no mesmo microterritório é o fato de que a classe com renda mais alta geralmente não acessa serviços públicos como o CREAS, embora este não tenha recorte de renda para atendimento. O contrário acontece com a classe de renda mais baixa, que demanda mais atendimento, equilibrando assim o número de casos atendidos nesse microterritório.

Essa organização, envolvendo num mesmo microterritório bairros tão distintos, parece estar contrária ao princípio da territorialização previsto na PNAS, o qual sugere que “... ao invés de metas setoriais a partir de demandas ou necessidades genéricas, trata-se de identificar os problemas concretos, as potencialidades e as soluções, a partir de recortes territoriais que identifiquem conjuntos populacionais em situações similares, e intervir através das políticas públicas, com o objetivo de alcançar resultados integrados e promover impacto positivo nas condições de vida” (3). Assim, mesmo que a territorialização geral do CREAS em Vitória tenha se preocupado com a aglutinação de “conjuntos populacionais em situações similares”, essa mesma linha de organização não é seguida na divisão de microterritórios no CREAS Bento Ferreira.

Quanto à região a que pertencem as famílias acompanhadas, observa-se que o Microterritório 4 concentra a maior parte dos casos, sendo seguido de perto pelo Microterritório 1, apesar de a diferença no número de bairros que os compõe ser grande (o Microterritório 4 é formado por dois bairros, ao passo que o Microterritório 1 possui onze bairros). Os demais Microterritórios têm uma quantidade de casos equilibrada: 14% no Microterritório 5 e 6, e , 9% nos Microterritórios 2 e 3.

Em relação ao atendimento, no CREAS Bento Ferreira este inicia-se com mais de trezentas famílias referenciadas para acompanhamento, as quais migraram dos serviços existentes anteriormente. Esse número de famílias evolui conforme demonstra o Gráfico 1:

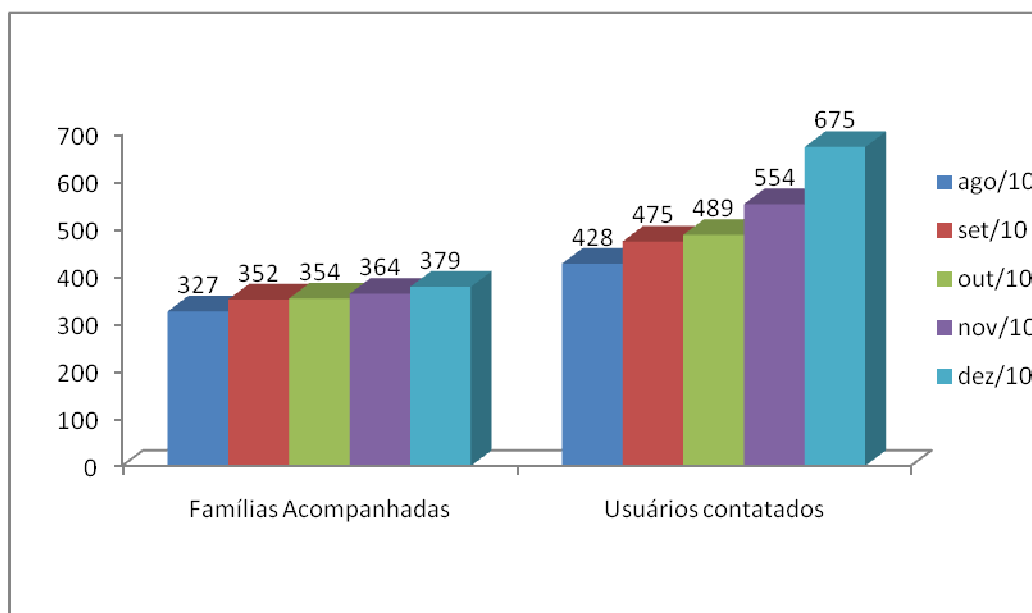


Gráfico 1: Número de famílias acompanhadas *versus* usuários contatados

Através desses dados, é possível observar que a demanda nesse período apresenta crescimento pouco expressivo no número de famílias em acompanhamento. Quanto ao número de usuários contatados, no entanto, é possível observar que em novembro e dezembro o crescimento se acentuou, embora nesses meses o número de dias úteis por conta de feriados prolongados tenha sido menor. Observa-se que nesses meses também houve atraso no repasse de verbas para compra de “vale social” impossibilitando temporariamente o oferecimento desse recurso aos usuários do CREAS Bento Ferreira. Apesar dessas situações, o número de usuários contatados aumentou, indicando uma intensificação do trabalho por parte da equipe do CREAS Bento Ferreira.

Para considerar o perfil das famílias inseridas em acompanhamento, realiza-se uma análise de prontuários por amostragem, através da técnica de amostragem aleatória simples (8), sendo



sorteados 35 prontuários de uma média de 355 famílias em acompanhamento. Desses, foram desconsiderados todos aqueles cuja data de inclusão das famílias para acompanhamento no CREAS não estava compreendida no recorte temporal desse estudo (agosto a dezembro/2010), restando assim 22 prontuários analisados.

Ressalta-se que 100% das famílias inseridas continuou em acompanhamento até dezembro/2010, não havendo nenhum desligamento. Esse dado pode sugerir a qualidade do serviço, no entanto, é imprescindível ressaltar que o recorte temporal de cinco meses é muito pequeno para avaliar se o não desligamento das famílias pode ser um indicador da qualidade do serviço, uma vez que esse critério por si só não alcança toda a complexidade que envolve uma situação de violação de direitos, não menciona se a família aderiu às propostas de intervenção e nem se houve, de fato, intervenções suficientes para proporcionar alguma mudança no caso.

O Serviço no qual foram inseridas mais famílias foi o PAEFI (41%), seguido pelo Serviço Especializado em Abordagem Social (22,7%), Serviço Especializado para Idosos, pessoas com deficiência e suas famílias (18,2%) e Serviço Especializado para Adolescentes em cumprimento de LA e PSC (18,1%), conforme Gráfico 2:

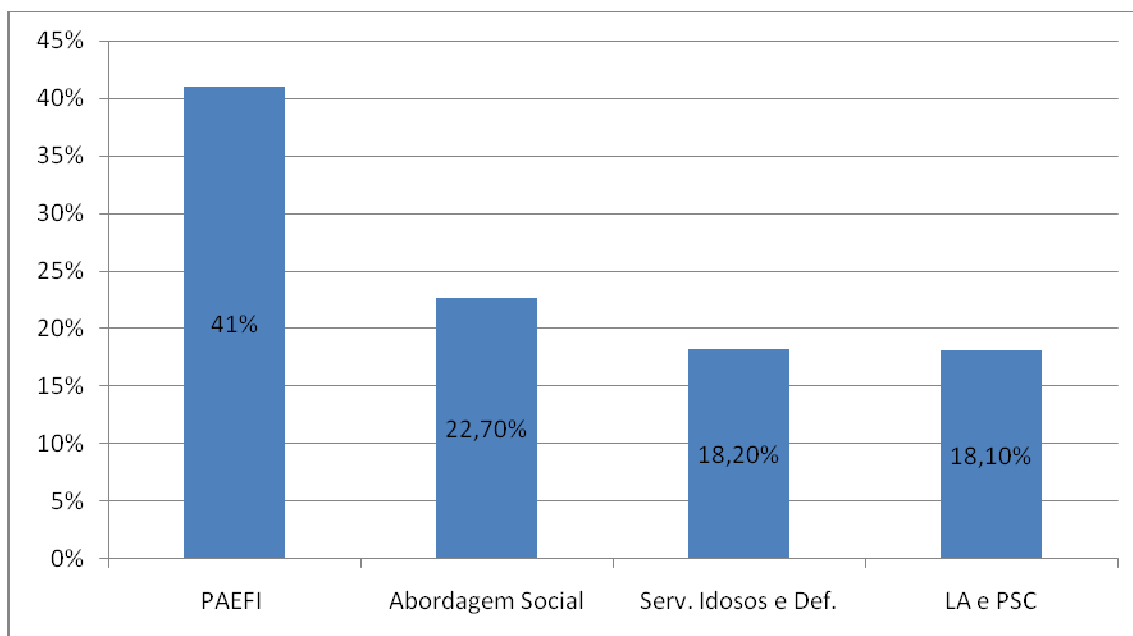


Gráfico 2: Famílias Acompanhadas no CREAS B. Ferreira *versus* Serviço da Tipificação

Conforme a Tipificação, o PAEFI é um serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos por ocorrência de violências, afastamento do convívio familiar, tráfico de pessoas, situação de rua e mendicância, discriminação, trabalho infantil e descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Famílias e do PETI. Observa-se que, comparativamente aos demais serviços previstos na Tipificação, o PAEFI é o que engloba maior número de situações para inclusão de usuários, deixando claro que possivelmente sempre será o serviço com maior número de famílias inseridas.

Das famílias cujos prontuários foram analisados e inseridos no PAEFI, as violações de direitos que apresentam maior incidência são o trabalho infantil, com 44,4%, e a violência sexual, com 33,3%. Os outros 22,3% dividiram-se igualmente entre maus tratos e conflito familiar.

Quanto ao Serviço Especializado em Abordagem Social, sua finalidade, conforme a Tipificação é a de “... assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua,

dentre outras.” Além disso, o Serviço deve “buscar a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos” (5). No caso das famílias acompanhadas pelo CREAS Bento Ferreira no período de agosto a dezembro/2010, todas as famílias identificadas pela equipe de Abordagem Social foram inseridas no PAEFI para acompanhamento, uma vez que o trabalho da Abordagem Social restringe-se à identificação e resolução de necessidades imediatas, não realizando acompanhamento.

Por sua vez, o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas famílias recebeu 18,2% das famílias inseridas em acompanhamento no período considerado. Esse serviço objetiva promover a autonomia, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas participantes, ou seja, famílias com pessoas com deficiência e idosos (as) com algum grau de dependência. Trabalha-se com a oferta de atendimento especializado, principalmente aos sujeitos que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos, tais como: isolamento, discriminação e preconceito dentro da própria família, falta de cuidados adequados por parte do cuidador, alto grau de estresse do cuidador, desvalorização da potencialidade/capacidade da pessoa, dentre outras que agravam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia (5).

É importante ressaltar que, embora pertençam a categorias populacionais diferentes, os idosos e as pessoas com deficiência possuem diversos aspectos em comum que justificam a existência de um mesmo Serviço dentro do CREAS para atendimento. Primeiramente, tanto a Política Nacional do Idoso (9) quanto à Política Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência (10) preocupam-se em assegurar o respeito aos direitos sociais e em criar condições que visem promover a autonomia, integração e participação efetiva na sociedade dessas parcelas da população. Outro aspecto é que, a partir do ponto de vista do modelo social, apresentado por Medeiros e Diniz “... a acumulação de limitações leves na funcionalidade corporal, típica entre os idosos, pode levar à experiência de grandes deficiências caso estes vivam em uma sociedade que se organiza de maneira hostil às pessoas com essas limitações” (11). Assim, o Serviço ofertado no CREAS objetiva, sobretudo, dar suporte às famílias para superar a violação de direitos que compromete ainda mais a qualidade de vida de seus membros idosos ou com deficiência.

Finalmente, o Serviço de Proteção Social para Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de LA e PSC apresenta 18,1% do total de famílias inseridas em acompanhamento. Esse Serviço promove atenção socioassistencial a famílias com adolescentes e jovens de 12 a 21 anos em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto determinadas judicialmente, visando contribuir para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social das pessoas atendidas.

É um Serviço que exige da equipe CREAS o entendimento da dimensão de uma medida socioeducativa, a qual tem duas faces: a promoção dos direitos dos adolescentes (faceta educativo-assistencial) e a reprovação e repressão do crime (faceta punitiva ou penal) (12). Essas faces, apesar de não conviverem pacificamente, devem operar sempre simultaneamente, pois deixar de considerar qualquer uma delas leva a distorções que podem fazer com que a intervenção tendencie para um dos lados, não contribuindo para o alcance dos objetivos do Serviço, conforme previsto na Tipificação.

Para dar um panorama geral, realizou-se análise do item “trabalho social essencial ao serviço” apresentado pela Tipificação em cada um dos quatro serviços citados. Convencionou-se, aqui, aglutinar esse trabalho social essencial em três categorias principais, conforme descrito a seguir:

- Acolhida e escuta;
- Atendimento e acompanhamento;
- Mobilização Social.

Essas três categorias são comuns aos quatro serviços citados. Apesar da diferença em cada um dos serviços, observa-se que o CREAS Bento Ferreira realiza a maior parte do trabalho social essencial previsto na Tipificação.

No caso da categoria Mobilização Social, o CREAS Bento Ferreira conta com um profissional para desempenhar especificamente essa função, potencializando esse tipo de trabalho social previsto na Tipificação. O mobilizador social do CREAS no município de Vitória tem como atribuição geral o conhecimento do território em que o CREAS está inserido e sua rede de serviços com a finalidade de buscar visibilidade para o serviço e divulgar o trabalho desenvolvido no âmbito do CREAS.

### 3. CONCLUSÃO

Observa-se no decorrer do trabalho, um detalhe importante sobre a normatização referente ao CREAS. Por se tratar de um serviço relativamente recente em nível nacional (e mais recente ainda em nível municipal) não há ainda critérios claros quanto ao número de unidades de atendimento necessárias em cada território, ficando essa definição por conta da gestão, com base na disponibilidade de recursos e no diagnóstico socioassistencial.

Em relação à Tipificação, alguns elementos indicam que a Resolução precisa ser revista ou atualizada, na medida em que estabelece determinados tipos de intervenções para alguns serviços e não para outros, o que, numa visão mais geral, seria necessário para todos. É o caso, por exemplo, da indicação para produzir orientações técnicas e normativas, o que aparece como essencial apenas no Serviço Especializado para Adolescentes em LA e PSC, não sendo nem citado nos demais serviços. Seria interessante que a produção de orientações e normativas fosse essencial em todos os Serviços.

Com relação às essas intervenções, observa-se que o CREAS Bento Ferreira atende ao previsto como essencial, mas ainda necessita potencializar algumas ações e sistematizá-las, como é o caso das orientações técnicas e normativas.

Observa-se, além disso, a dificuldade de comparação entre relatórios anuais de gestão e até mesmo dos dados mensais do CREAS, visto que não há uma padronização dos instrumentos de coleta de dados. É o que acontece, por exemplo, com relação ao número de pessoas atendidas pelo CREAS: ora contabilizam-se somente as pessoas com as quais o atendimento foi feito de forma direta, desconsiderando as intervenções indiretas, do tipo reuniões para estudo de caso, ora contabilizam-se todas as pessoas componentes da família em acompanhamento, mesmo aquelas que não foram diretamente atendidas pela equipe.

A implantação de um novo serviço geralmente identifica as possibilidades e limites, apontando também o próximo passo na direção da qualificação do serviço prestado, assim como sua necessidade de ampliação. No caso do CREAS de Bento Ferreira, nos cinco meses iniciais do serviço, o número de famílias inseridas em acompanhamento teve um crescimento de 15% e o número de usuários contatados aumentou de 428 em agosto para 675 em dezembro (um aumento de 57,7%), demonstrando a intensificação do trabalho.

Por fim, considera-se que o Estudo apresenta dados sistematizados, traduzidos em informações que podem servir como um importante instrumento para o gestor público, especialmente na assistência social.

## Referências

- (1) BRASIL. Lei número 12.435 de 06 de julho de 2011. Dispõe sobre a organização da Assistência Social. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 07 jul. 2011.
- (2) BRASIL. Lei número 8.742 de 07 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasil, DF, 08 dez.1993.
- (3) BRASIL. CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução número 145 de 15 de outubro de 2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 out. 2004.
- (4) YAZBECK, Maria Carmelita. Estado, Políticas Sociais e Implementação do SUAS. In: **SUAS: Configurando os Eixos de Mudança**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – 1 ed. – Brasília: MDS, 2008.
- (5) BRASIL. CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução número 109 de 11 de novembro de 2009. Institui a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais no território brasileiro. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 nov. 2009.
- (6) IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm> Acesso em 29 ago. 2011.
- (7) MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **CREAS: implantação**. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/falemnds/perguntas-frequentes/assistencia-social/pse-protecao-social-especial/creas-centro-de-referencia-especializado-de-assistencia-social/creas-implantacao>>. Acesso em 05 ago. 2011.
- (8) SILVA, Patrícia Bueno da, *et all*. **Amostragem Aleatória Simples**. Disponível em: <http://people.ufpr.br/~ricardo.valgas/amostragem/aleatoria2.pdf>. Acesso em 14 set. 2011.
- (9) Brasil. Lei número 8.842 de 04 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasil, DF, 05 jan. 1994.
- (10) Brasil. Decreto número 914, de 06 de setembro de 1993. Institui a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasil, DF, 06 set. 1993
- (11) MEDEIROS, Marcelo. DINIZ, Debora. **Envelhecimento e Deficiência**. Disponível em [http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/idososalem60/Arq\\_09\\_Cap\\_03.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/idososalem60/Arq_09_Cap_03.pdf). Acesso em 19 set. 2011.
- (12) FRASSETO, Flávio Américo; FIGUEIREDO, Ivanilda. SARAIVA, João Batista da Costa. **Capacitação para Operadores do SINASE**. Módulo: A natureza da medida socioeducativa. CEAG – Centro de Estudos Avançados de Governo e Administração Pública/Universidade de Brasília; Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, mar. 2010.

## **ARTIGO 8: REDE SOCIOASSISTENCIAL DE ATENDIMENTO A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA/ES: possibilidades de inclusão social<sup>123</sup>**

Michele Cristina Santos<sup>124</sup>

### **RESUMO**

Este artigo analisa as relações sociais que se configuram entre os agentes, as instituições sociais e os serviços socioassistencial prestados à população em situação de rua que são atendidos em rede no município de Vitória/ES. O objetivo é refletir sobre a organização do trabalho dos profissionais em rede e os serviços prestados e identificar em que medida esta vêm conseguindo superar a sua condição de risco social e extrema vulnerabilidade por meio do acesso às políticas sociais, particularmente a assistência social.

**Palavras-chaves:** Política Nacional de Assistência Social, População em situação de Rua, Rede, Prática Profissional.

### **Abstract:**

This article analyses the acquaintanceship sociais that if they setup among the agents , the institutions sociais AND the services socioassistencial prestados at the population well into state of affairs as of pathway than it is to they are atendidos well into mesh at the county as of Victory ES. THE ONE objetivo is reflects above the collation of the work of the business people well into mesh. AND the services prestados AND detect wherein gauge the population usuária they come affording outfox its condition as of exposure social AND extreme frailty for half a from the access to the policies sociais , in particular the assistance social.

**key words:** Policy National as of Assistance Social , Population well into state of affairs as of Pathway , Mesh , Handy Occupational.

### **INTRODUÇÃO**

O presente artigo é resultado da aproximação de uma das pesquisadoras à realidade do campo de estágio em uma instituição que presta atendimento à população adulta em situação de rua no município de Vitória/ES, em um projeto, entre os demais que compõem a rede de serviços socioassistenciais que atende este segmento populacional.

Esta pesquisa é relevante, pois alguns profissionais que atuam nas instituições apontam que à articulação da rede dos serviços é frágil. Este problema interfere e desqualifica os serviços prestados, implica no cumprimento parcial dos dispositivos legais que norteiam a política de assistência social e afetam os serviços ofertados pela rede e os usuários.

Alguns profissionais afirmam que a política de assistência social é complexa e o trabalho em rede é algo ilusório, apesar de concordarem que este é imprescindível à qualidade dos serviços. Percebe-se uma contradição entre o discurso dos profissionais e os limites impostos ao trabalho

---

<sup>123</sup> Este artigo refere-se às análises preliminares do projeto de TCC, orientado pela professora mestre Eliana Moreira Nunes Garcia, que está sendo realizado pelas autoras Michele Cristina Santos e Alessandra Almeida Silva. Este será apresentado à Faculdade Salesiana de Vitória, no mês de junho de 2009, como parte das exigências para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

<sup>124</sup> Aluna do 8º Semestre do curso de Serviço Social da Faculdade Salesiana de Vitória.

institucional e a estrutura das redes socioassistenciais.

O objetivo desta pesquisa é analisar o trabalho dos profissionais que prestam serviços socioassistenciais a população em situação de rua no município de Vitória/ES, a rede socioassistencial e identificar em que medida estes serviços contribuem para superar a situação em que a população adulta em situação de rua vive; visto que a elucidação de tais questões pode contribuir com a melhoria da qualidade dos serviços prestados, conforme preconiza a PNAS-2004, a NOB-RH/SUAS-2006 e a política municipal de assistência social que regula o atendimento deste seguimento social (Lei municipal nº. 7101/2007).

Sendo assim,

A Política Municipal de Atendimento a População em situação de Rua deve ser operacionalizada por meio da implementação e manutenção de uma rede de programas, projetos, serviços e benefícios de caráter público, governamental ou não governamental, que devem orientar-se pelos princípios e diretrizes da PNAS-2004 e da NOB/SUAS-2006 (Lei nº 7101/2007, art. 2º).

Utilizamos como metodologia uma pesquisa bibliográfica, seguida da aplicação de um questionário do tipo semi-aberto, com os sujeitos da pesquisa, sendo 15 usuários população em situação de rua e 15 profissionais no total, sendo 5 (cinco) Assistentes Sociais, 3 (três) Psicólogos, 1 (um) Coordenador de nível médio, 3 (três) coordenadores das unidades de atendimento e, 3 (três) gestores da política. O processo de coleta de dados correu no período de dezembro/2008 a março/2009. Após a coleta de dados iniciamos as análises de conteúdo com base no paradigma interpretativo.

Os resultados preliminares apontam que – já que a pesquisa não está concluída – *Primeiro*: há uma defasagem por parte dos profissionais quanto ao que prevê a PNAS, especialmente em relação a organização dos serviços em rede; o que aponta para a necessidade de melhorar a gestão dos serviços, a capacitação dos profissionais e o atendimento a população usuária; *Segundo*: há uma fragilidade com relação a articulação entre os profissionais que compõe a rede interna da Gerência.

### **A assistência social e sua afirmação enquanto política pública**

Para refletir a cerca da política pública de assistência social e sobre o atendimento a população em situação de rua no município de Vitória, é necessário compreender a política em âmbito nacional, de modo particular a organização em rede e o atendimento ao usuário.

Pode-se afirmar que a política de assistência social já alcançou o patamar de política pública, mas ainda comporta idéias divergentes; já se consolidou no campo dos direitos sociais, mas ainda está marcada pela benesse e pela filantropia.

Segundo BOSCHETTI (2007) a assistência social é parte do modelo de seguridade social e cabe ao Estado intervir diretamente na regulação social por meio de uma ampla proposta econômica e social, o Estado de Bem-Estar Social, criar amplas *políticas sociais, de caráter universal*, de responsabilidade do Estado, capazes de suprir as necessidades básicas do cidadão através de serviços de proteção social, nas áreas de habitação, saúde, educação etc.

O modelo de seguridade social adotado no Brasil se consolida legalmente a partir da Constituição Federal - CF/1988 pauta-se nos princípios de universalidade, uniformidade, equivalência, distributividade, irredutibilidade, democracia, descentralização, seletividade, dentre outros. Cada um desses é importante para a consolidação da seguridade. Esta é formada

pelas políticas de Saúde, Assistência Social e Previdência Social. Assim, a Saúde tornou-se uma política social universal; Assistência Social destina-se àqueles que comprovam necessidade, a Previdência Social somente por meio de contribuição direta. O Estado implementou parcialmente o modelo da seguridade social.

Segundo COUTO (2004), nos anos 1980/90, o Brasil começou a superar o modelo produtivo fordista/keynesiano, mesmo sem tê-lo implementado completamente, iniciou a transição do modelo americano para o modelo japonês - toyotista, com ampliação no uso da robótica, informática, da micro-eletrônica etc. Ocorrem mudanças na esfera da produção, nas formas de organização e gerenciamento do trabalho, com vista à poupança da mão-de-obra, novas técnicas e mais cientificidade; exige-se polivalência e multifuncionalidade.

O modelo toyotista basea-se na “desfiliação do trabalhador” do mundo do trabalho. Segundo CASTEL (1997), não há lugar para todos. A maioria está desempregada e concentra-se no mercado informal, desemprega e sem garantias previdenciárias.

Sabe-se da importância de se promover a inclusão social é pela via do mercado de trabalho, mas a estabilidade econômica e a privatização na década de 90 se tornam metas supremas, o que contribui com a concentração de renda e a estabilidade da economia. Assim, se amplia a produção, sem ampliar o número de trabalhadores no mercado. A inserção do trabalhador no mercado exige tecnologia e capacidade técnica do trabalhador, diminui-se o número de postos de trabalho e a competição fica mais acirrada entre os trabalhadores.

O Estado se reorganiza para atender o capital, corta as políticas sociais, diminui ou retira garantias já conquistadas. As políticas sociais se tornam precarizadas para enfrentar os problemas sociais. Ocorre uma refuncionalização do Estado em benefício do capital.

Forma-se um paradoxo entre os avanços políticos e sociais e as diretrizes macroeconômicas que concebem as políticas sociais como consequência do funcionamento adequado da economia, as políticas sociais foram minadas pelas políticas macroeconômicas.

Ao se construir a noção dos direitos sociais no Brasil restritos aos trabalhadores formais: política previdenciária, de saúde, formação profissional etc.; também se construiu uma política paliativa, destinada àquele que não tem capacidade laborativa, devido a sua condição: idosos, doentes, pessoas com deficiência, crianças, gestantes etc. E também para aquele que se encontra em situação de extrema vulnerabilidade: o miserável, analfabeto, a pessoa em situação de rua, o migrante, o trecheiro etc. As políticas sociais públicas destinadas a este segmento social se caracterizam por serem focalizadas, fragmentadas, paliativas; logo, não suprem os *mínimos sociais* necessários a uma sobrevivência digna.

Seguindo a lógica do trabalho em rede, a LOAS, ao afirmar que “*os mínimos sociais previstos devem ser realizados através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento as necessidades básicas*” (art. 1º, LOAS 1993), reafirma a importância dos serviços estarem organizados em rede para dar visibilidade e qualidade no atendimento ao usuário.

Segundo a LOAS, cabe a administração pública o dever de fomentar habilidades específicas para formar as redes e se qualificar os serviços prestados aos usuários; sendo assim faz-se necessário acionar o poder público, pois, “[...] somente o Estado dispõe de mecanismos fortemente estruturados para coordenar ações capazes de catalisar atores em torno de propostas abrangentes, que não percam de vista a universalização das políticas, combinada com a garantia de equidade”. (PNAS, 2004, p.32).

Assim, a Política Nacional de Assistência Social visa superar a fragmentação das políticas e avançar em seus princípios operativos, de tal forma que melhore a qualidade dos serviços:

[...] a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), define a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que permite dentre outros aspectos, a articulação de ações sócio-assistenciais, a universalização de acesso e a hierarquização de serviços por nível de complexidade e porte de município. Sua regulamentação, por meio de base legal como a nova Norma Operacional Básica (NOB/SUAS) e outros instrumentos jurídico-normativos tendo o objetivo de impulsionar um reordenamento das redes socioassistenciais para o atendimento a população usuária, na direção da superação de ações segmentadas, fragmentadas, pontuais, sobrepostas e assistencialistas, por um modelo de gestão unificado, continuado e afiançador de direitos. (COLIN e SILVEIRA, 2006, p.20-22).

O SUAS, regulamenta em todo território nacional a política de assistência social, conforme decreto Nº. 5.074, de 11 de Maio de 2004, os procedimentos técnicos e tecnológicos com vistas à construção do sistema de seguridade social brasileiro.

O SUAS está posicionado na intersetorialidade com as demais políticas sociais, fato que ainda demanda maior integração e delimitação de atribuições específicas para estabelecimento de articulações na regulação do Estado em favor da consolidação dos direitos sociais e da democracia na perspectiva da socialização da riqueza e da participação política. (COLIN e SILVEIRA, 2006, p.21).

Assim, o SUAS está na contramão do projeto neoliberal, logo, forma-se um conflito, o aprofundamento da sociedade capitalista e a ampliação do Estado democrático e de direitos; já que os preceitos normativos, o ordenamento político, jurídico, administrativo e regulatório devem promover a garantia dos direitos socioassistenciais.

A estrutura do SUAS é composta por duas dimensões: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

Torna-se necessário refletir sobre a política pública de assistência social, particularmente sobre a política de atendimento a população em situação de rua no município de Vitória/ES e o trabalho dos profissionais, conforme estabelece a NOB/RH/SUAS-2006.

### **A inserção dos profissionais na Política de Assistência Social**

A discussão a seguir trata das relações sociais que se configuram entre os profissionais, as instituições sociais, ou seja, a gestão da rede socioassistencial e a execução da política em forma de serviços prestados à população em situação de rua no município de Vitória/ES.

Sabe-se que a implantação da PNAS/2004 e do SUAS sob o paradigma da constituição do direito socioassistencial é um desafio a ser enfrentado em todo o território nacional, o que requer a assimilação de uma nova forma gestão da por parte de gestores, servidores públicos, trabalhadores das entidades e organizações sem fins lucrativos, conselheiros, entre outros. O que requer o uso de ferramentas como: descentralização, financiamento, controle social e a gestão do trabalho; com vistas a consolidação do Sistema, conforme prevê a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS).

As diretrizes da política de gestão do SUAS, segundo a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) tem o objetivo de dar visibilidade a gestão pública do trabalho e propor mecanismos reguladores da relação entre gestores e trabalhadores e os prestadores de serviços socioassistenciais. As diretrizes da gestão do trabalho no SUAS pressupõe:



- 1 Conhecer os profissionais que atuam na Assistência Social, caracterizando suas expectativas de formação e capacitação para a construção do SUAS;
- 2 Vislumbrar o desafio proposto, para esses profissionais, a partir dos compromissos dos entes federativos com os princípios e diretrizes da universalidade, equidade, descentralização político-administrativa, intersetorialidade e participação da população;
- 3 propor estímulos e valorização desses trabalhadores;
- 4 identificar os pactos necessários entre gestores, servidores, trabalhadores da rede socioassistencial, com base no compromisso da prestação de serviços permanentes ao cidadão e da prestação de contas de sua qualidade e resultados;
- 5 uma política de gestão do trabalho que privilegie a qualificação técnico-política desses agentes. (NOB-RH/SUAS, 2006, p. 9-10)

A norma é um instrumento de gestão que terá eficácia se seu conteúdo for pactuado e assumido entre os gestores da Política da Assistência Social e se houver adesão às suas diretrizes, também por parte dos profissionais; a norma deve ser uma referência para os trabalhadores, com vistas à consolidação da política e a garantia da participação social.

Nisto reside a nossa preocupação em refletir sobre o trabalho desenvolvido pelos profissionais e a articulação em rede, com vistas à melhoria da qualidade dos serviços.

Segundo Cássio Marinho (2003) a formação de redes ganhou impulso especial no Brasil na década de 90, inicialmente, para transformar as relações sociais, as formas de aprender, trabalhar e atuar sobre a realidade, fundada em práticas e princípios democráticos, emancipatórios do ponto de vista político. Segundo este, a rede se transformou nas últimas duas décadas em um sistema organizacional com o objetivo de reunir indivíduos e instituições, de forma democrática e participativa, como alternativa de organização, facilitar processos, responder às demandas, dar conectividade e descentralizar as atuações.

MARTELETO (2007) afirma:

“... o estudo das redes coloca assim em evidência um dado da realidade social contemporânea que ainda está sendo pouco explorado, ou seja, de que os indivíduos, dotados de recursos e capacidades propositivas, organizam suas ações nos próprios espaços políticos em função de socializações e mobilizações suscitadas pelo próprio desenvolvimento das redes. Mesmo nascendo em uma esfera informal de relações sociais, os efeitos das redes podem ser percebidos fora de seu espaço, nas interações com o Estado, a sociedade ou outras instituições representativas. Decisões micro são influenciadas pelo macro, tendo a rede como intermediária”.

Para WHITAKER (1993) as redes podem ser analisadas dentro dos mais variados enfoques e áreas do saber. Para a constituição de redes sociais é necessário inscrever-se num campo de ação compartilhado por um coletivo onde os participantes estabeleçam vínculos e interconexões de ações, compromisso com o grupo e a causa escolhida por todos.

Patrus Ananias (MDS, 2009) afirma que há uma necessidade do trabalho em rede entre as

diversas políticas sociais; e de modo especial, a assistência social, a previdência e a saúde.

Para que possa responder ao resgate dessa dívida, o ministério tem de ter caráter permanente. Nossos programas podem mudar, as ações podem se aperfeiçoar, se adequar às demandas regionais ou a novas demandas. Mas as políticas sociais, que agora assumem status de política pública, têm de ter continuidade. Na assistência social, precisa manter coerência com a determinação constitucional que a coloca junto com a saúde e a previdência social como tripé constitutivo da seguridade social, ou seja, um direito elementar que deve ser garantido pelo Estado. PATRUS ANANIAS (2009, p.1)

As políticas sociais são indispensáveis em períodos de economia em expansão e muito mais em períodos de crise internacional. “Assim políticas sociais funcionam como proteção para amenizar os efeitos da crise, protegendo os mais desvalidos ao estimular o poder de compra dos mais pobres, aquecendo a economia interna” PATRUS ANANIAS (2009, p.1).

Os problemas sociais demandam profissionais integrados e organizados para atuar na gestão das políticas sociais, por meio de ações intersetoriais. A intersetorialidade é uma inovação na gestão da política que possibilita a articulação das diversas organizações que constituem as redes sociais. A intersetorialidade e a rede exigem mudanças na gestão; nas organizações públicas, nas organizações sem fins lucrativos, de modo a integrá-las.

Segundo a PNAS para se implementar a rede tem que se adotar como pressupostos a territorialização, descentralização e a intersetorialidade:

[...] um dos caminhos para superar a fragmentação na prática dessa política. Trabalhar em rede, nessa concepção territorial significa ir além da simples adesão, pois há necessidade de se romper com velhos paradigmas, em que as práticas se construíram historicamente pautadas na segmentação, na fragmentação e na focalização, e olhar para a realidade, considerando os novos desafios colocados pela dimensão do cotidiano, que se apresenta sob múltiplas formatações, exigindo enfrentamento de forma integrada e articulada (PNAS, 2004, p. 29-30).

Neste sentido, identifica-se a necessidade de (re)pensar a atual disposição da atuação da rede socioassistencial.

### **A organização da política de assistência social para a população em situação de rua no município de Vitória/ES**

A PNAS incorporar as demandas sociais e estabelece diretrizes para a efetivação da rede socioassistencial, enquanto direito de cidadania e responsabilidade do Estado. A organização e regulamentação municipal da política de atendimento à população em situação de rua de Vitória/ES, conforme a Lei municipal nº. 7.101/2007, toma por base a CF/88, LOAS/1993, PNAS/2004 e a NOB. A Lei Orgânica do Município de Vitória/2007, Lei municipal nº. 7.101/2007, se insere no nível de proteção social especial de alta complexidade.

A Lei municipal organiza as ações no âmbito municipal de forma intersetorial, afirma que o público alvo é a pessoa adulta que pode estar acompanhada ou não de crianças e/ou adolescente deve-se proceder conforme rege o ECRID (Lei nº. 8.069/90).

A política municipal se funda nos princípios da dignidade da pessoa humana, no protagonismo, liberdade e convivência familiar e comunitária. Estabelece como diretrizes o direito ao espaço da pessoa para localiza-se e referir-se como quem tem “residência”, mesmo que esta seja em

instituição de abrigo, temporário ou permanente como condição de existência e cidadania, além do direito ao acesso a bens e serviços e a garantia da preservação da unidade do grupo familiar. O art. 5º, da Lei municipal nº. 7.101/2007, que dispõe sobre a garantia e o fortalecimento da autonomia, dos vínculos familiares e comunitários, a fim de localizar as famílias e mediar a reintegração de seus membros. O objetivo é dar visibilidade a população em situação de rua.

Ao mesmo tempo, segundo informação que circulavam na imprensa local a população em situação de rua já incomodava uma parcela da população. O “incômodo social” ganhou lugar na agenda governamental, já que esta é uma legítima expressão da questão social e suscitou resposta por parte do Estado, na forma de política pública que mitigasse a situação de miséria absoluta de inúmeras pessoas em situação de rua. Ao mesmo tempo se realizou uma “limpeza social”, já que retira de circulação um contingente populacional da rua.

A Lei municipal nº. 7.101/2007 regulamenta a adoção e o funcionamento dos programas e serviços: Centro de Atendimento Dia (CAD) adulto; Centro de Atendimento Dia (CAD) criança e adolescente; Casas Lares; Albergue noturno; Albergue noturno para migrantes; Abrigos; Atendimento social de rua; Moradias alternativas; Instituições de longa permanência; Benefícios eventuais; Formação de redes.

A gestão dos programas, projetos, serviços e benefícios são operacionalizados por entidade públicas e/ou em parceria com entidades privadas, com caráter de complementaridade na prestação dos serviços.

Compreender a gestão da política de atendimento municipal voltada à população de rua significa um grande desafio; já que de modo geral este tem relação com o fenômeno da globalização e da mundialização da economia que requer do Estado maior eficiência, eficácia e efetividade organizacional e no enfrentamento às demandas. Exigem-se respostas imediatas dos profissionais que atuam na execução e na gestão da política; estes tendem a desenvolver ações fragmentadas e descoladas do campo mais geral dos direitos sociais. Assim, a gestão da política configura-se como uma arena de tensão, diversos interesses estão em jogo, marcados por interesses antagônicos.

Estudos a cerca da rede socioassistencial do município de Vitória indicam que esta tem como objetivo ser um instrumento de trabalho para os profissionais que estão inseridos nos espaços sócio-ocupacionais que prestam atendimento ao público. A rede foi pensada para materializar o que preconiza o SUAS, com base no modelo de referência e a contra-referência. O objetivo é priorizar a qualidade na prestação dos serviços aos usuários que demandam atendimento direto e acesso integral de proteção social.

Percebe-se que o objetivo pelo qual a rede foi criada ainda está sendo incorporado pelos profissionais. Estes valorizam em seus discursos o trabalho em rede, mas por diversos motivos não conseguem materializá-los em seu trabalho profissional. Estes declaram que seu trabalho está fundado na técnica, mas tendem a se tornar tarefeiros.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Vitória (COMASV) é o órgão responsável por controlar e fiscalizar as ações desta política; A Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) de Vitória é responsável por coordenar as ações e apoiar a formulação das redes e fóruns de discussão sobre a questão da população em situação de rua, porém, é um trabalho que ainda esta em construção, ainda é uma tendência "nova".

Segundo os registros da Lei Municipal 7101/2007 e do Manual de Procedimento do CAD 2008, a estrutura da instituição que acolhe e atende a população em situação de rua deve ser formada por uma equipe multiprofissional, sua responsabilidade é materializar o atendimento, com base em um tratamento humanizado. Deve-se fazer a acolhida imediata da população, a seguir,

inserir o usuário nas atividades de acompanhamento psicossocial da instituição e/ou encaminhá-los aos serviços de referência da rede municipal.

## **A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E A EXCLUSÃO SOCIAL**

A literatura aponta que a população de rua é constituída por pessoas que se encontram em situação de extrema pobreza, que tem um lugar social demarcado, recebem interpretações diferentes por parte da sociedade. Depende da época, do lugar em que vivem; mas de modo geral são estigmatizados pela sociedade, inclusive pela classe trabalhadora.

Segundo o jornal *a tribuna* (edição de 10/09/2008), os moradores de rua do município de Vitória são caracterizados pela população – sociedade – como pessoas fugitivas, ameaçadas de morte, foragidas da justiça e usuários de drogas - em especial o crack e o álcool.

A população em situação de rua pode ser caracterizada por sujeitos que fazem das ruas o seu lugar de moradia. São trabalhadores informais, desempregados que foram expulsos do mercado de trabalho ou subempregados. Vivem diferentes realidades, mas tem em comum a condição de pobreza absoluta e a falta de pertencimento à sociedade formal, se juntam a outros grupos que perderam suas casas e outros que tem esperança de ter uma moradia.

A pobreza não é um fato isolado, diz respeito a outros aspectos da vida social e contribui para a fragilização dos vínculos afetivos e familiares e até o seu rompimento, o que culmina na desagregação familiar e pode produzir severas mudanças na auto-imagem do indivíduo, pode comprometer a sua identidade, sua socialização, produzir o isolamento social etc.

Trata-se de um segmento que está à mercê do desemprego, do trabalho temporário, informal e que estão desligados de suas famílias, devido à limitação física, mental, ou em decorrência da violência, uso e abuso do álcool e outras drogas; entre outros. Esta população utiliza a rua como espaço de sobrevivência; carregam consigo alguns pertences, que não vão além de sacolas com objetos pessoais. Deslocam-se com frequência de um lugar para o outro, dormem um dia em cada lugar. Estes formam grupos heterogêneos, pois há uma mistura de homens, mulheres, crianças, adolescentes e até famílias inteiras.

Segundo COSTA (2005), a partir de um levantamento nacional, pode-se dizer que o grupo mais significativo de população de rua é composto por homens que vivem em grupos ou sozinhos, em lugares não fixos, que podem estar permanecer ou não morando na rua. Estes pernoitam nas calçadas, viadutos, praças, canteiros, imóveis abandonados, terrenos baldios, marquises e outros. Para sobreviverem fazem pequenos bicos: catam papelão, guardam carros, encartam jornais e outros para obter alimentos. Estes também recorrem a entidades públicas, filantrópicas e ao comércio; utilizam abrigos, albergues para banho, necessidades fisiológicas, alimentação, vestuário e pernoite.

O desemprego e o emprego precário têm uma relação direta com a perda da moradia, não só para os moradores de Vitória, mas para outras pessoas que vem de fora do município de Vitória. São migrantes e trecheiros que saem de sua cidade, seja pelo desemprego, tratamento de saúde, para procurar parente e passam as noites em locais públicos de grande movimentação como parques e rodoviárias, em razão do medo e da violência. Segundo ZALUAR (1994), a situação dos sujeitos que habitam nas ruas é reflexo do agravamento da questão social e expressa um limite de pobreza extenso e inconsistente.

## A população em situação de rua e as respostas da política socioassistencial

Esta pesquisa analisa a política socioassistencial no município de Vitória-ES para a população em situação de rua; a regulamentação municipal da política e da rede de atendimento, a formação da rede, a organização das instituições, a prestação de serviços e de que forma estes contribuem para superar a exclusão social.

Inicialmente, efetuamos uma pesquisa bibliográfica a fim de identificar a produção de autores que investigaram esta temática e os principais dispositivos legais. Optamos por uma pesquisa quanti-qualitativa, com ênfase no paradigma interpretativo para compreendermos a realidade e o significado social da situação das pessoas que vivem na rua e a contribuição da rede socioassistencial, enquanto forma de enfrentar a exclusão social.

Utilizou-se como fonte documental a CF/88, LOAS/1993, PNAS-2004 e a NOB-RH/SUAS-2006, Lei municipal nº. 7101/2007 e a Lei Orgânica do Município de Vitória/2007. Os sujeitos desta pesquisa são os usuários atendidos pelas instituições, ou seja, a população em situação de rua, ainda os técnicos (assistentes sociais e psicólogos) que prestam atendimento a população em situação de rua e os gestores municipais da área.

A pesquisa documental baseia-se na Lei nº. 7101/2007, revela que já existe uma rede municipal para o atendimento à população adulta em situação. A rede está vinculada a Secretaria Municipal de Assistência Social-SEMAS de Vitória/ES, atualmente esta é coordenada pela Gerência de Atenção ao Migrante e a População em situação de Rua do município de Vitória/ES – GPR (Gerência de População de Rua), esta é formada por sete aparelhos, a saber: Atendimento Social de Rua, Albergue Noturno Para Migrantes Bezerra de Menezes, Centro de Atendimento Dia-CAD Adulto, Abrigo Para Pessoas Em Situação De Rua, Hospedagem Noturna, Casa Lar I e Casa Lar II.

*“Quando nós entramos ainda não havia uma política municipal. Havia uma entidade que se achava a responsável por atender a população em situação de rua. Então nós começamos a fazer um embate com essa entidade que era a entidade X. Primeiro, ela era uma ONG, ela não tinha a responsabilidade de um poder público. Nós éramos poder público e tínhamos a responsabilidade com mais pessoas. Com a população em situação de rua como um todo. E não só, éh, os tradicionais mendigos, né. Pessoas em situação de abandono nas ruas. Aí nós começamos a ver também, que a população de rua não é homogênea você tem inúmeros grupos”. (grifos nossos) Entrevistado G.*

Entende-se que o Estado tem o dever de assumir o controle da política municipal para população em situação de rua; por meio de serviços de proteção social pessoal/social, nas áreas de habitação, saúde, educação etc. E, de modo particular, as demandas desta população; o que requer um conjunto articulado de serviços que ultrapassam as ações imediatas. É necessário um conjunto de serviços continuados, de média e alta complexidade de modo a atendê-los de modo integral; já que sua condição é de extrema exclusão social.

Sendo assim, ressalta-se que a implementação da PNAS (2004) é ressentida e ainda apresenta fragilidades em relação a sua operacionalização. Para operacionalizar a política de assistência é necessário compreender as suas diretrizes e planejar a sua efetivação. Existe um esforço nacional para implementar a política, o que não se esgota nas ações empreendidas até o momento, é necessário aprofundar o debate e as ações.

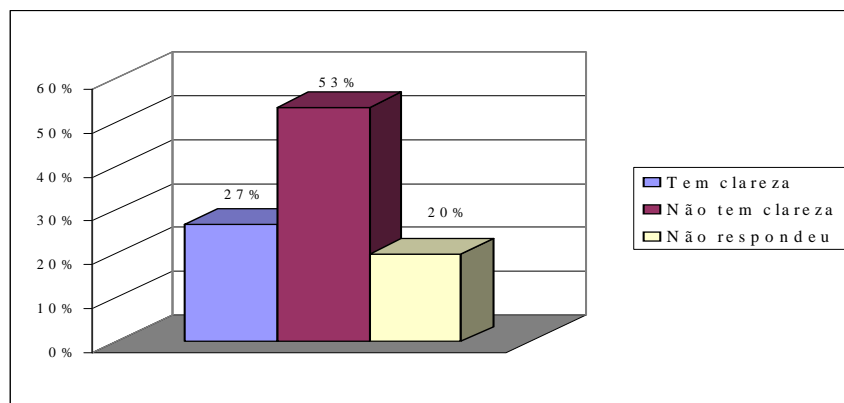


Gráfico 1: Nível de compreensão dos profissionais sobre a PNAS-2004 e a proposta de trabalho socioassistencial articulado em rede

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo. 2008/2009. Elaboração Própria

O gráfico acima ilustra o percentual de profissionais que se disponibilizaram a participar da pesquisa, o quanto que eles compreendem acerca da PNAS-2004. Identificamos que 53% dos profissionais entrevistados não têm clareza quanto às diretrizes nacionais, 20% dos profissionais *não responderam*, e somente 27% responderam satisfatoriamente, demonstrando *ter clareza* dos dispositivos legais do que é preconizado na política.

Os dados revelam que há fragilidades na estrutura organizacional, já que os entrevistados são responsáveis por promover e manter a estrutura organizacional destinada a atender a população em situação de rua, assim, esta é uma competência básica exigida da organização e de seus profissionais. Isto denota a necessidade de investimento na formação e capacitação de recursos humanos – gestão de pessoas e de serviços – conforme preconiza a NOB/SUAS/RH-2006. Segundo esta, cabe a administração pública o dever de promover a capacitação profissional, a fim de prestar um atendimento de qualidade à população usuária. Segundo o que está preconizado nas diretrizes da gestão do trabalho no SUAS:

- 6 Conhecer os profissionais que atuam na Assistência Social, caracterizando suas expectativas de formação e capacitação para a construção do SUAS;
- 7 Vislumbrar o desafio proposto, para esses profissionais, a partir dos compromissos dos entes federativos com os princípios e diretrizes da universalidade, equidade, descentralização político-administrativa, intersetorialidade e participação da população;
- 8 Propor estímulos e valorização desses trabalhadores;
- 9 Identificar os pactos necessários entre gestores, servidores, trabalhadores da rede socioassistencial, com base no compromisso da prestação de serviços permanentes ao cidadão e da prestação de contas de sua qualidade e resultados; ***Uma política de gestão do trabalho que privilegie a qualificação técnico-política desses agentes.*** (NOB-RH/SUAS, 2006, p. 9-10) *Griffus nossos*

Percebe-se que a Política de Assistência Social ainda é operada em meio a entraves e desconhecimento do trabalho em rede, por parte de alguns gestores e profissionais:

*“[...] o que, que a gente às vezes faz? Em seminários, chamamos a Saúde, batemos na porta das Unidades de Saúde, batemos na porta do P.A. , batemos na porta da rede Hospitalar, né; vamos demandando as demais políticas. A política de assistência social ela é uma demandante das demais políticas”. Entrevistada G.*

A entrevistada “G” ilustra o posicionamento de uma parcela dos profissionais entrevistados, já que estes não identifica a rede interna da Gerencia como ferramenta potencial do trabalho. No tocante ao assunto rede e articulação do trabalho, a pesquisa aponta a necessidade de articulação com o setor saúde, e mesmo assim com dificuldades de acesso a este, devido aos estigmas que estes os usuários estão submetidos.

Ainda nos perguntamos como esta ocorrendo o processo de implementação da política em Vitória/ES. As conclusões preliminares estão apontadas no gráfico a seguir:

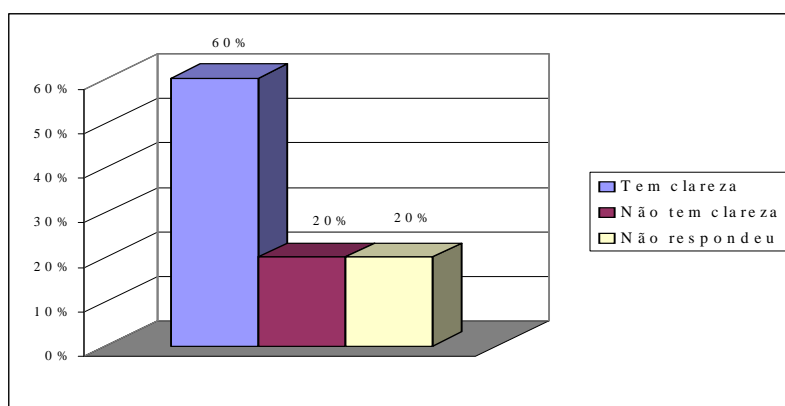


Gráfico 2: Nível de compreensão dos profissionais sobre a organização da municipal para o atendimento a População em situação de Rua, com base na Lei nº7101/2007.

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo. 2008/2009. Elaboração Própria

O gráfico 2, aponta que 60% dos profissionais *tem clareza* quanto ao modo de organização municipal da Política de atendimento à população em situação de rua, 20% dos profissionais *não tem clareza* sobre o que preconiza esta política e 20% *não responderam*.

Os dados do gráfico 2, apontam que, a nível municipal, houve um avanço, pois conforme a Lei nº. 7101/2007 estabelece a política deve ser operacionalizada em consonância com os princípios da CF/1988, LOAS, PNAS, NOB/SUAS/RH-2006. Ressalta-se que a Lei municipal regulamenta o modo de funcionamento e organização da rede Municipal de atendimento a população em situação de rua e da outras providências. O que denota um avanço, porém a pesquisa aponta que 40% de profissionais que ainda não têm clareza suficiente dessa norma; o que deve implicar em uma preocupação por parte dos gestores em promover capacitação continuada aos profissionais. Além de avaliar o processo como um todo a fim de verificar de que modo este vem ocorrendo.

A rede interna da Gerencia que é uma ferramenta municipal não aparece de forma clara no discurso de alguns profissionais que atendem a população em situação de rua.

O último ponto que cabe ressaltarmos, neste artigo, ganha visibilidade no gráfico a seguir.

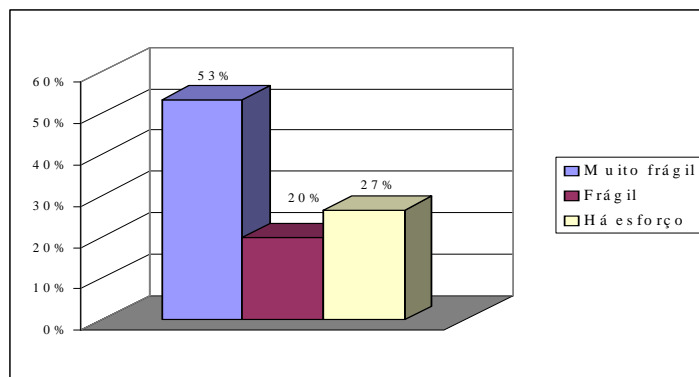


Gráfico 3: Nível de construção da rede de atendimento a População em situação de Rua, com base na PNAS

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo. 2008/2009. Elaboração Própria

O gráfico 3, analisou o conteúdo do discursos dos entrevistados sobre como os profissionais e gestores municipais vem construindo a rede socioassistencial para o atendimento a população em situação de rua; os dados revelam que 53% dos entrevistados consideram essa construção muito frágil, 20% consideram frágil, e 27% apontam que há um esforço sendo realizado por parte dos profissionais e gestores, mas que ainda não é o suficiente. Ou seja, a rede – interna da GPR, a rede da SEMAS, a rede do município/Estado - está posta, a PNAS-2004 e a Lei nº 7101/2007 estão colocadas como diretrizes norteadoras da organização do trabalho em rede no município, porém percebe-se fragilidades na compreensão destes dispositivos por parte de alguns responsáveis pela sua operacionalização, seus rebatimento materializam-se na articulação do trabalho em rede.

*“... porque o trabalho em rede, hoje, se resume nisso oh: “eu tô mandando uma pessoa pra ih e você vai ter que se virar, o cara vai ter que entrar”. ... isso não é um trabalho em rede ...Tem que se refletir o trabalho em rede pra dar sentido. É a questão do fluxo e do refluxo. E não o fluxo e contra-fluxo ... As pessoas não estão absorvendo... É porque nas reuniões de Fluxo e Contra-Fluxo as questões que estavam sendo discutidas pareciam que não estavam sendo digeridas pelos profissionais.” Entrevistado H.*

Observa-se que há um esforço sendo realizado no sentido de articular a rede – através das reuniões de Fluxo e Contra-Fluxo - interna promovido pela Gerencia, constata-se a necessidade de aperfeiçoar a articulação entre as instituições que prestam serviço socioassistenciais, porém este esforço não tem um objetivo claro posto no discurso dos profissionais entrevistados. Sabe-se a articulação é necessária, deve ultrapassar a rede interna da Gerencia, de modo a fornecer serviços que ultrapassem ações pontuais e se inscrevam no âmbito mais geral dos serviços de média e alta complexidade que devem ser oferecidos pela rede, âmbito municipal e estadual. Uma das entrevistadas aponta que:

*“... o município, hoje, ele tem três grandes redes que é a rede interna específica ... da gerência como um todo ... nós temos uma rede interna da SEMAS, que vai além da gerência, e temos uma rede que chamamos rede externa que vai além da SEMAS, que é a rede do município”. Entrevistada “D”:*

Com base na PNAS e na legislação municipal sobre a construção do SUAS identifica-se que é preciso aprofundar o debate sobre a organização e o funcionamento da rede. Esta dificuldade interfere na prestação dos serviços socioassistenciais e na qualidade dos serviços prestados a população em situação de rua, logo, o processo de exclusão social acaba sendo enfrentado de forma parcial; a vulnerabilidade social e o risco social permanecem.



Identificamos a necessidade ampliar esforços com vistas a articulação entre os profissionais, que extrapole a rede interna da Gerencia de Atenção ao Migrante e a População em situação de Rua e se expanda às demais Secretarias Municipais – Saúde; Habitação, Obras, Trabalho e Geração de Renda; Educação; Cidadania e Direitos Humanos; - que compõe a rede interna da PMV e inclua as instituições a nível de Estado. O discurso dos entrevistados (profissionais e gestores) aponta a necessidade de articulação com o setor saúde, pois a maioria das pessoas em situação de rua tem um acometimento de sua saúde e já desenvolveram e/ou estão desenvolvendo transtornos mentais.

O art. 5º, da Lei municipal, dispõe sobre a garantia e o fortalecimento da autonomia, resgate dos vínculos familiares e comunitários, no sentido de localizar e identificar as famílias, realizar contato e mediar para que a população de rua seja reintegrada aos seus membros. Identifica-se que o objetivo do município, ao elaborar a política é dar visibilidade a questão da população em situação de rua, que segundo, informação que circulavam na imprensa local já incomodava uma considerável parcela da população.

O “incômodo social” ganhou lugar na agenda governamental, enquanto expressão da questão social que suscitou respostas por parte do Estado, na forma de política pública que mitigasse a situação de miséria absoluta a qual estavam expostas inúmeras pessoas em situação de rua. E em contrapartida, realiza-se uma “limpeza social”, já que retira de circulação um contingente populacional que faz da rua o seu espaço de moradia.

No entanto, o discurso dos usuários entrevistados, a população em situação de rua, usuários da política que participaram desta pesquisa apontaram, de forma unânime, que são, dentre outros, desempregados ou inseridos precariamente no mercado de trabalho. O que indica a necessidade de ampliação e inclusão destes na política de trabalho e geração de renda.

A Lei municipal nº. 7.101/2007 regulamenta a adoção e o funcionamento de diversos programas e serviços que prestam atendimento a população de rua, porém não prevê uma articulação direta entre as entidades, públicas e privadas, de forma contribuir para a inclusão destes no mercado de trabalho formal. Sabe que existe um conjunto de entidades, mas a articulação deste conjunto de entidades ainda requer um aprofundamento.

Segundo a fala dos usuários-entrevistados tornou-se possível afirmar que eles se declaram que a população em situação de rua de Vitória/ES dizem que são: *“desempregados, dependentes químicos, sem vínculos familiares, buscam liberdade, não querem saber de compromisso; gente falsa e ladrões; vivem em situação precária, não dormem direito; são discriminadas; sozinhos, e vivem com fome”*.

A partir do discurso dos profissionais e gestores, entende-se que a população em situação de rua é formada por um contingente de pessoas que estão expostas a enormes de riscos:

*“A população em situação de rua não é homogênea ela tem inúmeros grupos ... usuários de drogas, pessoas com transtornos mentais, conflitos familiares, catadores de materiais recicláveis ,...”*. Entrevistada G.

Os autores consultados que discutem o tema população em situação de rua, afirmam que estes apresentam diferentes realidades, mas de modo geral, eles são trabalhadores informais, desempregados que foram expulsos do mercado de trabalho formal ou estão subempregados. A situação de desemprego ou subemprego expressa uma situação-limite de pobreza e exclusão social. Assim, estes se encontram em risco pessoal e social de forma contínua; já que não tem trabalho e o acesso às políticas sociais básicas: saúde, trabalho, educação, habitação e alimentação etc. é precário. O pano de fundo desta situação é o próprio modo de organização da sociedade capitalista, que nem sempre enfrenta de maneira adequada, por meio do mercado e das organizações sociais e as redes o fenômeno da exclusão social. Ou seja, seja por meio de

ações preventivas ou curativas, seja por meio de programas, projetos e serviços sociais. Uma concepção ainda presente no discurso social é a de Durkheim, citado por Costa (2000), onde a sociedade é entendida como corpo humano harmônico, quando ocorreu alguma patologia – “doença social” – esta deve ser remediada e não estudada em sua estrutura para se enfrentar as causas que a provocam. Na visão de Durkheim tudo é remediável e “o importante é manter o equilíbrio” (COSTA, 2000).

Alguns profissionais entrevistados apontam que os aparelhos específicos para o atendimento a população em situação de rua - rede interna da Gerencia de Atenção ao Migrante e a População em Situação de Rua - parecem não estarem articulados entre si de forma satisfatória. Somente 2 a 3% dos profissionais entrevistados citam a rede interna da Gerência. O que predomina no discurso sobre o processo de articulação são as políticas de assistência social e a política de saúde. Os serviços são prestados pela rede de proteção social básica através dos equipamentos e técnicos são: CRAS, Casa do Cidadão (Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos), Unidades de Saúde, P.A. (Pronto Atendimento), CAPS e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

De acordo com a Lei municipal Nº. 7101/2007, a estrutura da instituição que acolhe e atende a população em situação de rua deve ser formada por uma equipe multiprofissional. Estes têm a responsabilidade de materializar no atendimento, relações humanizadas, fundadas na equidade; deve-se fazer a acolhida imediata da população, a seguir, inseri-los nas atividades de acompanhamento psicossocial da instituição e/ou encaminhá-los aos serviços de referência, seja na rede interna da Gerência de Atenção ao Migrante e da População em situação de Rua; considerando-se as particularidades de cada situação.

Os profissionais afirmam que tem a sua prática profissional em consonância com o que está estabelecido na Lei, porém aponta-se a necessidade de aprofundar as reflexões, com base nos dispositivos legais, nas demandas apresentadas pelos usuários e nos serviços que são de responsabilidade da rede interna da gerencia e na articulação entre os serviços básicos e os níveis de maior complexidade.

Assim, a norma legal é um instrumento de gestão que só terá eficácia se o seu conteúdo for amplamente pactuado e assumido entre os gestores da Política e se houver adesão às suas diretrizes, tanto pela gestão, quanto pelos profissionais que atuam na ponta; pois a norma deve ser uma referência para os trabalhadores, visto que esta visa à consolidação da política pública e à garantia da participação da sociedade civil na consolidação do direito social. A operacionalização da política de assistência social em rede, conforme estabelece a PNAS, propõe que a mesma se constitua em:

[...] um dos caminhos para superar a fragmentação na prática dessa política. Trabalhar em rede, nessa concepção territorial significa ir além da simples adesão, pois há necessidade de se romper com velhos paradigmas, em que as práticas se construíram historicamente pautadas na segmentação, na fragmentação e na focalização, e olhar para a realidade, considerando os novos desafios colocados pela dimensão do cotidiano, que se apresenta sob múltiplas formatações, exigindo enfrentamento de forma integrada e articulada (PNAS, 2004, p. 29-30).

Neste sentido, identificamos a necessidade de um (re)pensar a atual disposição/habilidade/competências dos profissionais e da rede socioassistencial no enfrentamento ao fenômeno da exclusão social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho não pretende esgotar o assunto, mas sim promover uma aproximação à realidade e apontar algumas questões.

Identifica-se a necessidade de se rever algumas formas de organização adotadas pelos profissionais para efetivar o seu trabalho em consonância com a legislação social, a fim de promover a qualidade e o aprimoramento dos serviços prestados à população usuária.

Percebe que a população em situação de rua vive uma situação excludente e estigmatizante. O atendimento deve ser organizado de forma que os usuários, ao serem abordados pelo Atendimento Social de Rua e/ou procuram espontaneamente os projetos para requerer o atendimento, já sejam acolhidos imediatamente e de forma integral, com base na articulação dos serviços em rede, desdobrando a partir de então, um acompanhamento ao usuário, com vistas à superação da situação de rua a qual os usuários estão submetidos.

Aponta-se a necessidade de aprimoramento profissional – qualificação – do trabalho dos profissionais, de forma a aprimorar as suas competências não só no sentido de atender as especificidades do trabalho cotidiano, mas transformar o cotidiano profissional em um espaço investigativo que favoreça o conhecimento a realidade e da população e que assim, seja facilitada a organização do trabalho em rede e a sua articulação. Acredita-se que através da articulação os profissionais consigam vislumbrar possibilidades e propor mudanças. Ou seja, sejam capazes de avaliar as políticas sociais, os programas e os projetos com vistas às novas requisições impostas pela realidade social, já que esta é dinâmica e complexa.

## REFERÊNCIAS

1. CADERNO DO SUAS/PR DA SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO E PROMOÇÃO SOCIAL. *Trabalho com famílias e instrumentos de gestão do CRAS*. Curitiba: PR. N. 2, 2006.p. 20-22.
2. CARTILHA DO MAPEAMENTO DA REDE SOCIAL DE AÇÕES E PROJETOS DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DA PMV/ES. 2008. p 1-11.
3. \_\_\_\_\_ CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: VANDERLEY, Mariângela; BÓGUS, Lucia; Yazbek, Maria Carmelita. *Desigualdade e a questão social*. São PAULO: EDUC, 1997.
4. ZALUAR, Alba. *População de rua: quem é, como vive? Como é vista*. 2ª. São Paulo. Ed: Hucitec, 1994. 181p.
5. FERREIRA, Frederico Poley Martins. MACHADO, Sulamita Crespo Carrilho. *Vidas privadas em espaços públicos: os moradores de rua em Belo Horizonte*. In Revista Serviço Social e Sociedade nº. 90 – Gestão pública. São Paulo: Cortez, 2007..
6. MANUAL DE PROCEDIMENTOS DO CENTRO DE ATENDIMENTO DIA – CAD PARA POPULACAO EM SITUAÇÃO DE RUA – ADULTOS. Vitória/ES. 2008.
7. BOSCHETTI, Ivanete. **Implicações da reforma da previdência na seguridade social brasileira**. Disponível em: <[http://www.scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=s0102-71822003000100005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0102-71822003000100005&lng=pt&nrm=iso)> . Acesso em: 12 Fev 2007.

8. COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2004. (p. 139-182).
9. ANANIAS, Patrus. Artigo: **Políticas em tempos de crise**. Elaborado em 16/03/2009. Acesso em: 04/04/2009. Endereço eletrônico: <http://www.mds.gov.br/noticias/artigo-politicas-sociais-em-tempos-de-crise-patrus-ananias>

## **ARTIGO 9: A GESTÃO DO TRABALHO NO ÂMBITO DO SUAS E A IMPLEMENTAÇÃO DA NOB/RH A PARTIR DA REALIDADE DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Barbara Leite Pereira<sup>125</sup>  
Maria Helena Elpídio Abreu<sup>126</sup>  
Natália de Paula Couto<sup>127</sup>

### **1. Resumo**

O presente artigo tem como objetivo identificar no processo de efetivação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como tem se dado a implantação da Política de NOB-Recursos Humanos (NOB/RH) nas realidades dos municípios e regiões do estado do Espírito Santo (ES). Este trabalho é parte da análise do processo de gestão, controle e financiamento da Política de Assistência Social no ES, no período de 2005 a 2008<sup>128</sup>. Diante do recente processo de implantação do SUAS, pretende-se identificar a direção, estrutura e o desenho da política de RH nos municípios/regiões do ES; traçar o perfil do quadro funcional, apontando o processo de contratação e capacitação dos profissionais da assistência social; e avaliar os impactos dos modelos adotados na qualidade e oferta dos serviços sócio-assistenciais à luz das orientações normativas e discussões acerca do trabalho no campo das políticas sociais brasileiras, em especial, na política de assistência social, seus limites e avanços gradativos. Com a Constituição de 1988, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a Norma Operacional Básica (NOB), e a Norma Operacional Recursos Humanos (NOB/RH), o campo da assistência social será redefinido como componente da Seguridade Social, política pública e de direito, a quem dela necessitar. A partir dessas normativas são criados novos parâmetros para a prestação de serviços nessa área, incluindo a discussão acerca do quadro profissional e da gestão do trabalho no âmbito do SUAS. Torna-se imprescindível para esse debate compreender que o reordenamento do sistema capitalista, com a adoção de medidas neoliberais, impactou diretamente na efetivação das políticas sociais, especificamente da assistência social, com rebatimentos também nas discussões acerca do trabalho no âmbito do SUAS. Serve-nos também

---

<sup>125</sup>Mestranda em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo. Bolsista da Fundação de Amparo a Pesquisa do Espírito Santo (FAPES). E-mail: [barbarapereira@gmail.com](mailto:barbarapereira@gmail.com)

<sup>126</sup> Assistente Social. Mestre em Educação. Doutoranda em Serviço Social da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro). Docente do Departamento de Serviço Social da UFES (Universidade Federal do Espírito Santo). Coordenadora do Eixo “Gestão da Política de Assistência Social do Espírito Santo” na pesquisa “A Política de Assistência Social e suas particularidades no estado do Espírito Santo”. E-mail: [lenaebreu@gmail.com](mailto:lenaebreu@gmail.com)

<sup>127</sup> Assistente social formada pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: [nataliadpc@yahoo.com.br](mailto:nataliadpc@yahoo.com.br)

<sup>128</sup> Tal pesquisa, intitulada “A Política de Assistência Social e suas particularidades no Estado do Espírito Santo”, desenvolvida pelo Departamento do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) com a articulação de diferentes núcleos de estudos, professores e estudantes, visa analisar o processo de gestão, controle e financiamento da Política de Assistência Social (PAS) e suas particularidades no estado do Espírito Santo no período de 2005 a 2008. Os dados aqui apresentados, referentes ao tema dos recursos humanos, foram coletados e tratados como parte do sub-projeto “Gestão da Política de Assistência Social”, e se apresenta como um dos desdobramentos deste eixo.

como pressuposto a discussão subjacente do Trabalho como eixo condutor da compreensão das formas de produção e reprodução da vida social, que aqui serve de esteio para a centralidade do trabalho na construção das políticas sociais. Neste processo destaca-se fundamentalmente a ação dos trabalhadores que atuam diretamente na prestação e gerenciamento dos serviços, bem como a própria dinâmica do mundo do trabalho marcada atualmente pelo aviltamento das condições de existência e manutenção da vida da população em geral, agravando as expressões da questão social e com isso, aumenta-se a demanda pelo acesso à assistência social e sua rede de serviços. Desta forma, a discussão de RH extrapola a dimensão “corporativa” e se coloca como central no avanço e qualificação desta política na direção de um direito social.

**Palavras – Chave:** Política Social, Política de Assistência Social, Trabalhadores do SUAS, Norma Operacional Recursos Humanos.

## **2. Novos modos de organização e gestão do trabalho no SUAS: a NOB/RH em discussão**

Com a Constituição de 1988, tem início o processo de construção de uma nova matriz para a Assistência Social brasileira. Incluída no âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela LOAS em dezembro de 1993, como política social pública, a assistência social inicia seu trânsito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal.

A PNAS, aprovada em outubro de 2004, apresenta o (re) desenho desta política, na perspectiva de implementação do SUAS que está voltado à articulação em todo o território nacional das responsabilidades, vínculos e hierarquias, do sistema de serviços, benefícios e ações de assistência social, de caráter permanente ou eventual, executados e providos por pessoas jurídicas de direito público sob critério de universalidade e de ação em rede hierarquizada e em articulação com a sociedade civil (YASBEK, 2008).

A regulamentação do SUAS ocorreu por meio da NOB/2005 e, posteriormente, pela NOB/RH/2006. Essa última estabelece: “[...] Perspectivas de gestão do trabalho, diretrizes para planos de cargos e carreiras, diretrizes para capacitação, responsabilidades dos gestores em relação aos trabalhadores nos vários entes federativos e outros” (BEHRING, 2009, p.11). Para esse estudo, cabe aprofundarmos aqui quais são essas diretrizes estabelecidas pela NOB-RH, bem como algumas discussões que têm sido realizadas no sentido da sua efetivação, a fim de auxiliar também na análise dos dados obtidos nos municípios do ES.

A NOB/RH estabelece que para a adequada gestão do SUAS em cada esfera de governo, é fundamental a garantia de um quadro de profissionais designados para o exercício das funções essenciais de gestão. Entretanto, tendo como base a própria trajetória da assistência social no Brasil e as tendências neoliberais adotadas a partir da década de 1990, é possível presumir as dificuldades concretas para realização das diretrizes da NOB-RH na materialização do SUAS nas diferentes instâncias deste Sistema (federal, estadual e municipal). Um exemplo lamentável, diz respeito ao fato de no estado do Espírito Santo, o órgão gestor da assistência social não realizar concurso público há aproximadamente 30 anos, contando com um quadro efetivo de assistentes sociais que não ultrapassam 05 profissionais em vias de aposentadoria.

Daí, é possível presumir que a efetivação destes parâmetros normativos, apesar de sua urgência, se encontram em pleno início de construção. Outra advertência é que não se trata de apresentação de um “tipo ideal” de funcionamento da gestão do trabalho, como tende o discurso tecnocrata, trata de situar a discussão dentro de parâmetros comuns construídos no bojo da luta dos sujeitos coletivos que militam na área e as contradições existentes neste processo.

De acordo com as orientações normativas, que explicitaremos para conduzir a nossa análise e apontar horizontes para esta construção, no âmbito municipal seria necessário haver uma coordenação da Proteção Social Básica, assim como da Proteção Social Especial; Planejamento e Orçamento; Gerenciamento do Fundo Municipal de Assistência Social; Gerenciamento dos Sistemas de Informação; Monitoramento e Controle da Execução dos Serviços, Programas, Projetos e Benefícios; Monitoramento e Controle da Rede Socioassistencial; Gestão do Trabalho e Apoio às Instâncias de Deliberação.

Em relação às equipes de referência, a NOB/RH determina um quantitativo mínimo de profissionais para a prestação de serviços e execução das ações, tanto no âmbito da Proteção Social Básica como da Proteção Social Especial (Média e Alta Complexidade).

As equipes de referência para os CRAS devem contar sempre com um coordenador, devendo o mesmo, independentemente do porte do município, ser um técnico de nível superior, concursado, com experiência em trabalhos comunitários e gestão de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais.

Essa Norma também determina diretrizes para a política nacional de capacitação, a qual prevê que os municípios devem liberar os técnicos para participarem da capacitação sem prejuízos dos recebimentos. A mesma deve ser realizada de forma sistemática e continuada (com a elaboração de planos anuais de capacitação); sustentável (com a provisão de recursos financeiros, humanos, tecnológicos e materiais adequados); participativa (envolvimento de diversos atores no seu planejamento, execução, monitoramento e avaliação); nacionalizada (definição de conteúdos mínimos); descentralizada (executada de forma regionalizada); avaliada e monitorada (com suporte de um sistema informatizado e com garantia do controle social).

A capacitação no âmbito do SUAS deve destinar-se a todos os atores da área da assistência social – gestores, trabalhadores, técnicos e administrativos, dos setores governamentais e não-governamentais integrantes da rede socioassistencial e conselheiros.

Em relação às diretrizes para os planos de carreira, cargos e salários, a NOB/RH enfatiza que os mesmos deverão ser instituídos em cada esfera de governo para os trabalhadores do SUAS, da administração direta e indireta, baseados nos seguintes princípios definidos nacionalmente: universalidade; equivalência dos cargos ou empregos; concurso público como forma de acesso à carreira; mobilidade do trabalhador; adequação funcional; gestão partilhada das carreiras; instrumento de gestão; educação permanente; compromisso solidário.

Por sua vez, no item acerca do controle social da gestão do trabalho no âmbito do SUAS, a NOB/RH determina que a fiscalização do exercício profissional e a regulamentação das condições técnicas e éticas do trabalho das profissões regulamentadas cabem aos Conselhos Federais e Regionais respectivos. Essa fiscalização deve se deter ao cumprimento das competências e atribuições privativas dos profissionais, bem como na garantia das condições necessárias ao exercício profissional pelos empregadores, sejam eles públicos ou privados.

Nesse sentido, determina que devam ser criados espaços de debate e formulação de propostas, bem como Seminários Nacionais, Estaduais, Regionais e locais do trabalho para aprofundamento e revisão da NOB/RH, em especial nas Conferências Municipais, Estaduais e Nacional de Assistência Social.

Os Conselhos de Assistência Social devem acolher, deliberar e encaminhar resultados de apuração de denúncias dos usuários do SUAS, quanto à baixa resolutividade de serviços, maus-tratos aos usuários e negligência gerada por atos próprios dos trabalhadores, gestores e prestadores de serviços socioassistenciais, estimulando a criação de Ouvidorias.

Dessa forma, percebe-se que a partir dos novos marcos regulatórios da assistência social, surge também, a exigência de novos modos de organização e gestão do trabalho. A implantação do SUAS exige a ampliação do número de trabalhadores com estabilidade funcional, ao lado de processos continuados de formação e qualificação, a partir do ingresso via concurso público, com plano de carreiras e de processos de avaliação, além da remuneração compatível e segurança no trabalho (COUTO et al. 2010). Ou seja,

Para a implementação do SUAS e para se alcançar os objetivos previstos na PNAS/2004, é necessário tratar a gestão do trabalho como uma questão estratégica. A qualidade dos serviços socioassistenciais disponibilizados à sociedade depende da estruturação do trabalho, da qualificação e valorização dos trabalhadores atuantes no SUAS (BRASL, 2007, p. 15).

Por ser uma área de prestação de serviços, cuja intervenção principal é o próprio profissional, o trabalho da assistência social está apoiado na necessidade do conhecimento e da formação teórica, técnica e política do quadro de pessoal, e nas condições institucionais de que dispõe para efetivar sua intervenção (COUTO et al. 2010).

É necessário considerar, conforme a NOB-RH, que as equipes de referência envolvem um conjunto diversificado de profissões, atribuições e competências, tratando-se de um processo complexo, pois cada coletivo profissional tem sua história de organização e lutas corporativa e sindical (COUTO et al. 2010). Desse modo, é necessário “considerar assim a ótica do trabalho coletivo no SUAS, orientado por um projeto ético-político assentado no acúmulo das diferentes profissões e de suas contribuições [...]” (COUTO et al. 2010, p. 61).

Para Couto et al. (2010, p. 61), as questões que envolvem as condições, relações e gestão do trabalho na assistência, “ganham maior complexidade quando se considera que grande parte dos serviços, programas e projetos é prestada por entidades privadas que integram a rede socioassistencial nos territórios de abrangência do CRAS e CREAS”.

Apesar das entidades e organizações que fazem parte da rede socioassistencial serem submetidas aos princípios e diretrizes do SUAS, ainda há um número significativo de voluntários do ponto de vista dos vínculos empregatícios colaboradores dessas instituições. Tal fato reforça estigmas que associam historicamente a assistência social à filantropia e à benemerência (COUTO et al. 2010). A NOB-RH avança no enfrentamento dessa realidade

[...] quando define mecanismos de profissionalização e publicização da assistência social, orientando procedimentos para composição de equipes básicas de referência para CRAS e CREAS, definindo diretrizes para a qualificação de recursos humanos e ampliação da capacidade de gestão dos seus operadores (COUTO et al. 2010, p. 62).

Para Couto et al. (2010, p. 62) a maior qualificação dos servidores e trabalhadores da assistência social permite que tais sujeitos estejam menos propícios “[...] a manipulação e mais preparados para enfrentar os jogos de pressão política e de cooperação nos espaços institucionais, conferindo qualidade e consistência teórica, técnica e política ao trabalho realizado”.

O livro intitulado “O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento”, organizado por Berenice Couto, Carmelita Yasbek, Maria Ozanira da Silva e Silva e Rachel Raichelis, revela que a questão dos recursos humanos tem sido um desafio para a administração pública, assumindo características específicas na assistência, pela sua tradição de não-política, sustentada em estruturas institucionais improvisadas e reduzido investimento na formação de equipes profissionais permanentes e qualificadas para efetivação das ações. Além disso, muitos municípios brasileiros contam com frágeis estruturas institucionais de gestão,

rotinas técnicas e administrativas incipientes e recursos humanos reduzidos e pouco qualificados (COUTO et al. 2010, p. 57).

Para Couto et al. (2010, p. 58), “a NOB-RH não é a definição ideal e acabada frente às necessidades de recursos humanos para o funcionamento adequado do SUAS, mas é resultado do viável histórico, dentro da correlação de forças políticas que participaram do processo de negociação”. Atualmente permanece o desafio, passados quatro anos de sua implementação, da sua efetivação.

Tal desafio pode ser visto nas constantes discussões que são realizadas nas Conferências Nacionais de Assistência Social (especificamente nas V (2005), VI (2007) e VII (2009) Conferências) que tornam clara a dificuldade de implantação da NOB/RH, mesmo essa não sendo considerada a definição ideal, dentre essas, destaca-se: insuficiência de recursos humanos e rotatividade dos profissionais que atuam na área da assistência social, necessidade de realizar programas de capacitação continuada e valorização dos trabalhadores na área da assistência e usuários para garantir atendimento de qualidade, inclusive cursos de extensão, especialização e seminários, melhor definição das atribuições dos profissionais das entidades de assistência social etc. Esses são apenas alguns dos exemplos que ilustram desafios e indicações das necessidades dos municípios em relação aos trabalhadores da assistência social e implementação da NOB/RH.

Torna-se necessário, dessa forma, discutir como essa realidade se apresenta no ES, como está a direção, estrutura e o desenho da política do RH nos municípios; o perfil do quadro funcional; o processo de contratação e capacitação dos profissionais da assistência, apontando os principais desafios.

### 3. A configuração da NOB/RH no Espírito Santo: caminhos e caminhar<sup>129</sup>

A espécie de vínculo que os trabalhadores da assistência social estão atrelados é norteado pela NOB/RH como importante fator na conjuntura de efetivação dos serviços prestados. Essa visualização é possível através do item que se refere a “equipes de referência”:

Equipes de referência são aquelas constituídas por *servidores efetivos* (grifo nosso) responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, levando-se em consideração o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários (BRASIL, 2006, pg. 14).

Além dessa parte, no item que trata dos planos de carreira, cargos e salários vimos que o “acesso à carreira está condicionado à aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos”.

Neste íterim, no estado do Espírito Santo, quanto aos trabalhadores da assistência social, foi possível verificar que 52% são contratados temporários, seguido de 41% que são concursados. Cabe destacar que 7% são contratados terceirizados. No mesmo questionário foi perguntado se algum trabalhador é funcionário de ONG ou outras entidades, e todos os municípios afirmaram

---

<sup>129</sup> Na coleta de dados, através do preenchimento de questionário enviado aos municípios do Estado, estimava-se alcançar um universo de no mínimo 80% de um total de 78 municípios que estão no processo de implantação do SUAS. Desses municípios, 30 retornaram o preenchimento do questionário: Alfredo Chaves; Alto Rio Novo; Anchieta; Atílio Vivacqua; Baixo Guandu; Boa Esperança; Cachoeiro de Itapemirim; Cariacica; Castelo; Colatina; Dolores do Rio Preto; Ecoporanga; Guaçuí; Guarapari; Ibitirama; Iconha; Irupi; Iuna; Jerônimo Monteiro; João Neiva; Marechal Floriano; Montanha; Santa Teresa; São José do Calçado; São Roque do Canaã; Vargem Alta; Viana; Vila Valério e Vila Velha.



não possuir profissionais com esse vínculo empregatício. Observa-se, no entanto, que a forma de contratação terceirizada pode acontecer através da contratação via ONG.

Percebe-se, desse modo, que a forma como tem ocorrido a contratação dos profissionais na área da assistência não está em conformidade com o preconizado pela NOB/RH. Somando os dados obtidos, chegamos a um total de 59% dos trabalhadores que não são concursados.

Cabe perguntar, desse modo, como tem ocorrido a contratação desses profissionais, que princípios têm regido essa seleção e se a mesma tem sido realizada com a publicidade necessária. A NOB/RH dispõe, por exemplo, que a seleção dos profissionais que compõem a equipe mínima dos CRAS, se ainda não foi efetuada por meio de concurso público, deve realizar-se mediante processo seletivo regido pelos critérios da transparência, impessoalidade e capacidade técnica para o desenvolvimento das atribuições.

Quanto ao nível de instrução, a maior parte dos trabalhadores (38%) tem o Ensino Superior Completo, seguido de 35% que possuem o Ensino Médio Completo. Destaca-se que diferentemente dos concursados e contratados temporários serem na sua maior parte trabalhadores com nível superior completo, no caso dos terceirizados, a maior parte são trabalhadores com nível médio completo.

Dessa forma, subtende-se que os trabalhadores terceirizados são alocados em áreas em que não há exigência do ensino superior como qualificação profissional. Podendo se tratar de trabalhadores responsáveis pela segurança dos espaços, educadores sociais, encarregados da limpeza, dentre outros profissionais.

Em relação a carga horária, observa-se que a maior parte dos trabalhadores estão em regime de 40 horas semanais, ou seja, trabalham oito horas diárias. 29% dos servidores fazem 30 horas semanais, seguido de 2% que faz 20 horas semanais.

Observa-se com relação ao piso salarial que 89% dos trabalhadores recebem de 1 a 3 salários mínimos, seguido de 10% que recebem de 3,1 a 6 salários mínimos. Tais dados revelam a baixa remuneração dos trabalhadores da assistência social.

A maior parte dos servidores concursados recebem entre 1 a 3 salários mínimos, seguido de 26 trabalhadores que recebem de 3,1 a 6 salários mínimos. Tanto os contratados temporários como os terceirizados recebem em torno de 1 a 3 salários mínimos. Percebe-se, dessa forma, que há um maior nível salarial quando se trata dos funcionários concursados, o que nos remete a pensar nos contratos e terceirização como mecanismo de precarização do trabalho e baixos salários.

A NOB/RH preconiza a intensiva capacitação dos trabalhadores que atuam na política de assistência social. Segundo esta, há uma integração entre a NOB/RH/SUAS e uma *Política de Capacitação* dos trabalhadores públicos e da rede prestadora de serviços, gestores e conselheiros da área, de forma sistemática, continuada, sustentável, participativa, nacionalizada e descentralizada, respeitadas as diversidades regionais e locais, e fundamentadas na concepção da educação permanente.

No Espírito Santo, 50% dos municípios afirmam a existência da capacitação do quadro funcional e 36,7% responderam existir em parte. Desses, 65,4% dos municípios realizam capacitação sem regularidade, seguido de 19,2% que realizam semestralmente. 69,2% dessas capacitações acontecem presencialmente, seguido de 15,4% que ocorrem à distância e presencialmente.

Ao mesmo tempo em que a capacitação foi considerada como um segundo aspecto no que concerte aos encaminhamentos e providências realizadas entre o município, a Secretaria de Assistência Social do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o

Estado, para permitir a implantação do SUAS, a metodologia das capacitações na sua maior parte envolve palestras, seguido de cursos, seminários e oficinas, sem haver a fundamentação no aspecto condizente com a educação permanente. São abordados preferencialmente tópicos relacionados à gestão da assistência, seguido por concepção da política de assistência. Ou seja, os temas controle social, financiamento e a própria gestão do trabalho não são muito abordados nas capacitações.

As capacitações na sua maioria são promovidas pelo Estado, seguido do município e governo federal. No entanto, nem sempre quem promove a capacitação é quem executa.

Referente à implementação do plano de carreira, cargos e salários, quando solicitado aos municípios que fossem assinalados os requisitos cumpridos para habilitação no SUAS, o requisito concernente a elaboração e execução da política de recursos humanos, com implantação de carreira para servidores públicos que atuem na área de assistência social, foi cumprido somente por 33,3% dos municípios estudados.

E em relação ao estágio da gestão dos trabalhadores do SUAS, dos municípios pesquisados, 52% não possuem plano de carreira, cargos e salários e 29% disseram existir em parte.

Da mesma forma, 52% responderam não existir diretrizes para o financiamento da gestão do trabalho, como pode ser observado no gráfico abaixo.

Em 48% dos municípios também não há um diagnóstico sobre a situação da gestão do trabalho, em 16% há em parte. Assim como, na maioria dos municípios (55%), não é realizada a manutenção e atualização do Cadastro Nacional dos Trabalhadores do SUAS.

Dos municípios pesquisados, 79% não participam na formulação e execução da Política Nacional de Capacitação, e a mesma porcentagem (79%) não possuem plano de ingresso de trabalhadores e de substituição dos profissionais terceirizados. Por sua vez, 48% dos municípios não têm diretrizes municipais de implantação da NOB/RH SUAS.

Mesmo diante desse quadro de implementação da NOB/RH nos municípios pesquisados, 41% dos municípios consideram haver a garantia de condições adequadas de trabalho, o que inclui estrutura de pessoal.

Observa-se através dos dados que a Política da NOB/RH ainda não está estruturada nos municípios pesquisados e que também não há uma organização e planejamento no sentido da sua efetivação, apesar da indicação da sua importância e necessidade.

#### **4. Considerações Finais**

Para análise dos dados é necessário situar a política de assistência social no contexto de reestruturação produtiva, mundialização e flexibilização/precarização das relações de trabalho. Observa-se, segundo Antunes (2005), no que tange ao mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo, uma subproletarização intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, “terceirizado”.

Referente à especificidade dos profissionais que atuam na área social e desenvolvem suas atividades na esfera pública estatal, Cavalcante e Prêdes (2010) defendem que estes possuem uma dupla inserção no contexto de precarização do trabalho: primeiro, por se inserir como trabalhadores assalariados que vendem sua força de trabalho para sobreviver; segundo, porque atuam numa realidade contraditória, em meio ao aumento da demanda e redução do financiamento das políticas sociais.

Ainda em consonância com as autoras é possível identificar possibilidades para descrever os conceitos referentes à precarização das relações de trabalho, tais como:

não estabilidade dos vínculos empregatícios, níveis salariais baixos, carga horária excessiva, infraestrutura não disponível para a realização do trabalho, redução dos direitos trabalhistas, aposentadoria, enfim requisitos necessários para a realização de um trabalho digno para o trabalhador (CAVALCANTE; PRÉDES, 2010, p.3).

Dessa forma, o Estado brasileiro tem buscado uma aproximação dos padrões de gestão do setor público ao setor privado ao adotar duas estratégias-chaves para atingir seus objetivos. A primeira diz respeito:

à redução dos custos da máquina pública que se efetivou com o enxugamento do quadro de pessoal – demissões, privatizações, terceirizações –, redução dos salários pagos e corte de benefícios (BORGES, 2004, p. 257apud CAVALCANTE; PRÉDES,2010, p.12).

A segunda estratégia, que orientou a reestruturação do setor público contribuindo para sua precarização, foi:

a flexibilização das relações de trabalho, através de formas de contratação atípicas, sem recorrer ao concurso público e com remuneração fora dos parâmetros estabelecidos nos planos de cargos e salários – são os contratos por prazo determinado, temporários, por prestação de serviços e/ou associados a um determinado projeto (BORGES, 2004, p. 257apud CAVALCANTE; PRÉDES,2010, p.12).

Dessa forma, não podemos relatar os impactos dos trabalhadores da política de assistência social descolado de toda uma conjuntura global que vem atingindo os trabalhadores de forma generalizada. Mattoso (1996) realiza uma síntese dessas mudanças contemporâneas no mundo do trabalho, quando aponta que a reestruturação produtiva em curso encerra uma antinomia entre seguridade e insegurança, na passagem para esse novo regime de acumulação, que é acompanhado por um novo modo de regulamentação.

Dentro disso, a insegurança se manifesta em algumas formas: insegurança no mercado de trabalho, com a não-prioridade ao pleno emprego como objetivo de governo; a destruição de empregos em plena expansão econômica, sobretudo no setor industrial, e a ampliação da desigualdade entre os desempregados em função da redução dos benefícios sociais; insegurança no emprego, que implica a redução da estabilidade e subcontratação (formas atípicas ou contingenciais de emprego, diga-se, precárias); insegurança na renda, por meio da flexibilização dos salários, da diluição da relação entre salário e produtividade, da queda dos gastos sociais e do crescimento da pobreza; insegurança na contratação do trabalho pela expansão do dualismo no mercado de trabalho e pelo risco da explosão jurídica do contrato coletivo de trabalho; e, por fim, insegurança na representação do trabalho, com a redução dos níveis de sindicalização (MATTOSO, 1996).

Assim sendo, a atual recomposição do ciclo de reprodução do capital, ao determinar um conjunto de mudanças na organização da produção material e nas modalidades de gestão e consumo da força de trabalho, provoca impactos nas práticas sociais, intervindo, portanto, no processo de reprodução material e espiritual da força de trabalho (MOTA, 1998).

Nesse contexto é possível fazer uma relação com o aumento do desemprego, do subemprego, da precarização do trabalho, as novas formas de contratação – por tempo determinado, por projeto, por hora, por tempo parcial, e outras – incidem na qualidade das demandas de segmentos da classe dominante, dos usuários, das instituições, que por meio de muitas mediações chegam ao

profissional e lhes exige novas competências e qualidade na intervenção profissional (GUERRA, 2007).

Ou seja, mediado pela lógica do mercado, que perpassa os serviços sociais, juntos com as políticas sociais, passa a se exigir eficácia, eficiência, produtividade, competência, polivalência, de acordo com as exigências do mundo burguês para a acumulação/valorização do capital.

Diante do exposto, discutir a questão dos trabalhadores na esfera da política de assistência social significa necessariamente, contextualizá-los, em todo o aparato legislativo que dimensiona suas especificidades. Desde 2005, a PNAS garantiu um item sobre a matéria dos recursos humanos que apontou para a necessidade inequívoca de elaboração de uma NOB sobre o tema.

Dessa forma, a então denominada NOB/RH foi aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social em dezembro de 2006. Vimos que a mesma traça princípios e diretrizes para a gestão do trabalho no âmbito do SUAS, assim como estabelece princípios éticos, equipes de referência, diretrizes para a política nacional de capacitação e planos de carreira, cargos e salários entre outros aspectos concernentes ao trabalhador que atua na política de assistência social.

A NOB/RH (2006) afirma que a produtividade em conjunto com a qualidade dos serviços oferecidos à sociedade, no campo das políticas públicas, estão intrinsecamente relacionados com a forma e as condições como são tratados e geridos os recursos humanos.

Afinal, a descentralização da gestão implica novas atribuições para os gestores e trabalhadores das três esferas de governo e de dirigentes e trabalhadores das entidades de assistência social, exigindo-lhes novas e capacitadas competências que a autonomia político-administrativa lhe impõe.

Assim, pensar a respeito do trabalho no âmbito do SUAS envolve diretamente questões relacionadas à quantidade de profissionais, remuneração e capacitação dos trabalhadores para o exercício das atividades referentes aos processos de planejamento e execução das ações. Foi possível perceber que não há na maioria dos municípios pesquisados, um planejamento a respeito da implementação das diretrizes previstas na NOB/RH.

Na realidade dos municípios do ES, percebem-se significativos impactos do processo de reestruturação capitalista, ajuste neoliberal, na estrutura e funcionamento dos trabalhadores na área, com a incapacidade dos municípios de consolidar carreiras públicas, rotatividade devido aos diferentes vínculos empregatícios, desvalorização do funcionário público e precarização do trabalho.

Tal rotatividade implica também na dificuldade dos municípios em implementar uma política de capacitação, tendo em vista os constantes recomeços, com necessidade de novas qualificações. Por serem na sua maioria profissionais contratados, sem vínculo permanente com os municípios, há uma constante mudança no processo de trabalho dos profissionais que continuam a desempenhar suas funções, como também impactos na relação estabelecida com os usuários dos serviços.

Essa precarização do trabalho impacta diretamente no processo de trabalho dos diferentes profissionais e na prestação dos serviços socioassistenciais, rebatendo sobre um público historicamente excluído de bens e serviços, com reais dificuldades também de efetivação do SUAS. Pois, vimos que a questão dos trabalhadores na assistência constitui um dos eixos fundamentais do SUAS, exigindo alterações nos processos de trabalho dos profissionais no sentido de estabelecer uma consonância com os marcos regulatórios da Política.

Conforme Araújo et al. (2010, p. 116-117) “a concepção da Assistência Social como direito exige dos trabalhadores a superação de formas de atuação configuradas pela mera viabilização de programas e projetos, devendo-se afirmar, essencialmente, pela fruição de direitos [...]”. Dentre essas mudanças, há a necessidade “de fundamentos teóricos, técnicos e operativos que possibilitem o fortalecimento de práticas, debates orientados à proposição de ações que viabilizem a autonomia dos usuários e fortalecimento de seus projetos individuais e coletivos” (ARAÚJO et al., 2010, p. 116-117).

Na pesquisa visualizou-se também a responsabilização da sociedade civil, no que tange a contratação de funcionários da assistência social. Observa-se dessa maneira, três formas de contratação: efetivo (estatutário), contrato temporário e terceirizado. Mas não se pode perder de vista que a versão do “terceiro setor” despolitiza o conceito de sociedade civil transformando-a em uma esfera de agregação de pessoas de bem. Além disso, o seu forte conteúdo antiestatal reforça a idéia de um Estado “satanizado” e em “crise”, logo, incapaz de assumir o enfrentamento da “questão social”, ou seja, com isso, há uma desresponsabilização das ações do Estado e a conseqüente privatização da questão social (ALMEIDA, 2004).

Dessa forma, na perspectiva dos defensores do “terceiro setor”, a sociedade civil, restringindo-se apenas às organizações não-governamentais, aparece como colaboradora e parceira do Estado, e também das organizações multilaterais e do próprio mercado. Ao sugerir a superação das críticas que opõem sociedade civil ao Estado, na medida em que este último deixa de ser visto como um Estado de classe, a idéia de “terceiro setor” vem possibilitando diversas formas de relação entre as organizações da sociedade civil e o Estado (ALMEIDA, 2004).

No decorrer da análise foi possível construir a idéia de que a matéria sobre os recursos humanos não pode ser vista como assunto pontual dentro da política de assistência, e o estado do Espírito Santo demonstrou sua preocupação com essa questão ao relacionar efetivamente a estruturação do SUAS com a gestão do trabalho. Um exemplo disso é que a qualificação e articulação da equipe técnica foi considerada como principal *facilitador* para a articulação entre os setores para a efetivação do SUAS, ao mesmo tempo em que a ausência de política de RH e equipe técnica insuficiente foi o elemento considerado central como *dificultador* para o cumprimento dos requisitos para habilitação do Município.

Dessa forma, faz-se necessário um esforço coletivo no intuito de se buscar a efetivação da NOB/RH. O pensamento de que a consolidação dessa norma beneficiaria especificamente o *trabalhador* está superado pela própria preponderância de que a gestão do trabalho é um dos eixos estruturadores da política de assistência social como um todo. Por isso faz-se necessário um esforço conjunto, com articulação permanente entre os gestores, trabalhadores e usuários no intuito de viabilização dessa norma.

Ao mesmo tempo é importante frisar que a NOB/RH não diz respeito somente a efetivação do plano de carreira, cargos e salários. Ao contrário, trata de uma norma que caracteriza a capacitação continuada, estabelece as responsabilidades e atribuições do gestor federal, dos gestores estaduais e dos gestores municipais para a gestão do trabalho no âmbito do SUAS. Mesmo porque, subentende-se que a efetividade dessa norma está relacionada com todos aos aspectos que *valorizem* o trabalhador da assistência social na sua totalidade. E essa valorização trará conseqüências significativas, principalmente no que diz respeito a qualidade dos serviços prestados a população usuária.

## Referências

ALMEIDA, E. T. Vieira. Crítica da metamorfose ao conceito de sociedade civil em “terceiro setor”. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, ano XXV, nº 80, p. 94 - 110, 2004.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo, 2005.

ARAÚJO, C. C.; PEREIRA, M. E. F. D.; GUILHON, M. V. M.; SOUSA, S. de M. P. S. Implantação e Implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nos estados do Pará, Maranhão e Pernambuco: uma análise dos resultados de pesquisa empírica. P. 99 – 137. In: **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2010.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social** – PNAS, Brasília: MDS, 2004.

\_\_\_\_\_. **Norma Operacional Básica** – NOB/SUAS, Brasília: MDS, 2005.

\_\_\_\_\_. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS** – NOB SUAS – RH, Brasília: MDS, 2006.

\_\_\_\_\_. **Lei Orgânica da Assistência Social**, nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. 6. ed. Brasília: Senado Federal, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Anais da V Conferência Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Relatório Final e Anais da VI Conferência Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Anais da VII Conferência Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2009.

CAVALCANTE, Girlene Maria Mátis; PRÉDES, Rosa. **A precarização do trabalho e das políticas sociais na sociedade capitalista: fundamentos da precarização do trabalho do assistente social**. Alagoas, 2010

COUTO, B. R.; YAZBEK, M. C.; RAICHELIS, R. A Política Nacional de Assistência Social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. P. 32-63. In: **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2010.

GUERRA, Yolanda. O Projeto Profissional Crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. In: **Serviço Social & Sociedade**. n.91. Ano XXVIII, 2007.

MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1996

MOTA, Ana Elizabete. **A nova fábrica de consensos**. São Paulo, 1998.

YASBEK, M. C. Estado e Política Sociais. In: **Revista Praia Vermelha**. Nº 18, Rio de Janeiro, 2008.

## **ARTIGO 10: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA POBREZA E DO USUÁRIO ENTRE OS PROFISSIONAIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL QUE TRABALHAM NA PREFEITURA DE VITÓRIA – ES**

Anailza Perini de Carvalho<sup>130</sup>  
Izildo Corrêa Leite<sup>131</sup>

### **RESUMO:**

Este trabalho tem como objeto as representações sociais da pobreza e do usuário pobre da assistência social existentes entre os profissionais que trabalham na implementação da Política de Assistência Social da Prefeitura de Vitória (ES). Seu objetivo principal é identificar e analisar tais representações. Como procedimentos metodológicos da investigação que o fundamenta, realizamos pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, observação não participante, entrevista semi-estruturada com profissionais de diferentes categorias que atuam na implementação daquela política e análise de conteúdo, para o que foram de importância capital alguns eixos principais da Teoria das Representações Sociais. A partir do pressuposto de que as atividades desenvolvidas pelos profissionais, nas políticas sociais — seja em sua formulação, seja em sua execução —, são, em grande parte, fundamentadas em escolhas baseadas nos valores por eles adotados, de maneira explícita ou implícita, chegamos às seguintes conclusões: os profissionais entrevistados apresentam os Centros de Referência da Assistência Social como importante espaço de participação pelos usuários, mas, ao mesmo tempo, consideram existir limites a essa participação; manifestam conhecimento da assistência social como direito, mas parte deles ainda refere-se a ela com um linguajar que lembra a prática do favor; afirmam que o sistema capitalista e a própria história são responsáveis pela existência da condição de pobreza, mas, de maneiras diversas, a maioria deles acaba culpabilizando o pobre pela situação em que vive; representam os usuários a partir do pressuposto da falta, tendendo a vê-los, assim, como “não sujeitos”; devido a isso e a não representar os usuários da Política de Assistência Social em sua positividade concreta, podem, ainda que involuntariamente, contribuir para obstaculizar o protagonismo e a participação efetiva daqueles usuários na Política de Assistência Social e na luta por direitos.

**Palavras-chave:** pobreza, usuários da Política de Assistência Social, profissionais da assistência social.

---

<sup>130</sup> Mestre em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo, Especialista em Família pela Faculdade de Direito de Vitória e Assistente Social da Prefeitura Municipal de Vitória – ES. Autora principal deste artigo. Endereço eletrônico: [anailzape@hotmail.com](mailto:anailzape@hotmail.com). Telefone: (27) 9819-9010. *Link* para currículo na Plataforma Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4486644J0>

<sup>131</sup> Doutor em Sociologia (UNESP/Campus de Araraquara), Mestre em Sociologia (Unicamp) e Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFES. Endereço eletrônico: [raiz.vix@uol.com.br](mailto:raiz.vix@uol.com.br). Telefone: (27) 9949-5506. *Link* para currículo na Plataforma Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4773506H0>

## 1. INTRODUÇÃO

As questões ligadas à pobreza e aos pobres, ao longo da história, sempre estiveram presentes em discussões realizadas por pesquisadores, profissionais de diversas áreas e segmentos da sociedade (VALLADARES, 1991; CASTEL, 1998, VALLADARES, 2000; LEITE, 2002).

Ao verificarmos os diversos estudos sobre pobreza — entendida como um fenômeno multifacetado e histórico (LEITE, 2002) —, observa-se que, desde que passou a ser percebida como um problema, na transição do feudalismo para o capitalismo, no caso da Europa ocidental, prevalece uma conotação negativa em relação às pessoas que vivem naquela condição, os pobres sendo frequentemente vistos como vagabundos, criminosos e violentos (VALLADARES, 1991; CASTEL, 1998, VALLADARES, 2000; LEITE, 2002).

Na medida em que se passou a ver a pobreza como um problema — o que aconteceu também no Brasil, a partir do final do século XIX —, diversos profissionais passaram a pesquisar o assunto, o que, por sua vez, contribuiu para fundamentar ações para o enfrentamento daquela condição social (VALLADARES, 1991; LEITE, 2002). Contudo, a maioria das políticas sociais implementadas no Brasil conceituava a pobreza, durante muito tempo, como um empecilho para a ordem e o progresso, e suas ações visavam apenas gerir a pobreza (ADORNO, 1990; VALLADARES, 1991; TELLES, 1993), mas não combater resolutamente sua própria existência. Guardadas as especificidades históricas, postura semelhante acontece hoje: de acordo com os paradigmas neoliberais, não há preocupação em acabar com a pobreza, dada sua suposta inevitabilidade numa economia globalizada (TELLES, 2001; SANTOS, 2005, p. 35). É por isso que a maioria das políticas sociais não visa uma transformação profunda dessa realidade (DRAIBE, 1993; UGÁ, 2004).

Refletir sobre o agir profissional em relação aos pobres atendidos pela assistência social é importante, pois, partindo do pressuposto de que, “ao falarmos em políticas sociais, tratamos de ações fundamentadas em escolhas baseadas nos valores assumidos, de forma explícita ou implícita, por quem trabalha nessa área — seja na formulação de tais políticas, seja em sua execução” (LEITE, 2008, p. 80-81), cabe questionar: de que modo os profissionais que trabalham na Política de Assistência Social da Prefeitura de Vitória (Espírito Santo) representam a pobreza e os usuários pobres de tais políticas? O objetivo principal deste estudo é exatamente identificar e analisar tais representações sociais.

## 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como procedimentos metodológicos da investigação que fundamenta este trabalho, num primeiro momento realizamos uma revisão da bibliografia pertinente, levando em consideração as categorias teóricas “representação social”, “pobreza” e “Política Social”, bem como temas que lhes são correlatos. Como resultado disso, neste estudo estão presentes, entre outros tópicos, diferentes maneiras de representar a pobreza ao longo dos séculos, bem como a construção e a transformação de políticas sociais que, muitas vezes, acabam reforçando uma maneira de ver o pobre e/ou a pobreza somente pelo recorte da renda ou apenas com base naquilo que os pobres *não têm* — uma visão da pobreza formulada a partir do “pressuposto da falta”<sup>132</sup> (SARTI, 2005).

---

<sup>132</sup> De maneira muito sucinta, podemos dizer que o pressuposto da falta, que marca fortemente tanto o senso comum quanto as produções acadêmicas sobre o assunto, leva a pensar a pobreza apenas por aquilo que os pobres *não têm*, desconsiderando o que têm, como agem sobre o mundo e como pensam a realidade (SARTI, 2005, p. 35-36): “[...] o resultado [dessa postura] acaba sendo a desatenção para a vida social e simbólica dos pobres no que ela representa como positividade concreta, a partir da qual se define o horizonte de sua atuação no mundo social e a possibilidade de transposição dessa atuação para o plano propriamente político” (SARTI, 2005, p. 36).



Naquela revisão bibliográfica, encontramos diversas referências a pesquisas realizadas em representações sociais, tratando de temas muito diversos entre si, mas não tivemos acesso a nenhuma pesquisa abordando representações dos usuários da assistência social, o que, a nosso ver, reforça a relevância da realização deste estudo, como explicitado anteriormente.

Num segundo momento, realizamos uma pesquisa documental sobre a Política da Assistência Social desenvolvida pela Prefeitura de Vitória, focalizando-a nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Isso nos forneceu informações relativas a benefícios oferecidos, programas existentes, número de profissionais que ali atuam etc., bem como dados sobre como são representados a pobreza e os pobres no âmbito da assistência social.

A partir dessa pesquisa documental, constatamos, num terceiro momento, a necessidade de conhecer melhor o funcionamento dos CRAS e, por isso, optamos por realizar, nesses centros de referência, uma observação não participante (FLICK, 2004).

Num quarto momento, visando dar continuidade à coleta de dados relativos às representações sociais dos usuários da assistência social e da pobreza existentes entre os profissionais, optamos por utilizar a entrevista semi-estruturada (TRIVIÑOS, 2006).

Para a realização das entrevistas semi-estruturadas (em número de vinte), utilizamos um roteiro contendo questões básicas e pertinentes para uma aproximação ao objeto. Feitas com profissionais das áreas de Serviço Social (10 assistentes sociais, sendo quatro coordenadores), Psicologia (quatro psicólogos) e Pedagogia (dois pedagogos) que trabalham nos Centros de Referência da Assistência Social de Vitória/ES, as entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra para posterior análise.

Visando garantir o anonimato dos profissionais, os entrevistados foram identificados por meio de numeração de 1 a 20, de acordo com a ordem cronológica em que as entrevistas foram realizadas. A escolha dos profissionais entrevistados foi aleatória, levando em consideração sua disponibilidade para participar da pesquisa.

Num quinto momento, realizamos a análise dos dados. Na pesquisa que embasa este trabalho, aplicamos a abordagem qualitativa, que, de acordo com Minayo (2002), busca compreender os significados, os valores e as atitudes que envolvem o objeto da pesquisa, sem se preocupar com a quantificação. Além disso, citamos, aqui, duas outras características da abordagem qualitativa. De uma parte, ela fundamenta-se no pressuposto de que o conhecimento ocorre na interação entre o sujeito e o objeto. De outra parte, ela considera que os aspectos objetivos e subjetivos estão vinculados ao sujeito (DESLANDES; ASSIS, 2002).

Seguindo essa abordagem, adotamos, no presente trabalho, como contribuição para a interpretação dos dados, alguns eixos principais da Teoria das Representações Sociais.

Um deles é que o conceito de representações sociais diz respeito aos saberes da vida cotidiana, os saberes do senso comum (SÁ, 1995; JODELET, 2001; LEITE, 2002). Por meio das representações sociais, os sujeitos buscam definir e nomear os diferentes aspectos da realidade da vida cotidiana, visando dar sentido ao mundo, entendê-lo e posicionar-se diante dele (JOVCHELOVITCH, 1995; JODELET, 2001).

Um segundo aspecto da Teoria das Representações Sociais a ser aqui citado é que uma representação social sempre expressa atributos não apenas do campo da realidade a que se refere, mas também do sujeito que o representa. Assim, procuramos identificar e analisar de que modo os profissionais que atuam nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) da Prefeitura de Vitória representam socialmente a pobreza e os usuários pobres da Política de Assistência Social, levando em conta que, embora tais representações digam respeito à pobreza

e aos usuários da Política de Assistência Social, elas são elaboradas pelos profissionais que aí atuam e, portanto, expressam também características desses profissionais.

Podemos dizer que as representações sociais que os profissionais da assistência social têm dos usuários atendidos, bem como da condição de pobreza, são estruturadas num contexto histórico, e podem derivar tanto de universos consensuais quanto de universos reificados.<sup>133</sup> O fato de os profissionais terem constituído um saber científico, necessário à sua atuação no trabalho, não “exclui” (ao menos, totalmente) de seu pensamento os saberes do senso comum que eles elaboraram ao longo de suas vidas. Assim sendo, em alguns momentos, ambas as modalidades de pensamento podem se inter cruzar quando os profissionais em questão representam uma dada realidade. Isso significa que, mesmo possuindo um saber acadêmico, esses sujeitos, ao ser confrontados com as realidades cotidianas, acabam, por vezes, interpretando-as a partir dos universos consensuais, isto é, das representações sociais que circulam “ao lado” do pensamento científico.<sup>134</sup>

Por fim, um terceiro aspecto da Teoria das Representações Sociais que aqui merece consideração é que uma representação social é, no dizer de Moscovici (1978, p. 50), uma “preparação para a ação”, afetando as práticas que os sujeitos considerados desenvolvem em relação ao campo da realidade que representam. Se é assim, compreender de que modo os profissionais da Política de Assistência Social representam a pobreza e os usuários dessa mesma política contribui fortemente para o entendimento de suas ações práticas — fato que, por sua vez, reforça a relevância do presente estudo.

E — vale dizer — tal relevância resulta justamente da busca de compreender melhor as representações sociais que os profissionais da Política de Assistência Social do município de Vitória têm dos usuários dessa política, o que traz elementos importantes para o entendimento das práticas de tais profissionais.

Neste trabalho, analisamos os sentidos e os significados manifestos nas representações sociais da pobreza e do usuário atendido pela assistência social, levando em consideração o sujeito (profissional que atua na Política de Assistência Social, em Vitória) enquanto ser social e buscando uma leitura crítica da realidade representada socialmente.

Buscando concretizar a técnica de análise de conteúdo, utilizada em nosso trabalho, adotamos o procedimento exposto a seguir, o qual se configurou em três períodos distintos, porém complementares.

Primeiramente, procuramos realizar uma leitura dos documentos e transcrições de entrevistas sem nenhuma preocupação em fazer interpretações ou estabelecer associações entre, por um lado, os dados ali presentes e, por outro, textos anteriormente lidos, pressuposições acerca de posturas dos sujeitos etc. Uma atitude “preconcebida” desse tipo poderia impedir (ou, ao menos, dificultar) a descoberta de informações importantes no material a ser analisado. Assim, fizemos uma leitura inicial atenta e, ao mesmo tempo, o mais “isenta” possível.

Numa segunda leitura, buscamos verificar as associações entre os objetos de representação com que lidam os sujeitos e outros elementos de seu mundo — associações estas que dão conteúdo à representação, expressando modos de interpretar/significar o objeto representado.

Por último, numa terceira leitura — e a partir da leitura anterior —, buscamos descobrir determinadas regularidades nos conteúdos das representações sociais dos sujeitos entrevistados.

---

<sup>133</sup> Os universos consensuais referem-se às atividades intelectuais da vida cotidiana, que levam à produção de representações sociais, enquanto os universos reificados dizem respeito às ciências e ao pensamento erudito (SÁ, 1995, p. 28).

<sup>134</sup> Situação semelhante foi constatada por Bertolani e Leite (2009) entre profissionais da área da saúde atuando junto a populações indígenas.

Nesse momento, procuramos identificar quais foram os conjuntos temáticos presentes nas falas dos sujeitos, o que, ao menos em parte, manifestou-se em palavras-chave (ou expressões-chave) que foram sendo “descobertas” em tais falas. Esses conjuntos temáticos não foram buscados em respostas a perguntas específicas, pois apareceram verbalizados em respostas a diferentes perguntas, variando de sujeito para sujeito. Nesse momento do trabalho, foram realizadas anotações que serviram de componente orientador de possíveis leituras complementares das transcrições das entrevistas.

Em relação aos aspectos éticos da pesquisa, levou-se em consideração o que é disposto na Resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde – CNS (CNS, 1996), a qual estabelece normas e diretrizes para as pesquisas com seres humanos.

O projeto de investigação e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foram submetidos ao Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Espírito Santo sob o número 212/09, comitê esse que, por sua vez, emitiu parecer favorável à realização da pesquisa.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi apresentado aos profissionais entrevistados, sendo assegurado seu anonimato, bem como o direito dos sujeitos de desistirem, a qualquer momento, de participar da realização da pesquisa, se assim o desejassem. Para tal eventualidade, foi disponibilizada para cada sujeito uma cópia do documento, contendo os telefones de contato da pesquisadora e do Programa de Pós-Graduação em Política Social. Não houve, no entanto, nenhuma desistência.

### 3. RESULTADOS

Os profissionais que fizeram parte de nossa amostra qualitativa não probabilística puderam, nas entrevistas, explanar sobre as questões referentes à pobreza e ao pobre.

Por meio das representações sociais que se fazem presentes entre eles, pudemos constatar como buscam definir e nomear os diferentes aspectos da realidade vivida pelos usuários da assistência social, visando dar sentido ao mundo, entendê-lo e posicionar-se diante dele. Ao expressar esses conteúdos representacionais, trouxeram à tona, de acordo com a Teoria das Representações Sociais, atributos não somente dos elementos da realidade a que se referiam, mas, também, atributos deles mesmos, enquanto sujeitos que expunham de que modo significam aquela realidade (MOSCOVICI, 1978; SÁ, 1995; JOVCHELOVITC, 2000; JODELET, 2001; LEITE, 2002). Nesse caso, em particular, podemos dizer que as representações sociais em questão exprimem não apenas atributos dos usuários da Política de Assistência Social, mas, também, características dos profissionais que são os sujeitos do presente trabalho.

Outro aspecto importante da mencionada teoria para este trabalho, e que aqui vale destacar, é que uma representação social é uma “preparação para a ação” (MOSCOVICI, 1978, p. 50), afetando as ações que os sujeitos considerados desenvolvem em relação ao campo da realidade que representam, fato que, por sua vez, reforça a relevância de nossa pesquisa, pois, ao discorrermos sobre a Política de Assistência Social, a qual atende prioritariamente os que dela necessitam, abordamos ações realizadas por profissionais que estão fundamentadas, em larga medida, em escolhas baseadas em valores por eles assumidos de forma implícita ou explícita.

Apesar de se tratar de uma pesquisa de cunho qualitativo e sem a pretensão de buscar generalizar os resultados alcançados, podemos afirmar que os dados obtidos acerca das representações sociais que tomamos como objeto de estudo permitem-nos formular algumas considerações relevantes.

Constatamos que os profissionais entendem a assistência social como um direito e conhecem os benefícios e ações desenvolvidas nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS).

Ter a consciência que a assistência não é uma benesse, a assistência é um direito deles — né? —, tá na LOAS [Lei Orgânica da Assistência Social], tá no PNAS [Política Nacional da Assistência Social] [...] (ENTREVISTADO 7).

Além disso, referem-se às condicionalidades e ao não atendimento a todos que necessitam dos benefícios em questão, ainda que cumprindo os critérios para tanto, como um problema para a efetivação da Política Nacional da Assistência Social (PNAS)<sup>135</sup> e um entrave no relacionamento entre usuários e profissionais.

Olha, os usuários ... eles possuem direitos, mas esses direitos são condicionados (ENTREVISTADO 9).

Isso demonstra uma visão crítica por parte dos profissionais, pois percebem que a PNAS não está sendo efetivada na sua plenitude enquanto direito acessível a todos que dela necessitam.

Entretanto, apesar de demonstrar, nas entrevistas, reconhecer a assistência social como direito — posição também expressa em reuniões que observamos —, os profissionais ainda têm representações e utilizam-se de um linguajar que nos lembram a prática do favor, o assistencialismo, fazendo-se presente, com frequência, a palavra (ou pelo menos a ideia de) “ajuda”, o que contradiz as afirmações relativas aos direitos:

E, assim, procuramos **ajudar** a avançar no seu processo, né? Dentro de suas especificidades, cada um com a sua necessidade. E nós temos e damos atenção especial a cada caso (ENTREVISTADO 3).

Eu acho que é uma relação de respeito, de cordialidade, de uma proposta de **ajuda** mesmo. De **ajuda** técnica. No sentido que cada um consiga desenvolver suas potencialidades (ENTREVISTADO 3).

Segundo Sposati (2006), apesar de a Constituição de 1988 ter proposto uma nova forma de gestão da assistência social como política de direito, ainda permanece a utilização das ideias de ajuda, caridade, gratuidade, carência e necessidade. O fato de os profissionais continuarem utilizando-se desse linguajar tanto expressa quanto contribui para perpetuar uma representação da assistência em que ela é entendida como favor, e não como uma política de direito.

Embora não seja, obviamente, a proposta deste trabalho, isso nos leva a refletir sobre o que, de fato, deveria ser feito para que tal tipo de representação não se reproduzisse no meio profissional. Além disso, seria importante pesquisar — o que este estudo não abordou, porque não era seu objetivo — o porquê de tais representações aparecerem com tal força no meio profissional pesquisado.

Em relação à participação dos usuários nos CRAS, os profissionais apresentam algumas contradições. De um lado, referem-se a esses centros como importantes espaços de participação.

Eles falam muito [no CRAS]. Eles se colocam, reclamam, eles dão sugestões. No nosso relatório mesmo tem várias sugestões deles. (ENTREVISTADO 2).

Mas, de outro lado, alegam que essa participação não existe ou existe de maneira bem limitada.

---

<sup>135</sup> Vale lembrar que a PNAS visa garantir, sem necessidade de contribuição prévia, a proteção social a todos os que dela necessitam (BRASIL, 1988, BRASIL, 1993).

Sim [participam], com muita dificuldade, ainda. Muita dificuldade, porque é uma coisa muito nova, né? Eu ... assim ... participo da ... CLAS [Comissão Local da Assistência Social] e do COMASV [Conselho Municipal de Assistência Social de Vitória]. Também é um espaço meio estranho ainda pra eles, né? Porque é um espaço onde tem profissionais com curso superior e tal, né? (ENTREVISTADO 1).

Agora, tem também a resistência em participação. Tem pessoas que nós conversamos e elas contam ... ah, não quer, “não acredito nisso”, “não quero isso” (ENTREVISTADO 3).

Isso poderia nos levar a refletir, em outra oportunidade, sobre os motivos de desconsiderarem as diversas expressões de participação dos usuários descritas por eles próprios, profissionais, nas entrevistas. Com isso — e esse é um fato a sublinhar —, negligenciam não apenas a participação efetivamente existente, mas em que grau ela *poderia* vir a ocorrer.

Já em relação à realidade vivida pelos usuários, parte dos profissionais considera que o sistema capitalista e a própria história são responsáveis pelas condições em que vive a população atendida pelos CRAS.

Isso é determinado historicamente — né? —, pelo ... condutor da nossa história, todo o sistema de produção. É até ... é determinado historicamente, já essa situação de pobreza, né? (ENTREVISTADO 3).

[...] a gente vive num sistema capitalista desigual, sistema econômico e cultural também, né? (ENTREVISTADO 16).

Contudo, de maneiras diversas, a maioria dos profissionais acaba culpabilizando essa mesma população por tais condições.

Que a situação pode ser melhor. Pode mudar, né? Se ele quiser. (ENTREVISTADO 1).

[...] essa pobreza, esse sentimento de falta, de não conseguir ... Eu acho que não dá pra acabar assim, porque é uma questão pessoal [...] (ENTREVISTADO 20).

De acordo com Paiva (2006), é necessário ter cuidado para não sucumbir à psicologização dos problemas sociais, o que, a nosso ver, ocorre quando se atribui aos usuários da assistência social a responsabilidade por sua pobreza, como se esta fosse decorrente de incapacidades morais ou cognitivas, e sem se levarem em consideração as contradições do sistema capitalista. Outros autores também buscam, ainda que por outros caminhos, destacar a *produção social da pobreza*, isto é, seu caráter social e histórico. Leite (2005, p. 395-396), por exemplo, depois de fazer menção a formas de pensar nas quais “[...] se perde a noção de que a pobreza e a miséria são geradas nos mesmos processos que engendram a riqueza [...]”, mostra a necessidade de considerar “os mecanismos que, na mesma sociedade capitalista, produzem, a um só tempo, tanto a riqueza quanto o seu oposto.” Desconsiderados esses mecanismos, a pobreza aparece como “[...] algo externo a um mundo propriamente social, [...] algo que não diz respeito aos parâmetros que regem as relações sociais” (TELLES, 1993, p. 10). É claro que isso tudo abre caminho para a consideração da pobreza como de responsabilidade individual dos próprios pobres.

Ugá (2004), bem como Andrade, Eidelwein e Guimarães (2007), enfatiza que, de acordo com a lógica neoliberal, os indivíduos e as famílias pobres acabam sendo culpabilizados pela situação

em que vivem, desresponsabilizando-se o Estado e a própria forma de organização social pela realidade contraditória vigente.<sup>136</sup>

Se os próprios profissionais, de maneira majoritária, representam socialmente os pobres dessa maneira, como exercer uma política de direitos? Como fazê-lo, se os usuários não são vistos como sujeitos de direitos, mas, sim, como culpados pela situação em que vivem e, também, responsabilizados pela possibilidade ou não de sair dessa condição de pobreza?

Esse tipo de representação está em consonância com concepções e práticas atualmente hegemônicas de “combate à pobreza”: compensatórias, focalizadas, individualizadas e sem a preocupação de afetar a estrutura política e econômica vigentes (CARDOSO Jr., 2006; MAURIEL, 2006; STEIN, 2006).

O combate à pobreza, no contexto atual, ganha um tom individualizado, centralizado nas características e comportamentos dos pobres e, as políticas sociais, sob esse prisma, são concebidas como instrumentos para ajudar na construção de “habilitações” que tornarão esses indivíduos “insérveis” no padrão de sociabilidade contemporânea (uma sociedade de troca, de mercado, com dimensões globalizantes) (MAURIEL, 2008, p.329).

Além disso, ao falar sobre a realidade vivida pelos usuários da assistência social, a maioria dos profissionais expressa um modo de representá-los que os considera a partir do pressuposto da falta, dando ênfase àquilo que eles não possuem, não são, não fazem e não pensam, o que contribui para que se crie uma “imagem em negativo” (LEITE, 2005) daqueles que vivem na pobreza.

Isso implica dizer que “a vida social e simbólica dos pobres no que ela representa como positividade concreta” (SARTI, 2005, p. 36) não está sendo devidamente levada em conta.

Assim, ao falar sobre as características dos usuários, os profissionais entrevistados omitiram quase tudo o que diz respeito às atividades desenvolvidas por aqueles, o que expressa uma tendência a representá-los como “não sujeitos”.

Com base em que fazemos essa afirmação? É preciso verificar minuciosamente aquela tendência, pois ela não se mostra de imediato, estando presente mais naquilo que *não* se falou do que naquilo que se disse durante as entrevistas.

Tratando dos diversos temas abordados nas entrevistas, os profissionais, no geral, não fizeram referências a *ações* que os usuários realizam no seu dia a dia, fora dos espaços dos CRAS. Mesmo falando sobre a participação dos usuários nos CRAS, houve uma ênfase na *inadequação* do tipo de participação praticada ou no grau supostamente baixo em que ela ocorre, o que, por sua vez, mostra-se em conformidade com uma visão da pobreza e dos pobres que coloca a ênfase na falta.

No geral, não tivemos, por meio das entrevistas realizadas, informações sobre os trabalhos a que se dedicam os usuários da Política de Assistência Social; sobre eventuais ações coletivas que eles tenham desenvolvido; sobre conhecimentos que possam ter acerca de diversos campos da realidade; sobre estratégias usadas para enfrentar suas precárias condições de vida etc. Referindo-se àqueles usuários, a maioria dos profissionais fez alusão a dificuldades para a obtenção de postos de trabalho, ao desemprego, a carências, à baixa escolaridade, à falta de conhecimentos etc. Mas não houve menções a como eles contornam todas as dificuldades possíveis e imagináveis para sobreviver nessa situação, nem a seus saberes populares, nem a como pensam a realidade vivida etc. Em relação ao que são, fazem, têm e pensam, prevaleceu o

<sup>136</sup> “A pobreza hoje disseminada pelos quatro cantos do mundo [...] é devida, acima de tudo, à forma predominante de organização social, geradora de desigualdades gritantes, que se acentuam rápida e dramaticamente.” (LEITE, 2008, p. 91)

silêncio. Mas — convém destacar — “[...] os silêncios *dizem* muito sobre como representamos aspectos da realidade e nos posicionamos a seu respeito, em termos de valores e atitudes” (LEITE, 2005, p. 360; o itálico é nosso).

O silêncio apontado — esse vazio, essa lacuna nas falas — também precisa ser levado em conta. Não é casual. Ele expressa um modo de representar os usuários da Política de Assistência Social que os toma, em última análise, como “não sujeitos”.

É possível que tanto os silêncios quanto as asserções positivas dos profissionais que ouvimos tenham ocorrido de uma forma impensada, “inconsciente”, o que, porém, não diminui sua importância sociológica. Pelo contrário: “[...] a espontaneidade permite que valores e atitudes possam exprimir-se livres dos constrangimentos resultantes de uma reflexão mais aprofundada” (LEITE, 2005, p. 401).

Portanto, a representação dos usuários da assistência social como “não sujeitos” acaba induzindo a uma “imagem do usuário como um ser incapaz, portador somente de carências e sem nenhuma potencialidade” (ANDRADE; EIDELWEIN; GUIMARÃES, 2007, p. 183). Levando em conta que uma representação é uma “preparação para a ação” (MOSCOVICI, 1978, p. 50), torna-se difícil, a partir daquela imagem, “potencializar o usuário enquanto sujeito político, fortalecendo a identidade coletiva na defesa e luta por direitos” (ANDRADE; EIDELWEIN; GUIMARÃES, 2007, p. 183).

Tudo isso — ao lado, é claro, de diversos outros fatores de várias ordens —, pode contribuir para trazer obstáculos ao protagonismo e à participação efetiva dos usuários nas próprias políticas sociais e na luta por direitos.

Também cumpre ressaltar que as representações sociais da pobreza e dos usuários entre os profissionais da assistência social são estruturadas numa conjuntura histórica e podem advir tanto dos universos reificados como dos universos consensuais, como já mencionado no item 2. O fato de, em alguns momentos, os entrevistados utilizarem-se de um saber acadêmico sobre a realidade a que se referiram nas entrevistas não “excluiu” de seu pensamento os saberes do senso comum que se fizeram presentes ao longo de suas vidas e que são amplamente disseminados em diversos meios sociais.

Isso significa dizer que, mesmo contando com um saber científico, esses profissionais, ao se defrontar com realidades do dia a dia acabam, por vezes, interpretando-as a partir dos universos consensuais, isto é, das “teorias do senso comum” (representações sociais) que circulam “ao lado” do pensamento científico.

Por fim, esperamos que o presente trabalho possa contribuir para a ampliação do campo de conhecimento sobre a temática aqui abordada, venha a servir de base para a formulação de futuros estudos e traga aportes para os profissionais que atuam no campo de intervenção sobre a realidade social. Se assim for, poderemos nos sentir plenamente recompensados.

#### 4. REFERÊNCIAS

ADORNO, S. A gestão filantrópica da pobreza urbana. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fundação SEADE, v. 4, n. 2, p. 9-17, abr./jun. 1990.

ANDRADE, I.; EIDELWEIN, K.; GUIMARÃES, G. T. D. Serviço Social português e brasileiro: a relação com o usuário. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, Cortez, ano XXVIII, v. 90, p. 169-186, 2007.

BERTOLANI, Marlon Neves; LEITE, Izildo Corrêa. O respeito à diferença: contribuições da Teoria das Representações Sociais para as políticas de saúde voltadas a populações indígenas. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 13, n. 2, p. 291-301, jul./dez. 2009.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição [da] República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. *Lei Orgânica da Assistência Social*, Lei nº 8.742, de 7 dez. 1993, publicada no *DOU* de 8 dez. 1993.

CARDOSO Jr., J. C. Pobreza como privação de capacidades ou pobreza como destituição de direitos: alcances e impasses no pensamento de Amartya Sen. *Revista Sociedade Brasileira de Economia Política*. Rio de Janeiro, n. 19, p. 73-93, dez. 2006.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis (RJ), Vozes, 1998.

CONSELHO Nacional de Saúde (CNS), Comissão de Ética em Pesquisa (Conep). *Resolução 196/1996*. Normas para pesquisa envolvendo seres humanos, 1996.

DESLANDES, S. F.; ASSIS, S. G. de. Abordagem quantitativa e qualitativa em saúde: o diálogo das diferenças. In: MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. (Orgs.). *Caminhos do pensamento: epistemologia e método*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002. p. 195-223

DRAIBE, S. M. As políticas sociais e o neoliberalismo: reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. *Revista USP*. São Paulo, Universidade de São Paulo, n. 17, p. 86-101, mar./abr./mai. 1993.

FLICK, Uwe. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: \_\_\_\_ (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 17-44, 2001.

JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). *Textos em representações sociais*. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 63-85, 1995.

LEITE, I. C. *Desconhecimento, piedade e distância: representações da miséria e dos miseráveis em segmentos sociais não atingidos pela pobreza*. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) — Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

\_\_\_\_\_. Representando a miséria e os miseráveis: desconhecimento, piedade e distância. *Idéias*. Campinas (SP), IFCH/UNICAMP, v. 12, n. 1, p. 357-410, 2. sem. 2005.

\_\_\_\_\_. Novos olhares, novos lugares: por uma Política Social de combate à pobreza condizente com a construção da cidadania. *Convergencia* — Revista de Ciencias Sociales. Toluca (México), Universidad Autónoma del Estado de México, v. 15, n. 47, p. 73-100, mayo/agosto 2008.

MAURIEL, A. P. O. Combate à pobreza na América Latina: impasses teóricos e ideológicos na construção da política social contemporânea. *Ser social: Revista do Programa de Pós-graduação em Política Social/UnB*. Brasília, n. 18, p. 79-125, jan./jun. 2006.



\_\_\_\_\_. *Combate à pobreza e desenvolvimento humano: impasses teóricos na construção da política social na atualidade*. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas.

MINAYO, M. C. S. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

MOSCOVICI, S. *A representação social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. (Psyche)

PAIVA, Beatriz Augusto de. O SUAS e os direitos socioassistenciais: a universalização da seguridade social em debate. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, Cortez, ano XXVI, v. 87, p. 5-24, 2006.

SÁ, C. P. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, M. J. P. (Org.). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense. Parte I, capítulo 1, p. 19-45, 1995.

SANTOS, B. S. Os processos da globalização. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *A globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 2005.

SARTI, C. A. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SPOSATI, Aldaíza. O primeiro ano do Sistema Único da Assistência Social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, Cortez, ano XXVI, v. 87, p. 96-122, 2006.

STEIN, R. H. Pobreza e desigualdade na América Latina sob o olhar dos organismos internacionais. *Ser Social: Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social/UNB*. Brasília, n. 18, p. 79-125, jan./jun. 2006.

TELLES, V. S. (1992). Pobreza e cidadania: dilemas do Brasil contemporâneo. *Caderno CRH*. Salvador, n. 19, p. 8-21, jul./dez. 1993.

\_\_\_\_\_. Questão social: afinal, do que se trata? In: \_\_\_\_\_. *Pobreza e cidadania*. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34, 2001. Capítulo 4, p. 115-37.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 2006

UGÁ, V. D. A categoria “pobreza” nas formulações de política social do Banco Mundial. *Revista Sociologia Política*. Curitiba, n. 23, p. 55-62, nov. 2004.

VALLADARES, L. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In; BOSCHI, Renato R. (Org.). *Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo: IUPERJ/Vértice, p. 81-112, 1991.

\_\_\_\_\_. A gênese da favela carioca: a produção anterior às Ciências Sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 15, n. 44, p. 05-34, out. 2000.

## **ARTIGO 11: QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DO SERVIDOR PÚBLICO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA DE VITÓRIA ENTRE OS ANOS 2000 E 2010**

Marilene Aparecida de Oliveira<sup>137</sup>

### **RESUMO**

Artigo elaborado com base em pesquisa exploratória e descritiva, que buscou levantar a qualidade de vida do servidor público no ambiente de trabalho da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) da Prefeitura de Vitória entre os anos de 2000 a 2010. Para a coleta de dados, a pesquisa utilizou questionário inspirado no Modelo de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) de Walton (1973-1974). A análise estatística dos dados contou com 27 questionários respondidos voluntariamente por servidores com mais de cinco anos de efetiva atuação na SEMAS, atuando nas áreas gerencial, técnica e administrativa/apoio (52,9% do universo pesquisado). A pesquisa diagnosticou que os servidores não possuem entendimento do conceito de QVT. O estudo também avaliou o nível da qualidade de vida no trabalho percebido pelo servidor público no exercício das atividades profissionais, em relação às oito categorias do modelo utilizado: compensação justa e adequada, condições de trabalho, uso e desenvolvimento de capacidades, oportunidade de crescimento e segurança, integração social na organização, constitucionalismo, trabalho e o espaço total de vida e relevância do trabalho na vida. Por fim, identificou a insatisfação do servidor com o ambiente físico do trabalho, a satisfação com as interações humanas e contradições entre satisfação e insatisfação em relação à valorização do trabalho.

**Palavras chaves:** qualidade de vida no trabalho; trabalho; gestão de pessoas.

### **1. INTRODUÇÃO**

Nos últimos anos, a busca pela qualidade de vida no trabalho (QVT) perpassou os limites da iniciativa privada e ganhou contornos relacionados à estrutura pública. O descontentamento de servidores públicos com as condições do ambiente de trabalho, baixos salários, autonomia profissional restringida, terceirizações, dentre outros fatores originados pela ausência de uma gestão pública eficaz e pela cobrança de desempenho compatível com o setor privado sem o mesmo nível de estímulos e investimentos financeiros, vem prejudicando a QVT no serviço público e exigindo dos gestores um olhar singularizado sobre as condições de trabalho no setor, haja vista que servidores públicos são “sujeitos” do seu trabalho e não “objetos” de produção e melhores condições e relações de trabalho têm impactos positivos na vida dos servidores, na atenção aos cidadãos e na gestão pública. Contudo, este estudo buscou levantar qual foi a QVT na Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Vitória entre os anos de 2000 a 2010? A pesquisa de campo sob a forma de estudo de caso exploratório e descritivo se apresentou com mais aptidão à investigação do contexto interacional estabelecido entre os servidores e dos fatores que influenciaram positiva e negativamente a QVT envolvidos. Baseado no Modelo de QVT de Walton, um questionário foi utilizado para a coleta de dados, a cuja análise foi conhecida por cálculos estatísticos simples, de frequência e percentual.

---

<sup>137</sup> Assistente Social, Especialista em Gestão Pública Municipal, Instituto Federal do Espírito Santo - IFES.

## 2. CONCEITUANDO A QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

De forma singular, a qualidade de vida se constitui em um conjunto de referências ambientais, individuais e socioculturais, que traduzem as condições em que o indivíduo ou o grupo vive. Reflete uma percepção individual vinculada às condições de saúde e outros aspectos da vida pessoal e profissional. Apesar da indefinição do significado do termo qualidade de vida por diversos estudiosos da questão, a maioria sugere que se trata da superação de uma limitada avaliação quantitativa do desenvolvimento, materializando o quão é complexa a tarefa de conceituar o termo qualidade de vida (1), e sua usação de muitas formas, com uma variedade de significados (2). A descrição do conceito de qualidade de vida perpassa características individuais e humanas e ganha contornos ambientais e organizacionais que envolvem os indivíduos no dia a dia.

Walton desmembra a esfera da qualidade de vida, e cria um novo indicador com oito dimensões, a QVT, agregando à questão a subjetividade. Conforme diversos autores é o modelo de QVT que melhor enfatiza o trabalho como um todo, não se limitando a abordar somente o ambiente físico, mas fazendo menção, inclusive, a aspectos presentes na vida de não-trabalho (3). Na organização do trabalho, as instituições são implacáveis na exigência crescente de requisitos explícitos evidenciados na relação de subordinação, e implícitos, caracterizadas entre outras formas, por horas extras, desgastando a relação do indivíduo com o trabalho. Baseados no trinômio: indivíduo, trabalho e organização, Eric Trist e mais alguns colaboradores, criaram a expressão “Qualidade de Vida no Trabalho” na Inglaterra em meados de 1950, fazendo surgir a abordagem sociotécnica da organização do trabalho, com base na satisfação do trabalhador e com o trabalho (4).

Sem que haja reciprocidade, as instituições exigem de seus trabalhadores a entrega de todo o seu capital intelectual e o comprometimento com o trabalho, além de recomendarem o cultivo da empregabilidade conquistada, com a apresentação de um mix de capacidades e habilidades cada vez maiores, para a manutenção de uma “vida digna”. A QVT como exigência dos tempos modernos expressa compromisso com os avanços da civilização, da ciência e da cidadania. A correlação entre QVT e satisfação nas instituições está centrada na interação entre os mais variados fatores inseridos na vida organizacional e as dinâmicas comportamentais. O entendimento dessa interação é indispensável para a aceitação da instituição como um “produto da intenção de se obter determinado resultado e do conjunto de trabalho que as pessoas se propõem a realizar, numa relação de troca, que lhes possibilitam atingir seus propósitos individuais” (5).

No setor público, a QVT vem ganhando evidência nos debates que envolvem a gestão de pessoas, pois é crescente tal preocupação face a necessidade de melhorar os serviços oferecidos à população e, se esse objetivo pode ser alcançado com servidores motivados, a QVT assume posição estratégica, considerando como bases de sua mensuração a motivação e a satisfação em distintos níveis (6). O aprimoramento das políticas públicas, as inovações tecnológicas e a adoção de novos procedimentos administrativos exigem profissionais cada vez mais preparados e como o desenvolvimento humano se constitui em força vital para o alcance de seus objetivos, o setor público deve buscar além do aumento da produtividade, também a satisfação do servidor, resultando em motivação e comprometimento.

Contudo, o conceito de QVT é bastante amplo e precisa considerar o contexto que envolve o exercício profissional e suas implicações na satisfação de necessidades diversas, com reflexos evidentes na qualidade de vida. A QVT representa em que graus os membros da organização são capazes de satisfazer suas necessidades pessoais através do seu trabalho (7), e perpassa fatores motivacionais baseando-se em uma visão integral do trabalhador, com enfoque biopsicossocial, considerando que uma vida saudável não é apenas ausência de doenças. O conceito de QVT se traduz no conjunto de ações (8)

[...] que envolvem a implantação de melhorias e inovações gerenciais e tecnológicas no ambiente de trabalho. A construção da qualidade de vida no trabalho ocorre a partir do momento em que se olha a empresa e as pessoas como um todo [...]. O posicionamento biopsicossocial representa o fator diferencial para [...] implantação de projetos voltados à preservação e desenvolvimento das pessoas, durante o trabalho na empresa. (FRANÇA, 1997, p. 80).

Esta definição foi adotada pela Organização Mundial de Saúde em 1986 realçando a compreensão e gestão de fatores psicossociais da vida moderna, em especial no ambiente de trabalho. O estresse e sua evidente relação com o trabalho, atividades que exigem exaustivo esforço físico ou realizadas sob tensão, produzem efeitos psicológicos negativos, mesmo que a pessoa esteja bem fisicamente. O estresse depende da capacidade de adaptação, que envolve o equilíbrio entre a exigência que a tarefa faz a quem a realiza e a capacidade da pessoa que a realiza (9).

O conceito de QVT também se baseia em uma visão ética da condição humana, onde o trabalho ocupa parte significativa da vida e incorpora ao indivíduo satisfação quanto às situações relacionadas à humanização das atividades laborais. Segundo Walton, a QVT existe a partir do momento em que o trabalhador atinge as suas metas, necessidades, aspirações e o senso de responsabilidade social (3). Ponderando que a expressão QVT tem sido usada com crescente frequência para descrever certos valores ambientais e humanos, negligenciados pelas sociedades industriais em favor do avanço tecnológico, da produtividade e do crescimento econômico (6). Walton, considerado como o mais relevante estudioso da QVT (7), aborda tal conceito a partir de contornos sistêmicos e interativos, apontando oito categorias para estudos, desvelando questões vinculadas à:

1. Compensação Justa e Adequada: equilíbrio entre tarefas, cargos e salários; equidade salarial interna e externa; e equidade de benefícios externa.
2. Condições de Trabalho: preocupação dos gestores em prevenir doenças ocupacionais; ritmo de trabalho; jornada e carga de trabalho; limpeza, iluminação, ventilação, nível de ruído, arrumação e organização do ambiente; medidas de prevenção da insalubridade; segurança durante e para o trabalho; e qualidade e quantidade de materiais e equipamentos.
3. Uso e Desenvolvimento de Capacidades: estruturação do trabalho e oportunidade de visão completa das ações realizadas; resultados obtidos com seu trabalho; feedbacks dos gestores em relação ao seu desenvolvimento profissional e ao processo de trabalho; capacitações oferecidas; incentivo para investimento no crescimento e desenvolvimento pessoal; oportunidade de exercer a criatividade e conhecimento técnico; e relevância das atividades executadas.
4. Oportunidade de Crescimento e Segurança: reconhecimento do trabalho desempenhado; reconhecimento dos colegas, família e sociedade; valorização do servidor (educação continuada); introdução de inovações no modo de execução do trabalho; e oportunidade de avanço na carreira (política da instituição) e segurança em permanecer na atividade.
5. Integração Social na Organização: estímulo recebido pelos gestores para seu envolvimento com o trabalho; aceitação de suas idéias para melhoria do trabalho; oferta de orientações técnicas; tratamento recebido pelos gestores; oferta de apoio do gestor em assuntos de ordem particular; trabalho e relacionamento em equipe; igualdade de oportunidades; e senso comunitário na instituição.
6. Constitucionalismo: cumprimento da legislação trabalhista; liberdade de expressão; privacidade pessoal; conhecimento de objetivos e metas da instituição; Oferta pelos gestores e membros da equipe de informações necessárias ao seu trabalho; e influência de normas e rotinas.

7. Trabalho e o Espaço Total da Vida: oportunidade de relacionar-se com outras pessoas; exigências dos gestores em relação ao seu desempenho profissional; forma como as decisões são tomadas em equipe e pelos gestores; desenvolvimento de múltiplas tarefas ou das mesmas atividades; equilíbrio entre a vida pessoal e profissional e entre horário de entrada e saída do trabalho e convívio familiar.

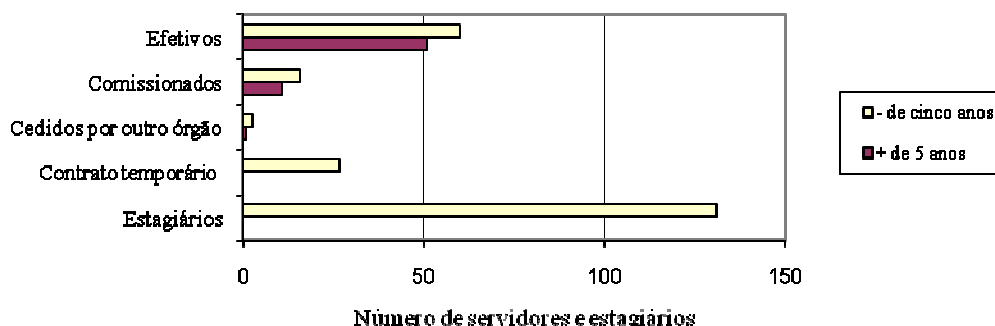
8. Relevância do Trabalho na Vida: identificação com a instituição; orgulho em trabalhar na instituição e sua reputação; qualidade dos produtos e serviços prestados; preocupação da instituição com a comunidade/sociedade e quanto à qualidade de seus produtos e serviços.

### 3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa teve como sujeitos 27 servidores públicos de carreira ou com vínculos providos por cargos em comissão, todos em pleno exercício na SEMAS há mais de cinco anos, distribuídos em diversos níveis e gerências. Seguiu a modalidade de entrevista estruturada, baseada em um questionário composto por maioria de questões fechadas. A amostra foi constituída de 43,5% do universo pesquisado, que incluiu servidores que atuam nos segmentos gerencial, técnico e administrativo/apoio. O modelo de QVT de Walton foi escolhido devido à sua abrangência, que mescla fatores do ambiente interno e externo à unidade pesquisada e inclui questões elementares à realização desse estudo, além de embasar a grande maioria dos trabalhos acadêmicos que tratam de QVT no Brasil.

#### Caracterização dos Sujeitos Levantados

Gráfico 1 - Tempo de efetiva atuação na SEMAS

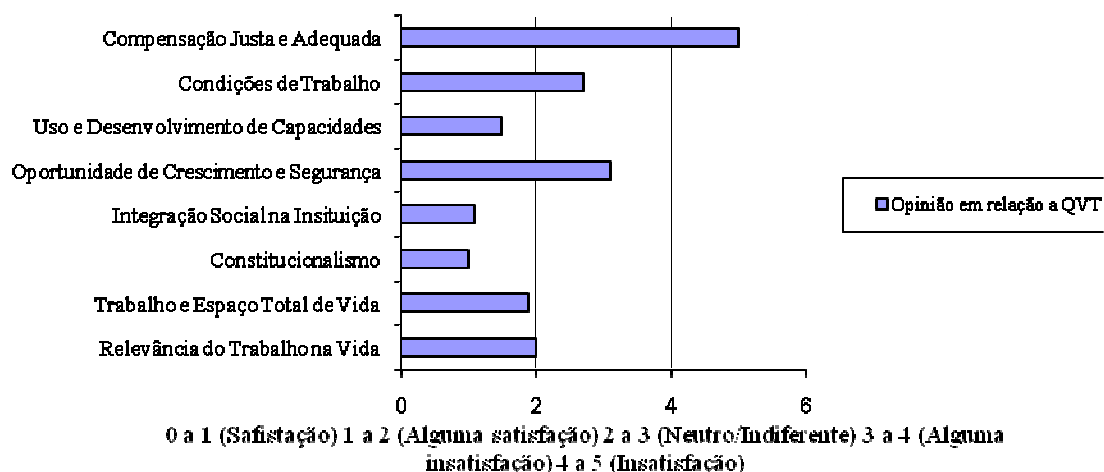


Através do Decreto 14.977/2011 (10), a SEMAS instituiu sua organização e funcionamento em variados níveis gerenciais, conforme organograma anexo I do referido decreto. Além da Sede, a SEMAS possui mais de cinquenta unidades de atendimentos aos munícipes e cerca de um mil trabalhadores e estagiários à sua disposição. Excluindo o considerável contingente de profissionais vinculados às prestadoras de serviços e de estagiários, estão lotados na SEMAS apenas 169 servidores, distribuídos em cargos efetivos, comissionados, contratos temporários ou cedidos por outros órgãos. Destes, 37,2% em plena atividade há mais de cinco anos, sendo 45 servidores efetivos estatutários e seis regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, constituindo-se no universo a ser pesquisado. Quanto à área de atuação, grande parte dos servidores efetivos há mais de cinco anos exerce cargos de gerentes e coordenadores, com funções gratificadas ou acumulando cargos comissionados. Os 27 servidores que responderam à pesquisa apresentaram o seguinte perfil: sexo feminino (77,8%), na faixa etária entre 41 e 50 anos (51,9%), com formação superior (88,9%) e pelo menos um curso de especialização concluído (58,8%), em pleno exercício profissional entre cinco e seis anos (33,4%),

concentrados nas áreas gerencial e técnica (74,0%) com carga horária diária de oito horas (55,6%).

#### 4. NÍVEL DA QVT PERCEBIDO PELO SERVIDOR PÚBLICO EM RELAÇÃO ÀS CATEGORIAS DO MODELO DE WALTON

Gráfico 2 - Média de satisfação em relação a cada categoria do Modelo de QVT de Walton



Com base na escala adotada na pesquisa, foram definidos como parâmetros para apresentação da opinião dos respondentes: médias até 1 de total satisfação; médias entre 1 e 2 com alguma satisfação, médias entre 2 e 3 de opinião neutra/indiferente, médias entre 3 e 4 com alguma insatisfação e médias maior que 4 de total insatisfação. Expressões de vigor e entusiasmo foram percebidas nas falas dos respondentes, apesar dos vieses contingenciais e estruturais, posto que boas relações de trabalho fertilizam o clima da instituição, ordenando e consolidando os valores e a missão partilhados por todos os segmentos envolvidos. Foi evidente a existência de um vínculo ao trabalho, que culturalmente, situa o indivíduo na sociedade e contribui para a construção de sua identidade e personalidade.

##### Compensação justa e adequada

Diversos servidores destacaram a incompatibilidade dos salários com as funções, apontando que complementações salariais, advindas de gratificações ou cargos comissionados, são utilizadas para equiparação dos rendimentos aos oferecidos pelo mercado. Além de serem desconsideradas para concessão de auxílios doença, aposentadorias ou pensões, tais complementações podem ser anuladas mediante conveniência ou necessidade da gestão pública. Assim, veio à tona um aspecto que muito influencia o comportamento no ambiente de trabalho: a equidade, tanto interna quanto externa. Os respondentes ainda enfatizaram inexistência de benefícios como plano de saúde, auxílio alimentação e auxílio creche, além do descumprimento da Lei 12.317/2010 (11), que altera o artigo 5º da Lei que Regulamenta a Profissão de Assistente Social reduzindo a jornada de trabalho para 30 horas semanais sem redução salarial, considerando o significativo número de Assistentes Sociais lotados na SEMAS.

Verificou-se ainda o descontentamento dos servidores com o expressivo número de profissionais advindos da rede prestadora de serviços, que executam as mesmas atividades e

recebem salário superior aos dos servidores em função de uma menor carga horária (em cumprimento a Lei 12.317/2010), situação que contradiz a NOB-RH/SUAS (12) que busca, “em parceria com o poder público, o tratamento salarial isonômico entre os trabalhadores da rede pública e da rede prestadora de serviços socioassistenciais”. Esse sentimento de injustiça qualifica a preocupação da maioria dos trabalhadores que almejam algo a mais do que ter suas necessidades satisfeitas, também querem que o sistema de recompensas seja justo, o que se refere a recompensas psicológicas, sociais e econômicas (7)(8)(13).

#### Condições de trabalho

Os respondentes se manifestaram neutro-indiferentes às condições de trabalho, no entanto, destacou-se a preocupação quanto aos aspectos salubridade e segurança durante e para a realização do trabalho, demonstrando insatisfação com a precariedade dos ambientes onde passam grande parte de seu dia e são prestados serviços à população, com raras exceções. O modelo de Walton, como é generalizado, considera a avaliação do nível de satisfação restrito às exigências físicas, à jornada de trabalho razoável e ao ambiente físico seguro e saudável que resguarde a saúde e a vida, com ausência de insalubridade, assim, aplicável aos espaços físicos da SEMAS, que não oferecem salubridade e segurança, nem mesmo na unidade sede, que ocupa um prédio alugado inadequado para uso e sob graves riscos estruturais, conforme apontado pelos respondentes. Esse contexto respalda a total insatisfação dos servidores em relação à preocupação dos gestores quanto às medidas de prevenção de insalubridade, insegurança e doenças ocupacionais, considerada fundamental no que se refere à realização de ações voltadas à preservação da QVT (8).

#### Uso e desenvolvimento de capacidades

Separadamente, o tipo e o conteúdo do trabalho proporcionam ao servidor total satisfação, pois consideram a existência de significado vinculado ao trabalho e, conseqüentemente, motivação para sua execução e para buscar fazer o melhor, imprimindo um sentimento de utilidade e importância para a sociedade. Em relação ao exercício de sua autonomia profissional e ao feedback, por parte dos gestores, acerca dos resultados obtidos com seu trabalho demonstraram alguma satisfação, pois consideram essa condição fator motivador, sinalizando que são partes importantes da instituição. Contudo, mostraram-se neutro-indiferentes à variedade de habilidades, contradizendo Walton que destaca habilidades múltiplas; autonomia no trabalho; complexidade de tarefas e planejamento como qualidades necessárias ao desenvolvimento de capacidades quando estabelece as dimensões para a avaliação da categoria em questão, no entanto, destaca a formação, a maturidade e pro-atividade como determinantes para o desenvolvimento, admitindo que haja trabalhadores que buscam atividades fracionadas e que exijam poucas habilidades (14).

#### Oportunidade de crescimento e segurança

Os respondentes, constituídos de 51,9% com faixa etária entre 41 e 50 anos, e um terço com cinco a seis anos de efetiva dedicação à SEMAS, mostraram-se insatisfeitos com a política de valorização do servidor. Apontaram que raramente são ofertadas chances de crescimento iguais para todos, enfatizando que as promoções são alcançadas por indicações. O crescimento profissional foi mais evidenciado em nível gerencial, revelando que nem todas as atividades propiciam espaço para aplicar conhecimentos e inovações, tendo como consequência profissionais obsoletos e cansados devido à monotonia do trabalho, que concorre para a desqualificação das ações executadas. Walton faz menção às oportunidades de crescimento profissional, seja através do enriquecimento curricular ou de promoção de cargo, agregando segurança e estabilidade no trabalho. No tocante à segurança, salvo os ocupantes de cargos em comissão, os servidores mostram alguma satisfação devido à estabilidade conferida pelo vínculo público e satisfação com o reconhecimento dos colegas, da família e da sociedade, o que

contribui para a redução dos níveis de ansiedade e, conseqüentemente, aumentam os níveis de QVT.

#### Integração social na instituição

Os respondentes manifestaram satisfação com o clima harmônico do local de trabalho, propício ao bom relacionamento entre as pessoas e ao sentimento de mútua solidariedade, contexto facilitador de reciprocidade, empenho e colaboração na utilização de suas habilidades e competências relacionais no ambiente de trabalho. Para Walton, a natureza das relações interpessoais é imprescindível para aferir o grau de identidade do indivíduo com a instituição e seu nível de satisfação quanto à QVT. Walton destaca que a ausência de preconceitos e a prática recíproca de apoio sócio-emocional e comunitário, fazem o indivíduo sentir-se integrado ao grupo e ao ambiente de trabalho (14). A satisfação dos servidores também foi verificada em relação à aceitação de suas idéias para a melhoria do trabalho e com o tratamento recebido dos gestores, principalmente no tocante a assuntos particulares. Destacaram alguma satisfação quanto à oferta de orientações técnicas para a melhoria do trabalho, o que aponta a instituição como resultado do mix de ações que os trabalhadores se propõem a realizar para alcançar as metas preestabelecidas, e como desdobramento dessa relação de troca, as metas individuais podem ser atingidas, culminando com um sentimento de pertencimento, por parte do trabalhador (5).

#### Constitucionalismo

Todos os membros de uma instituição são afetados pelas decisões tomadas em nível gerencial e, porque algumas decisões podem favorecer interesses pessoais, deve haver o constitucionalismo para proteger os trabalhadores de ações arbitrárias. Nesta relação, identificou-se um predomínio de servidores com total satisfação com as normas e rotinas no trabalho, a liberdade de expressão sem o temor de represálias por parte dos gestores e com o cumprimento da legislação trabalhista. Os servidores detentores de cargos de gerência ou coordenação apresentaram mais liberdade para expressar suas opiniões e exercer sua autonomia, vinculando essa liberdade à confiança neles depositada, produzindo a auto-estima e um sentimento de satisfação. Quando a motivação dos indivíduos está em nível elevado, o ambiente de trabalho torna-se favorável ao surgimento de relações de satisfação, interesse, colaboração (7). Contudo, 25% dos respondentes registraram insatisfação, devido ao descumprimento a Lei 12.317/2010 (11), por parte da municipalidade.

#### Trabalho e o espaço total da vida

Os respondentes mostram alguma satisfação com a forma como as decisões são tomadas pelos gestores, com o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional e entre o horário do trabalho e convívio familiar, destacando que as atividades pessoais e/ou sociais sofrem uma influência negativa da sobrecarga do desenvolvimento de múltiplas tarefas no trabalho. O equilíbrio proporciona o bem estar e sem ele, surgem diferentes graus de conflitos e incertezas. O equilíbrio ou a ausência dele pode emergir não apenas do número de atividades realizadas em um dia, mas também pela conjuntura que envolve o servidor (9).

#### Relevância do trabalho na vida

Nessa investigação, foi identificada como satisfatória a imagem da SEMAS perante a sociedade, no entanto, os respondentes demonstraram alguma satisfação em relação à preocupação da SEMAS com a comunidade/sociedade a que pertence e em oferecer produtos e prestar serviços de qualidade. Em relação à real qualidade dos produtos e serviços prestados, os servidores manifestaram alguma insatisfação.



## **5. CONCEITO DE QVT ENTENDIDO PELO SERVIDOR DA SEMAS**

As opiniões sobre o que é QVT mostraram que apenas 14,8% dos respondentes têm claro esse conceito (5)(7)(8)(6). A expressiva maioria dos servidores conceituou QVT com uma visão singular e sem clareza, reportando-se a uma ou duas categorias que envolvem o modelo de Walton. Essa conceituação, quando comparada ao resultado da avaliação do nível de QVT percebido pelo servidor - conferida no gráfico 2, evidencia o desconhecimento ou desvinculação das dimensões que envolvem a questão. Contradições foram percebidas em relação à pergunta inicial “Para você o que é QVT?": Apenas 25,9% dos servidores vincularam a compensação justa e adequada como componente importante na conceituação de QVT, e na respectiva categoria do modelo de Walton, manifestaram-se insatisfeitos. Outro dado contraditório é o apontamento de 70,4% dos entrevistados quanto à importância de boas condições de trabalho, que soma a jornada de trabalho ao ambiente físico seguro e saudável, no entanto na categoria pertinente à questão, mostraram-se neutro-indiferentes ao tema. Contradições foram também evidentes na categoria referente às oportunidades de crescimento e segurança onde os servidores apresentaram alguma insatisfação, porém na pergunta inicial apenas 40,7% incluíram o aspecto como componente de QVT.

## **6. NÍVEL DE SATISFAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO COM O AMBIENTE FÍSICO DO TRABALHO, INTERAÇÕES HUMANAS E VALORIZAÇÃO DO TRABALHO**

Para identificar a satisfação do servidor com o ambiente físico, interações humanas e valorização do trabalho, o formulário de pesquisa apresentou a pergunta “Como está a sua QVT?” e 44,4% dos respondentes mostraram insatisfação, especialmente devido ao estresse diário, a complexidade das ações executadas que repercute direta e negativamente na saúde, a insalubridade e insegurança, as relações interpessoais conflituosas, a baixa remuneração e ao PCCV não compensatório, ao descumprimento de direitos trabalhistas, a falta de plano de saúde, falta de tempo para a vida pessoal e entre outros fatores, apontados como incompatíveis com a plena satisfação em relação à sua QVT. Muitos utilizaram palavras como péssima, decepcionante, desfavorável, desgastada, imprópria, inadequada, desvalorizada. A contradição novamente veio à tona em comparação ao resultado apresentado no gráfico 2, quando se obteve opinião neutra/indiferente às condições de trabalho, de satisfação com o constitucionalismo e com alguma satisfação em relação à integração social na instituição.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A adesão à pesquisa foi positiva em quase 100% das abordagens – apenas um sujeito se recusou a participar manifestando o receio de “vir a sofrer algum tipo de represália”. Todos os respondentes manifestaram satisfação com a iniciativa e o desejo de conhecer o resultado, inclusive os gerentes entrevistados. Servidores não incluídos no universo da pesquisa se prontificaram a participar, no entanto, com os devidos esclarecimentos, entenderam os motivos da negativa recebida. Esse comportamento evidenciou o desejo e o interesse dos servidores em expressar suas opiniões a respeito da QVT na SEMAS. Foi visível o interesse em contribuir com o levantamento visando, como resultado, uma alavanca de mudanças para um futuro iminente, revelando a expectativa de que “algo” possa ser proposto. Esse comportamento mostrou que, independente dos resultados advindos deste estudo, uma ação deve ser tomada por parte dos gestores da SEMAS, algo que confronte a realidade e vá ao encontro da busca dos servidores por uma QVT satisfatória.

Mesmo com a presença do pesquisador no momento da aplicação do questionário para dirimir quaisquer dúvidas em relação ao objetivo que cada sentença a ser julgada, ficaram evidentes

contradições nas concepções em relação ao que realmente é QVT, vinculadas ao não entendimento e/ou desconhecimento do tema, diagnosticado com a análise das respostas, quando 85,2% dos entrevistados demonstraram desconhecer as dimensões que envolvem a QVT, tornando o momento da aplicação da pesquisa, uma oportunidade para reflexão sobre aspectos até então despercebidos ou desvinculados à QVT, sendo que muitos servidores se colocaram surpresos com as categorias elencadas por Walton.

A avaliação do nível da QVT percebido pelo servidor no exercício de suas atividades na SEMAS, em relação às categorias elencadas por Walton, apresenta servidores com total ou alguma satisfação com o constitucionalismo, com o uso e desenvolvimento de capacidades, com a integração social e com o trabalho e o espaço de vida; alguma insatisfação com a oportunidade de crescimento e segurança e com insatisfação quanto à compensação justa e adequada. A neutralidade/indiferença foi verificada no que tange às condições do ambiente de trabalho e à relevância do trabalho na vida. De modo geral, no período de realização da pesquisa, a QVT na SEMAS, na percepção dos respondentes apresentava alguma satisfação. Foi visível a endógena motivação dos servidores, retratada na identificação e no prazer em realizar o trabalho. Para se ter QVT, é preciso dar efeito a seus princípios, a partir da adoção de um mix de estratégias visando à efetivação de um ambiente satisfatório e humanizado. Não obstante, está a vinculação entre a satisfação no ambiente de trabalho e o bem-estar do sujeito no contexto total de sua vida.

Uma das prioridades dos gestores públicos seria a QVT, considerando que é elemento essencial, ativo, no contexto de trabalho, que pode influenciar de forma direta, positiva ou negativamente, a qualidade dos produtos e serviços prestados aos munícipes, com o mesmo impacto no desempenho e imagem da instituição. Assim, é fundamental a permanência de canais de comunicação abertos entre gestores e servidores, sendo a escuta do servidor primordial para proposição de ações voltadas a melhoria da QVT, haja vista que são eles os que melhor conhecem suas reais necessidades para elevação do desempenho e da QVT. Por fim, é relevante considerar que estudos desta natureza tenham continuidade, pois os dados e informações aqui revelados são indicadores, fatos que merecem ser aprofundados.

## REFERÊNCIAS

- (1) CAMPAÑA, A. Em busca da definição de pautas atuais para o delineamento de estudos sobre condições de vida e saúde. In: BARATA, R. B. (org.). **Condições de Vida e Situação de Saúde**. Rio de Janeiro: ABRASCO, p. 115-165. 1997.
- (2) MOLLER, C. **O Lado Humano da Qualidade**. 5ª edição. São Paulo: Pioneira, 1992. Disponível em <[www.books.google.com/books?id=BoDt5an6pykC](http://www.books.google.com/books?id=BoDt5an6pykC)>. Acesso: 5 jul 2011.
- (3) PEDROSO, B.; PILATTI, L. Notas sobre o modelo de qualidade de vida no trabalho de Walton: uma revisão literária. **Conexões**, UNICAMP, Campinas, v. 7, n. 3, p.28-43, 2009. Disponível em <[www.polaris.bc.unicamp.br/seer/feef.php](http://www.polaris.bc.unicamp.br/seer/feef.php)>. Acesso: 5 jul 2011.
- (4) GOULART, I. B.; SAMPAIO, J. R. Qualidade de vida no trabalho: uma análise da experiência de empresas brasileiras. IN: SAMPAIO, J. R. (Org.). **Qualidade de vida, saúde mental e psicológica social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999, p.19-37, disponível em <[www.unimep.br/phpg/mostraacademica/anais.pdf](http://www.unimep.br/phpg/mostraacademica/anais.pdf)>. Acesso: 6 jul 2011.
- (5) ERGAMINI, C.; BERALDO, D. G. R. **Avaliação de desempenho humano na empresa**. São Paulo: Atlas, 1988.
- (6) RODRIGUES, M. V. C. **Qualidade de vida no trabalho: evolução e análise no nível gerencial**. Editora Vozes: Rio de Janeiro, 1994.

- (7) CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 1999.
- (8) FRANÇA, A. C. L. Qualidade de vida no trabalho: conceitos abordagens, inovações e desafios nas empresas brasileiras, **Revista Brasileira de Medicina Psicossomática**. Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2 p. 79-83, abr/mai/jun. 1997.
- (9) MARANGONI, O. e org. **Qualidade de vida no trabalho**. Poços de Caldas/MG: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2002.
- (10) VITÓRIA. **Decreto 14.977**, de 4 de março de 2011. Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Unidades Administrativas da Secretaria de Assistência Social. Vitória/ES. Publicado em 6 mar 2011 e disponível em <[www.leismunicipais.com.br/legislacao-municipal-da-prefeitura/874/leis-de-vitoria.html](http://www.leismunicipais.com.br/legislacao-municipal-da-prefeitura/874/leis-de-vitoria.html)> Acesso: 26/07/2011.
- (11) BRASIL. Lei 12.317, de 26 de agosto de 2010. Acrescenta dispositivo à Lei 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, edição 165, 27 ago. 2010. Seção I, p. 3. Disponível em <[www.in.gov.br/imprensa/pesquisa](http://www.in.gov.br/imprensa/pesquisa)>. Acesso: 4 out 2011.
- (12) BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**, Secretaria de Assistência Social. Brasília, 2009.
- (13) PAIVA, S. B. Um estudo sobre qualidade de vida no trabalho do profissional contábil da cidade de João Pessoa – PA. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v.11, nº 2, jul/dez, 2006. <[www.uerj.br/arq\\_comuns/revista\\_numero2\\_v11\\_2006.pdf](http://www.uerj.br/arq_comuns/revista_numero2_v11_2006.pdf)>. Acesso: 28 ago 2011.
- (14) LIMA, I. S. **Qualidade de Vida no Trabalho na Construção de Edificações**: Avaliação do nível de satisfação dos operários de empresas de pequeno porte. UFSC, CT Pós-graduação em Engenharia de Produção. Tese de Doutorado. Florianópolis, 1995, 215p. Disponível em <[www.aspro02.npd.ufsc.br/pergamum/biblioteca](http://www.aspro02.npd.ufsc.br/pergamum/biblioteca)>. Acesso: 7 jul 2011.